



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

HIGO CARLOS MENESES DE SOUSA

**UM GINÁSIO PARA MOCIDADE PICOENSE: CULTURA ESCOLAR DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO (1950-1971)**



TERESINA

2019

HIGO CARLOS MENESES DE SOUSA

**UM GINÁSIO PARA MOCIDADE PICOENSE: CULTURA ESCOLAR DE UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO (1950-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Professor Doutor Antônio de Pádua Carvalho Lopes.

Linha de pesquisa: Educação, movimentos sociais e políticas públicas.

TERESINA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Processos Técnicos

S725g Sousa, Higo Carlos Meneses de
Um Ginásio para mocidade picoense: cultura escolar de uma
instituição de ensino secundário (1950-1971) / Higo Carlos Meneses de
Sousa. – 2019.
395 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de
Ciências da Educação, Mestrado em Educação, Teresina, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes “

1. Educação. 2. Instituição Educacional. I. Título.

CDD 370


HIGO CARLOS MENESES DE SOUSA

**UM GINÁSIO PARA MOCIDADE PICOENSE: CULTURA ESCOLAR DE
UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO (1950-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Educação (PPGED) da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Professor Doutor Antônio de Pádua Carvalho Lopes.

Aprovada em: 12/12/2019

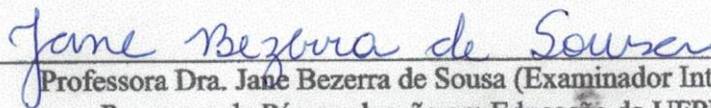
BANCA EXAMINADORA



Professor Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes (Presidente)
Programa de Pós-graduação em Educação da UFPI
Doutor em Educação – UFC



Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha (Examinadora Externa)
Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD
Doutora em Educação USP



Professora Dra. Jane Bezerra de Sousa (Examinador Interno)
Programa de Pós-graduação em Educação da UFPI
Doutora em Educação - UFU

Professor Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila (Suplente de Examinador Externo)
Programa de Pós-graduação em Educação da UPE
Doutor em Educação – UNESP

Professor Dr. Luís Carlos Sales (Suplente de Examinador Interno)
Programa de Pós-graduação em Educação da UFPI
Doutor em Educação - UFRN

Ao Deus que sirvo e à minha mãe Helena por toda dedicação, amor e companheirismo, que teve comigo na minha formação humana. A Tarcísio e Tia Lourdes com eterna saudade.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo difícil, pois o risco de esquecermos de alguém é grande, uma vez que, geralmente, quando chegamos nessa fase da escrita, a mente já está cansada. Mas vamos lá! Veja que felicidade, o menino do “morro” agora é mestre. Quem diria, quantas batalhas foram travadas para que se chegasse até aqui, quantas noites de sono foram perdidas. Quantas vezes suportaram minhas ausências e momentos de tristeza e de loucura. Não posso dizer venci. Devo dizer vencemos, pois foram muitas as pessoas que contribuíram para o meu sucesso. Agradeço imensamente à minha família, de modo especial à minha mãe e irmãs, que sempre me apoiaram e tiveram paciência comigo. À Taynara, por sempre me ajudar nos mais variados serviços para que eu pudesse dar conta de trabalhar e estudar. Ao Carlos, que, madrugadas a dentro, perdeu parte do sono para me deixar na rodoviária, a fim de que eu pudesse assistir às aulas em Teresina. A minha querida Wiliane, que com seu amor e generosidade tornou este caminho mais feliz. Aos meus nobres amigos-irmãos do Titans, pela amizade e paciência: de modo especial, Antoniel, Ikaro, Samairkon, Cilas, Iago e Luciano, meu muito obrigado. Aos amigos, leitores e incentivadores do meu trabalho: Karla Ingrid, Mara e Karlya. À família CETI Marcos Parente, que abriu as portas da instituição para que eu pudesse pesquisar. A toda a equipe do Polo UAB de Picos, por compreender minhas ausências. As instituições que me permitiram acesso a vários documentos: INEP-MEC, PROEDES-UFRJ, Museu Ozildo Albano, U. E. Vidal de Freitas, Arquivo Público do Piauí, Acervo Companhia Editora Nacional, Assembleia Legislativa do Piauí, Câmara de Vereadores de Picos, Prefeitura Municipal de Picos. Ao meu orientador Antônio de Pádua Carvalho Lopes, pela orientação séria e por não me deixar desistir e acreditar no meu potencial. Agradeço as contribuições da banca de qualificação e defesa, profa. Jane Bezerra e Francisco Nascimento, amigos queridos que a vida me deu, e a Professora Eurize. À família que adquiri para a vida durante o mestrado (Dalva, Samara, Djane e Klene), minhas mães postíças. Aos amigos da turma, de modo especial Pedro Thiago, Samara Borges, Milena, Allyson, Kininha e Rogério. As companheiras de moradia e de vida: Simoni e Ramone. Ao professor Lourenilson, por me incentivar a seguir o caminho da pesquisa. Agradeço ainda de forma muito especial a todos os meus entrevistados e outros tantos amigos que abriram suas portas para falar um pouco dos seus tempos de escola, bem como me mostrar o rico acervo particular que possuíam. Finalizo agradecendo a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a construção dessa dissertação, citados ou não neste agradecimento, ocupam um espaço mais importante, que é o meu coração. Obrigado a todos.

SOUSA, Higo Carlos Meneses de. **UM GINÁSIO PARA MOCIDADE PICOENSE: Cultura escolar de uma instituição de ensino secundário (1950-1971)**. Dissertação (Mestrado em Educação). 395f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2019.

RESUMO

Este estudo tem como objeto a cultura escolar do Ginásio Estadual Picoense (GEP), uma escola pública de ensino secundário ginásial, localizada na cidade de Picos, região centro-sul do Estado do Piauí. Analisamos o processo de criação e consolidação desta instituição, gestada entre 1947 e 1950. O recorte temporal foi realizado considerando que a escola foi criada pela lei estadual nº 90, de 20, de janeiro de 1948, e iniciou suas atividades em 1950, sendo a única instituição pública de ensino secundário da cidade até 1971, quando a lei 5.692/71 extinguiu o exame de admissão e transformou todas as escolas públicas do Piauí, fosse Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Ginásios ou Colégios em Unidades Escolares. Para a realização desta investigação, foram utilizados referenciais teóricos e metodológicos pautados na Nova História Cultural, tomando como base as categorias conceituais propostas por Escolano Benito (2017), Frago (2005, 2007), Gallego (2008), Graça (2002), Júlia (2001), Lopes (2011, 2017, 2019), Magalhães (1999, 2004, 2008, 2018), Sousa (2005), Souza (2000), Souza (2007), Valente (2001) entre outros. Para a realização do estudo, utilizamos como fontes: documentos oficiais, legislação educacional, escriturário escolar, fontes hemerográficas, fontes imagéticas, autobiografias, livros de história das cidades, objetos da escola, dados estatísticos, entrevistas e questionários. Metodologicamente, realizamos uma pesquisa do tipo qualitativa e historiográfica. Como resultado final do estudo, foi possível identificar que a criação do GEP esteve ligada à ação das elites locais por meio de disputas políticas e de acordos que possibilitaram a concepção de uma instituição de ensino secundário em Picos. Esse contexto de disputas entre as forças políticas do município foi caracterizado pela ação da União Democrática Nacional (UDN), grupo político denominado pelos adversários de “*caretas*”, e pelo Partido Social Democrático (PSD), chamados de “*macacos*”. Essa disputa travou-se principalmente pelo fato de que a criação de um estabelecimento de ensino secundário em Picos era considerada uma ação que gerava grande prestígio social e político. Entre 1950 e 1971, a escola possuiu quatro sedes: a primeira no edifício destinado ao Grupo Escolar Coelho Rodrigues (1950-1954). Neste prédio, eram ministradas pela manhã as aulas do Grupo Escolar, destinadas ao curso primário, e à tarde funcionavam as turmas do GEP, inicialmente com duas turmas: uma masculina e uma feminina. A segunda sede (1954-1959) constituía-se por um conjunto de casas alugadas e adaptadas para que a escola funcionasse. Em 1960, o GEP recebeu sua primeira sede própria e, em 1970, foi inaugurado o prédio que a escola ocupa até os dias atuais. A cultura material do GEP, composta pelo edifício escolar e pelos objetos da escola foram elementos que nos ajudaram a pensar a cultura escolar da instituição. Nas quatro vezes que o GEP mudou de prédio, juntamente com essa mudança, houve alteração significativa na forma como a escola se apresentava para sociedade, sobretudo em seu funcionamento interno e em seus elementos materiais, especialmente o uniforme e a mobília. Além disso, concluímos que o edifício é um lugar, um espaço ocupado pela ação e apropriação dos sujeitos que nele interagem. Dessa forma, estudamos o edifício escolar e outros elementos da materialidade dessa escola, como o uniforme, a caderneta, os livros didáticos e os artefatos materiais, que nos deram indicativos da organização do GEP. A materialidade nos mostrou, ainda, discursos pedagógicos, valores e símbolos que ajudaram-nos a compreender a instituição. Entre os elementos organizacionais, destacamos neste trabalho: o ingresso dos alunos por meio do exame de admissão e o caráter seletivo do certame. Havia ainda a cobrança de anuidades pela Prefeitura

Municipal de Picos, pois, embora o GEP tivesse sido criado pelo governo estadual, constatamos que, até 1963, a escola foi mantida pelo município, mesmo tendo sido oficializada pelo Estado em 1961. Analisamos, ademais, os critérios que eram utilizados pelo poder público para de composição de funcionários dessa instituição, bem como observamos que a organização desse quadro se alterou na medida em que o alunado crescia. A cultura escolar do GEP trouxe a Picos práticas sociais até então desconhecidas pela maior parte da população, como o associativismo estudantil, a imprensa escolar e os bailes de formatura, além de ter reforçado as demais festas escolares e os desfiles cívicos de 7 de setembro, que já eram praticados pelas escolas primárias, notadamente, pelo Grupo Escolar Coelho Rodrigues e pela Escola Municipal Landri Sales, colocando em destaque os uniformes e as performances dos estudantes secundaristas. Além disso, percebemos que ser ginásiano em Picos entre as décadas de 1950 e 1970 era sinal de grande prestígio, visto que a escola era a única instituição de ensino secundário pública do município e, como consequência disso, por muitos anos, foi frequentada por sujeitos de diferentes grupos sociais.

Palavras-chave: Ginásio Picoense; Cultura escolar; Instituição Educativa.

SOUSA, Higo Carlos Meneses de. **A GYMNASIUM FOR PICOENSE YOUTH: School culture of a secondary school (1950-1971)**. Dissertation (Master in Education). 395f. Graduate Program in Education, Center for Educational Sciences, Federal University of Piauí, 2019.

ABSTRACT

This study has as its object the school culture of the Picoense State Gymnasium (GEP), a public high school, located in the city of Picos, central-south region of the state of Piauí. We analyzed the process of creation and consolidation of this institution, managed between 1947 and 1950. The time frame was taken considering that the school was created by state law No. 90, of January 20, 1948, and began its activities in 1950, being the only public high school in the city until 1971, when Law 5.692 / 71 extinguished the entrance exam and transformed all public schools in Piauí, whether School Groups, Gathered Schools, Gyms or Colleges in School Units. For this research, we used theoretical and methodological references based on the New Cultural History, based on the conceptual categories proposed by Escolano Benito (2017), Frago (2005, 2007), Gallego (2008), Grace (2002), Julia (2001), Lopes (2011, 2017, 2019), Magalhães (1999, 2004, 2008, 2018), Sousa (2005), Souza (2000), Souza (2007), Valente (2001) and others. For the study, we used as sources: official documents, educational legislation, school clerks, hemerographic sources, imagery sources, autobiographies, city history books, school objects, statistical data, interviews and questionnaires. Methodologically, we conducted a qualitative and historiographic research. As a final result of the study, it was possible to identify that the creation of the GEP was linked to the action of local elites through political disputes and agreements that enabled the design of a secondary education institution in Picos. This context of disputes between the political forces of the municipality was characterized by the action of the National Democratic Union (UDN), a political group called opponents "grimaces", and the Social Democratic Party (PSD), called "monkeys". This dispute was mainly due to the fact that the creation of a secondary school in Picos was considered an action that generated great social and political prestige. Between 1950 and 1971, the school had four headquarters: the first one in the building for the Coelho Rodrigues School Group (1950-1954). In this building, the Group Group's classes were taught in the morning, intended for the primary school, and in the afternoon, the GEP classes worked, initially with two classes: one male and one female. The second headquarters (1954-1959) consisted of a set of rented houses adapted for the school to function. In 1960, the GEP received its first headquarters, and in 1970 the building that the school occupies until today. The material culture of the GEP, composed by the school building and the school objects, were elements that helped us to think about the school culture of the institution. In the four times that the GEP changed buildings, along with this change, there was a significant change in the way the school presented itself to society, especially in its inner workings and in its material elements, especially the uniform and the furniture. In addition, we conclude that the building is a place, a space occupied by the action and appropriation of the interacting subjects. Thus, we study the school building and other elements of the materiality of this school, such as the uniform, the book, textbooks and material artifacts, which gave us indicative of the organization of the GEP. Materiality also showed us pedagogical discourses, values and symbols that helped us understand the institution. Among the organizational elements, we highlight in this work: the entrance of the students through the entrance exam and the selective character of the competition. There was also the collection of annuities by the City Hall of Picos, because, although the GEP had been created by the state government, we found that, until 1963, the school was maintained by the municipality, even though it was officialized by the state in 1961. . In addition, we analyzed the criteria that were used by the

public power for the composition of employees of this institution, and observed that the organization of this situation changed as the students grew. GEP's school culture brought to Picos social practices hitherto unknown to most of the population, such as student associations, the school press and proms, in addition to reinforcing the other school parties and civic parades of September 7, which were already practiced by primary schools, notably the Coelho Rodrigues School Group and the Landri Sales Municipal School, highlighting the uniforms and performances of high school students. In addition, we realized that being a junior high school student in Picos between the 1950s and 1970s was a sign of great prestige, since the school was the only public secondary school in the municipality and, as a result, for many years was attended by subjects from different social groups.

Keywords: Picoense Gymnasium; School culture; Educational Institution.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1 Ensino secundário de 1942 a 1961	23
Organograma 2 Ensino Secundário de 1961 a 1971.....	24
Mapa 1 Município de Picos em 1950	39
Mapa 2 Cartograma de Itinerários do Piauí em 1939	41
Mapa 3 Picos em 1950	56
Mapa 4 Estabelecimentos de ensino ginásial entre 1945 e 1955.....	62
Mapa 5 Estabelecimentos de ensino ginásial no Piauí em 1965	86
Figura 1 Campo de pouso em Picos, década de 1950	44
Figura 2 Município de Picos em 1950.....	45
Figura 3 Rua Grande (Atual Avenida Getúlio Vargas) em 1950	46
Figura 4 Aspecto da feira livre de Picos, década de 1950.....	55
Figura 5 BR 026 (1960-1970) Atual BR 316	57
Figura 6 Governador Rocha Furtado (1950)	70
Figura 7 Deputado Hélio Leitão	73
Figura 8 Prefeito Celso Eulálio	78
Figura 9 Vidal de Freitas e professores do GEP (1974).....	82
Figura 10 Cronologia das sedes do GEP (1950-1970)	94
Figura 11 Grupo Escolar Coelho Rodrigues	97
Figura 12 Horário de aulas, 3ª série ginásial de 1952	98
Figura 13 Sala de aula do Grupo Escolar Coelho Rodrigues	99
Figura 14 Região da Malva e Canto da Várzea em Picos, Final de 1950.	103
Figura 15 Segunda sede do ginásio 1955-1959 (2018)	105
Figura 16 Carteira utilizada entre 1950-1959.....	109
Figura 17 Deputado Marcos Santos Parente	112
Figura 18 Planta funcional sede do município de Picos (1967)	113
Figura 19 Fachada da terceira sede do Ginásio Estadual Picoense (1960-1969).....	116
Figura 20 Terceira sede do Ginásio Estadual Picoense (1960-1969).....	116
Figura 21 Levantamento arquitetônico (fachada).....	118
Figura 22 Turma da 3ª série de 1960 no hall de entrada	119
Figura 23 Levantamento arquitetônico – telhado (1960)	120
Figura 24 Levantamento arquitetônico – Distribuição dos espaços (1960)	121
Figura 25 Pátio central do GEP (1960-1969)	123

Figura 26 Levantamento arquitetônico (fachada 1963).....	124
Figura 27 Levantamento arquitetônico (divisão interna 1963)	124
Figura 28 Planta baixa (1963)	125
Figura 29 Vista panorâmica do GEP (1967)	126
Figura 30 Levantamento arquitetônico GEP (1967).....	127
Figura 31 Ginásio tipo 1 do INEP para 200 alunos.....	127
Figura 32 Ginásio tipo 1 do INEP para 200 alunos – Planta baixa	129
Figura 33 Planta baixa Ginásio Picoense (1960).....	129
Figura 34 Carteira utilizada no GEP entre 1960-1969	131
Figura 35 Sala de aula GEP 1960.....	132
Figura 36 Inauguração de escolas pelo Governador Helvídio Nunes (1970).....	135
Figura 37 Localização do prédio do GEP (1970).....	137
Figura 38 Prédio do GEP visto por trás 1970.....	137
Figura 39 Enchente de 1960 em Picos	138
Figura 40 Inauguração do prédio do GEP em Março de 1970	139
Figura 41 Governador Helvídio Nunes na inauguração da quarta sede do GEP (1970).....	140
Figura 42 Construção da quarta sede do ginásio de Picos.....	141
Figura 43 Colégio Estadual Marcos Parente logo após sua inauguração na década de 1970	141
Figura 44 Colégio Estadual Lima Rebelo – Parnaíba (1970).....	142
Figura 45 Colégio Estadual de Campo Maior	142
Figura 46 Brasão do ginásio 1970	143
Figura 47 4ª série ginásial década de 1970.....	144
Figura 48 Planta baixa do ginásio 1970	145
Figura 49 Carteira escolar (1970).....	146
Figura 50 Uniformes do GEP década de 1950	149
Figura 51 Turma 1953-1956 (1º uniforme do GEP).....	150
Figura 52 Uniforme do GEP – década de 1960.....	151
Figura 53 Uniformes escolares década de 1960	151
Figura 54 Uniformes escolares década de 1960	151
Figura 55 Uniformes escolares do GEP – Década de 1970.....	152
Figura 56 Uniformes femininos – década de 1970.....	153
Figura 57 Uniformes femininos Educação Física – Década de 1960.....	154
Figura 58 Uniforme de educação física de gala 1960	155
Figura 59 Uniforme de gala 7/09/1964.....	158

Figura 60 Desfile cívico, década de 1960.....	158
Figura 61 Caderneta escolar (capa e folha de rosto) - 1952	162
Figura 62 Caderneta escolar (capa e folha de rosto) 1952	162
Figura 63 Caderneta escolar (capa e folha de rosto) - 1961	162
Figura 64 Caderneta escolar (capa e folha de rosto) - 1961	162
Figura 65 Regulamento do Ginásio	163
Figura 66 Regime escolar	164
Figura 67 Controle de frequência	165
Figura 68 Controle de mensalidades e horário de aulas	166
Figura 69 Espaço de comunicados aos pais.....	167
Figura 70 Comunicado dos pais a diretoria	168
Figura 71 Turma de ginásianos, 1960	170
Figura 72 Livro de Português	171
Figura 73 Livro de Matemática	171
Figura 74 Livro de Matemática	171
Figura 75 Livro de Geografia	171
Figura 76 Livro de História	172
Figura 77 Admissão ao Ginásio	172
Figura 78 Admissão ao Ginásio – Ed. Do Brasil (Matemática)	173
Figura 79 Livro de História – 2ª Série ginásial	174
Figura 80 Livro de Leitura.....	176
Figura 81 Programa de Português	181
Figura 82 Programa de Matemática.....	182
Figura 83 Programa de História	182
Figura 84 Livro Programa de Admissão p. 150	183
Figura 85 Livro Programa de Admissão p. 151	183
Figura 86 Programa de Geografia	184
Figura 87 Exercícios de História	184
Figura 88 Certificado de aprovação no Exame de Admissão.....	185
Figura 89 Livro Programa de Admissão, Cia Editora Nacional, 1971	188
Figura 90 Livro Programa de Admissão, Cia Editora Nacional, 1971	188
Figura 91 Atestado de curso primário	191
Figura 92 Programa de Admissão, 4ª ed. 1958. Cia. Editora Nacional, 349p.	193
Figura 93 Exame de Admissão para os ginásios. Edição atualizada, 1939. Editora Livraria	

Francisco Alves	193
Figura 94 Admissão ao Ginásio, Aída Costa e outros. 566ª ed. Editora do Brasil, 1969.....	194
Figura 95 Gravuras para produção de texto do Exame de Admissão.....	195
Figura 96 Livro preparatório utilizado pelas primeiras turmas	196
Figura 97 Comprovante de pagamento da anuidade	204
Figura 98 Requerimento de matrícula de 1953	205
Figura 99 bilhete dispensando anuidade por ordem do prefeito de 1953.....	207
Figura 100 bilhete dispensando anuidade por ordem do prefeito de 1960.....	207
Figura 101 Prestação de contas da Sociedade Pe. Marcos de Araújo Costa de Março de 1952	209
Figura 102 Prova de Matemática da seleção de bolsas para o GEP (1960)	211
Figura 103 Prova de Matemática da seleção de bolsas para o GEP (1960)	211
Figura 104 Aprovação em concurso de alunos do ginásio	217
Figura 105 Ata de prova de segunda época.....	223
Figura 106 Diretores do Ginásio Picoense entre 1950 e 1971	224
Figura 107 Placa “Diretores” de 1973	225
Figura 108 Visita de Anísio Maia a Picos em 1952	226
Figura 109 Anísio Martins Maia	227
Figura 110 José Vidal de Freitas	228
Figura 111 Capitão Camelo.....	229
Figura 112 Programação da reunião de diretores de 1961	232
Figura 113 Programação da reunião de diretores de 1961	232
Figura 114 Reunião de diretores (1965).....	233
Figura 115 Portaria de nomeação do diretor Luís Pereira.....	234
Figura 116 Carteira do diretor Luís Pereira.....	235
Figura 117 Carteira do diretor Luís Pereira.....	235
Figura 118 Certificado de registro docente 1952	237
Figura 119 Certificado de registro docente 1968	237
Figura 120 Certificado de registro docente 1968	237
Figura 121 Inscrição no exame de suficiência da CADES.....	241
Figura 122 Inscrição no Exame de Suficiência da CADES	241
Figura 123 Carteira de autorização da CADES.....	242
Figura 124 Carteira de autorização da CADES.....	242
Figura 125 Ferramentas de madeira	250

Figura 126 Ferramentas e mobília de madeira	250
Figura 127 Capa do caderno de Trabalhos Manuais (1959).....	252
Figura 128 Trabalhos de agulha	253
Figura 129 Trabalhos de agulha	254
Figura 130 Dona Zizi.....	255
Figura 131 Dorinha Xavier.....	255
Figura 132 Capa dos livros de Economia Doméstica.....	256
Figura 133 Capa dos livros de Economia Doméstica.....	256
Figura 134 Unidade I do livro de Economia Doméstica 1950	257
Figura 135 Prontuário de aluno da 1ª série ginásial de 1950.....	261
Figura 136 Prova parcial de Desenho (1951)	266
Figura 137 Prova especial de Francês 3ª série 1962.....	268
Figura 138 Recado da professora a secretária do GEP, década de 1960.....	269
Figura 139 Corpo direito do jornal A Ordem	269
Figura 140 Pe. Davi Ângelo Leal	270
Figura 141 Despedida de Alberto Nunes do Jornal A Ordem.....	271
Figura 142 Requerimento de Matrícula de 1955	272
Figura 143 Balisa no desfile cívico de 7 de Setembro de 1960.....	280
Figura 144 Balisa no desfile cívico de 7 de Setembro de 1966.....	280
Figura 145 Ensaio do desfile cívico de 7 de Setembro de 1963.....	281
Figura 146 Apresentação de ginástica rítmica de 7 de Setembro de 1963	282
Figura 147 Professor e alunos da 4ª série ao final do desfile cívico de 1958.....	283
Figura 148 Pelotão no dia 7 de Setembro de 1962	284
Figura 149 7 de Setembro de 1960.....	284
Figura 150 Desfile de 7 de Setembro de 195?.....	286
Figura 151 Desfile 7 de Setembro final da década de 1960	286
Figura 152 Alunas no dia 7 de Setembro de 1966.....	287
Figura 153 7 de Setembro, década de 1960.....	287
Figura 154 Carro alegórico 7 de Setembro	288
Figura 155 Cavalaria 7 de Setembro	289
Figura 156 Convite de Formatura – Turma 1961	291
Figura 157 Convite de Formatura – Turma 1961 (Programa).....	291
Figura 158 Convite de Formatura – Turma 1961 (Homenagem).....	292
Figura 159 Convite de Formatura – Turma 1961 (Homenageados).....	292

Figura 160 Convite de Formatura – Turma 1961 (Lista de formandos)	293
Figura 161 Baile turma de 1955 (Turma do Centenário)	295
Figura 162 Francisca Luiza de Moura Rocha (Foto oficial 1969)	296
Figura 163 Entrega do diploma décadas de 1960 e 1970, respectivamente	297
Figura 164 Entrega do diploma décadas de 1960 e 1970, respectivamente	297
Figura 165 Quadros de formatura de 1953 e 1955 do GEP	299
Figura 166 Quadros de formatura de 1953 e 1955 do GEP	299
Figura 167 Festa junina de 1966	301
Figura 168 Programação do Dia das mães de 1966	302
Figura 169 Homenagem as mães	303
Figura 170 Ensaio para apresentações (1966)	303
Figura 171 Campeonato de voleibol década de 1960	306
Figura 172 Recebimento do troféu do campeonato de Voleibol	307
Figura 173 1ª Diretoria do Grêmio da Costa e Silva	309
Figura 174 Corpo dirigente Jornal Flâmula	311
Figura 175 Diploma de Rainha dos Estudantes	313
Figura 176 Segundo concurso Rainha dos Estudantes	314
Figura 177 Rainha dos Estudantes 1951	314
Figura 178 Rainha dos Estudantes 1953	314
Figura 179 Rainha dos Estudantes 1960	314
Figura 180 Rainha dos Estudantes em desfile cívico, 1960	315
Figura 181 Gráfica ginásial	316
Figura 182 Timbre do Jornal Flâmula	317
Figura 183 Primeiro número do Jornal Flâmula.....	318
Figura 184 Carteira de estudante 1955	320
Figura 185 Carteira de estudante 1955	320
Figura 186 Diploma de honra ao mérito do Grêmio Helvidio Nunes de 1966	323
Figura 187 Comprovante de pagamento de matrícula	323
Figura 188 Comprovante de pagamento de matrícula de 1967	324
Figura 189 Jornal O Grêmio	325
Figura 190 Chapa eleitoral da UPES 196?	326

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADES – CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

CENEC – CAMPANHA NACIONAL ESCOLAS DA COMUNIDADE

COLTED – COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO

DES - DIRETORIA DE ENSINO SECUNDÁRIO

GEP – GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES

M.E.S – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PPGED – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

UDN – UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

UPES – UNIÃO PICOENSE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Teses e dissertações sobre ensino ginásial produzidas na UFPI entre 2005 e 2017	21
Quadro 2 Participantes da pesquisa	34
Quadro 3 Emancipações do município de Picos entre 1954 e 1964.....	53
Quadro 4 Jornais impressos em Picos década de 1950	58
Quadro 5 Estabelecimentos de ensino secundário ginásial no Piauí em 1949	64
Quadro 6 Governadores do Piauí entre 1947 e 1966.....	83
Quadro 7 Prefeitos de Picos entre 1947 e 1966.....	83
Quadro 8 Estabelecimentos de ensino secundário oficializados entre 1950 e 1970 no Piauí	85
Quadro 9 Instituições de Ensino pós-primário em Picos (1950-1970).....	89
Quadro 10 Estabelecimentos comerciais e sociais em Picos em 1960.....	90
Quadro 11 Legislação Básica sobre o ensino secundário entre 1942 e 1970.....	179
Quadro 12 Estrutura da prova do Exame de Admissão.....	180
Quadro 13 Preparatórios para o exame de admissão em Picos - PI	189
Quadro 14 Dados da concorrência dos exames de admissão ao GEP (1950-1971).....	197
Quadro 15 Matrículas da Escola Técnica de Comércio de Picos (1957-1958).....	199
Quadro 16 Composição de funcionários que passaram pelo GEP entre 1950 e 1971.....	218
Quadro 17 Inspectores do Ensino Secundário em Picos (1950-1959)	222
Quadro 18 Disciplinas e professores (1950-1961)	238
Quadro 19 Disciplinas e professores (1962-1971)	243
Quadro 20 Disciplinas escolares do GEP 1950-1951.....	245
Quadro 21 Disciplinas Escolares do GEP (1962-1971)	245
Quadro 22 Programação das formaturas do GEP entre 1953 e 1972	293
Quadro 23 Nome das turmas 1953-1972.....	298

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Municípios com maior população urbana no Piauí – Censo de 1940.....	51
Tabela 2 Municípios com maior população urbana no Piauí – Censo de 1950	51
Tabela 3 Ramos de atividades em Picos – Década de 1950.....	54
Tabela 4 Produção agrícola do município de Picos em 1950.....	55
Tabela 5 Evolução do ensino médio e da população escolar no Piauí (1940 e 1950).....	59
Tabela 6 Estabelecimentos de ensino secundário ginásial em funcionamento no Piauí (1941 a 1960)	60
Tabela 7 Escolarização primária no Piauí e em Picos – Censo de 1950	65
Tabela 8 Ampliação da rede estadual de ensino médio no Piauí entre 1963 e 1966.....	86
Tabela 9 Cidades com maior população urbana no Piauí – Censo de 1960.....	87
Tabela 10 Cidades com maior população urbana no Piauí – Censo de 1970.....	88
Tabela 11 Índice de conclusão do curso ginásial no Ginásio Picoense (1950-1965).....	213

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 CARETAS E MACACOS: PROCESSO DE CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO GINÁSIO PICOENSE	39
2.1 Condições e emergência do Ginásio Picoense	39
2.2 Um ginásio para mocidade picoense	68
3 MATERIALIDADE DO GINÁSIO PICOENSE	92
3.1 É aqui que vamos ficar, o edifício escolar	93
3.2 Eis o que vamos vestir, o uniforme escolar	148
3.3 Entre carimbos, registros e assinaturas: a caderneta escolar	159
3.4 Meus livros do ginásio.....	168
4 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GINÁSIO PICOENSE	178
4.1 Que alegria. Passei no exame de admissão	178
4.2 Fazendo a matrícula no ginásio	202
4.3 Do diretor ao bedel: composições do quadro institucional do Ginásio Picoense.....	217
4.4 O professor e a matéria que eu mais gostava era.....	235
4.5 Tem que estudar muito pra passar, o sistema de avaliação do ginásio.....	259
4.6 Quem tem medo da suspensão?.....	272
4.7 Ginasiano também brinca e faz festa: Práticas de socialização	276
4.8 Associativismo estudantil e imprensa escolar	308
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	327
REFERÊNCIAS	333
ANEXOS	352

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de investigação uma tradicional escola pública estadual, situada no município de Picos, região centro-sul do Estado do Piauí. Criada através da lei estadual nº 90, de 20 de janeiro de 1948, com o nome de Ginásio Estadual Picoense, e posta em funcionamento em 9 de março de 1950, foi, até a década de 1970, a única escola secundária da região. Desde 2014, a escola é denominada de Centro Estadual de Tempo Integral Marcos Parente, ofertando educação em jornada de tempo integral no ensino fundamental do 6º ao 9º ano, e ensino médio no período diurno, atendendo, em média, 350 alunos.

A gênese do interesse em estudar essa instituição escolar está associada à minha formação acadêmica, pois, em 2010, ainda na graduação, optei por estudar o ensino de História no curso secundário picoense, entre as décadas de 1950 e 1970. Ao me aproximar do tema, fui conhecendo um pouco mais da História da instituição analisada e despertando o interesse pelo estudo de sua trajetória.

Em 2013, concluí o curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí – *Campus* de Picos, defendendo o trabalho de conclusão de curso intitulado “Nos tempos do Ginásio: livro didático e ensino de História na escola picoense (1960-1970)”. Nos anos subsequentes, a intenção de pesquisa ficou guardada, como também o desejo de cursar o Mestrado, despertado em fins de 2017.

A partir das conversas realizadas ainda durante a construção do trabalho monográfico de graduação, foi possível perceber a relação que muitos ex-alunos e ex-professores possuíam com a instituição, que foi o primeiro ginásio de Picos. Segundo os depoimentos, o Ginásio Picoense levou à região um leque de oportunidades que até então não existiam.

Além disso, durante o desenvolvimento do trabalho na graduação, foi possível organizar relevante acervo de fontes que foram catalogadas e digitalizadas, além do que o fato de fazer parte do quadro permanente da Secretaria de Estado da Educação do Piauí, atuando como professor de História no CETI Marcos Parente entre 2015 e 2017, possibilitou localizar documentações do Ginásio Picoense espalhadas nos prédios escolares da cidade de Picos e na capital do Estado.

Levando-se em conta as fontes encontradas e as informações obtidas até o período da seleção de mestrado, me senti motivado a apresentar ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí uma proposta de pesquisa semelhante a que foi

feita na graduação, agora, de forma mais aprofundada, embasada na perspectiva da História das disciplinas escolares.

Ao ser aprovado na seleção, minha orientação coube ao professor doutor Antônio de Pádua Carvalho Lopes, e, a partir de seu direcionamento, sugerindo novas leituras sobre ensino secundário, cultura escolar e instituições escolares, decidimos por migrar do campo da História das disciplinas escolares para a perspectiva da História das instituições escolares, abordando a História do Ginásio Picoense, optando pelo viés da cultura escolar como fio condutor.

Para a escolha desta instituição, subsidiamos esta pesquisa nas seguintes afirmações:

1 – Relevante instituição de ensino secundário público no município de Picos, responsável pela formação de muitos picoenses e pessoas oriundas de municípios adjacentes, oportunizando às novas gerações a continuidade dos estudos;

2 – Instituição ainda não estudada sob a ótica das instituições escolares e da cultura escolar, dentro do recorte proposto, além do que, no levantamento das fontes, foram encontrados documentos e fatos inéditos que podem dar uma melhor compreensão sobre a história desse nível de ensino em Picos e no Piauí;

3 – É considerada a única instituição que ofertou o curso ginásial público em Picos, dentro do recorte estudado.

Diante disso, o **objetivo geral** foi analisar a cultura escolar do Ginásio Picoense entre os anos de 1950 e 1971. Para atingir esse objetivo geral, traçamos os seguintes **objetivos específicos**: (i) Entender como se processou a criação de um estabelecimento de ensino secundário ginásial público em Picos; (ii) Compreender a organização e a cultura material do Ginásio Picoense; (iii) Analisar seu funcionamento por meio das práticas e vivências de seus sujeitos.

Além disso, durante a construção do objeto, consideramos ainda a necessidade de ampliar os estudos sobre História das instituições educativas de ensino secundário ginásial no Piauí, bem como da necessidade de abrir a “caixa preta” do ginásio de Picos. Nesse sentido, levando-se em conta os objetivos traçados, nos propomos a responder a seguinte questão: Como se expressava a cultura escolar do Ginásio Picoense entre os anos de 1950 e 1971? Relacionado a este problema, alguns outros questionamentos surgiram, quais sejam: Como se processou a criação do ginásio em Picos? Como estava organizado o Ginásio Picoense? Que práticas e vivências de seus sujeitos podem ser percebidas?

Definido o objeto, fizemos levantamento, no Repositório Institucional da Universidade Federal do Piauí, de teses e dissertações sobre instituições escolares de ensino ginásial

produzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI – PPGED, entre 2005 e 2019.

Diante do levantamento realizado, percebemos que o número de trabalhos ainda é relativamente modesto, uma vez que há menos de dez produções e que, em sua grande maioria, a análise não focou em uma instituição específica, mas em um conjunto de instituições ou na formação das redes escolares nos municípios estudados, conforme apresentamos no quadro 1.

Quadro 1: Teses e Dissertações sobre ensino ginasial produzidas na UFPI entre 2005 e 2017

Título	Autor/Ano	Categoria
Picos e a consolidação de sua rede escolar: do grupo escolar ao Ginásio Estadual	Jane Bezerra de Sousa 2005	Dissertação
A Trajetória das escolas da CNEC no Piauí: 1952 -1997	João Batista Silva 2010	Dissertação
História da Educação Jaicoense: Dos primeiros aldeamentos ao Ginásio Padre Marcos	Lourenilson Leal de Sousa 2010	Dissertação
A constituição da rede escolar de Timon-MA: do grupo escolar ao Ginásio Bandeirante (1942-1971)	Cristiano de Assis Silva 2014	Dissertação
Ginásio Parnaibano: História e Memória (1927-1959)	Juliana Brondani da Costa 2017	Dissertação
O Ensino secundário ginasial no Piauí republicano: reconstituindo a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969)	Amada de Cássia dos Campos Reis 2017	Tese

Fonte: Quadro produzido pelo pesquisador, com base no Repositório Institucional da UFPI (2019).

A partir das leituras dessas dissertações e de outros trabalhos sobre esse nível de ensino, fomos instigados, também, a procurar abordar as condições de emergência dessas instituições nos municípios que as recebiam, pois, segundo Sousa (2005) e Souza (2008), as instituições ginasiais eram vistas pela sociedade da época como locais de prestígio, e os municípios que as possuíam, de progresso.

Souza (2010) aborda que os ginásios foram instalados nas capitais e nas maiores cidades, simbolizando progresso, cultura e desenvolvimento, ultrapassando os muros da escola, tanto por suas transformações materiais, quanto pela memória de seus sujeitos ao longo do tempo. No Piauí, esse movimento ocorreu de forma mais nítida a partir da década de 1940 e alcançou seu auge na década de 1950. No caso de Picos, Sousa (2005) relata que, além do prestígio, a instalação do ensino secundário na cidade trouxe festas e outros eventos que integravam o ginásio à dinâmica da cidade, a partir dos anos de 1950.

Percebemos que, assim como em Picos, gradativamente, em outras cidades piauienses, a criação desse tipo de estabelecimento foi “resultado de mobilização de grupos com força política nas capitais ou nas cidades mais importantes de cada estado e não tiveram sua origem em ações governamentais, mas de organizações particulares, religiosas em sua maior parte”. (PESSANHA; ASSIS; SILVA, 2017, p. 326).

No percurso de construção do trabalho, submetemos ao Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, em 2018, a proposta de pesquisa de mestrado intitulada “UM GINÁSIO PARA A MOCIDADE PICOENSE: investigando a cultura escolar de uma instituição de ensino secundário em Picos – PI (1950-1971)”, a qual foi aprovada em dezembro de 2018, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n.º 03455418.1.0000.5214.

Alertamos o leitor, ainda, para o cuidado com a nomenclatura da escola, pois, considerando o período em estudo, a instituição possuiu três denominações, a saber: Ginásio Estadual Picoense; Ginásio Municipal Picoense; Ginásio Picoense (1950-1963); Ginásio Estadual Marcos Parente (1963-1966) e Colégio Estadual Marcos Parente (1966-1971). De modo a facilitar a leitura, utilizamos, neste trabalho, a sigla GEP (Ginásio Estadual Picoense), para nos referirmos à instituição. Além disso, também fizemos uso de expressões como “ginásio” e “ensino ou instrução secundária” para referenciar a escola.

Souza (2019) nos mostra que, “no Brasil, o termo instrução secundária passou a ser empregado na legislação escolar do século XIX, a partir da criação do Colégio Pedro II” (SOUZA, 2019, p. 28). A denominação “ginásio”, segundo Oliveira (2014), só começou a ser adotada a partir de 1891, com a reforma Benjamim Constant, em substituição às expressões anteriores: Liceu e Colégio, que estavam caindo em desuso.

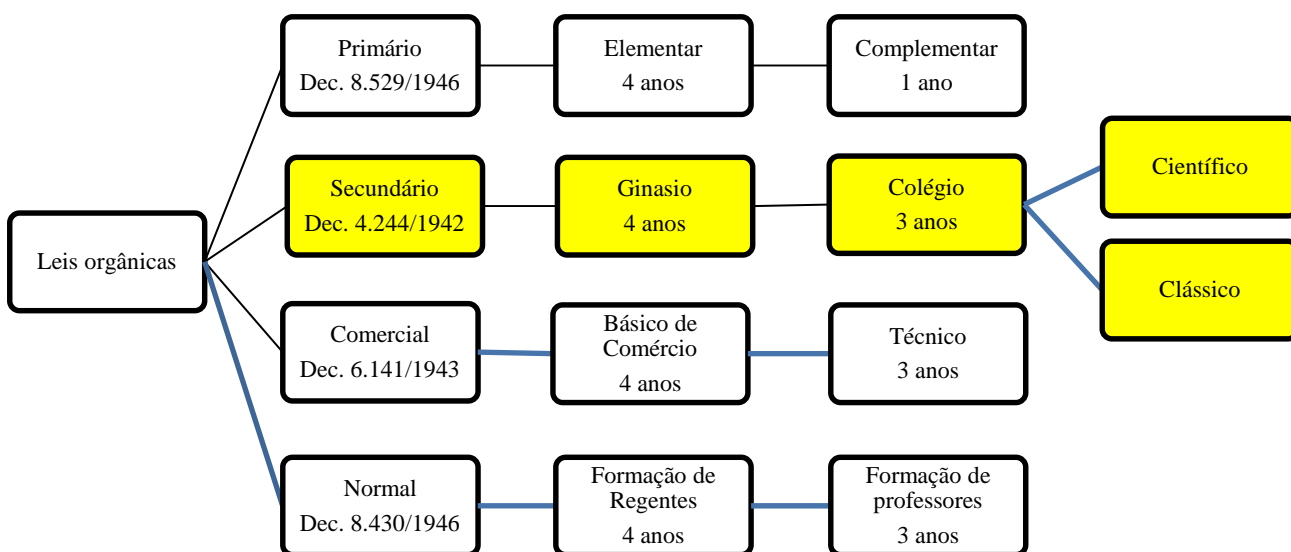
Oliveira (2014) nos mostra, ainda, que o ensino secundário, durante muito tempo, era a etapa que permitia acesso aos cursos superiores. Contudo, esse nível de ensino só começou a ganhar uniformidade e organicidade a partir do Governo Vargas, de forma que “a seriação estabeleceu-se para todos os níveis de ensino, sendo que no ensino secundário ela foi

prescrita, em nível nacional, pela Reforma Francisco Campos” (SOUZA; DALLABRIDA, 2014, p. 10).

Segundo Alves (2012), com o decreto-lei 4.244, de 9 de Abril de 1942, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Secundário, se consolidaria “o império do meio”, distinguindo-se dos demais cursos de nível médio.

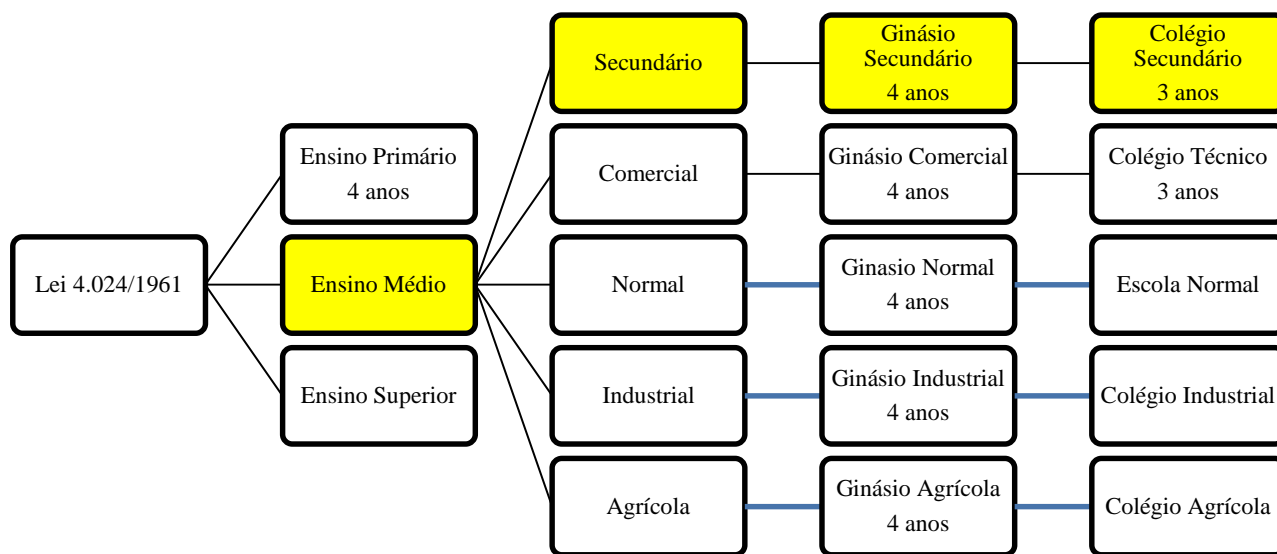
O decreto nº 4.244, de 1942, estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Secundário, sendo que, por essa lei, os estabelecimentos de ensino secundário de primeiro ciclo (correspondente atualmente às turmas de 6º ao 9º anos do ensino fundamental) foram denominados ginásios. Foi com essa lei que o termo *ginásio* foi popularizado. Essa denominação foi mantida pela lei 4.024/1961, que estabeleceu a primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil, tendo sido abolida somente em 1971, pela reforma do ensino de primeiro e segundo graus que fundiu o primário e o ginásio, transformando em ensino de primeiro grau, conforme organogramas 1 e 2:

Organograma 1: Ensino Secundário 1942 a 1961



Fonte: Organograma elaborado pelo autor a partir das leis orgânicas do ensino citadas no organograma.

Organograma 2: Ensino Secundário 1961 a 1971



Fonte: Organograma elaborado pelo autor a partir da Lei 4.024/1961 (Lei de Diretrizes e Bases).

No primeiro organograma, percebemos que a legislação do período era regulamentada por leis independentes, denominadas Leis Orgânicas, de modo que cada nível de ensino possuía regulamentação específica e não havia mobilidade entre eles. Essa mobilidade só foi possível com a lei de equivalência, lei 1.821, de 1953. Para ingressar no curso ginasial, era necessário ser aprovado no exame de admissão. Durante a vigência da lei orgânica do ensino secundário, esse nível de ensino era enciclopédico, enquanto os demais níveis de ensino formavam mão de obra para os setores da produção. O segundo organograma já não mostra o ensino secundário de forma independente, com uma lei específica, muito embora tenha mantido alguns elementos da legislação anterior, como o exame de admissão a partir de 1961, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases, que passou a ser um dos ramos do ensino médio.

Na escolha do recorte temporal, consideramos, como marco inicial, o ano de 1950, quando começou a funcionar o Ginásio Picoense, e, como recorte final, o ano de 1971, tendo em vista o advento da Lei 5692/1971, que fundiu o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário, o ginasial, transformando-o em primeiro grau, com duração de oito anos; acabando, inclusive, com o exame de admissão, que, durante mais de duas décadas, era pré-requisito para o ingresso no Ginásio Picoense.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa histórica, situada na história da educação brasileira que privilegia os estudos sobre história das instituições escolares e cultura escolar. Em decorrência disso, foi importante uma fundamentação teórica vinculada à Nova História

Cultural, pois essa vertente da História possibilitou a ampliação de objetos estudados. Burke (1992, p. 11) reforça isso ao afirmar que “a nova História começou a se interessar por toda atividade humana, tudo tem História”.

Para esse paradigma, não há mais nada imutável, a construção do trabalho não deve mais se embasar somente em documentos oficiais, mas olhar o objeto de estudo, considerando-o como uma construção cultural. Assim, compreendemos que a escola, enquanto instituição, merece ser estudada porque ela é capaz de nos mostrar o conjunto de práticas culturais, valores, processos e de formas de organização no contexto histórico em que esteve inserida. Com isso, a História da educação, em diálogos com a Nova história Cultural, nos traz a possibilidade de estudar a dinâmica da instituição educativa, considerando que ela “é um organismo vivo” (MAGALHÃES, 2004).

No caminho teórico construído por Magalhães (2004), observamos que a instituição escolar não estava isolada do seu meio. Nesse sentido, tivemos a necessidade de analisar como se processou a dinâmica do Ginásio Picoense com o que lhe era externo, como fatores sociais, educacionais, políticos e socioeconômicos, bem como procuramos entender a ação dos sujeitos externos ao ginásio e como estes se relacionavam com a instituição.

Desse modo, amparada em Magalhães (1999, 2004), Luchese (2018) propôs investigar as instituições escolares, observando o “[...] que é vivenciado internamente e o que acontece no interior da escola, entre o que está no exterior, mas também, interior dos muros da escola”. (LUCHESE, 2018, p. 58). Dessa forma, além das condições de emergência do ginásio, elementos de sua cultura escolar possibilitaram o diálogo deste com o município de Picos.

Nesse sentido, neste trabalho, não nos limitamos a descrever a escola, mas procuramos entender a escola como ambiente vivo, ocupado pelo homem, que sofre a ação humana, considerando que o pesquisador Justino Magalhães nos trouxe elementos que nos possibilitaram uma pesquisa que foi além de “uma abordagem descritiva, ou justificativa de determinada política educativa” (MAGALHÃES, 2005, p. 102), percebendo que a instituição escolar é inserida em uma dinâmica sociocultural integrativa.

Posto isto, consideramos, no estudo da instituição, a análise da cultura escolar produzida por ela, inserida no contexto socioeconômico e cultural, composto de “sujeitos que atuam na instituição e que a formam que dão sentidos as práticas e as normas” (LUCHESE, 2018, p. 58). Entendemos, assim, que os aspectos materiais e os normativos não estão separados do humano.

Para Magalhães (2004), construir a história de uma instituição vai além da descrição, significa “compreender e explicar os processos e compromissos sociais instituinte, de

manutenção de regulação e de manutenção normativa” (MAGALHÃES, 2004, p. 58). Além disso, o autor orienta que devemos analisar os elementos institucionais como a materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivos, representação, tradição e memória, práticas, envolvimento e apropriação.

Para tanto, o autor especifica, em linhas gerais, três categorias: a materialidade, não apenas a arquitetura, mas o uso dos espaços, tempos e o funcionamento da instituição, a representação, a leitura que se construiu sobre a instituição a partir da memória dos sujeitos e dos objetos da escola e apropriação, “identidade dos sujeitos e da instituição” (MAGALHÃES, 2004, p. 139). Desse modo, percebemos a importância de compreender a dinâmica interna da escola e a valorização dos sujeitos no processo através da cultura escolar.

A categoria cultura escolar foi abordada neste trabalho considerando a cultura material como parte integrante desta, observando os vestígios materiais, como uniforme, caderneta, o edifício e demais objetos da escola. Além disso, estudamos a organização e o funcionamento do ginásio a partir das práticas dos sujeitos. Para isso, examinamos elementos organizacionais e funcionais do ginásio, bem como as práticas de sociabilidade.

Nesse sentido, foram relevantes as contribuições e estudos sobre cultura escolar de Julia (2001), Escolano Benito (2008, 2017) e Viñao Frago (1995, 2007), para compreender a cultura da escola, como estava organizada, suas práticas e vivências. Julia (2001) concebe a cultura escolar como um conjunto de normas a ensinar e práticas que permitem sua transmissão. Quando falamos de normas, relacionamos este conceito a um conjunto de regras, no caso as regras do GEP, o modo particular desta instituição, que envolve seu funcionamento e organização.

A prática, por sua vez, está relacionada à estrutura simbólica, ou seja, aos meios que a escola utiliza para transmitir essa cultura. Porém, não podemos dissociar uma da outra, pois normas e comportamentos estão interligados no interior da escola. Viñao Frago (1995, p. 68-69) afirma que a cultura escolar é um:

Conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, incluindo, “práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do fazer escolar -, objetos materiais- função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento, e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas.

O GEP possuía elementos que o caracterizava enquanto organização, modos de vida, práticas e, reforçando o pensamento de Viñao Frago (1995) e Julia (2001), condutas.

Supomos que a cultura escolar é um caminho teórico-metodológico viável para análise desta instituição.

Viñao Frago (2007, p. 87) nos mostra que a cultura escolar seria em síntese como “[...] algo que permanece e dura; algo que as sucessivas reformas só arranham ao de leve, que a elas sobrevive, e que constitui sedimento formado ao longo do tempo”. Embora o conjunto de instituições educativas forme um sistema educacional e esteja sujeita à política, cada escola possui elementos em comum, principalmente quando ofertam o mesmo nível de escolaridade, neste caso, o ensino secundário, mas também possui leituras próprias daquilo que lhe é externo. O autor ainda nos traz alguns aspectos que conformam a cultura escolar: os atores, os discursos, os aspectos organizativos e institucionais e a cultura material.

Escolano Benito (2017), por sua vez, afirma que a escola é composta de três culturas, quais sejam: a política, a acadêmica e a empírica. A cultura política está relacionada às regras que governam a escola. Considerando o GEP, podemos apontar as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação e pela prefeitura de Picos, período em que foi mantido por ela e posteriormente pelo governo do estado do Piauí, definindo assim o programa das disciplinas, carga horária, quantidade de aulas e contratação de professores, por exemplo.

A cultura acadêmica e a política se conectam na medida em que, no seio da academia, foram pensados os programas de ensino, porém era pela ação do poder público que eles eram executados e tornados obrigatórios. A face empírica, por sua vez, é produzida pelos docentes no dia a dia de seu ofício. A cultura empírica acaba se sobrepondo e tornando-se ponto de intersecção entre as outras duas, tendo em vista que se trata da leitura e da dinâmica interna da própria escola daquilo que lhe é externo. Escolano Benito (2017) mostra que a cultura empírica está relacionada ao campo da experiência docente, ou seja, a maneira que os professores adaptam, criam e acomodam, por meio da ação, o que recebem da cultura política, caracterizada essencialmente pela norma e da cultura acadêmica ou científica.

Na perspectiva da cultura escolar, devemos considerar a cultura material da escola, isto é, os objetos integrados às práticas empíricas. Segundo Escolano Benito (2017), os objetos materiais da escola são um reflexo simbólico das formas de entender e governar a prática. Com isso, faz-se necessário entender “a relação dos homens com os objetos, a construção do sujeito em um processo de apropriação criativa dos objetos e do mundo” (ROCHE, 2000, p.18). Dessa forma, os objetos e os espaços da escola possuem uma intencionalidade, composta de valores pedagógicos e morais associados ao contexto histórico no qual se insere o estudo da instituição.

Felgueiras (2005, p. 96) nos mostra que o domínio dos objetos “[...] assegurará a assimilação do conjunto de valores, ideias conhecimentos”, de modo que nenhum objeto no âmbito educacional e nenhum espaço escolar é neutro, tudo possui intencionalidade.

Além disso, entendemos, em conformidade com o pensamento de Souza (1998; 2007), a cultura material escolar como um conjunto de elementos materiais imprescindíveis para o funcionamento das escolas. Esses materiais são usados e apropriados nas instituições escolares, isso envolve objetos e o próprio uso do espaço escolar, daí a necessidade de entendermos a relação do homem com os objetos e a forma como usa os espaços, pois o estudo dos objetos escolares é revelador das práticas educacionais e de suas transformações.

Por essas razões, estudamos os quatro edifícios que abrigaram o Ginásio Picoense entre 1950 e 1971. Abordamos, no texto, os motivos que condicionaram a escolha do local para edificação, a seleção do estilo arquitetônico, a distribuição dos espaços, bem como a análise dos objetos contidos no espaço escolar.

Procuramos, ainda, identificar as apropriações dos espaços e o poder inerente a ele. Para entender este espaço escolar como parte integrante da cultura escolar, amparamo-nos nas contribuições de Viñao Frago e Escolano Benito (2001), que mostram o espaço da escola dotado de significado, de conteúdos e valores.

Destarte, a arquitetura escolar não é neutra, mas um programa, de modo que a distribuição dos espaços é construída objetivando uma intencionalidade, seja pedagógica ou de valores e normas sociais. Assim, concluímos que o espaço disciplina e organiza.

Diante disso, nos ancoramos na noção de poder simbólico de Pierre Bourdieu (2002), para quem as interações sociais são mediadas por relações de poder, explícitas ou não. Segundo o autor, o poder simbólico “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*¹” (BOURDIEU, 2002, p. 9). O poder simbólico é, assim, um poder aprendido, um poder não explícito, implicando no plano simbólico, que pode ser percebido a partir dos símbolos, instrumentos de comunicação.

O edifício escolar exerce um poder simbólico, “poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo os que o exercem” (BOURDIEU, 2002, p. 7-8). No espaço escolar, os professores, geralmente, exercem o poder pelo espaço sem perceberem, assim como os há o espaço de vigília do bedel, somado à disposição dos espaços em ordem hierárquica, que dividem comandantes e comandados.

¹ De Gnosiologia; Teoria do Conhecimento.

Ainda com o autor, o poder simbólico “é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)” (BOURDIEU, 2002, p. 10). Além disso, outro conceito utilizado para análise do prédio escolar é o de apropriação, construído por Roger Chartier, pois, embora o espaço fosse constituído de poder simbólico, havia readequação de sua funcionalidade por alunos e professores, dando uma nova funcionalidade e um novo sentido, esse teórico (1990, p.26) assegura que “apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”.

Dependendo da forma de apropriação, os sujeitos dão novos significados a determinado objeto ou espaço, produzindo novo sentido. Além disso, percebemos, na pesquisa, que, na transição para as duas últimas sedes do Ginásio Picoense, ocorreram mudanças significativas na forma como a escola se apresentava para sociedade, na construção de sua identidade.

Para entender melhor essa prática do ginásio, nos amparamos nas contribuições de Werle (2001), pois, segundo a autora, a forma como a escola é apresentada e vista pela sociedade constitui-se como um elemento importante para formação de sua identidade institucional, na medida que “implica falar da identidade da cidade, do lugar que a escola ocupou e ocupa no cenário material, social e cultural da cidade” (WERLE, 2001, p. 121).

Consoante a isso, Viñao Frago e Escolano Benito (2001) reforçam que “o prestígio da escola dependerá, [...] de como esteja instalada, de seu tamanho, limpeza, orientação” (VINÃO FRAGO; ESCOLANO BENITO, 2001, p. 37). Com isso, a escola se relaciona com o seu entorno a partir de sua cultura material, de suas práticas de organização e de seu funcionamento.

Levando em conta o caminho metodológico que percorremos, o primeiro passo foi localizar as fontes, pois, para Bacellar (2015, p. 51), “o iniciar da pesquisa exige a localização de fontes”, de modo que minha primeira preocupação foi com isso, pois são fundamentais no nosso *metier*² de historiador.

Corroborando isso, Certeau (2000, p.81) afirma que “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira [...] mudando ao mesmo tempo seu lugar e o seu estatuto”, dar sentido às fontes a partir do olhar do historiador.

² Do francês: ofício, trabalho.

A noção de documento que utilizamos provém dos ensinamentos da Nova História Cultural, que, além de ampliar o conceito de documento, entende que o mesmo não é imparcial, como era defendido pelo paradigma tradicional: “o documento não é inócuo. É antes de tudo o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade, que o produziram, mas também das épocas sucessivas” (LE GOFF, 2003, p. 525-541).

Nessa acepção, consideramos, inicialmente, todo e qualquer documento que tivesse alguma ligação com o Ginásio Picoense, dentro do recorte em análise, sendo visitados arquivos públicos e privados, alguns dos quais estavam em situação longe da ideia de arquivo, não passando de depósitos constituídos de amontoados de papel, artefatos diversos, sujeira e água.

Diante da falta de conservação dos arquivos visitados, nos amparamos nas contribuições de Magalhães (2004), que alertou sobre a falta de conservação dos arquivos das instituições escolares, pois, durante o levantamento das fontes, foram encontrados documentos dispersos e estragados pela umidade, cupins e traças por vários prédios em Picos e em outros municípios, visto que, ao visitar o arquivo da escola, foi constatado que não havia nenhum documento anterior ao ano de 1977.

Somente após quatro meses de buscas, foi localizada uma documentação deixada em um depósito abandonado, na Unidade Escolar Polivalente Desembargador Vidal de Freitas, sede do antigo Complexo Escolar de Picos, na década de 1970, em um ambiente composto de papéis rasgados e molhados misturado a móveis antigos e materiais de construção.

No referido depósito, foi possível recuperar, ainda que alguns umedecidos e devorados parcialmente por traças e cupins, uma série de documentos do escriturário escolar: livros de ata, livros de matrícula, livros de ponto, processos de alunos, provas e portarias de suspensão.

O passo seguinte foi higienizar e catalogar toda essa documentação. Os documentos nos mostram indicativos da produção humana. Foi através das informações contidas nesses documentos que fui encontrando, aos poucos, as pessoas e cada uma delas possuía um pequeno acervo de lembranças, isto é, sempre havia alguma coisa guardada dos tempos de ginásio.

Metodologicamente, a classificação das fontes foi assim distribuída:

a) Documentos oficiais, legislação e escriturário escolar, que, segundo Xavier (2007, p. 94), são de notável relevância na História da educação, de modo que os pesquisadores seguem com ampla utilização, como “[...] séries legislativas, relatórios, pareceres, projetos de governo, discursos de autoridades políticas, entre outras”.

Nesse sentido, foram utilizadas mensagens governamentais, os livros de ata das sessões da Assembleia Legislativa do Piauí, relatórios do Departamento Estadual de Educação e do Ministério da Educação, conjunto de legislação educacional do período: lei orgânica do ensino secundário, ofícios e normas instrutivas emitidas pela Diretoria do ensino secundário para aplicação da referida lei, além de resoluções e pareceres do Conselho Estadual de Educação do Piauí e dos ementários de leis estaduais entre 1947 a 1970, organizados pela Assembleia Legislativa do Piauí.

Foram utilizados ainda dentro dessa classificação documentos produzidos pelo executivo e legislativo municipal de Picos como: folhas de pagamento do Ginásio Picoense localizadas no depósito da Câmara Municipal de Picos, processos legislativos, legislação municipal, livros ata das sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Picos e leis orçamentárias anuais.

Além disso, foi utilizado um rol de documentação que compunha o escriturário escolar utilizado no recorte em estudo, tais como: processos de alunos, horários de aula, movimento escolar, livros de ata, livros de matrícula e livros de ponto. Estes últimos possibilitaram localizar alguns dos sujeitos que foram entrevistados, bem como analisar a composição institucional do ginásio.

O trabalho com documentos do escriturário escolar também se torna importante para o estudo da cultura escolar, pois permite revelar, além dos aspectos administrativos e pedagógicos da escola, “os tramites burocráticos, técnicos e institucionais de aplicação de cada a atividade e ação educativa, facilitando-nos a visão sobre uma certa cultura da escola” (NEVES, MARTINS, 2008, p. 37-38).

b) Fontes hemerográficas: estas fontes são constituídas de jornais e revistas produzidos em Picos e na capital do Estado. Foram utilizadas neste rol a Revista Piauiense de Municípios, de 1955, em edição comemorativa ao centenário de vila do município de Picos; a Revista Foco, de 2001, em edição comemorativa aos 111 anos de emancipação política do município de Picos; além de jornais de circulação estadual, quais sejam: *Jornal O Piauí*, *Jornal O Dia* e *Jornal do Piauí*; jornais de circulação municipal como o *Jornal A Ordem* e o *Jornal Flâmula*. Essas fontes foram utilizadas para coletar informações sobre o município de Picos no período, além das notícias sobre o Ginásio Estadual Picoense.

c) Fontes imagéticas: neste trabalho, essas imagens são compostas, em sua grande maioria, de fotografias. Utilizamos esse tipo de fonte para compreender a cultura escolar produzida pelo Ginásio Picoense, visto que elas retratam a história visual da escola. Essas fotografias foram produzidas por fotógrafos amadores e por Cristino Varão, fotógrafo

profissional do período estudado, registrando: (i) Eventos (desfiles cívicos, inaugurações, festas juninas, refeições de grau, campeonatos desportivos, concursos etc.); (ii) Os espaços da escola (a sala de aula, o pátio, a diretoria etc.); e (iii) Fotos de estúdio (geralmente placas de formatura).

Entendemos que o uso da fotografia não a torna evidência fiel do passado, pois seguimos os pressupostos de Burke (2004), compreendendo esse material como necessário, o qual oferece subsídio para um trabalho de interpretação do espaço e do contexto no qual foi produzido. As fotografias foram encontradas no Museu Ozildo Albano, no acervo privado dos entrevistados e familiares de alunos e professores já falecidos, na página Memórias de Picos e Acervo de Memória Picoense, onde são compartilhadas fotografias postadas pelos sujeitos que tiveram alguma ligação com o GEP. Além disso, muitas imagens são oriundas do Acervo de Cristina Varão, filha de Cristino Varão, um dos primeiros fotógrafos de Picos. Ademais, foram utilizadas, ainda, fotografias encontradas em revistas e jornais.

d) Fontes autobiográficas: essas são compostas de livros de memória escritos por ex-alunos, nos quais constam memórias dos tempos de ginásio. Escolhemos esse tipo de fonte, porque entendemos que os mesmos “possibilitam uma visão heterogênea da trama dos processos formativos e nos ajudam a pensar o processo de escolarização e as ações educativas a partir de diferentes olhares e experiências” (LOPES, 2006, p. 23).

Na esteira das fontes autobiográficas, utilizamos dois livros escritos por José Alves da Luz, sendo o primeiro intitulado *Zé da Luz e Suas Histórias* (2017), e o segundo, *Do baixão das aboboras para o mundo, novas histórias de Zé da Luz*. O autor foi aluno do Ginásio Picoense entre 1956 e 1959, e seus livros nos possibilitaram analisar, a partir de sua narrativa, o cotidiano do ginásio nesse período, pois o autor aborda elementos que vão desde o processo de preparação para o exame de admissão ao término do curso ginásial, bem como a sua migração para o sul do país.

Os livros autobiográficos trazem lembranças da escola que nos permitem perceber, a partir do momento da escrita, como se construiu a cultura escolar vivenciada pelo ex-aluno, assim como a noção de qualidade do ensino, “vivenciada e idealizada” (LOPES, 2006, p. 22). Além disso, essas memórias, quando registradas em livros, nos ajudam a compreender anos escolares específicos, pois “relatam o cotidiano de instituições escolares” (LOPES, 2006, p. 23).

e) Livros de história das cidades: esses materiais se caracterizam por “não seguir padrões da historiografia acadêmica, tendo papel importante na constituição de uma narrativa sobre as localidades” (LOPES; PINHEIRO; BEGERE, 2015, p. 294). Os sujeitos que

escrevem esse tipo de livro, geralmente, não são historiadores de ofício, mas estão ligados à tentativa de preservar a história dos municípios aos quais estão vinculados. Trata-se de um material híbrido, uma mistura de memórias com uma diversidade de fontes, geralmente, jornais, dados estatísticos e fotografias.

Nesse escopo, utilizamos a obra *Picos, os verdes anos 50*, de autoria de Renato Duarte, que, a partir das vivências do escritor, dados estatísticos e documentos da época, construiu uma narrativa que muito nos auxiliou na compreensão do que era o município de Picos na década de 1950.

f) Objetos da escola e o edifício escolar: essas fontes têm em sua composição alguns objetos da escola, como: quadros de formatura, provas, convites, mobília, cadernetas, uniforme e cadernos. Foi possível o acesso a três dos quatro prédios que abrigaram a instituição no recorte estudado, visto que ainda existem, mesmo que com algumas intervenções arquitetônicas. Na primeira sede do GEP (1950-1954), funciona atualmente o Museu Ozildo Albano, com visitação aberta ao público. Quanto à segunda sede (1954-1959), localizada na Rua Monsenhor Hipólito, não conseguimos ter acesso ao seu interior, contudo, este prédio encontra-se com sua fachada semelhante ao que era antigamente, e, em dias atuais, divide-se em duas casas e uma clínica, na rua Monsenhor Hipólito. A terceira sede (1960-1969) foi, por muitos anos, a sede da 9ª Gerência Regional de Educação, e corresponde, atualmente, as Unidades Escolares Coelho Rodrigues e Ozildo Albano. Contudo, em relação a essa terceira sede, boa parte do que era o GEP está totalmente abandonada em estado de ruínas. A quarta sede, inaugurada em 1970, funciona até os dias atuais no bairro Bomba.

Analizamos os objetos e os edifícios, levando em conta que foram produzidos pelo o homem e para o homem, sendo utilizados de forma direta ou indireta para fins de escolarização, constituindo-se como artefatos da cultura escolar, por meio de sua materialidade.

g) Dados estatísticos: esses dados foram encontrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

h) Entrevistas e questionários: foram selecionados 16 participantes, visto que, ao construir a entrevista ou o questionário, o pesquisador “deve decidir que informação deve ser procurada” (GOLDENBERG, 2015, p. 96). Dessa forma, considerando essa premissa e visando atingir os objetivos do trabalho, selecionamos pessoas que estudaram ou trabalharam no GEP, respeitando o recorte temporal delimitado. Esses participantes foram classificados em quatro categorias: 2 ex-professores, 2 ex-funcionários, 1 ex-diretor e 11 ex-alunos.

Estas pessoas foram localizadas por meio da documentação do escriturário escolar. A partir da localização inicial destas pessoas, houve, como consequência, o efeito bola de neve, visto que estas pessoas nos indicaram outras e, assim, sucessivamente, conforme apresentamos no quadro 2, abaixo:

Quadro 2: Participantes da pesquisa

Nome	Profissão	Período que estudou ou trabalhou no GEP e ocupação		Data de nascimento
Adelina Maria Leopoldo Leal	Aposentada	1965-1995	Ex-secretária	22-11-1945
Dimas Leopoldo Lellis	Aposentado	1950-1953	Ex-aluno	30-09-1929
Francisca Luiza de Moura Rocha	Aposentada	1966-1969	Ex-aluna	04-12-1952
Francisco Teotônio da Luz Neto	Advogado	1956-1959	Ex-aluno	23-04-1941
Isabel Dantas Eulálio	Aposentada	1950-1956	Ex-professora	08-08-1929
José Gilson das Chagas	Professor	1966-1970	Ex-aluno	05-08-1950
José Santos Rego	Advogado	1962-1965	Ex-aluno	12-09-1947
Maria das Graças Muniz de Carvalho Araújo	Empresária	1963-1966	Ex-aluna	08-09-1948
Maria de Lourdes Leal	Aposentada	1969-1972	Ex-aluna	29-04-1955
Maria dos Remédios Carvalho	Aposentada	1956-1986	Ex-professora	13-11-1934
Maria Oneide Fialho Rocha	Aposentada	1959-1962	Ex-aluna	01-01-1947
Odorico Leal de Carvalho	Jornalista	1965-1968	Ex-aluno	02-11-1950
Olívia Rufino da Silva Borges	Professora	1951-1954	Ex-aluna	19-04-1934
Raimunda Fontes de Moura	Professora	1963-1966	Ex-aluna	25-11-1947
Josué Muniz de Araújo	Aposentado	1960-1966	Ex-bedel	03-09-1941
Raimundo Camelo de Vasconcelos	Aposentado	1964-1966	Ex-diretor	01-07-1933

FONTE: Dados provenientes da pesquisa (2019).

Segundo Goldenberg (2015), as entrevistas e os questionários podem se estruturar de duas maneiras: fechados ou abertos. Desse modo, optamos pelo modelo aberto, visto que “o entrevistado fala ou escreve livremente sobre o tema que lhe é proposto” (GOLDENBERG, 2015, p. 92). Nesse modelo de construção e organização das perguntas, há a possibilidade do entrevistador ter autonomia em acrescentar questões de esclarecimentos ou instigar as respostas do entrevistado. Sem esquecer que “lidamos com o que o indivíduo deseja revelar, com o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e dos outros”. (GOLDENBERG, 2015, p. 91).

Os encontros para a realização das entrevistas foram previamente agendados e em local à escolha do participante, conforme sua disponibilidade. Quanto ao aparelho eletrônico, foi utilizado um gravador digital, sendo alertado para o participante, antes do início do procedimento, que a fala dele estava sendo gravada.

As entrevistas foram autorizadas por meio de um TCLE (Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento), gravadas e transcritas. Além disso, após a entrevista alguns participantes foram novamente contatados e entrevistados, o que gerou, em alguns casos, acréscimos de informações ou correções das anteriores. A seguir, tem-se uma síntese do método da entrevista:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores (RIBEIRO, 2008, p. 141).

No caso do questionário, seguiu-se o mesmo conjunto de perguntas feitas nas entrevistas. A diferença está na forma da coleta, pois foi feita por mídias digitais, visto que esta “oferece uma excelente fonte de dados para os pesquisadores qualitativos” (FAVARO; GILL; HARVEY, p. 149). Utilizamos aplicativos de mensagens instantâneas, nos quais os entrevistados podiam escrever, gravar áudios, vídeos, enviar fotos e outras mídias, pois esses aplicativos “permitem as pessoas conduzir interações textuais em tempo real” (LANNUTTI, 2019, 275). Utilizamos, ainda, a entrevista via e-mail, esta última vista por Gibson (2019) como um ótimo recurso para produzir relatos escritos ricos das memórias e experiências dos participantes.

Essa coleta de dados, utilizando as mídias digitais, justifica-se pelo fato de alguns participantes, que por motivo de trabalho ou por não residirem no Piauí, não ter concedido a

entrevista presencialmente. Dessa forma, o questionário foi enviado para o participante via aplicativo ou via e-mail, acompanhado do TCLE, que voltou para o pesquisador devidamente assinado e acompanhado das respostas às perguntas feitas.

Fizemos a transcrição dos dados que foram gravados, levando-se em conta o que foi dito na íntegra. Logo depois, fizemos um processo de textualização, fazendo uma limpeza do texto, retirando marcas de oralidade, falhas na gravação e repetições. Isso foi feito pelo próprio pesquisador, haja vista que, “ao ler as transcrições, são lembrados aspectos da entrevista que vão além das palavras e pesquisador quase que revive a entrevista” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 85). Dessa forma, esse tratamento foi feito, respeitando a essência da entrevista para uma melhor compreensão.

A categoria conceitual memória é importante para ler as entrevistas, visto que reconhecemos que se trata de um material que não tem a mesma característica da escrita produzida na época. Além disso, temos a consciência que esta é uma leitura do passado que parte do presente. Quando tratamos de memórias escolares nos apoiamos na ideia que a fala dos entrevistados pode ser permeada de idealizações, juízos de valor, além de possíveis esquecimentos.

Entendemos, neste trabalho, que memórias são leituras das experiências vividas, uma leitura feita no presente que revisita o passado. Quando tratamos de experiências escolares, levamos em conta que estas “combinam diversas lógicas que os atores devem articular entre si, entre a integração das culturas escolares [...] e as estratégias de relação mantidas diante da instituição” (SOUZA, 2000, p. 52).

Além das representações individuais, nos apoiamos também na noção de memória como representação coletiva, pois, como afirma Halbwachs (1993), a memória individual e a coletiva possuem pontos de intersecção e estabelecem conexões entre si. Partimos, assim, da leitura e interpretação da memória dos sujeitos, procurando analisar a cultura escolar do ginásio, observando nessas memórias aspectos de prática e de vivência.

A memória dos tempos de escola fez com que os narradores encurtassem a distância temporal que os separa da época que estudaram e possibilitou que revivessem emoções e experiências. Bosi (1994, p. 85) reafirma que a “[...] arte da narração não está confinada nos livros, seu véio épico, e oral”.

Ademais, todas as fontes foram analisadas nos três capítulos da dissertação de forma equivalente, e fazendo o cruzamento entre elas. Optamos por essa distribuição como melhor forma para analisar o objeto proposto neste estudo, por entender que esta disposição possibilitaria uma melhor compreensão.

Organizamos o trabalho em três capítulos, quais sejam:

O **primeiro capítulo**, intitulado *Caretas e macacos: o processo de criação e instalação do Ginásio Picoense*, analisou o processo de criação do ensino secundário de nível ginásial público em Picos e o cenário que possibilitou a emergência dessa instituição escolar em meio às disputas entre os dois grupos políticos dominantes naquele momento, bem como as consequências dessa instalação para Picos. Destacamos os elementos políticos, educacionais e socioeconômicos, tanto de Picos quanto do Estado do Piauí, que contribuíram para a criação e instalação do Ginásio Picoense,

O **segundo capítulo**, intitulado *Materialidade do Ginásio Picoense*, procurou abordar a cultura material do ginásio, dando ênfase ao edifício escolar, ao uniforme e a objetos de uso diário, como a caderneta escolar. Partimos da noção de identidade, espaço e arquitetura escolar, tendo o prédio se tornado elemento central na constituição da identidade institucional da escola e na forma como ela se apresentava para o município, além da consideração de que o espaço escolar é dotado de intencionalidade e poder. Foi observado, também, o pressuposto de que a escola ocupa lugar de destaque no município e se relaciona com ele.

O **terceiro capítulo**, nomeado *Organização e funcionamento do Ginásio Picoense*, se propôs a analisar os elementos relacionados à organização e a dinâmica de funcionamento do Ginásio Picoense, que nos proporcionam entender, com mais afinco, as práticas e as vivências no âmbito do ginásio. Nele é analisada a organização da escola e a forma como os sujeitos se relacionavam com essa organização. Para tanto, são abordados elementos como a forma de ingresso ao ginásio, a matrícula, os saberes escolares que eram ensinados, a composição do corpo docente e administrativo, a proveniência do alunado, o sistema de avaliação e as normas disciplinares. Além disso, apresentamos algumas das práticas de socialização identificadas que eram realizadas no período: o grêmio e a imprensa estudantil, os campeonatos desportivos e as festas escolares.

A contribuição social deste trabalho está relacionada à preservação da memória desta instituição escolar e de seu patrimônio, pois o Ginásio Picoense “é uma construção histórico social, é relevante pensar a história, a memória, o espaço e os sujeitos constituíram a tessitura de seu fazer ao longo do tempo” (LOPES, 2019b, p. 241). Torna-se, nesse momento, necessário mostrar à sociedade piauiense, notadamente a picoense, a relevância desta escola e a forma como ela atuou junto a sociedade picoense nestes 70 anos de existência. Nosso esforço é para que haja a preservação do conjunto arquitetônico dos prédios que abrigaram a instituição, bem como a preservação do seu acervo documento, visto que, segundo Lopes

(2019), nos arquivos escolares, estão contidos documentos pelos quais se pode conhecer a trajetória histórica da instituição.

Dessa forma, no decorrer da pesquisa, foi desenvolvido um projeto junto ao CETI Marcos Parente e a sociedade picoense, denominado “CETI Marcos Parente, uma história de muitas gerações”, escrito pela equipe pedagógica da escola e com nossa consultoria histórica, que buscou envolver a região de Picos em um processo de conscientização e salvaguarda do patrimônio da escola. O projeto envolveu caminhadas, sessões na câmara de vereadores, exposição histórica na escolar e, em parceria com a TV Picos, a organização de um documentário.

Isso nos mostra que pesquisas como essa, feitas na área de História da Educação, em especial na perspectiva da História das instituições escolares, podem, de modo significativo, a partir do diálogo entre gerações que vivenciam a escola, contribuir para o desenvolvimento do senso crítico da sociedade e dar um retorno para sociedade a partir do trabalho de valorização identitária e preservação do patrimônio das instituições que formaram gerações de brasileiros.

Sendo assim, de forma integrada, a pesquisa buscou analisar a cultura escolar do Ginásio Picoense, primeira instituição pública de ensino secundário ginásial do município de Picos, surgido em meio a disputas político-partidárias da década de 1950, e que, durante os vinte e um anos subsequentes, tornou-se um estabelecimento de ensino cuja cultura escolar formou várias gerações e marcou uma época.

2 CARETAS E MACACOS: O PROCESSO DE CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO GINÁSIO PICOENSE¹

Neste capítulo, destacamos o processo de criação do ensino secundário ginásial público em Picos, bem como apresentamos o cenário que possibilitou sua emergência. Intenta-se destacar os elementos políticos, educacionais e socioeconômicos tanto de Picos quanto do estado do Piauí, que contribuíram diretamente para a criação e instalação do Ginásio Picoense.

2.1 Condições de emergência do Ginásio Picoense

Picos é um município piauiense emancipado politicamente em 1890, desmembrado de Oeiras, localizado na região centro-sul do estado. Até a década de 1940, Picos estava bem longe de ser o que se tornou no alvorecer da década de 1970. Foi nesse contexto que o município, gradativamente, passou a despontar como um dos mais desenvolvidos do estado, devido à alta produtividade agrícola, comércio pujante e um dinâmico setor de serviços.

Mapa 1: Município de Picos em 1950



Fonte: IBGE (1952).

¹ As informações contidas neste capítulo sobre o município de Picos foram retiradas de jornais, dados estatísticos, autobiografias, entrevistas, bem como tiveram como base a leitura dos trabalhos de Soares (1973), Duarte (1995); Sousa (2005); Carvalho (2015); Holanda (2014), Moura (2017); Albano e Silva (2011).

Até a década de 1940, Picos era pouco integrada ao restante do estado, uma vez que a economia, infraestrutura e a maior parcela da população urbana se concentravam na região norte. Isso fez com que na região central e no extremo sul do estado houvesse dificuldades de integração, exceto em Floriano e em outros municípios, que possuíam localização privilegiada, às margens do rio Parnaíba, que era navegável, tendo sido a via de transporte mais utilizada para a atividade comercial do estado até meados da década de 1940. Isso fazia dos municípios que se localizavam às margens do Parnaíba rotas comerciais.

O processo de mudança do eixo econômico do estado para a região norte foi intensificado a partir da transferência da capital, em 1852, de modo que a atenção do governo do estado esteve mais direcionada para a nova capital e para a região norte. Essa região se tornou a mais importante e populosa do estado entre os anos de 1930 e 1940, visto que houve a explosão da economia da carnaúba, produto abundante nessa parte do Piauí.

Araújo (2008) mostra que a extração de cera de carnaúba correspondia a uma significativa parcela da economia piauiense, fazendo com que houvesse uma importante circulação monetária nessa região. Além disso, o fato dessas cidades estarem situadas “a beira” do Rio Parnaíba possibilitou um desenvolvimento econômico e um crescimento urbano significativo.

As “cidades-beira” do Parnaíba tinham chegado ao seu apogeu. Nesse contexto, a carnaúba elegeu Parnaíba como o seu principal centro de comércio e o município constituiu-se como a principal ligação do estado com o exterior, sendo que a navegação fluvial era o principal meio de transporte utilizado. O conceito de “cidade-beira” está relacionado, conforme Gandara (2008), ao fato destas terem tido seu desenvolvimento atrelado a sua condição geográfica de estarem localizadas às margens do Rio Parnaíba. Com isso, o município de Parnaíba, até a década de 1940, era a:

Principal cidade do estado, sede de município populoso e rico, é o empório comercial do Piauí. Em posição geográfica privilegiada, é a bom dizer, porta de entrada e saída da vasta bacia do Parnaíba, através da qual flue e reclue em corrente cada vez mais volumosa, a economia do grande Vale. Centro de atividades intensas, de indústrias florescentes, onde se encontram as grandes firmas exportadoras e importadoras, a cidade reflete no bom gosto e no continuado desenvolvimento das construções, a prosperidade e o alto nível das construções (PIAUI, 1942, p. 43-44).

No caso de Picos, a pouca integração do município ocorria principalmente pela falta de estradas pavimentadas e pontes, tendo em vista a grande quantidade de rios perenes, porém não navegáveis, que a região possuía, dentre os quais se destacavam os rios Guaribas e Itaim.

Por essas razões, uma viagem à Teresina poderia durar de uma semana a quase um mês, dependendo do transporte utilizado. Além disso, o município de Picos estava localizado em uma região cercada por morros, o que dificultava ainda mais o acesso e prejudicava o comércio com a região norte do estado, visto que, até o início do século XX, a principal atividade econômica do município de Picos foi a agricultura e a pecuária. Deste modo, por ficarem mais próximos de Picos, as principais rotas de comércio eram os estados do Ceará e Pernambuco.

Mapa 2: Cartograma de itinerários 1939.



Fonte: IBGE (1939).

A partir da análise do mapa 2, é possível perceber a carência de estradas intermunicipais, especialmente nas regiões centro-sul e sul do estado. Percebe-se, ainda, que, para se comunicar com Teresina, o município de Picos deveria atravessar outros municípios, como Valença, por não existir, no período, uma rodagem que seguisse direto para capital. Dessa forma, pode-se concluir, pela análise do mapa 2, que os principais meios de transporte do estado eram de natureza (i) fluvial, por conta da forte influência do rio Parnaíba, e (ii)

rodoviária, por conta das rodagens e estradas carroçais. Não havia, nesse contexto, investimentos no transporte ferroviário, pois o governo estadual alegava que:

Sem recursos para lançar grandes troncos ferroviários e longas rodovias de boas características técnicas, procurou como medida inicial, inadiável, distender ao máximo a rede carroçal. [...] A rede carroçal que se estendia, em 1935, por 3.995 quilômetros, eleva-se hoje, a 7.134 km (PIAUÍ, 1942, p. 53).

Com isso, as poucas estradas que existiam pelo interior eram incipientes e sem estrutura, além do que, por conta do comércio, o investimento em estradas foi maior na região norte, como auxiliar do comércio marítimo. Em relatório, o interventor federal Leônidas Melo afirmou que “As rodovias existentes foram conservadas e foi iniciada a abertura de algumas outras. Continua em avanço a importante estrada de rodagem Teresina-Campo Maior-Barras-Boa Esperança-Buriti-Parnaíba” (PIAUÍ, 1940, p. 45).

O mapa 2 apresenta as rotas de transportes do Piauí entre os anos de 1939 e 1940. Nota-se, nele, que havia uma grande rota fluvial pelo rio Parnaíba e pelo interior do estado, e que existia apenas algumas estradas de rodagem, a maioria *carroçal*². Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1939, Picos possuía 287 quilômetros em estradas dentro do município e quatro estradas de *rodagem*³, que o ligava aos municípios de Jaicós, Oeiras, Simplício Mendes e Valença, sendo que este último fazia elo com Teresina; enquanto Floriano possuía 500 quilômetros de estradas dentro do município.

Picos não possuía navegação fluvial, todavia, a partir de 1939, passou a ser servida por duas linhas aéreas do Sindicato Condor⁴. A primeira linha partia de Picos a Oeiras e segunda, de Picos para Teresina, o que justifica a construção de um campo de pouso no município neste mesmo ano. Em relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas, Leônidas Melo afirmou que “foram construídos novos campos de pouso em Regeneração, São Pedro, Picos e Oeiras. Todos os campos já existentes receberam trabalho de conservação [e] foi construído um pequeno aeroporto (Condor) em Floriano” (PIAUÍ, 1940, p. 46).

Nos locais onde foram construídos campos de pouso, os aviões, inicialmente, passavam esporadicamente, já que não havia linha fixa. Nas rotas do comércio da carnaúba, a exemplo de Floriano, foi construído um pequeno aeroporto, já em meados dos anos de 1940. Sobre isso, afirma Machado (2018).

² *Carroçal* era a denominação dada às estradas de terra ou de barro até meados dos anos 1970.

³ *Rodagem* era a denominação dada às estradas intermunicipais e interestaduais até meados dos anos 1970.

⁴ Segundo Machado (2018), no Piauí, a empresa do Sindicato Condor começou a atuar em 1934, com a função postal. A empresa foi responsável pela maioria dos voos nos anos de 1940, que levavam correspondências postais e fazia transporte de passageiros. A carga máxima transportadas era de seis pessoas.

A linha semanal da empresa condor no Piauí fazia viagem de Teresina a Picos, com escalas nas cidades de São Pedro, Regeneração e Oeiras. A saída acontecia as quartas-feiras a partir das 9 horas da manhã, com chegada em Picos ao meio dia; e de Picos a Teresina sempre na quinta-feira às 13 horas, com chegada prevista para as 16 horas (MACHADO, 2018, p. 97).

Dada a ausência de relatos de viagem de avião nas autobiografias, depoimentos dos entrevistados, jornais e nos demais documentos consultados, supomos que o transporte mais utilizado no município era o rodoviário, visto que, nessas mesmas fontes, foi possível perceber a presença de um número significativo de relatos sobre viagens para a capital e regiões fora do estado, realizadas pelos poucos carros particulares que existiam e por caminhões. Isso favoreceu a construção da BR 024.

Sobre o transporte aéreo em Picos, Dimas Leopoldo Lelis, ex-aluno da primeira turma do Ginásio Picoense, em depoimento, conta que:

[...] havia avião duas vezes por semana em Picos pra o Rio de Janeiro, inclusive, primeiro da Condor e muitos anos depois a Pnair. Foi criado esse campo de pouso em Picos, por influência política do Cel. Francisco Santos junto ao interventor federal no Piauí. Bertinho Santos, filho de Chico era prefeito conseguiu um terreno, onde ainda hoje tem o tal aeroporto com João de Deus e com autorização da aeronáutica o campo de aviação foi criado. Eu mesmo fui pra inauguração, não tinha carro, fomos de pé, 7 km. Todo mundo pra ver os tais aviões. Acho que eram de médio porte, cabia de dez a doze pessoas. Viajava mais neles eram os funcionários do banco. (LELIS, 2019)

Supomos que esses aviões que passavam por Picos serviam para auxiliar os órgãos federais que começaram a se instalar no município na década de 1940, como os correios, a coletoria federal e o Banco do Brasil, para facilitar a remessa e o recebimento de malotes e correspondências oficiais, bem como para auxiliar no transporte dos funcionários do alto escalão desses órgãos, talvez alguns políticos que vinham a Picos. A maioria das viagens feitas à capital, até mesmo pelas famílias mais abastadas, eram realizadas por transporte terrestre, haja vista que o avião ainda não era um transporte popular, além de que ainda causava medo e admiração. A figura 1, a seguir, mostra uma aeronave no campo de pouso no município de Picos, no início da década de 1950.

Figura 1: Campo de pouso em Picos, década de 1950



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Créditos: Foto Varão.

A partir do primeiro quinquênio da década de 1940, começou a florescer, em Picos, um cenário de mudança, caracterizado por um conjunto de fatores, quais sejam: a integração do município a outros centros econômicos, pois a construção da BR 024 (atual BR 230), em 1945, possibilitou a integração do município a regiões do Ceará, Bahia e Pernambuco, bem como fez com que o município aumentasse a sua população urbana, conforme dados do IBGE, de 2.293 habitantes, em 1940, para 4.568, em 1950, um crescimento urbano de quase cem por cento.

As figuras 2 e 3, a seguir, nos mostram um pouco dessa transição no município. A figura 2 apresenta uma visão panorâmica de Picos, no início dos anos 1950, tendo, ao fundo, como protagonista, a Igrejinha do Sagrado Coração de Jesus. Na imagem, podemos observar um município predominantemente residencial, de modo que sua área urbana se confundia com o meio rural, caracterizado por vales e morros e por um grande número de ruas ainda sem calçamento.

Figura 2: Município de Picos – PI em 1950



Fonte: Museu Ozildo Albano

Créditos: Foto Varão.

A seguir, a figura 3 nos apresenta a antiga Rua Grande, a principal via do município, no final da década de 1950. Observamos que a rua já aparecia calçada, com prédios comerciais e, notadamente, vemos os primeiros automóveis. A partir dessas figuras, notamos que, aos poucos, o município ia crescendo e se urbanizando nesse contexto, de modo que, posteriormente, despontou como uma das maiores economias do estado. Para entender esse processo de crescimento, fez-se necessário compreender os aspectos políticos.

Figura 3: Rua Grande (Atual Avenida Getúlio Vargas) 1950



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Créditos: Foto Varão.

Picos estava crescendo e, nesse cenário de mudança, a população do lugar começou a fazer cobranças aos dirigentes, especialmente a criação de um ginásio, associado às reivindicações de uma elite comercial e à de uma pequena elite letrada, liderada por profissionais liberais e alguns funcionários públicos e militares, que, aos poucos, chegavam no município. Esses últimos achavam dispendioso enviar os filhos para cursarem o ginásio fora do município.

O contexto nacional, ao final dos anos 1940, estava associado à queda de Getúlio Vargas e do Estado Novo, em 1945, ocorrendo o reestabelecimento de eleições diretas para todos os cargos, inclusive para prefeito. Além disso, nesse contexto, foi promulgada, em 1946, uma nova Constituição Nacional, seguida de uma Constituição Estadual em 1947.

Toda essa conjuntura fez com que muitos políticos representantes das elites locais cobrassem do governo a criação de um estabelecimento de ensino secundário em seus municípios, por esse ensino ser considerado, no período, um grande marco para a educação de qualquer municipalidade, tendo em vista que, até então, esse nível de ensino era predominantemente particular, e a grande maioria estava localizada nas capitais dos estados.

No campo político, a disputa era marcada pela polarização entre a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), oposição herdada do cenário nacional. Para Delgado (2013, p. 135), isso foi ocasionado pelo cenário político que se

formou com o fim do Estado Novo, no qual “[...] a herança getulista foi elemento catalizador de conflitos [...] por afirmação as duas maiores agremiações partidárias. O PTB e o PSD, e por negação e oposição, a também importante e expressiva UDN”.

No Piauí, de um lado tínhamos aqueles que se beneficiaram do Estado Novo, “agrupados no PSD, formado por grandes comerciantes (como os Almendra Freitas), líderes ruralistas, e profissionais liberais que se projetaram durante o regime” (OLIVEIRA, 2014, p. 112). Dessa forma, percebemos que o poder no estado, tal qual acontecia antes do regime varguista, continuava nas mãos de uma pequena elite latifundiária.

Antagonizando os *pessedistas*⁵, formou-se, no Piauí, assim como no restante do Brasil, a UDN, constituída basicamente pelos excluídos do regime anterior, ricos comerciantes e um grande número de bacharéis em Direito. Completando o quadro partidário, havia o PTB, que, por sua vez, era um partido que surgiu na área litorânea do estado, em 1946.

Oliveira (2014) destaca que o PTB era composto basicamente de sindicalistas no Piauí, sendo um partido relativamente pequeno, de modo que as disputas pelo poder giravam em torno da UDN e PSD. A autora reforça que “longe de ser apenas uma composição social ordenada das forças políticas nacionais, firmaram um jogo que exigia de cada agremiação uma adequação às singularidades dos grupos de poder local” (OLIVEIRA 2014, p. 110).

Entendemos, dessa forma, que, a partir do cenário nacional, os grupos locais iam se articulando em acordos que poderiam lograr, como prêmio, o Palácio do Governo. A composição da política local, na verdade, aglomerou, em lados antagônicos, a descendência dos velhos coronéis que estavam no poder do Estado desde a proclamação da República. Os *pessedistas* eram chefiados pela poderosa oligarquia dos tempos de José de Freitas, tendo, como rival, o grupo político de Eurípedes Clementino de Aguiar. Essa disputa histórica acirrou, ainda mais, a disputa pós-Estado Novo.

Nas eleições de 19 de janeiro de 1947, foi eleito governador o candidato da UDN, José da Rocha Furtado, derrotando a tradicional oligarquia da família Almendra Freitas e Gayoso que, juntamente com outras oligarquias, governaram o estado por vários anos, entre a república velha e o período Vargas.

No entanto, houve a instalação de elementos da velha política no governo de Rocha Furtado, bem como membros remanescentes da República Velha, como Eurípedes Clementino de Aguiar, chefe político da recém-criada UDN, que já havia sido governador,

⁵ Filiado ou simpatizante do Partido Social Democrático (PSD).

assumindo o posto mais importante do executivo, o de Secretário Geral do Estado, um cargo abaixo do governador.

Para a composição da Assembleia Estadual Constituinte de 1947, foram eleitos 32 deputados, sendo 17 do PSD, 14 da UDN e 1 do PTB. Diante disso, observa-se que a bancada de oposição era maior que a governista, o que contribuiu para que o governo de Rocha Furtado (1947-1950) fosse conturbado.

Essa situação dificultava a aprovação de projetos do governo, assim como a abertura de crédito suplementar ou medidas para conseguir novos recursos, tendo em vista que as comissões da casa (de finanças, de higiene, instrução pública e polícia militar) eram presididas por deputados de oposição. Além disso, o governo federal era encabeçado pelo PSD, na pessoa do general Dutra, também de oposição ao governo do Piauí, o que dificultava repasses ao estado, fragilizando ainda mais a gestão de Rocha Furtado.

Ademais, o equilíbrio entre os poderes estava significativamente abalado ainda pelos resultados das eleições que levaram a UDN ao poder em 1947. Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa no início de 1948, o governador justifica a não execução dos planos do governo, expondo que:

[...] a esterilizante luta política que se travou entre os poderes legislativo e executivo, perturbou de modo considerável, a administração pública, sacrificou todos os planos de governo, que comigo trouxera ao assumir as funções do alto e honroso cargo em que me acho investido, e foi além, na sua desastrosa nocividade, agravou a difícil situação financeira do Estado, [...] governos interventoriais que aqui causaram incontida revolta, numa grande e ponderável parcela do povo piauiense, e a violência da campanha eleitoral que precedeu o pleito de 19 de Janeiro, acentuaram as profundas divergências que separavam as facções adversárias, e concorreram para que, no momento em que assumi o governo se encontrasse exaltadas as intransigências e incompatibilidades, que de há muito vinham distanciando os que integram as nossas duas maiores agremiações partidárias. Essas circunstâncias não nos proporcionam ambiente favorável ao necessário e mútuo entendimento (PIAUI, 1948, p. 3).

Nesse contexto de disputas entre PSD e UDN, o município de Picos conseguiu eleger quatro deputados estaduais: Alberto Monteiro e João de Moura Santos, ambos do PSD, e Antenor Neiva e Hélio Leitão, da UDN. Nas proximidades do município, Jaicós conseguiu eleger o deputado Humberto Reis da Silveira, do PSD, que era aliado aos interesses da família Santos, no âmbito político.

Para compreender o poder desses dois grupos, fez-se necessário voltar à década de 1940, uma vez que, até o final do Estado Novo, em 1945, o município era governado pelo

grupo político do Coronel Francisco de Sousa Santos, conhecido como “Chico Santos” ou “Chico Fartura”, período no qual os prefeitos eram nomeados pelos interventores federais no Piauí. No tocante ao período em que a família Santos esteve no poder do município, Sousa (2005) assevera que:

A cidade ganha importantes obras, como a usina elétrica, mercado central e da carne, matadouro público, posto de saúde na sede do município, construção da praça Félix Pacheco, rede de esgotos, campo de aviação, Prefeitura Municipal, Escola Municipal Landri Sales, avenidas, ruas e praças, banda de música (SOUSA, 2005, p. 65).

Embora com obras significativas em Picos, que contribuíram para o processo de modernização do município na década de 1940, os chefes políticos provenientes da Era Vargas e fundadores do PSD na região não conseguiram se manter a frente do executivo municipal, contudo, não perderam todo o poder, visto que mesmo com o fim do regime getulista, a família Santos continuou projetando sua força política no Estado, notadamente no parlamento, elegendo sucessivamente representantes na Assembleia Legislativa do Piauí, como em 1947 com a eleição de João de Moura Santos para deputado estadual. No período compreendido entre 1946 e 1964, a política local, assim como em âmbito nacional e estadual, também foi marcada pela oposição entre os grupos da UDN, denominados de “caretas”, e o PSD, denominados de “macacos”. O primeiro era chefiado pelas famílias Eulálio, Leitão, Luz, Neiva e Baldoíno; o segundo, pela família Santos.

As expressões eram dadas aos partidos pelos seus adversários. Lelis (2019) conta que a alcunha “careta” se dava porque, segundo o PSD, a UDN só fazia barulho, numa referência aos caretas do reisado que faziam barulho com o chocalho. E “macaco” era expressão dada pelos membros da UDN ao PSD, porque, segundo eles, os *pessedistas* não deixavam o “galho”, ou seja, os empregos que possuíam na prefeitura de Picos.

Mas não podia chamar porque dava briga, era um tempo que quase todo mundo tinha arma. Lembro que teve uns tiroteios em Picos por causa de política, atiraram em frente à casa do juiz pra intimidar os adversários, dizendo: “É bala que vocês querem seus caretas, ponham a cara fora pra ver”. (LELIS, 2019)

Em janeiro de 1948, foram realizadas eleições municipais, nas quais foi eleito o candidato Celso Maria Eulálio, do partido “careta”, derrotando o candidato do PSD, Waldemar de Moura Santos, o Doutor “Waldin”, como era conhecido na região, filho do

coronel Francisco Santos. Luz (2017, p. 43) fala que “O resultado das eleições foi atribuído às injustiças cometidas pelo poder da ditadura de Vargas na região de Picos, uma vez que, de 1945 até 1964, o PSD, da família Santos, perdeu todas as eleições para prefeito, apesar do apoio das máquinas estadual e federal nas mãos do PSD e PTB coligado”. As disputas entre os dois partidos políticos não se limitou apenas ao período eleitoral. As desavenças políticas davam-se, principalmente, pelos meios de comunicação, como os Jornais da época.

Em nível estadual, as disputas davam-se nos jornais impressos, como o jornal *O Piauí*, dirigido pelo deputado udenista Helvécio Coelho Rodrigues, o qual servia de palanque para exaltação dos feitos dos políticos udenistas, bem como para atacar diretamente seus oponentes, os chefes políticos do PSD.

Com o intuito de contestar as informações dos udenistas, a oposição ao governo estadual utilizava o Jornal *O Estado*, dirigido por membros da família Gayoso e Almendra, o qual fazia elogios aos *pessedistas*, ao passo que criticava seus adversários políticos, os udenistas.

Além desses, existia, em Picos, na década de 1950, o jornal *A Ordem*, vinculado ao PSD, que tinha como redator-chefe o coletor de rendas federal Alberto de Deus Nunes, que futuramente seria inspetor federal do ginásio de Picos. Esse jornal trazia severas críticas às administrações udenistas em Picos. Um exemplo da crítica feita pelo jornal *A Ordem* aos udenistas pautava-se na ideia de que havia paralisia administrativa em Picos.

Quando os udenistas faziam aquela propaganda agitada e descomedida da candidatura de Justino Luz para prefeito de Picos, diziam que sua vitória seria advento de uma nova era para o nosso município, era de paz, de progresso, de felicidade geral para o pobre, os desamparados, dos deserdados da fortuna, etc. etc.. Os pessedistas diziam exatamente o contrário: a vitória dos udenistas seria uma paralisação dos serviços públicos, o depreciação da coisa pública. Sabíamos o que dizíamos (JORNAL *A ORDEM*, Ano I, nº 2, p.1, 1 jun. 1952).

Conforme se pode concluir, era comum nos jornais vinculados aos partidos da época artigos que mostravam que havia disputa em torno do modo de gerir o município. Por vezes, fazia-se uso de termos de baixo calão, visto que os jornais eram predominantemente de cunho político.

Essas disputas se acirravam ainda mais em períodos eleitorais. Período em que os jornais destacavam os hinos de campanha, com o intuito de exaltar os feitos dos seus candidatos. Isso acontecia porque “[...] naquela época, as campanhas eleitorais, por não

contarem com os meios de comunicação de massa [...] permitiam maior aproximação entre os candidatos e o povo” (DUARTE, 1995, p. 103-104).

Foi na década de 1950, que o município de Picos ampliou seu destaque no contexto estadual, de modo especial nos seus aspectos econômico e populacional, uma vez “[...] que, já em 1940, ocupava o 8º lugar entre as vinte maiores cidades do Piauí, passando na década de cinquenta para o 4º lugar” (NUNES; ABREU, 1995, p. 104). As autoras afirmam que esse crescimento expressivo está relacionado à situação de entroncamento do município, o que facilitou o acesso de veículos de transporte e comunicação.

Contudo, Duarte (1995) afirma que Picos, no final da década de 1940 e início dos anos 1950, era um pequeno núcleo urbano integrado ao meio rural, que contava com cerca de 50 mil habitantes. A afirmação do autor nos mostra que, embora o município tivesse crescendo e se urbanizando, continuava com aspecto rural, sendo que, na década de 1940, em um universo de 47 municípios, somente Teresina e Parnaíba tinham a população urbana superior à rural, ocorrendo, na década de 1960, o mesmo com o município de Floriano.

A esse respeito, pode-se observar, nas tabelas 1 e 2, a seguir, extraídas do Censo Demográfico do IBGE, o crescimento do município no período de dez anos.

Tabela 1: Municípios com maior população urbana no Piauí – Censo de 1940

Ordem	Município	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total
1º	Teresina	34.695	32.946	67.641
2º	Parnaíba	22.175	19.887	42.062
3º	Floriano	7.084	18.621	25.705
4º	Piripiri	4.520	14.199	18.719
5º	Campo Maior	3.685	26.510	30.195
6º	União	3.242	20.686	23.928
7º	Oeiras	3.038	35.362	38.400
8º	Picos	2.943	37.471	40.414

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1940).

Tabela 2: Municípios com maior população urbana no Piauí – Censo de 1950

Ordem	Município	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total
1º	Teresina	51.418	39.305	90.723
2º	Parnaíba	30.174	19.222	49.369

3º	Floriano	9.101	24.685	33.786
4º	Campo Maior	6.992	32.935	39.927
5º	Picos	4.568	50.145	54.713
6º	Piripiri	4.375	19.326	23.701
7º	Oeiras	3.748	40.812	44.560
8º	Altos	3.645	14.774	18.419

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1950).

É possível perceber que, entre as décadas de 1940 e 1950, houve um aumento populacional significativo, especialmente no que diz respeito à área urbana do município. Picos, segundo o Censo de 1950, foi considerado o quinto em população urbana e a segunda maior população total do estado, ultrapassando a marca dos cinquenta mil habitantes, estando à frente de municípios economicamente fortes e de maior população urbana, como Parnaíba e Floriano.

O crescimento urbano e desenvolvimento econômico do município de Picos, a partir dos anos de 1940, ocorreu pela sua condição de “município-beira”, conceito utilizado neste trabalho a partir da construção de Gandara (2008).

Conforme mencionado, para a referente autora, “cidades-beira” são cidades que tiveram seu desenvolvimento atrelado a sua localização geográfica às margens do rio Parnaíba. Nas “cidades-beira”, “O rio funde-se ao entorno, como se soubesse que apenas dessa fusão pudesse nascer uma região singular, que pessoas anônimas ajudaram a edificar” (GANDARA, 2008, p. 16).

Além disso, a autora mostra que o rio Parnaíba é margeado por cidades maranhenses e piauienses em todo o seu percurso, a exemplo de Parnaíba e Floriano, de forma que o rio acabou sendo também a estrada, bem como fez parte do cotidiano da população, o que possibilitou o crescimento urbano e o desenvolvimento econômico por meio da navegação à vapor.

Apropriamo-nos do conceito “beira” de maneira ampliada, aplicando-o também para os municípios que cresceram às margens das rodovias federais, uma vez que a construção dessas também possibilitou o desenvolvimento de algumas regiões, que, em alguns casos, eram lugares isolados e que tiveram um significativo crescimento urbano, além de se tornarem elo de integração nacional com a chegada dessas rodovias entre 1940 e 1970.

Além disso, substituímos a expressão “cidade-beira”, por “município-beira” por compreender que o termo “município” é mais abrangente, pois abarca toda a área urbana e

rural, além de considerar a dimensão territorial de Picos no período, pois, em 1940, o município possuía uma área de mais de quatro mil quilômetros quadrados. Essa extensão, importa dizer, foi significativamente reduzida, por conta da emancipação de cinco distritos, chegando aos anos de 1970 com pouco mais de 2 mil km, conforme quadro 3:

Quadro 3: Emancipações do território de Picos entre 1954 e 1964

Distrito	Ano da emancipação	Município originado
Genipapo	1954	Itainópolis
Riachão	1956	Monsenhor Hipólito
Genipapeiro	1960	Francisco Santos
Rodeador	1963	Santo Antônio de Lisboa
Bocaina	1963	Bocaina
Tapera	1964	São José do Piauí

Fonte: Enciclopédia Brasileira de Municípios (1959); Processos legislativos da Câmara de Picos (1948-1965) e Soares (1973). Ementário de Leis Estaduais (1947 a 1955) e (1956-1970).

Picos é um “município-beira”, pois o seu crescimento econômico, urbanístico e populacional esteve ligado a dois fatores principais. O primeiro fator esteve relacionado à atividade econômica que era predominantemente agrícola, desenvolvida às margens dos rios Guaribas, Itaim e Riachão, além da pecuária extensiva. Sousa e Elias (2013, p. 5) consideram o rio como “Ponto principal na economia picoense no início da segunda metade do século XX, o Guaribas constituía fonte de renda de inúmeras famílias, que utilizavam suas águas cristalinas para o carregamento de água para o abastecimento, lavando roupas, lazer e para agricultura”.

O segundo fator de crescimento ocorreu devido à construção da BR 024 (atual 230) no final da década de 1940. Por essa razão, o município viveu um processo de dinamização da malha rodoviária, e, em poucos anos, Picos passou a ser um dos três maiores entroncamentos rodoviários do Nordeste.

Essa condição alterou diretamente a dinâmica da região, que deixou de ser associada somente à beira do rio, passando a atrelar-se também à beira das rodovias; formando uma rede viária relativamente densa, pois “através de Picos, é possível fazer-se ligação de Teresina com o Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia” (NUNES; ABREU, 1995, p. 104).

Dentro desse quadro de desenvolvimento, Picos era essencialmente um município agrário e comercial, de modo que as duas atividades acabavam por se relacionar, pois o

comércio se dava em sua maior parcela em torno dos produtos agrícolas, sendo que a maior parte da população se ocupava das atividades agrícolas, conforme a tabela 3 apresenta.

Tabela 3: Ramos de atividade em Picos em 1950

Ramos de atividade	Pessoas presentes de 10 anos e mais		
	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária e silvicultura	15.047	14.175	872
Indústrias extrativas	1	1	-
Indústrias de transformação	163	160	3
Comércio de mercadorias	252	243	9
Comércio de imóveis e valores mobiliários	6	6	-
Prestação de serviços	544	249	296
Transportes, comunicação e armazenagem	76	73	3
Profissões liberais	22	17	5
Atividades sociais	84	33	51
Administração pública, legislativo, justiça	58	51	7
Defesa nacional e segurança pública	16	16	-
Atividades domésticas não remunerada e atividades escolares discentes	16.135	667	15.468
Atividades mal definidas ou não declaradas	1	1	-
Condições inativas	3.189	1.830	1.359
Total	35.594	17.522	18.072

Fonte: IBGE (1950).

Na década de 1950, as principais culturas agrícolas em Picos eram: feijão, milho, alho e algodão. Na pecuária, de acordo com recenseamento de 1950, os rebanhos de suínos e muarens eram os maiores do estado. Dessa forma, a economia da região era predominante agrícola e, conseqüentemente, rural. Na tabela 4, infra, temos os principais produtos cultivados, bem como o volume da produção:

Tabela 4: Produção Agrícola município de Picos em 1950

Produto	Unidade	Volume	Valor Cr\$
Feijão	Saco de 60 kg	112.200	39.045.000
Arroz	Saco de 60 kg	50.000	15.000.000
Milho	Saco de 60 kg	93.200	12.302.000
Algodão	Arroba	113.380	11.338.000
Alho	Arroba	31.500	10.867.000

Fonte: IBGE (1959).

Embora ainda com feições agrícolas, o comércio de Picos já se mostrava dinâmico e promissor, uma vez que, segundo a Enciclopédia dos municípios brasileiros (1957, p. 574), na sede do município, reunia-se aos sábados “a mais importante feira de todo o estado”, na qual comparecia “cerca de 1500 a 2000 lavradores a fim de venderem seus produtos”, além de proprietários de caminhões e intermediadores. Segundo Franco (1955), o comércio semanal de Picos apresentava-se “com um movimento de entrada e saída de 80 a 100 caminhões diários”.

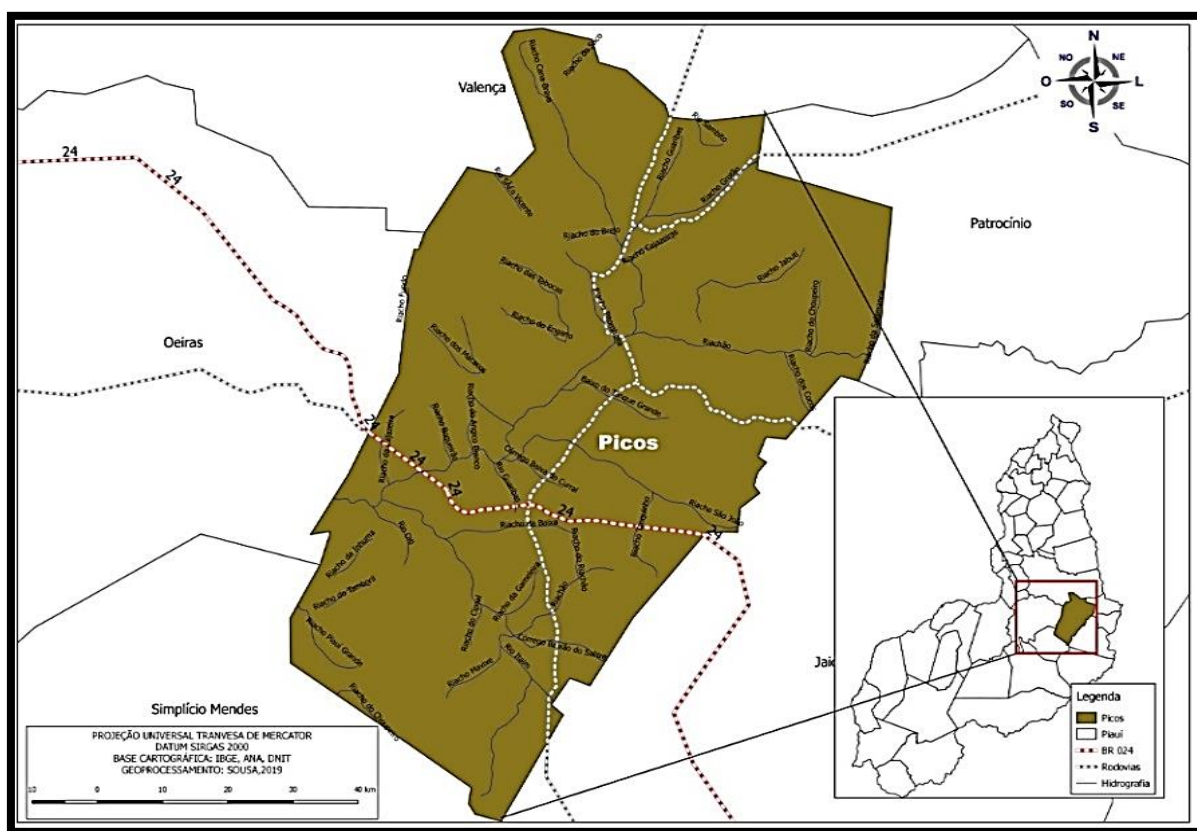
Figura 4: Aspecto da feira livre de Picos, década de 1950

Fonte: Museu Ozildo Albano.

Créditos: Foto Varão.

O fato de o município ser cortado pela BR 024, no sentido Leste-Oeste (atual BR 230), conforme mostra o mapa, colocava o município de Picos na posição de entroncamento rodoviário, tornando-o um local obrigatório de passagem, o que, segundo Franco (1955), fez com que Picos estabelecesse a conexão Rio de Janeiro-Bahia. Além disso, o fato de estar localizado em próspera zona agrícola, fez com que a região não concentrasse somente a produção para o abastecimento do mercado local, mas também a destinada à exportação.

Mapa 3: Picos em 1950



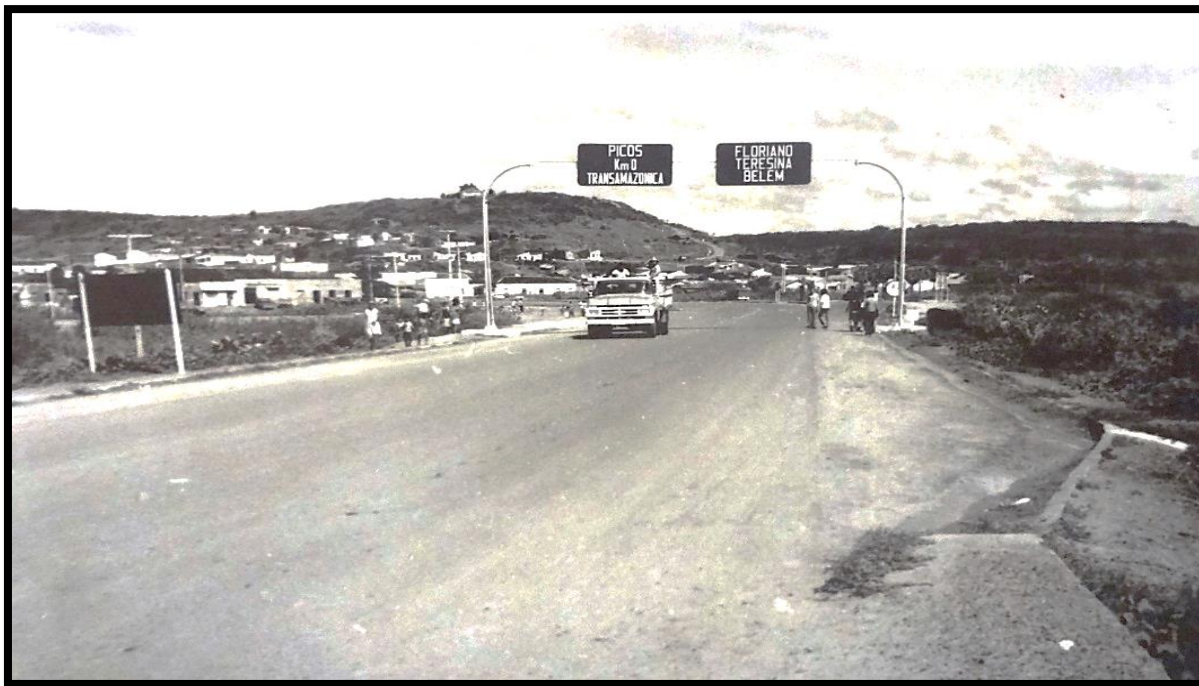
Créditos: Juliana Gonçalves.

Franco (1955, p. 32) acrescenta que o comércio de Picos estava “entre as principais praças do país”. Por esse motivo, Picos também possuía firmas importadoras e exportadoras. Entre as mais conhecidas, estavam a de Domingos Varão e a de Urbano Eulálio, que adquiriam arroz do Vale do Mearim e do Vale do Parnaíba, para distribuir em mercados consumidores do Ceará e do Pernambuco.

Na visão de Duarte (1995), no ano de 1949, a construção da ponte sobre o Rio Guaribas atraiu a atenção dos picosenses. A construção ficava próxima ao local onde seria definido o quilômetro zero da futura Rodovia Transamazônica, BR 026 (atual BR 316), o que

aumentou o fluxo de pessoas e mercadorias, além do melhoramento na conexão com a região norte do estado.

Figura 5: BR 026 (1960-70) Atual BR 316



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Créditos: Foto Varão.

Entendemos, dessa forma, que isso fez com que o município alcançasse a condição de ser um dos mais desenvolvidos do estado, necessitando, por sua vez, de um estabelecimento secundário que gerasse, dentre outras coisas, mão de obra qualificada para o comércio nascente e para os órgãos públicos que aos poucos chegavam ao município.

Em meados de 1950, o município de Picos tornava-se cada vez mais movimentado, não só por conta da feira-livre, mas também pelo setor de serviços, pois a cidade já contava com uma agência de correios e telégrafos e uma agência do Banco do Brasil, criada em 1944. Além de um hospital particular, o São Vicente de Paulo, mantido pela sociedade São Vicente de Paulo. O setor de serviços atendia municípios como Jaicós e Valença.

Neste mesmo período, na década de 1950, havia uma imprensa significativamente ativa por meio de jornais impressos, geralmente vinculados a instituições e partidos políticos, como pode ser percebido pela presença e circulação de quatro jornais, conforme quadro 4:

Quadro 4: Jornais impressos em Picos década de 1950

A Ordem (1950)	Partido Social Democrático
Flâmula (1952)	Grêmio da Costa e Silva
Folha Circulista (1953)	Círculo Operário Picoense
A Gazeta (1954)	Odonel Castro Gonçalves

FONTE: Duarte (1995). Moura (2017).

Havia, ainda, no município, a circulação de jornais e revistas nacionais, como a Revista *O Cruzeiro*⁶, que, segundo Luz (2012), chegou a veicular informação sobre Picos na década de 1950. Assim, o memorialista ainda destaca, em sua narrativa, que “a revista o Cruzeiro tinha uma coluna ‘O Impossível Acontece’. Vi Picos virar assunto em duas ocasiões: a) O cinema em Picos tem como teto o céu estrelado. b) telegrama urgente em Picos é entregue uma vez por semana em lombo de jegue” (LUZ, 2012, p. 126).

A autobiografia do referido autor nos mostra que Picos aparecia na imprensa nacional de forma pitoresca, pois, embora o município possuísse elementos que eram associados à ideia de desenvolvimento e modernidade, — como cinema, agência dos Correios, banco, agência de estatística e coletoria federal, além dos dados numéricos significativos relacionados ao comércio e produção agrícola, — ainda trazia em sua representação nacional marcas do atraso.

Outro veículo de comunicação bastante comum em Picos no período era o rádio. No entanto, na década de 1950, não existia, no município, uma estrutura radiofônica propriamente dita, mas um conjunto de amplificadores colocados em praça pública, dando vida a então *Rádio Luar do Sertão*, de propriedade do “Chico” de Júlio.

Quanto ao quadro educacional à época, Mendes (2012) afirma que o período após o Estado Novo no Piauí, pode ser denominado de “A Era dos Ginásios e Patronatos”, associando, assim, esse período ao crescimento do número de estabelecimentos de ensino secundário pelo Piauí.

Outro fator determinante atribuído ao crescimento dos estabelecimentos de ensino secundário foi o crescimento da população entre 15 e 19 anos, conforme tabela 5:

⁶ Segundo Meyrer (2010, p. 199), a Revista *O Cruzeiro* foi, durante muito tempo, o carro-chefe do primeiro conglomerado de imprensa e a primeira rede de comunicação instituída no país, ou seja, o oligopólio formado pelos Diários Associados de propriedade de Assis Chateaubriand, cuja importância e influência sobre os rumos do país são bem conhecidas. Fundada em 1928, a revista inseriu-se no contexto inicial do processo de modernização dos meios de comunicação no país, no final dos anos de 1920, que se consolidou nos anos 50. Porta-voz de um discurso modernizante, a revista foi a primeira do gênero de circulação nacional.

Tabela 5: Evolução do ensino médio e da população escolar no Piauí (1940 e 1950)

Discriminação/Matrícula	Valores absolutos	
	1940	1950
População 15 a 19 anos	87.783	110.887
Ensino Secundário	1.260	5.255
Ensino Comercial	295	473
Ensino Industrial	170	279
Ensino Normal	514	538

Fonte: Secretaria de Estado da Educação do Piauí (1956).

A tabela 5 nos mostra que, dentre os tipos de ensino pós-primário, o mais procurado era o ensino secundário, no entanto, não atendia nem 5% da população entre 15 e 19 anos. Além disso, a maior parte dos jovens atendidos estava em Teresina e Parnaíba, região norte do estado, haja vista essas duas cidades concentrarem sozinhas mais de 80% dos estabelecimentos.

Os municípios começaram a se articular e a reclamar ao poder público por um estabelecimento de ensino ginásial, à medida que iam crescendo, especialmente em sua malha urbana. Em Picos, isso não foi diferente. Com isso, Sousa (2005) assevera:

Os ginásios até então se configuravam em um tipo de escola vinculada aos centros populacionais urbanizados e desenvolvidos, implicando sua criação um reconhecimento do status da cidade no estado, fato antes marcado pela criação dos Grupos escolares (SOUSA, 2005, p. 90).

Nesse contexto, o ensino secundário piauiense foi essencialmente particular, conforme nos mostra a tabela 6, abaixo. Além disso, esses estabelecimentos de ensino recebiam subvenção do governo estadual, uma espécie de ajuda mensal ou anual. Foi possível observar, nos livros de atas da Assembleia Legislativa e nos requerimentos dos deputados estaduais, que eram comuns pedidos de subvenção ou aumento desses repasses pelo governo estadual para ginásios particulares da capital e do interior.

Tabela 6: Estabelecimentos de ensino secundário ginásial em funcionamento no Piauí (1941 a 1960)

Esfera	1941	1945	1946	1947	1948	1949	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Municipal ⁷	01	01	-	-	-	-	02	01	02	02	02	05
Estadual	01	01	01	01	01	02	02	02	02	03	03	03
Particulares	06	07	08	11	14	14	19	20	22	27	27	29
Total	08	09	09	12	15	16	23	23	26	32	32	37

Fonte: Tabela produzida pelo pesquisador, a partir dos dados estatísticos do INEP, das Sinopses Estatísticas do Ensino Médio, das Mensagens governamentais do Piauí e dados do IBGE (2018).

Corroborando com isso, Nunes (1979) afirma que o ensino secundário, no Brasil, crescia desigualmente, tendo, como mola propulsora do seu alargamento, a iniciativa privada, boa parte dela subvencionada pelo poder público. Abreu (1958) destacou que, nesse período, havia, “sob a alegação de monopólio estatal da educação, uma campanha ostensiva contra escola pública brasileira” (ABREU, 1958, p. 5).

A tabela 6 mostra ainda que, em 1941, dos oito estabelecimentos de ensino secundários existentes no estado, apenas dois eram públicos, um estadual, o Ginásio Oficial do Piauí (Liceu Piauiense), e o outro municipal, o Ginásio Municipal São Francisco de Sales, ambos em Teresina. Os demais se concentravam, além da capital do estado, nos municípios de Parnaíba e Floriano.

Com base na análise da tabela 6, algumas inconsistências nos fazem pensar nos dados referentes à esfera municipal, visto que, nos anos de 1941 e 1945, aparece, como estabelecimento municipal, o Colégio São Francisco de Sales, fundado pela igreja católica, em 1906, não se tendo conhecimento de seu vínculo com o poder público, tendo em vista que, pela legislação federal do período, só podia utilizar os termos “ginásio estadual” ou “ginásio municipal” aqueles que fossem criados e mantidos por estes poderes. Desse modo, a informação extraída do INEP pode ter essa incongruência, haja vista que não se tem dados que possa assegurar que essa escola, algum dia, tenha pertencido ao município de Teresina.

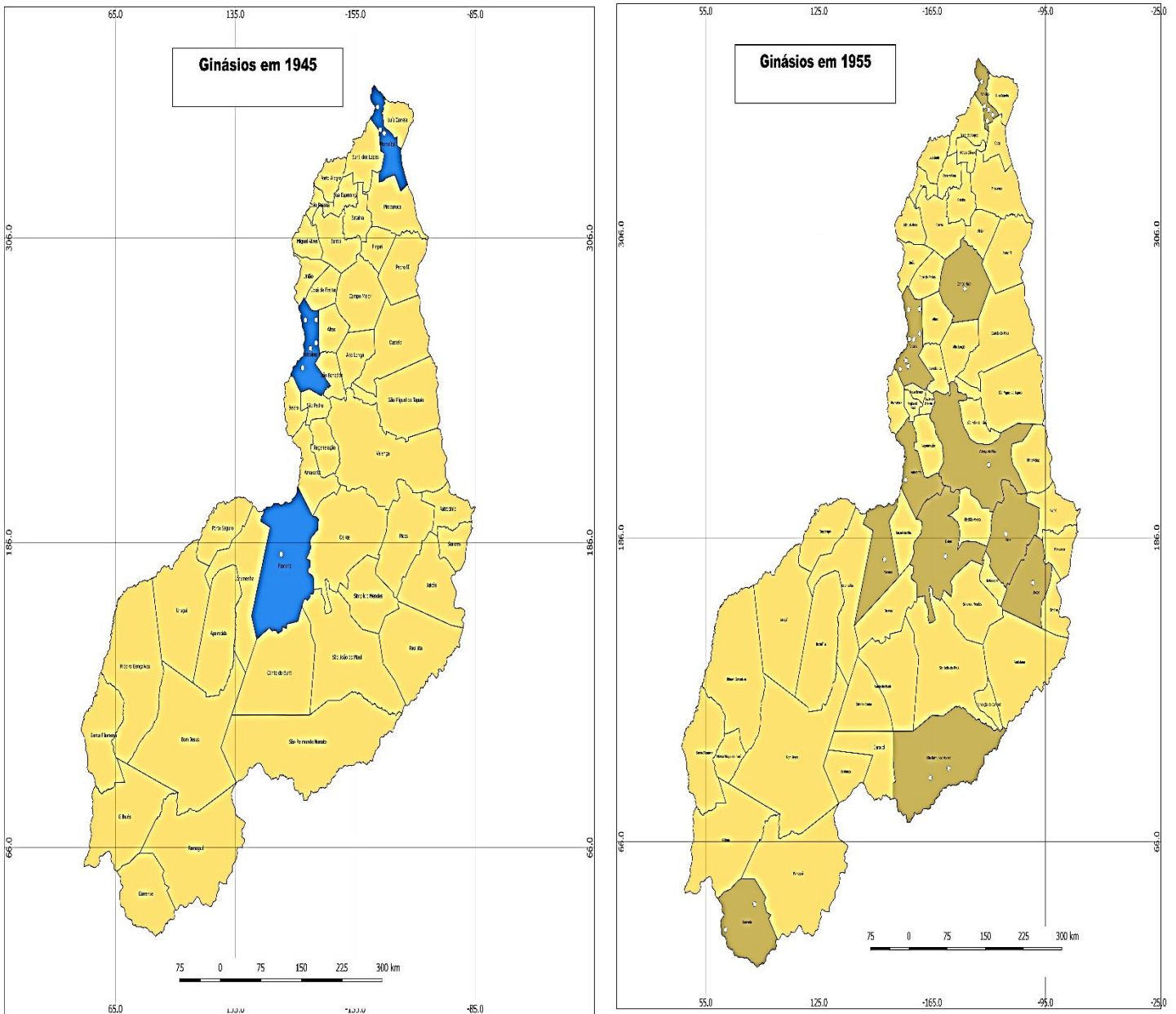
⁷ Na relação dos estabelecimentos de ensino secundário em funcionamento organizada anualmente pela Seção de Prédios e Aparelhamento da Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), aparecem os seguintes estabelecimentos categorizados na esfera municipal, nos respectivos anos: Ginásio Municipal São Francisco de Sales (1941 e 1945); Ginásio Municipal Oeirense (1955), Ginásio Municipal Picoense (1955, 1957, 1958, 1960), Ginásio Municipal Piracuruquense (1959), Ginásio Municipal de Altos (1960). O Ginásio Picoense aparece como estadual no ano de 1956.

Em 1959, houve um pedido de retificação do nome do estabelecimento com a autorização do segundo ciclo de Ginásio Municipal São Francisco de Sales para Colégio São Francisco de Sales, suprimindo o termo “municipal”, conforme decreto 20.480, de 24 de janeiro de 1946, publicado no diário oficial da união de 01 de fevereiro de 1946.

O Deputado Federal pelo Piauí José Cândido Ferraz (UDN) apresentou requerimento na câmara dos deputados para correção do nome da instituição, tendo em vista que, segundo o deputado, “a proposição visa simplesmente retificar, sem qualquer aumento na despesa, engano em nome de entidade que foi contemplada diversas vezes com nomes diferentes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1959, p. 1).

Outra incongruência percebida nos dados do Ministério da Educação, utilizados para construção da tabela 6, refere-se ao Ginásio Estadual Picoense, que, embora tenha sido criado por lei estadual, o fato de ser mantido pelo município gerou uma confusão em sua denominação e, talvez, na sua identidade; pois, ora aparece nos documentos oficiais como Ginásio Estadual Picoense, ora aparece como Ginásio Municipal Picoense. Partindo do pressuposto de que, no final dos anos de 1940, intensificou-se a interiorização deste nível de ensino no estado, apresentamos o mapa 4, abaixo, que nos mostra como se processou a distribuição espacial dos ginásios no Piauí entre 1945 e 1955:

Mapa 4: Estabelecimentos de ensino ginásial no Piauí entre 1945 e 1955



Mapa de estabelecimentos de ensino secundário ginásial no Piauí entre 1945 e 1955

Legenda

- Piauí
- Ginásios
- Municípios em 1945
- Municípios em 1955

PRODUÇÃO UNIFESP/IM TRANSFERIDA DO MAPACATOR
 IDALUIR SINGOS JUNIO
 BASE CARTOGRAFICA: IBGE
 GEORRECORRAMENTO: SOUZA, 2019
 ESCALA NUMERICA: 1: 300.000

Créditos: Juliana Gonçalves (2019).

O mapa 4 mostra que, até 1945, os ginásios se concentravam em três municípios, na capital, Teresina, em Parnaíba e em Floriano. Entendemos que essa concentração nesses municípios, à época, deveu-se ao fato de eles representarem o maior índice de urbanização do estado, bem como por serem as mais dinâmicas economias daquele momento, tendo em vista serem localizados às margens do Rio Parnaíba, que exerceu papel importante no desenvolvimento econômico do Piauí entre o final do século XIX e início do século XX.

Em 1945, aumentaram de oito para nove os números de ginásios no Piauí, por causa da dissolução da sociedade entre os professores Moacir Madeira e Felismino Weser, proprietários do Ateneu Piauiense da capital. Dessa dissolução, surgiram dois novos ginásios, quais sejam: O Ginásio Demóstenes Avelino e o Ginásio Leão XIII. Assim, era para Teresina que parcela da elite do interior do estado se dirigia até o início dos anos de 1950, quando se iniciou um processo gradativo de interiorização dos ginásios.

Entre 1947 e 1948, foram criados o Ginásio Santo Antônio, em Campo Maior, o curso ginásial do Instituto Batista Correntino, em Corrente, e o Ginásio Dom Inocêncio, em São Raimundo Nonato. Na criação desses estabelecimentos, foi possível perceber que a elite local começava a se movimentar de forma articulada: profissionais liberais, políticos, comerciantes, funcionários públicos, membros do clero católico e de igrejas protestantes.

Entendemos que a criação de um ginásio, em Campo Maior, ocorreu por causa do desenvolvimento do município, que, entre 1940 e início de 1950, despontava como a quarta maior população urbana do estado, ultrapassando municípios como Piripiri, Oeiras e Picos. No caso de Corrente e São Raimundo Nonato, região sul do estado, houve predominância da ação de religiosos, Missão Batista do Norte e Padre Lira Parente em articulação com a elite local, respectivamente.

Desse modo, pode-se perceber que o ensino secundário público no Estado era modesto e incipiente, concentrado em Teresina. Em 1947, foi criado o Ginásio da Escola Normal Oficial, aumentando para dois o número de estabelecimentos oficiais de ensino secundário. No ano seguinte, foi criado por lei estadual o Ginásio Estadual Picoense, elevando para três o número de estabelecimentos de ensino secundário, contudo, seu funcionamento iniciou-se em 1950.

O mapa 4 nos mostra, ainda, um crescimento de mais de cento e quarenta por cento no número de ginásios, em 1955, além da ampliação no número dos municípios atendidos por este nível de ensino, antes restrito aos municípios mais urbanizados e economicamente fortes. À medida que os demais municípios cresciam, aumentavam o fluxo de comércio e a instalação de alguns órgãos públicos, além de que necessitavam de mão de obra apropriada

para executar o serviço. Dentre esses municípios, podemos citar Picos e Oeiras, que, em 1945, receberam a BR 024, e tiveram seus ginásios instalados em 1950 e 1952, respectivamente. Ademais, houve a chegada de organizações religiosas no estado que criaram ginásios e patronatos, especialmente na região Sul.

Porém, essa expansão foi proporcionada, especialmente, pelo crescimento dos estabelecimentos particulares, pois dos 23 ginásios existentes no Piauí, conforme a tabela 8 e o mapa 4, vinte eram particulares. Nesse sentido, Silva (1969) afirma que a expansão da iniciativa privada serviu para preencher o vazio dentro de uma inadequada estrutura do ensino médio montada pelo governo federal.

O pouco investimento no ensino secundário público brasileiro deveu-se a disputas entre o ensino público e o particular, uma vez que o decreto lei 4.244, de 9 de Abril de 1942, Lei orgânica do ensino secundário, previa o investimento de dinheiro público em estabelecimentos particulares, norma mantida na Lei de Diretrizes e Bases de 1961⁸. O quadro 5 apresenta os estabelecimentos de ensino secundário em funcionamento até dezembro de 1949.

Quadro 5: Estabelecimentos de ensino secundário ginásial no Piauí em 1949

Nome do Estabelecimento	Esfera administrativa	Município
Ginásio Santo Antônio	Particular	Campo Maior
Ginásio do Instituto Batista	Particular	Corrente
Ginásio Santa Teresinha de Jesus	Particular	Floriano
Ginásio São Luiz Gonzaga	Particular	Parnaíba
Ginásio Nossa Senhora das Graças	Particular	Parnaíba
Ginásio Nossa Senhora de Lourdes	Particular	Parnaíba
Ginásio Parnaibano	Particular	Parnaíba
Ginásio União Caixeiral	Particular	Parnaíba
Ginásio Dom. Inocêncio	Particular	S. Raimundo Nonato
Colégio Demóstenes Avelino	Particular	Teresina
Colégio Estadual do Piauí	Oficial	Teresina
Colégio Leão XIII	Particular	Teresina

⁸ Supomos que isso tenha sido uma das causas na demora da discussão e aprovação da lei 4.024/1961, que estava no congresso desde 1949, pois, segundo Romanelli (2010), as forças conservadoras mostraram-se contrárias ao ensino público e gratuito.

Colégio São Francisco de Sales	Particular	Teresina
Ginásio Desembargador Antônio Costa	Particular	Teresina
Ginásio Estadual da Escola Normal Antonino Freire	Oficial	Teresina
Ginásio Sagrado Coração de Jesus	Particular	Teresina

Fonte: O ensino superior e médio no Brasil até 1949 – INEP (1951).

Concernente ao número de municípios com estabelecimentos de ensino secundário ginásial, o Piauí possuía, em 1949, 49 municípios e um total de 16 estabelecimentos de ensino secundário ginásial. Destes, seis se localizavam na capital e cinco em Parnaíba. Os demais estavam distribuídos nos municípios de Campo Maior, Floriano, Corrente e São Raimundo Nonato.

Entre 1940 e 1950, o número reduzido de ginásios e a falta de investimentos nesse nível de ensino também pode ser explicado pela preocupação do governo com o ensino primário, no qual estavam concentradas mais de 90% das matrículas no Piauí. Contudo, essa política também se mostrava incipiente, pois, mesmo havendo um número maior de escolas elementares e um discurso de investimentos nesse nível de ensino, ainda havia um grande número de pessoas fora dos bancos escolares, conforme quadro de matrículas apresentado na tabela 7.

Tabela 7: Escolarização primária no Piauí e em Picos - Censo de 1950

Especificação	Piauí	Picos
Pessoas presentes de 7 a 14 anos	230.879	12.571
Unidades escolares de ensino fundamental comum	574	16
Matrícula geral no ensino fundamental comum	46.155	1.255

Fonte: IBGE (1950).

A política educacional era pautada na expansão das salas de aulas, do quadro de professores e na construção de Grupos Escolares e Escolas Reunidas pelo interior do estado. Porém, mesmo diante da expansão do ensino primário pelo interior do estado, ainda era insuficiente para atender a demanda. A tabela 7 mostra que dos 12.571 habitantes do município de Picos em idade escolar 1% estava matriculado no curso primário.

Com um ensino secundário predominantemente particular, esse nível de ensino era ainda mais incipiente que o curso primário, sendo relegado a segundo plano. O governo do

estado não tinha poder de inspeção sobre os estabelecimentos de ensino secundário, a não ser sobre os poucos oficiais que existiam e, mesmo assim, restringido pela ação da Diretoria de Ensino Secundário (DES) do Ministério da Educação. A fiscalização destes estabelecimentos era feita por inspetores federais, muitas vezes sem nenhum preparo acadêmico, cumprindo papel apenas burocrático.

Por outro lado, não havia, no âmbito da DES, uma estrutura burocrática eficiente que pudesse dar conta de todos os estabelecimentos de ensino secundário do país. A falta de uma estrutura administrativa e pedagógica eficiente pode associar a centralização do ensino secundário à esfera administrativa federal, que, pela distância do órgão, transformava, muitas vezes, a inspeção em mera assinatura de papéis. No Piauí, para o cargo de inspetor de ensino secundário, era designado um funcionário público federal que atuasse nos municípios que existiam ginásios, pertencendo, geralmente, aos Correios, Estatísticas e Coletoria Federal.

Essa situação perdurou até o final da década de 1950, quando o governo federal reorganiza a DES, criando as inspetorias seccionais de ensino para aperfeiçoar a fiscalização dos estabelecimentos de ensino secundário. A DES, por meio da portaria 901, de 22 de junho de 1957, criou a Inspeção Seccional de Ensino Secundário de Teresina, que iniciou suas atividades em julho do mesmo ano, de modo que, segundo o relatório enviado ao INEP em 1958, “começou para inspeção do ensino secundário uma fase realmente proveitosa e eficiente” (PIAUI, 1958).

A inspeção seccional iniciou suas atividades com oito membros escolhidos por concurso, incluindo um inspetor seccional, cargo que foi ocupado durante muitos anos pelo professor Manoel Paulo Nunes. O órgão promoveu, no estado, encontro de diretores, exames de suficiência da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES⁹, e atividades extracurriculares.

A inspeção seccional do ensino foi uma repartição que teve vida muito marcante. Os inspetores seccionais, naquela época, eram escolhidos dentre os funcionários de maior liderança no MEC, nos estados. [...] quando eu assumi a inspeção seccional, dei uma força considerável ao desenvolvimento da Campanha Nacional Escolas da Comunidade (CNEC) (NUNES, 2012, p. 64).

⁹ Segundo Pinto (2008) a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário foi criada por meio do decreto nº 34.638/1953. Tinha por modernizar o ensino secundário a partir de uma política educacional pautada no aperfeiçoamento de professores, concessão de bolsas de estágio, bem como estudos e programas para o curso secundário.

A articulação das elites locais para criação dos ginásios no interior do Piauí teve maior força a partir da criação da Campanha Nacional Escolas da Comunidade – CNEC, que teve início em âmbito nacional em 1947. Segundo Silva (2010), o primeiro ginásio criado pela CNEC¹⁰ no Piauí foi o Ginásio de Padre Marcos, no município de Jaicós, em 1954, e o segundo foi o Ginásio Popular, em Teresina, em 1958. A partir da criação de “[...] uma enorme rede de estabelecimentos, que foram sendo desativados à proporção que o estado levava a educação aquele distante município com escola mantida pela CNEC” (NUNES, 2012, p. 65).

Concluimos que a instalação da inspetoria seccional não só possibilitou a expansão de escolas secundárias na década de 1950, a partir da articulação com os municípios e com projetos como a CNEC, como também a formação de um contingente maior de professores secundários através dos cursos de suficiência realizados em Teresina.

Considerando o quadro educacional do município de Picos, o trabalho de Sousa (2005) nos aponta que, no período compreendido entre 1928 e 1949, houve a formação e consolidação de uma rede escolar marcada, também, pela criação do curso ginásial que “pôs fim a migração precoce dos jovens para outras cidades, trazendo o sonho da formatura” (SOUSA, 2005, p. 124).

O anseio pela instalação de um estabelecimento de ensino secundário também advém do fato de que o município possuía, segundo o orçamento municipal para o ano de 1949 (PICOS, 1949), vinte e dois professores espalhados pelo interior, além de uma população de 9.559 pessoas que sabiam ler e escrever (BRASIL, 1950), o que poderia garantir, mesmo que precariamente, a formação de um público inicial para o ginásio.

Além disso, durante o processo de criação e instalação do Ginásio Picoense, Picos contava com quatro instituições escolares na sua sede: Instituto Monsenhor Hipólito (1944), administrado pelas irmãs do Coração Imaculado de Maria; o Instituto Ruy Barbosa (1945), de propriedade do Juiz de Direito Vidal de Freitas; o Grupo Escolar Coelho Rodrigues (1928), mantido pelo poder público estadual e a Escola Municipal Landri Sales (1935), mantida pelo município.

O Almanaque do Cariri de 1952 nos mostra que, em Picos, no início da década de 1950, além dessas instituições, existiam outras isoladas, como as escolas rurais e supletivas,

¹⁰ A Campanha Nacional Escola das Comunidades, segundo Silva (2010), foi criada na cidade de Recife, em 1943, com o nome de CGP (Campanha do Ginasiano Pobre), com o objetivo de ministrar o ensino secundário a estudantes carentes. Possuía uma diretoria nacional e, no final dos anos de 1960, estava presente em praticamente todo território brasileiro. Chegou ao Piauí em 1952, por intermédio do deputado estadual Alberto Bessa Luz, proveniente da região de Jaicós. No final dos anos de 1960, era responsável por grande parcela dos ginásios que existia.

mantidas pelo Estado; além de aproximadamente 70 escolas primárias espalhadas pela zona rural do município, o que demonstra um significativo crescimento em número de escolas em relação a 1949.

Vale ressaltar que o conceito de escola estava associado ao de professor, pois a escola-prédio é um entendimento mais recente. Até o final dos anos 1960, os prédios escolares estavam concentrados na sede do município, de modo que o que constava pelo interior, em sua grande maioria, eram professores estaduais e municipais, que ensinavam a ler e a escrever e, em alguns casos, ministravam o ensino primário em uma sala de aula, conhecida como “escola isolada”, instalada, principalmente, na própria residência destes.

Foi, então, diante das circunstâncias supracitadas que grupos locais e alguns populares sentiram a necessidade da instalação de um estabelecimento de ensino secundário. Não atribuímos a ideia de criação desse tipo de estabelecimento a um único sujeito, mas a um conjunto de pessoas e fatores, pois a documentação nos mostra que a instalação de um ginásio em Picos já era debate na Assembleia Constituinte de 1947, tornando-se, inclusive, uma das determinações do texto constitucional do Estado. Talvez, tenha sido promessa de campanha dos deputados picoenses no pleito de 1947 e do próprio prefeito Celso Eulálio, nas eleições municipais de janeiro de 1948.

O fato é que a ideia de se criar um ginásio em Picos foi levada a cabo pela elite e por alguns deputados locais, que conseguiram aprovar a lei estadual ainda em janeiro de 1948, tornando-se o único ginásio do interior do Piauí criado pelo governo estadual entre 1948 e 1960.

Ao assumir a prefeitura, o ginásio já estava criado, e o prefeito Celso Eulálio (UDN), articulando-se com membros da elite picoense, como o juiz Vidal de Freitas, o estudante de Direito Severo Eulálio, do dentista e militar Dr. Fonseca, dentre outros, solicitaram, junto ao governo estadual, a instalação do ginásio para “Terra de Coelho Rodrigues”.

2.2 Um ginásio para a mocidade picoense

Com base nas informações apresentadas, é possível compreender que o processo de criação e instalação do Ginásio Picoense esteve inserido em um contexto econômico, educacional e principalmente político, que possibilitou o surgimento dessa instituição.

No que diz respeito à expansão dos ginásios no Piauí, Lopes (2011) atesta que:

É fruto da ação da iniciativa privada, especialmente a confessional, das elites locais dos diferentes municípios e da ação do Estado. Nível de ensino de caráter seletivo e acesso restrito, o ginásio irá sofrer uma crescente demanda que implicará numa maior participação do Estado em sua oferta e numa expansão gradativa do mesmo. As restrições de acesso eram oriundas da falta de vagas, da seletividade do exame de admissão e da cobrança de taxas, além das restrições existentes no ensino primário, com seus índices de reprovação, evasão e acesso (LOPES, 2011, p. 3).

Concordamos com Lopes (2011), pois percebemos que a criação dos ginásios no Piauí, entre o final da década de 1940 e início da de 1960, obedecia, de modo geral, a seguinte trajetória: 1. Discussão da proposta; 2. Criação, por meio de lei municipal e/ou autorização, da Diretoria de Ensino Secundário do MEC, enquanto estabelecimento particular; 3. Instalação, geralmente, em um espaço cedido pelo Estado ou pela prefeitura; 4. Manutenção por meio da cobrança de mensalidades, ajuda de custo ou anuidades; 5. Oficialização e incorporação da rede pelo Estado.

O caso de Picos foi singular, pois fugiu um pouco a regra predominante, tendo em vista que o Ginásio Picoense é o único do interior do estado, criado pela lei estadual nº 90, de 20 de janeiro de 1948. Essa foi uma maneira encontrada pelos grupos locais dominantes para que o ginásio já nascesse estadual e para que o Estado o mantivesse de imediato, entretanto disputas políticas adiaram a instalação da referida escola, como discutiremos no decorrer do capítulo.

Além disso, a utilização do termo “estadual” causou dificuldades no entendimento do governo federal no que diz respeito a qual esfera administrativa pertencia o ginásio de Picos, pois quando o ministério da educação autorizou seu funcionamento pela portaria 148 de 31 de março de 1950 a documentação apresentou o estabelecimento como estadual, no entanto ao analisar os documentos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, durante toda a década de 1950 aparece em alguns anos como ginásio municipal.

Partindo da singularidade da criação do ginásio de Picos, percebemos que até ser incorporado a rede estadual em 1963, o Ginásio Picoense passou pelo seguinte processo: 1. Discussão na Assembleia Legislativa (1947 e 1948); 2. Criação do estabelecimento por meio de lei estadual (1948); 3. Instalação em espaço cedido pelo Estado; 4. Manutenção por meio de recursos municipais e cobrança de anuidades (1950-1963); 5. Oficialização e mudança do nome para Ginásio Estadual Marcos Parente (1961). 6. Incorporação ao patrimônio estadual (1963).

Para entender todo o processo de interiorização dos ginásios no Piauí, é necessário analisar o quadro político do período, que, conforme visto anteriormente, foi marcado pela

ascensão da UDN ao governo estadual, nas eleições de 1947 e 1948, nas quais foram eleitos o governador Rocha Furtado e o prefeito de Picos Celso Maria Eulálio.

Figura 6: Governador Rocha Furtado (1950)



Fonte: Arquivo Público do Piauí.

Segundo Lopes (2017, p. 509), “[...] acompanhar esse processo de expansão [...] considerando algumas de suas marcas [...] laços entre os diferentes poderes públicos, as elites locais, a formação de um público para essa escolarização e os desejos de valorização das localidades como desenvolvidas”. Desse modo, houve, para a criação e posterior instalação do GEP, um conjunto de articulações que envolveu políticos locais, dirigentes estaduais e federais, com participação da elite picoense.

Os deputados udenistas de Picos foram responsáveis pela inclusão do ginásio nas disposições transitórias da constituição estadual de 1947, bem como pela criação do projeto de lei apresentado ainda naquele ano, o que talvez tenha sido promessa de campanha tantos dos deputados, como, posteriormente, do prefeito Celso Eulálio. Isso porque houve eleições legislativas em 1947 e, para prefeito, em janeiro de 1948, mesmo mês em que a lei foi aprovada em plenário.

Uma vez articulada a aprovação pelos deputados estaduais na Assembleia, caberia ao governo estadual, que era udenista, sancionar o texto, tendo em vista que os deputados

requerentes eram da base governista e, ao mesmo tempo, criar condições de instalação da escola por meio da liberação de recursos.

O quadro político-partidário do período era polarizado. A UDN era o partido que estava sob o comando do município, chefiado pelas famílias Eulálio e Leitão, estando na oposição o PSD do “Chico” Santos, que já havia governado a cidade por longo período, anterior à redemocratização. O PSD e a UDN eram partidos adversários tanto na esfera estadual, quanto municipal.

Nas eleições de janeiro de 1947, Picos foi o único município do interior a eleger quatro deputados estaduais, foram eleitos os deputados João de Moura Santos, o Dr. Moura, e Alberto Moreira Santos, do PSD, e Antenor Martins Neiva e Hélio das Chagas Leitão, ambos da UDN. Em janeiro do ano seguinte, em 1948, foram realizadas as eleições municipais em Picos, tendo, como candidatos ao cargo de prefeito, Celso Maria Eulálio, do UDN, e Waldemar de Moura Santos, do PSD. Este último candidato era conhecido como Doutor “Waldin”, filho do chefe político *pessedista*, Francisco Santos. Tal pleito teve como vencedor Celso Maria Eulálio, candidato udenista.

Em meio às disputas partidárias, a criação de um ginásio em Picos foi atribuída à influência tanto da elite local, a qual era composta por profissionais liberais, quanto à elite política. A criação de um estabelecimento naquele momento, para a elite política, seria fato de grande relevância e repercussão, fato esse que poderia garantir mais alguns anos no poder.

Nesse momento, será apresentado um sujeito sempre lembrado e admirado, especialmente pelos alunos que fizeram parte das primeiras e segundas turmas do ginásio, o doutor José Vidal de Freitas, na época, entre os anos de 1945 a 1954, juiz de direito no município de Picos. É atribuída a ele a ideia de se criar um ginásio em Picos, tendo sido o maior incentivador do prefeito Celso Eulálio, como narra a memória coletiva dos picoenses. Acerca disso, Lelis (2019) destaca:

Celso Eulálio havia perguntado a Dr. Vidal sobre uma obra pública que ele deveria fazer para ficar marcado da História de Picos enquanto prefeito. Ele, Celso, disse que já tinha vontade de demolir o mercado público e construir um prédio maior, de dois ou três andares. Doutor Vidal respondeu: “E se daqui a cem anos, outro prefeito derrubar o que você fez construir algo maior, de quarenta andares? Olha Celso, se você quer fazer algo em Picos para nunca deixarem de falar dessa coisa e sempre falar em seu nome, faça algo grandioso: Crie um ginásio para mocidade picoense”. Celso respondeu: “Mas como, se eu sou analfabeto?”. Dr. Vidal replicou, dizendo: “Não tem nada. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, pois eu faço tudo que for de papelada e preparo para que você consiga criar a escola”. E preparou, está aí o ginásio. (LELIS, 2019)

Segundo o entrevistado, essa fala foi rememorada pelo próprio Vidal de Freitas, quando retornou a Picos na festa de 25 anos da criação do ginásio em 1974. O que se pode entender é, apesar da negociação política, houve incentivo e cobrança por parte da elite local, tendo em vista que Vidal ocupava um dos postos mais importantes e de grande relevância social, não somente no município, mas também no estado.

O entrevistado acrescenta, em sua narrativa, que “Vidal dizia que o Brasil perdeu muitos Rui Barbosa porque não tinha colégio. Toda conversa de doutor Vidal era um ensinamento, ele só falava ensinando” (LELIS, 2019).

O juiz Vidal de Freitas, ao chegar a Picos em 1945, criou um estabelecimento de ensino primário em sua casa, nos calçadões da Praça Félix Pacheco, de nome Instituto Ruy Barbosa, que, inclusive, preparou muitos alunos que fizeram o Exame de Admissão, realizado ainda entre 1949 e 1950, o que demonstra seu envolvimento nas questões educacionais do município.

Segundo Macedo (1987), “[...] o nosso ginásio foi criado graças aos esforços dos deputados Antenor Neiva e Hélio Leitão. Sua instalação deve-se à vontade férrea do prefeito Celso Eulálio. Mas seu funcionamento é mérito do professor Vidal”. Quanto à formação de José Vidal de Freitas, este era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife e já tinha experiência como professor secundário no Ginásio Pernambucano.

Além de ter sido um dos mentores do Ginásio, Vidal de Freitas contribuiu para a criação da escola, auxiliando os políticos locais na organização dos documentos necessários, para que fosse autorizado o funcionamento do estabelecimento pelo Ministério da Educação, bem como na orientação dos deputados de Picos, para que, na Assembleia Legislativa, conseguissem que já ficasse prevista, na constituição estadual, a criação de um estabelecimento de ensino secundário em Picos.

A Constituição estadual foi aprovada em 22 de agosto de 1947, e, em seu artigo nº 36, do ato das disposições transitórias, expressava que “o governo do estado fica autorizado a criar, na cidade de Picos, um estabelecimento de ensino secundário. Parágrafo único - O estabelecimento tomará o nome de Ginásio Picoense e obedecerá às normas e regulamentos estabelecidos pelas leis federais em vigor” (PIAÚÍ, 1947, p. 47).

Entende-se, pois, que a criação de um ginásio em Picos já era debatida na Assembleia Legislativa desde a constituinte de 1947. Além disso, entre os debates travados naquele momento, no âmbito da assembleia estadual, estava a estruturação e o pagamento de subvenção de alguns ginásios que já existiam.

Na Assembleia Legislativa, a bancada udenista de Picos defendia a criação de um estabelecimento que oferecesse esse nível de ensino, que estava assegurado na Constituição Estadual e formalizado pelo projeto de lei apresentado em 25 de novembro de 1947, pelo deputado udenista Hélio Leitão. Consta, no livro de ata das sessões, o seguinte: “[...] passando-se à ordem do dia, o Senhor deputado Hélio Leitão, com a palavra, apresenta um projeto de lei criando um estabelecimento de ensino secundário na cidade de Picos, denominado “Ginásio Picoense” (PIAÚÍ, 1947c, p. 96).

Figura 7: Deputado Hélio das Chagas Leitão (1950)



Fonte: Gelma Leitão.

Em discussão na Assembleia, nos dias 12 e 13 de dezembro de 1947, tem-se a seguinte passagem:

O senhor deputado Hélio Leitão, que renovou a reclamação anterior acerca de um projeto de lei pedindo a abertura de um crédito especial para compra de um prédio destinado ao Ginásio Picoense, da cidade de Picos, declarando que o mesmo, há quase um mês encontra-se nas comissões, para receber parecer, infringindo, abertamente os dispositivos regimentais que regulam o assunto [...]. Por último, o deputado Hélio Leitão, ocupou a tribuna, para solicitar mais uma vez, providências em torno do projeto de sua autoria, criando o Ginásio Picoense e abrindo crédito e respectivo para compra de prédio para o mesmo, cuja demora em plenário vem estranhando (PIAÚÍ, 1947d, p. 30-34).

Sousa (2005) afirma que fundar um ginásio em Picos era uma ação audaciosa e de cunho importante para cidade. Essa disputa era tão acirrada que, segundo a autora, os deputados do PSD chegaram a votar contra sua criação para que tal feito não favorecesse os udenistas.

Diante disso, percebemos que as disputas políticas entre UDN e PSD em torno do Ginásio Picoense eram motivo de vários debates nas sessões da Assembleia Legislativa, de modo que, nos livros de atas destas sessões, consta o voto de alguns deputados tanto a favor quanto contra o projeto do deputado Hélio Leitão. Além disso, a partir da memória coletiva dos ex-alunos, construiu-se a narrativa de que “na aprovação do projeto os partidos a política se dividiu: O PSD não era a favor do Ginásio, não é porque não quisesse, mas porque não foi uma obra criada por eles” (LELIS, 2019).

Por essa razão, entendemos que o atraso do projeto de lei nas comissões deveu-se a essa disputa política entre os dois partidos. Isso porque utilizavam as próprias regras da Assembleia Legislativa para tentar antecipar ou atrasar a votação dos projetos de lei que atendesse aos interesses de cada bancada. Entre esses mecanismos estava voltar o projeto para apreciação das comissões pertinentes, tendo em vista que, segundo o regimento da Assembleia Legislativa, todo projeto de lei, antes de ir a plenário, deveria ser apreciado pelas comissões.

Dessa forma, a narrativa de Lelis (2019) e o atraso na liberação do parecer pelas comissões da Assembleia para que o projeto pudesse ir à votação nos leva a entender que tanto udenistas quanto *pessedistas* sabiam da relevância de se criar um ginásio em um município em processo de vertiginoso crescimento, como Picos. A ação dos membros da bancada do PSD desejava, provavelmente, provocar o retardamento na criação do GEP, até que o PSD voltasse ao poder e concretizasse o feito. Do outro lado, os deputados governistas tentavam acelerar o processo para que os udenistas não perdessem o crédito junto aos picoenses.

O projeto de lei só conseguiu ir à votação no dia 15 de dezembro daquele ano, após sucessivas reclamações do deputado udenista Hélio das Chagas Leitão, gerando uma série de divergências entre os deputados da casa, uma vez que:

Ao ser anunciada a discussão do projeto de lei que cria o Ginásio Picoense, na cidade de Picos, e abre crédito especial de Cr\$ 150.000,00 para aquisição de prédio para sua sede, ocupou a tribuna o Senhor Deputado Hélio Leitão, que lê a justificativa do projeto em apreço, ressaltando a sua necessidade. O

senhor deputado Humberto Silveira solicitou que o projeto baixasse à Comissão de Higiene e Instrução Pública para receber competente parecer. Estabeleceu-se então várias trocas de apartes entre os senhores deputados Hélio Leitão, Valdemar Leal e Edison Ferreira, sobre a norma regulamentar da volta do processo a comissão de higiene e instrução pública e a possibilidade de, demorando-se naquela Comissão, não venha de ser prejudicada sua discussão e votação. O senhor deputado Edgard Nogueira propôs então uma fórmula conciliatória, pedindo ao senhor deputado Humberto Silveira que retirasse o pedido da volta do processo para ser encaminhado a Comissão de Higiene e Instrução Pública ou que a própria comissão desse oralmente seu parecer. O senhor deputado Edson Ferreira, com a palavra, pediu ao senhor presidente que fosse atendida a solicitação do deputado Humberto Silveira, pois comprometia-se em devolver, com tempo para dar entrada na ordem do dia da sessão ordinária da tarde, o projeto em questão, com o respectivo parecer, no que concordou o deputado Hélio Leitão. Antes, porém, manifestaram-se a respeito do projeto os deputados Paes Landim, para apoiá-lo, e Humberto Silveira, para declarar que votaria contra em virtude de ser exorbitante a importância solicitada para aquisição do prédio que se destinará ao Ginásio Picoense, pois que estava seguramente informado de que o referido prédio está à venda por Cr\$ 80.000,00 (PIAÚÍ, 1947d, p 34-35).

Como se percebe no texto, a criação do ginásio em Picos se deu em meio a várias discussões até que fosse votado e aprovado em 1948. Entende-se, pois, que as discussões se tratavam mais de disputas entre os dois partidos políticos da época. Hélio Leitão (UDN), autor do projeto que criava o ginásio em Picos, era correligionário do prefeito Celso Eulálio, o qual tentava, conforme a ata, agilizar a votação de criação.

Outro impasse que dificultava a votação do projeto girava em torno do prédio que ocuparia o estabelecimento, prédio este que pertencia à igreja católica. Supõe-se que este tenha sido o primeiro lugar que foi destinado ao Instituto Monsenhor Hipólito, porém não concluído por causa do tamanho do terreno e sob a alegação dos padres de que este espaço não comportaria a estrutura da escola. Sobre isso, o deputado Hélio Leitão afirma “[...] estava devidamente autorizado pelos padres para anunciar a venda do prédio em questão” (PIAÚÍ, 1947d, p. 44-45).

Não havendo consenso na Assembleia Legislativa, o projeto foi colocado novamente em discussão.

Ao ser anunciada a segunda discussão do projeto de lei que cria um estabelecimento de ensino secundário na cidade de Picos, e abre o crédito especial de Cr\$ 115.000,00 para aquisição de um prédio para sua instalação e funcionamento, o Senhor deputado Alberto Monteiro, com a palavra, encaminha a mesa uma emenda substitutiva. [...] Voltando-se a ser tratado o caso da discussão e votação do projeto que cria o Ginásio Picoense, travaram-se vários apartes entre elementos das duas bancadas, tendo ocupado a tribuna manifestando-se sobre a legalidade ou não da emenda do

Senhor Deputado Alberto Monteiro, os senhor Senhores deputados Valdemar Leal apoiando o seu recebimento por parte da mesa e justificando a baixa do processo e da emenda a comissão de finanças, polícia militar. Lustosa Sobrinho opinando pela rejeição da emenda, visto não ter tido seu autor o apoio necessário e indispensável de três outros deputados. Antonio Assunção declarando que a emenda não preenche as exigências regimentais e está incompleta, pelo que não se deve ser aceita pela mesa. Hélio Leitão, defendendo o projeto da sua autoria, tem sido a seu ver, um dos mais discutidos na casa e visa tão somente beneficiar o mais importante município piauiense e afirmando que a emenda em apreço tem apenas intuítos políticos, tendo sido o seu orador aparteado entre outros, pelo senhor deputado Paulo Salgado, contra a expressão “Picos, o mais importante município piauiense”, por último Alberto Monteiro revidando as palavras do Senhor deputado Hélio Leitão, pois que as acusações assacadas por aquele representante picoense não procediam e fazendo a defesa da emenda da sua autoria e da sua oportunidade e legalidade, sendo vivamente aparteado, no caso pelos senhores deputados Hélio Leitão, Lustosa Sobrinho, Valdemar Leal e Constantino Pereira. A seguir o senhor presidente determinou a baixa do projeto de lei em debate, acompanhado da respectiva emenda à Comissão de finanças e polícia militar e convoca uma sessão extraordinária para manhã às nove horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente declarou encerrada a sessão (PIAUI, 1947d, p. 38-39).

Nessa sessão, foi apresentado pelo deputado pessedista Alberto Monteiro uma emenda substitutiva ao projeto original de Hélio Leitão. Embora não tenhamos tido acesso ao projeto pela leitura dos livros de atas e pela consolidação no projeto final aprovado, praticamente não houve alteração no seu texto, pois a verba destinada, bem como a autorização da compra do prédio no endereço pertencente aos padres, continuou sendo a sua essência.

A ação do deputado Alberto Monteiro reforça a ideia de disputa entre os partidos sobre quem lograria os louros em torno da criação do Ginásio Picoense. Tal prática nos leva a supor que o objetivo dos deputados de oposição ao governo seria impor mais um atraso na votação do projeto anterior, de autoria de Hélio Leitão, ou a substituição e possível aprovação da emenda proposta Alberto Monteiro, situação que poderia servir de estratégia eleitoral junto à população Picoense, quando poderia ser alegado que o PSD criou o ginásio, já que o projeto aprovado poderia ser atribuído a ele.

O não contentamento com a situação estava implícito na fala de Hélio Leitão. Para ele, a emenda de Alberto Monteiro tinha apenas intenções políticas, não havendo necessidade destas, pois defendia a manutenção do seu projeto sem nenhuma alteração, visto que, segundo ele, o projeto já havia sido um dos mais discutidos na casa.

Essa afirmação, que causou “acalorados debates¹¹” entre os grupos políticos, nos leva a crer que houve desentendimentos na votação, como pode ser percebido no livro de ata:

¹¹ Segundo o Dicionário Aurélio, a expressão se refere a debates exaltados, entusiasmado, vivos.

Ao ser anunciada a discussão do substitutivo do senhor deputado Alberto Monteiro que cria um estabelecimento de ensino secundário em Picos abre crédito especial de Cr\$ 115.000,00, para aquisição de um prédio em vias de conclusão, para sua sede, fizeram uso da palavra, justificando seus pontos de vistas, os senhores deputados Hélio Leitão, que defendeu seu projeto, e Alberto Monteiro, a sua emenda substitutiva, tendo havido acalorados debates. O senhor deputado Antonio de Sousa leu o parecer e expediu outras considerações em torno da matéria em debate. O senhor deputado Lustosa Sobrinho também declarou que sustentava o mesmo voto da comissão de finanças, digo, dado anteriormente a favor do projeto. Pedindo o pronunciamento do Senhor deputado Hélio Leitão sobre se estava devidamente autorizado pelos padres para anunciar a venda do prédio em questão, falou ligeiramente o senhor deputado Constantino Pereira. Por solicitação do Senhor deputado Antônio de Sousa, o projeto em apreço baixou a comissão de finanças e polícia militar, para receber o acréscimo de um parágrafo, de acordo com seu parecer na referida Comissão (PIAUI, 1947d, p. 44-45).

A emenda substitutiva ao projeto de Hélio Leitão apresentada pelo deputado Alberto Monteiro foi aprovada por maioria em plenário, em 8 janeiro de 1948, e levado para sanção do governador em 14 de janeiro do mesmo ano. Obtendo sanção, houve a edição da Lei nº 90, de 20 de janeiro de 1948, e destinava Cr\$ 115.000,00 cruzeiros para aquisição de um prédio em vias de construção (atual Picoense clube), localizado na rua do cemitério velho, esquina com a 4 de Outubro (atual Rua Abílio Coelho).

Embora isso tenha ocorrido, nas anotações de Albano (1989), que foi aluno da primeira turma, e na memória dos entrevistados, a criação do Ginásio é atribuída sempre aos esforços de Hélio Leitão, Antenor Neiva e Celso Eulálio, que, juntamente com o apoio da elite local, conseguiram instalar o ginásio de Picos. “Antenor Neiva e Hélio Leitão entraram na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, com o pedido de criação de um ginásio em Picos, isso porque era o anseio do povo, era uma grande necessidade do povo do lugar” (BORGES, 2019).

Todavia, pelas dificuldades de governar por questões políticas e pelas dificuldades financeiras do Estado, o governador cancelou o crédito que seria destinado à compra do prédio com a aprovação da lei. Segundo o governador Rocha Furtado:

Em nenhum outro órgão da administração pública do estado poderia a situação financeira que nos aflige exercer influências tão maléficas, quanto ao Departamento de Educação. O desequilíbrio orçamentário teve seu reflexo mais prejudicial no campo da instrução pública, coibindo o governo, pela escassez de recursos, de fazer qualquer realização de monta em seu benefício (PIAUI, 1950, p. 19).

Por isso, ocorreu a intervenção do prefeito Celso Eulálio e da elite local, que tomaram para si a responsabilidade de instalar o ginásio, estabelecendo um conjunto de estratégias que iam desde o levantamento de recursos por particulares até a manutenção do ginásio estadual pela prefeitura, tendo em vista que a criação já vinha sendo pensada e divulgada desde 1947.

Pela interferência direta do prefeito, entendeu-se que não havia mais condições de se voltar atrás na instalação do estabelecimento, o que reascendeu os debates travados desde 1947, na Assembleia Legislativa em torno da escola, levando as discussões para mais próximo da população, pois o ginásio estava criado, só que era necessário criar condições para instalá-lo.

Em 9 de março de 1949, o prefeito Celso Eulálio (UDN) levou à câmara o projeto de lei nº 22, que propunha convênio do município de Picos junto ao governo do estado para instalação do Ginásio Picoense, de modo que o município financiaria e administraria o estabelecimento, uma vez que o governo estadual alegava não ter condições financeiras para isso.

Figura 8: Prefeito Celso Eulálio



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Créditos: Foto Varão.

O referido projeto aprovado na câmara municipal e sancionado pelo prefeito, transformou-se em lei municipal nº 18, de 19 de março de 1949. Selado o compromisso entre

Estado e município, foi dado início aos preparativos para inauguração. Sobre o acordo, o jornal *O Piauí* noticiou que:

GINÁSIO PICOENSE SUA PRÓXIMA INSTALAÇÃO. O povo picoense, tendo a frente o dinâmico Celso Eulálio, está vivamente empenhado no louvável propósito de levar a efeito no princípio do ano vindouro a instalação do Ginásio Picoense, aspiração máxima daquele grande povo. Para isso quando da estadia do ilustre chefe do executivo municipal picoense nesta capital foi lavrando um acordo entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Picos, transferindo o Governo Estadual àquela Prefeitura de acordo com o que estabelece a constituição estadual os poderes que lhes foram conferidos para criação e instalação daquele estabelecimento de ensino secundário, na terra de Coelho Rodrigues por não estar em condições de fazê-lo no momento [...] (GINÁSIO, p. 3, 24 set. 1949).

Dessa forma, “[...] a implantação dos ginásios em diversas localidades ia se fazendo pela ação dos sujeitos que criavam condições e articulavam sua viabilidade” (LOPES, 2017, p. 502). Levando em conta o pensamento do autor, percebemos, a partir dos veículos de comunicação do período, que a instalação do Ginásio virou objeto de disputa política entre os integrantes da UDN, liderados pelo prefeito Celso Eulálio, e os correligionários do PSD, liderados pelo “Chico” Santos.

Uma das estratégias utilizadas para a instalação do ginásio em Picos foi à criação de uma comissão central para levantar fundos, com o intuito de financiar a sua instalação, conforme aponta a notícia do Jornal *O Piauí*, de 1949.

CRIADA A COMISSÃO CENTRAL Com o fim de levar o mais breve possível a instalação do educandário em apreço, foi criada em Picos, uma comissão central sob a presidência do prefeito Celso Eulálio, e que ficou por responsabilidade de pôr em realidade o supremo ideal do povo picoense. Em reuniões que já fez essa comissão, segundo fomos informados, vem tomando providencias necessárias, exigidas pela legislação em vigor. Aplaudimos a justa campanha do grande povo de Picos e fazemos os melhores votos para que seja coroada de pleno êxito (CRIADA A COMISSÃO CENTRAL, p. 3, 24. set. 1949).

Essa comissão central que apareceu no jornal era composta de uma parte da elite picoense e tinha, por finalidade, arrecadar fundos para instalação do ginásio, de modo que isso representaria a oportunidade de seus conterrâneos não mais se deslocarem para outras cidades, como Crato, Floriano, Petrolina e Teresina. Desse modo, é possível compreender que a viabilidade da instalação dos ginásios foi se construindo através de acordos e arranjos, inclusive políticos. À época da criação do ginásio de Picos, Lelis (2019) rememora:

Quando os deputados foram fazer a votação para aprovar a lei que criava o ginásio de Picos na Assembleia, descobriram que a UDN ia perder por um voto. De forma que, Zé Leitão, que era daqui de Picos e era muito astucioso, descobriu que a bancada do PSD queria criar o Ginásio em outra cidade, não lembro o nome. Diante dessa situação ele foi até a bancada do PSD e falou com os deputados dizendo: “Votem a favor do nosso ginásio lá em Picos que a gente que a gente vota pra aprovar o de vocês”. Todo mundo calado, que o voto era secreto. Quando saiu a aprovação ficou todo mundo sem saber, os dois estabelecimentos foram criados graças a astúcia de Leitão. (LELIS, 2019)

As articulações davam-se das mais variadas formas para que fosse possível a instalação desse nível de ensino pelos municípios piauienses. Valia-se de tudo, inclusive de acordos com os adversários. Em entrevista ao Jornal *O Piauí*, de 23 de fevereiro de 1950, o deputado udenista Hélio Leitão critica a ação do grupo oposicionista contra a instalação do ginásio na cidade de Picos, questionado sobre a instalação do ginásio.

Infelizmente, o digo com pesar, é verdade. No começo advertido por amigos que certos elementos trabalhavam contra o ginásio, não quis acreditar, confesso que não costumo atribuir aos outros aquilo que em qualquer circunstância jamais faria. Os fatos, contudo, se encarregaram de provar o que diziam meus amigos. Senão vejamos, quando saiu uma comissão de elementos de destaque na sociedade local (udenistas e pessedistas agariando contribuições para o ginásio, somente não contribuíram na cidade o chefe pessedista Chico Santos (FALA A *O PIAUÍ* O DEPUTADO HÉLIO LEITÃO, p. 1, 23 fev. 1950).

Na fala do deputado, é possível ver a ação da elite política local em disputa pela criação do ginásio. Uma parte dessa elite havia montado uma comissão para arrecadar fundos para instalação do ginásio, havendo inclusive alguns membros do PSD.

Destarte, é visível a disputa dos grupos políticos sobre quem seria o “pai” do ginásio, tendo em vista que, para a época, seria uma boa cartada política. Outra questão a ser vista é a do próprio jornal, que em seu cabeçalho deixa bem claro que era um “Órgão da União Democrática Nacional”, enaltecendo, portanto, os feitos dos udenistas, desprestigiando a ação dos partidos oposicionistas, em especial do seu principal adversário político, o PSD.

Para funcionamento inicial do ginásio, o Estado cedeu, no período da tarde, o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, e o município se encarregou de custear a manutenção e o pagamento de pessoal. De acordo com Lopes (2017), para que muitos dos ginásios funcionassem, era preciso que se encontrassem diferentes soluções, dentre elas a utilização de espaços cedidos por grupos escolares.

A instalação do ginásio ocorreu em 9 de março de 1950, no salão nobre do grupo escolar. Supomos que o prédio tenha sido escolhido pelo fato de ser, à época, o mais adequado para abrigar o ginásio, além do fato de ser estadual, sendo visto, pois, como parte da contribuição do Estado, já que o município seria responsável por seu funcionamento, além de ser localizado na área central da cidade, em frente à prefeitura.

A solenidade de instalação do ginásio contou com a presença de várias autoridades estaduais e locais, além do governador Rocha Furtado, senadores e deputados da região. É importante lembrar que o governador era da UDN. No livro de atas referente à instalação do ginásio, é possível perceber que grande parte dos políticos presentes eram da UDN, como pode ser visto abaixo:

Realizou a inauguração do Ginásio Estadual Picoense no prédio destinado ao seu funcionamento sito à “Praça da Bandeira” sendo orador oficial da solenidade o Exmo. Dr. Vidal, de Freitas, havendo falado de acordo com o programa, Dr. José Gregório Ribeiro e o Exmo. Dr. Governador do Estado, que, declarando inaugurado o “ginásio” fez um apelo à todos os picoenses sem distinção de côr política para que prestigiem a ação do ginásio que declarou pertencer ao povo picoenses e representar terreno neutro até onde não deve chegar os interesses políticos de ninguém”; depois do que hastiar a bandeira nacional, cortou a fita simbólica [...] visitado por grande multidão (GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE, 1950, p. 1-2).

A fala do governador Rocha Furtado, ao fazer um apelo à sociedade — que, sem distinção política, “prestigiem a ação do ginásio que declarou pertencer a todos os picoenses” — leva-nos a supor que houve tentativa de conciliação das disputas políticas em torno da escola, pois, uma vez criado, o ginásio serviria a todos daquela municipalidade.

Estava instalado o Ginásio *Estadual* Picoense. Agora, o desafio seria manter, conseguir professores e organizar o Exame de Admissão. Logo após a criação, foram criadas estratégias que possibilitaram, com grande dificuldade, a manutenção da escola pelo município, porque, na verdade, o ginásio era estadual somente no nome.

A figura 9, a seguir, mostra a relevância da fundação dessa escola para Picos, à medida que se celebra a chegada da instituição na cidade. A fotografia apresenta a comemoração dos 25 anos de fundação do curso ginásial em Picos. Nela, aparecem o ex-diretor Vidal de Freitas (ao centro), com seu filho Vidal Filho, ladeado pelos professores João de Deus Neto (à esquerda) e doutor Fonseca (à direita); ao fundo, podemos observar uma placa com o nome dos primeiros professores do estabelecimento. Entendemos que a imagem transmite duas ideias, quais sejam: a de pioneirismo e a de consolidação do GEP, junto à sociedade picoense.

O diretor é posto ao centro, não por acaso, para simbolizar o seu lugar de comando para os futuros leitores da fotografia

Figura 9: Vidal de Freitas e professores do GEP (1974)



Fonte: Cristina Varão

Conforme dito anteriormente, o Ginásio Picoense foi financiado pelo município de Picos entre 1950 e 1963, embora tivesse sido comum, nos primeiros anos de funcionamento, tentativas dos prefeitos do município de entregar a responsabilidade para o Estado, algo que só viria a se concretizar com a incorporação por esta instituição em 1963.

O Ginásio Picoense foi oficializado, por força da lei nº 2238, de 7 de dezembro de 1961, tendo seu nome alterado para Ginásio Estadual Marcos Parente. Estadualizado, “recebeu esse nome por influência do ex-prefeito de Picos, o então deputado estadual udenista Helvídio Nunes de Barros, em homenagem ao deputado udenista Marcos Santos Parente, morto em 1958” (LELIS, 2019). Conforme o documento que será analisado no próximo capítulo, Marcos Parente foi o intermediador da prefeitura de Picos na busca de recursos para construção da primeira sede própria do estabelecimento de ensino junto ao INEP.

Porém, mesmo oficializado até o final de 1963 o ginásio ainda era mantido pela prefeitura, embora tenha havido disputa entre Estado e município em torno da posse do prédio

que o abrigava, construído na gestão do prefeito Helvídio Nunes, o que pode ter gerado uma demora maior no processo de oficialização e incorporação do estabelecimento a rede estadual.

Talvez, a discordância partidária entre município e Estado, entre 1951 e 1959, tenha dificultado que o ginásio fosse oficializado e incorporado de imediato, fato que só veio a ocorrer nos governos do petebista Chagas Rodrigues e do udenista Petrônio Portella, pois, em 21 de novembro de 1963, o ginásio é definitivamente incorporado ao patrimônio estadual; porém, sem ainda resolver a questão do prédio, o que pode ter servido como mola propulsora para construção de uma nova sede inaugurada em 1970, por Helvídio Nunes de Barros.

Além disso, ao analisar os balancetes apresentados nos diários oficiais do Piauí, considerando o período em que o GEP era mantido pelo município, percebemos que o ginásio de Picos não recebeu nenhuma subvenção do governo estadual, ao contrário de outros ginásios particulares e municipais da capital e do interior.

Supomos que isso tenha ocorrido por questões políticas, uma vez que o ginásio de Picos foi criado durante o alinhamento entre os governos estadual e municipal (1947-1951), já que ambos eram udenistas. Posteriormente, até a estadualização, todos os governos municipais continuaram sendo udenistas, no entanto, até 1959, o governo do estado ficou nas mãos do PSD, o que pode ter dificultado a ajuda financeira ao estabelecimento. Para entender a conjuntura política nesse momento, observemos os quadros 6 e 7:

Quadro 6: Governadores do Piauí (1947-1966)

Nome	Partido	Mandato
José da Rocha Furtado	UDN	1947-1951
Pedro de Almendra Freitas	PSD	1951-1955
Jacob Gayoso e Almendra	PSD	1955-1959
Francisco das Chagas Caldas Rodrigues	PTB/UDN	1959-1962
Tibério Barbosa Nunes	UDN	1962-1963
Petrônio Portella Nunes	UDN	1963-1966

Fonte: Santos e Kruehl (2018).

Quadro 7: Prefeitos de Picos (1947-1966)

Nome	Partido	Mandato
Justino Rodrigues da Luz	UDN	1947-1948

Abílio Coelho de Carvalho ¹²	-	1948
Maria do Socorro Portela Marcílio ¹³	-	1948
Celso Maria Eulálio	UDN	1948-1951
Justino Rodrigues da Luz	UDN	1951-1955
Helvídio Nunes de Barros	UDN	1955-1959
João de Carvalho Monteiro ¹⁴	UDN	1959
Justino Rodrigues da Luz	UDN	1959-1963
João de Deus Filho	UDN	1963-1966

Fonte: Revista foco (2001).

Ao comparar os dois quadros, 6 e 7, percebemos que somente em 1959 a UDN volta a comandar o governo do estado, ao contrário do que acontecia a nível federal, em que a UDN, de Carlos Lacerda, e o PTB, de Vargas, eram ferrenhos adversários. Chagas Rodrigues, do PTB, só conseguiu ser eleito por conta de um incidente e do apoio dos udenistas, chamado na historiografia piauiense de “governador por acidente”. O incidente está relacionado à campanha eleitoral para o governo do estado, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional de 1958.

Durante essa campanha, em viagem ao interior do estado, faleceram, em decorrência de acidente automobilístico, os candidatos da oposição, Demerval Lobão e Marcos Parente. Sobre isso, Oliveira (2014) afirma que, diante da comoção popular, as oposições perceberam oportunidade de ganhar o pleito e indicaram o jovem político de tradicional família do norte do estado, Chagas Rodrigues, que acabou sendo eleito.

No que diz respeito ao processo de oficialização e incorporação dos estabelecimentos de ensino secundário no Piauí, teve início, em 1959, na gestão do governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, a oficialização do Ginásio Parnaibano, que, segundo Oliveira (2014), chegou ao poder com o apoio da UDN, de modo que estabeleceu maiores aproximações com os municípios que eram governados pela UDN, como era o caso de Picos.

Mesmo com essa incorporação de estabelecimentos, o governo do Piauí continuou pagando auxílios e subvenções para a manutenção da maioria dos ginásios particulares e de alguns poucos municipais existentes, pois, segundo o governador, a atuação do governo do estado “não se tem limitado a ação do governo ao ensino oficial apenas. A iniciativa privada

¹² Prefeito interino, assassinado durante o mandato.

¹³ Secretária da prefeitura, assumiu o posto e deu posse aos eleitos (REVISTA FOCO, 2001).

¹⁴ Vice-prefeito, assumiu o posto devido ao titular ter sido eleito deputado estadual (REVISTA FOCO, 2001).

tem sido estimulada e muitos estabelecimentos particulares têm surgido e se desenvolvendo graças à ajuda governamental” (PIAUI, 1962, p. 40).

As oficializações pelo Estado foram muito comuns na década de 1960, quando o governo estadual acabou incorporando parcela das escolas secundárias particulares e municipais existentes, pois, quando estes estabelecimentos foram criados no âmbito dos municípios, já havia expectativas de que o governo do estado os incorporasse em algum momento. Segundo Lopes (2017, p. 506), isso consistia em “uma estratégia [...] de uma iniciativa local, para posterior estadualização”, conforme podemos ver no quadro 8:

Quadro 8: Estabelecimentos de ensino secundário oficializados entre 1950 e 1970 no Piauí

Nome do Estabelecimento	Ano de Criação	Mantenedor	Estadualização	Município
Ginásio Parnaibano	11 de Junho 1927	Sociedade Civil Ginásio Parnaibano	Lei 1.892 de 21/11/1959	PARNAÍBA
Ginásio Estadual Picoense	Lei Estadual nº 90 de 20/01/1948 Lei municipal nº 18 de 1950	Prefeitura Municipal de Picos	2.238 de 7 de dezembro de 1961	PICOS
Ginásio José Narciso da Rocha Filho	1961	Fundação José Narciso da Rocha Filho	1965	PIRIPIRI
Ginásio Filinto Rego	1957	Fundação União (Pe. Luís Brasileiro)	1966	UNIÃO
Ginásio Municipal Pio XII	Lei Municipal nº 11 de 1957	Prefeitura Municipal de Altos	Lei 2.731 de 1966	ALTOS

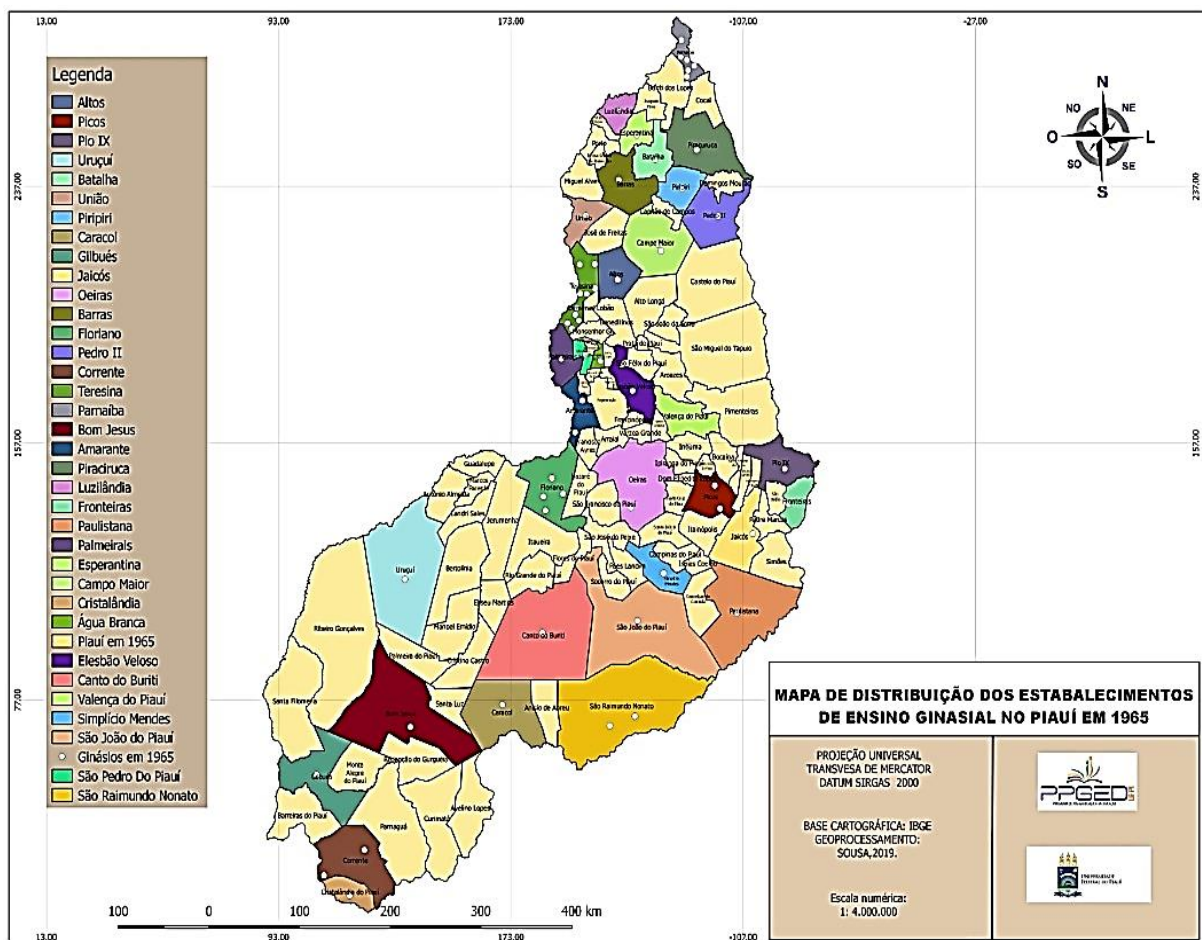
Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador a partir do Ementário de leis estaduais. Teresina: ALEPI, 1986 (datilografado).

O quadro 8 mostra que apenas quatro ginásios foram oficializados entre 1950 e 1960. A intenção do governo do estado com essa oficialização era aumentar sua rede de ensino secundário, especialmente de ginásios, por isso utilizou, como primeira estratégia, a oficialização de alguns dos ginásios já existentes. No entanto, durante a administração de Petrônio Portella (1963-1966), a principal tática do governo foi criar sua própria rede de ensino médio. Houve, então, a criação de vários estabelecimentos estaduais de ensino secundário e normal, bem como o vertiginoso aumento do número de prédios públicos próprios para abrigarem esses estabelecimentos de ensino. A tabela 8 nos revela a proporção de crescimento dessa rede:

Tabela 8: Ampliação da rede estadual de ensino médio do Piauí entre 1963 e 1966

Ano	Quantidade	%
1963	08	-
1964	16	100%
1965	18	20%
1966	27	80%

Fonte: Piauí (1967).

Mapa 5: Estabelecimentos de ensino ginásial no Piauí em 1965

Fonte: IBGE (1965).

De acordo com a tabela 8, quando Petrônio assumiu o governo do estado, havia oito estabelecimentos de ensino médio oficiais, dos quais a metade era composta de escolas normais, em 1965. De acordo com as informações da tabela e do mapa, o Piauí dispunha de 58 estabelecimentos de ensino secundário ginásial, destes, 14 eram estaduais e 44,

particulares, dos quais 16 estabelecimentos eram mantidos pela Campanha Nacional Escolas da Comunidade (CNEC).

Nesse sentido, entendemos que se a expansão do ensino secundário no Piauí entre as décadas de 1940 e 1950 pelo Piauí foi uma ação majoritária dos grupos locais que se consideravam elites aliados à igreja e ao poder político local, na década de 1960, foi uma ação empreitada pelo governo estadual e pela CNEC, que, em 1969, chegou a ter uma rede de mais de 30 ginásios.

Em meio a essa política de estadualização a partir da década de 1960, as escolas privadas perderam um pouco de hegemonia, dando espaço gradativo aos estabelecimentos oficiais mantidos pelo Estado, embora o governo do estado continuasse a conceder subvenções aos estabelecimentos particulares.

Essa política de estadualização e de montagem de uma rede de ensino médio fez com que o estado também tivesse preocupação com a construção de prédios para abrigar ginásios e escolas normais que iam constituindo a rede. No ano de 1966, 13 prédios se encontravam em fase de acabamento (PIAÚÍ, 1966), além do que, em alguns casos, a estrutura era organizada para abrigar regime de coabitação, ou seja, prédios em que funcionavam mais de uma escola ao mesmo tempo: ginásio e escola normal, o que possibilitou um aumento significativo no quadro de matrículas no curso médio, que saltou de 2.750 em 1963 para 11.218 em 1966 (PIAÚÍ, 1964, 1966).

Após a criação do ginásio, além do aumento populacional de Picos, o desenvolvimento de atividades culturais foi constante no município, conforme veremos nos capítulos seguintes deste trabalho. Um dos ex-alunos, José Alves da Luz, em livro intitulado *Zé da Luz e suas histórias* (2017)¹⁵, coloca que “[...] a criação do ginásio foi um fator decisivo no aumento da população de Picos. Muitos pais de família, como o tio Pedro e Antônio Claro, Antônio Vieira e tantos outros, vieram para cidade para que os filhos estudassem, e montaram um comércio-boteco”. O crescimento populacional pode ser observado nas tabelas 9 e 10.

Tabela 9: Cidades com maior população urbana no Piauí – Censo de 1960

Ordem	Município	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total
1º	Teresina	98.329	44.362	142.691

¹⁵ O livro intitulado *Zé da Luz e suas histórias* (2017) trata de uma autobiografia publicada pela Editora Polém, a qual traz as memórias de José Alves da Luz, ex-aluno do GEP de 1956 a 1959, do seu nascimento até meados de 1970.

2º	Parnaíba	39.145	23.574	62.719
3º	Floriano	15.574	7.982	23.556
4º	Campo Maior	13.849	42.291	56.120
5º	Piripiri	9.469	19.779	29.248
6º	Picos	8.080	41.721	49.801
7º	Oeiras	6.017	33.931	39.948
8º	Piracuruca	4.263	15.127	19.390

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1960).

Tabela 10: Cidades com maior população urbana no Piauí – Censo de 1970

Ordem	Município	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total
1º	Teresina	181.062	39.425	220.487
2º	Parnaíba	57.030	22.186	79.216
3º	Floriano	26.776	9.074	35.850
4º	Piripiri	18.481	24.746	43.227
5º	Campo Maior	18.400	43.149	61.549
6º	Picos	18.107	34.650	52.757
7º	Oeiras	9.608	31.968	41.576
8º	Piracuruca	5.552	16.006	21.558

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1970).

Ao analisar as tabelas 9 e 10 e a fala do ex-aluno, entende-se que a criação do ginásio foi um dos elementos importantes para o crescimento urbano em Picos, dentre outros fatores, pela migração de muitas famílias do campo para sede do município, a fim de que seus filhos prosseguissem nos estudos, sendo um dos fatores para o aumento da população urbana que, segundo o IBGE, saltou de 5.568 para quase 9 mil habitantes em 1960.

A criação de um ginásio em Picos em 1950, possibilitou também que, gradativamente, outras instituições de ensino pós-primário fossem abertas na cidade, entre a década de 1950 e 1970, ampliando significativamente a rede escolar no município, conforme se pode observar no quadro 9.

Quadro 9: Instituições de Ensino pós-primário em Picos (1950-1970)

INSTITUIÇÃO/FUNDAÇÃO	CURSOS	MANTENEDOR
Escola Técnica de Comércio (1957)	Básico de Comércio Técnico em Contabilidade	Sociedade Educativa Picoense
Ginásio Monsenhor Hipólito (1964)	Ginasial	Irmãs do sagrado coração de Maria
Escola Normal Oficial (1967)	Normal	Estado do Piauí

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir do Almanaque do Cariri, Almanaque da Parnaíba e Dados estatísticos do IBGE e INEP.

Em 1957 o município de Picos ganhou sua segunda instituição pós-primária, de ensino comercial, uma vez que foi criada a Escola Técnica de Comércio de Picos, que ofertava aos picoenses o curso básico de comércio e o técnico. Até então, não se tinha cursos pós-primários de segundo ciclo e, a partir da criação dessa escola, muitos que já haviam terminado o curso ginasial no Ginásio Picoense acabaram por fazer o técnico em contabilidade na escola de comércio.

A Sociedade Educativa Picoense, firma que criou e manteve a escola até o início dos anos de 1960, era composta por Severo Maria Eulálio, João de Deus Neto e Maria Neiva Eulálio Dantas, funcionando até 1960, no prédio do Ginásio Picoense. Os alunos do curso básico não pagavam mensalidades, pois foram custeados pelo Serviço Nacional do Comércio – SENAC até 1959. Em 1964, assumiram a direção Maria das Dores Xavier de Oliveira, conhecida por Dorinha Xavier, ficando até a extinção da escola em 1980.

O município de Picos era movimentado pela ação das duas escolas, uma vez que era composta praticamente pelos mesmos professores. Os bailes de formatura eram esperados por todos. Durante muitos anos, o Colégio Comercial era visto como uma faculdade, já que a cidade ainda não dispunha de uma, ofertando o curso de contabilidade. Muitos de seus egressos tornaram-se empresários de sucesso, comerciários e professores.

Em 1966, o governo do estado autorizou o funcionamento do segundo ciclo do ensino secundário no Ginásio Marcos Parente (antigo Ginásio Picoense), passando a denominar-se Colégio Estadual Marcos Parente. Isso fez com que se consolidasse o ciclo de formação dos jovens picoenses, do ensino primário ao secundário, haja vista que os estudantes já dispunham na cidade de praticamente todos os cursos: primário, secundário e técnico.

Em 1967, Picos ganhou o curso Normal para a formação de professores primários, a Escola Normal Oficial, atendendo toda a região. Segundo Pinheiro (2007, p. 69), “além da necessidade local de se ter uma escola formadora de professores para atuarem no curso primário, ressalta-se o impacto local que sua instalação gerou”

A autora ainda coloca que Picos, nesse período, estava em plena expansão de sua rede escolar e precisava de mão de obra qualificada para trabalhar, assumindo a escola normal o papel de formar alunos para o mercado de trabalho. Ademais, nos primeiros anos, era garantia de emprego imediato ter o curso normal em Picos.

Embora o Ginásio fosse a única instituição de ensino secundário pública no município, havia a preocupação do município em manter outras escolas do município que ofereciam o curso primário, tendo a Escola Municipal Landri Sales como escola-modelo.

A criação do curso ginásial em Picos possibilitou a configuração de uma estrutura em torno dele: preparatórios para o exame de admissão, livrarias, aumento do número de escolas primárias particulares na sede do município, como a Escola Santa Teresinha, Instituto Padre Anchieta e Escola Machado de Assis, dinamizando a educação do município, pois, no final da década de 1960, Picos já possuía, além do curso primário, cursos técnico, normal, ginásial e colegial.

Sousa (2014) afirma que a primeira experiência com uma instituição de ensino superior em Picos só viria acontecer em meados da década de 1970, com a criação do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG), por conta da atuação, no município, do Projeto Rondon, atendendo à comunidade local com cursos de corte e costura.

No início da década de 1960, a população urbana de Picos quase dobra novamente, pois 8.176 estavam na área urbana, o que mostra um acréscimo de mais de 70 por cento desta população em dez anos. Com isso, houve um crescimento nos números de comércios e espaços de sociabilidade, como hotéis, cinemas e sorveterias, conforme mostrado no quadro 10. Gradativamente, a cidade vai deixando de ser agrícola e diversifica e dinamiza o seu comércio. Picos, em 1960, já contava com estrutura de bens e serviços que possibilitaria o crescimento de sua população urbana.

Quadro 10: Estabelecimentos comerciais e sociais em Picos em 1960

Firmas Comerciais	Domingos Varão, Urbano Eulálio Filho, Machado Araújo (Filial); Luís Santos e Cia (Filial); Ludgren Tecidos, José de Sousa Granja, Raimundo Deusdaré & Irmão, Arraes e Filho;
-------------------	--

	Bento Bezerra, Pascoal Gomes da Costa.
Meios de Hospedagem	Picos Hotel; Hotel São João; Hotel João Pessoa; Hotel Ceará
Espaços de Lazer	Cine Ideal
Farmácias	Farmácia São Francisco, Farmácia do Povo, Farmácia São José, Farmácia Central
Cooperativas	Cooperativa dos Rodoviários

Fonte: Almanaque da Parnaíba (1960), Luz (2017).

Dentro dessa dinâmica, tivemos o Ginásio Picoense, fruto de disputas políticas entre os partidos políticos em torno de quem lograria os créditos por ter levado um ginásio para a “[...] terra de Coelho Rodrigues”. Criado, foi importante para toda sociedade local. Independentemente de ser “careta” ou “macaco”, a escola se integrou ao município através de sua cultura escolar.

O GEP trouxe a Picos práticas sociais até então desconhecidas pela maior parte da população, como o Grêmio Estudantil da Costa e Silva, além dos bailes de formatura, bem como reforçou as demais festas escolares e os desfiles cívicos de 7 de setembro, já praticados pelas escolas primárias, notadamente, o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, colocando em destaque os uniformes e as performances dos estudantes secundaristas.

Ser ginásiano em Picos, entre as décadas de 1950 e 1970, era sinal de prestígio e inteligência, pois, para entrar neste estabelecimento, era necessário ser aprovado no concorrido exame de admissão. Ou seja, estudar nessa escola era para o picoense uma oportunidade de seguir nos estudos. Como era a única instituição de ensino secundário pública do município, por muitos anos, elite e povo se misturavam em seus bancos escolares. Picos cresceu junto com o Ginásio Picoense, depois Marcos Parente. É nesse universo que adentraremos nos próximos capítulos.

3 MATERIALIDADE DO GINÁSIO PICOENSE

Entendemos que a cultura material da escola é um elemento essencial para análise da cultura escolar, de modo que objetivamos analisar a produzida no âmbito do Ginásio Estadual Picoense. Dessa forma, consideramos, como elementos, o prédio escolar e demais artefatos produzidos pela/para escola. O edifício escolar é entendido como uma estrutura concebida com intencionalidades, considerando que o prédio não é um lugar neutro, mas associado à realidade social no qual foi concebido.

Ao estudar o prédio do GEP, levamos em consideração todos os elementos que o compõe: o local escolhido para sua construção, o estilo arquitetônico selecionado, a distribuição dos espaços, a fachada do edifício e os ambientes de circulação. Estes fatores são imprescindíveis para compreender valores, discursos, representações, apropriações e intencionalidades pedagógicas, simbólicas e sociais da época em estudo.

O espaço escolar não é só uma realidade física, mas também representa envolvimento e desperta afetividade nos sujeitos nele inseridos. Além disso, Sacristán (2005) afirma que este espaço foi sendo pensado para que ele pudesse dar lugar a acontecimentos específicos. Nesse sentido, entendemos ainda que o prédio escolar também está associado ao controle dos sujeitos e a organização do ensino, pois a arquitetura escolar é “[...] uma espécie de discurso [...] que institui um sistema de valores como ordem, disciplina e vigilância” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO, 2001, p. 26). Corroborando isso, para Gonçalves (1996, p. 42), “[...] a escola é pensada como ponto de referência, como um programa arquitetônico próprio [...] a escola é um lugar com natureza própria”.

Diante disso, entendemos que os espaços que o GEP ocupou foram pensados dentro de uma dinâmica de organização e controle. O espaço conforma comportamento, distribui os sujeitos e controla o tempo. Constitui-se, desse modo, em um espaço delimitado para atividades e sujeitos específicos e com tempo determinado.

Souza (1998) reforça a ideia de que, na arquitetura escolar, encontram-se inscritas dimensões simbólicas e pedagógicas. Assim, procuramos compreender o espaço destinado ao funcionamento do Ginásio Picoense, partindo do pressuposto de espaço ocupado a partir da narrativa dos sujeitos, da análise de imagens e de documentos que nos levem a compreender os usos desses espaços.

Partindo desses pressupostos, analisamos também os objetos da escola em sua interação com espaços e sujeitos. Objetos como a carteira, o uniforme e a caderneta, por meio de sua materialidade, podem mostrar discursos pedagógicos, valores e símbolos que nos

ajudam a compreender a instituição. Além disso, os objetos da escola são tão importantes para cultura escolar quanto às práticas, pois estão interligados, visto que:

La cultura escolar no solo se compone de formas de pensar y hacer institucionalizadas, de rituales, ceremonias y modos de presentación social “intersomáticos”, sino también de elementos “extrasomáticos” de índole material. [...] la historia dos objetos-huella de escuela, em palavras de Saccheto “és un poco también la historia de la escuela, de sus modelos de organización pedagógica y didáctica” (VINÃO FRAGO, 2008, p. 29).

O autor afirma que a cultura escolar não é composta apenas de formas de pensar e fazer institucionalizados, chamando atenção para história dos objetos que também fazem parte da história da escola e, assim como as práticas, também pode nos mostrar vestígios da ação humana para compreensão da história da instituição.

Vinão Frago (2008) ainda nos mostra que a cultura material da escola é parte integrante da cultura escolar e que, para a compreensão da materialidade das instituições escolares, faz-se necessária a análise de alguns componentes básicos, como: a disposição, a distribuição e os usos dos espaços, de modo a entender que o espaço é o resultado de sua utilização e ocupação pelo ser humano.

Além disso, Vinão Frago (2008) também chama a atenção para análise dos artefatos escolares, composto por objetos da sala de aula, material didático utilizado e materiais produzidos para a escola, como livros didáticos, cadernetas e diários escolares, bem como os materiais produzidos pela própria escola, como provas, cadernos e trabalhos escolares.

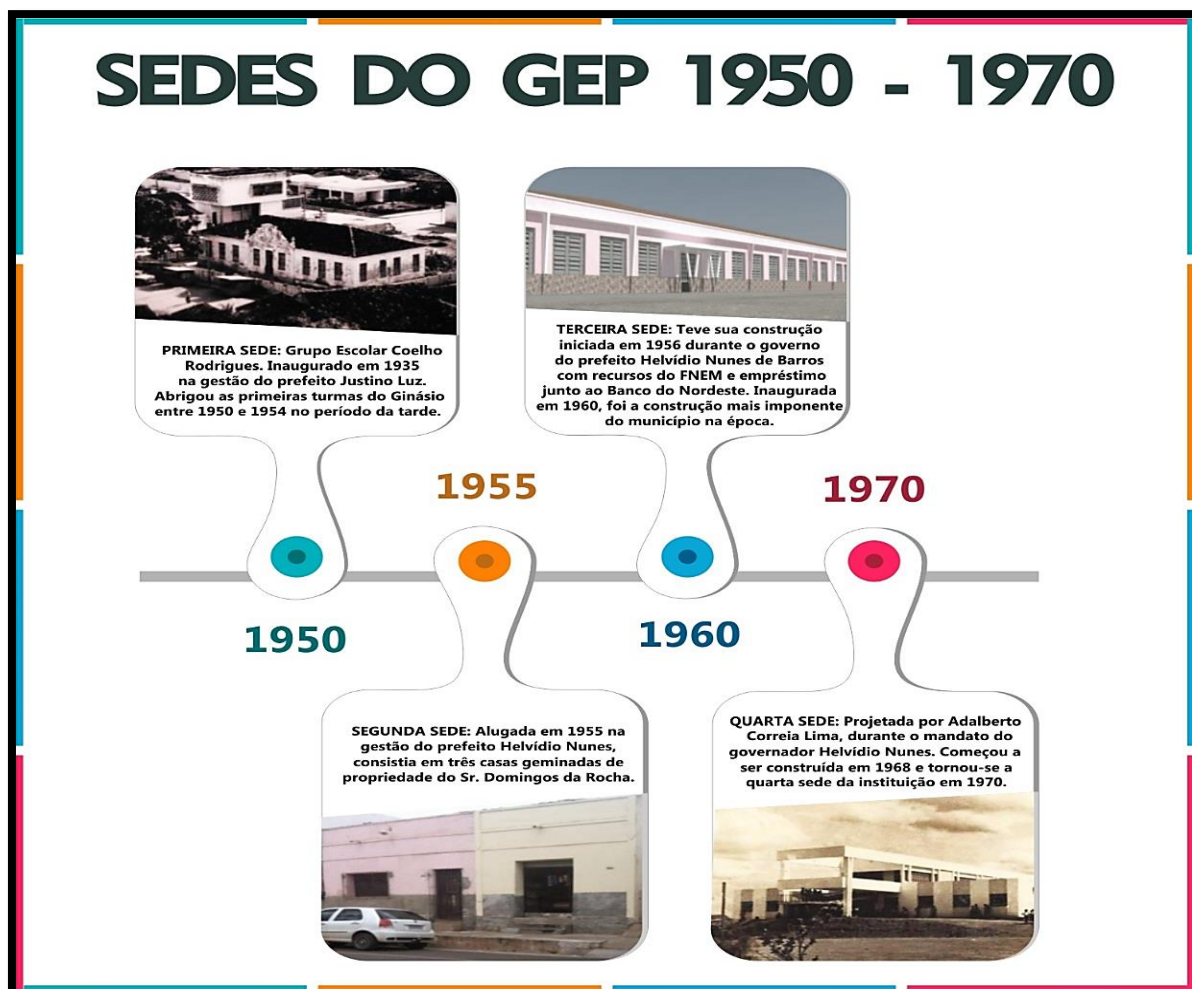
Nesse sentido, organizamos o capítulo em quatro tópicos, quais sejam: (i) **É aqui que vamos ficar: o edifício escolar**, no qual analisamos a dinâmica dos espaços que abrigaram o GEP; (ii) **Eis o que vamos vestir: o uniforme escolar**, no qual tratamos da materialidade e simbologia dos uniformes utilizados pela instituição; (iii) **Entre carimbos, registros e assinaturas: a caderneta escolar**, abordamos a materialidade da caderneta escolar, que foi utilizada nos primeiros dez anos de funcionamento da escola.; (iv) **Meus livros do ginásio**, no qual tratamos de alguns dos livros didáticos que eram usados por professores e alunos do GEP.

3.1 É aqui que vamos ficar: o edifício escolar

Entre 1950 e 1971, o GEP possuiu quatro sedes, cada uma baseada nos meios de ocupação necessários para manter a instituição em funcionamento, perpassando pela

coabitação, seguido pelo aluguel, até conseguir construir seu primeiro prédio próprio, em 1960. Conforme a cronologia demonstrada pela figura 10:

Figura 10: Cronologia das sedes do GEP (1950-1970)



Créditos: Joquebede Freire.

Entendemos que as sucessivas mudanças de prédio também interferiram na construção da identidade institucional da escola, pois “[...] no caso das escolas, a materialidade do seu prédio as localiza a frente das demais” (WERLE, 2001, p. 120). O prédio escolar possuía uma arquitetura de destaque inserida no contexto da cidade.

A forma como a escola é apresentada e como é vista pela sociedade é um elemento importante para formação de sua identidade institucional, pois “[...] implica falar da identidade da cidade, do lugar que a escola ocupou e ocupa no cenário material, social e cultural da cidade” (WERLE, 2001, p. 121). Isso porque “[...] o prestígio da escola dependerá, de como esteja instalada, de seu tamanho, limpeza, orientação” (VIÑAO FRAGO;

ESCOLANO BENITO, 2001, p. 37). Dessa forma, a escola se relaciona com o seu entorno a partir de sua cultura material (prédio e artefatos) e de suas práticas de organização e funcionamento.

As instituições escolares “são organismos vivos [que] transmitem uma cultura (a cultura escolar), não deixam de produzir culturas, cuja especificidade lhe confere uma identidade histórica” (MAGALHÃES, 2004, p. 125).

Entendemos, diante disso, que as essas instituições possuem vida e identidade própria. São espaços ocupados e dinâmicos, com culturas escolares específicas. As escolas são compostas de um conjunto de semelhanças que é geralmente determinada pela política educacional: como os saberes escolares, o tempo escolar e até mesmo o programa arquitetônico. Contudo, cada instituição tem sua própria vivência, uma maneira singular de dar sentido às coisas, bem como de definir as estratégias para inculcar os valores que ela acredita. Isso acaba construindo uma cultura escolar específica. Compreendemos que as vivências do Ginásio Picoense diferem das vivências e leituras de mundo do Ginásio São Luiz Gonzaga, de Parnaíba, por exemplo. Ambas as instituições são ginásios, com uma mesma regulação legal, porém, com valores e dinâmica de funcionamentos diferentes.

As mudanças de prédio fizeram com que a instituição mudasse algumas estratégias na forma de se apresentar para a comunidade: mudança no uniforme, readequação na distribuição dos espaços e controle disciplinar. Isso acontecia porque as mudanças de prédio construiu nos sujeitos um sentimento de inovação, pois o edifício escolar “[...] traz uma visão de futuro na medida em que abriga uma proposta pedagógica, expectativas qualitativas e quantitativas de atendimento” (WERLE, 2001, p. 120).

O primeiro edifício a ser ocupado pelo GEP foi o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, instituição criada em Picos pelo governo do Piauí em 1928, e constituiu uma das primeiras experiências de ensino primário seriado no município. Em relação à expansão dos grupos escolares no Piauí, esse ano “foi um marco no processo de interiorização do modelo grupo escolar, com a criação deste tipo de escola em União, Livramento (atual José de Freitas), Barras, Campo Maior, Picos e Floriano” (LOPES, 2001, p. 206).

Foi o prédio dessa instituição primária, cujo edifício foi inaugurado em 1932, durante o mandato do prefeito Justino Rodrigues da Luz (UDN), que primeiro abrigou o Ginásio Picoense. No período em que o ginásio dividiu espaço com essa escola primária, o município de Picos possuía um pequeno núcleo urbano e o prédio do grupo escolar era considerado uma construção imponente e centralizada.

Era o único edifício do município com estrutura pedagógica adequada para receber o ginásio, sendo localizado na Praça da Bandeira (hoje Josino Ferreira), em frente à Prefeitura Municipal (hoje Secretaria Municipal de Cultura). À época, era a área de maior densidade demográfica e urbana do município, visto que os limites da sede do município iam:

[...] ao norte, um pequeno núcleo de construções, nas duas margens da central (nome dado atual BR 316), aglomerado esse chamado de A Bomba, por que ali se encontrava o único posto de gasolina da cidade [...] A nordeste ficava a rua velha, cujo traçado urbanístico se encontra preservado até hoje [...] ela abriga a igreja [..] e a casa mais antiga de Picos [...] a noroeste ficava um aglomerado de casebres chamada pé do morro. Nessa área ficava a zona do meretrício [...] A rua do cantinho com seus becos adjacentes [...] a fronteira leste da cidade era determinada pelo morro. [...]. (DUARTE, 1995, p. 30-32).

Picos era um município de área urbana pequena e a localização do prédio “como acontecia no resto do país, no centro do núcleo urbano, servia para demonstrar seu grau de importância, belo majestoso, construído em estilo neoclássico, com dois pilares, com um símbolo bem ao centro o mapa do Piauí” (SOUSA, 2005, p. 43).

A escolha da localização do edifício torna-se tão importante quanto a sua construção, tendo em vista a inserção do espaço-escola nas tramas da cidade, pois Viñao Frago e Escolano Benito (2001) nos mostram que “[...] a produção do espaço escolar pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO, 2001, p. 28). Desse modo, podemos associar o prestígio da escola à forma como ela se apresenta para a sociedade, o que inclui estrutura e localização.

Na época da criação do GEP, existia também, na sede do município, a Escola Municipal Landri Sales, que funcionou, durante grande parte de sua existência, em vários prédios alugados pela cidade. A referida escola só teve sua sede própria inaugurada em 1966, durante o mandato do prefeito Oscar Neiva Eulálio (MDB).

Diante disso, supomos que a escolha não tenha recaído sobre essa escola por estes fatores. Além disso, embora não tenhamos encontrado o convênio assinado entre a prefeitura de Picos e o governo do estado para instalação do GEP, supomos que a cessão do prédio do grupo escolar era também uma forma do governo do estado dar alguma contrapartida ao município, já que o ginásio, do ponto de vista legal, mesmo mantido pelo município, continuava sendo estadual.

Além disso, Picos estava recebendo sua primeira instituição de ensino secundário, o que despertava o desejo da população em dar uma acomodação digna do status de ginásio, pelo menos, de início, não foi instalado de qualquer jeito, a título de improviso. Para isso, cedeu seu mais imponente palácio de instrução.

Outro fator que pode ter contribuído para que o grupo escolar tenha sido escolhido como primeira sede do GEP foi a necessidade de permissão para funcionar pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, visto que os estabelecimentos de ensino secundário estavam sob inspeção federal, e se exigia estrutura mínima necessária para funcionamento. A partir da leitura de Duarte (1995), percebemos que o prédio grupo escolar se localizava no que chamamos hoje de centro administrativo, pois era ladeado pelos correios e, na sua frente, tinha-se a prefeitura e câmara de vereadores, e, anos depois, a biblioteca municipal, conforme apresenta a figura 11, ficando a área da praça Félix Pacheco destinada ao lazer do município.

Figura 11: Grupo Escolar Coelho Rodrigues



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Créditos: Foto Varão.

As aulas do ginásio tiveram início em 09 de Março de 1950, no período da tarde, das 13 às 17 horas, pois no período da manhã funcionavam as aulas do curso primário. A estrutura do Grupo Escolar estava organizada em “cinco salas de aula, diretoria, dois banheiros, e um pequeno pátio (na época era um quintal), as salas eram amplas e com janelas grandes que permitiam uma excelente iluminação” (SOUSA, 2005, p. 43).

As aulas tinham início às 13h da tarde e se encerravam às 17 horas. A figura 12, a seguir, mostra o horário de aulas da terceira série ginásial de 1952.

Figura 12: Horário de aulas, 3ª série ginásial de 1952

H O R Á R I O						
	1.a Aula	2.a Aula	3.a Aula	4.a Aula	5.a Aula	6.a Aula
2.ª feira	Port.	Franç.	Lat.	Conto.	Cienc.	
3.ª feira	Ing.	Lat.	Hist.	Des.		
4.ª feira	Port.	Franç.	Lat.	Geog.	Cienc.	
5.ª feira	Ing.	Lat.	Hist.	Des.		
6.ª feira	Port.	Ing.	Lat.	Geog.		
Sábado						

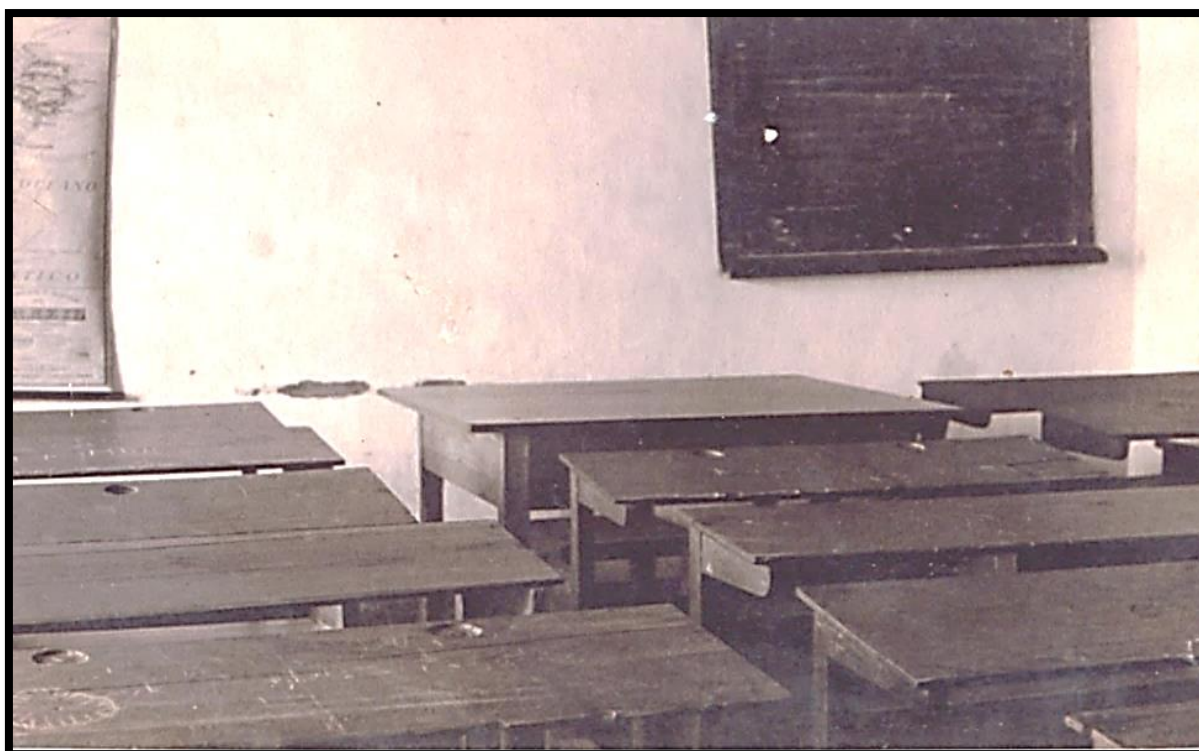
Fonte: Dimas Lelis.

O horário escolar está intimamente ligado à distribuição do tempo na escola, especialmente em sala de aula, bem como nos mostra elementos de funcionamento do GEP, naquele período, em Picos. A figura 12 nos mostra, por exemplo, que não havia aula aos sábados e que não havia sexta aula. Embora fosse regra da lei orgânica, a disciplina de Religião não é vista no horário, bem como as aulas de matemática eram sempre a terceira aula, supostamente por causa da disponibilidade do professor João de Deus Neto, que era comerciante. O aluno não marca o tempo em minutos ou hora, o tempo na escola é contado por suas atividades, por exemplo: começou a primeira aula, hora do recreio, terminou a última aula. Dessa forma, entendemos que a sala de aula é o espaço central quando se pensa na organização do tempo da escola.

As salas de aula que abrigavam os alunos eram distribuídas em torno de um pátio central que permitia ao diretor ter toda uma visão do espaço, já que eram poucas turmas. A mobília era constituída de um quadro negro, mesa do professor, localizada na frente, e de vinte a trinta bancos escolares.

Sousa (2005) mostra que estes bancos “eram carteiras que os alunos se sentavam em dupla, havendo um pequeno orifício a direita onde era colocado o tinteiro” (SOUSA, 2005, p. 43). Era na sala de aula que alunos e professores do ginásio passavam a maior parte do tempo, sendo espaço de encontro entre alunos e professores. As salas de aula do grupo escolar foram projetadas para que abrigassem alunos, em geral, entre 7 e 11 anos, havendo alguma defasagem, podendo chegar aos 13 anos de idade. Na figura 13, temos a fotografia das primeiras salas de aulas utilizadas pelo GEP, localizadas no antigo Grupo Escolar. A figura 13 apresenta uma sala de aula, que mesmo na ausência de professor e alunos, nos traz a certeza de ser um ambiente tipicamente escolar.

Figura 13: Sala de aula do Grupo Escolar Coelho Rodrigues utilizada pelo GEP, década de 1950



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Na figura 13, aparece ao fundo o quadro-negro, usado para escrever com o giz, sendo o centro da atenção dos alunos. No GEP, este artefato se tornava um elemento essencial na falta de livros e outros materiais, pois “era uma, uma, questões abertas, ditadas ou escritas no quadro, só tinha mesmo o quadro negro e o giz” (ROCHA, 2019). A importância dada ao quadro-negro se dá porque “nele não se escreve qualquer coisa, mas apenas registra o que é importante enfatizar e lembrar” (LARROSA, 2018, p. 31).

A figura 13 ainda apresenta outro elemento típico da sala de aula, a carteira escolar, um artefato da escola, que incorpora padrões pedagógicos, de salubridade e organizacionais. As cadeiras têm relação com o conforto e com o status social do indivíduo, considerado, até o século XIX, como artefato de luxo. “Entretanto foi na escola que a mesa e a cadeira se encontraram com maior força, possibilitando além da higiene do corpo, disciplina, conforto e aprendizagem” (CASTRO, 2009, p. 27).

O banco escolar era assim denominado pelo tamanho e pelo peso que possuía, pois era todo em madeira, possibilitava o controle do corpo do aluno a partir da postura, pois evitava maneiras de sentar tidas inapropriadas, situando o aluno no mesmo lugar durante todo o ano letivo, por meio da fila, além da facilitação de controle de comportamentos e fiscalização em dia de provas.

Borges (2019) conta que em dia de prova, no Ginásio Picoense,

[...] os alunos eram distribuídos em duas turmas. E mesmo assim ficavam muitos alunos em cada sala de aula. E como a carteira era para assento duplo, ao sentar, o professor pedia para o aluno espalhar mais, ficar mais distante um do outro, para evitar cola. Fazíamos a prova sempre com aquele olhar vigilante do mestre. Era aquele tipo de prova que todo mundo temia (BORGES, 2019).

Era em dia de prova que o poder do professor sobre o espaço ficava mais evidente, poder exercido pela distribuição dos alunos pelos espaços e pela fiscalização constante no momento em que o docente circulava entre os bancos. Diante disso, tomamos o pressuposto de Viñao Frago (2008), que afirma que o professor é o arquiteto desse espaço, dando sentido, alterando a disposição das coisas.

Dessa forma, o espaço da sala de aula acaba sendo construído pelo professor, o qual, em suas ações, objetiva o controle disciplinar dos alunos, de forma que ele determina, por meio de sua prática, regras que orientam o comportamento em sala de aula. A maneira de sentar do discente era um dos elementos de controle, exercido pela disposição das carteiras escolares e a vigilância sobre elas, que eram dispostas em filas, diante do quadro negro e do docente.

Os alunos do ginásio, por sua vez, tomando como exemplo a primeira turma, tinham idade bastante variada, entre 14 e 25 anos de idade, e, em alguns casos, alunos na fase adulta, de 30 a 40 anos. Com isso, a estrutura da sala de aula seria inadequada para uso de estudantes nessa faixa etária. O ginásio, inicialmente, tinha duas turmas: uma masculina e uma feminina, composta de 67 sujeitos, em sua grande maioria jovens e adultos.

No intuito de controlar o espaço, além das carteiras duplas, embora o ginásio fosse misto, havia a prática de separar homens e mulheres nas duas primeiras séries do curso ginásial, visto que na época ainda havia resquícios de uma pedagogia, caracterizada pela “simetria e separação arquitetônica das salas de aula de meninos e meninas reflete as tradições de uma pedagogia sexista” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO, p. 39, 2001).

À medida que o alunado foi crescendo e as salas de aula se tornavam poucas para abrigar o grande contingente, foi necessária a junção de meninos e meninas, de forma que, nas terceiras e quartas séries, que geralmente eram menores, as turmas passaram a ser mistas. A redução do alunado nas duas últimas séries pode ser atribuída ao índice de evasão, pois, em 1950, ingressaram 67 alunos e, em 1954, concluíram pouco mais de 30 alunos.

Em 1954, o Ginásio Picoense possuía um total de 177 alunos matriculados, que somados as 391 matrículas existentes no grupo escolar, gerou superlotação do prédio, tanto foi que, das nove turmas do grupo escolar, as do período vespertino tiveram de funcionar na Escola Municipal Landri Sales, o que acarretou desentendimentos entre os dois estabelecimentos de ensino que dividiam o espaço.

As discussões giraram em torno da estrutura necessária para o funcionamento do ginásio, tendo em vista que o alunado do grupo escolar também crescia e necessitava de mais espaço para seu funcionamento. Em seu relatório de 03/09/1954, o inspetor primário, Pe. Davi Ângelo Leal alertou:

[...] o desejo das ilustres professoras para logo notei que muitos gostariam que o grupo, digo, o prédio do Grupo Escolar Coelho Rodrigues fosse reservado somente para os alunos do referido grupo. Sendo estadual o ginásio. Por que, as autoridades estaduais não procuram acelerar o início da construção do prédio para o mesmo ginásio para o que já dispõe o município de um terreno bem localizado (PICOS, 1954, p. 9)

De acordo com o livro de inspeções do Grupo Escolar, o prédio do Grupo Escolar não conseguia mais atender às necessidades das duas instituições, tanto em termos de espaço, quanto de mobília. O inspetor de ensino primário estadual cobrava das autoridades que fossem tomadas as providências cabíveis, pois a direção e o corpo docente do grupo desejavam que o espaço fosse ocupado somente pelo curso primário.

Além disso, avaliamos que a saída do prédio do grupo pode ter sido ocasionada também por questões políticas. Visto que o governo estadual estava desde 1951 sob o comando de Pedro de Almendra Freitas (PSD), e a administração municipal continuou udenista por toda a década de 1950.

Tendo em vista os acordos com os possedistas locais, os cargos estaduais no município recaíam sob os correligionários do governador, incluindo a direção do grupo escolar e outros cargos de confiança ligados ao Departamento de Educação do Piauí. Isso, ao nosso ver, associado ao crescimento do contingente de alunos do curso primário acelerou a desocupação do prédio do Grupo Escolar pelas autoridades municipais.

Diante dessas discussões, a prefeitura providenciou um terreno para construção de uma sede própria para o ginásio. O referido terreno foi reservado ao lado do campo municipal (atual Estádio governador Helvídio Nunes) pelo prefeito Justino Rodrigues da Luz, ainda em 1954.

Na sessão da câmara de vereadores, o prefeito Justino Luz apresentou a justificativa do projeto de lei nº 251, de 10 de agosto de 1954, sancionada sob nº 235, de 19 de agosto do mesmo ano, que destinou 6.400 metros quadrados de terreno, localizado no Bairro Malva, para construção do prédio do GEP. O gestor afirmou que:

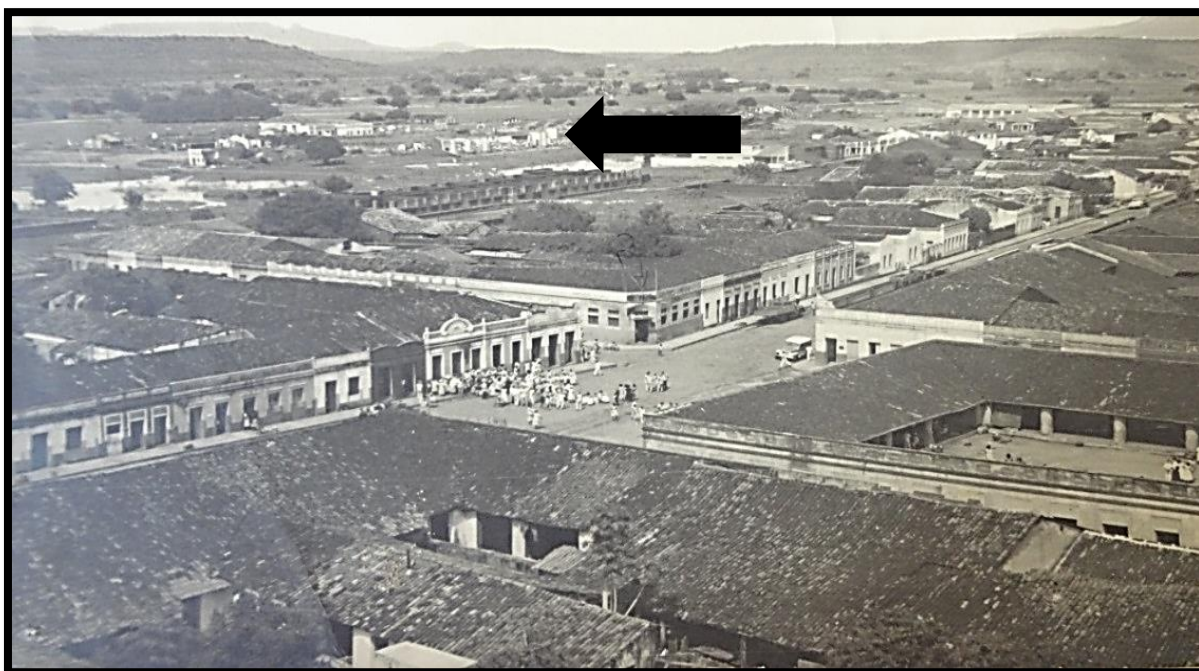
É de conhecimento desta augusta câmara que o Ginásio Estadual Picoense vem sendo mantido e administrado por este município desde os primeiros dias quando na administração anterior do município se comprometeu perante o estado, por contrato assinado, a mantê-lo, arcando assim com todas as responsabilidades de seu funcionamento e administração. [...] Urge portanto que o município construa um prédio que atenda todas as exigências da moderna pedagogia e que possa abrigar centenas de jovens picoenses, que certamente lá receberão as luzes da instrução. Não obstante as nossas condições financeiras não permitam de pronto, a reservação (sic) de terreno necessário já é meio caminho andado, e os administradores futuros certamente poderão realizar esta obra de imensa importância para o progresso do nosso município (PICOS, 1954).

Na fala do gestor, é possível perceber que todas as responsabilidades relacionadas à manutenção do GEP eram da prefeitura, pois esta se comprometeu em fazê-lo no acordo firmado com o governo estadual. Dessa forma, diante da impossibilidade de continuar no prédio do Grupo Escolar Coelho Rodrigues, além do interesse de tão logo o ginásio viesse a possuir sua sede, de modo que o seu funcionamento não dependesse mais de improvisos. A prefeitura resolveu destinar um terreno de propriedade do município na expectativa de, posteriormente, poder construir uma sede própria para o GEP, tendo escolhido para isso a região conhecida como Malva.

O Bairro Malva, apresentado na figura 14, era considerado um bairro periférico e afastado do núcleo central da cidade, sua maior rua era a Monsenhor Hipólito, sendo que a localidade ficava bem próxima das margens do Rio Guaribas, o que fazia com que fosse constante a presença de lavadeiras e agricultores.

Supomos que a escolha do terreno nesta região do município mostra o interesse da prefeitura de Picos em expandir a malha urbana do município em direção ao rio, visto que houve incentivo pelo poder público municipal para que outros prédios públicos e particulares fossem para rua Monsenhor Hipólito, onde já estava localizado o campo municipal. Para lá, foram na década de 1960, além do GEP, o Instituto Monsenhor Hipólito e a Escola Municipal Landri Sales.

Figura 14: Região da Malva e Canto da Várzea em Picos, Final de 1950



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Créditos: Foto Varão.

Em 1955, assumiu o posto de prefeito municipal o advogado Helvídio Nunes de Barros (UDN), que, diante das queixas das autoridades do Grupo Escolar, apresentou projeto de lei nº 4, de 22 de março de 1955, solicitando abertura de crédito suplementar para que a prefeitura pudesse arcar com o pagamento do aluguel de algumas casas para abrigarem o ginásio. O mesmo argumentou que,

[...] acontece ainda, que impossibilitado de funcionar como vinha, no prédio do Grupo Escolar Coelho Rodrigues, tivemos que transferir a sua sede, para que locamos dois prédios geminados, situados à rua Monsenhor Hipólito, de propriedade do Sr. Domingos da Rocha Soares, mediante contrato (PICOS, 1955, p.1).

O projeto de abertura de crédito suplementar foi aprovado e, a partir de 1955, os alunos do ginásio foram transferidos para um conjunto de casas alugadas na Rua Monsenhor Hipólito. Os imóveis foram alugados por Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), enquanto eram providenciados recursos para construção de uma sede própria para o ginásio. As casas alugadas ficavam nas proximidades do terreno que foi reservado para construção do prédio do ginásio pela gestão municipal anterior.

A Rua Monsenhor Hipólito, na década de 1950, era constituída de “[...] algumas casas isoladas, inclusive um curral” (DUARTE, 1995, p. 28). A ex-aluna Maria Oneide Fialho Rocha conta que essa região:

Era desabitada, sem calçamento, cercada de roças que tinham cerca de arame, só havia nas imediações um prédio inacabado que era um projeto para funcionar o colégio das irmãs, mas não deram continuidade, era habitado por pessoas muito pobres. As casas que havia eram do conjunto da vila Abraão, onde hoje é o sinal da igreja batista. Era uma área urbana com características de rural. Só tinha roças, onde além de gado, plantava milho, feijão, melancia. No recreio nós íamos lanchar dentro das roças. Andar nas roças era uma aventura. A gente se sentia feliz. Neste prédio não tinha Bedel. Nós éramos muito livres (ROCHA, 2019)

Na falta de um espaço planejado para o principal momento de lazer do ginásio, que era o recreio, a rua acabava sendo incorporada ao espaço da escola e desempenhando esse papel, na medida em que era apropriada pelos alunos. O recreio, como um dos elementos do tempo escolar, era espaço considerado como momento de lazer dos alunos e acontecia geralmente no pátio, ou, dependendo do edifício, havia adequações realizadas pelos alunos. No caso dessas casas alugadas, em uma área da cidade praticamente deserta, os alunos aproveitavam o momento para fazer explorações no entorno da escola.

O recreio era o momento de descanso dos ginásios e ginásias, visto que era a oportunidade da saída da sala de aula. Espaço destinado para brincar e comer. A palavra recreio, etimologicamente, significa restabelecer, reanimar. Considerado um momento de pausa nos estudos, o recreio serve para organizar a vida em sala de aula em períodos que giram em torno do “sair” e do “voltar”, sendo elo de separação entre o momento de trabalho e o de descanso na escola.

Podemos dizer, dessa forma, que as atividades da escola estão conectadas e o recreio torna-se um elo entre o espaço da sala de aula e o ambiente externo a ela, notadamente, o pátio. E a linha que pode quebrar isso, é o não sair para o recreio, “a negação do tempo,

dentro do tempo” (LARROSA, 2018, p. 30), que veremos no próximo capítulo, no tópico destinado aos castigos disciplinares.

Pela fala da ex-aluna, que cursou o ginásio entre 1959 e 1962, é possível também compreender que o local destinado ao funcionamento do ginásio a partir de 1955 consistia em uma área mais afastada da área central do município. Com isso, o ginásio deixou de ser localizado na região central e passou a funcionar em uma região que, embora fosse considerada urbana, era uma das mais afastadas do centro, bem como era considerada, na narrativa da ex-aluna, como periférica. A figura 15 mostra a condição atual das casas onde o GEP ficou abrigado entre 1955 e 1959, visto não ter sido possível a localização de fotografias da época.

Figura 15: Segunda sede do ginásio 1955-1959 (2018)



Fonte: Fotografia tirada pelo pesquisador (2018).

Com relação à estrutura do prédio alugado para abrigar o ginásio, a ex-aluna Maria Oneide Fialho Rocha (2019) lembra que o local destinado ao funcionamento do ginásio entre 1955 e 1959 era:

[...] uma casa comum, possuía uma porta central. Um corredor no meio e as salas de um lado e do outro. Era igual aqui em casa quando era casa antiga. Minha sala de aula era uma sala da frente que ficava pra calçada, tinha duas

janelas grandes, assim cumpridas e um “peitorilzinho”. Lá dentro tinha uma sala maior e tinha a turma da primeira série dos homens e aos fundos tinha uns “peitoris” com as colunas de passar para o muro. Era tudo aberto onde ficavam os banheiros, que eram fossas com buracos (ROCHA, 2019).

O prédio visto na figura 15 consistia em um conjunto de casas coladas entre si e sem acesso de uma para outra, o que significa dizer que, pela descrição, foram feitas poucas alterações ou nenhuma para comportar o Ginásio Picoense.

As adaptações foram de forma mais simbólicas, caracterizadas apenas pela ocupação do espaço, do que por interferência da construção civil. Os quartos se transformaram em salas de aula e o quintal em pátio, os banheiros eram localizados fora do prédio, não possuíam vasos sanitários e descargas. Esse tipo de banheiro, que a aluna chamou de “fossas em buracos”, foi muito comum nas residências em Picos até o final da década de 1970.

Para ter acesso aos banheiros, era necessário que alunos e professores passassem pelo muro em volta do prédio, além do que o edifício fugia totalmente dos padrões traçados pelo Ministério da Educação e Saúde. Ao assumir o posto de prefeito, Helvídio Nunes argumentou que encontrou o ginásio:

[...] em completa e perfeita desorganização, sem carteiras, mesas, quadros negros, apagadores, giz, quadros escolares, mapa, material de secretaria [...] sem falar da inexistência de laboratórios de Física e Química, exigidos pela legislação federal (PICOS, 1955).

Entendemos que não houve interferência do governo federal na continuação do funcionamento do ginásio, mesmo diante das condições precárias em que o estabelecimento se encontrava. A não tomada de providências se dava por causa da fragilidade das inspeções federais e da dificuldade de comunicação dos órgãos de fiscalização com os municípios mais distantes das capitais dos estados e do Rio de Janeiro. Além disso, na listagem produzida pelo INEP dos estabelecimentos de ensino secundário em funcionamento até dezembro de 1957, ainda constava como se o ginásio funcionasse na Praça da Bandeira, endereço do Grupo Escolar Coelho Rodrigues.

Diante da necessidade de adaptação do espaço, o que nos chamou atenção foi que a prática da educação física, que era obrigatória conforme a lei orgânica do ensino secundário, esteve suspensa enquanto o ginásio esteve nessas casas, tendo em vista a falta de espaço. Enquanto o Ginásio funcionou no Grupo escolar, a prática dessa disciplina era feita no período da manhã, a partir das cinco horas da manhã.

Assim que o GEP começou a funcionar, os meninos ficavam sob a responsabilidade do Dr. Fonseca e as meninas se dirigiam ao colégio das irmãs para assistirem aula com Bela Moura. Porém, houve momentos que todos os alunos ficaram sob a responsabilidade do Dr. Fonseca até a chegada de mais professores ao GEP. A Educação Física só voltou a ser ministrada quando houve nova mudança de prédio, em 1960.

Além disso, enquanto o ginásio funcionou nessas casas. Compunham a estrutura institucional apenas o diretor, professores, zelador e a secretária, estrutura administrativa essa que se resumia a cinco pessoas. A aluna ainda narra que, enquanto estiveram nessas casas, havia mais liberdade, pois “a disciplina não era rígida, o [aluno] atrasado entrava normalmente, mas tinha muita disciplina dos próprios alunos” (ROCHA, 2019).

Sobre a estrutura, a depoente acrescenta que “não tinha bebedouro, nem biblioteca, o piso era de ladrilhos, mas o prédio era limpo, bebíamos em pote com água, não me lembro se tinha filtros” (ROCHA, 2019). A narrativa da ex-aluna reforça a ideia que a inspeção dos ginásios acontecia de forma incipiente, dada as condições de funcionamento para época, isto é, pelo fato de ter funcionado inicialmente, o Grupo Escolar pode ter facilitado a autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação. Ademais, os inspetores não visitavam as escolas, se restringindo a mera burocracia de assinatura de papéis.

Os *peitoris*¹ do prédio serviam para os alunos sentarem, constituindo um espaço de sociabilidade para os momentos fora da sala de aula. Enquanto os quartos se transformavam em salas de aula, *peitoris* e calçadas adquiriam a condição de espaço de lazer dos alunos.

Para melhor análise dessa condição dos espaços do GEP, utilizamos o conceito de representação, de Roger Chartier, entendido como a narrativa que possibilita ver a coisa ausente, dar sentido às coisas, a uma realidade, a uma temporalidade. Aliado a esse conceito, temos o de apropriação, que, segundo o autor, [...] tem, por objetivo, uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. (CHARTIER, 1990, p. 26). Nesse sentido, o conceito se relaciona na forma como os sujeitos se apropriam e dão novos significados a determinado objeto ou espaço, atribuindo novo sentido, no caso do espaço da casa, pode não ser mais visto como uma casa, mas como escola.

Como a escola não tinha pátio, os espaços de uso típico dos alunos, principalmente no recreio, eram principalmente a rua e as calçadas, que acabavam por assumir essa função de integração dos discentes. “Íamos lanchar dentro das roças. Um dia entramos num beco sem

¹ Parte do acabamento das janelas.

saída e nos deparamos com uma vaca atrás da gente. Foi um corre, corre, passando por debaixo do arame farpado, nos ralando [...] mas era uma aventura, a gente se sentia feliz” (ROCHA, 2019).

A escola é, pois, um espaço dinâmico, cheio de subjetividade e com vida própria. É um espaço ocupado. Nas palavras de Viñao Frago e Escolano Benito (2001), é um lugar, pois “a ocupação do espaço supõe sua constituição como lugar. [...] o espaço projeta-se ou se imagina; o lugar se constrói, constrói-se” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO, p. 61, 2001).

Os autores ainda afirmam que a memória não registra a duração concreta, que pelos usos dos espaços é mais provável localizar a intimidade da relação do sujeito com o espaço, da relação deste com o passado, tomar posse do espaço vivo.

Sobre a sala de aula, Rocha (2019) relata que:

[...] fiz o ginásio, a primeira série do ginásio, na época ginásio municipal picoense na rua Monsenhor Hipólito nas casas antigas, na, que hoje é em frente ao Picoense Clube, as carteiras da minha turma que eu estudei na primeira série, era uma carteira reta que sentavam duas pessoa, um banco, com uma parte de escrever, a escrivaninha e que sentavam duas pessoas. E minha turma era muito grande, mais de cinquenta alunos, numa sala relativamente pequena, carteiras com duas. A minha carteira sentava eu e Inezinha Campos [...] mas a turma era tão grande que eu ainda sentava de três. Nós eramos três alunas apertadas numa carteira. Era eu, Iolanda Reis e Inezinha (ROCHA, 2019).

Ao falar das salas amontoadas e da pouca estrutura de uma casa adaptada para ser escola, a ex-aluna mostra a necessidade de se adequar aquela realidade, uma carteira que cabiam apenas duas alunas, teriam de caber, diante da necessidade, até três. Nesse sentido, Souza afirma que (1998, p. 144) “[...] o espaço escolar determina, pois os modos e usos do corpo dentro e fora da escola” (SOUZA, 1998, p. 144).

Na mudança do GEP para o prédio das casas alugadas, o mobiliário e o fardamento se conservaram os mesmos, bem como o horário de funcionamento, que continuou à tarde. No entanto, as carteiras escolares que eram destinadas a duas pessoas, à medida que o alunado foi crescendo, tiveram de servir para três pessoas em salas de aula menores.

Até a mudança para a primeira sede própria na Rua Monsenhor Hipólito, as carteiras escolares eram duplas, organizadas em filas, como sinal de ordem. A figura 16 nos mostra uma cadeira típica das escolas brasileiras do final do século XIX a meados da década de 1950.

Figura 16: Carteira utilizada entre 1950-1959



Fonte: Acervo fotográfico do pesquisador.

A cadeira dupla e feita de madeira dificultava a mobilidade do aluno e a retirada do móvel do seu lugar. Assim, o objetivo desse estilo de mobília era o de facilitar o controle de transgressões pelo professor, como “cola” ou sair da fila. Rocha (2019) retrata que:

As carteiras do prédio antigo era igual dessa foto [figura 16], nós sentávamos de duas, depois surgiu uma terceira e sentávamos de três, em pensar que nunca carteira dessa sentávamos de três, em dia de prova uma turma fazia prova num dia e a outra turma no outro dia, mesmo assim a sala de aula ficava cheia.

Em dias de prova, havia à disposição dos alunos por horário e por sala. Isso acontecia por causa da falta de espaço na escola-casa, além da necessidade de controlar a possível “cola” pelos alunos. A carteira serve para controlar o corpo em torno do se mover e do não se mover, dependendo das ordens expressas do professor ou de outras autoridades da escola, como o diretor e o bedel.

A carteira deve controlar a postura de quem senta, de modo que o aluno deve sentar em postura correta, praticamente imóvel. Entendemos que há relações estritas entre os artefatos da escola, uma das mais explícitas é a relação da carteira do aluno e do quadro negro: a primeira é onde aluno deve ser posto imóvel, em posição adequada, olhando para o segundo, atendo ao que nele se registra sem qualquer desvio de conduta.

Há uma relação intrínseca entre o espaço e o tempo, pois a disposição e a ocupação dos espaços são pensadas a partir do tempo escolar. Sacristán (2005, p. 143) nos lembra que no “espaço estamos, no tempo somos”, de modo que o tempo escolar tem uma estrutura própria da instituição escolar, as atividades: entrada, recreio, festas cívicas, avaliação, educação física são próprias do ambiente escolar, e o espaço foi sistematizado para abrigar essas atividades.

Gallego (2015) afirma que a expressão tempo escolar está relacionada a um conjunto de escalas temporais que são definidas pela escola, observando a organização e otimização organizacional da instituição, bem como as referências socioculturais e políticas da região em que está inserida. Entendemos que, por ser a sala de aula um espaço social e por ser ela o local que o aluno passa mais tempo, é a partir dela que o espaço e o tempo escolar é pensado.

Ao construir as salas de aula, em um prédio feito para tal fim, era pensado o arejamento, a distribuição dos alunos pelo espaço, a circulação de pessoas e higiene, porém, em um espaço adaptado, havia maiores dificuldades em observar todas esses aspectos.

Na fala de Rocha (2019), é possível perceber a noção de que o prédio não era próprio para abrigar uma escola, mas que se tratava de uma casa adaptada, inclusive ao comparar salas de aula com salas de visita ou quartos.

Fica claro que essa consciência pode ser uma concepção atual, pois, talvez, na época, nem todos os alunos tivessem consciência que se tratava de uma casa, visto que a noção de sala de aula constitui ambiente formado por quadro negro e carteiras. Além disso, para o aluno, não havia separação do prédio do ginásio e da instituição em si, de modo que qualquer espaço organizado desta forma seria visto como escola e não como residência, mesmo que adaptada.

Isso nos mostra que o espaço escolar, é um lugar independente do espaço que ocupa. “Esse salto qualitativo que implica o passo do espaço ao lugar, é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta se vê, se imagina, o lugar se constrói” (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 17). A instituição escolar é um lugar porque é um espaço ocupado e com vida. Um lugar específico com características peculiares, onde, segundo Frago (2005), se permanece por algum tempo da vida.

Viñao Frago (2005) nos mostra que foram três as tendências históricas dominantes na configuração do espaço escolar: estabilização, independência física e estabilidade. Embora o segundo prédio do ginásio fosse um espaço adaptado, não dividia espaço com uma residência, mas era uma residência que tinha seus espaços organizados para abrigarem a escola, atendendo assim as tendências propostas pelo autor.

O uso de um espaço físico que não foi pensado para ser escola veio da necessidade de um prédio, o que não eliminou a intencionalidade pedagógica e o poder exercido pelo espaço, pois houve adaptação dos antigos cômodos para repartições de uma escola, mudando o status do espaço, no qual quartos se transformaram em sala de aula, corredores viraram pátios e quintais se modificam para espaços de lazer, bem como cozinhas viram cantinas.

O espaço da escola não é apenas um edifício inerte, pois são distribuídos, possuem funções específicas e neles podem ser atribuídos usos diferentes daquilo que foi pensando inicialmente. Alves (1998) nos mostra que a escola:

[...] é um lugar porque é cheia de objetos e seres discriminados, marcados, hierarquizados (a cadeira do diretor; a mesa do professor, o fogão da cozinha, a bola do aluno, o bom e o mau professor, o aluno carente e aquele que nem tanto, a diretora enérgica e o servente bonzinho (ALVES, 1998, p. 129).

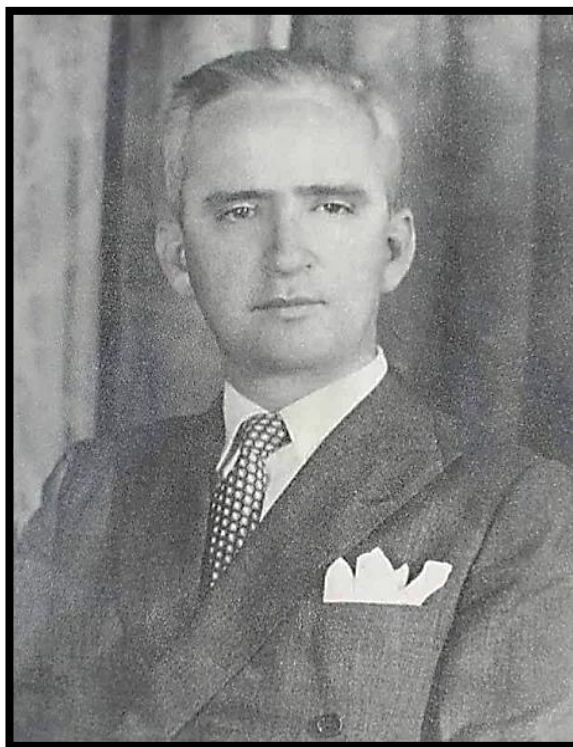
Houve o ancoramento da escola em um espaço que não foi construído para tal fim. Com o passar dos anos, as autoridades passaram a reclamar de um edifício próprio para abrigar o GEP. Viñao Frago e Escolano Benito (2001, p. 73) colocam que:

A aceitação da necessidade de um espaço e de um edifício próprios, especialmente escolhidos e construídos para ser uma escola, foi historicamente o resultado da confluência de diversas tendências. [...] O edifício escolar devia ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO, 2001, p. 73).

Diante desse pressuposto, as autoridades municipais começaram a se articular para a construção de um prédio apropriado para o ginásio. Em 1955, foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional, Marcos Santos Parente (figura 17), natural de Bom Jesus, sendo fundamental na articulação para a construção de um prédio apropriado para o GEP junto ao Ministério da Educação e Saúde.

Por intermédio do então prefeito, também da UDN, Helvídio Nunes de Barros, o deputado firmou acordo com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), e conseguiu auxílio financeiro para dar início à construção da sede própria do Ginásio Picoense, na Rua Monsenhor Hipólito.

Figura 17: Deputado Marcos Santos Parente



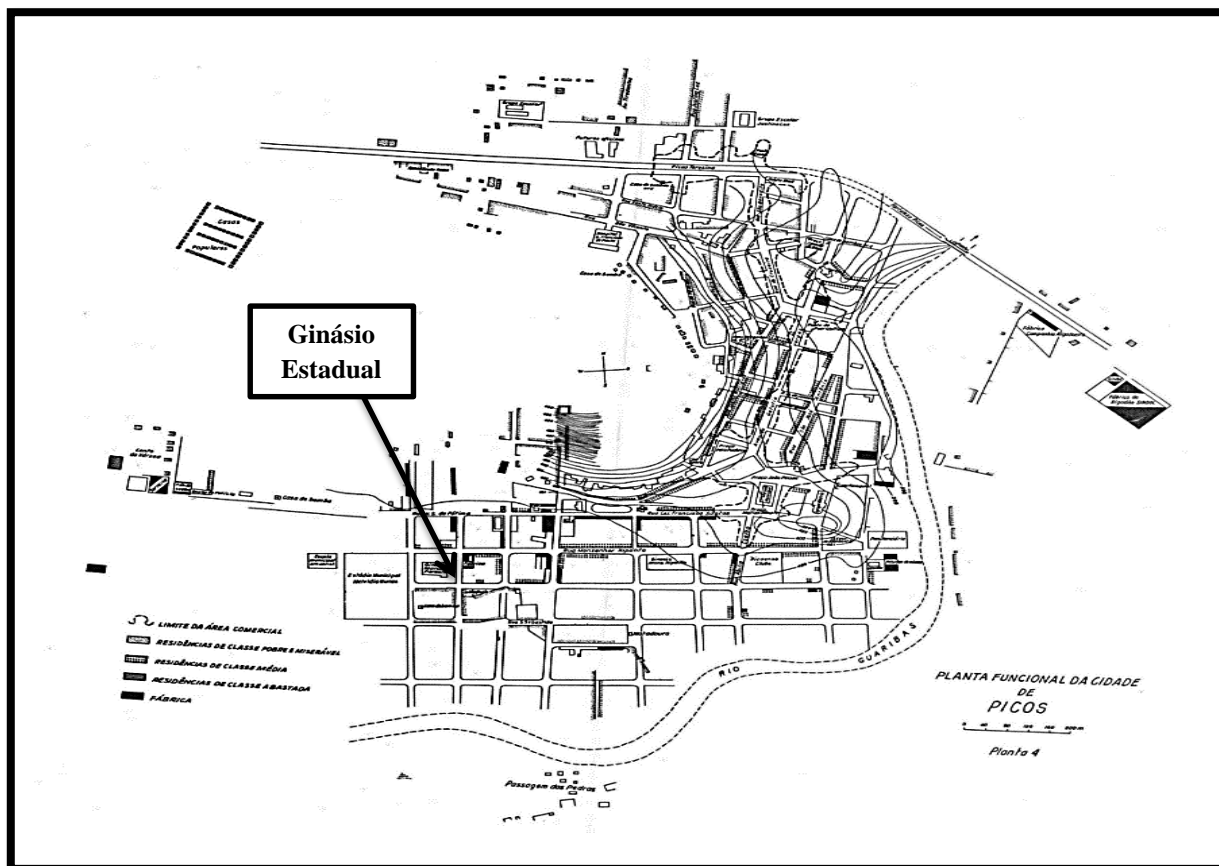
Fonte: Cristina Varão.

O acordo firmado com o INEP dizia que:

Aos onze dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, no gabinete do diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação, presente o respectivo titular Anísio Spinola Teixeira e o Deputado Marcos Santos Parente, representando o Ginásio Picoense, de Picos, do Estado do Piauí, foi firmado termo de acordo especial [...] concederá ao Ginásio Picoense [...] o auxílio de Cr\$ 60.000,00. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1955, p. 1).

A construção do prédio foi iniciada em 1956, na mesma rua onde já estava localizada a escola em casa alugada, em um terreno de 6.400 m², que já havia sido destinado para esse fim pelo então prefeito Justino Luz.

Figura 18: Planta funcional sede do município de Picos (1967)



Fonte: IBGE (1971).

A insistência pela Rua Monsenhor Hipólito reforça a ideia que o poder público desejava incentivar a ocupação da área que conhecemos hoje por Malva e a região que corresponde atualmente ao Bairro Canto da Várzea. Segundo a figura 18, na área norte, tínhamos a Avenida Central, onde ficava a estrada que ligava Picos à Teresina, Oeiras e Floriano, emendando com a via para Fortaleza; ao sul, ficava a região conhecida como Passagem das Pedras, e na zona leste, ficava a área de maior densidade urbana.

A área comercial da sede do município, representada no mapa funcional por uma linha, iniciava na zona norte, cortada pela estrada Picos-Teresina, passando pela zona leste, onde ficava localizada a Avenida Getúlio Vargas (antiga Rua Grande), seguia pela rua São José, até chegar à Praça Félix Pacheco, e finalizava na região sul, onde estavam a Rua Abílio Coelho (antiga Rua 4 de Outubro) e Rua Monsenhor Hipólito, em direção ao rio Guaribas.

A planta da figura 18 ainda classifica as residências daquela época em três blocos: residências da classe abastada, da classe média e da classe pobre ou miserável. A região escolhida para abrigar o ginásio estava situada fora da área comercial da sede do município. Na região sul da sede, estavam localizadas algumas casas de classe média e, por trás do

terreno que abrigaria o GEP, na Rua Monsenhor Hipólito, uma grande quantidade de casas, onde residia a população pobre de Picos, nas proximidades do rio Guaribas.

Sobre a construção do prédio, Helvídio Nunes foi à câmara prestar esclarecimentos aos vereadores, conforme ata da sessão de 20 de junho de 1956,

É concedia a palavra ao senhor prefeito que deu várias explicações. Disse o Sr. Prefeito que recebeu ontem a planta do ginásio remetida pelo deputado Marcos Santos Parente e que mostrou a câmara esta mesma planta. Tornou novamente a fazer o pedido que tinha feito a câmara de fazer um apelo ao Senhor Governador do Estado para que remeta a verba de C\$ 650.000,00 destinada a construção de prédio do ginásio em que diz o Dr. Armando Hidelbrando, Diretor do Departamento de Ensino Secundário, que toda esta deve ficar em Picos (PICOS, 1957, p. 159).

Na narrativa que consta no livro de atas da Câmara de Vereadores de Picos, percebemos o apelo do prefeito ao governo do estado para que houvesse a liberação da verba enviada pela Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação, destinada para construção do prédio do GEP. Nesse processo, houve intercessão do diretor do ensino secundário, o qual afirmou que a verba deveria ir toda para Picos, pois a intenção era iniciar logo as obras do prédio. Percebemos, ainda, que havia interesse do governo do estado em ficar com o controle da verba.

Na sessão do dia 3 de outubro de 1956, o prefeito Helvídio Nunes alegou dificuldades em continuar a construção da obra referente à construção do prédio do GEP, ocasionadas, segundo o gestor, pela falta de recursos.

Esteve presente na sessão o senhor prefeito municipal no qual falou em vários casos, tais sejam: Mostrou o senhor prefeito toda a documentação do ginásio em duas vias, uma para o ministério e outra para prefeitura. Disse o senhor prefeito que o ginásio tem em caixa Cr\$ 25.000,00 e a receber Cr\$ 210.000,00, está na altura de ser paralisado o serviço, pois que o dinheiro que tem não dar para continuar. Achando os senhores vereadores que deve tomar um empréstimo ao fundo rodoviário, visto que todas as estradas estão bem conservadas, com exceção algumas. Convidou o Sr. Prefeito a câmara para visitar o prédio. Suspendendo o senhor presidente a sessão por uns 15 minutos, a fim de irem ao ginásio, achando os senhores vereadores que não deve paralisar o serviço, visto que é de grande utilidade (PICOS, 1957, p. 167).

A ata da desta sessão mostra que houve atraso no crédito das verbas destinadas à construção do ginásio, de forma que foi apresentada pelos vereadores a sugestão de contrair um empréstimo ao fundo rodoviário do município, visto que, segundo eles, o município

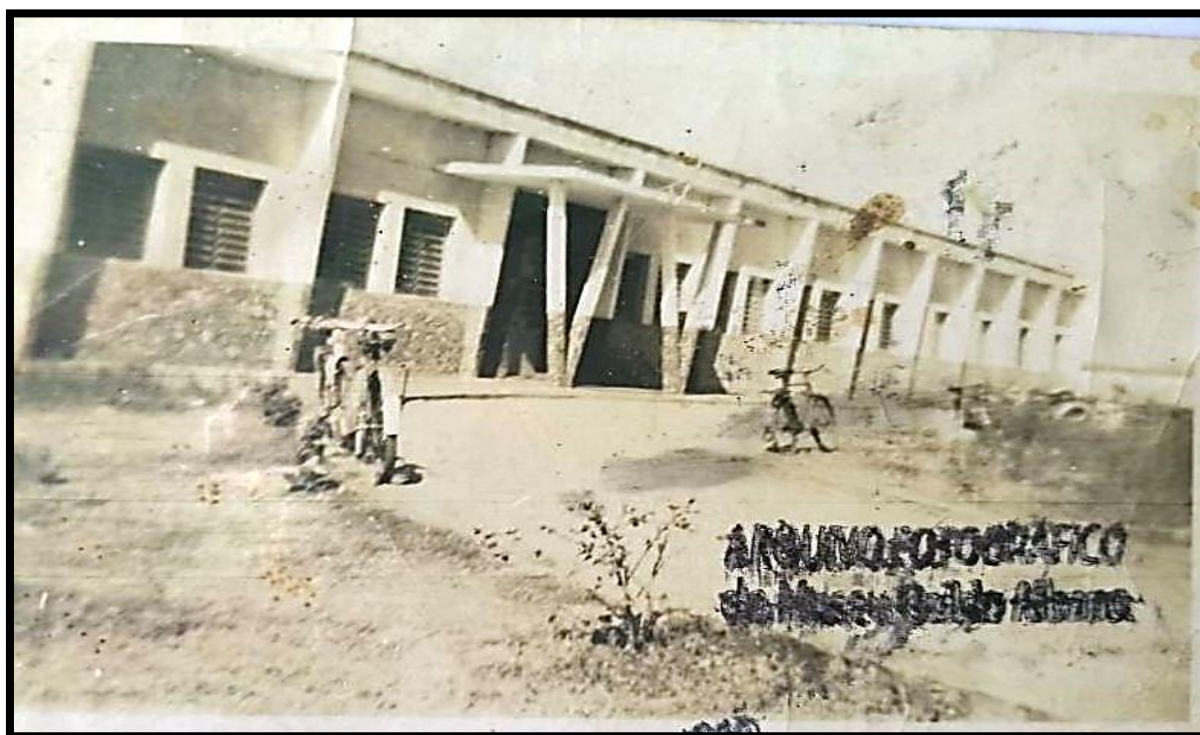
estava com as estradas bem conservadas. Na sessão do dia 20 de novembro de 1956, mais uma vez, o prefeito relatou as dificuldades em dar prosseguimento à obra, como se pode ver a seguir:

Passou a palavra ao Senhor prefeito, o qual leu uma carta do deputado Marcos Parente, dizendo que as verbas destinadas ao Ginásio Estadual Picoense só serão pagas no início do próximo ano e que o meio para solucionar o caso será um empréstimo tomado ao Banco do Nordeste para continuação dos serviços. Apresentou também o Senhor prefeito um telegrama do mesmo deputado dizendo ter o diretor orçamentário do Ministério da Educação concedido prioridade ao Ginásio Estadual Picoense, recebeu a quota do Fundo Nacional do Ensino Médio, autorizando ao Banco do Brasil transferência para agência de Picos de viva ordem de pagamento no valor de Cr\$ 150.000,00. Consultou o Sr. Prefeito a câmara, sobre empréstimo ao Banco do Nordeste, ficando combinado a aprovação para próxima sessão de Dezembro. (PICOS, 1957, 172v).

Conforme a ata desta sessão, percebemos que a solução encontrada foi solicitar empréstimo junto ao Banco do Nordeste enquanto as quotas do Fundo Nacional de Ensino Médio fossem liberadas. O empréstimo só foi autorizado na sessão do dia 6 de março de 1957. Pelo projeto de número 14 executivo municipal, ficou autorizado o empréstimo “com particulares até o valor de duzentos mil cruzeiros pagável no corrente exercício para ser aplicado nos serviços de construção do prédio do Ginásio Picoense” (PICOS, 1957, 182v).

O ano letivo de 1960 começou no prédio novo, apresentado nas figuras 19 e 20. Não se tem notícia de festa de inauguração, desfile ou qualquer festividade semelhante. Supomos que não houve festa por causa da mudança de prefeito, pois Helvídio Nunes renunciou por ter sido eleito deputado estadual, assumindo o cargo de governo o, também udenista, João de Carvalho Moura, o “Lousinho Monteiro”. Tratava-se de um prédio imponente, não mais alugado, construído pela prefeitura de Picos com recursos advindos de empréstimo junto ao Banco do Nordeste e oriundos do Fundo Nacional do Ensino Médio.

Figura 19: fachada da terceira sede do Ginásio Estadual Picoense (1960-1969).



Fonte: Museu Ozildo Albano (1967).
Créditos: Albano Silva.

Figura 20: terceira sede do Ginásio Estadual Picoense (1960-1969).



Fonte: Museu Ozildo Albano (1967).
Créditos: Albano Silva.

As instalações do novo prédio são lembradas nas lembranças de Carvalho (2018), “Na época em que nós estudamos lá, era um colégio novo, bem estruturado, bem arejado. Não tinha ar condicionado, mas tinha as janelas grandes, que permitiam uma ventilação boa”.

Viñao Frago (2005, p. 23) pontua, em relação ao espaço ou lugar, que “[...] os indicadores mais úteis para captar e analisar as representações e concepções que se tem acerca da importância, natureza e funções seriam sua especificidade, sua localização, sua acessibilidade, suas dimensões e sua disposição e configuração interna” (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 23).

Rocha (2019) relata que “quando nós mudamos, em 1960, mudamos para o ginásio lá da Rua Monsenhor Hipólito, um ginásio bonito, grande, construído para ser ginásio”. A representação que se tem, na fala dos ex-alunos, é que, a partir daquele momento, a escola dispunha de um lugar adequado e amplo, não se tratando mais de uma casa-escola, mas de um edifício feito para tal fim.

Quanto à estrutura do terceiro edifício, podemos afirmar que ele foi construído em um modelo de arquitetura eclético, pois associava arcos típicos do estilo neoclássico, que formavam um corredor de circulação com traçados geométricos típicos do modelo modernista, como o portão de entrada no formato de “V”, mostrando influência do arquiteto Oscar Niemeyer na concepção do projeto.

Para compreendermos a ocupação dos espaços da escola e a estrutura do edifício, devido à falta de fotografias internas do prédio na época e por ter sofrido várias intervenções entre os anos 1980 e 2000, foi feito um levantamento arquitetônico. Esse tipo de procedimento foi realizado em dois programas bastante utilizado no setor de arquitetura, urbanismo e construção civil denominados *Autocad* e *Sketchup*. O primeiro é responsável pelo desenho da planta do prédio, e o segundo possibilita projetar em três dimensões a imagem digital. O primeiro passo para reconstrução digital do prédio do GEP foi conseguir a planta baixa mais atual do prédio datada de 2014, visto que não foi possível localizar a original de 1956, desenhada pelo próprio deputado Marcos Parente, que também era engenheiro civil pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí.

A planta baixa sofreu alterações para se chegar à versão mais próxima daquilo que foi a primeira sede própria do GEP. Esse trabalho foi feito, gradativamente, sempre cotejando com fotos atuais do edifício, algumas fotos do período, além de depoimentos orais de ex-alunos e funcionários e visitas *in loco* ao edifício, para entender como era o prédio no período que abrigou o GEP na época que foi inaugurado e com as intervenções feitas em 1965.

Figura 21: Levantamento arquitetônico (fachada)



Créditos: Rafael Nobre.

Ao contrário dos edifícios anteriores, o que foi ocupado a partir de 1960 foi concebido nos moldes de como deveria ser um estabelecimento de ensino secundário, que lidava, em sua grande maioria, com jovens a partir de 11 anos de idade. A estrutura do prédio foi pensada de forma hierárquica e disciplinar, dividida conforme a funcionalidade: espaço dos alunos (8 salas de aula e 1 pátio interno), setor administrativo (1 sala dos professores, 1 secretaria, 1 diretoria e 1 auditório) e setor de alimentação e higiene (1 cantina e 2 banheiros, masculino e feminino), de modo a facilitar o controle do movimento dos alunos.

Na concepção desse espaço, que agora é planejado, podemos pensar o tempo escolar, visto que cada espaço foi pensado levando em consideração que tipo de atividade e que tempo seria gasto nele. O relógio introduz uma variável na análise da escola, um tempo construído no interior da escola, de caráter institucional. O tempo escolar é capaz de regular os espaços da escola. A troca de espaços é marcada por dois sinais, a campainha e a ação do inspetor (chamado bedel) de convocar os alunos, este último responsável por controlar os alunos no uso desses espaços de acordo com o tempo.

A fachada do prédio foi concebida com traçados modernistas, pintado em cor rosa claro, em volta de um cinturão de pedra. Esse detalhe em pedras, além do valor estético, nos traz a ideia de que o aluno não sujasse o edifício ao encostar e/ou pôr o pé na parede. A fachada é o espaço ocupado pelo aluno geralmente em três situações, quais sejam: a entrada, o

recreio e a saída. Geralmente, é um dos espaços mais escolhidos para as fotografias, visto que é uma forma de dizer que são alunos do GEP. Conforme se pode ver na figura 22:

Figura 22: Turma da 3ª série de 1960 no hall de entrada



Fonte: Ivete Cardoso.

A figura 22 nos traz um conjunto de ginásianos da 4ª série ginásial de 1961, provavelmente em seu último dia de aula. Encerrando o curso ginásial, tiravam fotografias em espaços significativos para, no futuro, relembrem dos tempos de escola, dos antigos professores, dos colegas, e, é claro, do prédio. Com isso, temos que a fachada do prédio e a sala de aula são os espaços privilegiados nestes registros.

Inicialmente o GEP foi construído sem muros e sem mais detalhes, solto, revestido apenas por uma pequena calçada em volta do prédio. A Rua Monsenhor Hipólito, no início da década de 1960, não apresentava calçamento, o que fazia com que os alunos chegassem “na lama até o ginásio” (ROCHA, 2019). Todas as repartições do prédio ficavam em volta de um pátio que tinha o formato de um grande “Ó”. Além disso, as salas eram protegidas por um corredor de circulação cercado de arcos e alpendres.

Figura 23: Levantamento arquitetônico – telhado (1960)



Créditos: Rafael Nobre.

A organização do espaço gerava o efeito panóptico, pois a visão do bedel ou do diretor, que eram os que mais circulavam no corredor, alcançava todos os espaços do prédio de uma só vez a partir dos ângulos.

Figura 24: Levantamento arquitetônico – Distribuição dos espaços (1960)



Créditos: Rafael Nobre.

Do lado esquerdo do portão principal, na figura 24, situava-se o setor administrativo, onde ficavam a secretaria, a sala dos professores, a diretoria e o auditório. A porta da diretoria ficava logo em frente ao hall de entrada, que era vista como espaço de mando e poder, sendo uma forma de o diretor, mesmo de sua sala, controlar o que ocorria no ginásio. O ex-diretor Raimundo Camelo de Vasconcelos relata que:

Chegava cedo, primeiro que os alunos, o pessoal entrava nas filas para ir pra classe. Ai disparava o expediente normal. Eu ia pra sala do diretor e ficava lá, corrigindo prova, preparando aulas. Essa coisa de documentação era com a secretaria. Eu nem andava na secretaria. Eu confiava plenamente no trabalho da secretária. Era uma pessoa extremamente dedicada (VASCONCELOS, 2019).

Na fala do ex-diretor, fica claro que a sala do diretor era um espaço reservado apenas para este e tinha uma simbologia de controle. Mesmo quando o gestor não estava na escola, a sala dele era usada como instrumento de controle dos alunos, como relata a ex-secretária Adelina Lellis Leal:

Olha, era tão interessante o respeito que os meninos tinham pelo diretor, que às vezes ele viajava, e os meninos: Dona Adelina cadê o Capitão Camelo, o diretor? Perguntavam baixo. Aí eu dizia: - Está ali dentro da diretoria fazendo um trabalho. Ficava uma beleza. Mas se eu dissesse que ele viajou, os alunos tomavam de conta. Se ele não estava, levavam mais na brincadeira (LEAL, 2019).

Viñao Frago e Escolano Benito (2001) nos mostram a arquitetura escolar como discurso material constituído em forma de linguagem não verbal que transmite hierarquias, valores, princípios, ordem e classificação. Dessa forma, entendemos que o espaço escolar é constituído de um poder simbólico, que consiste em uma “[...] forma transformada, transfigurada e legitimada das outras formas de poder” (BOURDIEU, 2002, p. 145).

Entre as formas de controle da instituição está o próprio espaço. Os corredores feitos no entorno das salas de aula possibilitavam vigiar o comportamento dos alunos, e a diretoria, situada em local estratégico, fazia com que a estrutura do prédio possibilitasse ampla visão ao diretor. A linguagem do espaço impunha poder e ordem. O espaço separava homens e mulheres, dando condições de vigilância à escola. O espaço hierarquizava: de um lado os controladores (direção, professores e funcionários), do outro os controlados (ginasianos e ginasianas). Esta forma de poder não é explicitada, verbalizada, mas implícita nas paredes da escola.

A área de circulação em volta das salas permitia, além do arejamento, o controle, uma estrutura que gerava uma colmeia, pois, por meio desse espaço, acessavam-se todos os outros, e, em qualquer um dos quatro cantos do prédio, era possível ver o que acontecia. Neste espaço, a escola colocou um sujeito que, até então, não existia nos prédios anteriores, responsável pelo controle e disciplina dos alunos, nos momentos em que não estavam na sala de aula, o bedel.

No corredor, havia exposto um mural que apresentava uma série de regras da escola, e era função do bedel que elas fossem cumpridas, além do que esse espaço foi utilizado, até 1966 aproximadamente, para separar, no momento do recreio, homens e mulheres. Segundo Moura (2019), “quando eu entrei no ginásio as turmas eram separadas, minha sala era só mulheres. Do outro lado era só homens, e na hora do recreio, os homens ficavam de um lado e as mulheres do outro”.

Essa divisão e distribuição das pessoas pelo espaço escolar já era pensada na concepção do edifício, pois “[...] a espacialização disciplinar é parte integrante da arquitetura escolar” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO, 2001, p. 27). Ainda com os autores, essa espacialização pode ser vista na disposição das salas de aula em graus, gênero e características

dos alunos, como também na disposição das carteiras pela sala de aula. “Essa espacialização organiza minuciosamente os movimentos e os gestos, fazendo com que a escola seja um continente de poder” (VINÃO FRAGO; ESCOLANO BENITO, 2008, p. 27-28).

O pátio interno, localizado ao centro, era utilizado principalmente como quadra para atividades desportivas: as aulas de educação física e o ensaio dos desfiles cívicos, conforme mostra a figura 25, além do campeonato do time de voleibol das ginásianas. Havia um grande auditório que era utilizado para aplicação do exame de admissão, apresentações teatrais, reuniões de pais e outros eventos culturais.

Figura 25: Pátio central do GEP (1960-1969)



Fonte: Museu Ozildo Albano (1967).

Créditos: Foto Varão.

Por volta de 1963, foi construído um muro em volta do prédio, medindo 1,80 m de altura, com cobogós e colocado mastros para bandeiras ao lado do portão principal. Os mastros foram colocados bem no início do regime militar, onde eram expostas a bandeira do Brasil e a do Piauí. Nesse local, era “cantado em fila o hino nacional todas as quartas e sextas em filas separadas por sexo antes de entrar na sala de aula, supervisionado pelo diretor e pelo bedel” (MOURA 2019).

Além disso, foi feita uma estrada de ladrilhos até a entrada principal, conforme figura 26, pois, antes disso, os alunos chegavam na lama, já que a Rua Monsenhor Hipólito não era

pavimentada, além de ter sido erguida, conforme figura 27, uma casa isolada do restante do prédio, que servia como moradia para zeladores e vigias, além de depósito.

Figura 26: Levantamento arquitetônico (fachada 1963)



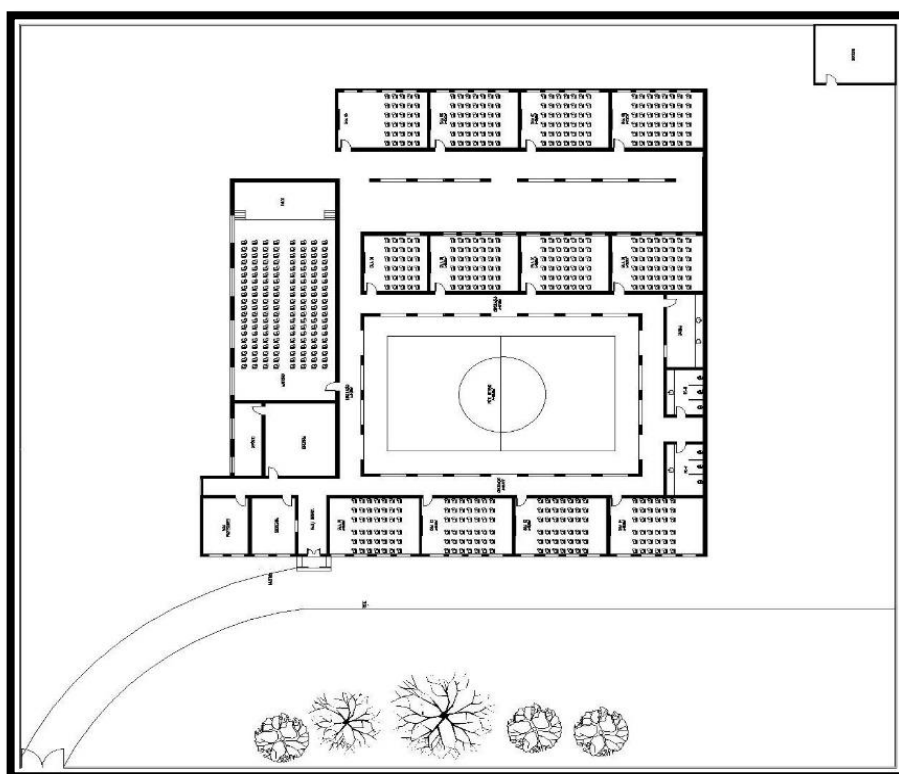
Créditos: Rafael Nobre (2019).

Figura 27: Levantamento arquitetônico (divisão interna em 1963)



Créditos: Rafael Nobre (2019).

Figura 28: Planta baixa (1963)



Créditos: Rafael Nobre (2019).

Em 1966, com o crescimento do número de alunos e a criação do curso científico, foram acrescentadas mais quatro salas de aulas na mesma medida das anteriores (atual Unidade Escolar Ozildo Albano). Os cobogós do muro eram utilizados por:

Alguns garotos que colocavam bilhetinhos enrolados e escondidos nos cobogós. Alguns namoravam por bilhetinhos para marcar encontro no Cinema. Mas só a gente sabia... inclusive, eu. Agora os cigarros eu só vi duas vezes porque eu tinha uma amiga e uma prima que fumavam escondidas. Elas enrolavam o cigarro num papel e deixavam dentro de um cobogós para fumar quando saísse do Colégio (MOURA, 2019)

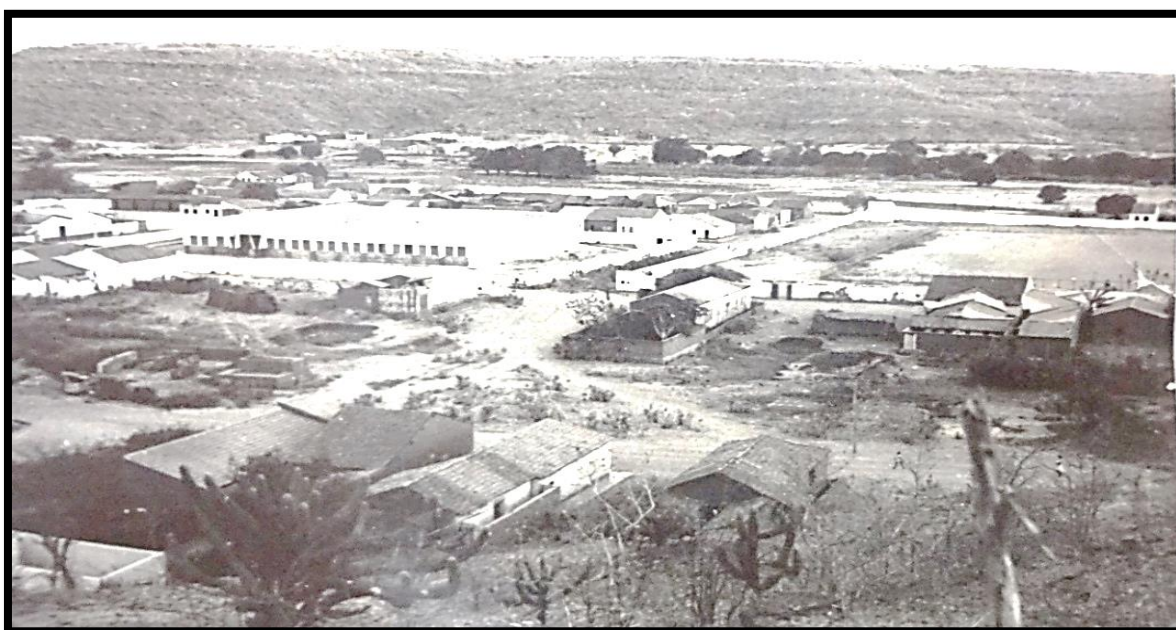
Embora a intencionalidade do muro e da casa fosse para segurança e organicidade, houve readaptações nos seus usos por meio das transgressões pelos alunos, que, desse modo, burlavam algumas normas da escola. Assim:

O muro era todo reto, mas a parte de cima era completada com cobogós. E era justamente na calçada de trás que, no horário do recreio, eu ia com outras amigas para ler as revistas: Capricho e Grande Hotel, porque em casa meus pais não permitiam essa leitura. O Capitão Camelo era sempre vigilante e ficava circulando no horário de recreio como uma "ronda". Certo dia, ele nos flagrou lendo a revista. Pediu licença para ver e a folheou... Daí perguntou:

Os pais de vocês permitem que leiam essas revistas? Fizemos gestos negativos com a cabeça. Então ele perguntou: Quem é dona dessa revista? Uma amiga assumiu que era dela. Ele devolveu a revista e pediu que a gente o acompanhasse... Ficamos morrendo de medo de uma suspensão. Mas, na Diretoria, ele simplesmente nos entregou livros de José de Alencar e de poesias de Gonçalves Dias e disse: Vocês devem ler agora esses livros. E quando terminar de ler me devolvam, que eu emprestarei outros livros pra vocês (MOURA, 2019).

O muro construído em volta do prédio possibilitou também uma vigilância mais rigorosa pela direção da escola, facilitado pela área de circulação externa e pelo fato de o prédio ser solto com um grande muro, possibilitava que, de qualquer ângulo do edifício, pudessem saber o que estava ocorrendo.

Figura 29: Visão panorâmica do GEP (1967)



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Créditos: Albano Silva.

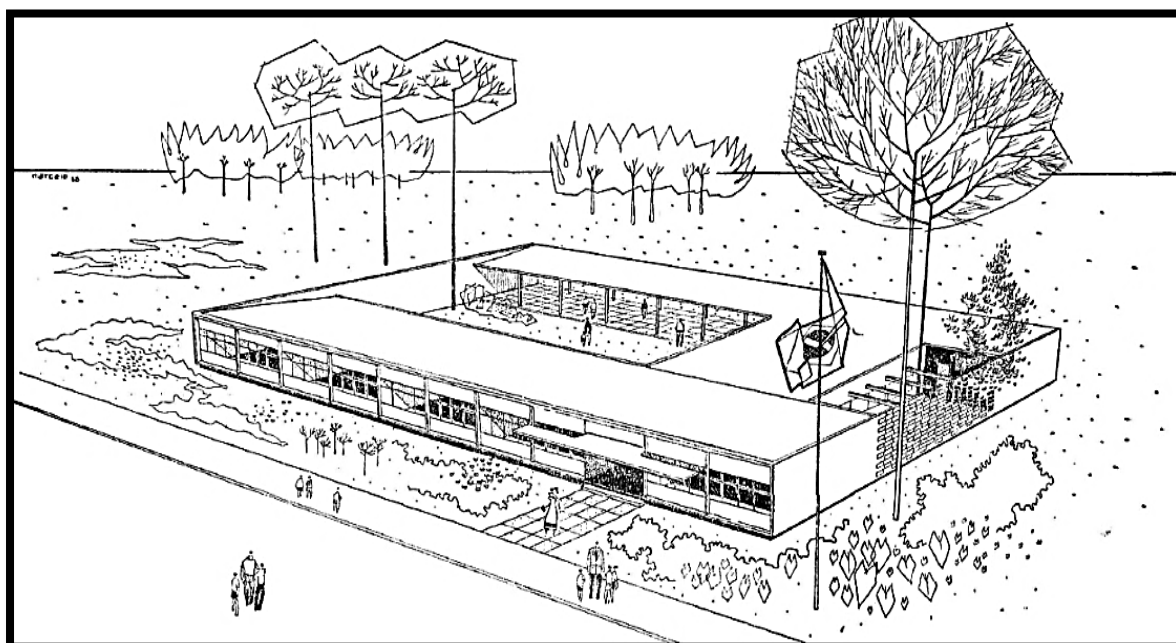
Era o maior edifício público feito em Picos. Foi provavelmente adaptado a partir dos modelos propostos pela seção de aparelhamento e prédios escolares da Diretoria de Ensino Secundário do MEC, classificados conforme a quantidade de alunos e a disposição entre internato ou externato, como o ginásio tipo 1, apresentado na figura 31. O Ministério da Educação e Saúde mantinha uma campanha de construção de prédios escolares, tanto para o ensino primário quanto para o ensino secundário.

Figura 30: Levantamento arquitetônico do GEP (teto 1967)



Créditos: Rafael Nobre (2019).

Figura 31: Ginásio tipo 1 do INEP para 200 alunos



Fonte: Diretoria do Ensino Secundário (1958).

Escolano Benito (2017), sobre cultura escolar, afirma que esta possui três faces: política, acadêmica e empírica. Uma das formas da cultura política entrar na escola é por meio do edifício, através de mecanismos de padronização inerentes à política educacional de cada

período. O edifício escolar acabou se tornando um dos elementos dessa padronização, visto que os prédios escolares destinados aos ginásios foram pensados na esfera administrativa federal por engenheiros e arquitetos que talvez nunca tenham chegado a visitar o município de Picos.

Estes técnicos, por sua vez, foram auxiliados pela cultura acadêmica, que procurava pensar, naquele momento, que modelo de educação secundária era mais adequado ao Brasil, de modo que precisava traçar elementos que incorporassem, nos edifícios, os valores pedagógicos e morais do período.

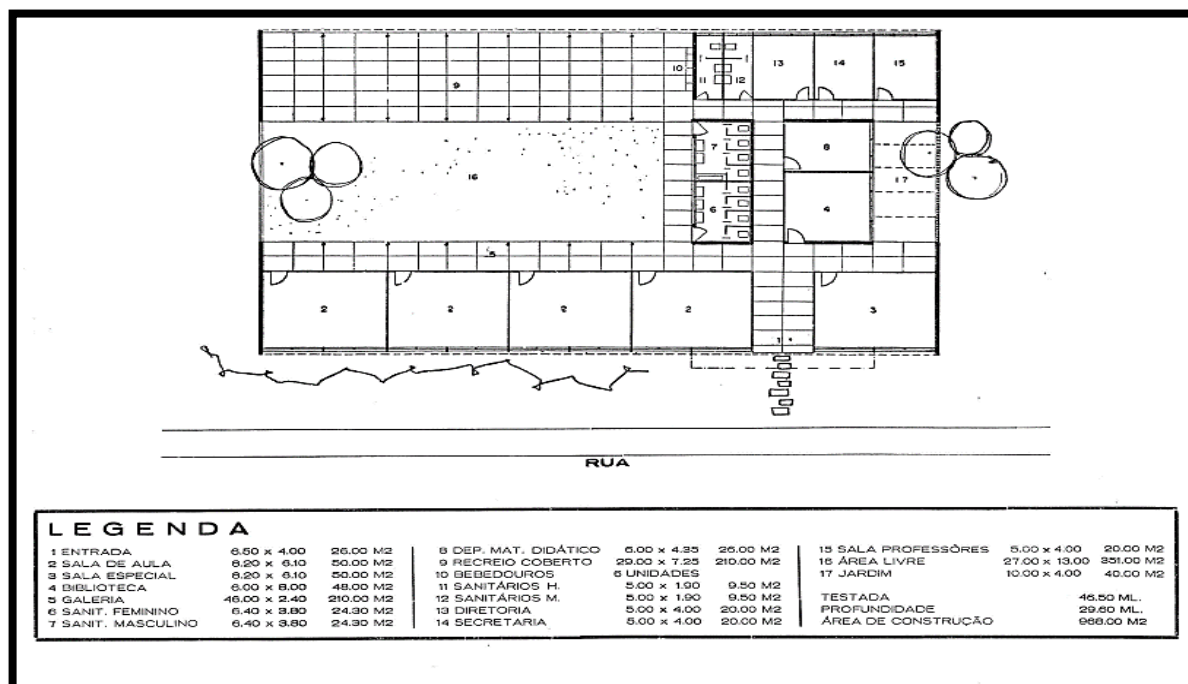
A finalidade do governo era, por meio da expedição de normas técnicas, construir edifícios cuja estrutura auxiliasse para que a qualidade do ensino secundário no Brasil melhorasse, objetivando que os ginásios migrassem de prédios coabitados ou adaptados e viessem e funcionassem em edifícios estruturados. Havia ainda o financiamento aos estados e municípios por meio de convênios para que essas construções pudessem ser concretizadas, feitos via INEP.

A partir da década de 1950, o papel do INEP era, por meio de seus estudos e pesquisas, pensar a educação do país e auxiliar, a partir desses estudos, o Ministério da Educação a procurar formas de sanar as dificuldades. A seção de prédios e aparelhamento escolar, vinculada à Diretoria de Ensino Secundário, tinha por objetivo “verificar se o material didático e as instalações dos estabelecimentos que requerem inspeção obedecem as especificações e discriminações qualitativas e quantitativas” (BRASIL, 1946).

Dessa forma, os órgãos do ministério da educação produziam documentos com especificações mínimas para que os ginásios pudessem funcionar, porém, a fiscalização rígida acabava por se perder pelo imenso território brasileiro, fazendo com que, pela necessidade de escolas, acabasse por ainda, haver, na década de 1950, muitos estabelecimentos em prédios adaptados ou cedidos por escolas primárias.

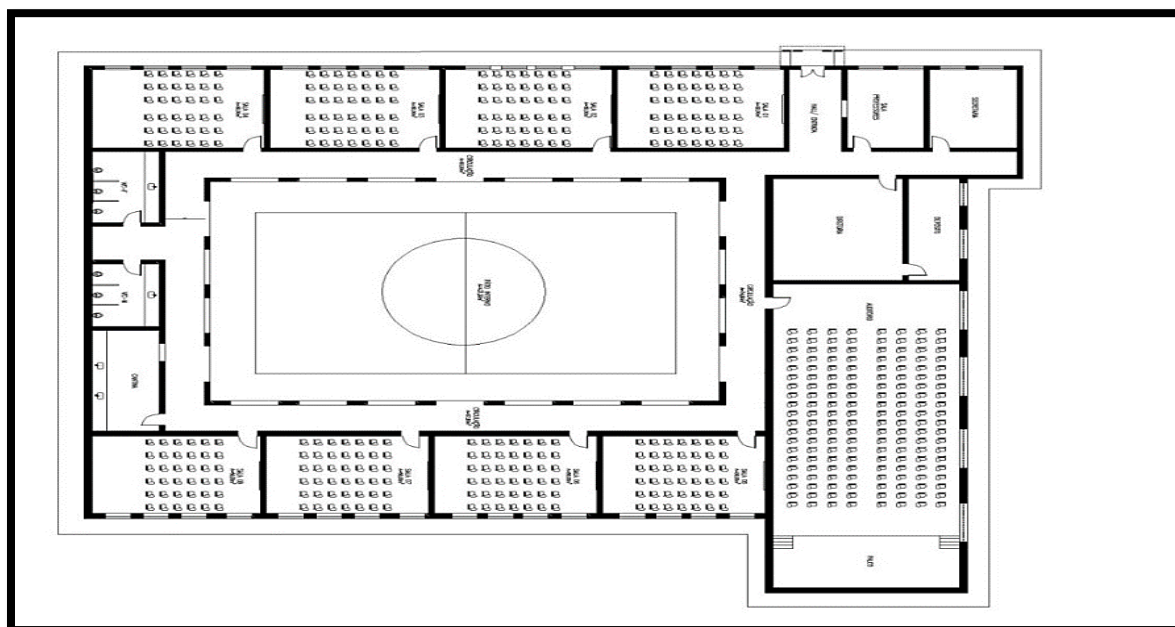
A estrutura pensada pelo governo federal para os estabelecimentos de ensino secundário foi classificada nesse período em quatro modelos publicados em forma de panfletos e enviados aos governos estaduais e prefeituras: Ginásio tipo 1, Ginásio Tipo 2, Colégio Tipo A, Colégio Tipo B. Tivemos acesso ao Ginásio Tipo 1 e Ginásio Tipo 2. Analisamos o primeiro pelo fato do segundo ser um internato, além do que o primeiro modelo é o que mais se assemelha ao prédio do Ginásio Picoense, conforme as plantas das figuras 32 e 33 apresentam:

Figura 32: Planta baixa ginásio tipo 1 do INEP



Fonte: Diretoria do Ensino Secundário (1958).

Figura 33: Planta baixa Ginásio Picoense (1960)



Créditos: Rafael Nobre (2019).

A estrutura do Ginásio Tipo 1, figura 32, segundo o projeto do governo federal, refere-se a “um externato misto com capacidade para 200 alunos” (INEP, 1958), sendo pensado para futuros acréscimos e adaptações. O prédio prevê área de circulação descoberta, quatro salas de

aula de 50m² para comportar 50 carteiras individuais, ou 25 carteiras duplas, admitindo no máximo até 60 alunos em uma sala de aula.

O espaço do edifício foi planejado, enviado ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, e adaptado ao terreno local. As adaptações foram ajustadas para o ginásio de Picos, principalmente pelo acréscimo de mais quatro salas de aula em local que era proposto no projeto para ser galeria aberta. Supomos que isso tenha sido feito pela previsão no acréscimo de alunos, o que permitiu ao GEP capacidade para comportar 400 alunos. Além disso, foi acrescentado no projeto um corredor de circulação na frente das salas por todo o prédio, bem como um auditório.

Ao longo dos anos, alguns espaços do GEP tiveram utilização diferente daquilo que foi pensada na construção do prédio. Nele, a secretaria da escola ficava do lado esquerdo do portão de entrada, ao lado sala dos professores. Quando assumiu a direção do ginásio, o Capitão Camelo promoveu algumas mudanças na funcionalidade dos espaços do prédio, invertendo, por exemplo, os espaços da secretaria e da sala dos professores.

Leal (2019), que foi secretária do ginásio na época dessas alterações no setor administrativo, relata “que os professores não saíam da secretaria, praticamente não ficavam na sala deles”. Supomos que isso se deve a não internalização da mudança do espaço pelos professores, de modo que a secretaria, embora tivesse ocupado o espaço que antes era deles, ainda estava representada no imaginário destes como espaço destinado aos docentes.

Essa decisão da direção talvez tenha ocorrido por que na antiga sala dos professores (agora secretaria) havia uma janela que dava acesso ao hall de entrada, o que facilitaria o atendimento do público externo pela secretária, que geralmente é o setor da escola que mais lida com o público externo ao ginásio e evitava grande movimentação, uma vez que, geralmente, havia a guarda de documentos importantes da escola. Por outro lado, essa mudança isolava os professores no espaço onde ficava a secretaria, cuja intenção poderia ter sido dar aos docentes um ambiente possivelmente mais tranquilo, para elaboração e correção de atividades.

Outra alteração ocorreu ainda em 1960, quando o prédio estava recém ocupado, diz respeito ao horário de funcionamento, uma vez que o GEP passou a não funcionar mais à tarde, tendo suas atividades transferidas para o período matutino. Entendemos que isso se deu por dois fatores: o primeiro relacionado à nova localização do ginásio, pois era mais longe, o que podia fazer com que os alunos chegassem mais cansados no período da tarde, tendo em vista que, na década de 1960, ao contrário da década anterior, a maioria do alunado provinha

da área rural e de municípios próximos à Picos, que ainda não tinha ginásios; além do fato de que, pela manhã, era mais frio e a região onde foi construído era praticamente inabitada.

Associado à mudança de horário, ocorreu um conjunto de alterações na forma como GEP se apresentava para sociedade, como na mobília, inclusive as carteiras, que passaram a ser individuais e não mais bancos duplos ou triplos. Também houve alteração do uniforme, pois, segundo Rocha (2019), no “prédio novo, as mangas do dia a dia eram curtas”. As carteiras do ginásio passaram a ser iguais ao do modelo na figura 34:

Figura 34: Carteira utilizada no GEP entre 1960-1969



Fonte: Acervo fotográfico Lourdes Lima.

No final da mesma década, as carteiras voltam a ser um conjunto, cadeira e mesa, dessa vez desmembrada, produto de uma política educacional do Estado, pois praticamente todas as escolas estaduais do período possuíram mobília nesse formato. A intencionalidade pedagógica da carteira individual facilitava a disposição dos alunos nas turmas, não sendo utilizado somente o critério do sexo, uma vez que os alunos não sentariam mais juntos. A figura 35 nos mostra a turma da 3ª série ginásial de 1960, possivelmente no horário do recreio, visto que é possível perceber que os alunos estão descontraídos.

Figura 35: Sala de aula GEP 1960

Fonte: Ivete Cardoso.

O espaço do prédio servia para conformar esse modelo de separação, de forma que o pátio central servia como referência. Partindo do portão principal, no bloco onde ficavam a secretaria e a sala dos professores, estavam as salas de aula masculinas. Em frente a estas, do outro lado do pátio central, estavam as salas de aula femininas. Embora houvesse predominância de turmas separadas por sexo, quando havia excesso no número de alunos, os menores eram distribuídos pelas turmas. Essa forma de organização era mais comum nas duas primeiras séries do ginásio por haver mais alunos.

Somente na gestão do diretor Luís Pereira de Sousa (1967-1973) haveria a predominância de turmas mistas e mesmo assim, segundo Rocha (2019), que foi professora entre 1967 e 1969, “[...] a sala de aula era dividida ao meio entre homens e mulheres”. A disposição dos alunos pelo espaço do prédio impõe o modelo de controle e disciplina que a instituição pretende inculcar.

No que diz respeito aos espaços abertos, convém que estes são geralmente utilizados para atividades cívicas, eventos festivos e desportivos. O pátio do novo edifício, que ficava ao centro, possuía várias funções, inclusive a de quadra para prática de esportes e ensaio para o 7 de Setembro, além de realização de campeonatos de vôlei.

Na educação física, as mulheres tinham uma professora, Maria das Dores Xavier de Oliveira, conhecida por Dorinha Xavier, e praticavam educação física no pátio. O objetivo era

evitar que homens e mulheres se encontrassem na hora do recreio e nas aulas de educação física, pois esta última era vista mais como um momento de lazer do que de prática de atividades desportivas. Dessa forma, auxiliados pelo imenso espaço que o prédio novo dispunha, era possível que Dr. Fonseca ministrasse aula aos homens, e a contratação de uma professora para cuidar das meninas.

Quando coincidia de ter educação física para os homens no mesmo dia e horário que era destinado ao público feminino, as mulheres eram levadas para o auditório por causa do fardamento curto e a exposição destas ao sexo oposto. Mesmo assim, “os rapazes, por vezes, escondidos e pelos cobogós e janelas do auditório, espionavam a aula das mulheres, como uma espécie de flerte” (MOURA 2019).

No final da década de 1960, surgiu uma disputa em torno da posse do prédio entre o estado do Piauí e o município de Picos. Em 1959, como foi dito anteriormente, o Estado mudou sua política e iniciou um processo de interiorização do ensino secundário, inicialmente com a oficialização de alguns ginásios, sendo essa política educacional consolidada pela criação e construção de outros estabelecimentos pelo estado.

Nesse contexto, o GEP foi oficializado em dezembro de 1961. Nesse sentido, o Estado iniciou articulação para incorporar o estabelecimento e todo o seu patrimônio, em especial, o prédio. Em meio a esse processo de estadualização, o município percebeu que poderia ficar com o prédio, visto que foi construído pelos esforços municipais. Dessa forma, iniciou-se um debate político em torno da doação do patrimônio, no qual foram levantadas questões relacionadas à clareza na associação ou dissociação da instituição GEP com o prédio que o abrigava.

Desde o começo da criação do GEP, a intenção do município de Picos era que o Estado não só tivesse criado, mas que mantivesse o ginásio, tanto que houve algumas tentativas, especialmente nas gestões dos prefeitos Justino Luz e Helvídio Nunes, que fizeram apelo aos governadores para que ficassem com a escola. O que mudou, nesse contexto, não foi a ideia de o município ficar com a instituição, mas, aos poucos, percebeu que poderia usar o enorme prédio para outros fins, como abrigar outras escolas e órgãos do município.

A transição entre Estado e município foi consolidada em 1963, durante o governo Petrônio Portella. Porém, o município ainda relutava em transferir, em meio ao processo, o prédio que abrigava a instituição. Diante dessas circunstâncias, o prefeito João de Deus Filho (UDN) cedeu temporariamente o prédio ao governo do estado em julho de 1963, até que esse pudesse construir um para tal fim. Na narrativa do ex-aluno Dimas Leopoldo Lelis,

O ginásio passou para o Estado, mas o prédio permanecia da prefeitura. Quando eles estavam passando o ginásio para o Estado, porque a prefeitura não tinha condições de manter, o velho Tônico Rufino, que era vereador me disse: - Dimas vai ter umas sessões na Câmara de vereadores sobre o ginásio. E tem vereador que quer dar o prédio ao Estado também. Aí fiquei na dúvida, como é que pode dar o ginásio se não dá o prédio? O prédio não é o Ginásio? Ai eu falei: - Não Sr. Tônico, o prédio é onde funciona o Ginásio, são duas coisas diferentes, o prédio é da prefeitura, tenho certeza. Aí ele disse: - Pois eu vou votar pra prefeitura ficar com o prédio e o Estado se quiser que faça. Tem dinheiro. Quando ele votou, ninguém estava esperando, e o prédio ficou para a prefeitura, por esse detalhe. (LELIS, 2019)

Nessa narrativa, o entrevistado menciona que houve uma votação na câmara municipal de Picos para passar o prédio que abrigava o ginásio para o Estado. Em 1965, o ginásio já estava incorporado ao Estado, porém, a ocupação do prédio ainda era motivo de debates entre Estado e município. O que se percebe é que ainda havia pouca clareza na relação entre a instituição e o espaço que a abriga.

Desse modo, gradativamente, o município foi despertando a ideia de que o prédio era necessário e que não podia arcar com os custos de novas construções, por isso almejava ficar com a edificação. No entanto, não houve questionamentos pelo poder público municipal em transferir as responsabilidades sobre a instituição para o Estado.

Neste mesmo ano, foi apresentado um projeto sobre este assunto pelo vereador Absolon de Deus Nunes, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo. Este vereador era ligado também por laços de parentesco com o então deputado estadual Helvídio Nunes. Na sessão do dia de 05 de março de 1965,

[...] pediu a palavra o vereador Absolon de Deus Nunes. O outro projeto que faz doação ao Estado do Piauí, leu também mensagem do governador Petrônio Portela, dizendo que na próxima sessão apresentaria projeto que faz doação do ginásio ao estado, dando os agradecimentos dos feitos aqui em Picos, pedindo que não ficasse só nisso, e que dentro de breve fundasse um curso científico (PICOS, 1965, p.165).

Na sessão do dia 12 de março, “[...] pediu a palavra o senhor vereador Absolon de Deus Nunes para dar sua atitude de não mais apresentar seu projeto que diz respeito ao ginásio” (PICOS, p. 167, 1965), de modo que o projeto do vereador que doaria o prédio do GEP para o Estado foi retirado da pauta, talvez por pressão do então prefeito João de Deus Filho e dos vereadores governistas, já que se tratava do maior prédio que o município dispunha naquele momento.

Supomos que essa disputa em torno do prédio foi um dos motivos que levaram o governo do estado a construir um novo prédio entre 1969 e 1970. Além disso, procurando praticidade no funcionamento do sistema educacional que se formava no Piauí a partir da década de 1960, o governo planejava políticas e atentava para os resultados, bem como para sua repercussão. Tudo se convertia em dados, uma vez que a estatística consolidou seu espaço nas políticas educacionais, valia-se da quantidade de alfabetizados, quantidade de professores em atuação, quantidade de professores formados e quantidade de salas de aulas construídas.

A figura 36 mostra a notícia: “80 salas de aula para o ensino médio”, da época da inauguração dos novos prédios escolares pelo Piauí.

Figura 36: Inauguração de escolas pelo governador Helvídio Nunes (1970)



Fonte: Jornal do Piauí, 11 de Abril de 1970, Ano XIX, nº 3037, p.1.

A notícia do Jornal do Piauí, apresentada na figura 36, tem como manchete, trazida na primeira página: “80 salas de aula para o ensino médio”, trata-se do Colégio Marcos Parente, em Picos, e Lima Rebelo, em Parnaíba, equipados com material da melhor qualidade” (80 SALAS DE AULA PARA O ENSINO MÉDIO, 1970, p. 1.), produto de uma política pública de modernização da estrutura arquitetônica das escolas estaduais. Consistia também na padronização do modelo das escolas de ensino médio pelo estado, assim como, outrora, foi feito com os grupos escolares.

Durante o governo Helvídio Nunes de Barros (1966-1970), foi dada continuidade à política de expansão da rede pública de ensino médio iniciada no governo Petrônio Portela, mencionada no capítulo anterior. Deu-se início, entre 1968 e 1969, à construção de quatro novos e modernos prédios, para o período, em Teresina, Campo Maior, Parnaíba e Picos, inaugurados entre fevereiro e abril de 1970 nos respectivos municípios.

Os livros de atas de matrículas e resultados apontam um crescimento vertiginoso no número de alunos, principalmente com a abertura do científico e do ginásio noturno, cujo principal público era o aluno trabalhador. Isso pode ter contribuído para a construção de um novo prédio que comportaria a grande quantidade de alunos, visto que o governo estimava que funcionassem os três turnos e que poderia comportar até três mil alunos. No ano letivo de 1968, no prédio localizado na Rua Monsenhor Hipólito, já funcionavam os três turnos e possuía o curso científico, bem como dividia espaço com a recém-criada Escola Normal Oficial de Picos, desde 1967.

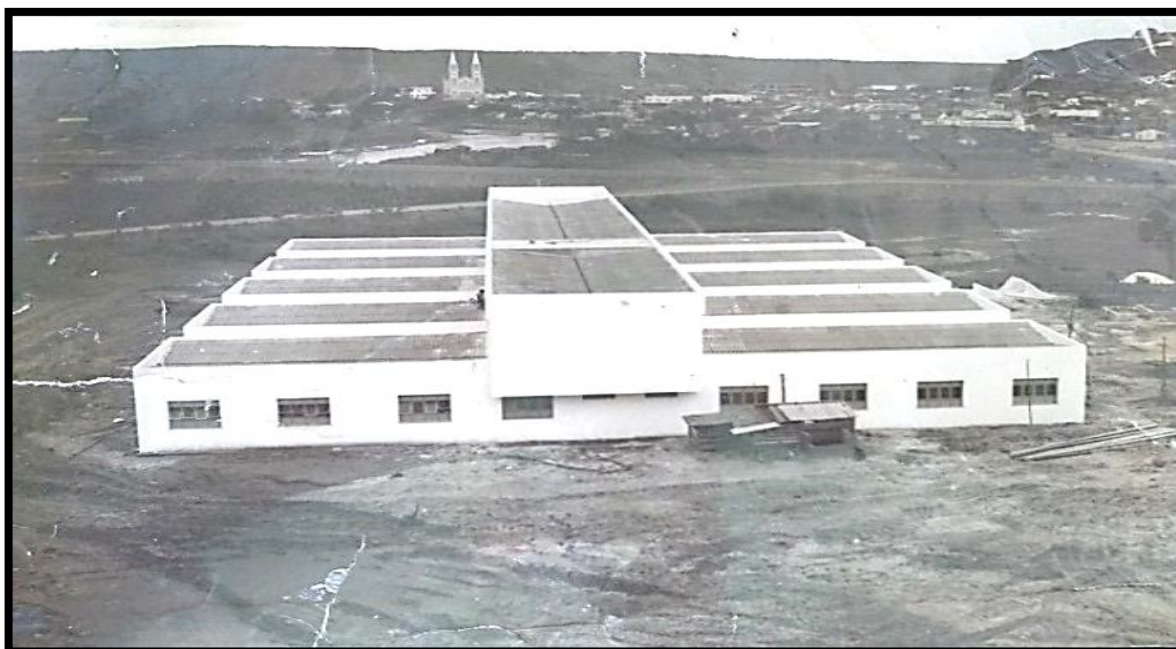
Um fato importante que podemos relacionar à mudança do prédio da Rua Monsenhor Hipólito para as imediações do que corresponde ao atual bairro Bomba foram as várias enchentes dos anos de 1960, visto que o prédio da referida rua ficava bem próximo ao rio Guaribas, com risco de ser atingido pelas cheias que se alternavam décadas a fio. Dessa forma, o novo prédio foi construído em um terreno em cima de um pequeno morro, conforme figuras 37 e 38 mostram. Este terreno foi doado à prefeitura e posteriormente ao Estado pelo senhor Francisco Almeida Guimarães, funcionário da receita estadual e empresário na região, com laços de parentesco com Helvídio Nunes, na época governador do estado.

Figura 37: Localização do prédio do GEP (1970)



Fonte: Museu Ozildo Albano.
Créditos: Foto Varão.

Figura 38: Prédio do Ginásio visto por trás 1970



Fonte: Museu Ozildo Albano
Créditos: Foto Varão

A enchente de 1960 fez com que houvesse migração significativa para as áreas mais altas da cidade, notadamente os morros, formando os atuais bairros Aerolândia e Morro da Mariana. O primeiro recebeu grande parte das pessoas que se consideravam elite, e o segundo

abrigou a população pobre. Esse fato fez com que a população se dispersasse e surgissem novos bairros, além do centro. A figura 39 mostra a vista da área central da cidade em ruínas por causa das cheias. O ex-diretor Raimundo Camelo conta que, antes de ser diretor, esteve em missão no município por causa das cheias. “Caiu 1118 casas ou foi 118, algo assim. Sei que foram muitas casas. Lá em Picos, nesta missão, permaneci de uns 15 a 20 dias. A situação de Picos era muito triste, calamitosa. Contudo, não morreu ninguém” (VASCONCELOS, 2019).

Figura 39: Enchente de 1960



Fonte: Museu Ozildo Albano
Créditos: Foto Varão

A construção do novo edifício também pode ter tido relação com o fato de o governador ser de Picos, uma vez que, usando de sua influência política, pode ter inserido Picos entre os municípios contemplados dentro dessa política de construções escolares para o ensino médio no final da década de 1960.

Embora tenha sido inaugurado o novo prédio, a situação da sede anterior não encontrou solução dentro do recorte estudado, visto que não localizamos nenhuma documentação relacionada à solução sobre a posse do prédio entre Estado e município, visto que, mesmo com a inauguração de um prédio novo, o que estava localizado na Rua Monsenhor Hipólito não perdeu sua utilidade e recebeu a denominação de “Anexo Estadual

Marcos Parente”, funcionando as turmas noturnas e o curso científico, passando a abrigar algumas turmas primárias de escolas municipais e estaduais, como as do Grupo Escolar Justino Luz II e a Escola Noturna São José Operário, o que mostra também que, no final dos anos de 1960, a demanda pelo ensino primário e secundário em Picos havia crescido bastante.

A última sede que abrigou o ginásio foi inaugurada em março de 1970, construída pelo Governo Estadual, um prédio moderno para o período, com rampa, auditório e 20 salas de aula; porém, em um espaço, até então, não habitado na cidade (atualmente corresponde ao Bairro Bomba), às margens da rodovia estadual que ligava o município de Picos à Bocaina, conforme figuras 40 e 41.

Figura 40: Inauguração do prédio do GEP em Março de 1970



Fonte: Cristina Varão.

Figura 41: Governador Helvídio Nunes na inauguração da quarta sede do GEP (1970)



Fonte: Joaquim da Silva Neto/ Mury Campos.

Podemos ver, na figura 40, a ação política que fica explícita na faixa de inauguração posta na fachada da escola com os dizeres “A U. E Marcos Parente é fruto da coragem e abnegação de homens esclarecidos”. O objetivo da faixa era justamente exaltar as pessoas, no caso a elite política, que trouxeram um prédio “arrojado” e “moderno” para os padrões do período, por conta da abnegação e da inteligência de seus governantes.

A figura 41 mostra a alta cúpula do governo do estado, o governador Helvídio Nunes, o vice-governador João Clímaco de Almeida, deputados e políticos da região, prestigiando a inauguração do novo prédio. Ao centro, com o microfone e papel, um aluno da escola faz pronunciamento de recebimento da obra. Notamos, assim, que o edifício foi construído dentro de uma política estadual de educação.

A área que liga hoje os bairros Bomba e Ipueiras, chegando ao município de Bocaína, era inabitada. Além de valorizar as terras da região, a instituição relacionada à cidade, conforme Magalhães (2004), inseriu-se em um processo de urbanização, de modo que incentivou a ocupação dessa área do município de Picos, pois se tratava da primeira construção pública naquela região.

Essa localização, inicialmente, dificultou o acesso de alunos e professores. A professora Remédios Carvalho informa que “quando mudou o ginásio pra Bomba, eu ia de

carona com Inácio Baodoíno, muitos anos”. Tendo em vista a distância do resto da cidade, os alunos, em sua grande maioria, faziam o trajeto a pé.

Figura 42: Construção da quarta sede do ginásio de Picos



Fonte: Museu Ozildo Albano

Figura 43: Colégio Estadual Marcos Parente logo após sua inauguração na década de 1970.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Não é uma construção com arquitetura similar à que foi construída pela Prefeitura de Picos, com planta desenhada pelo engenheiro e deputado Marcos Parente. O novo edifício, apresentado nas figuras 40, 41, 42 e 43 esteve inserido em uma política educacional do Piauí para construção de vários edifícios escolares por todo o estado. Visando melhor compreensão e a título de comparação apresentamos, nas figuras 44 e 45, os edifícios do Colégio Estadual

Lima Rebelo, de Parnaíba, e do Colégio Estadual de Campo Maior, construídos em 1968 e 1969, respectivamente.

Figura 44: Colégio Estadual Lima Rebelo
– Parnaíba PI (1970).



Fonte: Parnaíba antiga.

Figura 45: Colégio Estadual de Campo
Maior Campo Maior- PI.



Fonte: Acervo da escola.

Observando a estrutura dos três edifícios, é possível notar que tanto os prédios de Campo Maior e de Parnaíba quanto o edifício do Colégio Estadual Marcos Parente (Antigo GEP) são projetos idênticos. As três escolas que aparecem nas figuras 43, 44 e 45 são construções caracterizadas por terem um formato de uma grande caixa suspensa por pilares, sem muros e com rampas, típicos da arquitetura de vertente modernista.

Além da semelhança física, é necessário esclarecer que tais edifícios foram construídos e inaugurados na gestão do governador Helvídio Nunes de Barros, natural de Picos. O projeto dos três prédios era do Secretário de Viação e Obras Públicas, Adalberto Correia Lima. O modelo arquitetônico de construir escolas varia de governo para governo, sendo que o Estado tenta de forma implícita deixar sua marca, a marca de um governo. Nesse sentido, a arquitetura é uma linguagem recorrente nessa tentativa do Estado de se perpetuar, sendo a construção de escolas uma ação privilegiada.

O quarto edifício destinado ao antigo Ginásio Estadual Picoense, agora Colégio Estadual Marcos Parente, dá uma nova conformação à identidade da escola. Novamente, há alteração na mobília e no uniforme, o qual, agora, opera com uso de uma logomarca (figura

46) no peito esquerdo, com as armas² do governo do estado. Além disso, o uso das armas do Estado simboliza a ideia de pertencimento do GEP à rede oficial do Piauí.

Figura 46: Brasão do Ginásio 1970



Fonte: Lourdes Leal (2019).

O novo prédio é caracterizado por formas retangulares e pelo uso de rampas, sendo composto por 20 salas de aula, no pavimento do térreo; pelo setor administrativo, no pavimento superior, para o qual se dava acesso por meio de uma rampa; e por dois pátios internos.

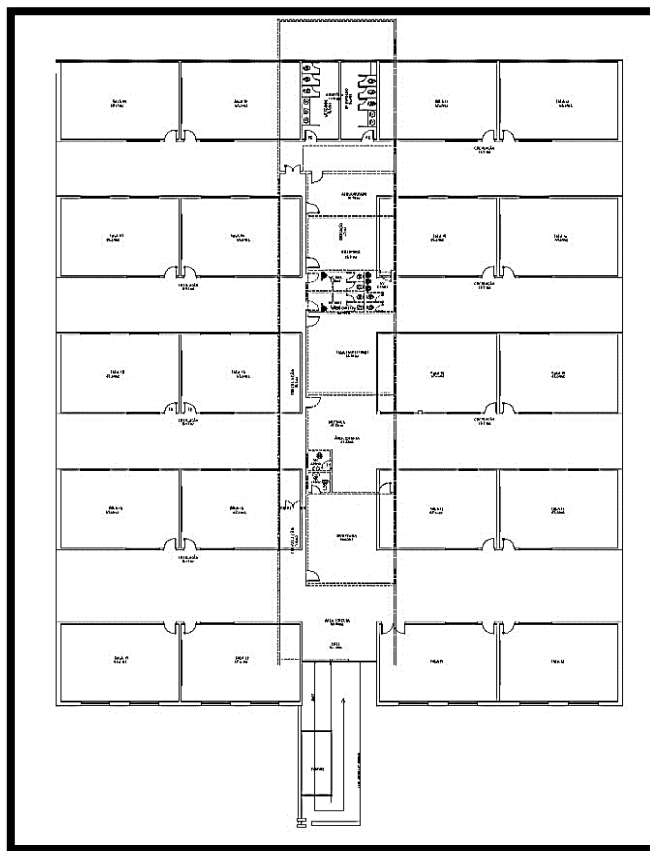
² Estas armas apareciam no peito esquerdo do uniforme do estudante e o nome da escola destacado de azul.

Figura 47: 4ª série ginásial no novo prédio (1970)



Fonte: Maria de Lourdes Leal (2019).

Fazemos a leitura dessa estrutura como uma manifestação de poder, pelo fato da rampa estabelecer também um critério de separação entre alunos e corpo administrativo, pois no térreo ficavam apenas as salas de aula e no andar superior ficavam a secretaria, a diretoria, o banheiro dos funcionários, o almoxarifado, a sala dos professores, a biblioteca e o auditório, respectivamente.

Figura 48: Planta baixa do ginásio 1970

Créditos: Rafael Nobre (2019).

Segundo Rocha (2019), que também foi professora da escola, os professores, mesmo havendo uma sala destinada a eles no pavimento superior, preferiam o térreo, pois “ficavam em baixo da rampa, e era muito cansativo ficar subindo e descendo aquela rampa. Colocávamos nossas cadeirinhas e lá ficávamos até o horário de entrar em sala”. Isso fez, pela cultura empírica, o espaço ser reconhecido pelos sujeitos como sala dos professores, e o não reconhecimento da sala que foi construída para os docentes no andar de cima do prédio.

A partir da leitura do trabalho de Costa (2017), percebemos que a construção do novo prédio se insere em um momento de expansão no estado de construções sob a égide do modernismo na arquitetura, caracterizado pela volumetria simples e o uso de concreto armado, o que possibilitou a construção de um segundo pavimento, de linguagem simples e atraente. Esse modelo de construção de prédios públicos no Piauí, em especial as escolas, ganha notoriedade até o final da década de 1970.

No espaço destinado às salas de aula, as carteiras continuam individuais, porém, agora, como fazia parte de uma rede estadual de ensino médio, houve padronização tanto no uniforme quanto na mobília em todas as escolas estaduais de curso médio. A carteira passou a

ser um conjunto: mesa e cadeira, recebendo um formato mais anatômico, especialmente no formato das costas, conforme figura 49.

Figura 49: Carteira escolar (1970)



Fonte: Lourdes Leal (2019).

As salas de aulas amplas, com capacidade para cinquenta alunos, a implantação de rampas e a abolição inicial dos muros refletem a forma do poder público pensar a educação, pois foram muito comuns, à época, construções de prédios públicos com essas especificações. Para Costa (1952), a arquitetura é mais que uma construção, é algo com objetivo de ordenar e organizar o espaço para determinada finalidade, visando determinada intenção.

Devemos reconhecer, assim, que a arquitetura tem um programa específico para o uso do prédio público. Os prédios escolares eram construídos em regime de cooperação entre as secretarias de educação e obras públicas, visto que era necessário o entendimento sobre a distribuição do espaço e a sua intencionalidade pedagógica, pois “o programa arquitetônico previa funções específicas para cada espaço” (SCHIMMELPFENG, 2005, p.141). O espaço educativo “[...] refletiu obviamente as inovações pedagógicas tanto em suas concepções gerais como nos seus aspectos técnicos” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO, 2001, p. 26).

Com relação aos usos dos espaços neste edifício, a ex-aluna Maria de Lourdes Leal, que foi aluna na época da mudança de prédio, relata que a escola

Contribuiu muito para a cultura e a diversão: na quadra, eram realizadas quadrilhas, ensaiadas e bem apresentadas; torneios esportivos entre os alunos; festas de Colação de Grau do ginásio; o reisado, organizado pelo diretor, professores e alunos (alguns alunos eram membros integrantes do

grupo de reisado). No Auditório, havia muita festa dançante (matinal e vespéral); shows de calouros, inclusive incentivados pelos professores. Eles observavam os alunos que tinham um dom artístico e os conduziam até o palco do auditório para que eles pudessem cantar. No prédio do bairro Bomba, estudei três anos, tudo era novo. As carteiras eram bancadas com apoio para a escrita, e local para colocar o material escolar; além de que as cadeiras eram separadas. A disposição das salas de aula era unissex. Nesse período, no turno da manhã, havia distinção na lotação da turma “A”, que era masculina, e da turma “B”, que era feminina. A turma “C” era mista. No turno da tarde, só existia uma turma, a “D”, que era mista; À noite, também só existia uma turma, a “E”, também mista. O ambiente que eu mais gostava era a sala de aula e o pátio, entre uma sala e outra, pois nos intervalos ficava conversando com os colegas, trocando informações sobre conteúdos, provas e outros assuntos. Gostava de merendar fora do colégio, lembro-me de dona Cota e o Cearense, que proporcionavam o encontro com outras turmas, com um bate-papo mais à vontade (LEAL, 2018).

O prédio inaugurado em 1970 refletia uma nova concepção de escola no estado e em Picos, pois necessitava se renovar, tendo em vista que já não era a única escola secundária do município, mas ainda era a que possuía maior contingente de alunos, de modo que era necessário que fosse reconhecida em meio às demais.

Nos quatro edifícios ocupados pelo ginásio, especialmente nos dois últimos, os espaços foram pensados conforme o currículo, o alunado e os valores de cada período, bem como suas inovações contemporâneas, incluindo os “modernos” preceitos da pedagogia do período. Nesse sentido, Viñao Frago e Escolano Benito (2001) afirmam que a materialidade do edifício institui “um discurso [...], um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos da aprendizagem sensorial e motora que cobre diferentes símbolos” (VINÃO FRAGO; ESCOLANO BENITO, 2001, p. 26).

Esse discurso da materialidade pode inclusive suprimir valores estéticos, ideológicos e culturais. Impor comportamentos definidos pela instituição em seus espaços, a forma de sentar na cadeira, o não uso do uniforme em ambiente que descaracterizasse a escola e os castigos impostos aos desobedientes ao discurso são alguns exemplos. Percebemos que em cada edifício o Ginásio Picoense renovou seu discurso e a forma como se apresentava para a sociedade de Picos, pois “[...] a materialidade da escola tem significado não apenas para a própria instituição, mas para os moradores e instituições” (WERLE, 2001, p. 117) que a cercam.

3.2 Eis os que vamos vestir: o uniforme escolar

Partimos do pressuposto de que a identidade escolar é caracterizada por formas de apresentação da instituição para a sociedade. Com base nisso, dentro da materialidade do GEP, estiveram os uniformes escolares, principal vestimenta do ginásiano. Esse artefato da cultura escolar fez com que facilmente os ginásianos fossem reconhecidos pelas ruas da cidade.

O uniforme se relacionava com a cidade, apresentando as instituições para o cenário urbano. Em Picos, na década de 1950, “durante o dia, o vaivém dos colegiais fardados dava um certo colorido e movimentava as ruas quietas da cidade” (DUARTE, 1995, p. 61). Assim, o uniforme era o cartão de apresentação do GEP por meio de sua mocidade estudiosa. E

Entre os objetivos da escola, ao estabelecer uma indumentária modelo, padronizava a vestimenta, de modo a fazer com que o ginásiano economizasse outras roupas. Além disso, devemos atentar também para a representação social desta vestimenta, sua simbologia e a leitura feita pelos sujeitos. Nessa acepção, Lonza (2005) atesta que o uniforme caracteriza e distingue, pois “todos se uniformizam para melhor caracterizar sua categoria ou função dentro de um contexto pré-determinado e diferenciá-la das outras” (LONZA, 2005, p. 18).

Em 1950, quando o GEP iniciou suas atividades, também foram apresentados à sociedade do município seus primeiros uniformes. Havia dois tipos de uniforme, um para uso no cotidiano da escola e outro para os momentos de gala, como colação de grau, desfiles cívicos e campeonatos desportivos. Não há relatos de que, na década de 1950, tenha existido um uniforme específico para educação física, o que só ocorreu na década de 1960, talvez porque, quando o GEP mudou do Grupo Escolar para as casas alugadas por falta de espaço, não havia a prática da mesma como foi dito anteriormente.

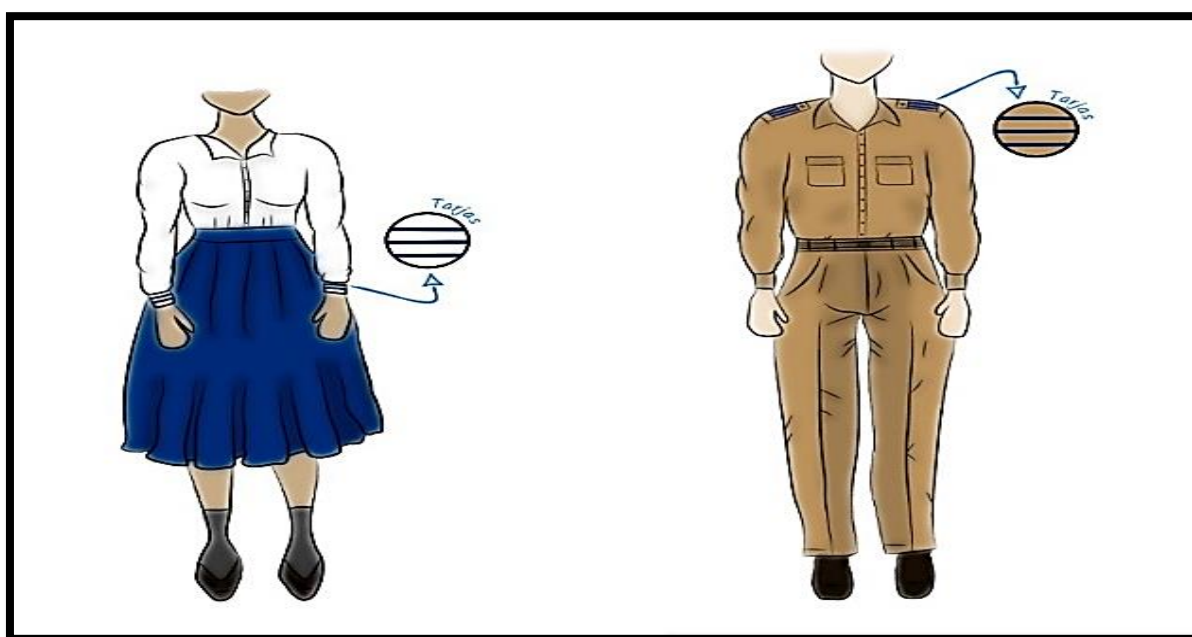
Andrade e Santos (2016, p. 15) nos esclarecem que, “por meio da história dos uniformes estudantis, é possível reconhecer mudanças institucionais e do ensino, assim como as transformações políticas e os costumes da sociedade”. A trajetória dos uniformes do Ginásio Picoense esteve relacionada tanto à mudança de identidade na instituição, simbolizada pelas sucessivas mudanças de edifícios, quanto à reconfiguração dos valores da sociedade picoense ao longo dos anos. O edifício e o uniforme são alguns dos principais elementos que a instituição utiliza para se mostrar para a exterioridade.

O uniforme do GEP durante a década de 1950 esteve assim organizado:

O uniforme do homem era uma roupa caqui, no início tinha uma manga comprida com uma “lapera” [tarjas]. Quem era da primeira série era uma [...] E nós meninas tínhamos uma manga comprida [...] a saia era azul de prega e de algodão. Não tinha símbolo, era só a camisa mesmo (ROCHA, 2019).

A partir das fotos e dos relatos dos ex-alunos, fizemos um levantamento digital no programa *Corel Draw*, com um auxílio de um profissional do design, de como seria organizado esse uniforme em cada período. As figuras 50 e 51 apresentam a indumentária utilizada pela escola durante seus primeiros anos de funcionamento.

Figura 50: Uniformes do GEP década de 1950



Créditos: Joquebede Freire.

Silva (2015) nos diz, a partir do exemplo dos uniformes paulistas da primeira metade do século XX, que as cores caqui, azul e branco faziam os alunos trazerem, no corpo, o caráter nacionalista e militar, entre o período de 1950 e 1970. Nesse período, o uniforme do ginásio em Picos sofreu algumas alterações quanto ao tamanho das mangas e ao tamanho das saias, porém essas cores se conservariam até meados de 1970.

Figura 51: Turma 1953-1956 (1º Uniforme do GEP)



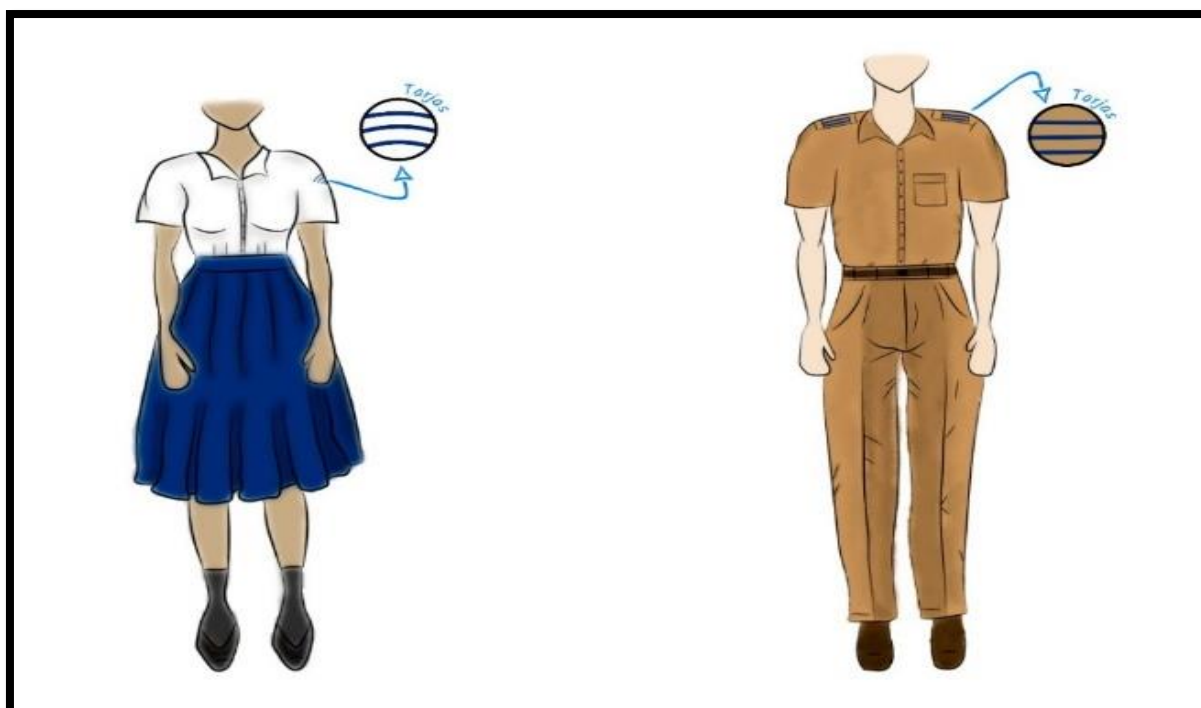
Fonte: Cristina Varão.

O uso da cor branca pelas meninas não estava relacionado somente à higiene e às questões cívicas, mas revelava também “um desejo de conter os movimentos e práticas corporais que provocariam sujeiras facilmente visíveis. A exposição ao vexame por desmazelo e a consequente repressão”. (VAGO, 2002, p. 162-163) seriam facilmente aplicados como forma de punição, o que gerava uma autocensura e controle pelas alunas.

No início da década de 1960, os uniformes masculino e feminino sofreram alterações, porém ainda conservando as cores da época da inauguração do GEP. No uniforme masculino, foi diminuído o tamanho da manga e houve alteração no tamanho da saia das meninas, bem como o local das tarjas que identificavam a série, antes apresentadas no punho, agora nas mangas.

Supomos que isso tenha ocorrido pela mudança no horário de funcionamento do GEP, que, conforme dito anteriormente, em 1960, passou a funcionar somente no turno da manhã em uma área mais distante da cidade, o que fazia com que os alunos necessitassem de uma indumentária que facilitasse a locomoção e facilitasse a circulação de ar pelo corpo, conforme figuras 52, 53 e 54.

Figura 52: Uniforme do GEP - década de 1960



Créditos: Joquebede Freire.

Além disso, essas mudanças no uniforme feminino estiveram também associadas à forma como a representação da mulher foi se alterando no início dos anos 1960, e também por questões de higiene, tendo em vista que Picos sempre foi uma região quente em relação a outros municípios do Piauí.

Figuras 53 e 54: Uniformes escolares da década de 1960

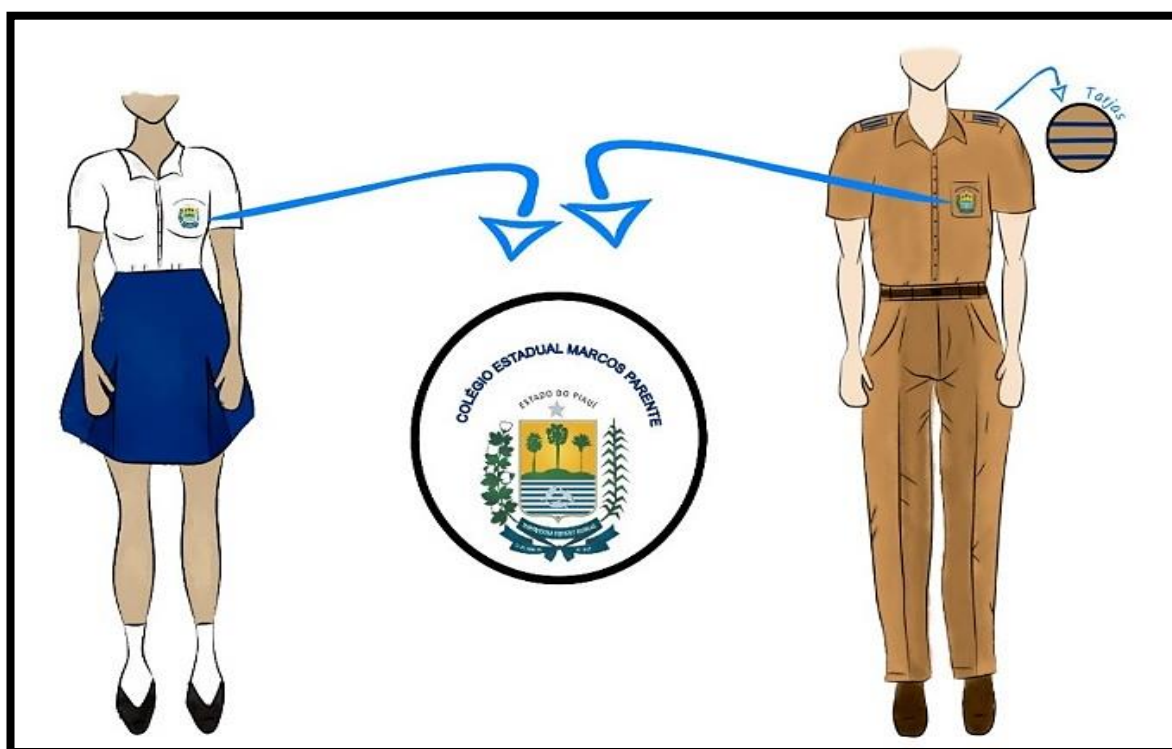


Fonte: Oneide Rocha e Museu Ozildo Albano, respectivamente.

No que respeita à higiene, Gondra (2004, p. 85) mostra que “[...] quanto à forma de vestir dos alunos, deveria basear-se nos fundamentos da medicina e da higiene, que tenham a função de vestir e proteger o corpo de modo adequado”. É necessário atentar que a noção de proteger o corpo por meio do uniforme vai além da higiene, mas está relacionada também à exposição do corpo pelos alunos, especialmente as mulheres. Essa concepção de proteção está diretamente ligada aos valores do período.

Conforme a figura 55 mostra, a partir de 1968, as camisas já apareciam com o escudo das armas do governo do estado, pois o ginásio já era oficializado, já denominado de colégio. O GEP não possuiu nenhum escudo até sua incorporação ao sistema estadual em 1963, o que o diferenciava das demais escolas, especialmente da Escola Técnica de Comércio. Ou seja, no fardamento, não havia prática do uso de emblemas até a oficialização. A simbologia do uniforme conseguia repassar para sociedade os valores e a propaganda da instituição que o vestuário representava.

Figura 55: Uniformes escolares do GEP - década de 1970



Créditos: Joquebede Freire.

Além do aspecto higiênico do uniforme, a organização está presente na configuração da roupa: havia tarjas para determinar a série do aluno, o que tornava bastante prático na fiscalização do comportamento deste, especialmente no recreio, na entrada e na saída.

Figura 56: Uniformes femininos - década de 1970



Fonte: Maria de Lourdes Leal.

Na década de 1960, foi implantado um uniforme específico para as aulas de educação física ao alunado feminino, apresentado na figura 57, que, segundo Moura (2019), era caracterizado:

Por um short não curto e uma blusa branca. Na minha época, as mulheres não usavam short nem calça comprida. O nosso short era tipo uma bermuda. Dona Dorinha permitia que se fizesse educação física com o short para facilitar os movimentos e os exercícios de flexão. Ela era uma pessoa muito à frente de sua época, contudo, para ir e voltar do colégio, era que usávamos uma saia sobre o short

Pela narrativa da ex-aluna, é possível perceber que a saia era uma composição do uniforme, porém, por consentimento da professora, a saia só deveria ser usada no trajeto casa-escola, pois, à época, não era comum mulheres usarem calças ou shorts. Ao contrário do uniforme escolar, para o qual era comprado o tecido e feito por costureiras, o de educação física era geralmente comprado pronto nas Lojas Pernambucanas, que existiram em Picos entre 1950 e 1960. O não uso da saia ficava restrita aos muros da escola.

Figura 57: Uniformes femininos Educação Física década de 1960



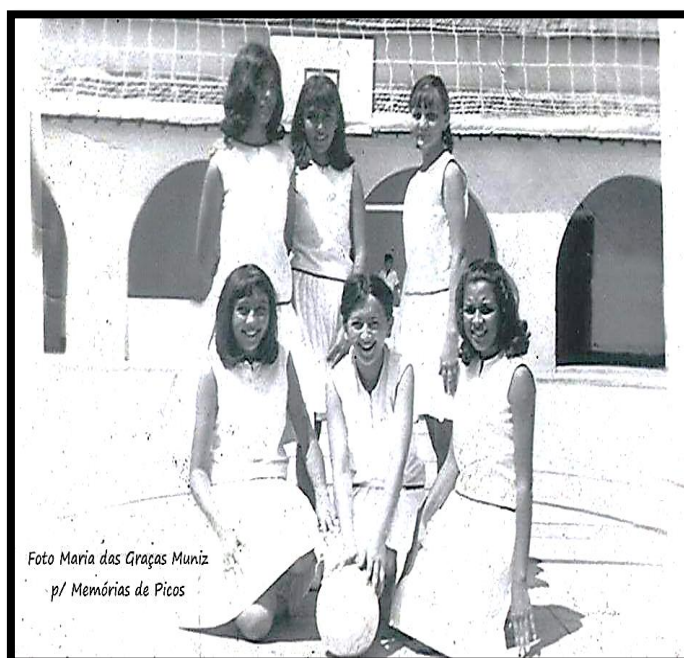
Fonte: Maria das Graças Muniz de Carvalho Araújo (2019).

Segundo Moura (2019), “dona Dorinha Xavier determinou que não dava certo a gente fazer educação física usando saia. E nas aulas dela era permitido tirar a saia. Alguns colegas iam espiar as pernas da gente”. Devemos entender que a professora não determinava, mas adequava o uso do uniforme à forma que entendia ser mais adequada para que as alunas tivessem um melhor rendimento nas práticas desportivas, que exigiam grande movimentação corporal.

Nessa prática da professora ainda havia a preservação do corpo feminino, uma vez que era mantida a saia no trajeto das alunas ginásio-residência-ginásio, bem como a separação das mulheres em local reservado, o que não impedia a transgressão dos rapazes em observarem, às escondidas, as meninas. A separação entre homens e mulheres e o cuidado em preservar o corpo feminino, evitando amostras tidas como exageradas para o período, eram regras sociais transpostas para dentro da escola, que embora com adequações feitas pela cultura empírica, não deixava de interferir na organização da instituição.

Houve ainda um uniforme de gala de educação física, conforme figura 58, que era utilizado na década de 1960 para os desfiles cívicos e campeonatos desportivos promovidos pela escola e pelo grêmio Helvídio Nunes. Na figura, aparece o time de voleibol do GEP pousando para fotografia em dia de campeonato

Figura 58: Uniforme de educação física de gala 1960



Fonte: Maria das Graças Muniz de Carvalho Araújo.

Silva (2015, p. 198) pontua que “Os uniformes estiveram presentes não só como dispositivo de controle e imposição de hábitos, mas também como objeto de moralização e de uniformização da escola”. O uniforme servia para caracterizar o aluno onde ele estivesse, pois uma vez trajado com o uniforme, mesmo em ambiente externo, ele estaria levando os valores da escola.

O detalhe da tarja nos uniformes utilizados no cotidiano era visto como aspecto de organização para facilitar não só a escola, mas também a comunidade em volta dela. Eles também auxiliavam na identificação do aluno pela série que cursava, uma vez que, segundo Silva (2015, p. 201), “os uniformes escolares fazem parte de toda uma simbologia que permeia as instituições educativas e postulam valores, normas, intenções e impregnam a relação pedagógica, sem que para isso seja necessário o discurso verbal”.

Dessa forma, é possível apontar o caráter disciplinador do uniforme e a vigilância quanto a isso por parte do ginásio. Luz (2017) relata:

O diretor do ginásio proibiu que os estudantes andassem fardados fora do horário do ginásio. Um dia me chamou ao seu gabinete e me disse que eu estava desobedecendo à portaria. Estava andando fardado o tempo todo. Tive de me explicar. [...] – Olhe, diretor, nós viemos da roça para estudar aqui na cidade, estamos comendo uma cachorra insossa. Moramos em quarto sem privada, com quatro até seis redes empareadas. Estudamos em mesa

pequena, à base da luz de lamparina, e com muita fome após meia-noite. – Então vou revogar a portaria, disse o diretor. – O senhor pode ficar certo que as bagunças na zona não são feitas por nenhum de nós. Vamos muito lá, mas à procura de mulheres que fazem caridade aos alunos pobres (LUZ, 2017, p. 175).

Na narrativa do aluno José Alves da Luz reflete a fiscalização em torno do uniforme, inclusive fora do ginásio, uma vez que alguns alunos estariam uniformizados em ambientes inadequados pelos valores preceituados no ginásio. A “zona”³ a qual o aluno se refere, era a zona do meretrício que havia em Picos e era um espaço de sociabilidade masculina bastante frequentado, sendo que, na década de 1950, grande parte do aluno era adulto. Dessa forma, dois espaços de sociabilidade eram comuns na cidade, a Praça Félix Pacheco, destinada a todos os públicos até por volta de 21h, e os bares e a zona, após esse horário para os homens “feitos”.

A fala do diretor Pe. David Ângelo Leal, em relação à proibição do uso do uniforme, nos leva a entender, nas palavras de Silva (2015, p. 198), que “o uso desse vestuário também estendia o regimento interno da escola para além de seus portões, pois os alunos onde quer que estivessem, quando uniformizados, deveriam respeitar as normas escolares”.

A determinação do diretor estava associada à construção do conceito do GEP junto à sociedade, uma vez que, se os alunos estivessem fardados, estavam carregando consigo a representação da instituição, de modo que, dependendo do local onde fossem vistos com o uniforme da instituição, poderia exaltar ou até mesmo macular a imagem. Isso porque havia lugares, em Picos, como a Zona, a Rua do Arame e as Ruas do Pé do Morro, que eram marginalizados pelo restante da sociedade. Além disso, o município de Picos possuía uma maioria católica e o fato de o diretor do GEP neste período ter sido um padre reforçava esses valores. O uniforme se tornava assim um manto sagrado e enquanto estivesse sobre o corpo do estudante, deveria levar os valores da instituição até o momento que o retirasse do corpo.

Outra questão a ser observada é o fato de o diretor ter revogado a portaria que proibia o uso do uniforme fora das dependências da escola. A fala do aluno mostra que o fator que motivou a ação revogatória do diretor foi de caráter econômico, tendo em vista que o aluno alegava não dispor de muitas roupas e que o uniforme serviria também como roupa comum, usada normalmente fora do âmbito da escola. Sendo assim:

³ Pinheiro (2013, p. 29) explica que era chamado de “zona” as ruas, do hoje conhecido bairro Bomba, que se encontravam a maioria e os mais conhecidos prostíbulos de Picos: Rua São Pedro, Rua São Vicente, Rua Coronel Raimundo Macêdo, Rua Santo Inácio, etc. Foram nestes ambientes de intensa movimentação, principalmente noturna, que vários cabarês foram instalados e que circulavam as “meninas da zona”.

[...] ao instituir o uso dos uniformes, muitas vezes justificou-se tal imposição por facilitar o acesso da clientela mais carente de recursos à escola pública [...], no entanto, o inverso também pode ter ocorrido [...] por ser um elemento obrigatório, o uniforme pode ser constituído num empecilho ao acesso à escola (SILVA, 2015, p. 211).

Ainda em relação ao uniforme dos ginásianos, pode-se afirmar que ele era um dos elementos que fazia com que a escola legitimasse a sua autoridade. Sobre esse elemento, Carvalho (2018) assevera:

A gente comprava o tecido e mandava fazer a farda do Marcos Parente [GEP] numa costureira. A roupa ficava grande no primeiro ano, e tinha que durar por três anos. No segundo, ficava num tamanho bom, mas, no terceiro, já ficava muito curta. Então, era uma coisa séria. Sapato também era pra calçar pra ir pra lá. Muitas vezes a gente ia com o sapato furado em baixo, se pisasse em alguma coisa furava o pé. E muitas vezes, quando essa farda estava comprida demais ou curta demais, eu ia para a escola pelo morro, com vergonha. (CARVALHO, 2018).

Na fala do aluno, é possível observar novamente o caráter econômico do fardamento, de modo que este deveria durar uma média de três anos. Esse caráter econômico estava associado aos custos do uniforme no mercado, pois não era comprado feito, era necessário adquirir o tecido e mandar fazer.

Além disso, esse caráter econômico poderia estar associado ao fato de que nas famílias, na grande maioria dos casos, há mais de um filho estudando. Desse modo, o uniforme seria reaproveitado entre os irmãos. Esse reaproveitamento foi mais comum entre os alunos homens, o que justifica a escolha do tecido brim pela escola, uma vez que era bem mais resistente do que o de algodão, destinado ao uniforme feminino.

É necessário esclarecer que os dois alunos citados anteriormente são de procedência da zona rural, não eram da sede da cidade de Picos. O primeiro procedia do povoado “Baixão das Abóboras” e o segundo da Bocaina. Concluímos, diante dessas evidências, que alguns alunos que se enquadraram nessa situação possuíam uma condição socioeconômica de maior dificuldade, pois as despesas com material escolar, alimentação e moradia seriam maiores por não morarem na sede, além de que os pais, em sua grande maioria, eram agricultores.

Além do uniforme padrão utilizado semanalmente no ginásio, existia o uniforme de gala, utilizado em eventos escolares, como na colação de grau e, mais especialmente, no desfile cívico de 7 de setembro, que era um momento esperado, por alunos e professores. Nesses eventos, o ginásio se mostrava para cidade. Na figura 59, vemos uma roupa de gala utilizada no desfile cívico, em 1964.

Figura 59: Uniforme de gala em 7/9/1964



Fonte: Raimunda Fontes de Moura.

No traje do desfile cívico, era colocada uma boina nos meninos e nas meninas que acompanhavam a fanfara. Além disso, as meninas recebiam uma faixa amarela com as cores da bandeira pátria. Nessa ocasião, os trajes tanto masculinos quanto femininos utilizavam as cores pátrias: azul e branco.

Figura 60: Desfile cívico, década de 1960



Fonte: Cristina Varão.

O traje de gala nos revela que este uniforme é um artefato comum na cultura escolar, uma vez que, segundo Silva (2015, p. 223), “a escola imprime sua identidade nos corpos dos alunos e desfilam seus símbolos dentro e fora da escola”. No período de estudo, ser aluno do Ginásio em Picos era de fácil identificação, tanto pelas cores quanto pelas tarjas colocadas nas mangas, visto que apontava para a comunidade o lugar de estudo e a série que cursava.

Como o Ginásio Picoense era uma instituição de grande prestígio em Picos, os alunos tinham a maior satisfação em carregar, por meio do uniforme, os valores da instituição e o orgulho por fazer parte dela. Deste modo, Chagas (2018) atesta que,

[...] o fardamento era regra cumprida por todos, indistintamente. Senti-me orgulhoso ao vestir o uniforme pela primeira vez, e, ao começar nova série, a satisfação aumentava. A propósito, no colégio e nas ruas, as pessoas olhavam para os ombros dos alunos fardados, para identificarem a série que estudavam. Experimentava-se uma sensação de conquista [...]. (CHAGAS, 2018)

Os objetos da escola fazem, por meio da memória, com que os sujeitos mergulhem e revejam no presente a escola de outros tempos, produzindo sentimentos e valores. Na narrativa do ex-aluno, percebe-se que ele se sentia honrado ao estudar em uma instituição de prestígio no período. Com isso, o uniforme era visto como um artefato que despertava o sentimento de pertencimento institucional por parte do aluno.

Assim sendo, Silva (2015, p. 224) afirma que “ao vestir o uniforme, o aluno carrega uma identidade que não é particularmente a sua, mas com a qual se relacionará por um período da sua vida. Motivo de humilhação ou de orgulho”. Entendemos que este artefato marca a vida das pessoas e, por meio dele, podemos compreender, por exemplo, a relação do sujeito com a escola onde estudou.

3.3 Entre carimbos, registros e assinaturas: a caderneta escolar

Segundo Escolano Benito (2010), os objetos não podem ser vistos como neutros, pois, uma vez incorporados às práticas, possuem significados, funções e uma simbologia específica. Os artefatos da escola não existem por acaso, mas possuem funções definidas, a exemplo da caderneta, uma ferramenta de controle do tempo, do rendimento, além de ser um veículo de comunicação entre escola e família.

Ademais, a caderneta escolar constitui-se como uma fonte histórica que pode nos mostrar elementos da organização do Ginásio Picoense no período em que este artefato foi de

uso obrigatório. A partir da análise da caderneta escolar, pudemos perceber elementos da cultura escolar do GEP, em especial organizacionais e de funcionamento. O documento apresenta elementos como horário de aulas, sistema de avaliação e regimento interno, que nos dão conta de como era a dinâmica da instituição no período.

Além disso, ao encontrar notas de empenho na Câmara Municipal de Picos e na legislação do município, bem como as normas contidas na própria caderneta, notamos que a prefeitura de Picos, embora comprasse prontas em Teresina e em Fortaleza, como foi possível ver em notas de empenho, era o aluno que pagava pelas cadernetas. Dessa forma, entendemos que, para estudar no GEP, havia uma série de custos que iam além da anuidade escolar, como livros didáticos, material escolar e a caderneta. Todos esses elementos eram adquiridos pelos alunos.

Localizamos, no percurso da pesquisa, duas cadernetas, uma datada de 1952, pertencentes a Dimas Leopoldo Lelis, aluno da 3ª série ginásial, e outra pertencente a Josué Rodrigues Leal, então aluno da 1ª série ginásial de 1961.

A caderneta não era uma especificidade do Ginásio Picoense, mas uma determinação da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. Os alunos depoentes não guardam recordações sobre a existência deste artefato após 1961. A Lei 4.204/1961, que retirou uma série de exigências dos estabelecimentos de ensino secundário do Brasil, flexibilizou o currículo e algumas regras, sendo que uma delas foi justamente a não menção do uso obrigatório de caderneta escolar pelos estabelecimentos de ensino secundário do país.

O decreto lei 4.244, de 9 de abril de 1942, que fixava a Lei Orgânica do Ensino Secundário, determinava que, em seu artigo 38: “Cada aluno de estabelecimento de ensino secundário possuirá uma caderneta, em que se lançará o histórico de sua vida escolar desde o ingresso com exame de admissão, até a conclusão, com a expedição do certificado” (BRASIL, 1943).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário estabelecia, ainda, modelos para toda a documentação escriturária para uso dos estabelecimentos de ensino secundário. Após a promulgação da Lei 4.024/1961 que fixou a primeira Lei de Diretrizes e Bases e sua legislação complementar, cada estabelecimento de ensino poderia ter seu próprio modelo de documentação e, em alguns, a caderneta deixou de ser usada.

Como a legislação apenas previa a existência de uma caderneta escolar, entende-se que cada estabelecimento de ensino secundário determinava seus usos no regimento ou se tornava uma condição no ato da matrícula. No caso do Ginásio Picoense, Rocha (2019) lembra que o artefato servia como documento comprobatório, de modo que não se exibia diariamente. Lelis

(2019) ressalta que a caderneta “era levada mensalmente para o ginásio, não era levada todo dia, deixava na secretaria e a secretária colocava a frequência e as notas e nos devolvia”.

A caderneta é um artefato importante para compreensão do contexto histórico no qual está inserida. Rosso e Teive (2018, p. 357) mostram que a caderneta escolar é “objeto de múltiplos formatos, a caderneta, enquanto elemento representante da cultura escolar, utilizada para controlar o tempo, o corpo e espaço de alunos (e mestres) no ambiente educativo”.

As duas cadernetas analisadas possuem o formato 10 cm x 7,5 cm, com uma média de 35 páginas para anotações, carimbos e assinaturas para serem dispostas no decorrer do período letivo. Entendemos que o tamanho pode ser comparado ao tamanho de um bolso de camisa, uma vez que, pela leitura da lei orgânica, seria objeto de uso diário do aluno.

Segundo os relatos, a caderneta era requisitada apenas uma vez ao mês para atualização da frequência, que era retirada dos diários dos professores, e das notas das provas, que eram deixadas na secretaria da escola. Este artefato era assinado pelo responsável do aluno e pelo diretor.

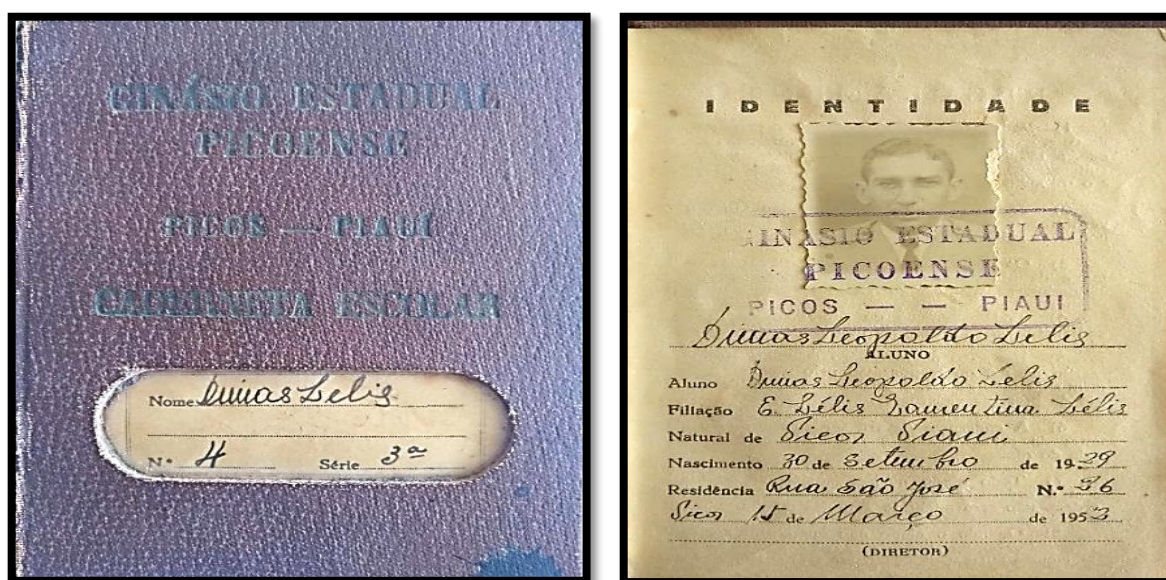
Talvez essa não cobrança diária, especialmente nos primeiros anos de funcionamento do ginásio, encontre explicação no fato de que a maioria dos alunos já se encontrava em fase adulta ou chegando nela, uma vez que, nas turmas do primeiro quinquênio da década de 1950, temos casos de alunos com 21, 30 e 40 anos de idade, que estudavam junto a jovens de 11 a 17 anos, que tinham concluído há pouco tempo o curso primário; ou seja, não havia necessidade direta do contato com a família, pois estes alunos já eram responsáveis por si mesmos.

Analisaremos, a partir de agora, a estrutura deste artefato da cultura escolar que muito poderá nos dizer sobre a organização do Ginásio Picoense. A capa da caderneta de 1952 apresenta cor vermelha, com a denominação do estabelecimento em letras maiúsculas, mas sem nenhum destaque de cor para expressão “GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE”. A segunda caderneta, de 1961, que suprime a expressão “ESTADUAL”, apresenta destaque em preto para o nome da escola. Ambas apresentam os dados pessoais e escolares do aluno.

Supomos que a ênfase no termo “Estadual” nos primeiros anos de funcionamento da instituição foi estabelecida como uma espécie de estratégia, na esperança de um dia o governo do estado tomar a responsabilidade para si. O ginásio, em Picos, foi criado por lei estadual, porém, desde a sua instalação até 1963, foi mantido pela prefeitura. Entendemos que isso trata-se de uma estratégia, como uma espécie de mensagem subliminar dada ao governo do estado, para reafirmar sua responsabilidade com o ginásio e que o município estava agindo na sua manutenção apenas de forma provisória.

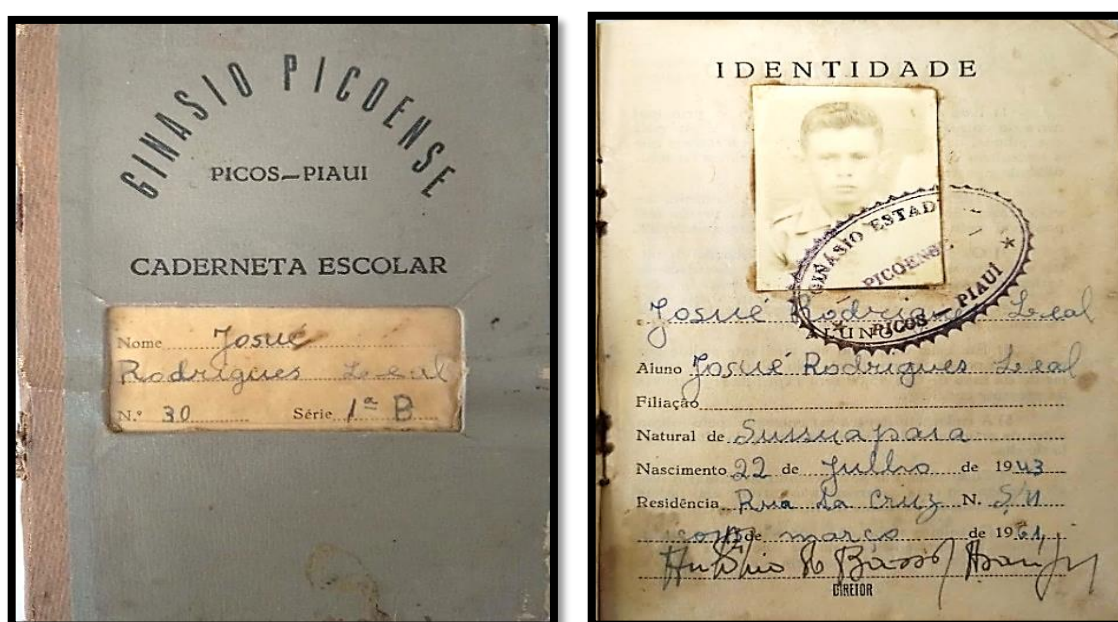
Essa mesma estratégia foi percebida na análise de outros documentos, inclusive em timbres da própria escola. Ora é utilizado o termo “GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE”, ora “GINÁSIO MUNICIPAL PICOENSE”. Entendemos que, por não haver uma definição clara sobre a quem pertencia o ginásio, o nome que ficou na memória dos estudantes foi “GINÁSIO PICOENSE”, justamente para não confundir a mente dos estudantes quanto a quem, de fato, era responsável pelo ginásio.

Figuras 61 e 62: Cadernetas escolas (capa e folha de rosto) – 1952



Fonte: Dimas Lelis.

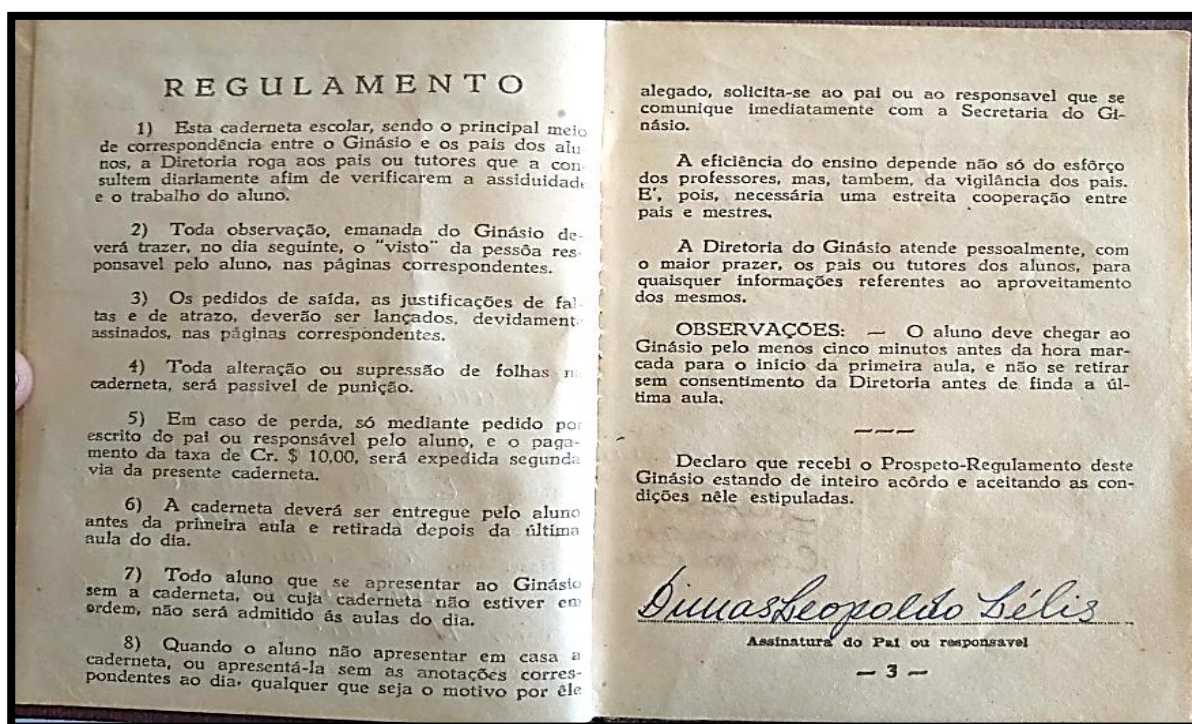
Figuras 63 e 64: Caderneta escolas (capa e folha de rosto) – 1961



Fonte: Adelina Lelis Leal.

Logo na primeira folha, temos a identificação do aluno. As páginas 2 e 3, mostradas na figura 65, infra, apresentam o regulamento.

Figura 65: Regulamento do ginásio



Fonte: Dimas Lelis.

Os regulamentos apresentados nas duas cadernetas são iguais, mudando somente o valor referente à indenização ao GEP em caso de perda da caderneta pelo aluno. Em 1952, o salário mínimo do Brasil era Cr\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos cruzeiros) e, em 1960, Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros), e era cobrada uma taxa de 10 cruzeiros, em 1952, pela caderneta. Supomos que esse aumento foi devido à correção monetária e ao aumento dos índices de inflação do país, visto que neste ano (1961) era cobrado 45 cruzeiros por este artefato.

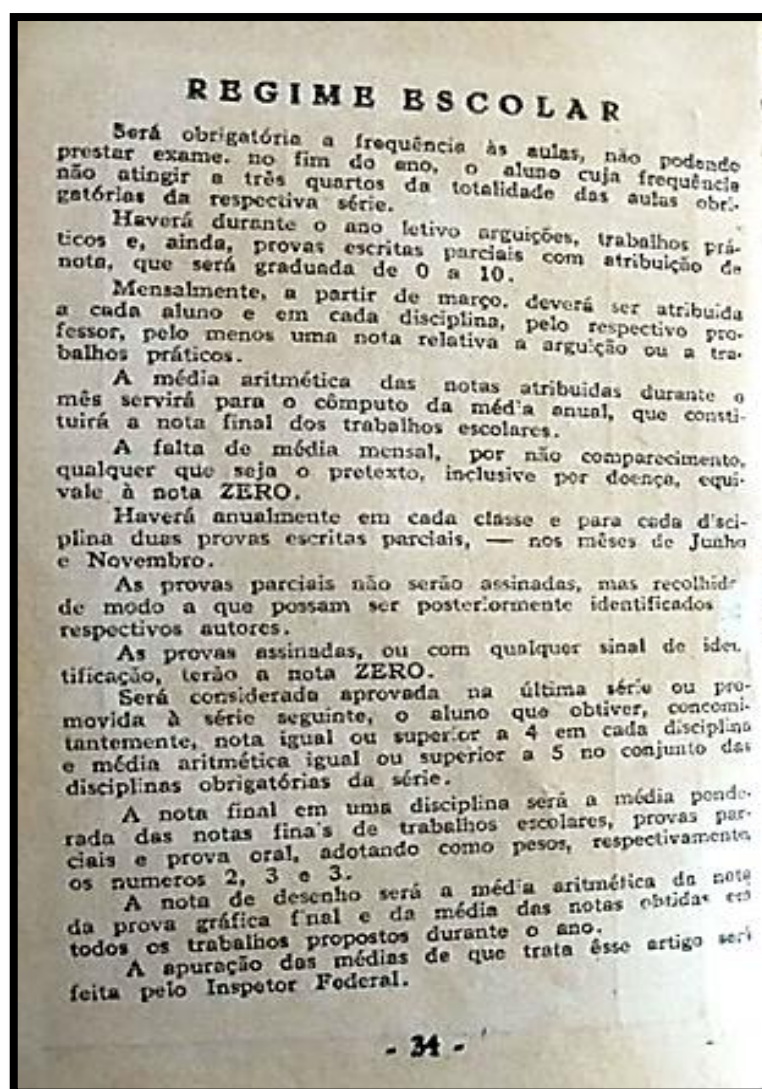
O regulamento era composto por oito itens, dentre os quais os itens seis e sete determinavam que a caderneta “6 – deverá ser entregue pelo aluno na primeira aula e retirada depois da última aula do dia, 7 – Todo aluno que se apresentar ao ginásio sem a caderneta, ou cuja caderneta não estiverem em ordem não será admitido as aulas do dia”.

Entendemos que o regulamento não era seguido no ginásio por não ter sido uma criação deste, visto que as cadernetas eram encomendas em gráficas fora de Picos, possuindo

inclusive um modelo padrão, sendo adequados, ao ginásio, apenas os espaços em branco, onde se podia escrever. Isso pode ser confirmado pelo fato de termos encontrado, no percurso da pesquisa, uma caderneta idêntica ao modelo de 1961, incluindo o timbre “Ginásio Picoense”, em uso por alunos do Colégio Comercial, em 1967.

Na página 34 de ambas as cadernetas, conforme figura 66, era apresentado um complemento ao regulamento denominado regimento escolar, que tratava do regime de avaliação. Ao comparar com a Lei Orgânica do Ensino Secundário com as normas colocadas na portaria 501, de 19 de maio de 1952, que expediu instruções relativas ao ensino secundário, percebemos que são adequações em texto mais didático das normas trazidas na legislação.

Figura 66: Regime escolar



Uma das determinações versava sobre a realização das provas parciais no mês de junho e a obrigatoriedade dos professores atribuírem notas mensais, as arguições e trabalhos das disciplinas. A caderneta traz, em seu corpo, um espaço destinado ao registro de notas mensalmente, faltas mensais e cômputo de notas.

Figura 67: Controle de frequência

MAIO FREQUENCIA	
DIAS	DIAS
1	Feriado
2	Compareceu
3	Sabado
4	Feriado
5	Compareceu
6	Compareceu
7	Compareceu
8	Compareceu
9	Compareceu
10	Sabado
11	Feriado
12	Compareceu
13	Feriado
14	Compareceu
15	Compareceu
16	Compareceu
17	SABADO
18	DOMINGO
19	COMPARECEU
20	COMPARECEU
21	COMPARECEU
22	COMPARECEU
23	COMPARECEU
24	SABADO
25	DOMINGO
26	COMPARECEU
27	COMPARECEU
28	COMPARECEU
29	COMPARECEU
30	COMPARECEU
31	SABADO

Director
- 8 -

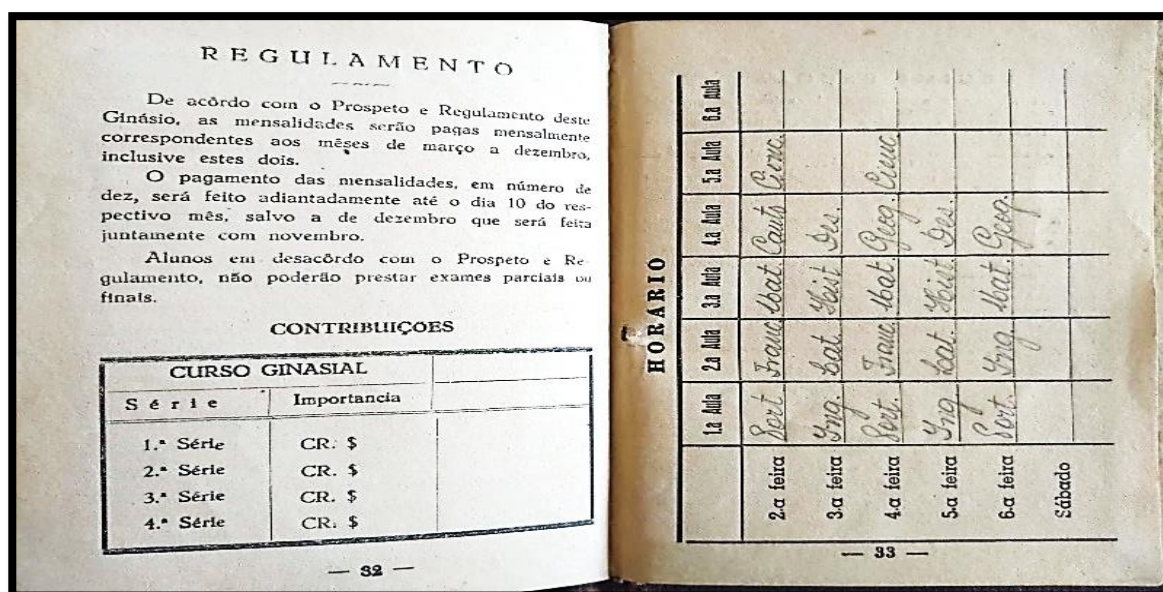
MAIO APROVEITAMENTO			
Disciplinas	Notas	Faltas	Compar.
Português	9		
Latim	8		
Francês	9,5	1	9
Inglês	9,5		
Matemática	10		5
Ciências Naturais	6,5		8
História Geral	10		
História do Brasil	10		
Geografia Geral	8		
Geografia do Brasil	8		
Trab. Manuais			
Ec. Doméstica	10		
Desenho			
Canto			
Educação Física			

8,5
Dimas Leopoldo Selig
Assinatura do Pai ou responsável

Fonte: Dimas Lelis.

A página localizada à esquerda na figura 67 traz o espaço destinado ao registro da frequência. Podemos caracterizar tal prática de duas formas: a primeira como forma de controlar o tempo do aluno; a segunda como caráter disciplinar, de modo a acompanhar as faltas e fazer com que o aluno atinja o mínimo de presenças exigido pela legislação em vigor: 75% pela lei orgânica. Além disso, esse espaço era destinado à comunicação sobre a frequência do aluno do GEP com a família.

Figura 68: Controle de mensalidades e horário de aulas



Fonte: Dimas Lelis.

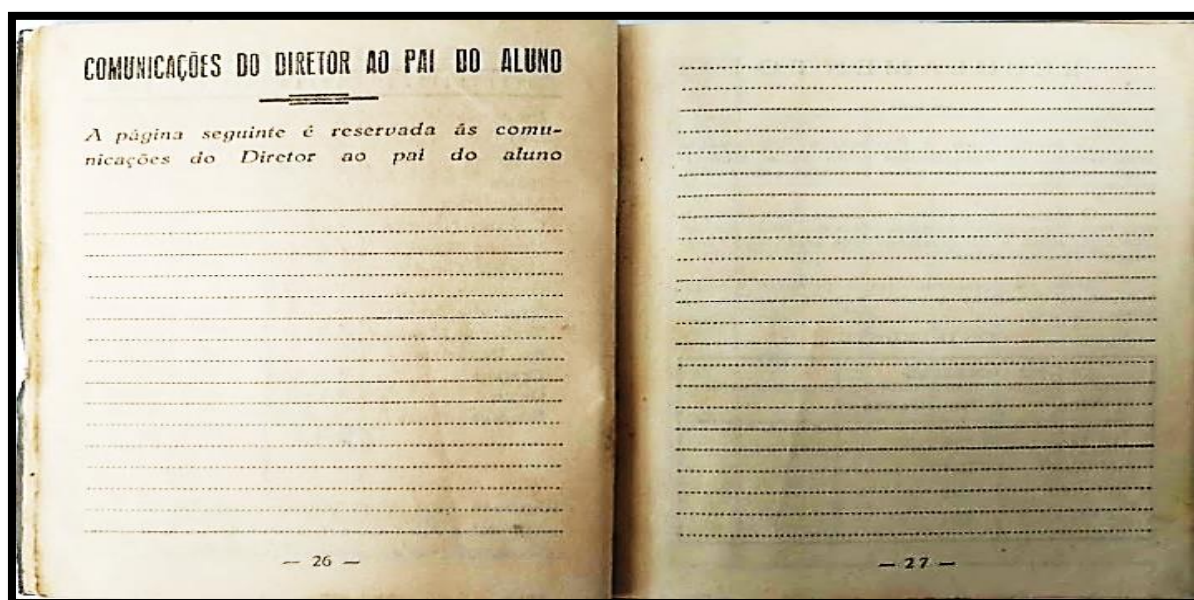
Há ainda na caderneta um espaço, apresentado na figura 68, para o controle das mensalidades e o local de registro do horário escolar. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, em seu artigo 86, e a portaria 501, de 19 de maio de 1952, estabeleciam que nenhuma taxa seria cobrada dos alunos dos estabelecimentos de ensino secundário sob inspeção federal, além disso, regulamentavam a cobrança nos estabelecimentos de ensino particular.

Além disso, o artigo 86 da Lei Orgânica do Ensino Secundário determinava que “os poderes públicos tomarão medidas que tenham por objetivo acentuar a gratuidade do ensino secundário oficial” (BRASIL, 1942). Por sua vez, a lei nº 23, de 12 de dezembro de 1947, isentou os alunos do Colégio Estadual e da Escola Normal do Piauí do pagamento de quaisquer taxa, incluindo a da matrícula. Isso nos leva a supor que antes dessa lei havia cobranças. No município de Picos, conforme já dito, o ginásio só era Estadual no nome, pois era mantido pela prefeitura, a qual regulamentou a cobrança de anuidades pela lei municipal nº 8 de 04, de abril de 1950, determinando a cobrança de uma taxa anual de matrícula dos alunos. Inicialmente no valor de Cr\$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta cruzeiros) quando o salário mínimo daquele ano era Cr\$ 380,00 (trezentos e oitenta cruzeiros).

Desse modo, o Ginásio Picoense, sendo de inspeção federal, pela determinação da legislação vigente, não devia cobrar os alunos. Contudo, veremos, no próximo capítulo, que essa cobrança acontecia no ato da matrícula, por meio da cobrança de uma anuidade que era

paga na tesouraria da prefeitura, e que só deixou de ser paga dois anos após a oficialização do ginásio, em 1963.

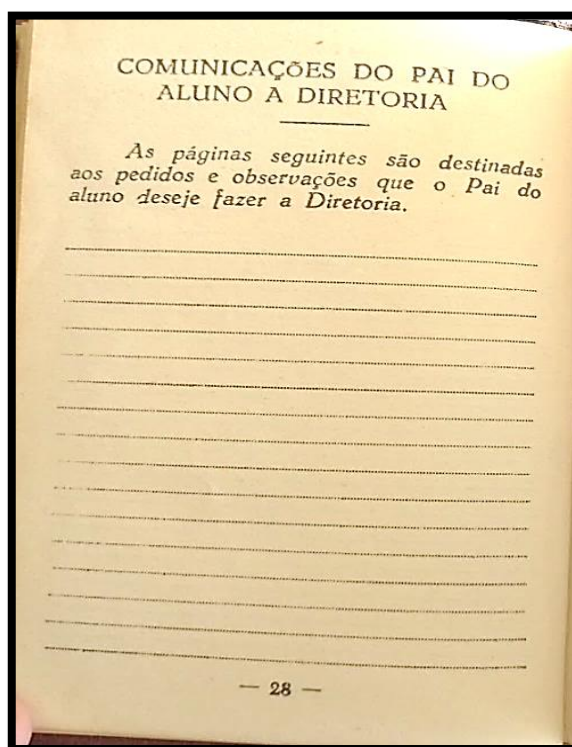
Figura 69: Espaço de comunicados aos pais



Fonte: Dimas Lelis.

As imagens 69 e 70 nos mostram espaços destinados a comunicações com a família, que podiam ir além da frequência escolar. Contudo, não houve relato sobre reuniões de pais e mestres, ou algo semelhante, na década de 1950. Isso se deve ao fato de que, nos primeiros anos do ginásio, a maioria do alunado era composta de adultos, pouco havendo interferência da família na escola.

Figura 70: Comunicados do pai a diretoria



Fonte: Adelina Lelis Leal.

Conforme a figura 70, esta sessão de comunicações servia para a escola manter contato com as famílias, pois, no caso de suspensão, era redigida uma portaria e comunicada aos responsáveis sobre o porquê de o aluno ter sido suspenso. Além disso, em caso de doença, devia a família comunicar a escola o motivo da ausência do aluno.

3.4 Meus livros do ginásio

Uma das coisas que fazem parte da escola é o livro didático. Este artefato material da cultura escolar é portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar. De modo geral, o livro é a transcrição do que era ensinado (MUNAKATA, 2016, p. 123). O período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960,

Caracterizou-se no que diz respeito aos manuais escolares, da seguinte forma: foram livros que permaneceram por um longo período no mercado sem sofrerem grandes alterações; livros que possuíam autores de lugares tidos, naquela época, como de alta cultura, como o Colégio Pedro II; livros publicados por poucas editoras que, por muitas vezes não os tinha como mercadoria principal e, por fim não apresentavam um processo de didatização e adaptação de linguagem consoante às faixas etárias às quais se destinavam”. (GATTI JR, 2004, p. 37).

No GEP, os livros didáticos eram adquiridos de várias formas: “eram adquiridos em lojas da cidade ou de segunda mão” (CHAGAS, 2018). Os professores escolhiam aqueles que pudessem ser adquiridos com mais facilidade, comprados ou ganhados de outros colegas mais adiantados. A ex-aluna Oneide Rocha conta que na época que fez o curso ginásial no GEP,

A maioria dos alunos tinha livro. Nem todas as disciplinas tinham livros. O livro de História, se não me engano, era Borges Hermida. Lembro-me do livro de História do Brasil e Geral, de Matemática e Português. As demais disciplinas a gente copiava no caderno, de modo que o professor fazia explicação oral ou escrevia no quadro, como era o caso de seu João de Deus Neto e dona Célia Neiva. Mediante a explicação, nós estudávamos em casa. Nós comprávamos os livros na livraria São Paulo, de seu Lourenço Campos, que ficava na Praça Justino Luz, onde funciona também o Tudo de Banco (ROCHA, 2019).

Pela narrativa da aluna, o professor tinha autonomia tanto na escolha do livro, quanto na forma de usá-lo (ou não), visto que ele era complementado e, em alguns casos, substituído pela explicação oral e pelas anotações feitas no quadro, onde era esquematizado os “apontamentos”. A aluna mostra ainda que os livros eram adquiridos na livraria São Paulo, de Lourenço Campos. Além disso, a ex-secretária Adelina Lelis conta: “nunca fizemos uma lista datilografada ou manuscrita de livros não, essa lista quem dava para o aluno era o próprio professor. Ele indicava e o aluno se virava pra arrumar” (LEAL, 2019).

Os autores dos livros didáticos, utilizados pelos alunos do GEP, ficaram gravados na memória de alunos e professores e o nome do autor era geralmente associado ao nome da disciplina e ao próprio professor. Nos tempos do ginásio de Picos,

Os livros eram comprados em livrarias e, como não mudava o autor, eram repassado para familiares e amigos. Família com muitos filhos comprava apenas um livro de cada disciplina e ia passando para os demais. Ou se tivesse mais de um aluno na mesma série, mas em turnos ou turmas diferentes, ao terminar a aula, o livro era repassado para o outro que ainda iria assistir à aula. Ainda tenho o livro de Matemática (Matemática Moderna, de Március Brandão). Lembro os de: Português, de Aída Costa; Geografia, de Aroldo de Azevedo; Ciências, de Valdemar de Oliveira. Muitos professores davam aula pelo livro. O aluno que não tivesse, pegava emprestado com o colega para estudar para as provas. Era necessária a aquisição de alguns livros (LEAL, 2018).

Contudo, é possível ver, nas narrativas, que, nos bancos escolares do GEP, havia também aqueles alunos que nem podiam comprar os livros e nem havia de quem herdar este artefato. Então, “quem não tinha livro não tinha nada porque não tinha *xerox*; agora, quando

ia fazer as provas, a gente levava papel, aquele papelzinho de almanaque que chamávamos de duas páginas, de duas laudas, todo riscadinho” (ROCHA, 2019). Algumas fotografias do ginásio mostram a simbologia do livro no cotidiano escolar, colocado como objeto de destaque, detentor do conhecimento.

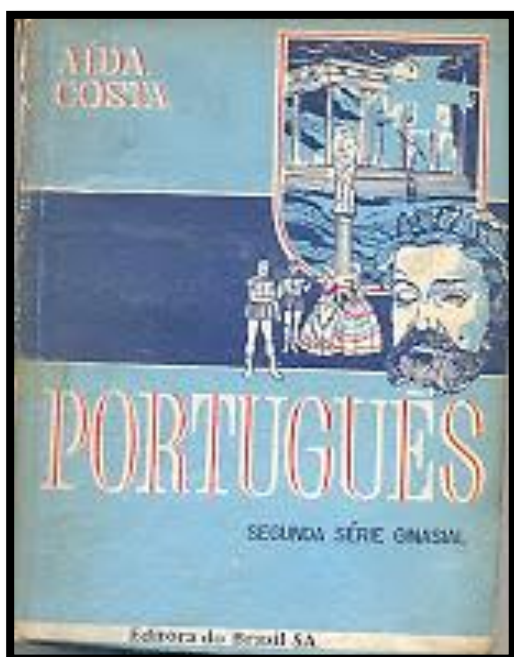
Figura 71: Turma de ginásianos, 1960



Fonte: Ivete Cardoso.

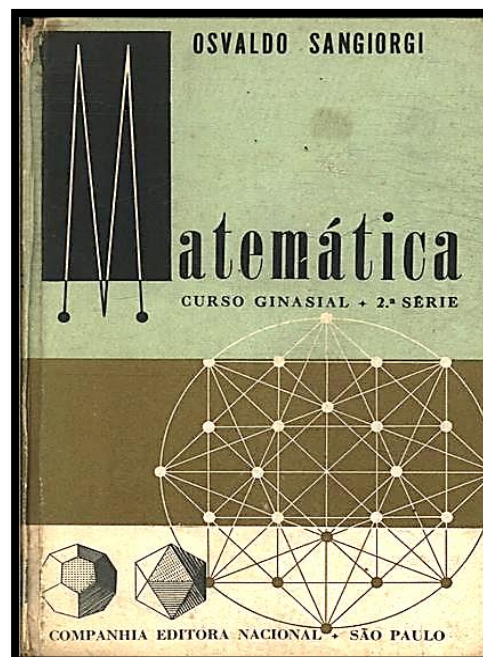
Na figura 71, temos um conjunto de ginásianos da terceira série ginásial de 1960 em posição de destaque, posando para um retrato em torno do professor de Português, Antônio de Barros Araújo. Percebemos, diante disso, que a maioria dos alunos está com um livro aberto nas mãos e, em alguns casos, bem concentrados, como se estivessem lendo. Inferimos que isso seja uma forma de transmitir uma mensagem aos futuros leitores da foto, pois o ato de abrir o livro ou segurá-lo soa como uma forma de valorizar a sociedade escolarizada e dizer que os ginásianos estavam naquele estabelecimento para estudar.

Figura 72: Livro de Português



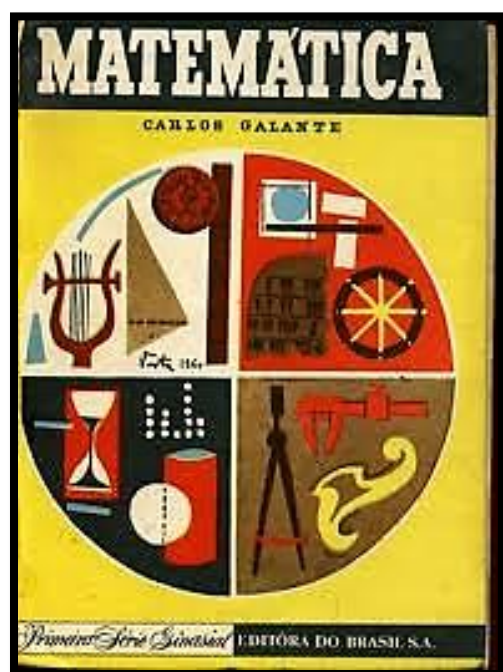
Fonte: Acervo do pesquisador

Figura 73: Livro de Matemática



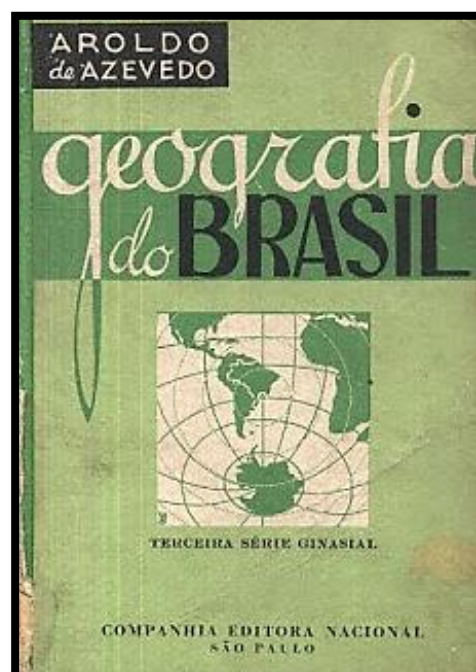
Fonte: Acervo do pesquisador

Figura 74: Livro de Matemática



Fonte: Acervo do pesquisador

Figura 75: Livro de Geografia

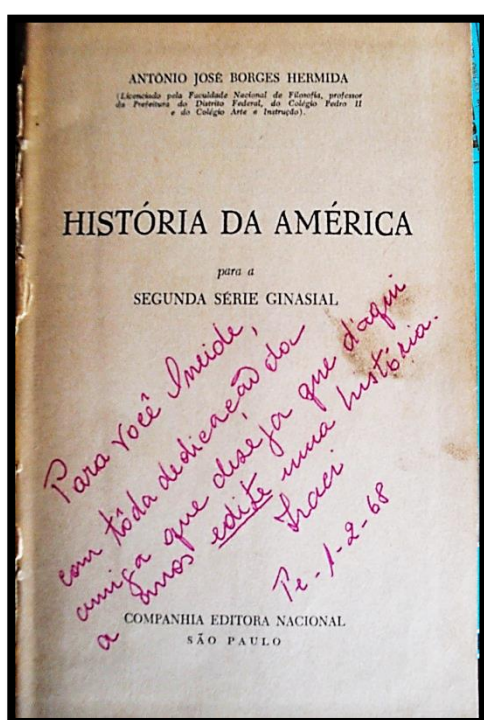


Fonte: Francisco Barbosa

Os livros desse período, conforme figuras 72, 73, 74 e 75, eram caracterizados por terem geralmente a capa dura, poucas ilustrações, e geralmente o formato 14x18. Entre os

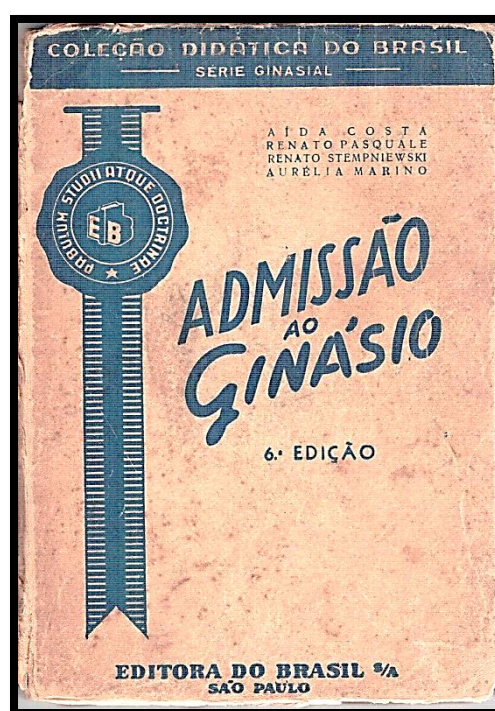
autores mais lembrados, temos Carlos Gatalnti, de Matemática, Borges Hermida e Joaquim Silva, de História, Albino Fonseca e Carlos Costa, de Ciências, e Aída Costa, de Latim e Português. Mas, sem dúvida, os livros mais famosos da época do ginásio eram os manuais do exame de admissão, de autoria de Aída Costa, figura 77, publicado durante mais de três décadas pela Editora do Brasil, que serão tratados do próximo capítulo.

Figura 76: Livro de História



Fonte: Oneide Rocha

Figura 77: Admissão ao Ginásio



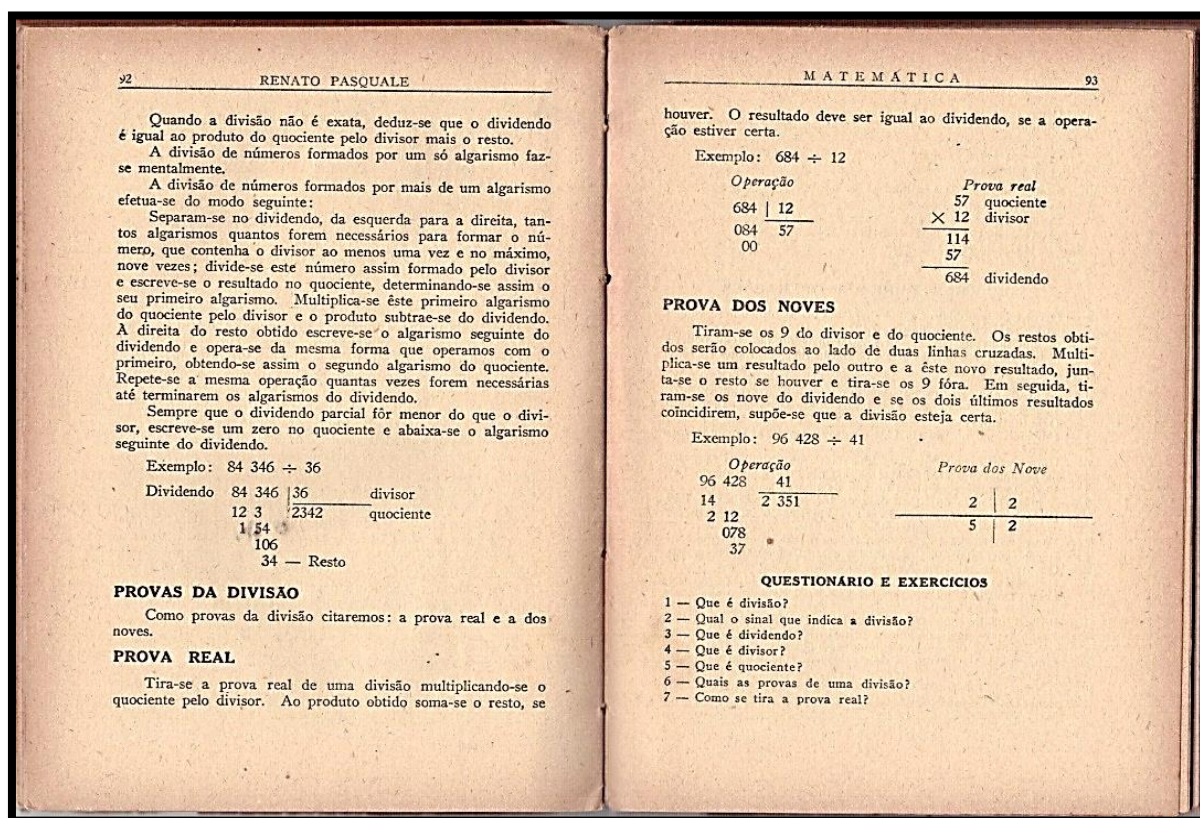
Fonte: Acervo do pesquisador

Pela análise de alguns livros utilizados no ginásio, podemos ter uma noção de como era transmitido esses conhecimentos aos alunos, visto que “os livros didáticos se constituem em importante veículo de difusão universal e perenização das disciplinas escolares” (MUNAKATA, 2016, p. 125).

A figura 78 nos mostra os conteúdos relacionados à disciplina de Matemática na preparação para o exame de admissão, e as figura 76 e 79, do livro de História, utilizado pela professora Oneide Rocha no ano de 1968, quando ingressou como professora do Ginásio. Embora se tratem de disciplinas escolares diferentes, é possível notar um padrão na composição dos livros, bem como na organização dos conteúdos. No que diz respeito à composição, há predominância dos textos sobre as figuras, as quais eram mais comuns nos livros de língua portuguesa, desenho e canto orfeônico. Além disso, podemos perceber uma

sequência padrão dos conteúdos: primeiro é trazido o texto sobre o tema, seguido de um roteiro de perguntas, e, em alguns casos, um quadro sinóptico ou resumo no final da unidade, que geralmente eram cópias fiéis do programa oficial, expedido pelo Ministério da Educação.

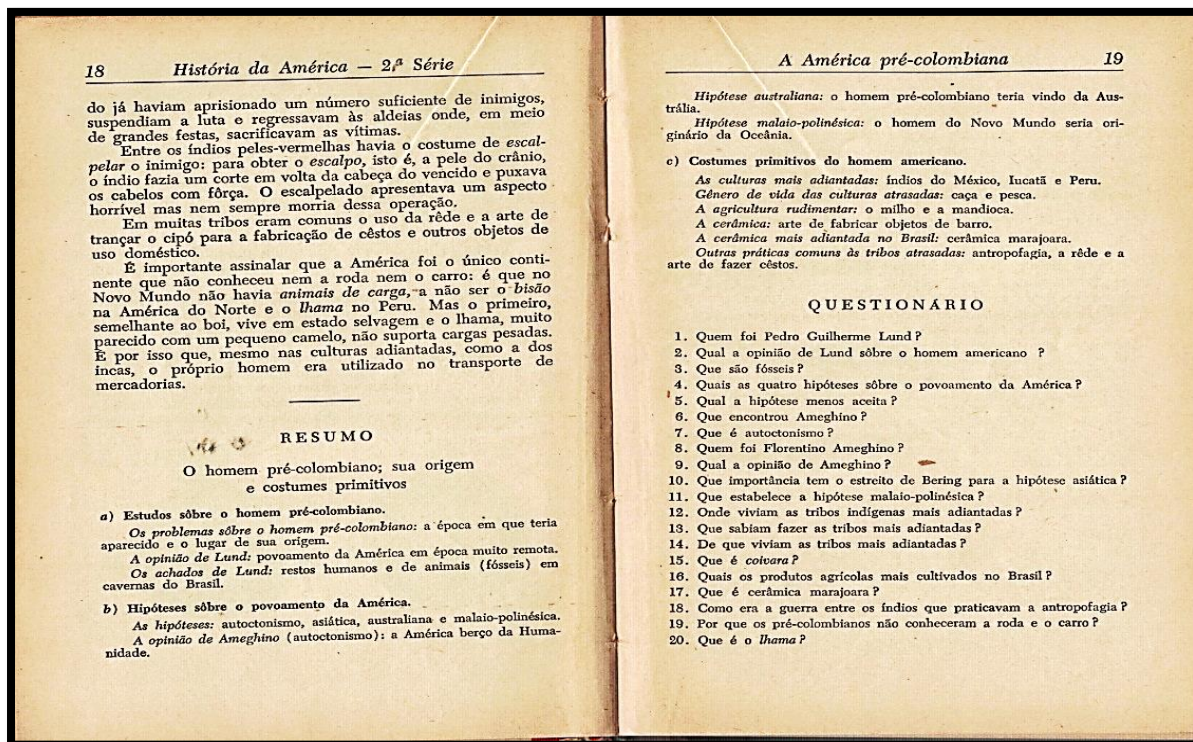
Figura 78: Admissão ao Ginásio – Ed. Do Brasil (Matemática)



Fonte: Acervo do pesquisador

O tratamento didático nos mostra que a concepção de aprendizagem predominante na época era a memorização. Aprendia muito o ginasião que conseguisse memorizar o maior número de dados e executasse com êxito essas informações nas provas escritas e nas arguições orais.

Figura 79: Livro de História – 2ª série ginásial



Fonte: Acervo do pesquisador

As figuras 76 e 79 nos trazem fotos de um livro de História da América, de autoria de Antônio José Borges Hermida, cuja edição é de 1961, último ano de vigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário. A partir da legislação, os livros passavam também por uma reorganização. No caso dos da disciplina de História, a partir da lei 4.024/1961, a História da América deixou de ser autônoma. Contudo, o livro continuava sendo utilizado em meados de 1968 nas turmas do curso ginásial de Picos. Isso ocorria porque nem todos os alunos tinham livros e pelo fato de os próprios mestres adotarem os mesmos títulos durante anos a fio, já que, na maioria das vezes, os principais recursos para as aulas era o papel levado pelo aluno e o resumo ou “apontamento” escrito no quadro, em um tempo que até as provas eram transcritas à mão pelos alunos.

O livro didático era também um elemento regulador do tempo escolar. Se o livro estava em seu início, era o começo do ano letivo, se estava na metade, eram as férias de julho. Quando estava na reta final, podia gerar euforia nos alunos, visto que sinaliza que estava férias. “Dona Célia fechava o livro e dizia. Tarefa cumprida! Agora é só recapitulação de conteúdo. E ela recapitulava aqueles nos quais os alunos tiveram mais notas baixas” (MOURA 2019). Dessa forma, “o manual como processo tornou-se idiossincrático com o

percurso do aluno. Se, na abertura, o livro era um convite a viagem, no final, surgia como uma representação do caminho percorrido” (MAGALHÃES, 2018, p. 312).

No que diz respeito à forma como os professores usavam os livros, a ex-aluna Raimunda Fontes de Moura conta:

Os professores passavam um questionário e a gente consultava o livro para responder. Havia casos em que muitos textos eram copiados, pois muitos assuntos não constavam nos livros, por exemplo, o de História do Piauí. A professora ditava e a gente escrevia o conteúdo. Depois, vinha um enorme questionário para a gente responder. A escrita era muito bem desenvolvida. Além disso, a matéria de Português cobrava ditado todos os dias, cópias de textos e ainda as redações. A gente estudava mais pelos conteúdos escritos e pouco usávamos os livros, pois estes eram mais resumidos. Os professores traziam subsídios de Teresina e botava a gente pra copiar e complementar assim os conteúdos. (MOURA, 2019).

Pela fala da ex-aluna, observa-se a valorização da caligrafia por meio da prática do ditado, a prática do questionário ao final de cada conteúdo e valorização da cópia dos textos dos livros. Além disso, a ex-aluna menciona que, já na década de 1960, eram trabalhados conteúdos regionais e, por não haver esse conteúdo nos livros didáticos utilizados, os professores traziam materiais complementares da capital do estado.

Fora os livros usados no dia a dia da sala de aula, havia a necessidade de complementos.

Em 1960, no ginásio Novo, não tinha biblioteca, apenas estantes com livros. Não se falava em pesquisa. Lembro-me que em 1962 o professor Antônio passou para cada aluno fazer um trabalho de um livro da literatura brasileira, mas sem nenhuma ficha de leitura, sem roteiro para o trabalho. Eu li *O Guarani*, de José de Alencar. Apresentei o trabalho escrito, mas não recebemos de volta corrigido com as suas devidas observações. A escola, de fato, tinha uma estante com livros em 1960, mas não sei onde era e nós nunca recorremos a estes livros (ROCHA, 2019).

Pela fala da ex-aluna, percebe-se que, na época dela, que coincidiu com a mudança das casas alugadas para o novo prédio, não era muito comum os professores passarem trabalhos, visto a dificuldade de achar fontes de pesquisa, o que se tornaria uma prática mais comum nos anos subsequentes da década de 1960.

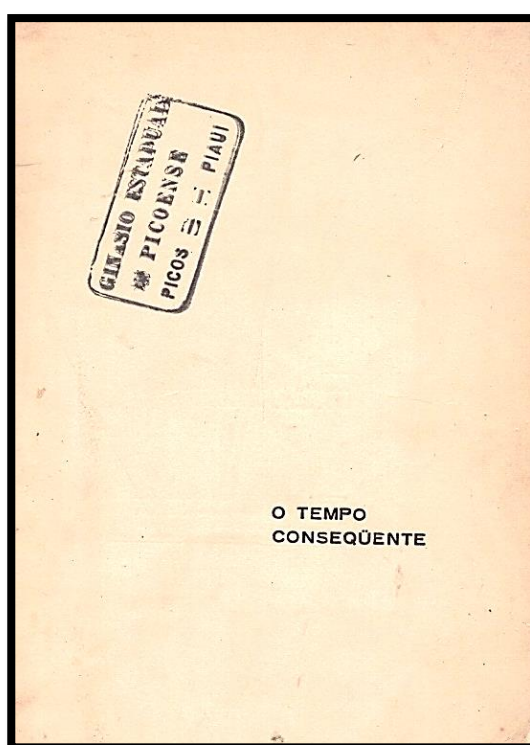
Segundo Moura (2019), “eram livros indicados pelos professores e fornecidos através do controle de Dona Neuma. Eu recorria muito a ajuda de Ozildo Albano, que tinha um acervo em sua residência, na Avenida Getúlio Vargas. Ele era nosso orientador e tirava as nossas dúvidas” (MOURA, 2019). Dona Neuma foi secretária do GEP até 1965 e cuidada de

um pequeno acervo de livros, posto em uma estante na secretaria da escola. Embora fosse secretária, acabava assumindo também a função de bibliotecária.

A fala da aluna mostra que, na ausência de uma biblioteca no GEP, recorria-se ainda às pessoas consideradas de grande cultura na cidade e possuidores de grandes bibliotecas particulares, dentre as quais as mais requisitadas eram Dr. Fonseca e Ozildo Albano. Com a chegada do Capitão Camelo, em 1965, e a criação do grêmio no ano seguinte, o pequeno acervo de livros ficou aos cuidados deste, que baixou portaria regulamentando o empréstimo dos livros em junho de 1966, conforme veremos no próximo capítulo, quando trataremos da atuação do grêmio.

A biblioteca era composta por livros que, em sua grande maioria, eram doados pelos professores e pela sociedade. Em 1968, chegou ao ginásio a Biblioteca COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático), enviada pelo Ministério da Educação, com livros didáticos, enciclopédias, bem como livros de literatura piauiense (figura 80).

Figura 80: livro de leitura



Fonte: CETI Marcos Parente.

Posto isto, o capítulo procurou analisar alguns elementos materiais que fizeram parte da cultura escolar do Ginásio Estadual Picoense, trabalhando sua funcionalidade e

intencionalidade pedagógica, de modo a compreender porque eram usados e como eram apropriados no contexto do GEP.

Além disso, a análise destes artefatos produzidos e/ou utilizados pelos sujeitos do GEP, bem como dos edifícios que abrigaram a instituição, pôde nos mostrar a cultura material escolar como um elemento de compreensão da cultura, visto que “o acumulado de pesquisas sobre a denominada cultura material escolar identifica não só as funções evocativas dos tipos de artefatos que a compõe, mas, sobretudo, os termos de sua apropriação social” (PAULILO, 2019, p. 7).

O prédio escolar pode nos revelar o que dizem sobre espaços e objetos e estes podem nos revelar informações sobre os objetos. “Não é possível pensar a escola, seus saberes e práticas descolada da sua dimensão material” (PERES; SOUZA, 2011, p. 55). Dessa forma, o estudo das edificações escolares mostra a relevância “da arquitetura e dos usos dos espaços da escola” (PAULILO, 2019, p. 4).

Paulilo (2019) reforça que os objetos podem, por sua vez, nos mostrar práticas pedagógicas e intencionalidades. Além disso, oportunizam reflexões sobre dispositivos disciplinares, procedimentos corretores, procedimentos de higienização, rituais e rotinas da escola, formulação das estratégias de ensino. Nesse sentido, Pessanha e Silva (2018) ressaltam que os objetos só fazem sentido colocados em relação às normas e discursos que instituíram seus usos, o que faz com que a cultura material escolar seja indissociável da cultura escolar. Sendo assim, os objetos da escola e o espaço escolar foram utilizados neste trabalho de modo a compreender sua relação com os sujeitos, intencionalidades e apropriações.

4 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GINÁSIO PICOENSE

Neste capítulo, versamos sobre os elementos relacionados à organização e ao funcionamento do Ginásio Picoense, conhecendo, como afirma Viñao Frago (2007), o fato de que os aspectos organizacionais e institucionais constituem-se como partes integrantes da cultura escolar. O autor ainda mostra que “a) as práticas e os rituais da ação educativa, b) [...] os modos disciplinares c) os modos organizativos formais e informais” (VIÑAO FRAGO, 2007, p. 88) são aspectos que ajudam compreender a cultura escolar da instituição.

Com base nesses pressupostos, abordamos temas relacionados à forma de ingresso no Ginásio Picoense, o processo de matrícula, o controle disciplinar dos alunos, a composição do alunado, do corpo docente e institucional do ginásio, bem como os saberes escolares ensinados por meio das cadeiras ou matérias escolares. Contemplamos, ademais, o funcionamento do sistema de avaliação. Procuramos mostrar, ainda, as práticas de socialização do Ginásio Picoense, a partir das festas escolares, campeonatos desportivos e a constituição de um grêmio e de uma imprensa estudantil.

4.1 Que alegria! Passei no exame de admissão

O exame de admissão foi instituído pela Reforma Francisco Campos em 1932 e perdurou até a Reforma dos 1º e 2º graus, implantada pela lei 5.692, de agosto de 1971. Esse exame consistia em um ritual de passagem, sendo obrigatório aos alunos de todo o país que terminavam o curso primário e desejavam dar prosseguimento aos estudos por meio do curso ginasial.

Os livros de atas com os resultados desse exame no GEP mostram que a seleção de todas as turmas que conseguiram ingressar no Ginásio Picoense entre 1950 e 1971 foi feita por meio deste exame, alcançando mais de cinco mil inscritos, dos quais menos de três mil lograram êxito. Esse modelo de seleção foi substituído por um exame classificatório no então Colégio Estadual Marcos Parente, a partir de 1972, visto que, mesmo com o fim do exame de admissão, a escola não conseguia absorver todo o alunado da região.

Valente (2001) ressalta que o exame de admissão ao ginásio “constituiu por décadas a linha divisória entre o ensino primário e a escola secundária”. Ser aprovado no exame de admissão era considerado pelos alunos e familiares algo glorioso, pois havia conseguido aprovação no “bicho-papão”, como era considerado o exame de admissão ao ginásio.

Desde que foi criado, o programa das matérias cobradas no exame e a definição da nota mínima necessária para aprovação dos candidatos eram definidos por legislação federal. Contudo, a elaboração da prova era de caráter regionalizado, de modo que cada estabelecimento incumbia aos professores de cada disciplina a responsabilidade sobre a elaboração da prova, o que ocorreu também no GEP.

Em 1932, o exame passou por algumas modificações na legislação federal. Em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, houve a retirada da disciplina de Ciências Naturais do rol de conteúdos cobrados e as aplicações das provas passaram a acontecer em duas épocas: dezembro e fevereiro. A partir década de 1950 até a sua extinção em 1971, o exame já estava consolidado como via de ingresso curso ginásial.

O exame passou por algumas reformulações no decorrer dos anos, considerando que estas eram embasadas nos dispositivos legais. As alterações da legislação educacional no período em estudo estão apresentadas no quadro 11, abaixo.

Quadro 11: Legislação Básica sobre o ensino secundário entre 1942 e 1970

Documento Legal	Função
Decreto 4.244 de 9 de abril de 1942	Lei Orgânica do Ensino Secundário
Circular nº 6 de 19 de novembro de 1947	Instruções para o Ensino Secundário
Portaria nº 375 de 16 de agosto de 1949	Equiparação e Reconhecimento de Estabelecimentos de ensino secundário
Portaria nº 193 de 13 de maio de 1950	Instruções para o ensino secundário
Circular nº 1 de 15 de março de 1951	Instruções para o Ensino Secundário
Portaria 501 de 19 de maio de 1952	Instruções para o Ensino Secundário
Lei 4.024 de 1961	Lei de Diretrizes e Bases
Ofício circular nº 973 de 25 de maio de 1965	Instruções Ensino Secundário
Ofício circular 959 de 19 de julho de 1968	Instruções para o ensino secundário

Fonte: BRASIL (1958, 1965, 1968).

Pode-se afirmar que foram pequenas as alterações, geralmente pontuais, disciplinadas através de portarias, que tratavam, entre outras questões, da forma de constituição das bancas de avaliação e critérios de correção das provas, Dessa forma, Valente (2001) reforça que, mesmo com essas mudanças, a essência do exame sempre se conservou durante todo o período em que ele existiu: o caráter seletivo.

Segundo a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, para o candidato prestar exame de admissão, deveria ter pelo menos 11 anos completos ou a completar até o final de julho do ano que ocorresse a matrícula. Além disso, determinava que o candidato só poderia prestar exame em um único estabelecimento em primeira época, que acontecia geralmente no mês de dezembro, anterior ao ano letivo de ingresso; e, caso não fosse aprovado ou não comparecesse, poderia prestar a prova em segunda época, em fevereiro.

O primeiro exame de admissão ao Ginásio Picoense foi realizado no início do ano de 1950, com uma banca constituída de professores vindos de Teresina e sob a direção de Anísio Martins Maia, que assinou os certificados de aprovação dos alunos no exame.

Como dito, as provas do exame de admissão eram elaboradas pelos professores do próprio ginásio, seguindo as diretrizes gerais do Ministério da Educação, sob a supervisão de um inspetor federal de ensino devidamente designado para este fim pela Diretoria de Ensino Secundário do referido Ministério. O inspetor era geralmente um funcionário de algum órgão federal que existisse no município. Em Picos, esta figura era geralmente proveniente dos correios ou da coletoria federal e, a partir de 1957, com a criação da Inspeção do Ensino Secundário no Piauí, eram provenientes desta.

O quadro 12, a seguir, nos mostra a forma como as provas do exame estavam organizadas, em conformidade com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, estrutura essa mantida nos anos subsequentes pela portaria 501, de 19 de maio de 1952. Esta lei determinava que o exame de admissão constasse de “Provas escritas e orais de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil [...] a prova de Português [...] de caráter eliminatório” (BRASIL, 1952, p. 120). Durante a vigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário, a portaria 501 foi a que vigorou por mais tempo, conservando muito dos regulamentos anteriores, como a importância da Língua Portuguesa no processo.

Quadro 12: Estrutura da prova do Exame de admissão

DISCIPLINA	ESCRITA	ORAL
Português	X	X
Matemática	X	X
História do Brasil	X	X
Geografia do Brasil	X	X

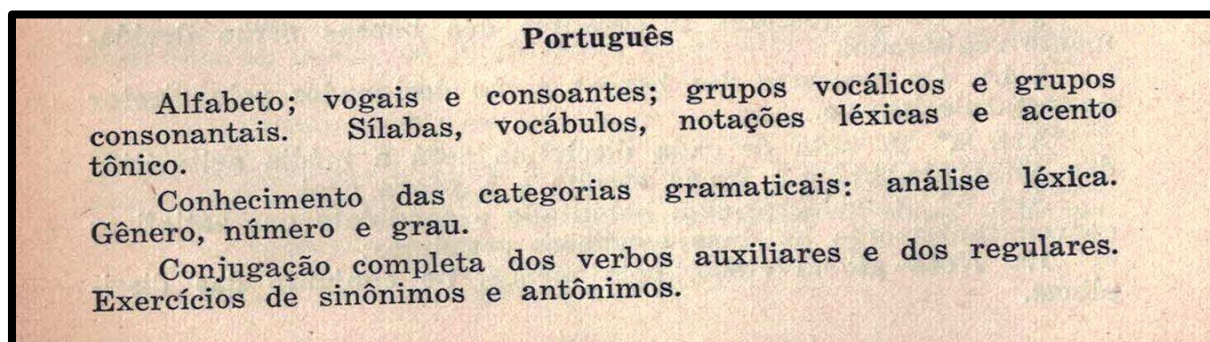
Fonte: BRASIL (1952, 1955, 1968).

A prova de Português era sempre a primeira, sendo organizada em três partes com os seguintes critérios de correção:

a) ditado de cerca de 15 linhas, de trecho de autor brasileiro contemporâneo, sorteado no momento ao qual no julgamento deverão ser atribuído 3 pontos; b) redação sobre o motivo de uma estampa sorteada no momento, em que se apreciarão, além de outros elementos, a **grafia** e a **pontuação**, devendo-se atribuir no julgamento dessa reação até 4 pontos; c) seis questões de gramática, referentes ao ditado, formuladas de modo objetivo e simples, abrangendo o programa da disciplina, às quais no julgamento, serão atribuídos até 3 pontos. (BRASIL, 1952, grifos do autor).

Pela leitura da organização da prova, podemos perceber que os critérios de avaliação giravam em três frentes, que caracterizavam os elementos de seletividade no exame: a caligrafia do aluno, o que significa dizer que, se esta não fosse legível, o aluno dificilmente seria aprovado no exame; os conhecimentos sobre pontuação, testados na construção de uma redação; a criatividade, visto que a redação seria sobre estampa, sorteado no momento da prova; e os conhecimentos gramaticais, conforme apresentados na figura 81:

Figura 81: Programa de Português



Fonte: BRASIL (1952).

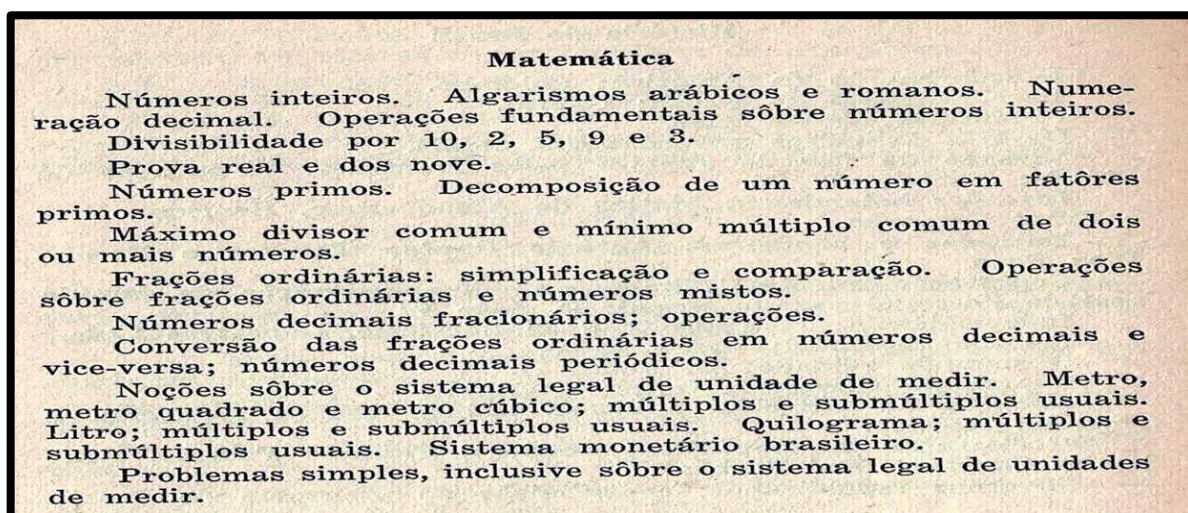
Quanto à prova escrita de Matemática constava de:

a) Cinco questões simples, sob forma de problema, às quais no julgamento em conjunto deverão ser atribuídos 5 pontos; b) Cinco questões de caráter prático imediato, compreendendo o programa da disciplina, às quais, no julgamento deverão ser dados no conjunto, até 5 pontos. (BRASIL, 1952)

As portarias anteriores a de 501 de 1952 também colocavam a matemática no rol das matérias eliminatórias. As alterações posteriores nos mostram que a matemática continuava valorizada no exame, de modo que não era mais de caráter eliminatório. Pelos conteúdos apresentados na figura 82, bem como na citação, compreendemos que o foco desta disciplina

no exame era principalmente averiguar a capacidade do candidato resolver problemas de forma rápida, tanto nas provas escritas, quanto na arguição oral, na qual o aluno ia ao quadro resolver problemas ou respondia “de cor”, conforme veremos na narrativa dos ex-alunos mais adiante no texto.

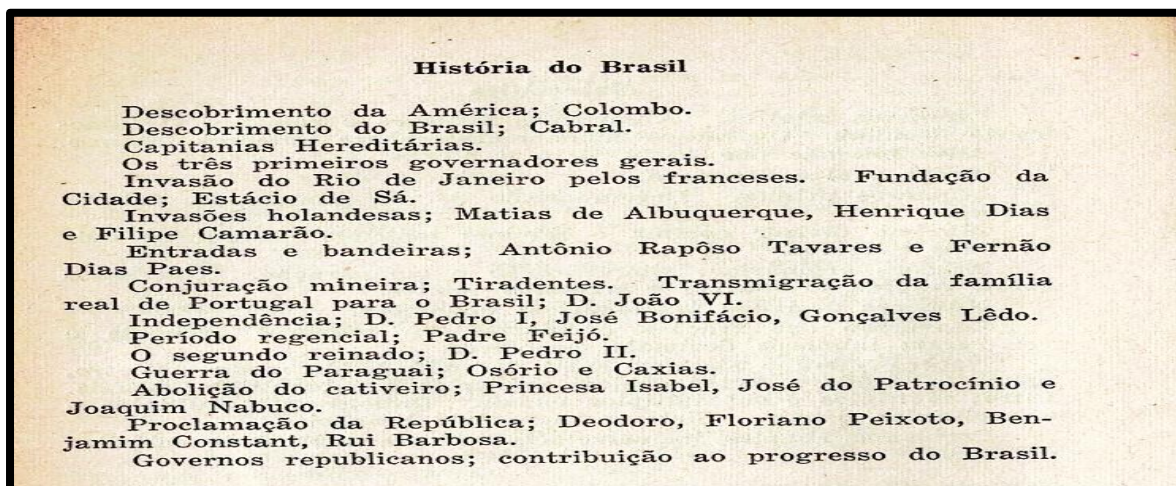
Figura 82: Programa de Matemática



Fonte: BRASIL (1952).

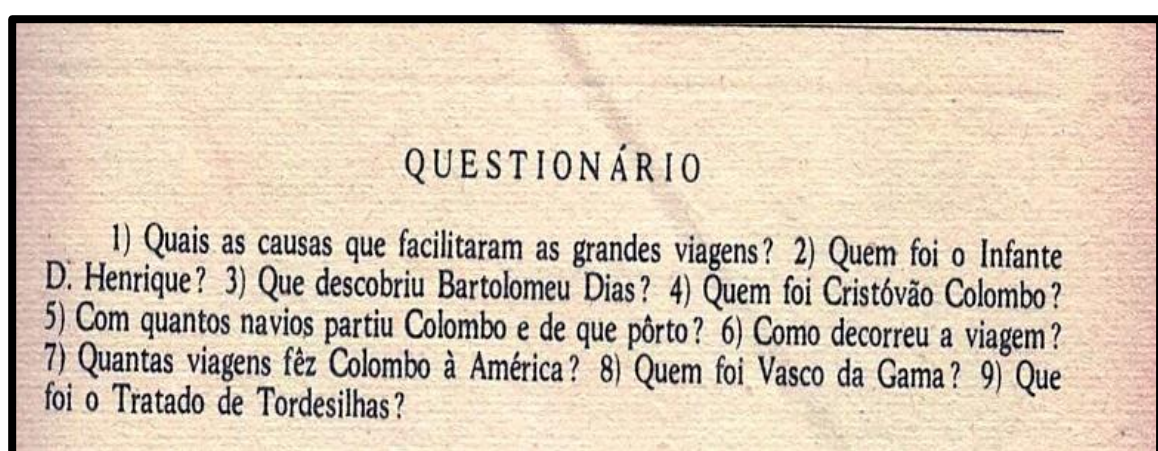
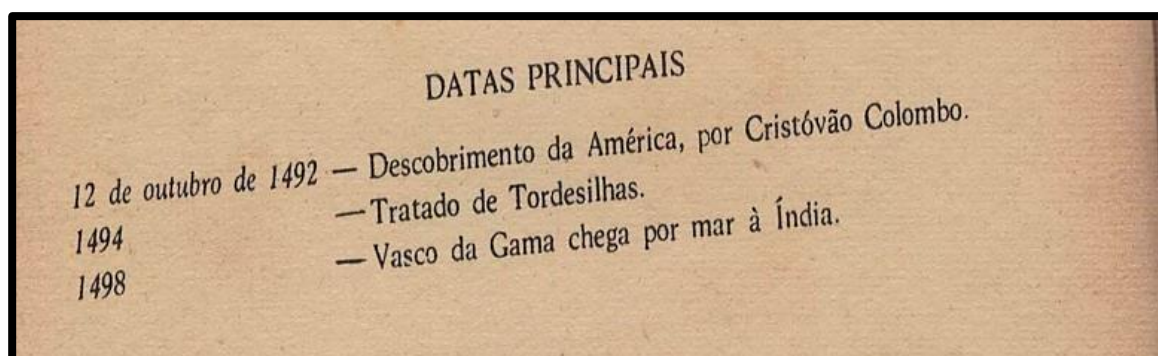
As provas de História e de Geografia do Brasil constavam de vinte questões objetivas cada uma. Cada prova escrita deveria durar noventa minutos. Todas as disciplinas possuíam provas escritas e orais, conforme o quadro 12 apresenta. “As provas orais constarão de arguições sobre os pontos sorteados dentre os 20 (vinte) formulados sobre a matéria dos programas respectivos. [...] cada examinador deve arguir o candidato durante cinco minutos no mínimo e quinze minutos no máximo” (BRASIL, 1952).

Figura 83: Programa de História



Fonte: BRASIL (1952).

Figuras 84 e 85: Livro Programa de Admissão, p. 150 e 151

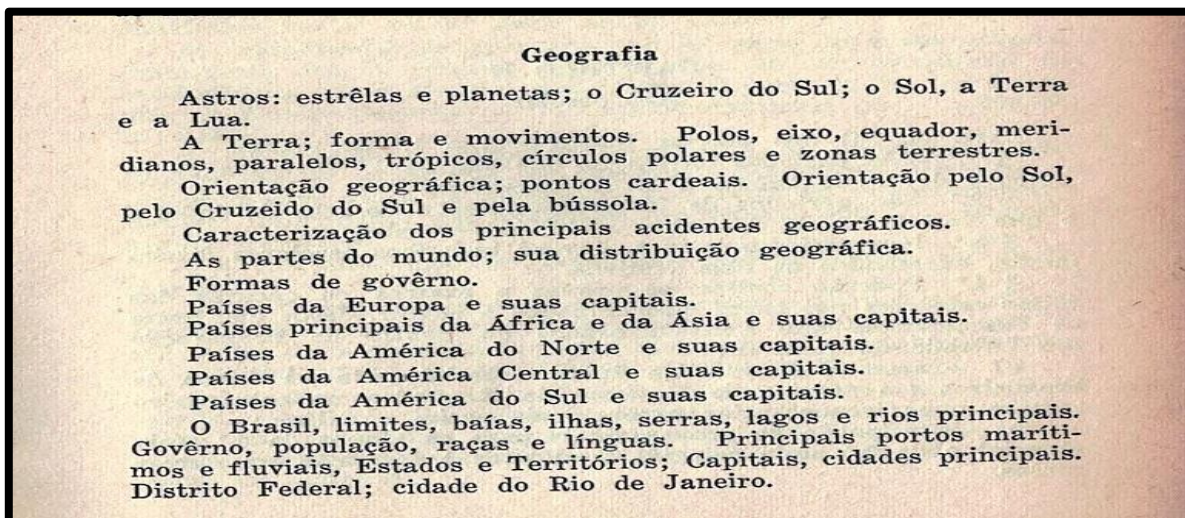


Fonte: Acervo do pesquisador.

Analisando o conteúdo das disciplinas de História e de Geografia do Brasil, e comparando com o modelo de organização didática do texto, exercícios e questionários do livro *Programa de Admissão*¹, publicado pela Cia Editora Nacional, de autoria de Joaquim Silva e Aroldo de Azevedo, percebemos um ensino da disciplina pautado na memorização de dados. Na disciplina de História, os conteúdos eram de caráter eminentemente político e factual, de modo que o aluno é levado apenas a memorizar dados, especialmente datas. Já os conhecimentos de Geografia consistiam em decorar aspectos geológicos, climáticos e de geografia política, como saber “de cor” todas as capitais dos estados brasileiros.

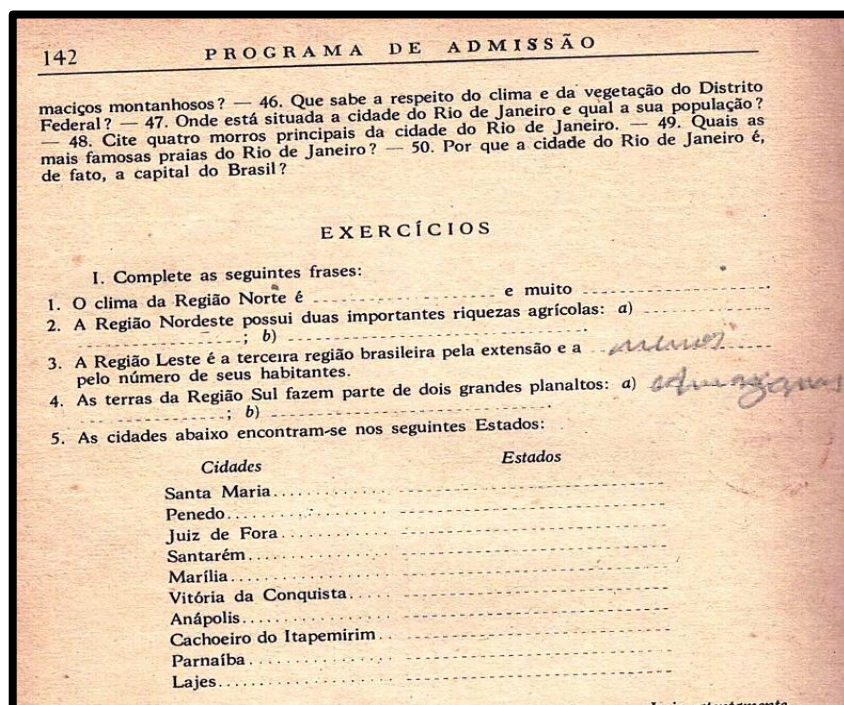
¹ *Programa de Admissão*. Aroldo de Azevedo e outros. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 4ª ed. 1958. De acordo com a portaria 501 de 19/05/1952.

Figura 86: Programa de Geografia



Fonte: Brasil (1952).

Figura 87: Exercícios de História




Fonte: Livro Programa de Admissão.

Segundo a portaria ministerial nº 501 de 1952, faziam parte da prova oral de Português questões de leitura e de interpretação de textos, de autor contemporâneo de quinze a vinte linhas, o que mostra o protagonismo dos conhecimentos da língua no processo do exame de admissão ao ginásio. Além disso, a nota de cada disciplina seria a média aritmética das provas escritas e orais. Cada aluno devia tirar pelo menos quatro pontos em cada

disciplina e pelo menos cinco pontos na média final. Ao candidato aprovado era fornecido um certificado de aprovação conforme figura 88 apresenta:

Figura 88: Certificado de Aprovação no Exame de Admissão

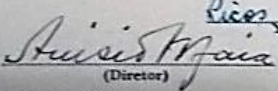
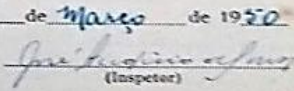

 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
 ESTADO DO PIAUÍ
 GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE
 PICOS — PIAUÍ

N.º 12

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM EXAMES DE ADMISSÃO À 1.ª SÉRIE GINÁSIAL

Certificamos que _____
 filho de _____
 e de _____
 natural de Picos - Piauí nascido em 16 de 5 de 1931
 foi considerado aprovado, em exame de admissão à 1.ª Série Ginásial,
 nos termos da LEI ORGÂNICA DE ENSINO SECUNDÁRIO (Decreto-
 -lei n.º 4.244 de 9 de abril de 1942), tendo obtido os seguintes resul-
 tados, no mês de Março de 1950

Português: pr. escr.	<u>5</u>	pr. oral	<u>5</u>	Média	<u>5</u>
Matemática pr. escr.	<u>7</u>	pr. oral	<u>5</u>	Média	<u>6</u>
Geografia	<u>8</u>	Hist. do Brasil	<u>8</u>		
Média geral		<u>6,5</u>	()		

Picos, 15 de Março de 1950
 (Diretor)
  (Inspetor)

Modelo n. 426-1
 "Isento de selo, ex-vi do De-
 creto-lei n. 8.029, de 2-10-945"

Fonte: U. E. Pol. Des. Vidal de Freitas.

Sobre o exame de Admissão ao Ginásio Picoense, o ex-aluno Francisco Teotônio da Luz Neto, que estudou no GEP entre 1956 e 1959, pontua que:

O exame de admissão ao Ginásio de Picos não era assim fácil! Fazia-se primeiramente uma prova de português e se teria de alcançar uma certa nota, sob pena de já ficar reprovado e nem ir mais fazer as outras provas. Os professores eram: de Português – Professor Antônio de Barros Araújo; de Matemática – João de Deus Neto; de Geografia – Professor Dr. Fonseca; e de História – Professora Célia Neiva. Os exames eram feitos com provas escritas e orais. Lembro bem que a prova de Matemática oral era feita no quadro negro para resolver questões apresentadas pelo Professor. A banca examinadora era composta pelos próprios professores do Ginásio. (LUZ NETO, 2019)

Nas provas orais, os alunos ficavam diante de uma banca, geralmente, presididos pelo professor da disciplina ou de áreas afins para testar seus conhecimentos. Isso exigia maior

desempenho dos candidatos e uma preparação eficiente. Nesse sentido, os alunos se preparavam das mais variadas formas, em conformidade com a realidade que estes estavam inseridos e o local onde residiam. Sobre a preparação para o exame e a prova, um ex-aluno narra:

Quando eu cheguei aqui em Picos, fiz um teste para estudar no Instituto Monsenhor Hipólito, que funcionava ali na Avenida Getúlio Vargas. Passei e ingressei já no segundo ano primário. Eu queimeei muitas etapas. Nesse colégio, eu fiz dois anos do primário, o segundo e o terceiro ano. Quando foi mudar para o quarto ano, este era uma espécie de pré-vestibular para entrar no ginásio, porque tinha o exame de admissão. Era um teste complicado, um verdadeiro vestibular. Eu saí do Instituto e me matriculei em uma das escolas de Picos que fazia essa preparação para o exame de admissão. Eu me lembro que havia uma disputa na época entre os cursinhos. Na minha época, os mais famosos eram o de José Luís de Barros, que funcionava na Rua do Cantinho, tinha o do professor Zé Bispo, e tinha o do professor Luís, que chamavam de Luís Garrote. Mas o que tinha maior preferência em Picos era o do professor Zé Luís, pois possuía uma grande quantidade de alunos. Na verdade, ele nem podia atender a todos. Dispensava matrícula, inclusive, porque não cabia a quantidade de alunos nas turmas dele. Ele trabalhava na própria casa em uma sala muito pequena. Muita coisa do que eu aprendi ainda hoje, eu aprendi com ele. Tinha uma metodologia incrível para aquele tempo. Vamos começar pelas questões de Redação, que eram muito importantes. Todo dia a gente chegava e tinha uma parte da aula em que ele contava uma história, uma fábula; depois o aluno tinha que reescrever aquela fábula com aquilo que entendeu. Outro dia a gente chegava, tinha no quadro uma imagem. Eu me lembro muito bem que tinha um convescote, hoje chama de piquenique. A partir do quadro, cada um ia escrever o que estava ali, o que tinha entendido daquele quadro. O cursinho era pago. Ministrava todas as matérias que existiam no exame admissão e o aluno saía dali preparado. (CARVALHO, 2018)

Na narrativa do ex-aluno, é possível perceber que o mesmo fez preparação em curso específico para o exame de admissão ao ginásio em Picos, ao mesmo tempo em que coloca que havia outros cursos que concorriam com o que ele estudava, o qual, segundo ele, era o mais famoso. Esse fato fazia com que o professor-proprietário dispensasse matrículas por falta de vagas na sala que usava para ministrar as aulas, pois havia bom reconhecimento pelos índices de aprovação no exame de admissão.

A lei 4.024, de 1961, conservou o ingresso aos cursos do primeiro ciclo do agora ensino médio (secundário, técnico, agrícola e normal), por meio do exame de admissão, conforme afirma o:

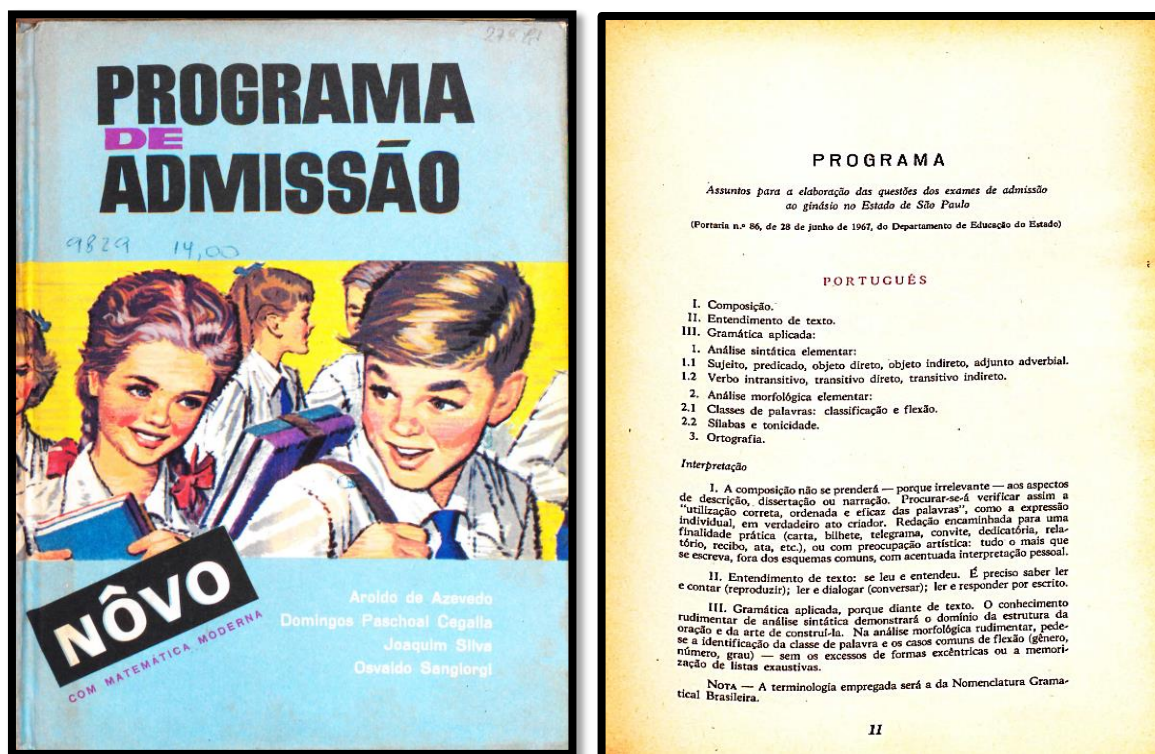
“Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos

completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo (BRASIL, 1961)”.

Essa nova legislação era mais flexível em relação à anterior, mesmo sem as normatizações, exigências e engessamentos que a Lei Orgânica do Ensino Secundário previa, visto que determinava em ofício-circular emitido pelo Ministério da Educação através da Diretoria de Ensino Secundário que “o exame de admissão, quanto a época, disciplinas, programas, examinadores, critério de aprovação, novas chamadas, classificação de candidato e demais questões será definido no regimento do estabelecimento” (BRASIL, 1965). Esse documento regulamentava apenas questões sobre idade de ingresso, que mantinha os 11 anos e a documentação necessária para prestação do exame, determinações estas que foram mantidas em novo ofício ministerial de 1968.

Além disso, percebemos, na análise dos livros de atas referentes ao exame de admissão, visto que não localizamos os regimentos da escola, que embora tivesse havido essa flexibilização quanto às normas do exame, deixando para o estabelecimento organizar, houve a manutenção daquilo que já vinha sendo praticado desde a década de 1950, como as notas e disciplinas, exceto a prova oral do exame, que, deixou de ser aplicada a partir da seleção de 1965. Consoante a isso, na ausência de programas oficiais, haja vista que não encontramos nenhum parecer ou resolução do Conselho Estadual de Educação do Piauí, criado em 1963, nem da própria Secretaria de Educação do Piauí que tratasse dos conteúdos a serem abordados nas provas, acabavam sendo seguidos os que se trazia nos famosos manuais didáticos de admissão ao ginásio.

Figuras 89 e 90: Livro Programa de Admissão, Cia Editora Nacional, 1971



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

Conforme as figuras 89 e 90, se observarmos a edição deste livro, de 1971, ano do último exame de admissão, percebemos que o programa oficial que serviu de base para reformulação desse manual, amplamente utilizado desde a década de 1950, foi a portaria nº 86, de 28 de junho de 1967, do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, supondo que acabava sendo adotado por grande parte dos outros estados devido a enorme circulação deste material didático, pois a Companhia Editora Nacional, segundo Cassiano (2007), foi até 1980 a maior editora de livros didáticos do país.

Dessa forma, compreendemos que o exame de admissão ao GEP possibilitou o surgimento de um mercado em seu entorno, como os cursinhos preparatórios para prova. Entre os primeiros preparatórios de que se tem conhecimento, estava o estabelecimento primário Instituto Ruy Barbosa, de propriedade de José Vidal de Freitas, diretor do ginásio e juiz de Picos. Esse preparatório foi fundado, de acordo com seu estatuto em 1945, como instituição de ensino primário, e, com a criação do GEP, passou a ofertar o curso preparatório. O curso funcionava na sala de estar de sua residência e as aulas eram ministradas por ele e sua esposa, Dona Haydê Rocha Freitas, que também era secretária da câmara municipal de Picos.

Com a criação do GEP, era prática dos estabelecimentos de ensino primário de Picos e região, fossem públicos ou privados, estruturarem a organização dos conteúdos escolares ensinados nas quarta e quinta séries do curso primário, além de adequarem seu material didático para que os seus alunos lograssem êxito no exame de admissão ao Ginásio Picoense.

De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Primário, este nível de ensino estava organizado da seguinte forma no Brasil:

Art. 2º O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino: a) o ensino primário fundamental, destinado a crianças de sete a doze anos; (...) Art. 3º O ensino primário fundamental será ministrado em dois cursos consecutivos; o elementar e o complementar. Art. 7º O curso primário elementar, com duração de quatro anos compreenderá: I. Leitura e linguagem oral e escrita; II. Iniciação Matemática; III. Geografia e História do Brasil; IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para saúde e ao trabalho. V. Desenho e Trabalhos Manuais. VI. Canto Orfeônico. VII. Educação Física. Art. 8º O Curso primário complementar, de um ano, terá os seguintes grupos de disciplinas e atividades educativas: I. Leitura e linguagem oral e escrita. II. Aritmética e Geometria, III. Geografia e História do Brasil, e noções de geografia geral e história da América; VI. Desenho; VII. Trabalhos Manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região. VIII. Canto orfeônico. IX. Educação Física (BRASIL, 1946, s/p).

Ao compararmos o rol de conteúdos escolares exigidos no exame de admissão com os conhecimentos ensinados no ensino primário, percebemos que, ao chegar à quarta ou quinta série primária, o aluno geralmente já possuía onze anos ou mais, e estava apto a fazer o exame, sendo que o foco das escolas era na preparação destes.

Para a primeira turma em 1949, houve ainda aulas gratuitas ministradas pelo professor Antônio Leite, no Grupo Escolar Coelho Rodrigues. Em outros casos, os pais dos alunos pagavam aulas de reforço em casa ou na casa dos professores. Os cursos preparatórios para o exame de admissão em Picos, que se tornaram mais conhecidos em fins de 1950 e durante a década de 1960, conforme o quadro 13 apresenta, foram:

Quadro 13: Preparatórios para o exame de admissão em Picos - PI

Cursos preparatórios para o exame de admissão	Período de funcionamento
Curso do Professor Antônio	1950-1960
Curso do Professor Moura Fé	1950-1960
Curso do Professor Zé Luís	1960-1970

Curso do Prof. Luís Madeira (Luís Garrote)	1960-1970
Curso do Professor Zé Bispo	1960-1970
Curso Professor Gilberto	1960-1970

Fonte: Dados levantados pelo pesquisador a partir dos depoimentos.

O local destinado ao funcionamento desses preparatórios, em sua grande maioria eram a residência do próprio professor ou alguns espaços públicos, como é o caso do curso ministrado pelo Professor Antônio, que funcionava nas dependências do próprio Ginásio, no período da manhã, já instalado nas casas alugadas da Rua Monsenhor Hipólito. Era comum, nesses preparatórios, serem cobradas mensalidades, pois,

[...] ao fazer a matrícula, a secretária do curso me fez uma proposta do professor Antônio. Havia muita gente com pagamento em atraso ou sem pagar desde o começo do ano. Ele não tinha jeito de cobrar e a turma se aproveitava. Ela propôs que eu fizesse a cobrança, e não pagasse a mensalidade. Para quem não tinha como pagar no final do mês, era um negócio da China (LUZ, 2017, p. 169).

Como se pode perceber, o cursinho utilizava como estratégia o uso da mão de obra do aluno, de modo a compensar a mensalidade. Além disso, a maioria desses cursos preparatórios, embora tivessem nome fantasia, eram registrados como escola primária, como é o caso do curso do professor Antônio, que na verdade era registrado como Escola Machado de Assis, mas a população conhecia apenas como cursinho do professor Antônio. Ou seja, o curso estava sempre ligado à imagem do professor-proprietário, geralmente professores primários, ou estudantes recém-formados, que voltavam à cidade e se articulavam para se estabelecer no município.

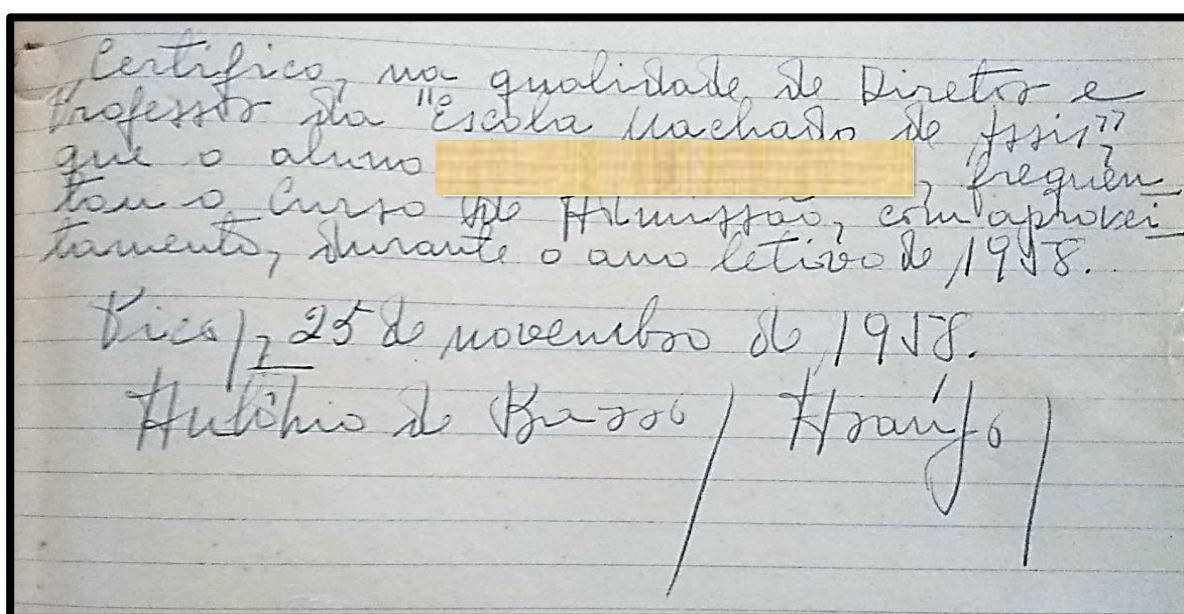
A estratégia desses preparatórios em também serem registrados com o curso primário possibilitava que o cursinho fornecesse ao aluno a preparação necessária para o exame, para aqueles que sabiam ler e escrever, mas que não tinham habilitação necessária. Com isso, os cursinhos concediam a documentação para que os seus alunos comprovassem “satisfatória” educação primária, como a Lei Orgânica do Ensino Secundário exigia. O certificado de educação primária em quatro anos só passou a ser exigido por meio da portaria do Ministério da Educação de nº 325, de 1959.

Em média, os alunos ingressavam no curso primário já entre 9 e 11 anos e, na pressa para ingressar no curso ginásial, foi desenvolvida uma prática muito comum em Picos, que era “pular” séries do curso primário, que, na época, era de cinco anos. Os alunos cursavam até

o terceiro ano ou quarto ano do curso primário e faziam o exame de admissão, se aprovados, conseguiam a documentação junto às suas escolas ou cursos e eram matriculados no curso ginásial.

Isso acontecia porque a legislação exigia a idade mínima de 11 anos, além da flexibilidade quanto à exigência de comprovação do curso primário, uma vez que a falta de clareza na legislação da época se tornava vaga ao se exigir “satisfatória educação primária”. A figura 91, a seguir, nos mostra o atestado do curso primário.

Figura 91: Atestado de curso primário



Fonte: CETI Marcos Parente.

A legislação não especificava o tipo de documentação a ser apresentada, de modo que, na grande maioria dos prontuários, havia apenas declarações, atestando que o aluno teve “Satisfatória educação primária”, que o aluno “estava apto para o exame de admissão”, ou ainda que “o aluno cursou o curso de admissão” em determinado estabelecimento, os quais, em alguns casos, eram apenas preparatórios para o exame, não ofertando todo o curso primário. Dessa forma, entendemos também que o curso complementar de um ano do ensino primário era mais visto como um “curso de admissão ao ginásio”.

Sobre isso, Luz (2017) conta que:

Ao fazer a matrícula, deparei com dois problemas, o primeiro com os documentos [...] certificado de conclusão do ensino primário, que nunca fiz [...]. O professor Antônio defendeu uma tese nunca imaginada. Seu cursinho e o do professor Moura Fé eram reconhecidos pelo Ministério da Educação. Poderiam dar o certificado primário, afinal eu tinha feito seu curso de

admissão e passado em primeiro lugar. O certificado que ele me deu foi aceito, e estava resolvido o mais complicado dos problemas (LUZ, 2017, p. 173).

Outro fator que podemos destacar perceptível nos depoimentos sobre o exame para admissão ao GEP está relacionado à sensação do alunado ao prestar o exame. Na leitura que o entrevistado faz da época, é possível enxergar que o exame de admissão era a única forma que o candidato tinha de entrar no ginásio, comparando-se aos vestibulares atuais.

A aprovação daria prosseguimento à vida estudantil, e a reprovação poderia, muitas vezes, barrar o processo de formação, pois muitos alunos tentaram várias vezes e não conseguiram, haja vista o nervosismo no dia da prova. Isso pressupõe que o período em que cursaram o ginásio talvez seja bem mais lembrado do que o período em que fizeram o curso científico, por causa do exame de admissão.

Além dos cursos preparatórios, era comum aos alunos, geralmente os mais abastados, estudarem sozinhos ou com o auxílio de professores particulares, mediante compêndios destinados para tal fim.

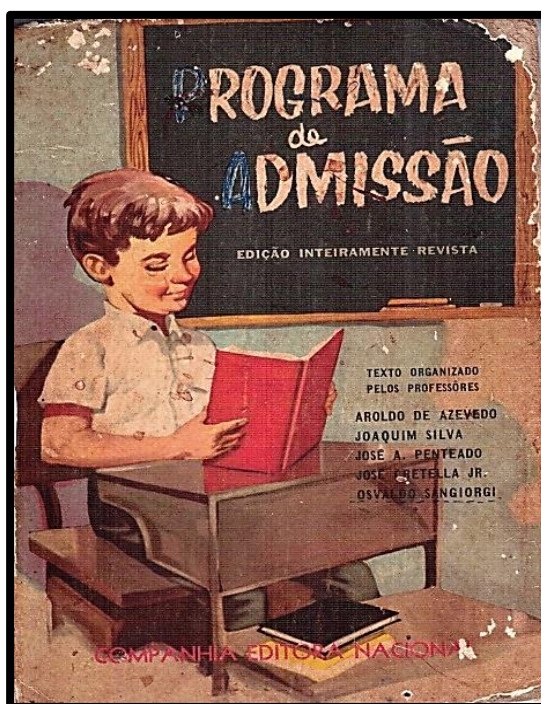
Graça (2002) relata que, para uma conveniente preparação, muitos professores, alunos de escolas e cursos preparatórios contavam com um livro especialmente elaborado para o exame de admissão. Sobre este artefato, Carvalho (2018) diz que:

Tinha um livro próprio para o exame de admissão, que tinha lições para a prova. Eu me lembro de um texto sobre “O boi de Belchior”, um texto bem interessante. A gente decorava o texto inteiro, até algum tempo eu lembrava. Esse cursinho valia pelo quarto ano, quem não passava logo no exame de admissão fazia o quinto ano primário. O professor do cursinho tinha uma lista enorme de aumentativo e superlativo. No dia da prova do exame de admissão, foi um verdadeiro vestibular. Tinha a prova escrita com as matérias exigidas. Era um nervosismo. Todo mundo apavorado e por fim teve uma prova oral, que essa era a que assustava todo mundo. Nesta prova oral, no meu caso, o meu examinador foi o professor Gaudêncio. Era daqui, mas morava em Recife. Ele veio ajudar na banca. Eu estava muito bem preparado, não tive dificuldades, mas concorrência era enorme. A prova foi ali no ginásio mesmo, era no auditório. Você subia na bancada e ele, o professor Gaudêncio, estava numa mesa fazendo as perguntas. As pessoas lá embaixo esperando vez. Não era fácil, um verdadeiro vestibular. (CARVALHO, 2018)

Bastos e Ermel (2014, p. 125) lembram que “Os exames de admissão motivaram a produção de uma significativa literatura escolar com autores consagrados”. Livros grossos que continham todo o conteúdo do exame são citados constantemente por ex-alunos do

ginásio em Picos, tidos como verdadeiros livros de receita para a aprovação no exame e ingresso no ginásio.

Figura 92: Programa de Admissão, 4ª ed. 1958. Cia. Editora Nacional. 349p.



Fonte: Arquivo do pesquisador.

Figura 93: Exame de Admissão para os ginásios. Edição atualizada, 1939. Editora Livraria Francisco Alves. 350p.



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Nas reminiscências dos entrevistados, é muito comum citarem o manual “Admissão ao Ginásio”, de Aída Costa.

Figura 94: Admissão ao Ginásio. Aída Costa e outros. 566ª ed. Editora do Brasil. 1969.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

É necessário esclarecer que o livro não é só um simples objeto, mas um artefato cultural portador de uma ideologia e de uma finalidade, representando uma simbologia para quem o usa. Este material representa, para muitos alunos do período, uma espécie manual de instrução que continha todo o conhecimento necessário ou a chave de entrada para o ginásio.

Este material foi produzido na década de 1940 pela Editora do Brasil, um livro pequeno de capa dura que, segundo os estudantes, possuía todo o conhecimento necessário para entrar no ginásio. Era só aprender. Geralmente, as provas do exame de admissão ficavam a cargo dos ginásios e eram elaborados por seus professores, levando a crer que, muitas vezes, utilizavam estes materiais não só na preparação dos alunos, mas na própria feitura da prova.

A concepção de livro, enquanto artefato ou objeto, está ligada à cultura material da escola, fazendo-se necessário a relevância desta cultura para a concepção da escola. Assim:

Los textos, el mobiliário, los espacios y todos los elementos que componen el utillaje escolar hablan tambien de nuestros modos de pensar y sentir, de los sistema de valores que informaron la educación, de la intrahistoria de la escuela y de las relaciones de ésta com la sociedade de cada época (ESCOLANO, 1990, p. 7 *apud* SOUZA, 2007, p. 174).

Como artefato produzido essencialmente para que estudantes de todo o país se prepararem para o exame de admissão, este objeto da cultura material escolar nos mostra como era a organização da prova, quais eram os conteúdos cobrados, como podiam ser cobrados e geralmente vinham com a legislação do assunto em sua primeira capa, que poderia nos mostrar como o exame estava organizado em determinado ano. Desse modo, ao comparar os livros de admissão de várias casas editoriais e de vários anos, pudemos entender como esse exame foi se estruturando e se consolidando ao longo dos 21 anos em que foi aplicado no GEP.

No que diz respeito à organização do exame de admissão no GEP, eram os professores do estabelecimento os responsáveis pela elaboração da prova. Na maioria das vezes, a prova era muito semelhante ao que era ensinado nos cursinhos e contido nos famosos livros de “admissão ao ginásio”, como as gravuras utilizadas na produção textual de português, que eram as imagens que estavam no livro da Aída Costa, bastante utilizado em Picos naquele período, conforme a figura 95 nos apresenta.

Figura 95: Gravuras para produção texto do exame de Admissão



Fonte: Luz neto (2019).

Nesse sentido, Luz (2017) faz referência, em suas reminiscências, a um manual que preparava para o exame de admissão ao ginásio:

[...] eu estava curado, sabia ler e tinha base para iniciar o exame de admissão ao ginásio. [...] Um dia, a irmã Teresa me trouxe um livrinho de Aída Costa, *Exame de admissão ao ginásio*. “Se aprender bem o que está neste livrinho, entra direto no ginásio. São apenas quatro matérias bem explicadas e fáceis de aprender: Português, Matemática, História e Geografia”. [...]. Passei em primeiro lugar [...] Parecia um sonho, mas eu estava no ginásio (LUZ, 2017, p. 149-150).

Segundo Silva (2017), o livro “Admissão ao Ginásio”, da editora do Brasil teve sua primeira edição publicada em 1943 e, em 1960, havia ultrapassado mais 550 edições. A quantidade de edições em nível nacional mostra a aceitabilidade da obra por parte dos professores do curso ginásial e de cursos preparatórios para o exame de admissão, além da compra pelas famílias e respectivo uso pelos estudantes. Acredita-se que o “Admissão ao Ginásio”, da Aída Costa, já tenha sido utilizado na preparação para primeira turma do ginásio em 1950, pois conta um exemplar das primeiras edições no acervo do Museu Ozildo Albano e na casa de alguns ex-alunos.

Figura 96: Livro preparatório utilizado pelas primeiras turmas



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Na verdade, o livro não era de autoria de Aída Costa. Ela era responsável apenas pela disciplina de Português, mas o que ficou da memória coletiva dos alunos, foi o nome dela. Acredita-se que pelo fato de ser o primeiro nome que aparece na capa do manual.

Nos relatos dos alunos, foi possível perceber que a grande maioria recorreu a estes preparatórios, por outro lado os que não fizeram cursinho recorreram aos manuais de preparação ao ginásio, em especial o de Aída Costa, publicado pela Editora do Brasil. Havia inclusive uma forte disputa de alunos por parte destes preparatórios.

A utilização dos manuais preparatórios para o exame de admissão ia além da preparação dos alunos para a prova, pois eram utilizados também pelos professores do GEP para a elaboração das questões do exame. Para ser aprovado, o aluno precisaria obter uma média global igual ou superior a cinco, pois não havia um número de vagas definido. O que nos chamou atenção foi o fato de alguns alunos com média global de 4,6 e 4,9 constarem na lista de aprovados, pois, segundo a portaria 501, de 1952, era proibido o arredondamento das notas.

Porém, entendemos, a partir do posicionamento de Frago (2001, p. 95), que “[...] cada estabelecimento tem, de forma mais ou menos acentuada, a sua própria cultura, as suas características peculiares. Não há duas escolas [...] exatamente iguais, embora entre eles possam se estabelecer semelhanças”.

A partir de 1952, a disciplina de Português passou a ser eliminatória. Como era a primeira prova, os alunos que não apresentassem nota igual ou superior a cinco já estariam eliminados das fases seguintes. A prova era geralmente aplicada durante o fim de semana. O índice de inscritos e de reprovados variava, conforme o quadro 14 nos apresenta.

Quadro 14: Dados da concorrência dos exames de admissão ao GEP (1950-1971)

INSCRITOS						REPROVADOS								
Ingresso	Realização	1ª ÉPOCA DEZEMBRO			Realização	2ª ÉPOCA FEVEREIRO			1ª ÉPOCA DEZEMBRO			2ª ÉPOCA FEVEREIRO		
		M	F	T		M	F	T	M	F	T	M	F	T
1950	1949	-	-	-	1950	-	-	67	-	-	-	-	-	-
1951	1950	-	-	-	1951	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1952	1951	33	20	53	1952	12	05	17	08	05	13	06	00	06
1953	1952	35	26	61	1953	29	10	39	-	-	-	15	00	15
1954	1953	42	25	67	1954	28	08	36	17	05	22	06	00	06
1955	1954	39	22	61	1955	21	19	40	23	03	26	18	06	24
1956	1955	-	-	-	1956	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1957	1956	55	44	99	1957	35	31	66	38	25	63	13	06	19
1958	1957	41	28	69	1958	34	26	60	37	17	54	25	12	37
1959	1958	52	44	96	1959	34	25	59	32	17	49	23	08	31

1960	1959	51	35	86	1960	39	27	66	34	21	55	17	03	20
1961	1960	58	32	90	1961	43	31	74	43	20	53	34	22	56
1962	1961	67	55	122	1962	43	39	82	50	31	81	18	21	39
1963	1962	55	68	123	1963	27	38	65	27	21	48	22	25	47
1964	1963	71	39	110	1964	41	16	57	33	21	54	36	07	43
1965	1964	78	36	114	1965	33	24	57	43	24	67	21	11	33
1966	1965	62	48	110	1966			95			84			52
1967	1966			209	1967			-			-	-	-	-
1968	1967			337	1968			216			188			71
1969	1968			383	1969			206			155			80
1970	1969			458	1970			251			268			50
1971	1970			268	1971			255			08			08
1972	1971			252	1972	-	-	-	-	-	75	-	-	-

Fonte: Livros de Ata dos Exames de Admissão (1950-1971).

Supomos que a queda no número de inscritos na primeira época de 1957 foi ocasionada pela criação da Escola Técnica de Comércio de Picos, que passou a funcionar no período noturno nas dependências do Ginásio Picoense. Essa escola ofertava o curso comercial básico. A lei nº 1.821, de 23 de março de 1953, conferiu mobilidade e equivalência entre o secundário ginásial e o comercial básico, o que facilitou a mobilidade entre as duas escolas de ensino pós-primário de Picos.

A Escola Técnica de Comércio de Picos, denominada posteriormente de Colégio Comercial de Picos, era uma escola particular que recebia aqueles alunos que tinham alguma condição financeira e não conseguiam passar no exame de admissão para o Ginásio Picoense, ou por estes desejarem uma formação técnica para atuarem no comércio pujante do município.

A mobilidade entre as duas escolas era possível, tendo em vista que, pela Lei Orgânica de Ensino Comercial, o exame de admissão era facultativo neste segmento de escola, e só veio a ser obrigatório em todos os cursos de ensino médio a partir de 1961, com a primeira lei de diretrizes e bases. Além disso, o fato de a escola técnica possuir o segundo ciclo do curso comercial desde 1957 também era bastante atraente, pois o curso técnico em contabilidade possibilitava aos alunos concludentes, além da formação básica, uma profissão.

Contudo, o GEP ainda era a instituição mais almejada pelos estudantes que ingressavam no primeiro ciclo dos cursos pós-primários, visto que o curso básico de comércio funcionou apenas em 1957 e 1958. Por não haver exigência do exame de admissão até 1961,

os alunos se matriculavam na primeira série e, por conta da lei de equivalência no segundo ano, pediam transferência para o GEP, conforme o quadro 15:

Quadro 15: Matrículas Escola Técnica de Comércio de Picos (1957-1958)

Curso	Ano	Matrículas
1º ano do Curso Básico	1957	19
2º Ano do Curso Básico	1958	05

Fonte: Livro de Matrículas do Curso Básico da Escola Técnica de Comércio de Picos.

Dessa forma, a Escola Técnica de Comércio ficou mais conhecida na região por causa de seu curso técnico de contabilidade, de modo que o curso básico só voltou a funcionar em 1962, após a reforma da lei 4.024, de 1961, que reestruturou o ensino médio, fazendo com que o curso secundário e o curso comercial fossem ramos deste, tornando obrigatório o exame de admissão em todos os ramos do primeiro ciclo do ensino médio.

Na década de 1960, além dos estabelecimentos que possuíam o curso primário já existentes, como o Instituto Monsenhor Hipólito, o Instituto Ruy Barbosa, agora sob o comando de Dorinha Xavier, o Grupo Escolar Coelho Rodrigues e a Escola Municipal Landri Sales, bem como várias escolas isoladas e supletivas espalhadas pela área rural do município, foram criados o Instituto Padre Anchieta (1963), e mais três grupos escolares estaduais, quais sejam: o Grupo Escolar Miguel Lidiano, na região do Junco, o Grupo Escolar Justino Luz e Petrônio Portella, ambos na região central.

Além disso, entre 1954 e 1964, houve a emancipação de seis distritos próximos a Picos (Jenipapo, Riachão, Rodeador, Bocaina, Tapera e Genipapeiro), conforme visto no primeiro capítulo. Cada um desses distritos possuía uma escola reunida ou foi fundado um grupo escolar, além de que contaram com a montagem de um contingente de professores municipais, como é o caso do antigo povoado Rodeador, que, em 1963, foi emancipado com o nome de Santo Antônio de Lisboa, possuindo a Escola Reunida Maria de Carvalho, o Grupo Escolar Petrônio Portella, além do preparatório e as aulas do mestre-escola Miguel Guarani, o qual acabou preparando para o exame de admissão os primeiros alunos que se deslocaram para Picos a fim de cursar o ginásio.

O ex-aluno do GEP, José Gilson Chagas, relata:

Em dezembro de 1965, quando concluímos o quarto ano primário, no Grupo Escolar “Petrônio Portela”, em Santo Antônio de Lisboa, o professor Miguel

Guarany, mestre-escola consagrado na região, propôs-se a ministrar um curso preparatório para o Exame de Admissão ao Ginásio (uma espécie de vestibular da época), a realizar-se em Picos, em fevereiro do ano seguinte. Até então, nenhuma turma havia sido formada na recém-emancipada Santo Antônio para submeter-se a esse Exame. Havia apenas, como exceção, alguns casos isolados que conseguiram cursar o ginásio em Picos e em Jaicós. Nós fomos, pois, (eu e mais cinco colegas) os pioneiros a enfrentar o desafio do Exame de Admissão. Era um bicho-papão de grande vulto para nós, adolescentes “pobres, feios e morando longe.” E para o professor Miguel, autodidata, que, a despeito de larga experiência no magistério, em regime itinerante, aquele era talvez seu primeiro grande “teste” no terreno da educação formal. (CHAGAS, 2018)

Pela narrativa do ex-aluno, é possível entender que o ginásio de Picos atendia uma região muito extensa e já não era possível que o ginásio funcionasse somente pela manhã, pois aumentava o número de pessoas que possuíam o curso primário e desejavam seguir os estudos. Dessa forma, o aumento de inscritos no exame de admissão a partir de 1966 pode ser explicado tanto pela criação dos cursos ginásial noturnos e científicos no GEP, quanto pelo aumento no número de escolas da rede primária pública e privada no início da década de 1960, na sede do município, bem como pela criação de redes de ensino elementar nos distritos recém-emancipados, como Rodeador.

O curso noturno foi implantado objetivando atender aos alunos que trabalhavam, eram casados ou por qualquer outro motivo que os impedisse de estudar durante o dia. Nesse sentido, foram abertas quatro turmas de ensino ginásial à noite e três turmas do curso científico. O último exame de admissão realizado no âmbito do Ginásio Estadual Picoense, já denominado Colégio Estadual Marcos Parente, ocorreu em 1971, por força da nova lei de diretrizes e bases, lei 5692, de agosto de 1971, transferindo a inspeção dos estabelecimentos de ensino médio para a Secretaria de Estado da Educação.

A Secretaria de Educação e Cultura do Piauí criou, dentro de seu organograma, o Departamento de Educação Média, que tinha por objetivo coordenar, organizar e planejar as ações das escolas de ensino médio no Estado. O referido departamento expediu uma normativa direcionada aos diretores de cada escola, orientando como os estabelecimentos oficiais deveriam proceder naquele último ano de exame de admissão. O ofício circular nº 28, de 1971, determinava:

Tendo em vista a próxima realização dos exames de admissão, informo V.sa, que os critérios que deverão ser observados: 1. Onde houver a implantação da reforma, não haverá exame de admissão. A orientação da implantação será dada pelo grupo tarefa coordenada professora Maria Oliveira Lima; 2. Onde não houver implantação, o Exame de admissão obedecerá às instruções

da LDBEN e ficará sob a responsabilidade do diretor do Colégio, devendo este departamento ser notificado através de um relatório com o nome dos candidatos e respectivas notas de aprovação e reprovação; 3. Não será cobrada qualquer taxa, sob nenhum pretexto. (PIAUI, 1971)

O referido exame foi realizado pela última vez no GEP no período de 9 a 14 de dezembro de 1971, sendo exigida a média mínima de cinco pontos para aprovação. Dessa vez, foi instituída uma única banca e não mais uma banca por disciplina, como era realizado anteriormente, constituída pelos professores: João de Deus Neto, José dos Santos Fonseca, Maria Oneide Fialho Rocha, Maria Neiva Eulálio Dantas, Maria dos Remédios Carvalho, Luzia de Moura Barros, Maria Madalena de Moura e Maria da Conceição Silva Albano, sob a presidência desta última.

Segundo Bastos e Ermel (2014), o sistema escolar, ao propor suas metas de igualdade e oportunidades educacionais para todos, dissimula, mediante a realização de exames, uma de suas funções: a legitimação das desigualdades sociais, através das desigualdades escolares. Os exames confirmam, na saída, os resultados de entrada.

O exame, seja o de admissão ou qualquer outra forma de avaliação, uma vez instituída no âmbito da escola, faz parte da cultura escolar. Na fala das autoras acima referidas, é possível entender que a seleção do alunado no Ginásio Picoense foi baseada em um padrão aceito como legítimo naquele momento, a meritocracia, mas essa “satisfatória” educação primária, até a década de 1960, não atendia toda a população em idade escolar.

A grande parcela da população não tinha acesso à escola, havia aqueles cujos os pais podiam pagar um professor para ensinar em casa a ler e a escrever, pois moravam na sede do município e colocavam os filhos no Grupo Escolar ou na escola municipal. Os mais abastados colocavam os filhos no Instituto Monsenhor Hipólito. Diante disso, para muitos, o exame se tornava uma barreira, pois necessitava de preparação e de material didático apropriado para isso.

Uma das formas da cultura política entrar na escola é por meio dos exames. O exame de admissão, diante do pequeno número de ginásios, comparado na década de 1950 ao dos grupos escolares, era imensamente menor, haja vista que havia uma grande leva de concluintes do curso primário, principalmente nos grandes centros, e não havia ginásios suficientes para atender, sendo necessário controlar essa entrada. Assim, o exame de admissão, criado pela Reforma Francisco Campos em 1932, foi a solução encontrada por quase quarenta anos.

Embora produzido pela escola, o exame seguia um modelo padronizado, proposto na legislação. Isso revela a força do poder público, o poder prescriptivo adentrando os muros da escola, tanto é que, em todo Brasil, os alunos se preparavam por manuais feitos no Rio de Janeiro e em São Paulo, que, aliados ao cursinho, para aqueles que podiam pagar, constituíam a receita certa para aprovação e consequente ingresso no curso ginasial.

4.2 Fazendo a matrícula no ginásio

Passado o exame de admissão, se o aluno fosse aprovado, era hora de fazer a matrícula. A documentação era praticamente a mesma exigida para inscrição no exame, sendo, na maioria das vezes, apenas reaproveitada pela escola com alguns acréscimos.

Para fazer matrícula no ginásio, era necessário apresentar a documentação que atestasse “satisfatória educação primária” ou equivalente e, além disso, efetuar o pagamento de uma taxa anual na Prefeitura de Picos, a qual variou de valor ao longo dos anos.

Além disso, era necessário apresentar um requerimento de matrícula ao diretor do estabelecimento, sendo acompanhado pela documentação estabelecida pela portaria nº 501, de 1952, da Diretoria de Ensino Secundário, acrescida, ainda, de exigências da própria prefeitura, que rezava, em seu artigo 2º, os seguintes itens:

- Certidão de Registro civil, ou carteira de identidade civil ou militar;
- Atestado médico (selado e com firma reconhecida) comprobatório que o candidato não é portador de defeito físico ou psíquico que o impossibilite a prática de atos escolares;
- Prova recente de vacinação contra varíola (com firma reconhecida);
- Prova de que o candidato possui educação primária, mediante certificado de conclusão do curso primário público ou particular, ou atestado fornecido pelo diretor do estabelecimento que mantenha tal curso;
- Prova de quitação com o serviço militar, quando se tratar de candidato do sexo masculino, brasileiro nato ou naturalizado, maior de 17 anos e menos de 46;
- O candidato deve ter, pelo menos onze anos completos ou por completar até o dia 31 de Julho seguinte;
- Em caso de reprovação para segunda época só se exige novo requerimento
- Uma vez de posse desses documentos o candidato os apresente na secretaria do ginásio entre 16 e 30 do mês de novembro com uma pasta-colecionador
- As matrículas e as mensalidades serão pagas na tesouraria da prefeitura municipal;
- Aprovado em 1ª ou 2ª época Procure o aluno adquirir os livros exigidos pelos professores na livraria São Paulo, nesta cidade;
- Aconselha-se aos pais dos candidatos aprovados a mandar fazer para os mesmos duas fardas segundo o modelo adotado por este ginásio, sapatos

serão pretos, cintos e meias também pretos. (GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE, 1955)

Analisando as normas para a efetivação da matrícula, é possível perceber a ideia de salubridade presente no texto, devendo o estudante ter de apresentar, além de um atestado de saúde, também um atestado de vacina contra varíola.

Apesar da exigência de a idade mínima para efetuar a matrícula no ginásio ser de onze anos, isso não era um problema em Picos, pois todos os matriculados atendiam a esse pré-requisito. Além do mais, percebemos, com a análise dos prontuários dos alunos, que, na formação de turmas havia uma disparidade muito acentuada de idade-série, tendo em vista que muitos esperaram pelo menos dez anos ou mais para fazer o ginásio, havendo alunos matriculados nas primeiras turmas que possuíam entre 21 e 40 anos de idade.

Essa multiplicidade de idades, misturando crianças, jovens e adultos na mesma sala, foi muito comum nos primeiros dez anos de funcionamento do Ginásio Picoense. Supomos que isso se justifica por não haver ginásio na cidade até 1950 e porque a maioria da população não tinha condições de se deslocar para outras municipalidades.

Entre os documentos exigidos para a matrícula, estava o certificado de alistamento militar para os maiores de 17 anos, o que significa certo reconhecimento pelo governo central da ausência de ginásios pelo país, concedendo permissibilidade aos adultos que não cursaram na idade mínima exigida por lei.

Consoante a isso, a política de educação de adultos direcionada ao ensino secundário, embora já constasse no artigo 91 da Lei Orgânica do Ensino Secundários, só passou a existir com a lei de diretrizes e bases de 1961, que criou o curso de madureza para os que não cursaram o ginásio na idade apropriada. A criação dos ginásios noturnos pelo Piauí será mais comum no final da década de 1960.

O GEP, apesar do nome, foi mantido pela prefeitura municipal de Picos até 1963, ano de sua incorporação pelo Estado. Para manter o ginásio, era cobrada uma anuidade, uma espécie de taxa anual de matrícula dos alunos, conforme comprovante de pagamento de anuidade referente ao ano de 1950, mostrado na figura 97.

Figura 97: Comprovante de pagamento da anuidade

Estado do Piauí (Modelo n.º 4)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS

EXERCÍCIO DE 1950 1.ª Vta

Natureza do Imposto... *Exatuaras*

Principal	Cr\$. 150,00
	\$
	\$
	\$
Taxas adicional	\$
Taxas de rodoviaras	\$
Taxas de assist. e seg. social	\$
Taxa de expediente	\$
TOTAL	Cr\$. 150,00

Recebi do Sr. _____

a quantia de *uma quarenta e cinco*

proveniente *da taxa de exp. gratuita no Ginásio Estadual Picoense*

Prefeitura Municipal de Picos, 13 de Março de 1950
M. Rodrigues

Fonte: Acervo CETI Marcos Parente.

Segundo Lopes (2017 p. 508), “a expansão dos ginásios acontecia por meio da cobrança de mensalidades e concessão de bolsas de estudo para alguns estudantes, tendo como critérios em geral, o desempenho no exame de admissão ou no período escolar ou, ainda, a condição financeira”. Pudemos perceber nos processos legislativos da Câmara Municipal de Picos que essa cobrança de taxas feita pelo GEP foi regulamentada logo no primeiro ano de funcionamento do estabelecimento, por força da lei municipal nº 45, de 3 de Abril de 1950, muito embora, pelo que nos mostra a figura 97, já vinha sendo cobrada desde Março do mesmo ano.

No GEP, eram concedidas bolsas aos dois primeiros lugares no exame de admissão, por força de lei municipal de 1950. A prefeitura de Picos regulamentou tanto a cobrança de taxas como o abatimento ou dispensa delas pela legislação local. A lei nº 42, 6 de Março de 1950, tratava da concessão de matrículas gratuitas no ginásio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PICOS;

Faço saber a todos os habitantes do município que a câmara decreta e eu sanciono a seguinte lei:

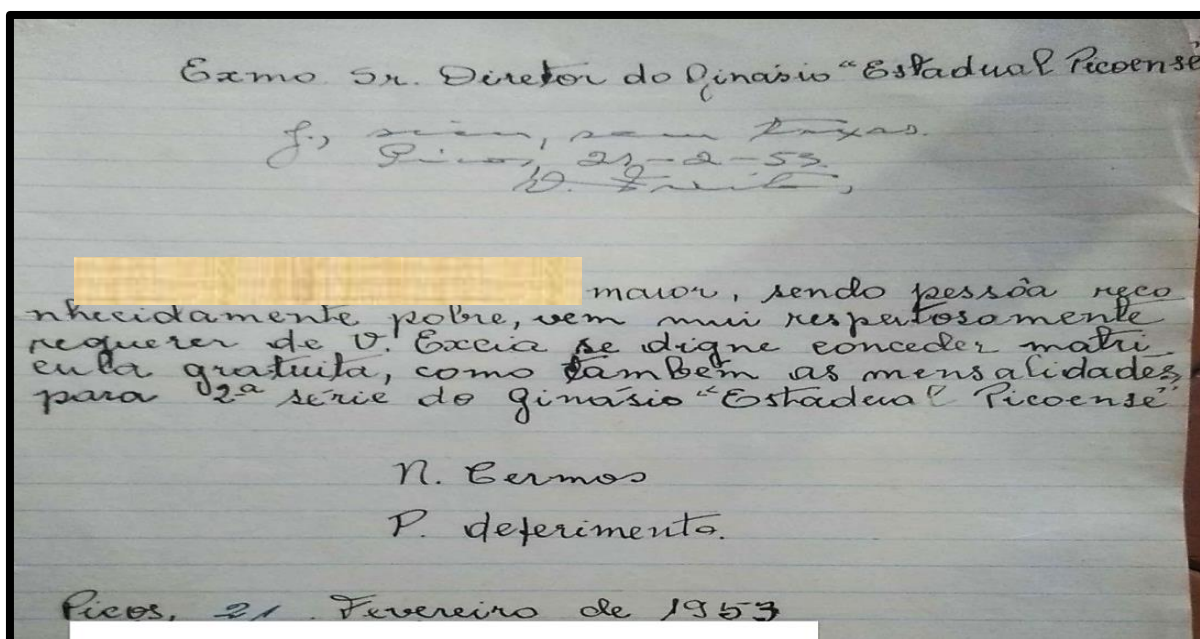
Artigo 1º - Fica o executivo autorizado a conceder matrícula gratuita, no Ginásio Estadual Picoense, aos candidatos classificados nos dois primeiros lugares nos exames de admissão, ou no conjunto de notas obtidas na série anterior, assim como alunos reconhecidamente pobres, a juízo do prefeito.

Paragrafo único – Também poderá ser concedido abatimento de cinquenta por cento a menores pertencentes a famílias numerosas pobres, a juízo do prefeito, observando quanto a mais de um irmão matriculado, as determinações do decreto-lei nº 3.200 de 19 de Abril de 1941 (Lei de proteção a família).

Artigo 2º - Os favores constantes desta lei abrangem todos os pagamentos que tenham de ser feitos na tesouraria da Prefeitura Municipal, pelas pessoas nela compreendidas na qualidade de alunos do Ginásio Estadual Picoense. (PICOS, 1950)

A referida lei mostra que as cobranças das mensalidades eram feitas na tesouraria da prefeitura e que, no ato da matrícula, os alunos ou responsáveis legais apresentavam a comprovação assinada pelo prefeito municipal. Havia a cobrança formal e documentada de uma anuidade por cada série e pela caderneta do estudante. Contudo, era comum requerimentos solicitando gratuidade da matrícula e demais taxas, conforme apresenta a figura 98.

Figura 98: Requerimento de matrícula de 1953



Fonte: Ceti Marcos Parente.

Comprendemos, com isso, que a prefeitura de Picos estabeleceu, por meio da legislação, um conjunto de critérios que isentavam alguns alunos das mensalidades, entre eles estava ter sido aprovado entre os dois primeiros lugares no exame de admissão, ter obtido a maior média global no ano letivo anterior ao da matrícula, bem como comprovar via requerimento que era reconhecidamente pobre. Havia ainda uma política de abatimentos de

50% a famílias consideradas numerosas e pobres, observando o número de irmãos matriculados.

Houve tentativa de se incluir alguns critérios que não obtiveram êxito, como o projeto de lei nº 9, de 5 de abril de 1955, que tentou incluir, como critério, o abatimento de 50% nas taxas e mensalidades do Ginásio Estadual Picoense para os filhos de servidores públicos, determinação amparada pelo artigo 149 da constituição estadual. O referido projeto foi aprovado em primeira, segunda e terceira discussão na câmara municipal, contudo, alegando falta de condições financeiras, foi vetado pelo então prefeito Helvídio Nunes de Barros.

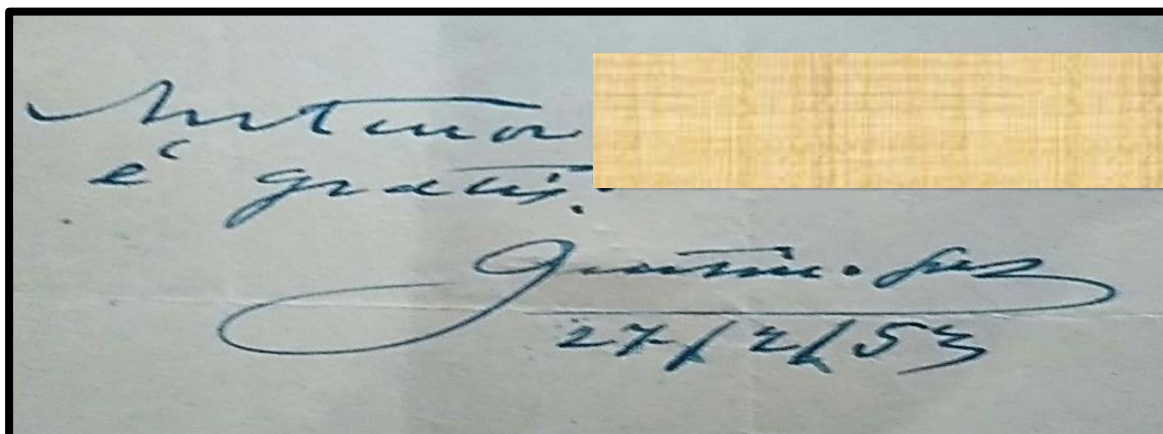
O aluno Dimas Lelis, da 1ª turma (1950-1953), destaca que essa cobrança era feita de forma mensal, o entrevistado conta que,

[...] o prefeito da época, que era muito amigo de meu pai disse que a prefeitura não podia bancar o ginásio e por isso cobrava as anuidades, aí eu disse: -- Mas o senhor cobra de mim, e não cobra de 'X', que é um dos primeiros comerciantes de Picos. Estou falando por que se é pra cobrar, que cobre de todos, porque, eu que não posso e muitos outros não podem. Como em toda escola sempre há turmas que estudam mais e se sobressaem. Acabava que os alunos mais adiantados davam aulas para os novatos e por essa razão não pagava anuidade, porque lecionava no segundo ano e no primeiro e não recebia o dinheiro, ia pra conta pra ser descontada na, na mensalidade. Eu, Ozildo, Marlene, por exemplo, cursamos o ginásio assim. (LELIS, 2019)

Atentando à lei citada e à fala do ex-aluno, percebemos que, mesmo havendo critérios estabelecidos em lei, havia um critério extraoficial que consistia na prática dos alunos veteranos lecionarem para os novatos, em decorrência da falta de professores e a título de reforço. Por isso, alguns alunos eram dispensados da cobrança de taxas e de anuidades. Notadamente, isso ocorreu nos primeiros quatro anos de funcionamento do GEP.

A narrativa de Lelis (2019) mostra indignação e menciona o caso de um grande comerciante do município do período que tinha a sua mensalidade dispensada. Dessa forma, entendemos que não era todo mundo que pagava as taxas do Ginásio Picoense, pois, além dos critérios já estabelecidos, havia ainda o poder discricionário do prefeito, que dispensava o pagamento de alguns. Isso se comprova pelo fato de que foram encontrados vários bilhetes nos processos de alunos feitos por funcionários da prefeitura ou pelo próprio prefeito, dispensando a cobrança, conforme as figuras 99 e 100 nos mostram.

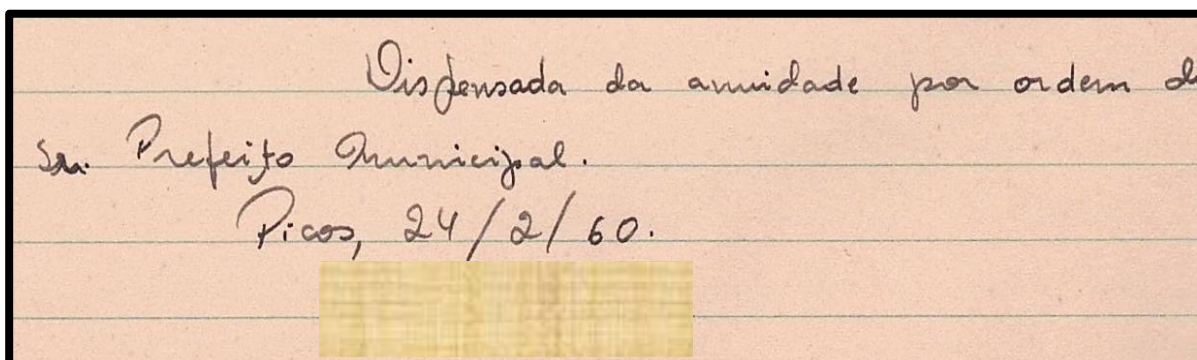
Figura 99: bilhete dispensando anuidade por ordem do prefeito de 1953



Fonte: Acervo CETI Marcos Parente.

O bilhete apresentado na figura 99 foi feito a punho pelo então prefeito Justino Rodrigues da Luz, onde se lê: “Matrícula do aluno X é grátis”, datado de 27 de fevereiro de 1953. Isso demonstra poder discricionário do prefeito para dispensar a anuidade ou matrícula de quem desejasse. De mesmo teor, o bilhete apresentado na figura 100 dispensava o aluno da anuidade “por ordem do senhor prefeito municipal”.

Figura 100: bilhete dispensando anuidade por ordem do prefeito de 1960



Fonte: Acervo CETI Marcos Parente.

Alguns dos alunos entrevistados negam a existência da cobrança de uma anuidade ou mensalidade, porém os recibos vistos em vários prontuários de ex-alunos mostram que ela existiu. Assim, a anuidade foi cobrada no período compreendido entre 1950 e 1963, conforme comprovantes de pagamento apresentados anteriormente no texto. No entanto, alguns alunos não pagavam por alguns critérios identificados anteriormente: 1 – estavam amparados pela legislação municipal; 2 – os alunos da primeira turma, a convite do diretor Vidal de Freitas, davam aulas para as turmas que chegaram entre 1950 e 1953, a título de substituição e pela

carência de professores, o que lhes garantia dispensa da mensalidade. 3 - por questões políticas, pois o decreto, que utiliza até mais de uma vez a expressão “a juízo do prefeito”, deixa claro que, em alguns casos, o prefeito dispensava, por vontade própria, conforme pôde ser visto nos bilhetes das figuras 99 e 100.

Embora a cobrança das taxas não contemplasse todo o alunado, ainda era uma das principais fontes de renda do ginásio, uma vez que o prefeito afirma, na justificativa do projeto de lei nº 4, que:

Ora, nosso único estabelecimento de ensino secundário proporcionou aos cofres municipais, um déficit superior a Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros), Entretanto face às medidas novas tomadas esse ano, a situação mudou consideravelmente, vez que só no mês de fevereiro, em consequência do recebimento dos atrasados, o ginásio rendeu mais de Cr\$ 30.000 mil cruzeiros. (PICOS, 1955)

Supomos que essas “medidas” a que refere o prefeito no documento estivessem relacionadas à cobrança pela prefeitura aos alunos que estavam em atrasos com suas taxas. No entanto, mesmo com essa cobrança, o não pagamento por alguns alunos continuou ocorrendo, inclusive, com anuência da prefeitura.

Por ser a única instituição de ensino secundário público do município, era um estabelecimento visto como de referência na região. Os alunos que estudavam no ginásio pertenciam às mais variadas camadas da sociedade e sua imensa maioria pertencia às chamadas classes médias do município. Optamos pela utilização do termo no plural, pela amplitude do conceito e por não ser possível construir uma categorização homogênea, nem financeira, nem de propósito político, visto que consideramos como parte desse grupo os que possuíam poder aquisitivo que pudesse manter o filho na escola (pagar anuidade, comprar livro, alugar casa etc.).

Nos prontuários que encontramos, há uma heterogeneidade de ocupações dos pais dos ex-alunos do GEP, (profissionais liberais, funcionários públicos e produtores rurais). Outros alunos estavam ligados aos grupos que se consideravam elite. Conhecendo o pertencimento a grupos sociais que possuíam algum poder de mando e/ou influência política na prefeitura, como familiares do prefeito, dos vereadores e dos deputados representantes de Picos e da região próxima, como Jaicós, bem como comerciantes e latifundiários importantes da região. Muitos destes últimos aproveitavam a influência que possuíam para se eximir do pagamento das taxas e a anuidades.

Havia, ainda, as instituições sociais que arcavam com os custos das anuidades de alguns alunos, como era o caso da Sociedade Protetora da Instrução Padre Marcos de Araújo Costa, que tinha sessenta sócios e era presidida pelo juiz Vidal de Freitas, primeiro diretor do Ginásio Picoense, conforme prestação de contas apresentada figura 101.

Figura 101: Prestação de contas da Sociedade Pe. Marcos de Araújo Costa de Março de 1952

SOCIEDADE PE. MARCOS DE ARAUJO COSTA	
(PROTETORA DA INSTRUÇÃO)	
Balancete relativo aos meses de Janeiro e Fevereiro:	
<u>RECEITA</u>	
Mensalidades de sessenta sócios	Cr\$ 600,00
<u>DESPESA</u>	
Matrícula de um aluno e duas alunas do Ginásio	Cr\$ 450,00
Auxílio a três alunas	Gr\$ 110,00
TOTAL	Cr\$ 560,00
Saldo para Março	Cr\$ 40,00
Os comprovantes da receita e da despesa acham-se em poder do signatário, á disposição dos interessados.	
Picos, 22 de Março de 1952.	
Vidal de Freitas	

Fonte: Flâmula (29 jun.1952).

Em 1954, o Governo Federal instituiu o Fundo Nacional do Ensino Médio – FNEM, com o objetivo de fomentar recursos para o curso médio, especialmente o secundário, que estava em crescimento vertiginoso. A portaria ministerial nº 59, de 30 de janeiro de 1956, expediu instruções sobre a concessão de bolsas de estudo nos estabelecimentos de ensino médio, notadamente os de ensino secundário. Segundo a lei:

Artigo 1º: As bolsas de estudo mantidas com recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio, destinar-se-ão a suprir, nos limites das respectivas necessidades, o custeio da educação de adolescentes, que em atenção à sua maior capacidade demonstrada em provas de seleção, deve ser ou esteja sendo ministrado o ensino médio” (BRASIL, 1956).

Dessa forma, as bolsas de estudo eram concedidas mediante aplicação de processo seletivo e podiam atender às despesas referentes à anuidade e às contribuições cobradas aos alunos pelas escolas, ao material escolar, vestuário e transporte, ou ainda à assistência médica, dentária e moradia, caso esta fosse internato ou pensão. Para a aplicação desses recursos e

elaboração e organização dos testes, foram constituídas comissões de assistência educacional em cada município que existisse ensino médio, composta por cinco membros, dos quais dois designados pela Diretoria do Ensino Secundário. Segundo a portaria, estes membros seriam escolhidos,

Parágrafo único – [...] entre as pessoas de reconhecida idoneidade, que se interessem pelos problemas da educação, de preferência juizes de direito, inspetores federais de ensino médio, diretores de estabelecimentos de ensino, autoridades regionais do ensino primário, orientadores educacionais, assistentes sociais e professores de ensino médio. (BRASIL, 1956)

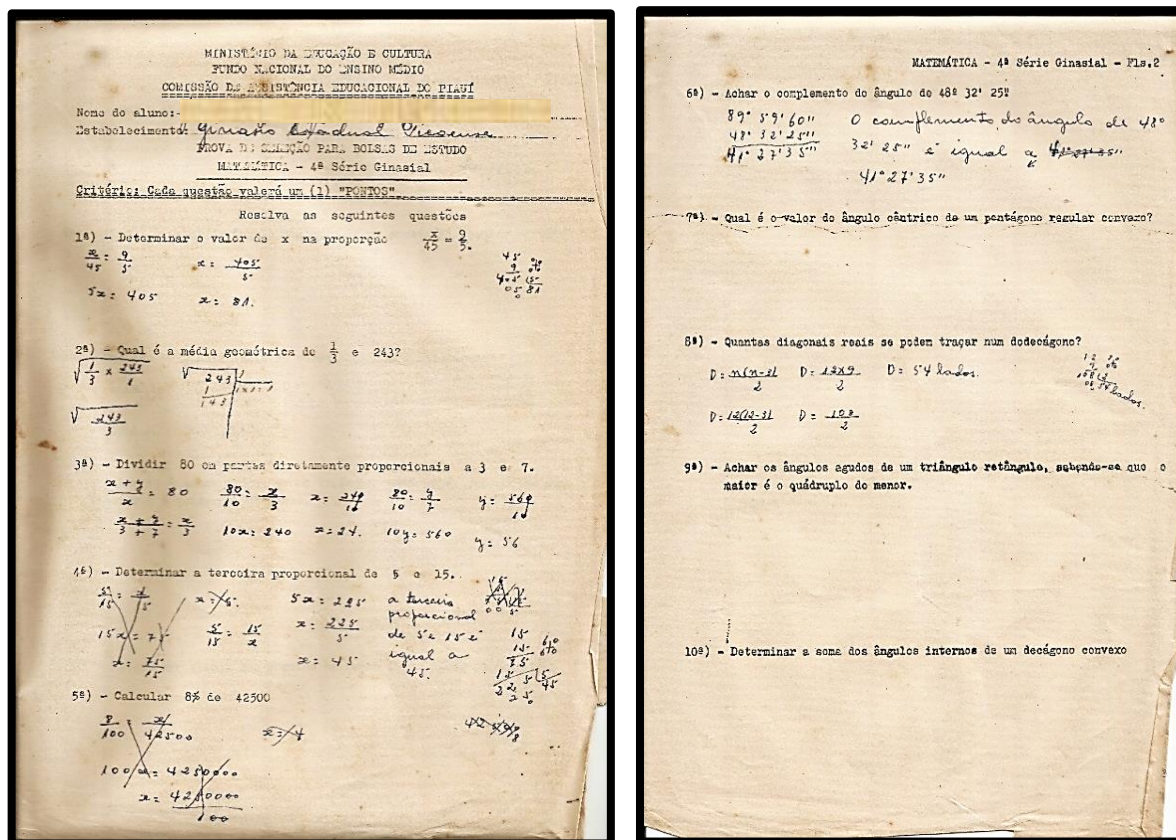
Segundo a prestação de contas dos recursos do fundo feita em 1959 e disponibilizada pelo arquivo histórico do INEP, havia uma coordenação do fundo em nível estadual, sob a responsabilidade do professor Itamar de Sousa Brito, e comissões de assistência educacional nos municípios que havia ginásios e/ou escolas normais. Em Picos, a composição era a seguinte: Inácio Baldoíno de Barros – Inspetor, Pe. David Ângelo Leal – Diretor, Pe. José Inácio Madeira, Dr. José Ribamar dos Reis – Professor, e Dr. João de Moura Santos – Médico.

Como se pode observar, a comissão local era composta pelo inspetor federal do ensino secundário, que era do quadro de funcionários dos correios, do pároco da cidade, de um médico e também deputado estadual pelo PSD e de dois integrantes do quadro do GEP, seu diretor e o professor de matemática. Este último era também o promotor público da cidade.

Para concorrer à prova de seleção, o aluno deveria ser julgado necessitado economicamente por esta comissão. A prova era de conhecimentos de matemática e de português, de acordo com a série cursada pelo candidato no ano anterior, ou seja, se ele estivesse pleiteando uma vaga na quarta série ginásial, os conteúdos da prova seriam referentes à terceira série. Não havia data fixa para prova, mas recomendava-se que fosse em abril.

O resultado era por ordem de classificação, de acordo com as bolsas disponíveis e a média aritmética de português e de matemática. As figuras 102 e 103, a seguir, nos mostram a prova de matemática aplicada em 1960 para um aluno que pleiteava vaga na quarta série ginásial.

Figuras 102 e 103: Provas de Matemática da seleção de bolsas para o GEP (1960)



Fonte: Rossini Batista dos Reis.

A bolsa de estudo era paga em cheque nominativo pelo Ministério da Educação a favor do estabelecimento de ensino, quando se destinasse ao pagamento de anuidade escolar e a favor do aluno, responsável ou pessoa indicada pela comissão e quando se destinasse ao atendimento de outras despesas. Perdiam o direito à bolsa os alunos que obtivessem média anual inferior a seis no conjunto de disciplinas, além do mau comportamento ou menos de 75% de frequência nas aulas. Contudo, mesmo o aluno cometendo essas infrações, a palavra final sobre a manutenção ou não da bolsa era da comissão.

Mesmo cobrando alguma taxa, a prefeitura ainda tinha dificuldades em manter a instituição. Em sessão da câmara de vereadores, de 22 de março de 1955, o prefeito Helvídio Nunes fala sobre as condições do ginásio. Sendo,

Aberta a sessão o senhor presidente deu a palavra ao senhor prefeito municipal Helvídio Nunes de Barros que comunicou aos senhores vereadores que tinha ido a Teresina para ter uma entrevista com o Senhor governador Coronel Gayoso e Almendra, e que teve oportunidade de lhe explicar minuciosamente a situação em que se acha nosso município, principalmente a situação do Ginásio Estadual Picoense, e que depois de

longo esclarecimento propôs ao sr. Governador para que ele tomasse de conta deste educandário, e ele respondeu imediatamente que não, dando seu apoio integral. (PICOS, 1957, p. 123).

O prefeito de Picos, em diversas ocasiões, tentou chamar a atenção do Estado para a sua responsabilidade para com o Ginásio Picoense. O documento nos mostra o apelo do governo municipal ao então governador do estado, Jacob Gayoso e Almendra (PSD). Sem obter êxito, a prefeitura seguiu custeando as despesas do estabelecimento de ensino secundário.

Sobre a cobrança de taxas realizada no ginásio de Picos, após a oficialização do GEP pelo governo do Estado do Piauí, em Dezembro de 1961, foi aprovada lei municipal de nº 485 de 6 de Abril de 1961, que dispensou os alunos do pagamento da taxa de matrícula e anuidade escolar. Contudo, como foi tratado anteriormente o Estado não incorporou de imediato o estabelecimento e em 1963, durante a gestão do prefeito João de Deus Filho, as cobranças foram reestabelecidas, decisão oficializada na sessão da Câmara de Vereadores de Picos, de 5 de Fevereiro de 1963:

O Ginásio Picoense, enquanto funcionar sob a dependência da prefeitura municipal, cobrará taxa de matrícula e anuidades escolares. Os estudantes para ingressarem no Ginásio Picoense pagarão (pessoalmente) a importância de Cr\$ 500,00 referente à matrícula e a mensalidade de Cr\$ 400,00. (PICOS, 1965, p. 124v.).

Diante dessa decisão, a União Picoense dos Estudantes Secundários emitiram nota oficial no Jornal O Dia, um dos de maior circulação no estado naquele período, repudiando o reestabelecimento da cobrança pela prefeitura de Picos,

A União Picoense dos Estudantes Secundários, cumprindo honroso dever de defesa da classe, vem de público protestar contra o recente ato do atual Prefeito Municipal de Picos, restaurando a cobrança de anuidades aos estudantes do GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE, ilicitamente explorado pela Prefeitura Municipal de Picos. É lamentável que no momento em que todos os estudantes do Brasil empenham-se por educandários gratuitos, o Prefeito de Picos, impatrioticamente, alinha-se entre aqueles que fazem do ensino secundário casa de comércio [...] Formulamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado um veemente apelo no sentido de que, cumprindo lei estadual votada em 1961, receba o Ginásio Picoense e passe a mantê-lo as custas dos cofres estaduais, restaurando assim a gratuidade naquele estabelecimento. Picos, 10 de Março de 1963. Landolfo Alves da Fonseca – Secretário; Gentil Maria Eulálio Filho – Presidente da UPES. (UNIÃO PICOENSE DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS – NOTA OFICIAL, Jornal o Dia, 21 mar. 1963).

Pudemos observar que o movimento estudantil era atuante em Picos e mantinha diálogo com os veículos de comunicação de órgãos públicos, visto que na edição seguinte do referido jornal, 24 de Março de 1963, houve apoio a causa na coluna Panorama. Supomos que essas pressões tenham contribuído para incorporação do GEP pelo governo do Estado em Novembro de 1963, sendo que no ano seguinte já iniciou o ano letivo totalmente estadualizado.

Após a matrícula, a secretaria do ginásio tinha a função de organizar os candidatos aprovados em suas respectivas turmas. Enquanto as turmas foram pequenas, até 1952, o critério mais utilizado para organização era o de gênero, geralmente os alunos ficavam separados nas primeiras e segundas séries por gênero, já na terceira, por consequência do número de evasão e a consequente diminuição no alunado, eram distribuídos em uma única turma e, assim, ficavam até a conclusão do curso ginasial.

Ao analisarmos as formações de turmas de 1956 até o final da década de 1960, percebemos que eram formadas com homens e outras só com mulheres, porém havia algumas poucas turmas mistas. A ex-aluna Francisca Luiza de Moura Rocha (1966-1969) relata:

Eu me lembro bem que, na formação de turma, de um lado, quando a gente entrava no colégio, lado direito, eram as salas dos homens. Não era mista, tinha a sala dos homens do lado direito e do lado esquerdo estudavam as mulheres. Mas a nossa turma era grande, não tinha como as duas salas comportar o número de alunos. Diante disso, pegaram os menorzinhos e formaram uma turma mista. Então eu fiquei numa turma mista, eu entrei com treze anos no ginásio e eu ainda era uma das menores, então formou essa outra turma era mista. (ROCHA, 2018)

Outro dado observado durante a pesquisa foi a quantidade de evasão. Fazendo um comparativo das matrículas iniciais na 1ª série com o número de egressos na 4ª série, temos o seguinte resultado, apresentado na tabela 11:

Tabela 11: Índice de conclusão do curso ginasial no Ginásio Picoense (1950-1965)

Ano de entrada Turno		Nº de turmas 1ª série ginasial	Nº de matriculados na 1ª série			Ano de conclusão Turno		Nº de turmas 4ª série ginasial	Nº de matriculados 4ª série ginasial		
			M	F	T				M	F	T
1950	Tarde	02	29	32	61	1953	Tarde	01	14	24	38
1951	Tarde	02	29	31	60	1954	Tarde	01	19	20	39
1952	Tarde	02	34	20	54	1955	Tarde	01	21	08	29
1953	Tarde	01	18	26	44	1956	Tarde	01	11	15	26

1954	Tarde	02	46	26	72	1957	Tarde	01			21
1955	Tarde	01	24	26	50	1958	Tarde	01	21	17	17
1956	Tarde	02	45	27	72	1959	Tarde	01	11	15	26
1957	Tarde	02	60	53	113	1960	Tarde	01	29	18	47
1958	Tarde	02	40	35	75	1961	Tarde	01	10	12	22
1959	Tarde	02	50	48	98	1962	Tarde	01	19	23	42
1960	Manhã	02	58	45	103	1963	Manhã	01	18	19	37
1961	Manhã	02	53	27	80	1964	Manhã	01	23	15	38
1962	Manhã	02	48	43	91	1965	Manhã	01	26	22	48
1963	Manhã	02	50	51	101	1966	Manhã	02	11	45	56
1964	Manhã	02	58	33	91	1967	Manhã	01	25	21	46
1965	Manhã	02	52	51	103	1968	Manhã	02	41	28	69

Fonte: Ata dos exames de admissão, atas das provas parciais e finais, formação de turmas.

Pela tabela 11, foi possível apresentar a quantidade de alunos que ingressavam na primeira série ginásial e os que se matriculavam na quarta série ao final do curso. É possível entender que, em média, apenas 50% do alunado matriculado na primeira série concluía o curso ginásial no GEP, fator ocasionado pelo alto índice de desistências e reprovações, sendo o primeiro fator predominante. Além disso, o índice de aprovação era maior na primeira série ginásial. Em 1960, dos 103 alunos matriculados na primeira série, houve 43 reprovações e dez desistências, a maior parcela formada por alunos homens.

Compreendemos que isso tenha ocorrido por conta de que uma grande parcela dos alunos homens do GEP que acabavam por desistir por causa do trabalho ou ainda ter seu rendimento prejudicado nas atividades didáticas por causa disso. Essa situação mudou um pouco no ano letivo de 1966, quando foi criado o ginásio noturno, com quatro turmas. Dessa forma, muitos dos alunos que trabalhavam e estudavam, ou aqueles que não chegavam a prestar o exame de admissão, passaram a concorrer para ingressarem no GEP.

Os prontuários dos ex-alunos podem nos mostrar marcas da origem social dos alunos e a formação primária destes. Foi possível identificar que grande parcela do alunado provinha das escolas primárias da sede do município e uma pequena parcela era proveniente da área rural do município.

Essa composição estava relacionada a estrutura da rede de escolas que o município possuía, pois o número maciço de professores e prédios escolares ficavam na sede, havendo alguns professores municipais espalhados pelo interior, que ficou em torno de 22 em 1949 e, em 1963, apenas 18.

Para atender à demanda da zona rural, a prefeitura mantinha “professores volantes” que circulavam a cada três meses pelas comunidades, ensinando a ler e escrever, geralmente nos locais onde o prefeito tinha votos. Isso afetava diretamente o ingresso no ginásio, pois reduzia o número de alunos provenientes da zona rural que teriam condições de serem aprovados no exame de admissão.

Além dessas dificuldades apresentadas, a condição financeira também era fator preponderante para a composição do alunado do GEP, pois a preparação paga em escolas de ensino primário particular ou em preparatórios para o exame de admissão e o fato do ginásio cobrar anuidades e mensalidades para a manutenção nesse período fazia com que o público do ginásio fosse reduzido.

Inicialmente, a maioria do alunado consistia em alunos da sede, sendo raros os alunos provenientes da zona rural, que muitas vezes já ingressavam no ginásio aos 20 anos de idade, havendo casos de alunos de 40 anos, como é o caso do comerciante Domingos Varão, importador de produtos agrícolas em Picos. Entre 1950 e 1960, o ginásio não possuía mais de cinco turmas, mesmo havendo uma demanda significativa de alunos que concluíam o ensino primário.

Pelos prontuários localizados, pudemos ver os sobrenomes, a filiação e o endereço de alguns ex-alunos. Dessa forma, percebemos, no GEP, a presença de famílias até hoje tradicionais na cidade, visto que sobrenomes como Leitão, Eulálio, Reinaldo, Rocha, Santos, Monteiro, Varão, Leopoldo, Lelis, Albano e Rufino são bastante comuns. Em alguns casos, são associados ainda nos dias de hoje à prestígio e poder.

Alguns alunos que iniciavam seus estudos fora de Picos, em estabelecimentos como o Ginásio Maria Auxiliadora, em Natal-RN, e o Ginásio Sagrado Coração de Jesus, em Teresina-PI, especialmente as mulheres, retornavam a Picos e concluíam seus estudos no Ginásio Picoense.

Muitos dos egressos do Ginásio, principalmente do período em que foi municipal, se tornaram servidores públicos, advogados, médicos, seguiram carreira política ou tomaram conta dos negócios da família. Isso mostra que, mesmo havendo alunos de origem humilde, geralmente provenientes da área rural, o ginásio era predominantemente urbano, pois era composto por alunos e professores que, em sua grande parcela, residiam na sede do município. O GEP era composto predominantemente também pelas elites e classes médias do município, uma vez que tanto alunos como professores, em sua maioria, pertenciam às famílias tradicionais da cidade, principalmente proprietários de terra, comerciantes e profissionais liberais.

Pudemos observar como o ingresso no GEP possibilitava aos seus alunos lograrem êxito acadêmico e seguirem por uma carreira promissora. Podemos citar o caso de José Alves da Luz, ex-aluno proveniente de um povoado de Picos denominado de Baixio das Abóboras. Em sua biografia, o ex-aluno fala que o ginásio foi essencial para a sua mudança de vida, uma vez que aprendeu a ler aos 21 anos de idade em um sanatório de tuberculoso: “Eu estava curado, sabia ler e tinha base para iniciar o exame de admissão ao ginásio” (LUZ, 2017, p. 149).

José Alves da Luz, o Zé da Luz, utilizou-se de várias formas para ser aprovado no exame, conseguindo, por intermédio das irmãs do sanatório para tuberculosos em Teresina, o livro *Admissão ao Ginásio*. O ex-aluno conta que, quando curado da tuberculose, “a solução para permanecer em Teresina era arrumar um emprego e entrar em um curso de admissão ao ginásio” (LUZ, 2017, p. 153). Percebe-se, com isso, que ele reconhecia a necessidade de se preparar para admissão ao ginásio mediante orientação.

Ele afirmava que só ficaria em Picos “se conseguisse estudar e, no dia em que terminasse o ginásio, se mandaria para o Rio de Janeiro, São Paulo, ou qualquer estado do Sul, onde poderia ter perspectiva melhor de vida” (LUZ, 2017, p. 168). Como em Picos só ocorreu a instalação do curso científico no final da década de 1960 e não havia nenhum curso superior no interior do Piauí, bem como eram poucas as oportunidades de trabalho, José da Luz acabou indo embora do Piauí.

Nessa época, os filhos dos grupos que se consideravam elites, ao concluir o ginásio, saíam de Picos a fim de cursarem o curso científico na capital do Estado, geralmente no Liceu ou no Colégio Leão XIII, e, após isso, seguiam para capital federal para cursar Direito ou Medicina. Já os que eram provenientes das classes médias que conseguiam terminar o ginásio ingressavam no Colégio Comercial de Dorinha Xavier e, logo em seguida, eram absorvidos pelo comércio ou por algum órgão público, geralmente a prefeitura. Outros conseguiam tornar-se comerciantes ou faziam concurso público, mormente para bancário (conforme figura 77) ou então migravam para região sul do país, algo muito comum no período, como foi o caso de José da Luz. O ponto de intersecção entre todas as alternativas era a continuidade, pois o curso ginásial permitia aos alunos a continuar os estudos e/ou ingressar em carreiras tidas, na época, como promissoras.

O Ginásio Picoense também foi muito importante na vida daqueles que por ali passaram. Estudar no ginásio gerava novas oportunidades de vida, tendo em vista que alguns concursos públicos federais da época, como o Banco do Brasil, só exigiam o curso ginásial, e

alguns ginásianos do GEP foram aprovados em alguns concursos, o que era um feito para época, tornando-se manchetes nos jornais locais, conforme podemos ver na figura 104.

Figura 104: Aprovação em concurso de alunos do ginásio



Fonte: Museu Ozildo Albano.

A figura 104, do Jornal Flâmula, mostra a notícia da aprovação de um aluno e do professor de Matemática do GEP, Antônio Leite, como destaque. Supomos que era uma forma dos alunos da instituição enfatizarem a importância de se ter o curso ginásial e a qualidade do ensino ministrado naquela escola.

4.3 Do diretor ao bedel: composições do quadro institucional do Ginásio Picoense

O corpo de funcionários do GEP, entre 1950 e 1960, era formado por um diretor, um secretário escolar, uma zeladora e um vigia. Este quadro conseguiu, inicialmente, atender as demandas do GEP, visto que, até o primeiro quinquênio da década de 1960, a escola possuía uma quantidade média de 200 alunos e funcionava somente em um horário, pela manhã, com 11 professores.

Para escolha do corpo de funcionários do Ginásio Estadual Picoense, eram utilizados dois critérios. O primeiro consistia no fato de que, para compor o setor administrativo, era necessário possuir alguma formação, pelo menos o curso ginásial; e, para as funções de diretor e professor, exigia-se alguma formação em nível normal ou curso superior. O segundo

critério foi o político, geralmente os funcionários tinham alguma relação, inclusive de parentesco, com os mandatários do município, que, mesmo após a estadualização da instituição, continuaram a influenciar a escolha de seus funcionários. O quadro 16, a seguir, nos mostra os funcionários que passaram pelo GEP desde sua fundação até o último ano do exame de admissão.

Quadro 16: Composição de funcionários que passaram pelo GEP entre 1950 e 1971

Nome	Função
Adelina Maria Leopoldo Leal	Secretária
Ângela Diana Oliveira Leopoldo	Aux. Secretária
Angelita Carvalho Moura Cruz	Zeladora
Elpídio Pereira Beserra	Secretário
Faustimo José da Silva	Servente
Francisco de Sousa Rodrigues	Fiscal de alunos/Bedel
Francisco Elmar de Sousa	Bedel
Francisco Moura	Zelador
Geraldo Neiva Eulálio	Secretário
José Armínio da Luz	Bedel
José de Sousa Soares	Secretário
José Pedro Leal	Bedel
Josefa Maria de Jesus Eulálio (Zezé Eulálio)	Secretária
Josué Muniz de Carvalho	Bedel
Maria Amélia Muniz Leopoldo	Aux. Secretária
Maria Consuelo Marinho Guimarães	Aux. Secretária
Maria de Araújo Barros	Zeladora
Maria do Socorro Alves da Rocha	Zeladora
Olga Leão Padilha	Secretário
Tereza Neuman de Jesus Luz	Secretário

Fonte: Livros de pontos dos funcionários, livros ata e folhas de pagamento da Prefeitura de Picos.

O funcionamento do GEP, na sua estrutura burocrática, só foi possível graças a um conjunto de grupos que interagem no âmbito institucional por meio de seu fazer ordinário. O

corpo de funcionários foi se desenhando ao longo dos vinte e um anos analisados, de modo a atender as necessidades práticas da instituição e da legislação em vigor.

O corpo de funcionários foi se alterando na medida em que a escola crescia. Em 1950, quando a escola foi instalada, havia um pequeno contingente de funcionários, visto que funcionavam apenas duas turmas, no turno da tarde. Na sua primeira composição, em 1950, havia o diretor, o juiz de direito José Vidal de Freitas, a secretária, Josefa Maria de Jesus Eulálio, conhecida por Zezé Eulálio, irmã do então prefeito Celso Maria Eulálio, e um servente.

A partir da análise do quadro 16, percebemos que a função na qual mais houve mudança, nos primeiros cinco anos de funcionamento do GEP, foi a de secretário. Passaram pelo setor um total de sete secretários entre 1950 e 1971, sendo que as que permaneceram por mais tempo nessa função foram: Tereza Neuman de Jesus Luz (1955-1965) e Adelina Maria Leopoldo Lelis Leal, sendo que esta ingressou como auxiliar em 1965 e ficou até a aposentadoria. Inferimos que, até 1955, ainda havia a falta de uma estrutura definida para o GEP, pois compartilhava, até 1954, a estrutura do Grupo Escolar. Em 1955, com a mudança de prédio, houve a contratação de uma zeladora, Maria do Socorro Alves da Rocha, e de um servente. Assumiu a secretaria da escola Tereza Neuman de Jesus Luz, que também era filha do prefeito da época, Justino Rodrigues da Luz.

Em 1960, com a mudança para sua primeira sede própria, o GEP possuía uma estrutura planejada para ser escola, o que obrigou o município a aumentar o contingente de funcionários, por causa da criação de novas funções. Nesse sentido, cada grupo de funcionários possuía atribuições definidas, por exemplo: a secretária cuidava da guarda dos documentos da escola, expedia declarações, datilografava suspensões, cuidava do escriturário escolar; o bedel, em alguns momentos, também chamado de inspetor de alunos, cuidava do controle disciplinar destes, seguindo o regimento da escola, e tudo com anuência do diretor. Adelina Lelis Leal, que começou a trabalhar no GEP em 1965, quando a escola já estava estadualizada, narra como foi seu ingresso na instituição.

Meu emprego no GEP Foi por intermédio de doutor Helvídio, que era deputado estadual por Picos, porque na época era a maneira de se conseguir um emprego estadual. Ele era irmão de doutor Zé Nunes e a minha mãe era muito amiga da mãe dele. Minha conversa com doutor Helvídio foi o seguinte: quando eu cheguei na casa dele, não tinha uma mulher, só tinha homem e eu fiquei por ali procurando um lugarzinho para eu sentar, não achei e fiquei em pé mesmo. Também ninguém me ofereceu uma cadeira. Quando ele saiu da sala onde estava recebendo, cumprimentei-o e ele disse: “Você trouxe algum recado de seu pai?”. Respondi: “Não, doutor Helvídio,

eu mesmo quero falar com o senhor.”. “Pois entre aqui, vamos falar.”. Ele disse que o ginásio estava precisando de uma pessoa pra ajudar e eu queria muito trabalhar, porque eu já tinha feito meus dezoito anos. Ele perguntou qual era o estudo que eu tinha. Eu disse que fazia o Ginásio e já tinha o curso de datilografia, que na época tinha que ter. Eu comecei a trabalhar lá no ginásio. Depois que eu comecei, foi que eu fui a Teresina e fiz uma espécie de um estágio e, depois disso, fui contratada pelo Estado, pela Secretaria de Educação, e, tempos depois, fui enquadrada e trabalhei até me aposentar. (LEAL, 2019)

Pela fala da ex-secretária, percebemos que, para o posto de secretária do GEP, exigia-se pelo menos estar cursando o curso ginásial e o curso de datilografia e ter dezoito anos completos; enquanto que, para os demais cargos administrativos, exigia-se o curso primário ou apenas ser alfabetizado. Quando o GEP estava sob a responsabilidade da prefeitura, bastava apenas que o prefeito do município desejasse que a pessoa trabalhasse na escola.

Uma vez estadualizado, não deixou de haver interferência política, notadamente dos deputados estaduais do município, que intercediam, junto ao governo do estado, levando os contratos para capital do estado, para que o futuro funcionário fosse inserido na folha de pagamento. Leal (2019) ainda relata sobre sua rotina:

Eu ia pela manhã para o Ginásio. No tempo, o expediente era só pela manhã, eu trabalhava lá, ajudava e fazia o que Neuman mandava: organizar as cadernetas e entregá-las aos professores, fazia anotações e, à tarde, de duas e meia, mais ou menos, até quatro e meia, eu ia pra casa dela para me ensinar os demais detalhes que a função exigia, como: fazer atas, preencher uma transferência do alunado, fazer um certificado, entre outras coisas. Esses detalhes eu aprendi com ela, na casa dela, que, por sinal, muito paciente, era uma pessoa muito boa. A minha perseverança foi grande, porque eu fiquei um semestre todinho trabalhando e meu dinheiro não saiu, mas eu não desisti. Minha mãe, uma vez, disse: “Minha filha, será que não é a hora de você desistir, procurar outra coisa.” E eu respondi que não, pois eu queria era trabalhar no Ginásio. Estava gostando do serviço da secretaria. Quando foi no final do ano, eu já ajudei bastante nos certificados de conclusão. Ajudei em tudo. No final do ano, era trabalhadora. Mas eu acho que era o que eu queria mesmo fazer, era isso. (LEAL, 2019)

O ex-bedel Josué Muniz de Carvalho, que trabalhou no GEP até 1965, conta que foi trabalhar na escola,

Porque eu trabalhava na prefeitura como fiscal da feira. Entrei no GEP como municipal. Minha função era controlar os alunos. Vistoriava os intervalos, acompanhava a entrada. Batia a campainha. Se o professor demorasse a entrar pra sala, eu ia lá chamar ele. Lembrar que estava na hora de entrar. Organizava a entrada, ficava do lado. Os alunos chegavam e ficavam esperando a entrada nas salas pelos peitoris da escola. Não entravam em sala

antes da hora porque eu não admitia. Uma vez teve um aluno que, quando eu entrei na sala, ele estava jogando as cadeiras. Eu apliquei uma suspensão nele (CARVALHO, 2019b).

Pela narrativa do ex-funcionário, percebe-se que não era de imediato que se contratavam funcionários. Muitas vezes, eles passavam meses sem receber, até que os seus nomes fossem inseridos na folha, mas não desistiam a fim de manterem garantido o seu espaço na instituição. No caso do ex-bedel, que era também chamado de fiscal de alunos, o mesmo já era funcionário da prefeitura e foi transferido para a escola, visto que o alunado aumentava e, em um prédio grande, necessitava de alguém que cuidasse desses alunos fora da sala de aula.

Além dos professores, a figura do bedel é sempre a mais lembrada pelos alunos, e isso pode estar relacionado ao seu caráter disciplinar. Pela narrativa do ex-funcionário, percebemos que sua função tinha também um relacionamento direto com os professores da escola, uma vez que, além de auxiliar os docentes com alunos, tidos como indisciplinados, controlava a entrada e a saída destes na sala de aula, as relações interpessoais no horário do recreio. Ademais, o bedel era responsável por tocar a campainha, um dos elementos que controlava o tempo não só dos alunos, mas também dos professores.

Analisando os livros de ponto do GEP, percebemos que o período de maior rotatividade de funcionários foi nos cinco primeiros anos iniciais, vindo a se estabilizar em 1955. Ainda foi possível perceber que, com a estadualização que se concretizou no final de 1963, houve alguns funcionários que não permaneceram, ou porque não quiseram ou, possivelmente, por questões políticas.

Além disso, o fato de, na década de 1950, o GEP ter poucos alunos e funcionários possibilitou uma relação mais próxima entre estes. O ex-aluno José da Luz relata na sua autobiografia que: “Neuman Luz, secretária do Ginásio e filha de seu Justino, era antes de tudo uma grande amiga dos estudantes. Procurava orientar a todos nos mínimos detalhes, para que saíssem com seus diplomas em ordem” (LUZ, 2017, p. 174).

Além do corpo de funcionários do GEP, por causa da legislação federal, havia a figura do inspetor federal, sujeito de existência necessária para que os estabelecimentos de ensino secundário pudessem funcionar. Segundo o artigo 75 da Lei Orgânica do Ensino Primário, “o ministério da educação exercerá inspeção sobre os estabelecimentos de ensino secundário equiparados ou reconhecidos” (BRASIL, 1942, p. 42).

Nesse sentido, todos os estabelecimentos de ensino secundário, para funcionar, necessitavam da autorização da Diretoria do Ensino Secundário, por meio de portaria e da

figura do inspetor federal, para assinar a documentação da escola. Segundo a circular nº 1 de 15 de março de 1951, que direcionava as instruções de serviços aos inspetores federais, a função do inspetor era essencial em todas as atividades do ginásio, como: o exame de admissão, matrículas, admissão de professores, fiscalizar cadernetas escolares, aprovar horários e fiscalizar provas; estando presente no estabelecimento durante a realização de todas as provas finais.

O artigo 90 da portaria 501, de 19 de maio de 1952, que expedia as instruções para a execução da Lei Orgânica do Ensino Secundário e que ficou em vigor até a promulgação da lei de diretrizes e bases de 1961, estabelecia que “a inspeção federal, nos estabelecimentos de ensino secundário, será feita não somente do ponto de vista administrativo, mas ainda com caráter de orientação pedagógica”. A alínea “e” do artigo 91 tratava inclusive que ao inspetor federal cabia “incentivar o aperfeiçoamento dos métodos de ensino”. O quadro 17 nos mostra os nomes que ocuparam a função de inspetor federal do ensino secundário em Picos.

Quadro 17: Inspectores do ensino secundário em Picos (1950-1959)

Nome	Período	Ocupação
Alberto de Deus Nunes	1950-1952	Coletor Federal
Antônio Marques de Sousa	1952	Agente Postal telegráfico
Odilon Rodrigues de Sousa	1953-1954	Agente postal telegráfico
Raimundo Nonato de Brito	1954	Agente postal telegráfico
Samuel Portella Veloso	1955	Agente de Estatística
Maria de Jesus Falcão	1956	Agente Postal telegráfico
Inácio Baldoíno de Barros	1959	Agente Postal telegráfico

Fonte: Livros de ata das provas parciais, finais e Revista piauiense de municípios.

Conforme o quadro 17, os inspetores eram funcionários públicos federais que atuavam em Picos e por isso eram designados para a função de inspetor do ensino secundário, o que não os fazia funcionários do GEP, mas os colocava dentro do quadro institucional pela exigência do Ministério da Educação. Isso nos leva a supor que a função, por ser cumulativa, era restrita ao campo administrativo. Um fato curioso é que o inspetor Odilon Rodrigues de Sousa, funcionário dos Correios, fez o curso ginásial no GEP entre 1951 e 1954, acumulando simultaneamente sua situação de aluno com a condição de inspetor do mesmo

estabelecimento, conforme pode ser visto na figura 105, onde ele aparece como aluno e assina na condição de inspetor.

Figura 105: Ata de prova de segunda época

131

Ata da prova de 2ª época

Nos dias dezesseis a dezanove do mês de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e cinco, na cidade de Picos - Piauí, realizaram-se em 2ª época as provas da 3ª série, turma única do curso Geral, cujos resultados constam do quadro abaixo.

	Português			Francês			Inglês			Matemática			História			Geografia			Canto			
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
João Leopoldino Dantas																						
Odilon Rodrigues de Souza																						
Urbano Eulálio Martins																						
Edite Maria da Silva																						
Maria Emília Bezerra																						
Luiz Alves de Meneses																						

E, para constar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Sr. Inspetor Federal, pelo Sr. Diretor Ensino e pelo Secretário.

Inspetor Federal Odilon Rodrigues de Souza
 Diretor João Carlos Pereira
 Secretário Ceresia Newman de Jesus Souza

Fonte: Acervo CETI Marcos Parente.

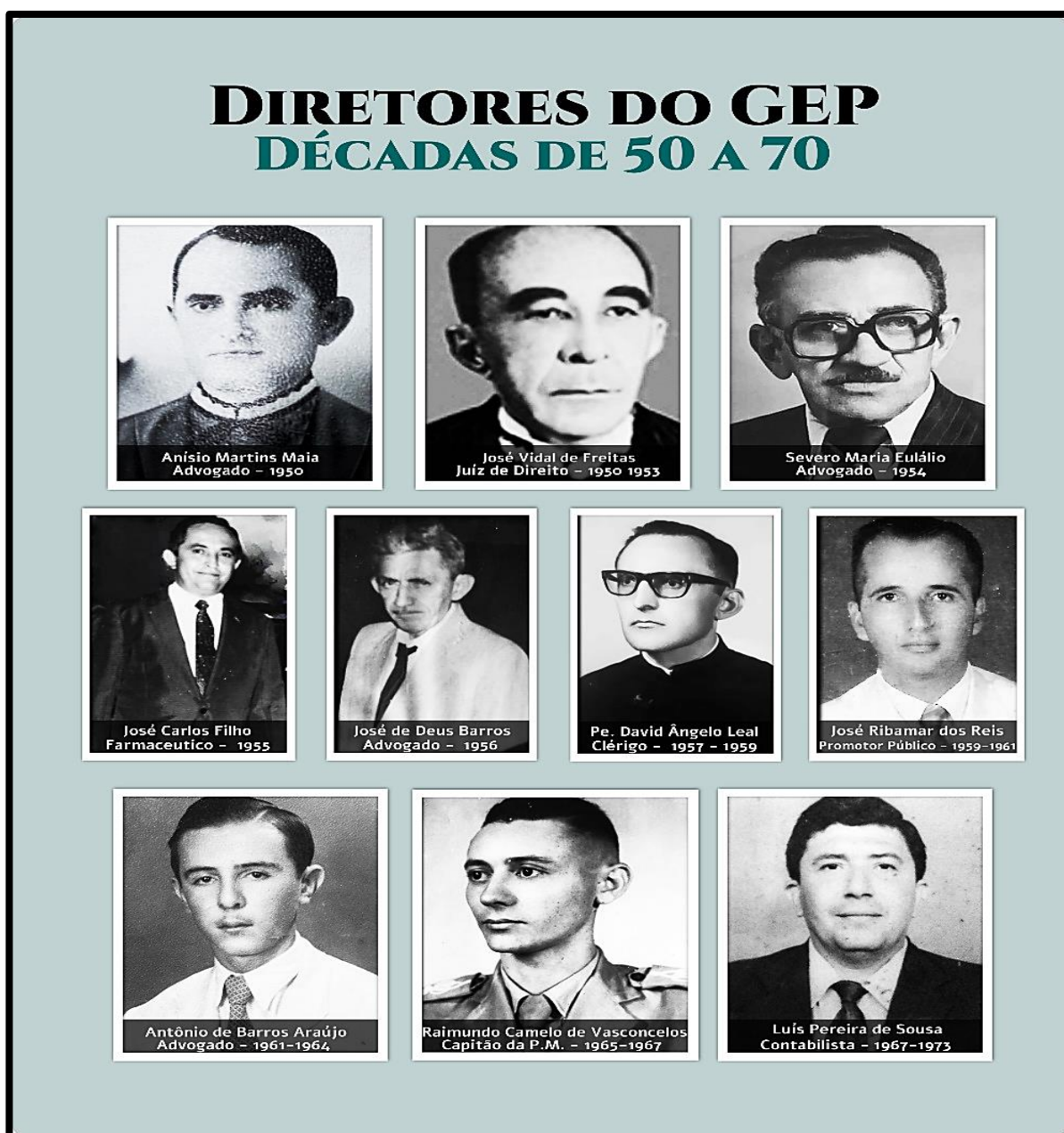
Essa situação mudou a partir de 1960, pois a partir daquele ano a Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Teresina, criada em 1958, passou a exercer a sua função, de modo que os inspetores deixaram de ser funcionários públicos federais locais, e o ginásio passou a ser inspecionado pelo próprio órgão sediado na capital do Estado.

Com a mudança de prédio, devido a sua estrutura, houve a necessidade de ampliação do corpo de funcionários, implicando em novas contratações para as novas funções a serem desempenhadas na escola. Com isso, surge no GEP a figura do bedel, responsável por auxiliar o diretor da escola, no controle disciplinar dos alunos, no momento em que ficavam fora da

sala de aula; e do auxiliar de secretaria, geralmente uma mulher, para auxiliar a secretária da escola na organização da documentação.

A administração geral do GEP, entre 1950 e 1971, era entregue ao seu diretor, que era geralmente homem, com alguma ocupação de prestígio na sociedade local e até mesmo pertencente ao alto funcionalismo público. Nomes de juízes, promotores, advogados e padres foram os mais recorrentes, conforme galeria apresentada na figura 106.

Figura 106: Diretores do Ginásio Picoense entre 1950 e 1971

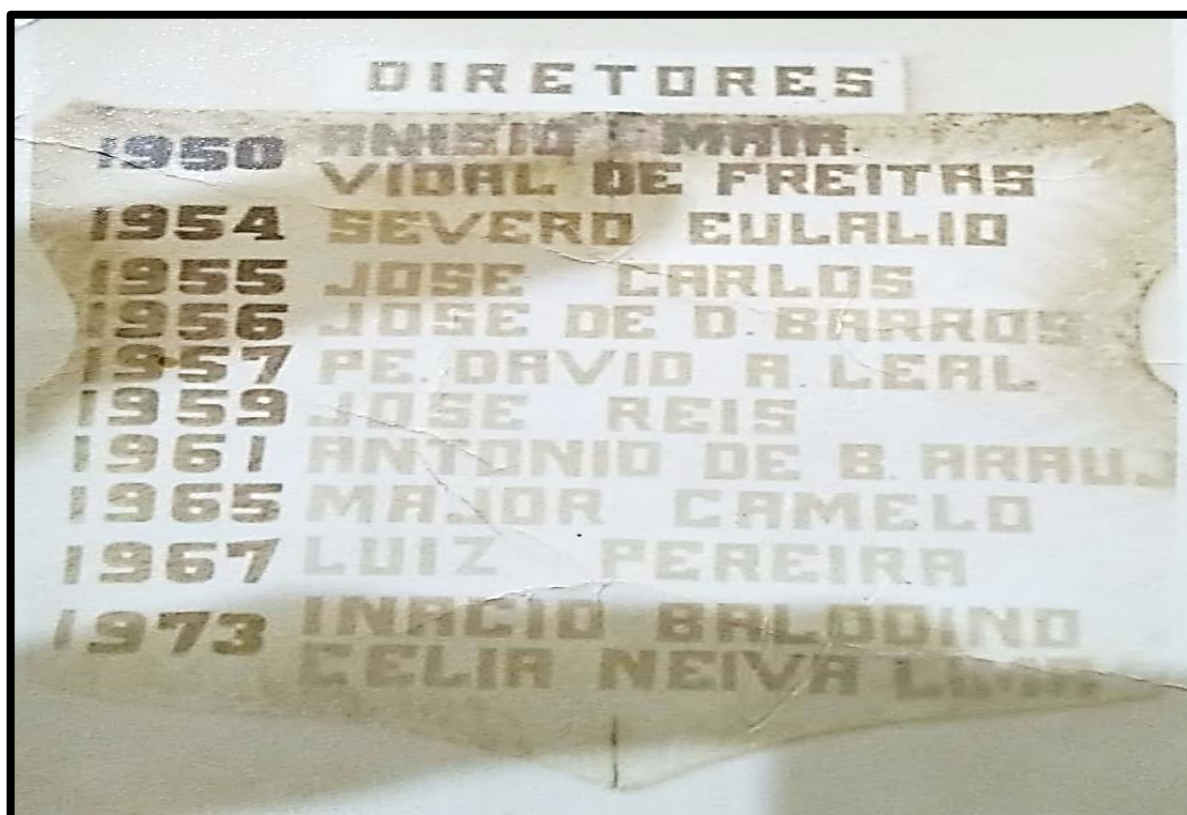


Créditos: Joquebede Freire.

Os diretores do GEP apresentados na figura 106 foram nomeados pelos prefeitos municipais até 1963, ano da incorporação do GEP ao patrimônio estadual. Após esta data, passaram designados pelo governo estadual, porém ainda com interferência da política local, especialmente do deputado estadual e ex-prefeito de Picos, Helvídio Nunes de Barros da UDN.

A figura 107 nos mostra uma placa com o nome dos diretores posta na parede da escola do Colégio Estadual Marcos Parente em 1973, fotografada e guardada por um de seus ex-diretores. Esta placa pode ser vista como um ponto de memória local, onde as memórias desses sujeitos ficam gravadas na instituição. É muito comum que os ex-alunos, ao se depararem com esse tipo de artefato, falem “estudei no tempo desse diretor, a escola era assim...”. Essas placas, embora mostrem apenas os dirigentes da escola, acabam por possibilitar algum resgate da dinâmica da escola no período no qual essas pessoas estiveram à frente.

Figura 107: Placa “Diretores” de 1973

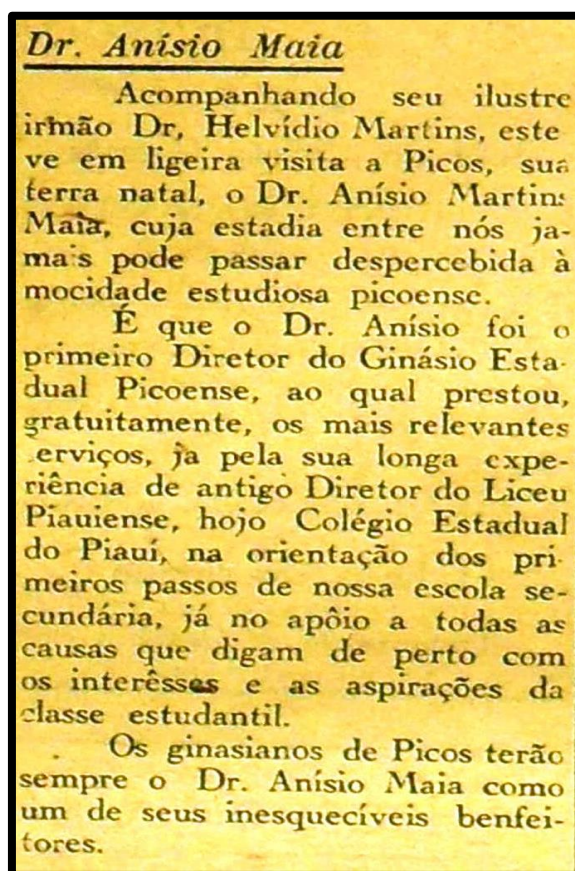


Fonte: Inácio Baldoíno de Barros.

Pudemos identificar, na placa dos diretores de 1973, figura 107, e nos certificados de aprovação dos exames de admissão, datados de 15 de março de 1950, que aparece, como

Diretor, o advogado Anísio Maia. Corroborando isso, a ex-aluna Olívia Rufino Borges, da segunda turma do GEP (Borges *apud* Sousa 2005, p. 104), nos mostra que, em 1950, “o diretor de direito era Anísio Maia, diretor de fato Vidal de Freitas”. Os documentos posteriores à realização do exame de admissão já constam com a assinatura de José Vidal de Freitas no posto de diretor. Além disso, o jornal *Flâmula*, de 1952, menciona o advogado como ex-diretor do GEP, conforme a figura 108 nos mostra:

Figura 108: Visita de Anísio Maia a Picos em 1952



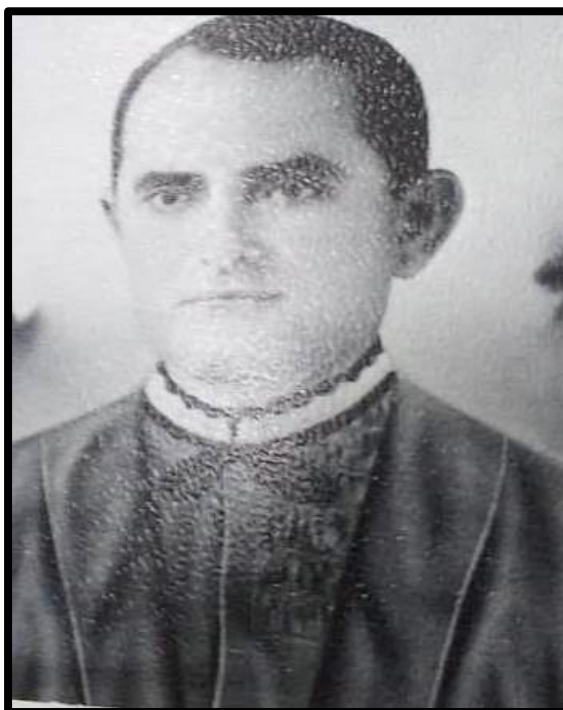
Fonte: Jornal Flâmula.

Diante disso, entendemos que o fato do nome de Anísio Maia aparecer na documentação consistiu em estratégia das elites locais para que o GEP pudesse obter autorização da diretoria de ensino secundário para funcionamento, visto que, segundo a portaria nº 375, de 16 de agosto de 1949, que expediu instruções relacionadas à equiparação ou reconhecimento dos estabelecimentos de ensino secundário, na entrega da solicitação para funcionamento, deveria haver indicação de um diretor responsável, do qual era exigido os seguintes documentos:

a) Prova de idoneidade moral e social [...]; b) Prova de competência representada, pelo menos por um dos seguintes títulos: - diploma de licenciado por faculdade de filosofia do país reconhecida pelo governo federal [...]; - diploma expedido por institutos de educação do país; - certificado de curso de seminário religioso [...]; certificado de registro definitivo de professor no Ministério de educação e saúde; - prova de exercício de dois anos, pelo menos de direção de estabelecimento de ensino de grau secundário reconhecido por poder público federal ou estadual” (BRASIL, 1949, p. 56).

O advogado Anísio Maia, que residia na capital e com fortes ligações com a política local, bem como com o clero, pois seu irmão Helvídio Maia era padre, não permaneceu por muito tempo no cargo, tendo emprestado o nome e auxiliado nos trâmites legais junto ao Ministério da Educação, para que o GEP pudesse funcionar, uma vez que atendia aos critérios estabelecidos pela portaria. Anísio Maia já possuía experiência como diretor no ensino secundário, pois foi professor e dirigiu o Liceu Piauiense, o que lhe dava um bom trâmite e uma boa relação junto ao ministério, o qual facilitaria a aprovação do funcionamento do ginásio de Picos.

Figura 109: Anísio Martins Maia²



Fonte: Tito Filho (1978).

² Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Piauí. Advogado, Promotor, Procurador Geral do Estado. Ex-professor e ex-diretor do Colégio Estadual do Piauí (TITO FILHO, 1978).

Logo após o exame de admissão ao GEP, com o início das aulas, assumiu a direção, de fato, o juiz de direito de Picos, José Vidal de Freitas, que tratou de dar andamento aos trabalhos do GEP, sendo que, ao mesmo tempo, pela falta de professores, era professor das disciplinas de línguas: Latim, Francês, Inglês e Português.

Figura 110: José Vidal de Freitas³



Fonte: Tito Filho (1978).

O professor Vidal, como era chamado, é lembrado com muito carinho pelos estudantes da primeira e segunda turma. Chegou a Picos em 1945 como juiz, fundou o Instituto Ruy Barbosa, sendo um dos articuladores para criação do GEP, a quem muitos atribuem a ideia de se fundar um estabelecimento de ensino secundário em Picos.

O Doutor Vidal era o juiz da cidade. Ele era essencialmente um professor, um bom, um excelente professor. Encarregou-se de ensinar português, não era tratado apenas como comunicação, porque ele ensinava Português, Latim... e todas as matérias que fosse necessário. Como não tinham professores competentes para o cargo, ele ocupou a vaga até preencher a grade escolar da época. (BORGES, 2019)

³ Nasceu em Oeiras – PI em 15 de Novembro de 1901, filho de Silvio Dias de Freitas e Ana Rosa da Costa Freitas. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Professor, ensaísta, filólogo, filósofo, musicista, botânico e magistrado. Aprendiz de tipógrafo. Jornalista fundou e orientou jornais em que escrevia sobre variados assuntos. Professor do Ginásio Pernambucano. Faleceu em 19 de Junho de 1987 (TITO FILHO, 1978).

Vidal exercia forte influência sobre os alunos e demais membros da sociedade picoense, tido como um intelectual, colaborador de jornais e um dos fundadores da Primeira Igreja Batista de Picos. A influência foi tanta que “os ginasianos ficaram conhecidos pelo espírito de irreverência e revolução o qual muitos alunos atribuíam ao professor e diretor que tanto admiravam, o juiz Vidal de Freitas” (SOUSA, 2005, p. 100). Os alunos chegaram, ainda, a fundar um grêmio literário e um jornal dos quais trataremos mais adiante.

No período compreendido entre 1965 e 1967, a escola já era mantida pelo governo estadual, sendo que os diretores eram indicados por este órgão. Nos primeiros anos do novo regime político e da nova organização administrativa, a escola foi dirigida por um militar, Raimundo Camelo de Vasconcelos.

Figura 111: Capitão Camelo⁴



Fonte: Cel. Camelo Vasconcelos.

Levando-se em conta que era o início do regime militar no Brasil e sendo a instituição escolar um local não só de reprodução da cultura, mas como produtor e divulgador desta,

⁴ Cearense, chegou ao Piauí no final dos anos de 1950 para ajudar na reorganização da polícia militar, onde morou até se aposentar. Nasceu em 01 de Julho de 1933. Fez Seminário da Prainha em Fortaleza, instituição de formação eclesiástica por 09 anos, formando-se em Filosofia. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí. Coronel aposentado da Polícia Militar do Piauí e um dos primeiros comandantes do 4º BPM de Picos. (VASCONCELOS, 2019).

supomos na ideia do poder público de estabelecer consonância com o momento político vivido no país e no Estado.

O ex-aluno Odorico Carvalho (2018) lembra que “[...] teve um diretor que era da polícia, tinha muita ordem no ginásio neste tempo”. Isso mostra que a vigilância era ainda maior devido à figura de um militar na escola e o consequente aumento do controle disciplinar. O ex-diretor Raimundo Camelo, conhecido na época como Capitão Camelo, conta que chegou a Picos, em 1965:

Para cumprir a rotina de quartel mesmo, na 4ª Companhia da polícia militar. Fui comandar a companhia de polícia de Picos, o que coincidiu com o período da revolução. Dr. Helvídio, político de grande influência no Estado, me conhecendo como professor, porque ele já tinha me conhecido no tempo das enchentes de 1960, me chamou na casa dele e disse que estava precisando de mim e me convidou para ser diretor, porque estava precisando de uma pessoa para assumir o posto no ginásio, também porque tinha tido uns problemas de indisciplina dos alunos anteriormente, mas nunca me aprofundi pra saber o que foi. Ele disse que queria uma pessoa que mantivesse a disciplina, de modo que eu aceitei ser diretor do ginásio em Picos. A comunidade aceitou tranquilamente, não senti rejeição pra assumir. Só teve uns problemas na cúpula, lá em cima, na própria secretaria de educação, que eram contra um militar em escolas. Contudo, não chegou a abalar nada, pois o próprio governador resolveu. O diretor vai ser esse e assim acabou a história. (VASCONCELOS, 2019)

O Capitão Camelo assumiu a direção no lugar do professor Antônio de Barros Araújo, quando este assumiu o GEP, a instituição já havia sido incorporada ao Estado. O entrevistado conta que a direção da escola foi uma oferta do então deputado estadual, Helvídio Nunes de Barros, pontuando que houve, nesse contexto, a resistência da Secretaria de Educação do Estado em relação à sua indicação. Sobre sua rotina na escola, o ex-diretor afirma:

Coincidia com a rotina do quartel, de modo que muitas vezes eu ia para o ginásio fardado. Logo, era muito corrido o tempo, porque eu também dava aulas na escola de Dorinha [Colégio Comercial de Picos]. Tanto que quando não tinha expediente no quartel, eu ia à paisana. Mas eu sempre gostei de usar a farda, eu ia até a missa fardado. Fazia isso também para dar uma boa imagem a polícia, porque a imagem da polícia em Picos quando eu cheguei era muito ruim. Muita baderna, o pessoal não queria saber de polícia não. Mas a culpada era a própria polícia. Diante disso, eu tive a intenção de procurar criar uma imagem melhor para a classe. Naquela condição de professor, movimentando o colégio, acabava misturando uma coisa com a outra. Eu tive minhas razões pra isso. Pela manhã, eu ia para o quartel, dava início aos trabalhos por meio do disparo do foguete e depois tocava para o colégio e ficava lá até terminar a aula. Eu chegava cedo, primeiro que os alunos, o pessoal entrava nas filas para ir para a classe. Disparava o expediente normal. Eu ia pra sala do diretor e ficava lá, corrigindo prova,

preparando aulas. Essa coisa de documentação era com a secretaria. Eu nem andava na secretaria. Eu confiava plenamente no trabalho da secretária. Era uma pessoa extremamente dedicada. Qualquer problema que eu tinha no colégio, era com ela que eu resolvia. Eu também ficava circulando pela escola, andando pra cá e pra lá. Gostava de entrar nas salas. Gostava de olhar os professores. Dá uma mãozinha e mostrar presença. Mostrar que o diretor estava ali, a fim de o professor saber que estava bem acompanhado. No ginásio, eu dava algumas aulas, muito poucas, de Português. Eu cuidava do ginásio pela manhã e quando abriu o científico, eu passei a ir à noite também. Um rapaz que me ajudou muito foi Josué Muniz, inspetor de disciplina. Josué era mais atuante que o diretor. Era responsável pelo controle disciplinar dos alunos. Fazia isso sem coagir. Era lindo o trabalho dele. Eu ficava olhando. Ajeitava a fila, organizava a entrada. Todo mundo gostava dele, porque ele merecia. Grande rapaz. Grande colega. Eu entregava tudo para o Josué. (VASCONCELOS, 2019)

Pela narrativa do entrevistado, é possível perceber que o diretor acabava misturando as duas funções: diretor e militar, pois deveria dar conta das duas ao mesmo tempo. Isso mostra que o trabalho do diretor como um elemento centralizador da escola, não pelo que fazia, mas pela função que ocupava. A função do diretor era realmente o controle disciplinar da escola e acompanhar o trabalho dos professores de perto, sempre auxiliado pelo bedel, visto como seu homem de confiança. Questões documentais ficavam sob a responsabilidade da secretaria da escola, de modo que ele apenas assinava.

A capacitação desses diretores ocorria em Teresina, sendo organizada pela Inspetoria Seccional do Ensino Secundário e pelo Departamento de Educação Média da Secretaria de Estado da Educação. Nessas reuniões, além de pautas administrativas, era possível a socialização de experiência entre os diretores dos ginásios públicos e particulares existentes no estado, devido ao uso da metodologia em grupo, conforme podemos observar na programação de 1961, nas figuras 112 e 113:

Figuras 112 e 113: Programação da reunião de Diretores de 1961

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO - CADES
INSPECTORIA SECCIONAL DE TERESINA

REUNIÃO DE DIRETORES (dias 11 a 13 de julho)
LOCAL: FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ
PROGRAMA E HORÁRIO DE ATIVIDADE

Dia 11 - M A N H Ã
8,30 - Abertura - Sessão solene.
10,00 - Constituição dos diversos grupos de estudo e distribuição dos temas a cada grupo.
T A R D E
14,30 - Reunião dos grupos - Apresentação dos temas pelos relatores e discussão orientada.
NOITE
19,30 - Reunião plenária - Leitura e discussão das conclusões dos grupos.

Dia 12 - M A N H Ã
8,30 - Sessão plenária - Conferência: "O verdadeiro papel do Diretor: educador, administrador, professor - etc." (Pe. Antônio Sampaio - Diretor do Ginásio / São Luiz Gonzaga).
9,30 - Reunião dos grupos - Apresentação de novos temas: debate sobre os mesmos e a conferência.
T A R D E
14,30 - Comunicações da Inspectoria Seccional.
16,00 - Sessão plenária - Leitura e debate das conclusões dos grupos.

Dia 13 - M A N H Ã
8,30 - Sessão plenária - Conferência: "A formação comum do homem moderno na escola secundária." (Prof. // Clemente H. R. Fortes - Diretor da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí).
9,30 - Parte social - Visitas.
T A R D E
15,00 - Apresentação das conclusões dos grupos e debate.
N O I T E
20,00 - Encerramento.

oOo

T E M Á R I O:

1. A escola e a orientação educacional.
(Relator: Pe. Luciano Ciman - Orientador Educacional do Colégio "São Francisco de Sales").
2. A escola e a comunidade: círculo de pais e mestres.
(Relator: Pe. Mariano da Silva Neto - Diretor do Ginásio "Pe. Marcos").
3. Relações entre diretores e professores.
(Relator: Prof. Moaci Ribeiro Madeira Campos - Diretor do Ginásio "Leão XIII").
4. Fiscalização do ensino por parte da direção.
(Relator: Prof. José de Lima Couto - Diretor da Escola Normal "Francisco Correia").
5. Situação econômica e ensino (escola do Estado e escola particular).
(Relator: Prof. Pedro da Silva Ribeiro - Diretor do Ginásio Municipal da Escola Normal "Eurípidos de Aguiar").

oOo

COMISSÃO DE RECEPÇÃO:

Prof. Murilo de Rubim Couto
Prof. José Camilo da Silveira Filho
Prof. Pe. Luciano Ciman
Prof. Moaci Ribeiro Madeira Campos
Prof. Jeffre do Rêgo Castelo Branco
Prof. Pedro da Silva Ribeiro

oOo

PROTÓCOLO: SE
Em 04/07/61
Director Geral

REGISTRE-SE
Em 04/07/61

RECEBIDO SOB N. 269/61
em 4/7/61
Causimila Castro
Aux. Datilógrafo.

Fonte: Arquivo Público do Piauí (Correspondências da ALEPI).

Pela programação, é possível afirmar que a criação da inspetoria seccional em Teresina facilitou a organização dos ginásios no Piauí, visto que reuniões como essa acabavam sendo uma oportunidade de atualização, para os diretores que eram professores, e de formação, para os que não pertenciam ao magistério. Sobre essas reuniões, Vasconcelos (2019) conta:

As reuniões ocorriam geralmente em Teresina. Aconteciam duas vezes por ano, sendo organizadas pelo professor Manoel Paulo Nunes. O Padre Baldoíno também aparecia por lá. Acontecia durante três dias, o dia todo. Eu saía de Picos, no carro do quartel. Não tinha ajuda de custo. Nessa reunião tinha orientações e palestras. Existia também uma prova para nós diretores que verificava nossa aprendizagem. Havia também treinamento e prova para os professores do ginásio, mas essas eram separadas das reuniões para diretores. Não tinha certificação, só era mesmo para testar os conhecimentos, a fim de saber se estávamos preparados para o exercício da direção de um estabelecimento de ensino, e atualizarmo-nos da legislação vigente, programas etc. Eram reuniões muito proveitosas. (VASCONCELOS, 2019)

A figura 114, a seguir, mostra uma dessas reuniões, realizada em 1965. Nela, aparecem o capitão Camelo, diretor do GEP, e o professor José Albano de Macedo e Ozildo Albano, na época, diretor do Ginásio João Suassuna de Melo, em Pio IX.

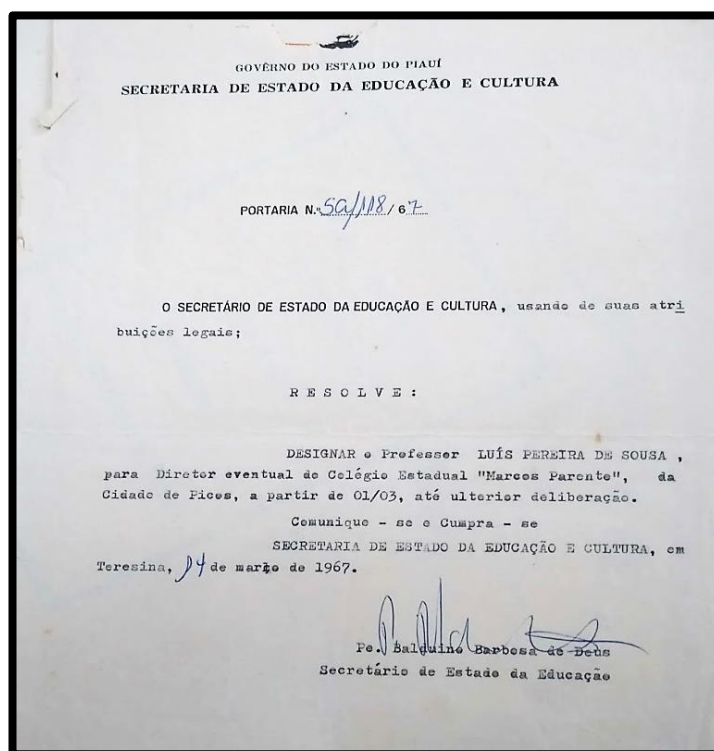
Figura 114: Reunião de diretores (1965)



Fonte: Museu Ozildo Albano

Entre 1950 e 1971, todos os diretores foram homens, dos quais apenas três não eram provenientes do professorado do GEP: Anísio Martins Maia, José Carlos Filho e Raimundo Camelo de Vasconcelos. Estes adentraram o ginásio por terem sido indicados apenas para o cargo de direção, enquanto os demais, que foram diretores, acumulavam as funções de professor e diretor. Em 1967, durante o governo Helvídio Nunes de Barros (1966-1970), assumiu a direção do GEP o professor Luís Pereira de Sousa, que já era professor de Matemática e Técnicas Comerciais do estabelecimento desde 1963, conforme a figura 115, que mostra a portaria de sua nomeação como diretor do GEP.

Figura 115: Portaria de nomeação do diretor Luís Pereira



Fonte: Lucíola Moura.

Com a reorganização do sistema educacional do Piauí e o crescimento do número de estabelecimentos de ensino médio (secundário e normal), conforme falamos no primeiro capítulo, houve gradativamente uma reorganização da política voltada para o ensino médio. No Piauí, houve a criação, a partir de 1963, do Conselho Estadual de Educação e, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, foi criado o Departamento de Educação Média.

Ambos os órgãos ficavam encarregados de gerir os estabelecimentos seguindo as diretrizes da Diretoria de Ensino Secundário do MEC e de manter diálogo com a inspetoria seccional do ensino secundário em Teresina. Com a criação desse departamento, no âmbito da

Secretaria de Estado da Educação, foi criado também um banco de informações sobre esse nível de ensino no Estado, inclusive dos diretores, conforme mostram as figuras 116 e 117:

Figura 116 e 117: Carteira do diretor Luís Pereira



Fonte: Lucíola Moura.

4.4 O professor e a matéria que eu mais gostava era...

Para a constituição do corpo docente do GEP, foram convidados pelos diretores, geralmente com anuência dos chefes políticos, inicialmente, profissionais liberais e algumas normalistas da cidade. A remuneração destes professores era paga pela prefeitura. No orçamento para o ano de 1952, constam 100.000 reis para o pagamento dos professores do ginásio, fixando o trabalho dos professores em hora por aula, inicialmente a Cr\$ 20,00, depois aumentando para Cr\$ 50,00.

Abreu (1955, p. 50) mostrou, por meio de pesquisa encomendada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), na época, que o principal problema do ensino secundário estava em seu professorado, “[...] pelo súbito incremento do aparelho, tornou-se necessário organizar um magistério de emergência, aliciado nas sobras, lazers, e desempregos de outras profissões, ou entre candidatos sem profissão alguma”. Isso nos leva a constatar que a expansão do ensino secundário no Brasil aconteceu de forma desigual e não planejada, principalmente no que diz respeito aos poucos ginásios públicos que existiam e à falta de profissionais especializados.

No município de Picos, isso não foi diferente, uma vez que, a partir da fala de Abreu, temos duas características que serviram de base para conceber o corpo docente do Ginásio Picoense: a primeira foi o lazer, tendo em vista que alguns dos professores do ginásio

possuíam alguma formação; além de terem outra ocupação. Dessa forma, ocupavam o tempo livre com o magistério secundário.

Esse lazer pode ser entendido pelo fato de o professor não se dedicar exclusivamente à docência, mas ter horário disponível para lecionar. Além disso, existiram profissionais que se consideravam apóstolos da educação e desejavam participar de uma ação escolar em prol do Ginásio desde a sua fundação, tendo auxiliado inclusive com recursos financeiros, fazendo doações ou dispensando a remuneração mensal. Em sua grande maioria, na composição do professorado, existiram advogados, juízes, farmacêuticos, que atuaram na região, sendo que outros tinham formação em nível médio, ou ainda o curso de contabilidade e curso normal.

É interessante salientar que muitos desses professores iniciaram a sua carreira como docentes por uma questão de falta de professores e alguns acabaram por seguir carreira e se aposentar no magistério, a exemplo de Maria Olita, que era contabilista, e Dr. Fonseca, que era militar de tiro de guerra e dentista prático.

Isabel Leopoldino Dantas Eulálio, conhecida como Dona Bilu, cunhada do então prefeito Celso Maria Eulálio (1948-1950), relata sua experiência como professora do Ginásio Picoense (1950-1956), com as disciplinas de Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico,

Eu fiz a escola normal. Dr. Vidal me convidou para ir falar com ele lá no ginásio. Eu tinha pouco tempo de formada. Severo ainda foi diretor de lá. Eu tive uns encontros com Dr. Vidal. Ele me disse que tudo no começo era mais difícil, às vezes, as pessoas não estão bem preparadas, mas isso não vem ao caso, pois todo mundo é adulto e todo mundo se interessa para fazer o possível para que a coisa ande bem. A senhora vai trabalhar agora como professora de trabalhos manuais e canto. Foi engraçado, porque eu como era que uma pessoa ensina aquilo que não sabe. Ele disse que era porque em Picos ninguém sabe e ele não queria trazer um leigo pra cá. (EULÁLIO, 2019)

Pela fala da ex-professora, percebe-se que havia uma enorme falta de professores, especialmente nos primeiros anos de funcionamento da escola, saindo o seu diretor Vidal de Freitas em busca de pessoas que tivessem o mínimo de formação. A escolha geralmente recaía em membros das elites pelo fato destes fazerem parte da camada social que possuía alguma formação que poderia ser aproveitada nas matérias do GEP. A ideia do diretor era a de não admitir pessoas sem formação alguma, pois a Lei Orgânica do Ensino Secundário exigia que o corpo docente fosse registrado na Diretoria do Ensino Secundário, junto ao M.E.S., conforme as figuras 118, 119 e 120.

Figura 118: Certificado de registro docente 1952



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

CERTIFICADO N.º D-18 671

O presente certificado de registro definitivo, de que trata o Decreto-lei n.º 8.777, de 22/1/46, é conferido ao professor.....
- - - ISABEL LEOPOLDINA DANTAS - -
que, segundo o processo n.º 19.622/52.....
está habilitado a lecionar.....
TRABALHOS MANUAIS.....
ECONOMIA DOMÉSTICA.....

no PRIMEIRO CICLO.

D. E. Se., em 12 / 10 / 1953

Amantio de Azevedo
DIRETOR

Isabel Leopoldina Dantas
ASS. DO PROFESSOR

Impresso para certificado de registro definitivo de professor - 1.º efelo - D. M. E. 530

Fonte: Isabel Leopoldino Dantas Eulálio

Figuras 119 e 120: Certificado de registro docente 1968



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Certificado de Registro de Professores
Registro n.º D 50.815
Nome LUIZ PEREIRA DE SOUZA
Processo n.º 268.357/69
Brasília, 10 / 12 / 69

João Lourenço Neto
Diretor do Ensino Secundário

Disciplinas	Ciclo
MATEMÁTICA	1º -:-
X:X:X:X:X:X:X:X:X:X	X:X:X:X
X:X:X:X:X:X:X:X:X:X	X:X:X:X
X:X:X:X:X:X:X:X:X:X	X:X:X:X

Obs. Válido para locais onde houver falta de licenciados na forma da Port. 142/65.

Fonte: Lucíola Moura.

O registro definitivo de professores era regulamentado pelo decreto-lei 8.777, de 1946, que inicialmente não permitia que profissionais que possuísem os cursos de caráter profissionalizante, como os Cursos Comercial e Normal lecionassem no curso secundário. Porém, pela carência de professores habilitados em faculdades de filosofia no mesmo ano, foram abertas, no início da década de 1950, algumas exceções, permitindo aos habilitados em escolas técnicas, normal ou profissional lecionarem as cadeiras de Desenho, Economia

Doméstica e Trabalhos Manuais, além da exigência para o registro de comprovação do exercício de dois anos no ensino da disciplina pleiteada.

No caso de Isabel Dantas Eulálio, esta possuía o curso normal, feito no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Teresina, sendo que, na década de 1950, constava, no currículo do curso normal, disciplinas como Higiene, Puericultura, Economia Doméstica e Trabalhos Manuais, o que dava condições para a mesma atuar com cadeiras semelhantes no curso ginásial.

Por outro lado, a ex-professora relata que, pela falta de professores habilitados, além dos Trabalhos Manuais, teve de ensinar Canto Orfeônico, a qual alegou que não possuía nenhuma formação. Para ensinar Canto Orfeônico,

Você nem sabe o tanto que eu padeci, chamei seu Ribamar pra me dá umas aulas, de música, tocava trombone na banda de música. Levava os paninhos, inventava trabalho com os palitos de picolé. Para as mulheres, eu ensinava os paninhos, eu aprendi fazer bainha ensinando. Minhas aulas de canto eram engraçadas. Dizia à turma “Eu aprendi hoje, vou ensinar a vocês”. Fazia a clave de sol no quadro, que ainda hoje eu sei fazer e aquelas primeiras lições de música, solfeja. Não gostava muito de lecionar música, tinha mais facilidade com Trabalhos Manuais, canto eu ia aprendendo eu ia passando pra eles. (EULÁLIO, 2019)

Na fala da entrevistada, percebemos o processo de fazer-se professora no ginásio, que a construção dos docentes que atuaram no GEP nesse período partiu mais da experiência em sala de aula do que da formação de cada um, tendo em vista que não só ela, como muitos outros, tiveram de se virar para adquirir material para uso em sala de aula, bem como se utilizar das estratégias que possuíam para repassar com êxito a cadeira que lhe foi confiada.

Isabel Dantas Eulálio contratou um trombonista da banda de música municipal para ensiná-la, e, na medida em que ia aprendendo, repassava aos alunos do GEP. O corpo docente constituído para o ginásio de Picos era bastante eclético, conforme podemos ver no quadro 18:

Quadro 18: Disciplinas e professores (1950-1961)

DISCIPLINA	PROFESSOR	FORMAÇÃO/OCUPAÇÃO
PORTUGUÊS	José Vidal de Freitas	JUÍZ DE DIREITO
	Severo Maria Eulálio	ADVOGADO
	Antonio de Barros Araújo	ADVOGADO
LATIM	José Vidal de Freitas	JUÍZ DE DIREITO

	Raimundo Benício Filho	SEMINARISTA
	Pe. David Ângelo Leal	CLÉRIGO
	José Wilson Santos Nunes	SEMINARISTA
FRANCÊS	José Vidal de Freitas	JUIZ DE DIREITO
	Acelino Leite de Oliveira	DENTISTA
	José de Deus Barros	ADVOGADO
INGLÊS	José Vidal de Freitas	JUIZ DE DIREITO
	Pedro Novais de Lima	BANCÁRIO
	Maria Neiva Coelho	FARMACÊUTICA
	Otílio Neiva Coelho	ADVOGADO
MATEMÁTICA	João de Deus Neto	CONTABILISTA
	Antonio Alencar Leite	FUNCIONÁRIO PÚBLICO
	José Ribamar dos Reis	PROMOTOR
CIÊNCIAS NATURAIS	Maria Do Amparo Caminha	CURSO NORMAL
	Luzia Moura Barros	CURSO NORMAL
HISTÓRIA DO BRASIL	Severo Maria Eulálio	ADVOGADO
	Manoel Moura Fé	ADVOGADO
	Célia de Castro Neiva	CURSO NORMAL
HISTÓRIA GERAL	José Gregório Ribeiro	ADVOGADO
	Elza de Castro Neiva	CURSO NORMAL
	Juracy Neiva Eulálio	CURSO NORMAL
	Célia de Castro Neiva	CURSO NORMAL
GEOGRAFIA	José dos Santos Fonseca	DENTISTA PRÁTICO/MILITAR
	Pedro Santos	FUNCIONÁRIO PÚBLICO
TRABALHOS MANUAIS	Gisélia Laila Neiva Coelho	CURSO NORMAL
	Assunção Portel Leal	EDUCAÇÃO PARA O LAR
	Isabel Dantas Eulálio	CURSO NORMAL
	Maria do Amparo de Barros Araújo	CURSO NORMAL

DESENHO	Maria Neiva Eulálio Dantas	CONTABILISTA
CANTO	Isabel Dantas Eulálio	CURSO NORMAL
	Maria dos Remédios Carvalho	CURSO NORMAL
	Francisca Maria dos Anjos	CURSO NORMAL
EDUCAÇÃO FÍSICA	José dos Santos Fonseca	DENTISTA/MILITAR
	Maria das Dores Xavier de Oliveira	CURSO NORMAL
	Demerval Alves Moreno	MILITAR
	Maria Monteiro Neiva Eulálio	
	Maria do Socorro Eulálio Dantas	CURSO NORMAL
ECONOMIA DOMÉSTICA	Luzia Moura Barros	CURSO NORMAL
RELIGIÃO	Pe. Davi Âgelo Leal	CLÉRIGO
	Pe. Joaquim Rufino do Rêgo	CLÉRIGO

Fonte: Livro de Ata. Corpo docente em exercício e depoimentos.

Conforme o quadro 18, percebemos que o corpo docente era composto majoritariamente por homens com alguma ocupação de relevância na sociedade local. As poucas mulheres que havia possuíam majoritariamente o curso normal feito em Teresina ou em Juazeiro do Norte, possuindo também algum laço de parentesco ou afetivo com as famílias picoenses mais tradicionais (Dantas, Eulálio, Neiva, Leitão, Barros e Araújo). Elas eram, em sua maioria, sobrinhas, primas, esposas e parentes. A família das que não possuíam grau de parentesco, possuíam laços políticos e de amizade. Remédios Carvalho, ex-professora do GEP, conta:

Eu comecei já nas matérias Canto Orfeônico e Trabalhos Manuais, depois me perguntaram se eu queria Português, o que não aceitei. Diante disso, me deram Ciências. Ainda foi no tempo de Luís Pereira. Eu comecei a trabalhar através de meu pai, quem conseguiu essa vaga com Dr. Helvídio, porque eram amigos. Fiz Escola Normal em Teresina e ginásio em Floriano. Fui convidada porque já tinha o curso normal, não fiz nenhum outro curso depois. (CARVALHO, 2019)

Na narrativa da entrevistada, ela menciona que seu emprego foi dado pela amizade que o pai possuía com o prefeito da cidade, na época Helvídio Nunes de Barros, que posteriormente foi Deputado Estadual, chegando a governador do Estado, além de senador.

Essa prática de emprego público por vias políticas era bastante comum na época, alguns, pela carência de professores. Também, supomos que tenha sido pela ausência de alguma lei que regulamentasse o ingresso por concurso público ou a falta de seu cumprimento.


Além disso, quando vinham sujeitos de fora para trabalhar no Banco do Brasil, Coletoria ou Correios, acabavam por entrar como professor no ginásio para ocupar o tempo livre, para completar a renda ou por que desejava participar de uma ação escolar. Os filhos da terra, geralmente, estudavam ou em Teresina, Crato ou Fortaleza, quando chegavam a Picos, já tinha sua vaga certa como professor do Ginásio.

Para as professoras que tinham o curso normal, por causa do currículo do curso, eram destinadas as disciplinas que exigiam as prendas domésticas, geralmente Trabalhos Manuais e Economia Doméstica; para as que possuíam outra formação, como Maria Olita e Maria Coelho, contabilista e farmacêutica, respectivamente, eram-lhe entregues disciplinas que envolviam cálculos e idiomas.

No final da década de 1950 e durante a década de 1960, os professores do GEP passaram a frequentar cursos de formação pedagógica promovidos pelo Ministério da Educação e Saúde, denominado de exame de suficiência da CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário).

Segundo Abreu (1955), a CADES foi criada em 1953, durante o governo Vargas, tendo o objetivo de melhorar as condições de funcionamento do ensino secundário no Brasil. Por meio desse programa, criou-se uma política nacional de formação de professores, tendo em vista qualificar esse magistério de contingência montado em fins de anos de 1940, para que continuassem no exercício da profissão.

Figuras 121 e 122: Inscrição no Exame de suficiência CADES

<p>M. E. C. — UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS EXAMES DE SUFICIÊNCIA DE 1968</p>	
	<p>INSCRIÇÃO N.º 8</p>
	<p>Luiz Pereira de Souza NOME DO CANDIDATO</p>
	<p>Matemática DISCIPLINA</p>
	<p>Em 31 / 1 / 1968</p>
	<p>Márcia Helena Câmara CHEFE DA SEÇÃO DIDÁTICA</p>
<p>Assinado até 8/1/68</p>	<p>Assinado até 8/1/68</p>
<p>Mário Edson de Alencar Dias SECRETÁRIO</p>	<p>SECRETÁRIO</p>

OBSERVAÇÃO:

O candidato deve comparecer aos exames munido deste cartão, que servirá como prova de sua identidade.

Fonte: Lucíola Moura.

Os docentes se inscreviam no exame de suficiência, conforme as figuras 121 e 122. Para tanto, chegavam a passar uma semana em Teresina estudando a matéria específica. Se aprovados no exame de suficiência, conseguiriam autorização do Ministério da Educação, figuras 123 e 124, a seguir, para lecionar no curso secundário. Notou-se que, a partir da década de 1960, aumentou o contingente de professores com alguma habilitação e formados especificamente para o magistério no GEP, principalmente por consequência dos cursos da CADES.

Figuras 123 e 124: Carteira de autorização da CADES



Fonte: Oneide Rocha.

Abreu (1955, p. 50) afirma que “a quase totalidade do nosso magistério secundário não teve formação científica e profissional. É pequeno o número de diplomados em faculdades de filosofia”. Nesse sentido, no alvorecer da década de 1960, os professores do GEP continuavam provenientes de um magistério de contingência, constituindo-se professores secundários por meio da prática em um processo de formação pela experiência e por cursos emergenciais como os da CADES.

Em Picos temos conhecimento que cursaram o curso da CADES os professores Célia Neiva, que ingressou no GEP em 1957, Oneide Rocha e Inácio Baodoíno, ingressantes de 1968, e Luís Pereira, que ingressou no GEP em 1963; e tantos outros que fizeram o curso CADES em meados dos anos de 1960.

Mesmo com o aumento do número de professores habilitados pela CADES, no final década de 1960, em relatório produzido pelo IBGE, intitulado *Picos e sua região* em 1971, são apresentados dados sobre o município, atualizados até 1967, que mostram que o problema central do ensino secundário no município ainda é o magistério, pois ainda era grande o

número de bacharéis atuando nesse nível de ensino, pela falta de profissionais habilitados em faculdades de filosofia.

O quadro 19 apresenta a relação de disciplinas escolares e seus respectivos docentes, após a reforma da lei 4.024, de 1961, que introduziu a primeira lei de diretrizes e bases.

Quadro 19: Disciplinas e professores (1962-1971)

DISCIPLINA	PROFESSOR
Português	Antônio de Barros Araújo/ Maria dos Remédios Araújo/Moacir Macedo de Albuquerque/José Albano de Macedo
Matemática	João de Deus Neto/Luiz Pereira de Sousa/Maria dos Remédios de Araújo/Maria Madalena de Moura/
Francês	José de Deus Barros (Dr. Zéli)
Geografia	Maria do Amparo Araújo Barros/José dos Santos Fonseca
Religião	Pe. Geraldo Gereon/Pe. Joaquim Rufino do Rêgo/Irmã Maria do Sudário/Pe. José Albino.
Ciências	Luzia Moura Barros
Artes Industriais	Maria do Amparo de Araújo Barros
Canto	Maria dos Remédios Carvalho
Educação Moral e Cívica	Pe. José Albino
Técnicas Comerciais	Maria do Amparo de Araújo Barros/ Luís Pereira de Sousa
Educação Física	Eloi Pereira de Sousa/Maria das Dores Xavier de Oliveira (Dorinha Xavier)/Sargento Bittencourt
Inglês	Deise Meyer Cavalcante de Albuquerque
História	Célia de Castro Neiva/Maria Oneide Fialho Rocha/Inácio Baodoíno de Barros
Desenho	Maria Neiva Eulálio Dantas (M ^a Olita)
Estudos Sociais do Piauí	Maria do Socorro Araújo

Fonte: Corpo Docente em exercício de 1968 e Livros de Ata.

Durante toda a década de 1960, ainda houve contratação de muitos bacharéis, militares e clérigos para atuarem no GEP; além de servidores públicos federais e estaduais que vinham de outros cantos do país e do Estado para trabalhar em Picos. Eram designados principalmente para as disciplinas consideradas de maior dificuldade em encontrar profissionais. Podemos citar o caso dos promotores José Ribamar dos Reis e Moacir Macedo de Albuquerque, ambos promotores, chegando o primeiro a ocupar a direção da escola.

Falar dos saberes escolares, das cadeiras ou das matérias, sobre como eram tratados esses conhecimentos, é também falar da atuação do professor, uma vez que, em sua memória, o aluno não dissocia essa figura da disciplina que ministrava.

Frago (2007) coloca os professores como um dos principais elementos da cultura escolar. Juntamente com o aluno, ele é considerado um ator, daí a necessidade de conhecer os modos de seleção, composição social e grau de profissionalização em relação a disciplina dada.

Os saberes escolares são incorporados por meio das disciplinas escolares, que são ministradas em sala de aula, sendo este o espaço em que o aluno passava maior parte do tempo quando estava no ginásio. Os alunos sempre atribuem a grande maioria das lembranças das disciplinas a algum professor, geralmente aquele professor que marcou o depoente, seja de uma forma negativa ou positiva.

Frago (2007, p. 89) nos mostra que “as disciplinas são umas das criações mais genuínas da cultura escolar. Mostram seu poder criativo e, além disso, tem sua própria história”. Dessa forma, entendemos que, ao falar dos tempos de escola, o aluno recorda de disciplinas e professores que o marcaram.

O autor insere professores e alunos entre os traços e elementos do que ele chama de culturas escolares. Segundo ele, ao professor, por sua posição na escola, cabe o papel mais relevante na cultura escolar, o de conformação. É por meio da ação docente que as disciplinas se materializam na escola, que pode muitas vezes chegar a diferir daquilo que foi pensado pelo sistema educacional, tendo em vista a predominância da cultura escolar empírica sobre as demais, conforme já dito anteriormente no texto por Escolano Benito (2017).

Para melhor compreender o que era ensinado no GEP, agrupamos os conteúdos em dois momentos. O primeiro rol de conhecimentos está apresentado no quadro 20, baseado nos livros de atas e históricos escolares do GEP, bem como na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 e suas alterações posteriores. No quadro 21, apresentamos as alterações feitas pela lei 4.024/1961 e os acréscimos feitos posteriormente pelas orientações da resolução nº 6 de 22, de outubro de 1965 do Conselho Estadual de Educação.

Quadro 20: disciplinas escolares do GEP 1950-1961

I – Línguas	Português	1ª a 4ª séries
	Latim	1ª a 4ª séries
	Francês	1ª a 4ª séries
	Inglês	2ª a 4ª série
II – Ciências	Matemática	1ª a 4ª série
	Ciências Naturais	3ª e 4ª séries
	História	1ª a 4ª séries
	Geografia	1ª a 4ª séries
III – Artes	Trabalhos Manuais	1ª e 2ª séries
	Desenho	1ª a 4ª séries
	Canto Orfeônico	1ª a 4ª séries
IV – Outras	Economia Doméstica	3ª e 4ª séries
	Religião	1ª a 4ª série

Fonte: Livros Ata do GEP 1950 a 1962.

Quadro 21: disciplinas escolares do GEP (1962-1971)

Disciplinas obrigatórias básicas	Português	1ª a 4ª séries
	História	1ª a 4ª séries
	Geografia	1ª a 4ª séries
	Matemática	1ª a 4ª séries
	Ciências	1ª a 4ª séries
Disciplinas obrigatórias complementares	Estudos Sociais do Piauí	3ª e 4ª séries
	Língua Estrangeira 1 (Francês)	
	Língua Estrangeira 2 (Inglês)	3ª e 4ª séries
	Desenho	3ª e 4ª
Disciplinas optativas	Artes Industriais	2ª série
	Técnicas Comerciais	3ª e 4ª séries
Práticas Educativas	Educação Física	1ª a 4ª séries

Fonte: Livros de Ata do GEP e Horários de aula (1962-1971).

Ao observar o conjunto de matérias escolares, nos perguntamos: Que aluno esse modelo de escola desejava formar? Para Escolano Benito (2017, p. 204), a escola se converte em “uma agência patriótica de nacionalização dos sujeitos submetidos a sua implacável disciplina”. O contato da cultura política e acadêmica com o aluno é intermediado pelo professor através dos conhecimentos ministrados, mesmo por meio de sua própria leitura. O professor ainda repassa, mesmo que parcialmente, aquilo que é exigido pelo Estado e considerado por este como conteúdos essenciais para serem ensinados.

Segundo Amado (1973) até 1961, ainda estava em vigor a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que prezava pela formação de uma “elite condutora”, pautada em uma formação de caráter geral e um curso ginásial essencialmente humanista e conteudista, visando à formação do homem pelo critério cívico, um homem a serviço da pátria.

A legislação dos tempos de Gustavo Capanema, então ministro da educação de Vargas, era caracterizada como pouco flexível, pois definia tanto o rol de disciplinas a serem ensinadas no ginásio como os modelos de formulários a serem usados no escriturário escolar pelos estabelecimentos de ensino secundário. Isso fazia com que o professor construísse sua própria leitura e adaptasse o conhecimento ensinado no ginásio, mas de forma bem mais tímida. Por causa dessa falta de autonomia, os saberes exigidos pela lei orgânica sofreram diversas críticas, especialmente do meio intelectual e acadêmico. Jayme Abreu (1955, p. 39) afirma que o conjunto de conhecimentos ministrados no ensino secundário “com todos os seus conhecidos defeitos, sejam do seu alheamento aos problemas que se defrontam os alunos, devido a sua divisão em seções, [...] desarticulação curricular”. Nos livros de ata, analisamos que a disposição de horários não traz nenhuma novidade na organização das disciplinas fora daquilo que pregava a legislação federal.

Dessa forma, o que mais se criticava anterior à Lei de Diretrizes e Bases de 1961 era a falta de flexibilidade do currículo e o não relacionamento deste com a realidade do aluno, nem com os meios de produção da nação. Consideramos que essa visão estava associada ao social-desenvolvimentismo pregado pelo governo Juscelino Kubitschek (PSD), desde que assumiu a presidência da república em 1955.

Amado (1973) afirma que durante os anos JK, houve a crescente interligação do país por meio das estradas federais e o início gradativo de um processo de industrialização e urbanização do país. Isso fez com que os setores de produção e a elite capitalista cobrassem do Estado uma escola que preparasse esses alunos para trabalharem nos meios de produção. Partindo desse pressuposto, surgiu, em meados de 1960, e ganhou força após o regime militar, instalando a partir de 1964, a ideia dos “ginásios orientados para o trabalho”, que, segundo

Gildasio Amado (1973) mostra que “em 1964 começou a concretização de um novo tipo de ginásio, que ia ensaiar a unificação dos objetivos do ensino secundário e profissional” (AMADO, 1973, p. 165).

Já no início do ano letivo de 1962, ocorreu a implantação de um conhecimentos que incorporava saberes que preparavam o aluno para o trabalho nos três setores de produção. Disciplinas como Artes Industriais, na segunda série ginásial, e Técnicas Comerciais, na quarta série, foram inseridas no contexto do ginásio de Picos, bem como disciplinas de caráter regional, como os Estudos Sociais do Piauí, conforme podemos observar no quadro 21.

Conforme pode ser visto no quadro 21, as disciplinas eram agrupadas em três blocos: As obrigatórias básicas, em número de cinco exigidas pela legislação federal; as disciplinas obrigatórias complementares, elencadas pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí; e as disciplinas optativas, escolhida de acordo com a lista do conselho pelo estabelecimento de ensino.

A LDB de 1961 era caracterizada, se comparada à reforma Gustavo Capanema, pela flexibilidade na organização do currículo, deixando a escola de ofertar a partir de 1962 as disciplina de Economia Doméstica e Trabalhos Manuais. Não havia mais número fixo para quantidade de aulas e o currículo deixa de ser predominantemente humanista e ganha um caráter mais técnico e com um pouco de regionalização. A disciplina de Canto passa a ser facultativa, mas é mantida, e em 1969 foi incluída no curso ginásial a disciplina de Educação Moral e Cívica.

Dito isto, é possível compreender a concretização desses saberes a partir da prática dos docentes que atuaram no ginásio de Picos, mediante as memórias de seus ex-alunos. Essas representações trazem à tona a imagem da escola onde estudaram a quarenta, sessenta anos atrás e que trouxeram para contemporaneidade.

Graça (2002, p. 103), ao falar dos professores, afirma que estes “cada um ao seu modo, representam focos de admiração, carinho e gratidão, exemplos a serem seguidos, quer pelo porte e elegância, quer pelo saber, pela oratória ou pela autoridade”. Esses comportamentos são típicos do espaço escolar.

Cortez Souza (2000, p. 7) considera que “o inventário e a evolução desses espaços, práticas e técnicas constituem em um dos mais interessantes objetos da história”. A escola, nesse sentido, vai além de sua função pedagógica, mas adota uma postura política e também social.

Há uma vivência dialógica entre os sujeitos que ultrapassam os muros da escola, modelos de comportamento ensinados pelos professores e a forma como repassavam o saber escolar são uma constante na fala dos entrevistados.

Carvalho (2018) coloca: “Naquela época, tivemos um time de professores de alto nível, que, ainda hoje, se voltassem a ensinar, seriam de alto nível”. Entendemos que a matéria escolar possui elementos que a caracterizam e não é somente um conjunto de programas ou conteúdos, pois os professores, pela posição que ocupa, podem adaptar a disciplina aos objetivos que ele deseja, explícita ou implicitamente, bem como, às vezes, até mesmo, por falta de formação específica, mudar todo o sentido da disciplina.

Trabalhamos, dessa forma, alguns fatos narrados por ex-alunos e professores de algumas disciplinas. Considerando que o que é ensinado na escola é elemento constitutivo da cultura escolar, procuramos elencar a partir dos vestígios materiais, documentos curriculares e da memória dos sujeitos, momentos que marcaram a construção dos saberes escolares que eram trabalhados no âmbito do GEP.

a) Religião

A disciplina de Religião, conforme estabelecida na legislação do período, era entregue às autoridades eclesiais católicas locais, de modo que, dentro do recorte analisado, estiveram à frente dessa disciplina alguns padres e uma madre, esta última fazia parte do núcleo gestor do Instituto Monsenhor Hipólito (Colégio das Irmãs).

É importante ressaltar que, no período inicial de funcionamento do ginásio, não havia a disciplina de Religião. O ex-aluno da primeira turma (1950-1954), ao ser questionado sobre as aulas de Religião, conta que havia desentendimentos entre alguns católicos e protestantes em Picos no início da década de 1950, conforme pode ser conferido em depoimento infra:

O período da aula de Religião sempre foi vago, porque doutor Vidal marcava e não aparecia nenhum padre por lá. Isso porque ele era protestante. Chegaram protestante aqui e estavam lá certa vez no culto e o padre levou o povo para jogar pedra lá na casa dos protestantes. Eles recorreram à justiça, doutor Vidal tinha que ir garantir liberdade de expressão e aí surgiu a diferença. As aulas de Religião não aconteceram nos quatro anos que estive lá. Pelo menos, não me lembro. No período em que eu tive lá, não teve, nenhum foi padre dar aula. (LELIS, 2019)

Segundo o aluno, havia o horário destinado à aula de Religião, que era inclusive marcado pelo diretor Vidal de Freitas, porém não havia aulas dessa disciplina, tendo em vista

desentendimentos entre católicos e protestantes no município. Dr. Gregório, que, em 1950, era professor de História do Ginásio Picoense, foi um dos fundadores da igreja Batista em Picos e Dr. Vidal pertencia também pertencia à referida igreja.

Conta o entrevistado que, em meio a um culto, alguns católicos chegaram a atirar pedra no templo dos protestantes. Picos, nas décadas de 1950 e 1960, era essencialmente um município católico e, em 1956, a direção do ginásio foi entregue ao Pe. Davi Ângelo Leal, que também passou a dar as aulas de Religião e Latim.

b) Entre cortes, costuras e botões

Tratamos aqui de três disciplinas ministradas no âmbito do ginásio em Picos: Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, na década de 1950, e com extinção destas, a partir de 1962, foram substituídas por Artes Industriais, lecionada durante toda década de 1960.

A disciplina Trabalhos Manuais tinha um caráter essencialmente prático. Segundo Gama (1959, p. 112), a disciplina visava “Despertar e desenvolver as forças do espírito, convertendo em força instrutiva, [...] via a disciplina despertar o interesse e o amor pelo trabalho, e, sobretudo adestrar habilidades motoras essenciais a qualquer indivíduo”.

A disciplina era ofertada nas duas primeiras séries do GEP para homens e mulheres e teve, desde a fundação da escola, três professoras. É lembrada nas reminiscências dos ex-alunos por seu caráter prático e pelos trabalhos com madeira e tecidos. Entendemos que foi inserida no conjunto de saberes escolares do curso ginásial por se tratar de um conhecimento que preparava o alunado para as atividades do dia-dia. Consistia, ainda, em dar o mínimo de preparo para o alunado, especialmente para os que não prosseguissem nos estudos.

A professora mais lembrada pelos alunos, talvez porque foi a que mais tempo passou ministrando a disciplina, foi a professora Amparo Barros, a qual afirma: “nos trabalhos manuais de dona Amparo Barros [...] fazia bordado, crochê, tricô, era prática mesmo, a gente aprendia fazer crochê. Os homens faziam coisas de madeira, lápis [...] tipo eu sei que eles faziam trabalhos de madeira, cadeirinhas, carteiras” (ROCHA, 2019). As figuras 125 e 126 nos mostram que entre os trabalhos de madeira que eram feitos pelo público masculino estavam a confecção de ferramentas de trabalho, como pás, machados e facas, e miniaturas de mobília, como sofás e cadeiras.

Figura 125: Ferramentas de madeira

Fonte: José de Moura Barbosa (Sr. Mourinha).

Figura 126: Ferramentas e mobília de madeira

Fonte: Museu Ozildo Albano.

Como se pode perceber na fala da ex-aluna, na disciplina Trabalhos Manuais eram feitos trabalhos de carpintaria com o público masculino e trabalhos de agulha com as alunas, o que caracterizava uma divisão das atividades por gênero. Além disso, para as mulheres, era produzido um caderno, e como a lei determinava que as provas de Trabalhos Manuais e Canto

Orfeônico fossem práticas, eram expostos na sala, até mesmo nas carteiras, e a professora dava a nota.

Localizamos ainda um caderno da disciplina Trabalhos Manuais datado de 1959, da ex-aluna Maria Oneide Fialho Rocha (1959-1962). Partindo do pressuposto de que a materialidade possibilita uma maneira de ampliar a compreensão da cultura escolar, o caderno, assim como os outros objetos da escola, traz a tona as vivências dos alunos daquele período, nos possibilitando um mergulho na escola e na prática dos professores de outros tempos pela memória trazida pelos alunos e pelo artefato.

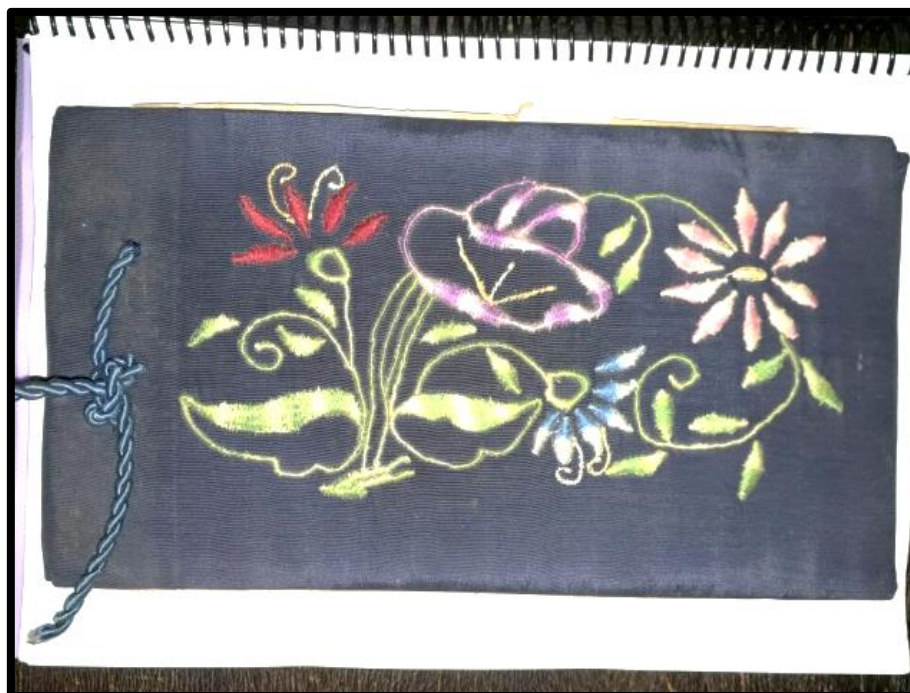
Hérbrard (2001, p. 118) nos mostra que o caderno é um instrumento presente na vida escolar e comum ao aluno desde o século XVI. É “frequentemente designado pela expressão “livro em branco” e seu uso é proposto em alternância ao uso do texto impresso com grandes espaços permitidos aos alunos anotar em cima da linha a explicação dada pelo regente da aula”. Na sala de aula, o aluno exerce a função de aprendiz e escritor. Esse artefato é importante para cultura escolar, pois mostra um conjunto de saberes transmitidos aos alunos e auxiliados por outras fontes, notadamente a oral, a forma como eram transmitidos.

O caderno apresentado é composto por 12 folhas de papel almaço, capa coberta de tecido bordado; portanto um vestígio que, segundo Grispun (2008, p. 260), “permitem identificar um pouco dos passos da vida cotidiana de então”. O caderno é, assim, o registro da rotina do aluno, bem como dos saberes escolares que eram transmitidos a ele.

Frago (2008) acrescenta que estes cadernos “junto com o livro texto e o quadro de horário, constitui um objeto que nos fala sobre o processo de apropriação e interiorização, dos alunos do que configura o núcleo acadêmico e curricular da cultura escolar”. O autor se refere aos saberes, às tarefas e às disciplinas escolares, em que um conjunto de conhecimentos tidos como necessários daquele momento são repassados pelos professores a seus alunos.

Pelo fato de as disciplinas Economia Doméstica e Trabalhos Manuais terem um teor prático, eram confeccionados cadernos a serem apresentados aos respectivos professores ao final das disciplinas. Passamos a analisar, doravante, o caderno de trabalhos manuais da ex-aluna do ginásio Maria Oneide Fialho Rocha de 1959, conforme figura 127.

Figura 127: Capa do caderno de Trabalhos Manuais (1959)



Fonte: Oneide Rocha.

O caderno possui o formato de meia folha de papel A4, coberto de tecido decorado com flores pela aluna. A capa nos mostra o teor de atividades que foram desenvolvidas nesta disciplina, porém cabe ressaltar que o caderno escolar não é instrumento suficiente para compreensão da rotina da disciplina, mas um dos instrumentos necessários para essa compreensão.

Frago (2008) nos alerta que, embora os cadernos deem inúmeras possibilidades, em comparação com as fontes oficiais, não podemos cair no equívoco de afirmar que eles possam refletir toda a atividade escolar, pois nem tudo está nos cadernos, posto que “eles silenciam, não dizem nada sobre as intervenções orais ou gestuais do professor e dos alunos” (FRAGO, 2008, p. 25). Desse modo, mostramos aqui algumas das interpretações possíveis a partir dos depoimentos de ex-alunos, a partir dos quais se pode observar que, no caderno, há predominância de trabalhos de agulhas, em especial o crochê, no seu interior, e o bordado, na sua capa.

É necessário salientar que, na década de 1950, a mulher ainda era vista como senhora do lar, e essa disciplina, bem como seus vestígios, nos leva a crer que tais conhecimentos se tornavam necessários e bastante defendidos em revistas pedagógicas para formar o modelo de aluno, como futuras mães e esposas, verdadeiras senhoras do lar. As figuras 128 e 129 nos

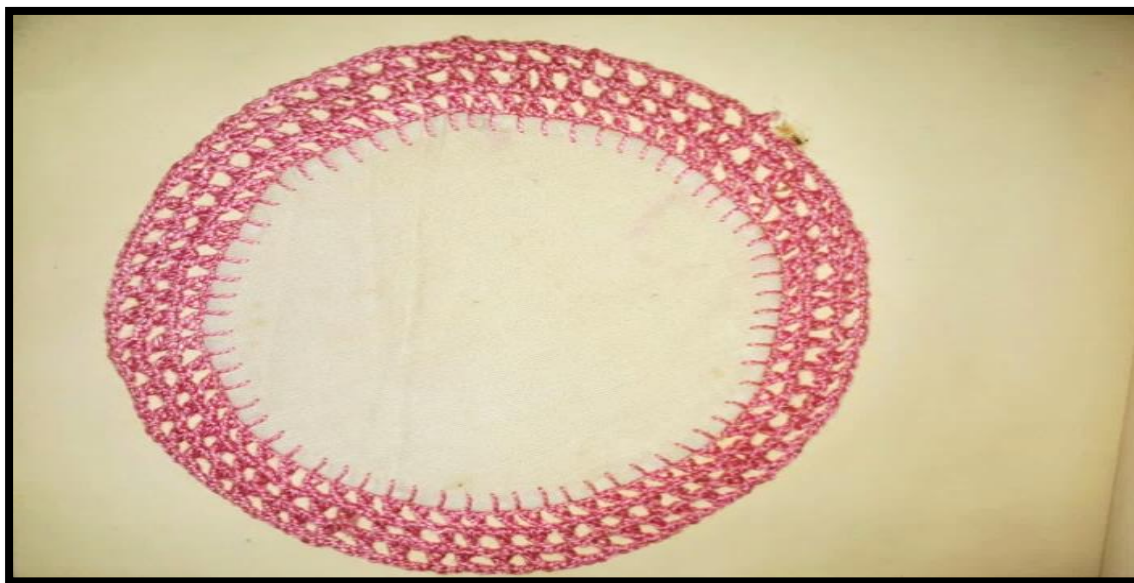
mostram o interior do caderno, composto de papel seda onde as confecções de crochê ou tricô eram colocadas com cola para facilitarem a exposição para turma e a correção da professora.

Figura 128: Trabalhos de agulha



Fonte: Oneide Rocha.

Partindo do programa da disciplina Trabalhos Manuais, o qual foi publicado pela portaria nº 557, de 16 de novembro de 1945, afirma-se que este documento dividia a disciplina em unidades, conforme o material que fosse utilizado na aula, quais sejam: madeira, metal e argila. Entendemos que nessa lição a professora queria demonstrar, a partir da confecção das formas geométricas, as mais variadas formas de tear. Na figura 128, há um quadrado e um círculo fechado e, na figura 129, um círculo aberto.

Figura 129: Trabalhos de agulha

Fonte: Oneide Rocha.

A disciplina Economia Doméstica era estabelecida no texto da Lei Orgânica do Ensino Secundário, na seção correspondente ao ensino secundário feminino. O artigo 25 da lei determinava que: “Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries do curso clássico e científico, a disciplina de Economia Doméstica”.

Era segundo a legislação federal, optativa, além disso, não havia necessidade de aplicar o sistema de avaliação pressuposto da Lei Orgânica do Ensino a essa cadeira. As alunas do início da década de 1950 não têm lembrança desta disciplina, talvez porque, em alguns casos, houvesse semelhança dos conhecimentos ministrados, os quais se confundiam com os de Trabalhos Manuais, ou porque, de fato, a disciplina somente passou a existir com a chegada de Maria das Dores Xavier de Oliveira, em 1954, apresentada na figura 131, mas foi com Luzia de Moura Barros, conhecida como Dona Zizi, figura 130, que chegou ao ginásio em 1957, que a disciplina se consolidou.

Dona Zizi, como era chamada e lembrada pelas alunas, tinha o curso normal e depois fez o curso da CADES, pois também ministrava Ciências. A professora é sempre lembrada pelas alunas por ter um perfil considerado rígido por estas. Supomos que as aulas aconteciam, conforme a legislação, só para as mulheres, pois, no horário do ano letivo de 1961, consta que as aulas da disciplina eram sempre a primeira de cada turma (3ª e 4ª séries), já no período em que o ginásio funcionava somente pela manhã, entendemos que, caso a turma fosse mista, os rapazes chegariam na segunda aula.

Figura 130: Dona Zizi



Fonte: Cristina Varão

Figura 131: Dorinha Xavier

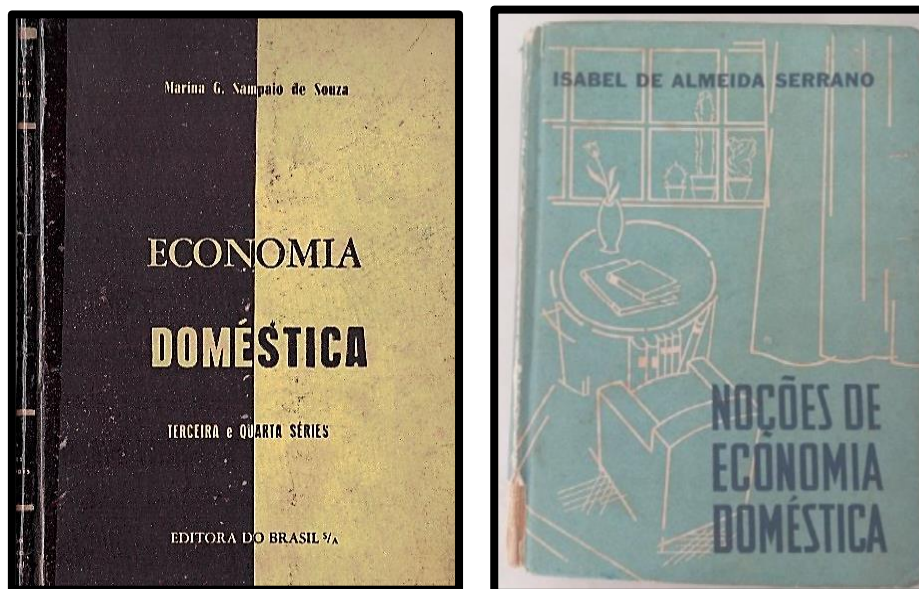


Fonte: Museu Ozildo Albano.

Apesar de não constar na memória da aluna se havia ou não a presença de homens na sala, acredita-se que, mesmo se tratando de um ginásio frequentado por meninos e meninas, a disciplina devia ser ofertada somente às mulheres. Isso se levarmos em consideração o

conteúdo da disciplina regulado pela portaria ministerial n° 14, de 1946, que mostra conteúdos que vão desde a arrumação da casa até a educação das crianças.

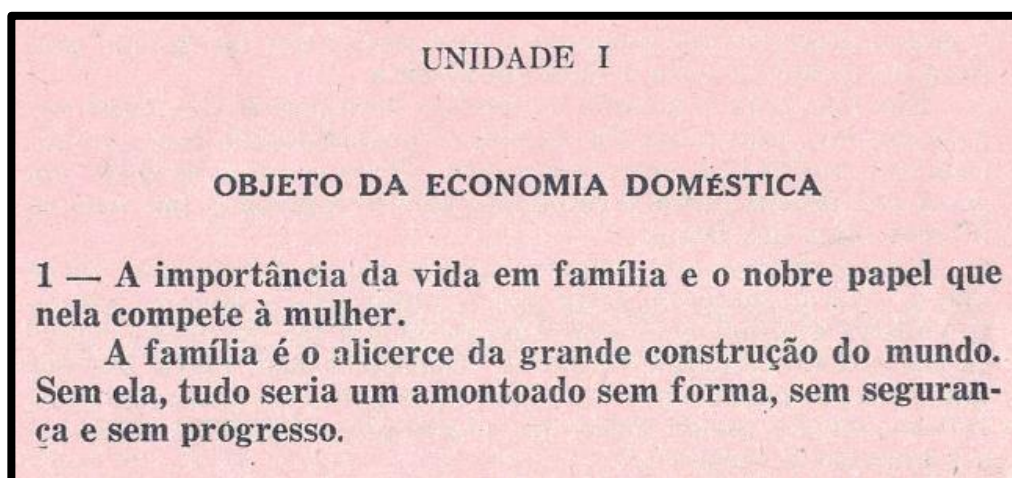
Figuras 132 e 133: Capa dos livros de Economia Doméstica – 1950



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Com base na leitura de Almeida (2017) por serem os livros da disciplina (cf. figuras 132 e 133) de maior circulação nacional supomos que tenham servido de base para as professoras que ministravam a disciplina no GEP. O livro de *Economia Doméstica* foi publicado pela Editora do Brasil, e o livro *Noções de Economia Doméstica* alcançou doze edições. Era muito comum os livros didáticos do período reproduzirem fielmente o que era pedido pelo Ministério da Educação, de forma que o sumário acabava sendo uma cópia do programa oficial. Analisamos o que foi publicado pela Editora do Brasil, por estar em melhor estado de conservação.

Pela análise do livro, foi possível perceber que o conjunto de conteúdos estava associado à formação das mulheres para serem mães e esposas. Conteúdos relacionados à seleção dos alimentos, como cuidar dos filhos, organização da casa e noções de higiene doméstica e da criança são alguns dos conteúdos presentes neste pequeno livro de capa dura em azul e amarelo. A inserção dessa disciplina no curso ginásial estava relacionada à valorização das instituições, em especial da família, a fim de formar mulheres exemplares como mães que pudessem educar os filhos para a nação e esposas apoiadoras das decisões maritais.

Figura 134: Unidade I do livro de Economia Doméstica – 1950

Fonte: Economia Doméstica, Editora do Brasil. Sousa (1955).

Conforme figura 134, o livro trouxe, em sua primeira unidade, o objeto da economia doméstica, já estabelecido nos programas publicados pela portaria nº 966, de 1952, que ajudou a disciplina a ter, na sua essência, “a importância da família e do nobre papel que nela compete a mulher”, mostrando a função da mulher naquele momento, sendo vista como mãe e esposa, exaltando a família no seu modelo tradicional, como base para o desenvolvimento.

Em artigo publicado na *Revista Escola Secundária*, impresso pedagógico que circulou entre 1957 e 1963, publicado pela Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação, sobre a disciplina Economia Doméstica, Santos (1957, p. 64) argumenta que “nenhuma disciplina traz maiores compensações à mulher do que esta, facilmente assimilada em razão de sua aplicação imediata [...] o elemento feminino receberá, assim, os conhecimentos indispensáveis, a uma mulher no lar e na sociedade”. Rocha (2019) faz um relato sobre as aulas de Economia Doméstica,

Na primeira série, eu não me lembro de ter tido Economia Doméstica, mas terceira e quarta série nós já a tínhamos, com era Dona Zizi Baodoíno, Luzia de Moura Barros. As aulas dessa disciplina eram muito teóricas. Dona Zizi chegava com um caderno e ia ditar o que estava naquele caderno para a gente, por exemplo, como se vestir. Eu me lembro que a turma era de muitos homens, mas não me recordo lembro se eles ficavam. Essas aulas eram sobre comportamento. Mas teve uma coisa, eu não falei, não sou de falar. Ela disse que dona de casa não devia sair de casa de sandália, de chinelo. Tinha que andar de sapato. Eu achava as aulas ultrapassadas. Depois que ela dava essas aulas todas, temas como as profissões dos maridos, como cuidar da casa, como arrumar uma mesa, como receber as pessoas, tinha aula de culinária, como fazer as compras. No fim do curso, ela pedia que a gente fizesse um caderno, com esse conteúdo que ela dava, de forma ilustrada. E eu me lembro, as revistas eram poucas, mas aqui em casa desde sempre, papai assinava A revista O Cruzeiro. Eu aprendi a ler manuseando a revista O

Cruzeiro aqui em casa. E para fazer esse álbum, pensei na profissão dos maridos, qual deveria ser a profissão. Eu encontrei uma máquina carte Pilar e a pessoa operando essa máquina. E eu botei essa máquina e ela me criticou. “Ave Maria, você coloca uma profissão dessas”. Ai eu respondi: “Mas foi a profissão que eu achei”. Era uma coisa assim muito tradicional. (ROCHA, 2019)

É interessante observar, na fala da entrevistada, que ela se incomoda quando falam da vestimenta das mulheres, tendo em vista que sua própria mãe, que é “mais velha”, não segue determinado modelo, considerando a disciplina ultrapassada para o período. A aluna cursou a disciplina no de 1961, um ano antes de ter sido retirada do rol de disciplinas do curso secundário.

Por sua vez, os Trabalhos Manuais eram ofertados para homens e mulheres, ocasião em que eram produzidos trabalhos artesanais: as mulheres produziam bordados e crochê, e os homens faziam trabalhos de carpintaria. Entendemos que as disciplinas Trabalhos Manuais e a Economia Doméstica estavam integradas. Nesse sentido, Santos (1957) afirma que “os trabalhos manuais têm seu prolongamento na Economia Doméstica”. A autora se refere ao caráter semelhante das disciplinas, porém a disciplina Trabalhos Manuais era ministrada tanto para homens quanto para mulheres nas 1ª e 2ª séries, e a Economia Doméstica nas 3ª e 4ª séries somente para mulheres.

Ao comparar os dois saberes escolares, percebemos que na disciplina de Economia Doméstica havia uma determinação da própria lei que fosse oferecida às mulheres, pois prevalecia a ideia de formar a mãe e a esposa, a senhora do lar, tanto que a primeira lição do programa da disciplina afirmava que “a Economia Doméstica tem por objeto estudo da vida em família”, a supremacia masculina e a ideia de ascensão social pelo casamento bem sucedido são vista na confecção do caderno no final do ano sobre as profissões dos maridos.

Além disso, observamos que a disciplina Trabalhos Manuais era até elogiada pela aluna, porque, segundo ela, havia trabalhos práticos, nos quais os homens aprendiam “de verdade”, enquanto a Economia Doméstica ficava só na teoria. Na disciplina Trabalhos Manuais ainda havia a formação da mulher para o lar, só que de forma menos explícita, basta observar as atividades que lhe eram propostas pela professora “fazer crochê, bordado e tricô”.

Com a reforma de 1961, houve a retirada da Economia Doméstica e a criação da disciplina Artes Industriais, que, segundo Amado (1967, p. 7), tinha objetivos “[...] formativos, práticos e vocacionais”. O conteúdo da disciplina estava organizado por áreas: madeira, metal, eletricidade, artes gráficas e cerâmicas. A legislação orientava que para essa disciplina fosse aproveitado os professores de Trabalhos Manuais, no caso do ginásio de

Picos, Dona Amparo Barros continuou responsável pela cadeira. Porém, a disciplina, na prática, talvez pela ausência de disciplinas, se restringia ao que já era trabalhado em Trabalhos Manuais.

Houve predominância dos trabalhos em madeira para os homens e trabalhos de agulha para as mulheres. Isso ocorreu pela experiência que a professora já tinha, visto que o programa oficial da disciplina não se resumia a esse tipo de trabalho. Não se tem relatos de trabalhos com argila, gesso e metal, por exemplo.

Segundo Moura (2019), era comum Dona Amparo dizer “toda moça que se preze deve aprender a pregar botão e fazer casa numa roupa e também saber cozinhar e ter bons modos”. Dessa forma, a partir da prática da professora, a disciplina se convertia na prática em uma junção das disciplinas anteriores: Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, embora a proposta do Ministério da Educação não fosse bem essa.

Tinha Artes Industriais. A nossa professora era Dona Amparo. Na época, nós mulheres, bordávamos ponto cruz. Ela nos ensinou a fazer casa de camisa de homem, pregar botão, fazer bainha com aquele pontinho normal e também o pontinho escama de peixe, um que pega em cima e pega em baixo, pega em cima e pega em baixo. Os homens faziam trabalhos de madeira. Em Artes Industriais, eles faziam cadeirinhas, mesinhas, armários. Eles faziam trabalhos diferentes. Nós mulheres fazíamos só bordados. Para a professora, a gente tinha que aprender a costurar, a bordar para poder saber fazer quando casássemos, que tiver os filhos. Para bordar uma camisinha de bebê. (ROCHA, 2019)

Na fala da ex-aluna, é possível perceber que as aulas de Artes Industriais continuavam em sua essência baseada em uma pedagogia sexista, típica do início do século. Tanto Moura (2019) quanto Rocha (2019) foram alunas na década de 1960, o que mostra que muitos dos valores da década de 1950 relacionados à formação da mulher ainda eram conservados.

4.5 Tem que estudar muito para passar, o sistema de avaliação do Ginásio Picoense

Gallego (2008) nos mostra que a cultura escolar está presente no tempo. O tempo não é apenas uma divisão em blocos, marcado pelo controle de entrada e saída de alunos e professores, mas está relacionado à experiência, uma relação mediadora do sujeito com as práticas, carregado de sentido e representação. A dinâmica da cultura da escola tem como base as práticas, as vivências, e estas por sua vez são mediadas pelo tempo.

Frago (1996) explica que o tempo é variado, uma construção cultural e pedagógica. Na concepção do autor, o tempo escolar é uma sucessão de fatos carregados de sentido. O tempo

exerce seu poder na escola por meio dos rituais estabelecidos, visto que, assim como as atividades escolares possuem espaço para ocorrerem, o tempo também define o funcionamento da escola. O ano letivo é geralmente dividido em fragmentos e acompanhado por alunos e professores, os eventos podem variar de escola para escola, outros se sedimentaram na estrutura simbólica da escola e fazem parte da rotina escolar, como o horário escolar que dispõe a troca de professores nas turmas e o período reservado aos exames, as famosas provas.

Sendo assim, a escola estabelece seu próprio tempo, um conjunto de rituais próprios desta instituição social: a entrada, o intervalo entre as aulas, o recreio, a saída e até mesmo os espaços com “aula vaga”.

No Ginásio Picoense, entre 1950 e 1971, atendendo à legislação federal, visto que os estabelecimentos de ensino secundário de todo o país eram de inspeção federal, o período letivo era dividido em duas épocas. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, bem como a portaria 501, de 19 de maio de 1952, estabelecia que o ano letivo deveria iniciar no dia primeiro de março e encerrar no dia 15 de dezembro. Quanto à avaliação, alguns termos como 1ª época, 2ª época, provas parciais, provas finais, aparecem na fala dos ex-alunos e nos documentos encontrados.

O sistema de avaliação do ginásio entre 1950 e 1961 funcionou da seguinte forma: havia, nos meses de abril, maio, agosto, setembro e outubro, o que a portaria 501 chama de “nota anual de exercícios⁵”, excetuando os meses em que aconteciam as provas parciais. Essa avaliação era feita pelo professor da disciplina, exceto Economia Doméstica, onde houvesse a oferta, a cada aluno era dada uma nota de aproveitamento.

Nos final do mês de junho e no final de novembro, havia as provas parciais, que poderiam conter toda a matéria lecionada até uma semana antes da realização. Tanto a nota anual dos exercícios quanto às das provas parciais, ao seu término, eram multiplicadas por dois.

Entre os dias 1º a 15 de dezembro, eram realizadas as provas finais de caráter oral, salvo em Desenho, Canto e Trabalhos Manuais, que eram práticas. A portaria 501, de 1952, determinava que as provas finais seriam avaliadas por uma banca de três professores, o que era feito pelo Ginásio Picoense, como pode ser observado no livro de Atas de exames finais encontrado no arquivo da escola. Cada examinador dava uma nota que era somada e dividia

⁵ Sistema de avaliação dos exercícios escolares exigidos pela Lei Orgânica do Ensino Secundário.

por três, gerando uma média global por disciplina, conforme prontuário apresentado na figura 135:

Figura 135: Prontuário de aluno da 1ª série ginásial de 1950

"Ginásio Estadual Picoense"
(Nome do estabelecimento)

Pico (Cidade) Piau (Estado)

FICHA INDIVIDUAL DO ANO LETIVO DE 1950

Curso *Ginásial* Turno *-* Série *1ª* Turma *2ª*

1.ª ÉPOCA		Portugus	Latim	Francés	Inglês	Matemática	Ciências Naturais	História	Geografia	Trabalhos Manuais	Desenho	Canto
ARGUIÇÕES	Março	6,5	6,5	8,5	-	6	-	8	4	10	4	8
	Abril	8,5	8	8	-	6	-	6	2	9	8	4
	Maior	2	2	8	-	6	-	5	6	10	6,5	2
	Agosto	4,5	10	8,5	-	6	-	6	4	10	4,5	8
	Setembro	2	6,5	8,5	-	6	-	6	9,5	2	4,5	4
	Outubro	4	4	10	-	4	-	8	9,5	8,5	8	8
	TOTAL	44,5	44,0	51,5	-	34,0	-	39,0	45,0	56,5	44,5	44,0
NOTA ANUAL	4,9	4,8	8,5	-	6,1	-	6,5	4,5	9,4	4,4	4,8	
PROVAS	1ª Parcial	2	2,5	2	-	2	-	8,5	2,5	2,5	4	6
	2ª Parcial	8	4,5	2	-	8	-	4	4	2	6	8
	PROVA FINAL	2	2	10	-	8	-	8	2	2	8	8
Médias Fonderadas	Nota anual exercícios X 2	15,8	15,6	17,0	-	13,2	-	13,0	15,0	18,8	14,8	15,6
	1ª Pr. X 2	18	19,0	18	-	18	-	17,0	19,0	19,0	14	12
	2ª Pr. X 3	24	22,5	27	-	24	-	21	21	27	18	20
	PROVA FINAL X 3	24	24	30	-	24	-	24	24	24	24	24
	TOTAL	84,8	84,1	92,0	-	78,2	-	75,0	82,0	91,8	70,8	75,6
NOTA FINAL	8,4	8,4	9,2	-	4,8	-	4,5	8,2	9,1	7,4	7,5	
TOTAL	49,1											
NOTA GLOBAL	8,1											
RESULTADO	Aprovado											
2ª ÉPOCA												
	Prova Escrita											
	Prova Oral											
	MÉDIA											
	Méd. 2ª Fp. X 5											
	Nota anual exercício X 2											
	1ª Pr. X 1											
	2ª Pr. X 2											
	TOTAL											
	NOTA FINAL											

A figura 135 nos mostra que essas provas organizavam o ano letivo, dividido em dois grandes blocos: a Primeira Época, composta pelas arguições que era feita pelos professores aos alunos, pela avaliação mensal dos exercícios, duas provas parciais e a prova final. A primeira prova parcial tinha peso dois e a segunda prova parcial possuía peso três. A nota anual dos exercícios tinha peso dois e a prova final, por sua vez, possuía peso três. O segundo bloco era denominado de segunda época, destinado para aqueles alunos que, na prova final, não atingissem a média quatro em cada disciplina.

Os exames de segunda época eram compostos de uma prova escrita e outra oral, que eram somadas e divididas por dois, e dessa divisão se obtinha uma média. Essa média era multiplicada por cinco. Além disso neste cálculo, eram também considerados os resultados obtidos na nota anual de exercícios e nas provas parciais da primeira época, em que a primeira prova parcial tinha peso um e a segunda prova parcial era multiplicada por dois. Toda a composição de notas da segunda época era somada e dividida por dez, obtendo-se uma nota final.

Para a realização dos exames de segunda época, era preciso que o aluno requeresse isso junto à secretaria do Ginásio Picoense. As provas eram realizadas na segunda quinzena do mês de fevereiro do ano seguinte. Além dos alunos reprovados, eram também realizadas neste período as provas de segunda chamada, a qual, no ginásio, era chamada de prova especial para o aluno que faltavam, por motivo de doença, luto, gala, ou obrigações militares.

A partir de 1962, houve alterações na organização das prova do GEP, visto que a lei 4.024, de 1961, determinou em seu artigo 39 que:

A apuração do rendimento escolar ficará a cargo dos estabelecimentos de ensino, aos quais caberá expedir certificados de conclusão de séries e ciclos e diplomas de conclusão de cursos. § 1º Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento (BRASIL, 1961).

A nova lei deu total liberdade para os estabelecimentos de ensino, determinando apenas uma carga horária de cento e oitenta dias letivos. Moura (2019) nos mostra como funcionava esse processo de avaliação após a LDB de 1961, visto que ingressou no GEP em 1963:

As provas mensais aconteciam até novembro e a prova final em dezembro para quem não atingia a média sete. A prova de recuperação em fevereiro

para quem não atingia a média na final. O sistema dava o mês de janeiro todinho para o aluno estudar em casa e só em fevereiro ia fazer a recuperação. O aluno não podia tirar menos de sete nessa prova. Haja esforços para a gente passar! Já pensou ter férias em dezembro, janeiro e fevereiro? O ano letivo só iniciava no mês de março. Muitos pais pagavam professores particulares pra ensinar os filhos. Nesse período, tinha Afonsinho Fontes e Gaudêncio Lopes, que davam aulas de português, e Zé Luiz, que dava aulas de Matemática. Quanto às disciplinas na base da decoreba, era preciso estudar mesmo, pois o professor podia até fazer a prova oral de recuperação. As provas finais eram todas escritas e ficavam arquivadas na secretaria. Ninguém as recebia. Aparecia só a nota no quadro de avisos. Nós tínhamos provas mensais. Recebíamos o papel informativo constando os horários. Prova de Recuperação, aí era o ponto máximo para o constrangimento. Quem não passasse nas provas finais teria que fazer a recuperação em dezembro. A gente recebia a relação das matérias com os conteúdos da recuperação. Mas não tinha mais aulas em dezembro. A gente só ia fazer as provas pelos horários recebidos. O resultado era colocado em um quadro do Colégio com as listas dos aprovados e a dos que ficaram em recuperação. Os alunos iam pra casa levando a lista dos conteúdos pra estudar e depois fariam a prova final de dezembro. Sabia que tinha os gaiatos que ficavam zoando dos que ficaram em recuperação? Os outros bem sucedidos apontavam: “Olha o mais fraco da turma! Ficou em recuperação”. As provas finais eram todas escritas e ficava arquivada na secretaria. Ninguém recebia. Aparecia só a nota no quadro de avisos. (MOURA, 2019)

A nova legislação não determinava a divisão do ano em épocas, contudo, no GEP, o ano letivo continuou sendo dividido em duas épocas, e a segunda época continuou simbolizando a recuperação. Acabaram-se as provas parciais, que ocorriam duas vezes ao ano e passaram a acontecer por mês. O que ocorreu foi apenas a reorganização das avaliações que já existiam. No GEP, ao analisarmos os livros de ata de resultados e os depoimentos dos ex-alunos, concluímos que as avaliações ficaram assim organizadas: primeira época, de março a novembro, era caracterizada por provas mensais, na qual, se aluno atingisse a média, estaria aprovado; e o mês de dezembro era destinado aos alunos que ficavam de prova final. A segunda época consistia em provas de recuperação para os alunos que não atingissem a nota necessária na prova final.

Comparando os dois modelos de avaliação, percebemos que muita coisa permaneceu, embora não estivesse mais no texto legal. O ano continuou a ser dividido em duas épocas. A nota anual dos exercícios, as arguições e as provas parciais apenas foram condensadas em um mesmo nome, a prova mensal. E as provas de recuperação continuaram a acontecer em dezembro e fevereiro e continuou a prática de provas orais.

Conforme mencionado anteriormente, a prova é um elemento significativo do tempo escolar. Este tempo é criado não apenas como uma forma de a escola organizar suas atividades, mas também como uma forma de disciplinar o comportamento de seus sujeitos,

um ritual capaz de marcar bem é a “prova”. É por meio das avaliações que alunos e professores medem a passagem do ano. Para os alunos, o “passar” de ano significa avanço, enquanto o reprovar traz ideia de atraso ou até mesmo de estagnação do tempo. Dessa forma, o tempo escolar não é medido ou regulado pelo relógio, mas por ações. As provas, assim, dividiam o ano em “estamos aprovados e de férias” e “ficamos para recuperação e mais um mês indo para a escola”.

Até a reforma de 1961, existiram dois modelos de provas distribuídos no decorrer do ano: na primeira época, ocorriam duas provas parciais e, em segunda época, as provas finais que regulavam a passagem do ano letivo, fazendo inculcar nos alunos as normas referentes à aprovação e reprovação. Além disso, percebemos que o momento da prova também era um espaço de transgressão. Rocha (2019), que ingressou no GEP em 1959, narra que:

Os meninos contam que na resposta sobre a vegetação do Nordeste, uma aluna escreveu na prova caatinga e pediu para a pessoa que estava pescando não copiasse igual, que colocasse um sinônimo. A pessoa que estava pescando escreveu na sua prova em vez de caatinga – fedor. Célia quando pegava alguém pescando tomava a prova e mandava o aluno/a sair da sala e dava zero. De maneira geral os professores eram atentos, mas isso não impedia os alunos de passarem cola. Levando pequenas pescas, trocando bilhetes, olhando pela prova do outro. Escrevia na mão, em pequenos pedaços de papel colocados no sapato. Aluno é aluno, seja no ginásio, mestrado, doutorado. O caso de pesca. Tinha professor que a turma pescava mais. (ROCHA, 2019)

A “cola” ou “pesca” fez parte da cultura escolar do GEP, visto que, em meio a tantas regras e a vigilância do professorado, os alunos traçavam estratégias de modo a não ficarem reprovados. A “cola” era um recurso recorrente que consistia em escrever colas pelo corpo, já que a farda na década de 1950 era bem longa, trocar provas entre os colegas ou bilhetes.

Com relação à forma como eram feitas as provas, a professora Remédios Carvalho traz em suas memórias algumas lembranças sobre a avaliação de Canto Orfeônico:

Nas provas os alunos iam lá na frente e pedia para cantar, tipo, estrofe dois, aí ele cantava o hino da bandeira, o hino nacional [...] eles cantavam assim lá na frente da turma. Às vezes eu deixava eles cantarem na cadeira [...] os que não levantavam ficavam de castigo, ficava sem recreio [...] Eu fazia prova escrita, pedia que colocassem uma colcheia, ou duas colcheias, que são notas musicais. (CARVALHO, 2019)

Esse procedimento de prova oral era chamado também de arguição, muito comum nas décadas de 1950 e 1960. Segundo Graça (2002), era um dos procedimentos avaliativos mais

usados nas escolas, incluindo as primárias. Era o que “azucrinava a cabeça e esfolava o nervo dos alunos” (GRAÇA, 2002, p. 96). No ginásio, tinha prova de diversos tipos, ficava a critério do professor, escrita, oral, relâmpago. Tinha professor que levava até o bedel pra sala de aula para ajudar na fiscalização.

Ficava a critério do professor. O professor de Português fazia além da prova escrita, uma descrição ou redação. Ele levava um cartaz de um Álbum Seriado constando uma cena e mandava que a gente a descrevesse. Eu gostava muito. As provas eram datilografadas e mimeografadas. Tudo na base de questionários. O Bedel ficava na sala o tempo todo. O professor de Inglês gostava de prova relâmpago. Não tinha provas mimeografadas. Ele subia numa carteira e ditava a pergunta e a gente só dava a resposta. Pensa no tanto de zero! E ainda dava o tempo, em minutos, para responder. Uma loucura. A gente tinha que correr no tempo juntamente com ele. (MOURA, 2019)

A portaria 501, de 1952, que regulamentava o ensino secundário, não especificava quais critérios deveriam ser levados em conta na atribuição das notas, estabelecia apenas para a prova final, que, segundo as regras, seriam orais e examinadas por uma banca de três professores.

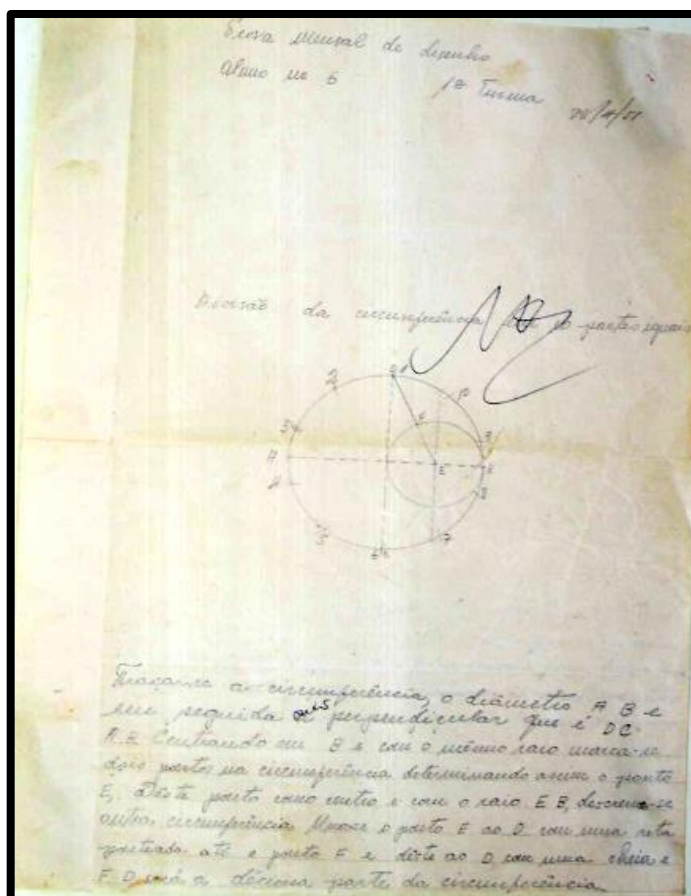
Segundo Lelis (2019), “todos se preparavam para as provas parciais e finais, eram as que valiam”. O ano letivo estava dividido em dois momentos: a 1ª época, encerrada em dezembro com as provas finais, e a segunda época, para aqueles que ficavam para recuperação.

Encontramos dois vestígios de provas realizados no âmbito do GEP. Reis (2011) nos afirma que analisar a materialidade das provas nos oferece condições de entender o que foi ensinado e, por meio delas, também percebemos a interação entre os sujeitos envolvidos: aluno e professor. Esses vestígios vão além de velhos papéis avulsos, uma vez que podem nos ajudar a entender a rotina da escola e a constituição dos saberes escolares, bem como a forma de apreensão do alunado. Reis (2008) nos mostra que:

A análise de provas e exercícios interessa-nos por oferecer condições de ter acesso ao que foi ensinado e como foi e por seu caráter específico de conservar o que foi registrado, diferentemente de outras formas de registro. Outro aspecto merecedor de destaque para os exercícios de provas caracteriza-se por estabelecerem interação entre professor e aluno. [...] Possibilita denunciar a presença proeminente de um autor (aluno) e outro (professor) na elaboração do discurso. (REIS, 2008, p. 2).

A figura 136, a seguir, é de uma prova parcial de Desenho, datada de 1951. Pela materialidade da prova, percebemos que, nos seus primeiros anos de funcionamento, não havia uma folha padrão para a realização do exame, mas podia ocorrer em qualquer folha sem a presença do mimeógrafo, visto que os alunos transcreviam as questões do quadro. A prova ainda nos mostra os conteúdos que foram cobrados, no caso, o trabalho com a circunferência, mediante questões que visavam a memorização de fórmulas.

Figura 136: Prova parcial de desenho (1953)



Fonte: Acervo particular Dimas Lellis.

Além disso, a prova nos mostra as marcas do professor ao corrigir o texto, a cor da caneta também possuía uma simbologia, se a nota era posta em azul, significava a aprovação do aluno; se era posta em vermelho, simbolizava a reprovação. O ex-aluno Dimas Lellis conta que antes da prova a professora Maria Olita, de Desenho, dizia:

“Olha, preste atenção que as provas agora vão ser desse jeito eu vou cobrar, por exemplo: divisão da circunferência em três, quatro, cinco. Depois da prova, eu coloco a circunferência pra vocês fazerem e dizer como fez a divisão”. Eu disse: “Eu vou fazer cem pontos em sua matéria”. Aí ela disse:

“Vamos ver”. Eu disse: “Vamos”. Fiz cem pontos da primeira à última nota. (LELIS, 2019)

Na narrativa do aluno, percebemos que a prova também era elemento de competição, não somente entre os alunos, mas também entre alunos e professores, pois os alunos queriam mostrar sua capacidade ao docente, mediante pontuação máxima na disciplina. Todas essas ações envolvendo as provas do GEP são imbuídas de um conjunto de significados. Ainda sobre as provas, a ex-aluna Oneide Rocha conta que:

Normalmente as provas eram escritas. Eles colocavam no quadro ou ditavam. Nas provas finais, tinha uma dissertação do conteúdo e tinha umas perguntas do mesmo conteúdo, o que eu achava errado. Horas se tem dez conteúdos, teríamos que aprender dez dissertações. Era muita coisa para estudar, principalmente História, Geografia e Ciências. Na hora que o professor chegava e sorteava um assunto, a prova todinha era só de um assunto. A gente estuda tudo e termina com um assunto. Dessa forma se o aluno não soubesse, se prejudicava. Lembro de uma vez que Célia Neiva sorteou o assunto, ela ficou circulando na sala e olhando pra mim, disse “muito bem”, como um sinal que estava certo. (ROCHA, 2019)

Na figura 137, referente a uma prova de Francês, nos mostra uma avaliação que apresentava os enunciados em português e exigia do aluno especialmente a tradução dos textos. O professor José de Deus Barros, conhecido como Dr. Zéli, também tinha a prática de aplicar provas relâmpagos aos alunos sobre o assunto que vinha sendo ministrado. A disciplina de Francês esteve presente durante todo o período estudado, contudo, após a reforma de 1961, passou a dividir espaço com Inglês, de modo que cada uma passou a ser ministrada em duas séries do curso ginásial, na série que se ministrasse uma, não se ministrava a outra.

Figura 137: Prova especial de Francês 3ª série 1962

GINÁSIO MUNICIPAL PICOENSE
PICOS — PIAUI

Prova _____
Curso Ensino Série 3ª Turma Única
Ponto sorteado n. 5 de Francês disciplina de fevereiro de 1962

1) Questão: Dictée

2) Questão) a) Formar uma frase empregando um pronome demonstrativo.
b) Conjugar, na forma negativa, o imperfeito do subjuntivo do verbo finir.
c) Escrever em cardinal o número 6.666.
d) Citar os pronomes relativos, invariáveis.

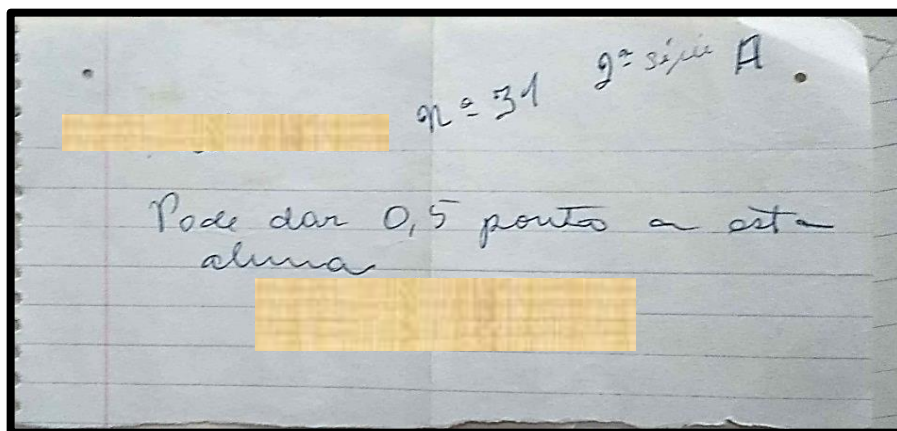
3) Questão: Traduzir para o português as frases do seg. trecho:
La France a une population de 44.000.000 d'habitants, c'est à dire un douzième de la population de l'Europe.
Cette affirmation un peu trop simple n'est pas absolument exacte. D'ailleurs, l'étendue même de la France a varié souvent suivant les époques. Des peuples divers qui habitaient la Gaule (Celts, Aquitains, Belges) l'on donna le nom général de Gaulois.

Respostas.

Fonte: CETI Marcos Parente.

Para ser aprovado, o aluno necessitava tirar nota global igual a cinco, pelo menos, no conjunto das disciplinas, ou nota final igual a quatro em cada disciplina. Caso o aluno não conseguisse, deveria requerer exame de segunda época, que constava de provas escritas e orais, que seguiam os mesmos critérios. Era de costume, ainda, caso o aluno necessitasse de poucos pontos, geralmente entre décimos a um ponto, que o professor consentisse a alteração da nota à secretaria da escola mediante comunicação oral ou escrita, conforme figura 138:

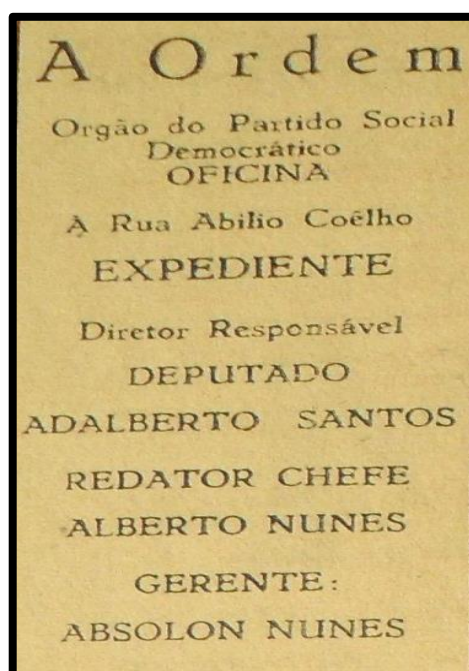
Figura 138: Recado da professora a secretária do GEP, década de 1960



Fonte: CETI Marcos Parente

Para as provas terem validade, era necessária a assinatura do diretor e do inspetor federal, segundo a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Houve uma situação em 1952 relacionada à avaliação entre os alunos da primeira e segunda turmas e um dos inspetores federais do GEP, que ainda permanece pouco compreendida na historiografia da educação picoense. O fato refere-se à atuação do inspetor Alberto de Deus Nunes, coletor federal e redator-chefe do Jornal *A Ordem*, de Alberto Monteiro e Absolon Nunes.

Figura 139: Corpo diretivo do Jornal A Ordem



Fonte: Jornal A Ordem.

Além disso, era um dos colunistas mais ativos do Jornal *Flâmula*. Borges (2001) narra, em artigo feito para Revista *Foco*, em comemoração aos 110 anos de emancipação de Picos, um protesto que ocorreu naquele ano de 1952, quando havia apenas duas turmas no GEP:

Naquele tempo, nós já fizemos um protesto na praça contra um fiscal de educação que não quis assinar nossos diplomas. Aliás, nossos não, que éramos da segunda turma, mas sim dos alunos da primeira. Nós fizemos o enterro do homem, acendemos velas na porta de sua casa, ele trancou as portas, ficou assombrado. Colocamos um pedaço de pau dentro do caixão, colocamos flores e transportamos esse caixão pela rua inteira, não era nem grande a cidade. Levamos pro coreto da praça, fizemos discursos, choramos, as viúvas, enfim, foi um estardalhaço. (BORGES, 2001, p. 40).

A aluna se refere ao fato de, segundo ela, o inspetor se negar a assinar a documentação referente às provas parciais dos alunos do GEP. Não se sabe quais motivações desse evento, se havia questões políticas envolvidas, resquícios das disputas entre UDN e PSD do município. Na memória coletiva dos alunos, a narrativa que se consolidou foi que o inspetor não quis assinar os papéis com o intuito de prejudicar os alunos.

Figura 140 Pe. Davi Ângelo Leal



Fonte: Wellington Araújo.

Em contestação a essa narrativa, o Pe. Davi Ângelo Leal, em sua versão, conta que:

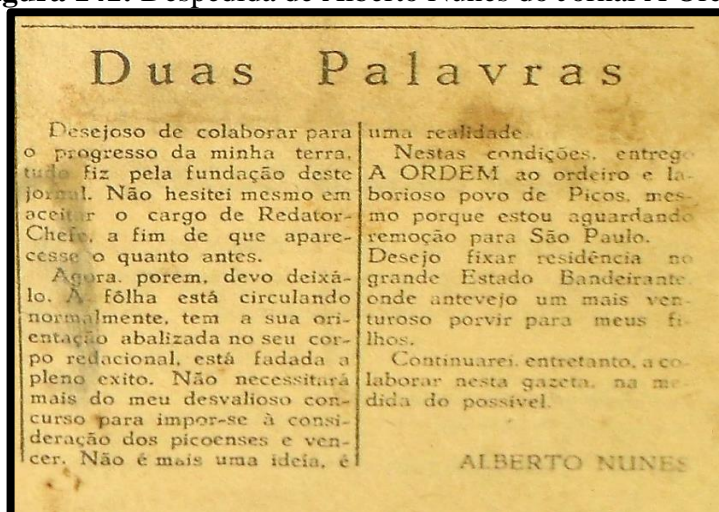
Lembro-me de um episódio de sua vida que muito o magoou. Foi uma verdadeira prova de fogo para a sua dignidade de homem público.

Funcionário Federal nesta cidade, foi pelas autoridades do ensino designado para fiscalizar as aplicações de provas no ginásio de Picos. Uma vez que não podia fazer-se presente por ocasião dessas provas, ele, confiando no diretor e professores daquele estabelecimento, rubricara com antecedência as folhas oficiais das referidas provas. Sentindo que estava sendo enganado, reagiu decididamente recusando-se a assinar tais folhas. Este fato acarretou-lhe sérios dissabores. Foi ele insultado, humilhado. Os alunos do ginásio movimentaram a cidade fizeram programas de protesto numa amplificadora que funcionava na Praça Félix Pacheco, na chamada esquina ideal tachando o professor, o jornalista, o poeta Alberto Nunes, de analfabeto entre outras coisas. Não satisfeitos encenaram o seu enterro simbólico. Fizeram um caixão cobriram-no de pano preto e de tarjas saíram pelas ruas, uma cruz à frente. Uma aluna vestida de viúva carpia perto do caixão. Os outros abraçados cada um com cada uma, chorando alto. Encontrando-me com o tal cortejo eu protestei fortemente contra a profanação da cruz levada num motim de estudantes. E pedi que a retirassem. O diretor do Ginásio, ou não quis ou não soube ou não pode evitar aquele drama nunca dantes visto nem depois na história desta boa e pacata e cristã cidade de Picos. Apreensivo, dirigi-me para casa de Alberto Nunes, então na hoje chamada Avenida Francisco Santos [...]. Encontramo-lo calmo corajosamente tranquilo, aconselhamos-lhe que fechasse porta e janelas da casa, receosos do que fariam os manifestantes que por ali passassem. Felizmente não houve nada contra ele. Deixaram apenas nos batentes da porta e das janelas as velas acesas chorando lágrimas de cera, triste epílogo daquela encenação que bem merecia lágrimas de verdade. (LEAL, 2002, p.04).

Segundo a narrativa do padre, o inspetor se negou a assinar tal documentação por discordar de assinar papéis em branco. Além disso, ao que parece, é que, para a realização desse protesto, houve anuência da comunidade, uma vez não se teve impedimento da realização do protesto dos jovens pelos adultos, pelo contrário, não se pronunciaram.

Logo após o ocorrido, o inspetor pediu transferência para São Paulo, divulgando no jornal *A Ordem*, vinculado ao Partido Social Democrático, nota de despedida.

Figura 141: Despedida de Alberto Nunes do Jornal A Ordem



Fonte: Jornal A Ordem, 8 de Junho de 1952

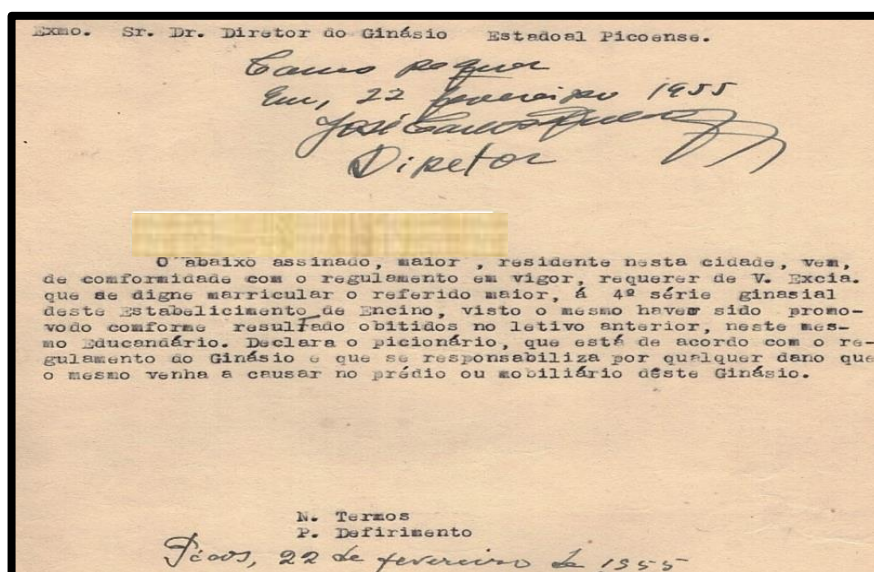
Em sua despedida, o inspetor afirmou que estava partindo por desejar melhores condições para educação dos filhos e que não deixaria de dar as suas contribuições ao Jornal. Não se soube mais notícia da atuação desse inspetor em Picos. É possível que neste fato, no qual eram protagonistas o próprio inspetor e os alunos das primeiras e segundas turmas, houvesse mais sujeitos envolvidos, que não se deixaram perceber. Contudo, não é possível afirmar com clareza. O fato é que esse foi um evento que causa, ainda na contemporaneidade, controvérsias nas memórias remanescentes, uma disputa de memória.

4.6 Quem tem medo da suspensão

O controle disciplinar é típico do ambiente escolar. O objetivo da escola é formar de acordo com os valores dominantes, não se aceitando transgressões. Assim, primeiro as famílias e depois a escola tentaram, ao longo do tempo, fabricar um indivíduo disciplinado, fabricação essa, que está ligada “[...] a um número amplo de processos históricos, que se equacionaram na sociedade e na escola em particular, com a introdução de técnicas e mecanismos regulares que asseguram a ordenação das multiplicidades humanas” (FRANÇA, 2001, p. 11).

O controle disciplinar no GEP ocorria de várias formas: no ato da matrícula, o aluno, por meio dele ou de seus responsáveis, apresentava, no requerimento de matrícula, comprometimento em manter o zelo pelo patrimônio do ginásio e a cumprir seu regimento, conforme figura 142.

Figura 142: Requerimento de matrícula de 1955



Fonte: CETI Marcos Parente.

Havia ainda a retirada do aluno em classe, prova surpresa e advertência oral, porém, a mais marcante na memória dos ginásianos e a mais temida era a suspensão. Sobre isso, a aluna Oneide relata:

Na segunda série, o nosso diretor era o Dr. José Ribamar dos Reis, e tinha os líderes das turmas. Escolheram um líder da nossa turma que a gente não queria, e nós fizemos um abaixo assinado. Escolhemos Luís Madeira Martins, Luís Garrote. E iria apresentar à direção, que aquele líder que a direção apresentou nós não queríamos, nós queríamos um líder escolhido pela turma [...] Eu só sei que no outro dia de manhã chegou o diretor em nossa sala e começou a chamar [...] Todo mundo que tinha assinado. Mandou a gente ir embora e suspendeu por três dias [...] Nós fomos castigados por isso. Havia suspensão por alguma transgressão da ordem estabelecida. (ROCHA, 2019)

Mesmo sob essas ameaças, havia vários alunos que afrontavam a ordem imposta pela escola, que, na verdade, era um reflexo dos valores do período. “A escola passou a ser um local privilegiado para conter e confrontar a desordem social com padrões de valores religiosos, sociais e morais” (FRANÇA, 2001, p. 11).

No segundo semestre de 1958, deu a louca no Padre David quando pela falta de uma aula de nossa turma, um punhado de alunos da turminha bagunceira começou a fazer muito barulho, enquanto o padre e outros professores davam aula nas salas vizinhas. O diretor pediu silêncio à turma; o barulho estava atrapalhando as aulas. A turma não ligou, continuou e até aumentou a bagunça. Até que o padre voltou e ameaçou suspender a turma se continuassem fazendo aquele barulho. [...] O diretor voltou azedo e gritou coma a turma, avisando-a de que estava toda suspensa. A molecada começou a apitar e debochar do padre. [...] Padre David entrou na diretoria e dali a pouco saiu com a suspensão para toda a turma por tempo indeterminado. (LUZ, 2017, p. 188-187)

Podemos perceber que a forma mais comum de punição no Ginásio, para aqueles que transgrediam as regras, era a suspensão. Outro aspecto relevante é a consciência dos alunos que nos momentos de transgressão entendem que sua ação violava as regras do estabelecimento. Chagas (2018) relata:

Disciplina muito rígida, à semelhança do regime militar que então governava o Brasil. Por exemplo, entrávamos em fila toda vez em que íamos entrar em aula. O diretor, Raimundo Camelo de Vasconcelos, era capitão da polícia militar e trabalhava de farda, com coturnos e quepe, como se estivesse no quartel. Naturalmente, assumiu a direção do Colégio “Marcos Parente” com determinações claras e específicas de seus superiores. A expressão “Capitão Camelo” soava para os alunos como sinônimo de autoridade e terror.

Qualquer insubordinação era punida com suspensão, em geral, de trinta dias, com publicação garantida em um mural lido pelo alunado inteiro. Com o tempo, no entanto, o Capitão me pareceu uma pessoa culta e educada. Amante das artes e manifestações culturais, ele promovia com frequência eventos importantes no auditório do Colégio: sessões de poesias e músicas, peças de teatro, torneios de oratória etc. (CHAGAS, 2018)

O Pe. Davi Ângelo Leal e o Dr. José Ribamar dos Reis, o primeiro, clérigo, o segundo, promotor, foram diretores entre 1957 e 1960. Com isso, percebemos que, com a entrada do militar, a prática da suspensão foi mantida em relação às direções anteriores, agora com o detalhe da publicação de uma portaria no pátio, pois, segundo Moura (2019), na época do Capitão Camelo, “o principal castigo era a suspensão, com portaria e tudo, era uma vergonha, se foi pego com pesca, se desrespeitou professor, palavrão, aqui acolá tinha suspensão por desacato as autoridades, tinha professor que dava suspensão ou tirava da sala por banalidade, até por sorrir” (MOURA, 2019).

Teve um aluno que estava gripado e com tosse, tinha aquela “quebradeira”. Certa vez, o rapaz tossiu e os demais da turma ficaram rindo. A professora de História, que era zangada, tinha fama de carrasca, porém de uma didática incrível, disse: “Tão rindo de que seus palhaços? Fora! Vão procurar um circo pra vocês”. Aí um aluno sorriu e não conseguiu conter. Ela disse: “Vá pra fora você também seu macaquinho, fazendo macaquice.” (MOURA, 2019)

Contudo, havia alunos que seguiam as regras do ginásio à risca e se orgulhavam por, nos tempos de ginasiano, nunca ter sido suspenso, porque era um aluno disciplinado. “A diferença entre uns e outros, disciplinados e indisciplinados, manifestava-se na capacidade de cada indivíduo se autofiscalizar, conter sua autonomia, controlar suas emoções e instintos dentro e fora da instituição” (FRANÇA, 2001, p. 2).

O objetivo da suspensão no GEP e a confecção de uma portaria posta em mural era justamente para amedrontar e evitar que outros alunos viessem a se tornar indisciplinados e se autovigiasssem. A expressão utilizada pelo diretor Camelo, na década de 1960, “suspender como de fato suspende”, nos dias atuais, ainda permeia a lembrança desses estudantes, como aparece no seguinte documento:

Portaria 02/1965

O DIRETOR DO GINÁSIO ESTADUAL “MARCOS PARENTE”, no uso de suas atribuições e considerando que os alunos “X” e “Y” da 4ª série, serviram-se de meios ilícitos para fazerem a prova parcial de Matemática tentando ludibriar a boa fé do professor João de Deus Neto, e fugindo à orientação desta Diretoria no sentido de imprimir-se seriedade aos trabalhos escolares RESOLVE, suspender, como de fato suspende, os referidos alunos

da frequência as aulas, por 8 (oito) dias úteis, a partir da presente data. A Secretária providencie o expediente, dando ciência aos senhores pais dos citados alunos Diretoria do Ginásio Estadual Marcos Parente, em Picos, 17 de Agosto de 1965. (GINÁSIO ESTADUAL MARCOS PARENTE. Portaria 2, de 1965. Suspensão de aluno. PICOS, 1965)

Aliado ao mecanismo de suspensão estava outro mecanismo criado pelos órgãos dirigentes: a figura do bedel, fiscal disciplinar dos alunos.

Os alunos tinham medo dele, ele era fechado, pouco ele conversava. Tinha suspensão, passava a maior vergonha, a gente fazia de tudo para não ser suspenso, porque ficava o nome da gente na parede e todo mundo via, se coincidissem o dia de prova, ficava sem a nota. (MOURA, 2019)

O Bedel era quem acompanhava os alunos na entrada, no recreio, que auxiliava os professores, inclusive quando um aluno era expulso da sala pelo professor, era essa personagem que estava sempre presente observando atentamente tudo que se passava entre as paredes e corredores do GEP.

Havia ainda alguns professores considerados muito rígidos, que não perdoavam qualquer ato que estes considerassem indisciplina em sala de aula. Aos ser contrariado, cada um possuía sua técnica de punição, o professor de Francês era bastante conhecido por suas provas relâmpagos. Os relatos apontam que:

Os alunos, pôr as costas, remedavam os professores, imitavam o caminhar, a fala, os jargões. Um dia, todos foram castigados por conta de um aluno que subiu na mesa e imitou o professor. Esse professor chegava atrasado, era advogado, gostava da tribuna, por isso subia na mesa, aí um aluno estava imitando ele, era do perfil dele fazer teste relâmpago. Aí o aluno subiu na carteira dizendo: “Olha guardem todo o material que vamos fazer teste relâmpago!”. A turma ficou toda rindo. Por coincidência o professor chegou. E disse: “Ah, é assim que vocês querem? Pois agora mesmo de verdade vai começar um teste relâmpago!”. Ele ditava as perguntas, mas não nos deixava copiar, só queria as respostas. Eram cinco questões, valendo dois pontos cada. Todo mundo tirou nota baixa. (MOURA, 2019)

Embora não tenhamos ouvido relatos sobre expulsão, a ex-aluna conta que houve um caso, que quase acabou na expulsão do aluno do Ginásio. E descreve:

Um colega quase foi expulso, não foi porque entrou muita gente no meio, mas foi a suspensão mais longa que teve no ginásio. A professora tinha pavor de cobra. Tanto que no livro dela de Ciências, do Albino Fonseca, era todo cheio de fita isolante preta de um lado e do outro das páginas pra ela não ver nem a sombra das gravuras das cobras, ela não usava livro dos outros. Soube que ela pagava ou pedia a uma pessoa pra fazer esse serviço

para ela. Esse colega conseguiu uma cobra de brinquedo que se movimentava quando era tocada. Então colocaram a cobra na gaveta da professora, que quando abriu, gritou, ficou pálida, passou mal. Não teve mais condições de dar aula. A classe todinha ficou de castigo até a pessoa se manifestar ou alguém descobrir, todos já com fome, mas ninguém delatava o colega. Só saía com os pais. O diretor toda hora passava na turma para perguntar. Ele mesmo se entregou, pois se não houvesse entrega, todos seriam punidos com suspensão. (MOURA, 2019)

O ápice da punição da escola era a expulsão, que significava possivelmente não ser aceito por nenhuma outra instituição. Isso fazia com que houvesse toda uma mobilização, especialmente da família, para que a expulsão não se concretizasse.

4.7 Ginásio também brinca e faz festa: práticas de socialização

No período em estudo, identificamos um conjunto de práticas de socialização no âmbito do Ginásio Estadual Picoense, algumas que já eram feitas no município por causa das escolas primárias, especialmente o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, como as festas escolares; outras que, no contexto picoense, foram consideradas algo inovador, pioneiro, como é o caso dos grêmios escolares e da imprensa estudantil.

O objetivo dessas práticas consistia em consolidar a identidade do GEP como uma escola diferente das demais, celeiro de conhecimento e cultura, além de legitimar essa identidade diante dos olhos dos picoenses. Por meio dessas ações, o GEP passou a ser visto e desejado pela mocidade do município e região.

Sousa (2005) relata que, além do prestígio intelectual, a instalação do ensino secundário público na cidade de Picos trouxe à sociedade:

Bailes de formatura, o sonho da continuidade dos estudos, o despertar para os estudos, a ascensão social, a possibilidade maior de um emprego, a difusão das ideias literárias, a importância da leitura e da participação dos jovens nos eventos da comunidade e em movimentos reivindicatórios (SOUSA, 2005, p. 121).

A citada autora aponta que os ginásios foram instalados nas capitais e nas maiores cidades, simbolizando progresso, cultura e desenvolvimento.

a) As festas escolares

O homem é um ser cultural e, como tal, sempre teve a necessidade de viver em coletividade, atribuindo significados coletivos como uma forma de dar sentido as coisas e interpretar o mundo. Dar sentido à sua existência: o lembrar e o comemorar, são alguns dos aspectos que estão presentes diariamente na vida do ser humano, desde as sociedades do período anterior à invenção da escrita.

Além disso, o homem procura dar sentido à sua existência através do espaço. Tornar o espaço vivo. Duvignaud (1983, p. 36) afirma que “o espaço vivo é o teatro de nossas manifestações mais simples – o comer, o caçar, o amar, o parir e o morrer”. As festas surgiram para contemplar e comemorar o homem em seu espaço.

O referido autor ainda nos mostra que a festa “[...] se apodera de qualquer espaço onde possa destruir e instalar-se. A rua, os pátios, as praças, tudo serve para encontro de pessoas fora das suas condições e do papel que desempenham na sociedade organizada” (DUVIGNAUD, 1983, p. 68).

Ao longo dos tempos, o ato de festejar esteve presente. Nesse sentido, a escola, enquanto instituição social, se apropriou da festa, não para destruir, fugir dos padrões e da rotina, mas para celebrar geralmente a ordem estabelecida e as convenções sociais aceitas como válidas. Celebra-se enquanto instituição, berço do conhecimento, do amor, da pátria e da ordem.

Cândido (2015) nos mostra que a escola e a festa são indissociáveis. Percebemos isso porque a própria distribuição do tempo escolar tem dois fatores preponderantes: as avaliações e as festas, e é em torno desses fios condutores que a rotina e os rituais da escola se constroem.

Era por meio das festas e solenidades que a instituição escolar e a comunidade se encontravam.

As festas de inauguração, aniversário, encerramento do ano letivo e formatura eram comemorações públicas com duas funções principais: dar visibilidade aos feitos políticos no âmbito educacional e confirmar a importância da escola entre pais, alunos e professores (CÂNDIDO, 2015, p. 241).

Analisando as festas e solenidades que havia no GEP, resolvemos utilizar a classificação de Cândido (2015), com alguns ajustes. A autora classifica as festas escolares nas seguintes tipologias:

1) As festas cívicas, as mais documentadas, são as mesmas festas comemoradas na sociedade republicana, mas organizadas de acordo com um ritual específico da escola; 2) as festas que comemoram as instituições de ensino, buscando dar visibilidade a elas, são festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo e por último 3) as festas da natureza, representadas pelas aves e árvores, que almejam despertar nos alunos o interesse pela natureza como representante máxima da pátria brasileira. Além dessas, outras categorias são criadas para dar conta das especificidades festivas, como as homenagens e as solenidades beneficentes (CÂNDIDO, 2015, p. 231-232).

Levando-se em conta a mencionada classificação, percebemos que, no Ginásio Estadual Picoense, havia um conjunto de solenidades que classificamos da seguinte forma: 1) festas cívicas; 2) Festas que comemoram a instituição, 3) Festas didáticas e 4) festas institucionais discentes.

No que diz respeito às festas cívicas, a mais aguardada do ano letivo era o desfile cívico de 7 de setembro. O Ginásio Estadual Picoense, desde a sua fundação, participou desta solenidade, havendo sempre a participação do professorado e dos ginasianos.

Graça (2002) afirma que, para o desfile cívico de 7 de setembro, neste período, “os preparativos começavam dois ou três meses antes com os ensaios dentro e fora da escola. Era preciso esmerar-se para não errar o passo, não desalinhar o pelotão, mostrar garbo, e “amor a pátria” (GRAÇA, 2002, p. 186).

A ex-aluna Olívia Rufino Borges, da segunda turma a se formar no GEP (1951-1954), diz que o 7 de Setembro na escola era:

Um espetáculo [...]. Tudo, festa bonita, muita gente marchando na rua. Doutor Fonseca era tanto apresentado. Era militar do exército, licenciado, entusiasmado pelo país, patriota até a raiz do cabelo, era ele quem dava a educação física, e a gente marchava no dia 7 de setembro. Era marchando mesmo. [...] Os pelotões muito bonitos, todo mundo com farda nova de gala e todo mundo também entusiasmado e um guarda bandeira espetacular. A banda da prefeitura tocando para a gente, e o palanque com o prefeito lá em cima assistindo, era um 7 de setembro muito bonito [...]. (BORGES, 2019)

Conforme a fala da ex-aluna, que fez o curso ginasial no GEP entre 1951 e 1954, percebemos que, ao lado da solenidade de colação de grau, quando se chegava na última série do ginásio, o desfile cívico de 7 de setembro era a festa mais celebrada e que exigia uma preparação de muito tempo, sendo, nesses momentos de socialização, que o GEP se mostrava para sociedade. Por ser até 1964 o único ginásio da cidade, pois neste ano foi criado o curso ginasial do colégio das irmãs, o GEP despontava com muito prestígio em Picos, símbolo do saber e detentor de um ensino de qualidade, formando os filhos da sociedade picoense.

Borges (2019) ainda nos mostra que o desfile no início da década de 1950 já era organizado por Dr. Fonseca, professor de Geografia no GEP e militar pertencente ao tiro de guerra 201, que atuava no município, — inclusive na década de 1960 os alunos já faziam referência a atuação do professor no desfile cívico, por meio de brincadeiras e adivinhações do tipo “O que é, O que é? Passa o ano de branco, e no 07 de setembro vestia verde” a turma respondia “Dr. Fonseca” (ROCHA, 2019).

Havia envolvimento de toda a comunidade educativa para que uma das maiores festas do ano procedesse no mais absoluto êxito. A ex-aluna retrata que no período entre 1963 e 1966:

Os desfiles eram organizados pelos professores. Dorinha Xavier e Dr. Fonseca lideravam o desfile. Havia carros alegóricos caracterizados. Por exemplo: Chegada da Corte Portuguesa. Princesa Isabel. Dom Pedro II que ia num cavalo. Eu acho que Joaquim Rodrigues que representou Dom Pedro, faleceu no ano passado. Ele representou tão bem que ficou conhecido como Dom Pedro. As mulheres quem usavam boinas. Os homens cortavam os cabelos e alguns usavam Brillantina para não assanhar a cabeleira. Dona Célia se encarregava da caracterização dos personagens. (MOURA, 2019)

Pela fala de Moura, é possível perceber que, na década de 1960, houve um incremento nas apresentações, com carros alegóricos e apresentação de performances artísticas, uma das performances mais revisitadas nas memórias dos ex-alunos é a apresentação da baliza.

Estar no desfile cívico era um momento sublime para os alunos, mas o maior desejo do alunado era ocupar posições de destaque: baliza, fanfarra, porta bandeiras e carros alegóricos eram as posições mais cobiçadas, de modo que os alunos almejavam serem reconhecidos pelo posto de destaque, isto é, ser visto como alguém importante diante da sociedade. Sacristán (2002) nos mostra que essa necessidade “[...] é um vínculo essencial para a integração no espaço social, além de ser uma necessidade básica do sujeito” (p.119).

Segundo Graça (2002), “no final da década, apareceram as balizas, que eram escolhidas entre as moças mais bonitas e “bem feitas” da escola. Ainda não usavam maiôs, mas já exibiam suas pernas sob saias mais curtas. (GRAÇA, 2002, p. 188). No GEP, as balizas passaram a ser apresentadas a partir da década de 1960, conforme figuras 143 e 144.

Oliveira (2013) nos mostra que “as balizas eram geralmente meninas que acompanhavam a banda ou a fanfarra da escola fazendo coreografias de ginástica artística e ou ginástica rítmica seguindo o compasso da música” (p. 5).

Moura (2019) destaca que “a baliza, na época, foi um escândalo” e que, para participar, eram estabelecidos critérios por Dorinha Xavier, entre eles: beleza e desenvoltura,

além da permissão dos pais. Já o critério para ser porta bandeiras era: altura, postura e elegância. “Mas o principal critério altura, as meninas usavam uma faixa verde amarelo e os pelotões organizados três blocos: Guarda bandeira e a baliza fanfarra ao meio e ao final cavalaria, todos com carros alegóricos intercalados aos pelotões”.

Figura 143: Baliza no Desfile cívico de 7 de setembro de 1960



Fonte: Maria Ivete Portela Cardoso.

Figura 144: Baliza no Desfile cívico de 7 de setembro de 1966



Fonte: Maria das Graças Formiga.

Entre as meninas que ocuparam esse posto, a mais lembrada foi Maria do Socorro Barradas, figura 144, considerada por seus colegas uma jovem à frente do seu tempo, por quebrar muitos *tabus* para época. Era conhecida popularmente por *barradinha*, fez parte junto com outros colegas do GEP, influenciados pelo cinema, rock e jovem guarda, da banda “Os Leões”.

As balizas geralmente ocupavam a frente do pelotão com o instrumento da baliza, que aparece na mão da aluna na figura 143 e ao chão na figura 144. Nas referentes figuras, atentamos ainda para o tamanho do uniforme e a altura das meias, uma saia mais curta e um par de meias brancas eram sempre usados. Em 1966, houve alteração para um par de meias longas com botas. Supomos que isso facilitava os movimentos coreografados no decorrer do desfile.

As alunas que serviam de balizas eram geralmente seguidas no pelotão pelas demais alunas para a apresentação da ginástica rítmica com bambolês. As figuras 145 e 146 mostram o momento de preparação para o Desfile Cívico de 7 de setembro, nas quais é possível ver as alunas, antes da apresentação pelas ruas do município, ensaiando ginástica rítmica com bambolês sob a supervisão da professora Dorinha Xavier, de Educação Física.

Figura 145: Ensaio do desfile cívico de 7 out. 1963



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Figura 146: Apresentação de ginástica rítmica no desfile cívico de 7 out. 1963



Fonte: Cristina Varão.

Moura (2019) destaca que, nos primeiros anos em que houve a apresentação da baliza no GEP, a sociedade ficou escandalizada,

Porque as fardas eram no joelho e não podia mostrar as coxas e a baliza usava um short curto e uma saíinha bem curtinha por cima e como dançava ou fazia movimentos de ginástica rítmica com bambolês apareciam às peças íntimas. As primeiras eram de roupa branca, depois de tule. (MOURA 2019)

Isso pode ser associado à interferência da moda no ambiente escolar, pois, no final dos anos de 1950 e início da década seguinte, houve um movimento no mundo da moda priorizando a volta da feminilidade, com valorização do corpo e de acessórios, como meias e luvas.

Figura 147: Professor Antônio e alunos da 4ª série ao final do desfile de 1958



Fonte: Maria das Graças Muniz de Araújo.

Comparando a figura 147, tirada em 1958, com a forma como os alunos estão apresentados nas figuras 143 a 146, percebemos que houve alteração no tamanho do uniforme de gala de educação física, no que diz respeito ao tamanho da saia. Isso pode ser resultado da influência da professora de Educação Física Dorinha Xavier, por ser considerada pelos ex-alunos como uma pessoa bastante culta. Ela trouxe muitas inovações ao modo de ser feminino das alunas do GEP, especialmente na década de 1960, influenciando na adequação dos uniformes da escola, especialmente o de Educação Física.

Os desfiles cívicos apresentados pelo GEP, ao lado de outras instituições sociais, como o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, o Instituto Monsenhor Hipólito e os militares do tiro de Guerra 201, paravam Picos neste dia. Os alunos aparecem enfileirados nas imagens, geralmente acompanhados por seus professores.

Dr. Fonseca era o maior entusiasta. Na década de 1950, os desfiles cívicos do GEP eram organizados por Dr. Fonseca, militar, à medida que o ginásio foi crescendo, o número de professores envolvidos também aumentou, a exemplo de Dorinha Xavier e Célia Neiva.

Os alunos desfilavam pelas ruas da cidade, seguindo o trajeto pela Praça Félix Pacheco, passando pela Rua dos Italianos (atual Rua Luís Santos) e chegando à praça da Bandeira (atual Praça Josino Ferreira), chegando, finalmente, à rua do Mercado (atual Abílio Coelho). Eles marchavam pelas ruas em sua maioria de terra, poucas com calçamento mostrando a alegria de ser ginásiano, conforme podemos observar nas figuras 148 e 149:

Figura 148: Pelotão no dia 7 de setembro de 1962



Fonte: Adelina Lelis Leal.

Figura 149: 7 de setembro - década de 1960



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Créditos: Cristina Varão.

Ao analisarmos as figuras 148 e 149, percebemos que os pelotões eram organizados por sexo e por tema. Supomos que essa divisão por sexo, assim como na escola em período de aula, tinha o objetivo de manter a ordem e a organização do evento, evitando flertes e brincadeiras entre os alunos.

Na figura 149, por exemplo, temos o pelotão feminino que, à frente, aparece com a farda de gala de educação física e, em seguida, a farda de gala destinada a outros eventos do GEP. A ex-aluna Raimunda Fontes de Moura (1963-1966) também nos mostra que, entre os critérios para seleção dos alunos que iriam estar nas comissões de frente dos pelotões e nos carros alegóricos, também havia as habilidades artísticas e, em alguns casos, distinção social.

O desfile de 7 de setembro era como um teatro. Queria tanto fazer parte dessas encenações, mas o critério era escolher alunos filhos de pais ricos, entende? Eu nunca fui escolhida. Na época, me procuravam para que eu fizesse os letreiros em cartazes, coreografias de Ginástica Rítmica pelas meninas do Vôlei. E a Fanfarrinha dava show em frente ao palanque. Tinha também os desfiles alegóricos mostrando personagens históricas e cenas da escravidão. Cheguei ao ginásio, tínhamos um grupo do Coelho Rodrigues e as filhas que saíram do colégio das irmãs eram quem tinha destaque, existia a distinção. Meu pai era mecânico, me destacava em artes, numa fui colocada para desfilar no carro alegórico. (MOURA, 2019)

Na narrativa da ex-aluna, é possível perceber que o critério social estabelecido também interferia na escolha, pois, segundo ela, as funções de destaque no desfile eram dados a alguns filhos das elites locais.

O desfile cívico de 7 de setembro, comemorado por todas as escolas do município, é uma festa recorrente no calendário escolar, além de ser um dos momentos em que a escola se mostra para sociedade. É neste momento que a instituição apresenta um dos valores mais divulgados, o nacionalismo, pois o amor pela pátria deve ser mostrado em todos os momentos do evento, uma vez que o civismo fazia parte da ação dos ginásios.

Em consonância com a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, na qual estava afirmado, em seu artigo 1º, que entre as finalidades do ensino secundário estava “2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística” (BRASIL, 1942, p. 29). Os desfiles cívicos cumpriam claramente esse objetivo.

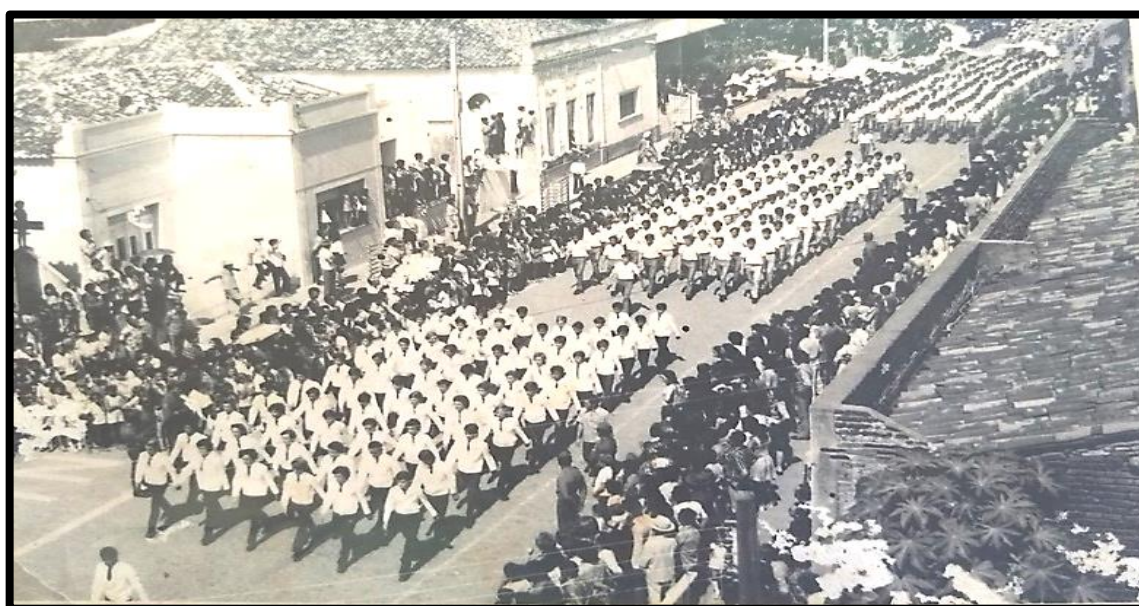
Dessa forma, o civismo atravessava todos os conhecimentos e atividades do GEP. Segundo Cândido (2015), o civismo, desde a proclamação da República, era “entendido como conteúdo fundamental para a formação do cidadão comprometido com o progresso de sua pátria” (CÂNDIDO, 2015, p. 233). Com o surgimento de novas escolas de ensino pós-primário em Picos, como o Colégio Comercial (1957) e a criação do curso ginásial no Instituto Monsenhor Hipólito (1964), surgiram rivalidades em torno do desfile. As escolas disputavam a melhor baliza, carros alegóricos e fanfarras. Havia uma comissão no palanque do prefeito que julgava as apresentações.

Figura 150: Desfile 7 de setembro de 195?



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Figura 151: Desfile 7 de setembro final da década de 1960



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Nas figuras 149, 150, e 151, podemos perceber que o patriotismo cultivado nos Ginásios desde os tempos de Capanema estava presente. Os alunos todos enfileirados, o que representa a ordem, as cores dos uniformes: branco e azul, representando a pátria; as meninas utilizavam uma faixa verde e amarela e uma bandeirinha do Piauí era levada na mão. A partir da década de 1960, pregava-se um brasão com as armas do Estado do Piauí na manga direita da blusa. Na figura 152, é possível ver a faixa mais de perto, bem como a bandeira do Piauí que acompanhava as alunas por todo o desfile.

Figura 152: Alunas no dia 7 de setembro de 1966



Fonte: Raimunda Fontes de Moura.

Segundo Cândido (2015), “Dentre todas as festividades e datas cívicas, o 7 de Setembro teve uma expressão maior, pois se trata de um dia dedicado a pátria, reconhecendo-se nos seus festejos um tributo prestado pelo povo ainda nos dias atuais” (CÂNDIDO, 2015, p. 241).

Figura 153: 7 de setembro, década de 1960



Fonte: Maria das Graças Formiga.

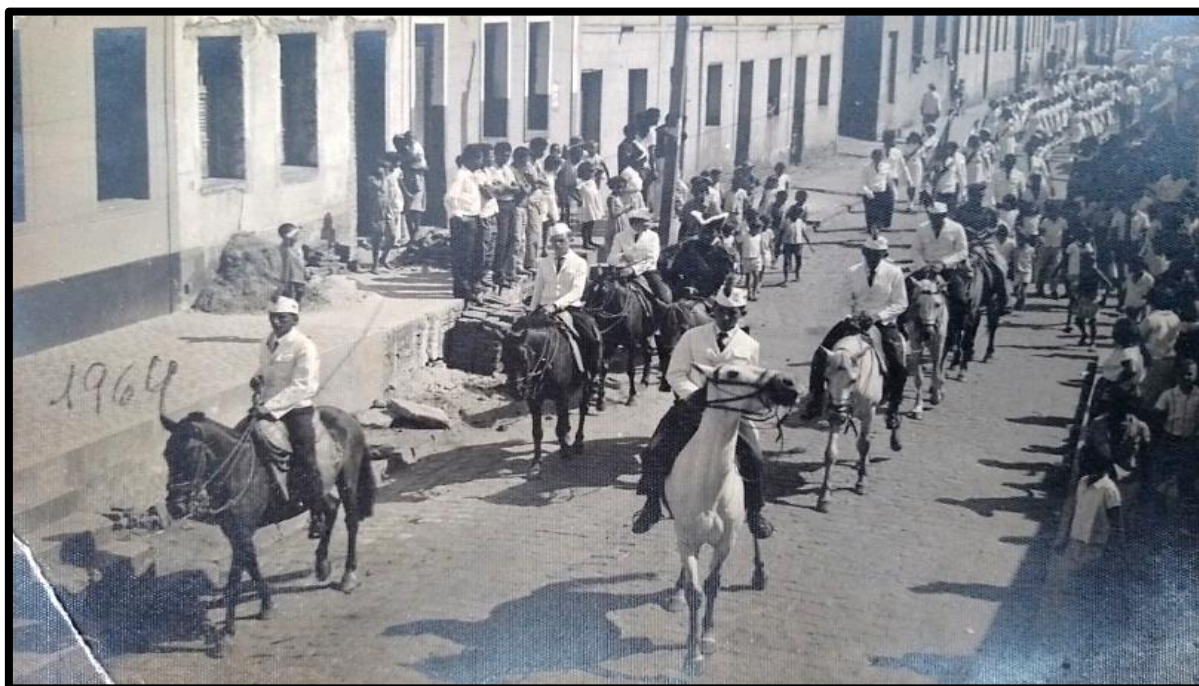
A partir da figura 153, é possível identificar também alguns valores. Os homens, por exemplo, não aparecem com um corte militar, mas com bastante cabelo e utilizando a brilhantina, possivelmente influenciados pelos artistas do cinema do período, pois, embora em Picos ainda não tivesse televisão, a cultura jovem do período tinha disponível o Cine Ideal na década de 1950 e o Cines Park na década de 1960, além de várias revistas que apresentavam moda feminina, como a Capricho, fotonovela como a Revista Grande Hotel e revistas de colagem de figuras relacionadas a filmes norte-americanos.

Figura 154: Carro alegórico 7 de setembro



Fonte: Cristina Varão.

Figura 155: Cavalaria 7 de Setembro



Fonte: Adelina Lelis Leal.

Sobre o desfile cívico de 7 de setembro, a ex-secretária Adelina Lelis relata que:

Há como eu me lembro. Eu vou lhe contar também um detalhe. Sete de setembro tinha o desfile. À noite, geralmente tinha um show, show, a pessoa, os alunos cantavam e etc. e tal e Célia Neiva, que era a professora de História, me pediu pra eu ir com ela nas turmas pra descobrir um menino que tivesse uma voz mais ou menos boa. Começando porque ela queria um dos meninos da primeira série. Aí a primeira série que nós fomos foi na turma na qual estudava exatamente um aluno que cantava bem. Aí no final, fizemos ali a peneirada todinha e ficou esse aluno. Nós ensinamos a música para ele, que cantou no sete de setembro na amplificadora. Naquele tempo, era amplificadora, daí ele começou a ser conhecido. (LEAL, 2019)

Segundo a narrativa da ex-secretária, após o desfile na avenida, havia apresentações culturais e festa dançante, com bandas musicais. Além disso, é visto na fala alguns critérios de escolha para que os alunos pudessem apresentar, de modo que a habilidade do ginásiano também contava.

O segundo modelo de festa que era bastante comum no GEP, eram as festas que comemoravam as ações institucionais. Entre a mais festejada estavam as solenidades de colação de grau, ocorrida geralmente no mês de dezembro. Era um momento bastante esperado pelos alunos que estavam na 4ª série ginásial. Sousa (2005) fala da formatura da primeira turma em 1953.

A formatura da 1ª turma dos ginasianos foi um marco na história desta instituição de ensino digna de uma placa e uma cerimônia festiva. Todo um ritual era criado para a comemoração do título obtido. Era o ápice das festas escolares Picoenses, nunca antes visto. Por esse motivo todos se empenharam para realizar um grande acontecimento para admiração de toda a cidade. A festa foi composta da entrega de certificados, missa, discursos, bailes, que resultavam na escolha de roupas mais pomposas e que os pais se empenhavam em subsidiar. O significado de concluir o ensino secundário para uma população em que a maioria da população não tinha acesso à educação básica. (SOUSA, 2005, p. 117)

As festas de formatura, como eram chamadas as solenidades de colação de grau, ocorriam com o envolvimento de toda a comunidade, a partir de uma programação que variou um pouco no decorrer dos anos, mas se mostrou estável pela manutenção do seu sentido principal, a formação, tendo em vista que muitos empregos e concursos públicos exigiam apenas o curso ginásial, além da possibilidade de seguir os estudos.

“A formatura é uma prática ritualizada que expressa a cultura escolar Institucionalizada” (WERLE, 2005, p.3). Para entendermos como acontecia essa solenidade, nos valem dos convites de formaturas, muito comuns em todas as turmas, fotografias e relatos de ex-alunos.

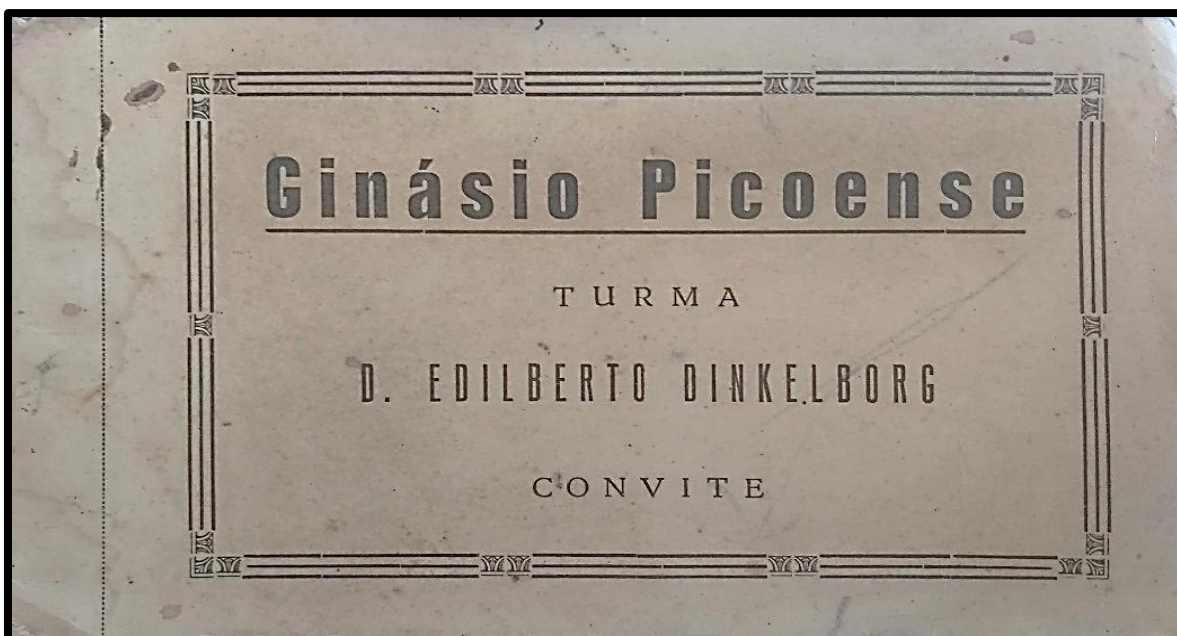
A formatura era um dos maiores eventos do município, chegando a ser noticiada e comentada em jornais do município e da capital do estado. Encontramos o artigo do professor e advogado picoense Manoel dos Martírios Moura Fé, conhecido na cidade como Dr. Moura Fé. No final dos anos de 1960, tornou-se o primeiro diretor do curso científico criado na escola. No artigo o autor diz,

[...] pelo que se verifica, a instrução ginásial naquela modesta cidade sertaneja constituiu uma realidade em face da geração presente. Oxalá os aludidos concludentes de 1958 que sirvam de modelo para criançada que sucedem e logrem bem êxito em todos os empreendimentos que reserva o porvir. (MOURA FÉ, 1959)

Entre os artefatos desta solenidade, talvez os que atravessam o tempo são os convites de formatura, estando entre um dos principais artefatos mais consultados pelos historiadores para saber mais sobre esse tipo de solenidade. Tivemos acesso praticamente a todos os convites produzidos entre 1953 e 1972. Geralmente, o convite possuía a seguinte estrutura: 1-capa, com o nome da escola e do homenageado da turma, dedicatória, homenagem, programação e o nome da turma, encerrando com um espaço destinado para colocar os dados

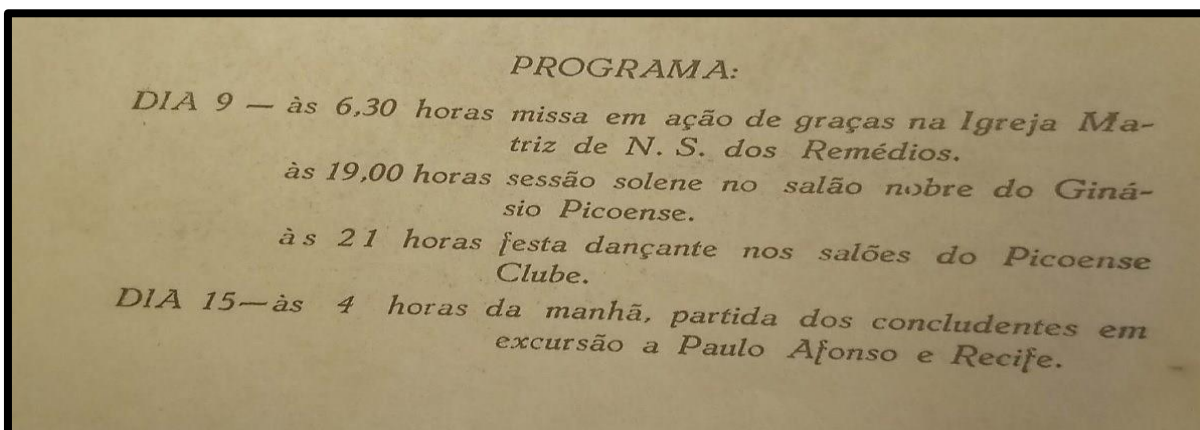
para quem se destinava o convite, conforme pode ser visto nas figuras 156, 157, 158, 159 e 160.

Figura 156: Convite de Formatura – Turma de 1961

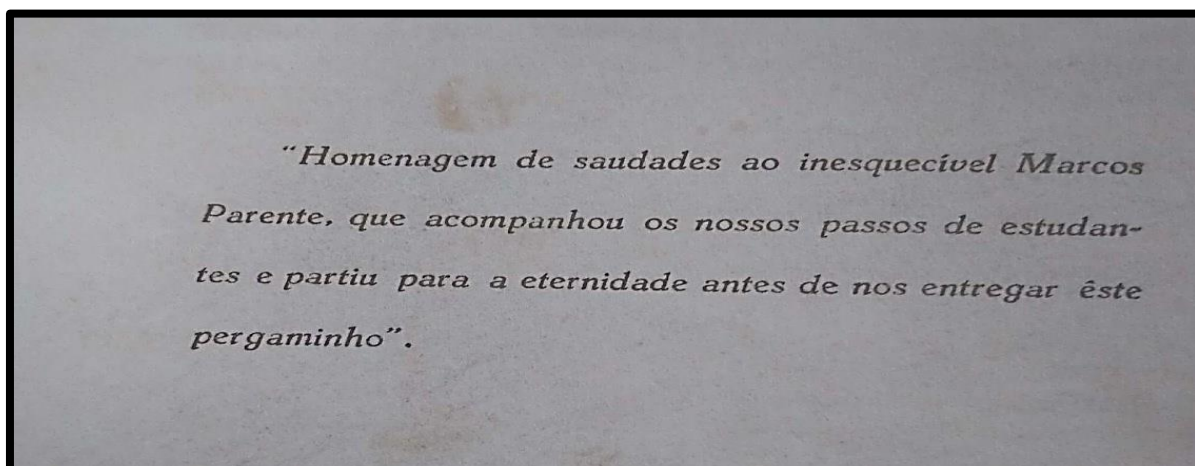


Fonte: Maria Ivete Portela Cardoso

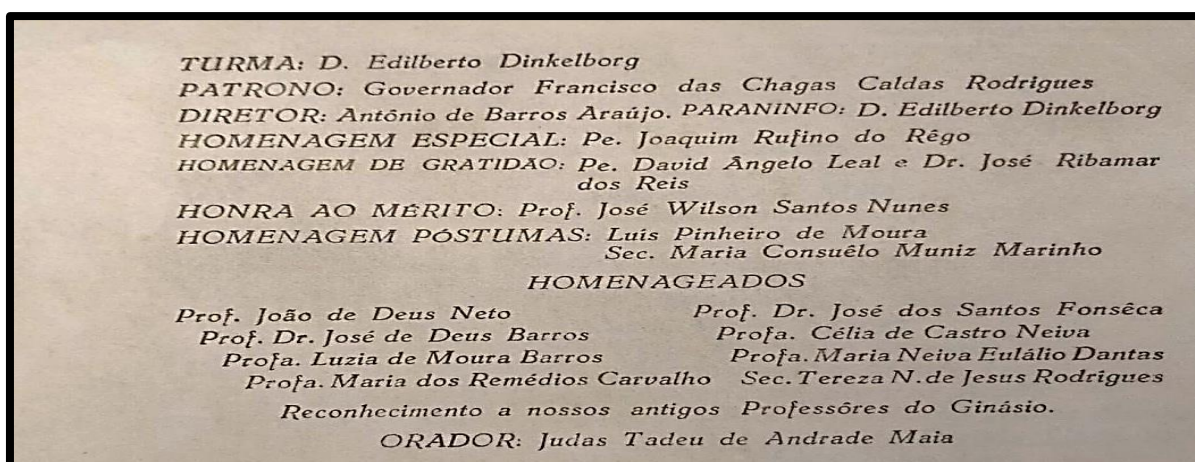
Figura 157: Convite de Formatura – Turma de 1961 (Programa)



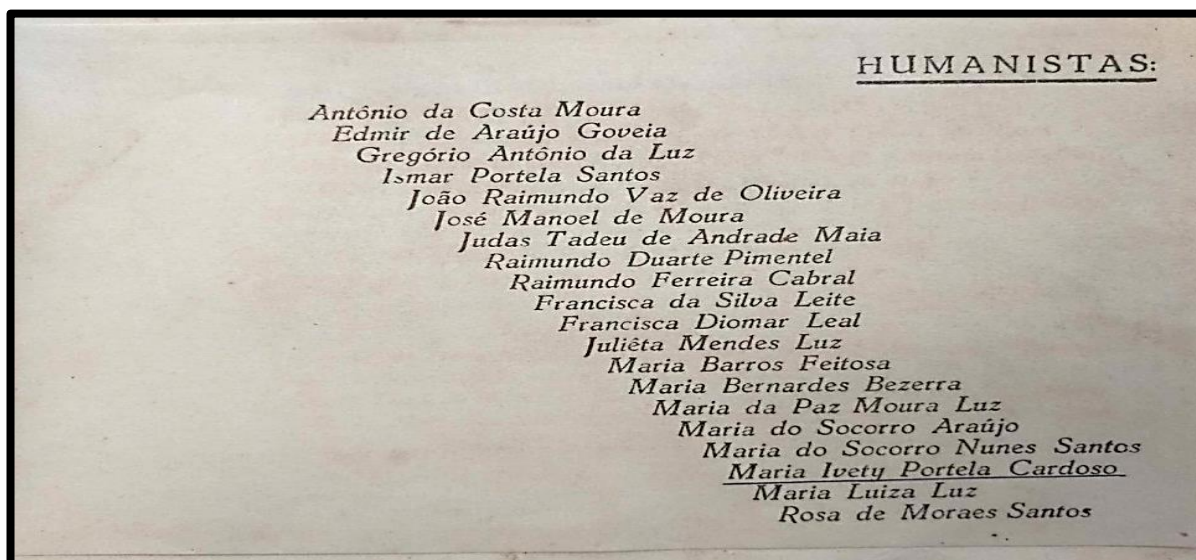
Fonte: Maria Ivete Portela Cardoso

Figura 158: Convite de Formatura – Turma de 1961 (Homenagem)

Fonte: Maria Ivete Portela Cardoso.

Figura 159: Convite de Formatura – Turma de 1961 (Homenageados)

Fonte: Maria Ivete Portela Cardoso.

Figura 160: Convite de Formatura – Turma de 1961 (Lista de Formandos)

Fonte: Maria Ivete Portela Cardoso.

Conforme a figura 160 nos mostra, percebemos que, nos convites de 1961 e 1970, aparece a expressão “humanista” no espaço do convite destinado ao nome dos alunos concludentes. Essa expressão era muito comum nos ginásios pelo restante do país. A conotação da palavra pode estar relacionada à formação do ginásiano. A formação, neste período, possuía carga horária pautada principalmente no ensino de Ciências (Matemática, História, Geografia), Línguas (Português, Latim, Francês e Inglês) e Artes (Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico).

Conforme mencionado anteriormente, no convite, era apresentada toda a programação. O quadro 22, infra, nos mostra as principais atividades que aconteciam durante as solenidades de formatura.

Quadro 22: programação das formaturas do GEP entre 1953 e 1972

Evento	Turmas
Missa de Ação de Graças	1953, 1954, 1958, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968, 1969, 1970, 1972.
Sessão de despedida dos colegas ginásianos	1953.
Entrega do certificado aos concludentes/Sessão solene	1953, 1954, 1958, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968, 1969, 1970, 1972.

Festa Dançante/Baile	1953, 1954, 1958, 1961,1962, 1964, 1965, 1966, 1968, 1969, 1970, 1972.
Coquetel	1953, 1954.
Excursão	1961, 1972.

Fonte: Convites das turmas.

Pelo quadro, podemos apontar que apenas a primeira turma fez uma sessão de despedida, o que corresponde, na atualidade, à “aula da saudade”, além de que foi muito comum o condensamento de etapas apenas em uma, como a festa dançante com a entrega de diplomas, bem como a entrega de diplomas com a missa de ação de graças. Em alguns convites, a festa dançante aparece como baile, pois havia ainda a valsa, na qual padrinhos e madrinhas dançavam com os formandos ginasianos. A ex-aluna da segunda turma do GEP relata a festa de formatura da turma de 1954:

Foi muito animada. Meu pai bebeu o maior porre, feliz da vida porque a filha estava se formando no ginásio. Festa bonita no Cine Ideal. Aqui já teve cinema, tinha o Cine Guarani, primeiro cinema da cidade, no qual passava filme mudo. Depois veio o Cine Ideal, que fazia parte da esquina ideal que era do sargento Demerval que era quem dirigia aqui o antigo Tiro de Guerra, ele tinha uma sorveteria, também tinha uma novidade, uma mesa de pingue-pongue. Isso era uma febre, todo mundo ia passear na praça e ia lá no pingue-pongue e lá nos fundos o Cine Ideal. A gente assistia a filme lá, depois Chico de Júlio implantou o Cine Spark, que durou muitos anos. Tinha a missa. O baile era uma reunião festiva no próprio ginásio que não se chamava naquele tempo aula da saudade, era o nosso encontro final, no qual a gente brincava, fazia tudo, lembrava coisas que aconteceram durante aqueles 4 anos entre a gente, entre a gente e a cidade e a gente cantava, dizia poesia, eu inventava muito, muita quadrilha na hora com todo mundo, brincava com todo mundo e depois a missa e a colação, recebia o diploma na missa mesmo e o baile no Cine Ideal, na Esquina Ideal, o coquetel e o baile. (BORGES, 2019)

As Festividades de colação de grau ocorriam inicialmente em dois espaços: na Esquina Ideal, que consistia em um espaço de lazer que reunia sorveteria e salão de festas, onde costumava reunir a sociedade picoense, especialmente nos finais de semana. O outro espaço, de propriedade de um dos professores de Educação Física do GEP e sua esposa: Demerval e Socorro Moreno, era o Picoense Clube, fundado em 1955. Quando a sede própria foi construída, a partir de 1960, praticamente toda a programação ocorria no próprio GEP e, quando este não podia, os alunos iam para os espaços anteriormente citados ou para o Cine

Spark. Além disso, era muito comum as turmas na década de 1960 promoverem excursões para fora do estado. A turma de 1966, por exemplo, embora não apareça no convite foi para Paulo Afonso, na Bahia.

Em alguns convites, vinha a determinação de que o traje fosse “traje distinto”. Pelas fotos, notamos que, em alguns momentos, os alunos aparecem com o traje de gala que usavam no desfile de 7 de setembro e, em outros momentos, as mulheres, com um vestido longo, o que nos leva a crer que, quanto à vestimenta, desde que fosse “social”, não havia problemas. Além disso, era muito comum os alunos tirarem uma foto com a turma toda e uma foto oficial para placa de formatura e para guardarem de recordação, com uma beca, com o busto pintado e com as iniciais do nome da escola.

A figura 161 apresenta a foto oficial da formatura da turma de 1955, mesmo ano que se comemorou o centenário de Picos, denominada “Turma do Centenário”. Segundo a Revista Piauiense de Municípios, referente ao segundo semestre de 1955, em edição especial sobre o município de Picos, a colação de grau dessa turma fez parte das programações do centenário.

Figura 161: Baile turma de 1955 (Turma do Centenário)



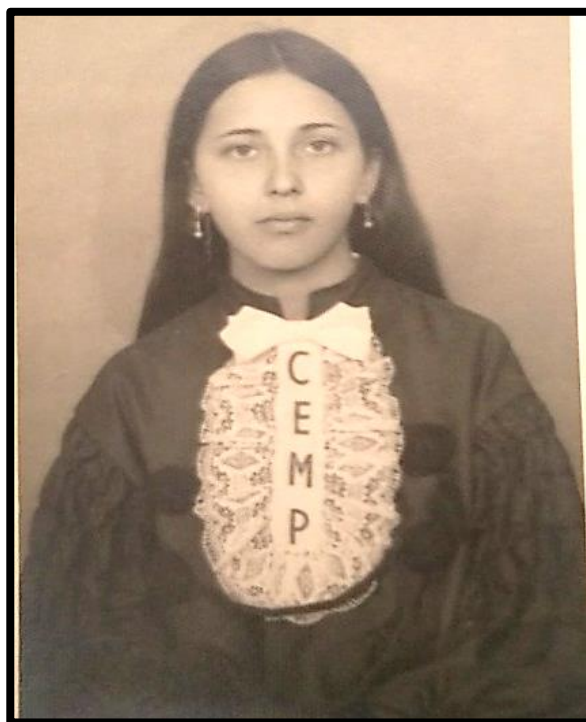
Fonte: Wellington Araújo/Revista Piauiense de Municípios (1955).

Na sessão notas diversas, a revista informa que,

As festividades comemorativas do primeiro centenário de Picos duraram quatro dias. A começar do dia 17 celebraram-se no edifício do Cine Ideal, a colação de grau dos concludentes do Ginásio Estadual Picoense, representados pela Turma professor João de Deus Neto. Nesse dia celebrou-se Missa de Ação de Graças na matriz, oficiada pelo vigário; às 19 horas, realizou-se sessão solene de colação e as 21 horas, um sarau dançante, no clube dançante. A turma do centenário tomou como patrono, o Prof. João de Deus Neto, e como paraninfo o Prof. José dos Santos Fonseca. Rendeu homenagens especiais aos senhores: Dr. José Carlos Filho e Dr. Severo Maria Eulálio. Prestou homenagem póstuma a D. Maria Antônia Rodrigues, homenageando ainda aos senhores Prof. Raimundo Benício, Prof. Antônio de Araújo Barros, Dr. Helvídio Nunes de Barros, Profa. Maria Neiva Eulálio Dantas, Profa. Izabel Leopoldino Dantas Eulálio; Diplomaram-se Bacharéis em Ciências e Letras. (REVISTA PIAUIENSE DE MUNICÍPIOS, 1955, s/p)

Pela reportagem, ainda é retomado o título de “Bacharel em Ciências Humanas e Letras”, comumente utilizado anterior à reforma Francisco Campos, de 1931. O título é uma forma de a reportagem valorizar a conclusão do curso ginasial, o que era muito importante para o período. Havia, ainda, a foto individual de cada aluno, vestido de beca, na qual era posto no babado as letras iniciais do nome da instituição (GEP, GEMP ou CEMP), e, em alguns casos, era o capelo (chapéu de formatura). Essa foto era a que ia para o quadro de formatura, conforme a figura 162 apresenta.

Figura 162: Francisca Luiza de Moura Rocha (Foto oficial de 1969)



Fonte: Francisca Luiza de Moura Rocha (Dona Mourinha).

Nas figuras 163 e 164, é possível perceber que o baile e a entrega dos diplomas consistiam na consolidação de tradições, embora com algumas alterações. Com o passar dos anos, é preservada a sua essência e simbologia: o término dos estudos.

Figuras 163 e 164: Entrega do diploma décadas 1960 e 1970, respectivamente



Fonte: Francisca Luiza de Moura Rocha e Maria de Lourdes Leal, respectivamente

Sobre a organização do evento, afirma Rocha (2019):

A festa de colação de grau era grande. Nós trabalhávamos o ano todinho e, às vezes, no ano anterior, para a festa de colação de grau e para excursão. Tinha valsa, a qual eu dancei com Almir Sá. Papai não dançava. Meu vestido era muito bonito, era um vestido com uns fios dourado. Foi minha tia Socorro que fez e papai pediu a Almir Sá pra dançar a valsa comigo. Mas eu entrei com papai, a gente entrava pra receber o diploma, cada um entrava com seu padrinho. Agora a mesa lá constituída que me entregou o diploma eu não me lembro. Tinha primeiro a entrega do diploma, a gente entrava todo mundo com seu padrinho, sentava, chamava lá encima. Não me lembro de ter tido placa de formatura na minha turma. Mas tinha convite, eu tenho o convite de formatura, o homenageado era professor Antônio de Barros Araújo, tem o nome de todos que terminaram. (ROCHA, 2019)

No que diz respeito ao nome da turma, este estava relacionado geralmente a algum professor ou personalidade da sociedade que era escolhido para ser agraciado com o nome da turma, conforme quadro 23, feito a partir dos convites de formatura encontrados.

Quadro 23: Nome das turmas 1953-1972

Turma	Ano
José Vidal de Freitas (Diretor)	1953
Flávio Portela Marcílio (Deputado)	1954
João de Deus Neto (Professor)	1955
Antônio de Barros Araújo (Professor)	1958
D. Edilberto Dinkelborg (Bispo)	1961
Antônio de Barros Araújo (Professor)	1962
José de Deus Barros (Professor)	1964
Antônio de Barros Araújo (Professor)	1965
Raimundo Camelo de Vasconcelos (Diretor)	1966
Virgílio Madeira Martins (Professor)	1968
Maria dos Remédios Araújo (Professora)	1969
Luiz Pereira de Sousa (Diretor)	1970
Luiz Pereira de Sousa (Diretor)	1972

Fonte: Convites.

Nos convites confeccionados até 1962, o nome da turma geralmente coincidia com o patrono, mudando apenas o nome do paraninfo, este último geralmente era alguém externo ao ginásio, geralmente ocupante de cargo de destaque. Por várias vezes, esse posto foi ocupado pelo então deputado estadual Helvídio Nunes de Barros, tendo o padre Helvídio Martins Maia, irmão de Anísio Maria, sido o primeiro homenageado neste posto. Havia um conjunto de estratégias para conseguir recursos para formatura:

Principalmente no ano da colação, nós começamos a trabalhar pra arranjar dinheiro pra colação. A gente fazia leilões, festas, rifa, tudo... juntando o dinheiro ali pra a festa... tanto é que nós convidamos pra ser o paraninfo o padre Helvídio Maia, irmão gêmeo de Anísio Maia. E ele aceitou e num disse nada. Nós fizemos tudo, o quadro, os convites para a festa dançante. Na véspera da festa, ele mandou dez mil cruzeiros... dez mil cruzeiros. Pagamos a bebida todinha e coquetel. (LELIS, 2019)

Pela fala do aluno, percebemos que o homenageado geralmente ajudava a turma em alguns casos, conforme combinado com os alunos, e, em outros casos, por vontade própria, como aconteceu em 1953. Além disso, a fala também mostra que, desde a fundação do GEP,

era muito comum os alunos do último ano ginásial se organizarem para o levantamento de fundos para que pudesse arcar com os custos da solenidade de formatura.

Outro aspecto a ser observado no contexto da formatura é a produção de uma placa, Coelho Junior (2013, p. 3) afirma que “os quadros de formatura [...] fazem parte de um trabalho coletivo de construção e preservação [...] abriga as memórias coletivas da escola”. Tais quadros mostram que este tipo de festividade perdurou com o tempo, de modo a representar este tipo ritual de como uma prática rotineira anual da escola. Na esteira de Coelho Junior (2003), Werle (2005, p.3) afirma que “como símbolos rituais, os quadros de formatura situam-se numa abordagem de história da cultura de instituições escolares”.

Figuras 165 e 166: Quadros de formatura de 1953 e 1955 do GEP



Fonte: Museu Ozildo Albano e Revista Piauiense de municípios respectivamente.

No entorno das colações de grau, durante o ano de sua preparação, a turma da quarta série ginásial executava uma série de atividades. Dentre estas, estão as festas institucionais

discentes, que consistiam em festas que, embora realizados pelos alunos formandos com o auxílio do grêmio, tinham a tutela da escola. A finalidade desses eventos era arrecadar fundos para as solenidades de formatura do final do ano letivo.

Entre essas comemorações estavam: a festa das flores, a festa da cebola e o caritó. A festa das flores era uma festa onde rapazes e moças se encontravam para dançar, a flor significava o símbolo do flerte, era utilizada pelo rapaz para convidar a moça para dançar. A turma do ginásio comprava flores naturais e vendia para os rapazes, um encorajamento para convidar a moça para dançar e quem sabe namorar. “Uma vez, recebi uma linda rosa de um rapaz que eu não simpatizava e por educação eu fui dançar, mas não aceitei o namoro” (MOURA, 2019).

A festa da cebola procedia de forma semelhante, era uma brincadeira que ocorria de forma contrária, pois eram “as moças, as damas, quem convidavam os rapazes para dançar. E se alguma recebesse um “fora”, recebia uma cebola, representação simbólica do choro, da decepção” (MOURA, 2019).

Ambos os eventos ocorriam no Picoense Clube e eram abertos à comunidade, pois havia venda de mesas e ingressos que eram revertidos para as solenidades de colação de grau e excursões. A brincadeira do caritó era uma atividade com a mesma finalidade da festa das flores e da cebola, consistindo numa justaposição de duas cartolinas, a primeira contendo um valor em cruzeiros e, por cima desta, o nome das moças, “o rapaz escolhia o nome da moça e então rasgava, melhor, cortava com uma gilete e pagavam pela prenda, era bem interessante, saíam comentários, fulano tirou fulana no caritó” (MOURA, 2019).

Além disso, foi possível perceber que nem todas as turmas tiveram placa de formatura, ou ainda que nem todos os alunos participavam da festa, como lembra Chagas: “por escassez de recursos financeiros, não pude participar de minha formatura no Ginásio” (CHAGAS, 2018)

Ao que tudo indica, para a turma de 1959, não houve formatura, pois não se tem nenhum vestígio ou lembrança de ter havido colação de grau para essa turma, talvez por ser a menor turma que chegou a concluir o curso ginásial no GEP nesse período e a grande maioria ser proveniente da “turma de alunos adultos da roça” (LUZ, 2017, p. 173).

Existiam ainda no GEP outras festas, que intercalavam o ano letivo. Entre as mais comemoradas estavam as festas juninas e o dia das mães, que envolviam alunos e professores. Essas festas eram organizadas de forma tutelada pela escola, pois a instituição tinha uma imagem a zelar diante da sociedade picoense. Isso prova que as festas no GEP eram “muito mais do que a alegria e a liberdade que caracterizam as festividades em outros lugares, nas

escolas elas ganham contornos singulares, uma liberdade regulada, um saber esquadrinhado com o objetivo de garantir sua finalidade pedagógica” (CÂNDIDO, 2015, p. 247).

Figura 167: Festa Junina de 1966



Fonte: Mundica Fontes.

Piola (2013) afirma que a festa junina é uma das mais tradicionais nas escolas brasileiras, pois, nelas, há quadrilha, quentão e inúmeras comidas típicas, alegrando alunos e familiares com suas danças e trajes típicos. O ápice da festa é a dança, ou seja, a quadrilha, geralmente dançada pelos alunos. No GEP, era uma das festas escolares mais festejadas e comemoradas. Moura (2019) nos fala que,

A quadrilha junina era organizada pelos concludentes daquele ano e realizada à noite no ginásio, com sanfoneiros e com uma quermesse. No ano que concluí o ginásio, não aconteceu nossa quadrilha no ginásio. Alguns de nós havíamos feito os trajes. Então, eu dancei com um colega, juntamente com os outros casais da quadrilha, do Colégio Comercial de dona Dorinha Xavier, no Picoense Clube”. (MOURA, 2019)

Dentre as festas didáticas sempre presentes no calendário escolar, estava a comemoração do dia das mães. Segundo Luz Neto (2019), “costumava-se comemorar o Dia das Mães e em uma dessas oportunidades foi que fiz um primeiro discurso em público com palanque montado à frente da Catedral de Picos” (LUZ NETO, 2019).

Figura 168: Programação do Dia das mães de 1966

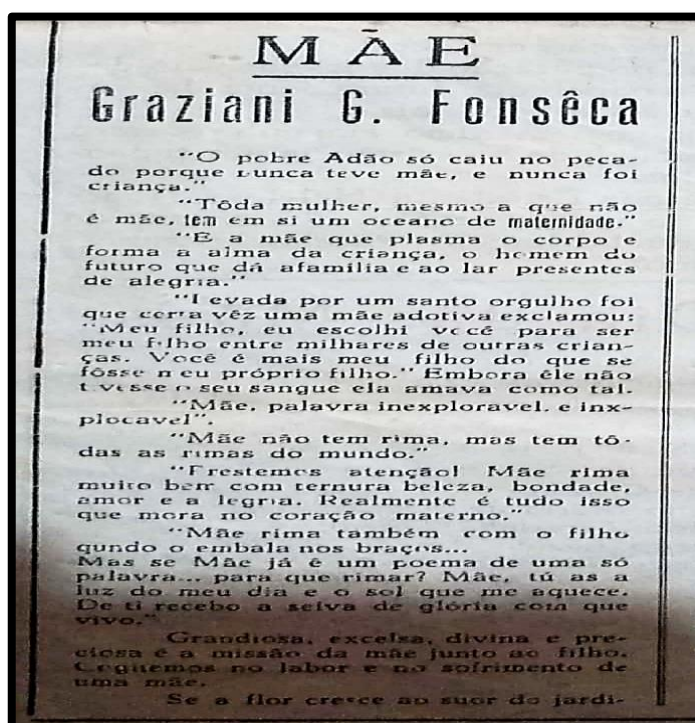
Programa da Sessão do Dia das Mães

<p>1.^o — Abertura com oferta de flores 2.^o — Discurso por Geraldo Neiva 3.^o — Ser mãe cântico por Graziani 4.^o — Lágrimas de mãe poesia por Célia Dantas 5.^o — Mamãezinha cântico por Gilberto 6.^o — Ser mãe monólogo por Gracinha Muniz 7.^o — Mãe cântico por Eliza Maia 8.^o — Minha prece poesia por Tarcito Moura 9.^o — Discurso por Maílda Maria 10.^o — Cântico por Maria do Socorro Barradas 11.^o — Diálogo A orfã por Neusa e Nair 12.^o — Cântico por Célia e Célis 13.^o — Cântico por Minervina e Sônia 14.^a — Mãe cântico 15.^o — Lágrimas de mãe cânticos por um grupo de alunos 16.^a — Sorteio de prêmios para as mães presentes</p> <p>A DIRETORIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL HELVÍDIO NUNES CONSELHO DE PAIS E MESTRE José de Souza Santos (Zeca Santos) Dr. José dos Santos Fonseca</p>	<p>Julietta Martins Neiva Nunes Prof. Antonio de Barros Araujo Prof. Luis Pereira Barros Profa. Célia de Castro Neiva</p> <p style="text-align: center;">E X E C U T I V A</p> <p>Presidente: José dos Santos Rêgo Vice-presidente Graziani G. Fonsêca 1.^a — Secretário Mário de Araújo Lima 2.^a — Secretário Teresinha Lisieux 1.^o — Tesoureiro Ewald Antonio da Luz 2.^o — Tesoureiro Timóteo Araújo Neto 1.^o — Orador Antonio Monteiro dos Santos 2.^o — Orador Maria da Conceição Soares</p> <p>Diretor Depart. recreativo - Carlos Erasmo Bezerra Diretor do departamento cultural Francisco de Assis Balduino. Representante junto ao conselho de pais e mestres Francisco de Assis Bezerra Prof. assistente - Luzia de Moura Barros</p>
---	--

Fonte: Jornal O Grêmio.

Era um evento que tinha grande visibilidade na comunidade local, mais comum na década de 1960, organizado pelo Grêmio Helvídio Nunes e pelo Conselho de Pais e Mestres do Ginásio. A programação, conforme mostrada na imagem, consistia na oferta de flores, discursos, declamações de poesias, apresentações teatrais e sorteio de prêmios. A imagem 169 mostra um poema recitado pelo aluno da 4^a série ginásial, Graziany Gervásio Fonseca, filho do professor Dr. Fonseca para sua mãe.

Figura 169: Homenagem às mães



Fonte: Jornal O grêmio (Graziyani Fonseca).

Além disso, durante a gestão do capitão Camelo, era permitida a abertura da escola aos finais de semana para que os alunos pudessem utilizar seus espaços. "Essa ocorrência era quando havia reunião do grêmio ou para organização prévia dos desfiles, ou ensaios de números artísticos para um evento, como o dia das mães, dia do estudante etc." (MOURA, 2019).

Figura 170: Ensaio para apresentações (1966)



Fonte: Graziyani Fonseca.

A imagem 170 mostra um ensaio no interior do “GEP”, no qual os alunos estão sem o uniforme do ginásio, e portando instrumentos musicais, o que nos leva a supor que a fotografia foi tirada em um final de semana. Se a quadra era o espaço para as atividades desportivas, o auditório era o espaço privilegiado para realização das atividades culturais. Segundo Araújo (2019).

O auditório era muito grande. Em todas as últimas sextas-feiras do mês, a gente fazia umas apresentações, de canto, de poesia, declamação... Todo mês fazia apresentação de canto... Canto, poesia, piada, você ia pra cima do palco, todo o resto do ginásio ficava embaixo. O diretor queria que a gente fizesse coisas relacionadas com as que a gente viveu durante a semana, ou, durante o mês. Todos os meses, reunia todo o ginásio. Fomos até apresentar uma peça em Floriano. Apresentar para o público, para o ginásio de lá. (ARAÚJO, 2019)

A ex-aluna se refere a um dia conhecido entre os ex-alunos como “dia de arte”, incentivado pelo diretor da escola, o militar Capitão Camelo, que, segundo ela, era um grande incentivador de práticas culturais e desportivas. Era por meio dessas atividades culturais que o GEP também se mostrava para sociedade, com apresentação dentro e fora de Picos, como uma forma de consolidar o valor da instituição. O dia da Arte era destinado aos alunos, sob a supervisão da escola, para a realização de atividades culturais na escola.

b) Campeonatos desportivos

Os campeonatos desportivos entre estabelecimentos ou entre as classes do GEP foram muito comuns no período. Geralmente eram organizados pelos próprios alunos com a anuência da escola, sendo o responsável o professor de Educação Física. A partir de meados dos anos 1960, com a existência do Grêmio Helvídio Nunes, passou a haver também a participação dessa organização por meio do departamento de esportes, que, segundo Rego (2019), “tinha uma atuação muito grande ali na área de esportes, da questão de teatro, eu lembro que a gente comemorava as datas cívicas no colégio mesmo, era uma espécie de reunião do colégio no auditório né, aí tinha apresentações” (REGO, 2019). Sobre as atividades esportivas realizadas em fins dos anos de 1950 e início de 1960, a ex-aluna narra que:

Tinha campeonato de voleibol, principalmente masculino. Lembro-me que houve um jogo do time da terceira série, minha turma contra uma seleção das outras turmas. A terceira série saiu vencedora. A turma toda subiu ao morro da Aerolândia para rezar no Cruzeiro, agradecendo a Vitória. O Cruzeiro do morro era uma referência para os alunos para pedir proteção no período das provas do fim do ano e agradecer as boas notas e a aprovação de um ano para outro. Picos era muito pequena, sem opções de lazer, espaços de Cultura, sem televisão, mas para nós era o mundo. (ROCHA, 2018)

Esse movimento esportivo no GEP ganhou mais força a partir do Regime Militar. A ex-aluna Maria das Graças Muniz, que fez parte do time de voleibol do ginásio entre 1963 e 1966, narra a realização de campeonatos:

[...] veio mesmo ter o movimento maior foi depois do Capitão Camelo. Ele foi quem deu o maior incentivo para a gente, e a data deve ter sido em 1963. A gente já jogava desde que entramos no ginásio, a gente tinha uma ligação muito grande com a bola. Eu e essa turma aqui, mas para a gente ter mesmo a disputa, foi mais com o Capitão Camelo. (ARAÚJO, 2019)

A narrativa da ex-aluna reforça que o Capitão Camelo incentivava a prática de esportes na escola por homens e mulheres.

Ele era assim, formou o time de quem queria entrar realmente e ele era muito rígido com os horários para os treinos, só que, na época, a professora de educação física era dona Dorinha Xavier. Ele queria que dona Dorinha desse as aulas de educação física durante os dias pela manhã, duas ou três por semana, e o treino a gente fazia à tarde e quem ficava com a gente e ensinava mesmo assim como defender tudo, era Assis Balduino. (ARAÚJO, 2019)

Um dos campeonatos realizados na escola foi entre homens e mulheres. A ex-aluna narra que “[...], quem jogou melhor durante aquele período o masculino e quem jogou melhor o feminino, que no caso é esse grupo aqui, a gente chegou à conclusão de nós dois, o time masculino disputar com o feminino pra saber quem levava mesmo a taça” (ARAÚJO, 2019).

Figura 171: Campeonato de voleibol década de 1960



Fonte: Maria das Graças Muniz

Para a realização dos treinamentos, o diretor autorizava que os alunos fossem à tarde treinar na escola, pois havia disputas e apresentações do GEP em outros municípios.

O diretor autorizava, mas também ele estava sempre por lá. Ele não deixava nós mulheres sozinhas lá. Assim, disputa foi mais nesses dois anos, terceira série e quarta série. Uma vez, nós fomos disputar com um grupo de Santa Cruz. As meninas de lá eram muito boas que por sinal era até quem treinava por aqui com a gente. (ARAÚJO, 2019)

Ao final do campeonato, havia a entrega de troféus e medalhas, simbolizando a vitória. Na figura 172, aparecem os times segurando a taça como forma de equiparar a participação das duas equipes na disputa e a relevância de cada uma para que o campeonato pudesse ter ocorrido.

Figura 172: Recebimento do troféu do campeonato de voleibol



Fonte: Maria das Graças Muniz.

Para Oliveira (2006):

Os troféus e medalhas, por sua natureza, são símbolos de mérito, status e prestígio. Confere àqueles que os recebe um destaque, a proeminência em relação aos demais. A composição estética desses artefatos atualiza símbolos e mitos inscritos no imaginário social. Preservados e colocados à mostra na escola, induzem à lembrança e alimentam a memória. São sinais valiosos e inequívocos da projeção da escola no meio social. Testemunhos da participação, e, muitas vezes, da conquista de vitórias e títulos, esses objetos constituem um legado da escola para as novas gerações. Eles também podem ser vistos como vestígios da cultura escolar. Eles têm algo a dizer sobre o passado distante e recente da instituição e preservam a autoimagem da escola e sua identidade. (OLIVEIRA, 2006, p. 6-7)

Pela fala da autora, percebemos que os elementos externos à sala de aula, confeccionados para momentos externos da escola também fazem parte da cultura escolar, bem como permeiam o imaginário do aluno, pois a competição é incentivada no ambiente escolar não só dentro da sala de aula, mas em momentos externos, geralmente e em competições, como concursos de beleza e campeonatos desportivos. Assim como o desfile cívico de 7 de setembro é um momento em que a escola se mostra para sociedade e quer resultados, o corpo institucional e alunos se unem para lograrem êxito e assim consolidar a imagem da instituição como de excelência, fato simbolizado pela entrega do troféu.

4.8 Associativismo estudantil e imprensa escolar

Entre os elementos que constituíam a cultura escolar do GEP, estava o grêmio, espécie de associação discente de cunho cultural, social e desportivo. Esse tipo de organização foi uma prática muito comum nos estabelecimentos de ensino secundário de todo o país, especialmente a partir da década de 1940, com a lei orgânica do ensino secundário, que incentivava esse tipo de organização no âmbito de ginásios e colégios. Segundo a legislação, no artigo 46 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, “os estabelecimentos de ensino secundário deverão entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições escolares de caráter cultural e recreativo” (BRASIL, 1942). Entendemos que essa defesa pela legislação estava associada à formação do jovem em conformidade com os valores do período, com a valorização do civismo e das humanidades. Dessa forma, as ideias pedagógicas do período entendiam que:

[...] os grêmios estudantis são organizações que devem funcionar anexos aos estabelecimentos de ensino secundário, visando o desenvolvimento cultural, artístico, social e recreativo dos discentes [...] representa forte complemento ao progresso cultural do educando; a partir dos ensinamentos que recebe em cada aula que lhe é ministrado em classe. (LIMA, 1958, p. 1)

Rodrigues (2015) aborda que “por meio de suas associações, os alunos se fizeram ver e ouvir; compartilharam ideias, desenvolveram atividades culturais” (RODRIGUES, 2015, p. 18), desse modo:

Queria para aquela juventude um lugar para se discutir literatura, cultura, sociedade e política sem o peso do sistema de avaliação e das rígidas regras de controle do professor e das disciplinas escolares. E ainda que estes espaços, concretizados como associações estudantis, fossem criados, incentivados ou até mesmo controlados pelo olhar disciplinador do professor e/ou do diretor escolar, neles se promoviam o exercício da escrita, da leitura, do diálogo, da oratória, se estreitavam laços de amizade, vínculos de solidariedade e de cooperação. Tais espaços desenvolviam o espírito de liderança e, sobretudo, exercitavam a autonomia, a democracia e o convívio social. (RODRIGUES, 2015, p. 17)

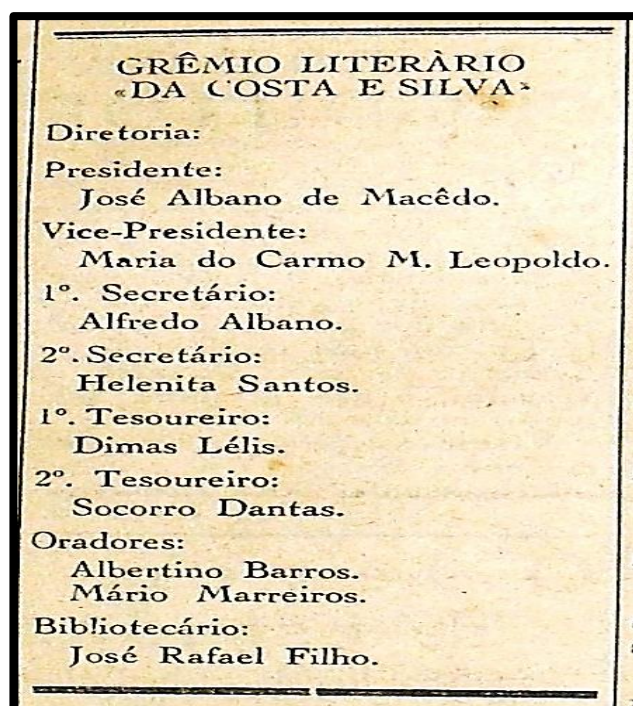
A autora nos mostra, porém, que havia uma espécie de tutela da escola, tendo em vista que as atividades do grêmio contavam com a presença de diretores, professores e de alguns membros da sociedade, o que mostra uma liberdade restrita e controlada.

No caso do GEP, entre 1950 e 1970, tomamos conhecimento da ação de dois grêmios: O Grêmio Literário Da Costa e Silva, com atividade nos primeiros anos da década de 1950, e o Grêmio Estudantil Helvídio Nunes, na década de 1960. Sobre a fundação do Grêmio Literário Da Costa e Silva, Almeida (2012) relata:

Os estudantes da primeira turma, depois de aprovados e já estudando no Ginásio, contaram com o apoio e o incentivo do Diretor do Ginásio, José Vidal de Freitas, e fundaram um Grêmio Estudantil, para atuar, juntamente com a direção do ginásio, nas decisões relacionadas à instituição de ensino, visando a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, o Grêmio possibilitaria aos alunos do Ginásio uma maior interação com a comunidade local com a criação de eventos que pudessem reunir a sociedade picoense, integrando escola e comunidade. (ALMEIDA, 2013, p. 26)

Dessa forma, percebemos que o primeiro grêmio do Ginásio tinha caráter predominantemente literário e artístico, e o desejo dos recém-ingressos no GEP era integrar a sociedade com a ajuda da direção do ginásio, na figura de Vidal de Freitas. O grêmio Da Costa e Silva recebeu este nome por “sugestão do professor José Vidal de Freitas, uma homenagem ao poeta da cidade de Amarante, no Piauí” (PINHEIRO, 2018, p. 75).

Figura 173: 1ª Diretoria do Grêmio da Costa e Silva



Fonte: Jornal Flâmula

Este grêmio promoveu várias atividades durante sua curta existência, especialmente despertou o gosto pelo teatro no município com a apresentação de peças teatrais, criou e programou a primeira edição do concurso Rainha dos Estudantes, além de ter criado o Jornal *Flâmula*.

[...] o grêmio era, vamos dizer assim, o núcleo de onde as ideias iam brotando, mas o nosso centro de convenções onde nos sentávamos para conversar e criar, dizer as nossas ideias, e criar a nossa maneira de agir, era exatamente o coreto da Praça Felix Pacheco, que não existe mais. O coreto onde a banda tocava às quintas-feiras à noite e aos domingos, depois da missa das nove. O coreto da praça era o nosso centro de convenções. (BORGES, 2019)

Segundo a ex-aluna do GEP e membro do Grêmio Literário da Costa e Silva, a ideia desse associativismo era promover a divulgação das ideias, da maneira de agir da juventude do período, chamada de mocidade. O primeiro ponto de encontro dos membros do grêmio era a Praça Félix Pacheco. Segundo a ex-aluna, era lá onde funcionava o centro de convenções, onde as ideias fluíam. “Éramos competentes, a gente lia muito, fazia reunião, criamos um grêmio literário da Costa e Silva saia poesia, saia música, a gente não tinha conjunto, uma caixa de fosforo, uma cadeira, sei lá, Dimas assoviava, a gente num instante fazia um conjunto” (BORGES, 2019).

Após ter sido fundado o Grêmio Da Costa e Silva, os seus membros no período sentiram necessidade de um veículo de comunicação que pudesse divulgar as ideias, foi daí que surgiu a ideia do Jornal. Em torno da ideia de criação do Jornal, surgiram outras culturas, com o objetivo de arrecadar fundos para a compra de material que possibilitasse a impressão do jornal. Em 1951, foi realizado o primeiro concurso Rainha dos Estudantes e algumas peças de teatro.

Figura 174: Corpo dirigente Jornal *Flâmula*

FLÂMULA		
OFICINAS À R. 13 DE MAIO		
EXPEDIENTE		
Superintendente:		
Prof. Acilino Leite		
Diretor:		
Alfredo Leopoldo Albano		
Gerente:		
José Albano de Macêdo		
Redator Chefe:		
Albertino Leal de Barros		
Redatores:		
José Rafael Filho		
Mário Marreiros		
Luiz de Alencar Bezerra		
Odonel Castro Gonçalves.		
Marlene Eulálio.		
Número avulso	Cr\$	1,00
Número atrasado	Cr\$	2,00
Assinatura anual	Cr\$	20,00

Fonte: Jornal *Flâmula*.

As peças de teatro foram encenadas no auditório do Instituto Monsenhor Hipólito, o maior auditório do período. A mais conhecida foi a peça “O Avarento”, de Moliere, segundo Pinheiro (2018):

Os estudantes se mobilizaram para arrecadarem fundos para a criação de um jornal estudantil em Picos. Mais uma vez, o Diretor e professor José Vidal de Freitas foi um dos incentivadores da aquisição da máquina tipográfica e a circulação de um periódico no município. Para colocar *Flâmula* em circulação, os estudantes procuraram meios para canalizar recursos a fim de não deixarem esta chama do saber se apagar. Em virtude disso, no dia 4 de maio de 1952, no salão nobre do Instituto Monsenhor Hipólito, realizou-se uma peça teatral apresentada pelos estudantes do Ginásio Estadual Picoense (PINHEIRO, 2018, p. 237).

Ainda para levantar recursos para adquirir a gráfica para impressão do Jornal, foi organizado o concurso Rainha dos Estudantes, um tipo de evento no qual:

As primeiras moças tiveram suas primeiras experiências com o mundo competitivo da beleza nas escolas, como ginasianas e colegiais, através dos inúmeros concursos de Rainha e de Miss. Estimulados pelos concursos de beleza feminina que grassavam por todo o país, os estudantes elegiam por todos os anos suas misses e rainhas. Alguns deles tinha objetivos claro de custear despesas referentes a festas juninas ou de formatura. Nesses casos, a beleza da moça poderia servir para escolha de seu nome como representante de uma série, turma ou grau de ensino. No entanto, o resultado final não seria dado por esse critério, mas sim, pela capacidade de vender mais votos.

A mobilização dos colegas era intensa e a mocinha levava muito a sério a disputa. (GRAÇA, 2002, p. 194)

Conforme a fala da autora, esses concursos não tinham como prioridade a beleza da candidata, mas sua capacidade de conseguir recursos. Como em 1951 existiam apenas duas séries no GEP, houve duas candidatas, uma de cada série e, como todo pleito eleitoral, os cabos eleitorais se dividiram entre as candidatas, o que acirrou a disputa, envolvendo inclusive as famílias, que queriam ver suas filhas eleitas.

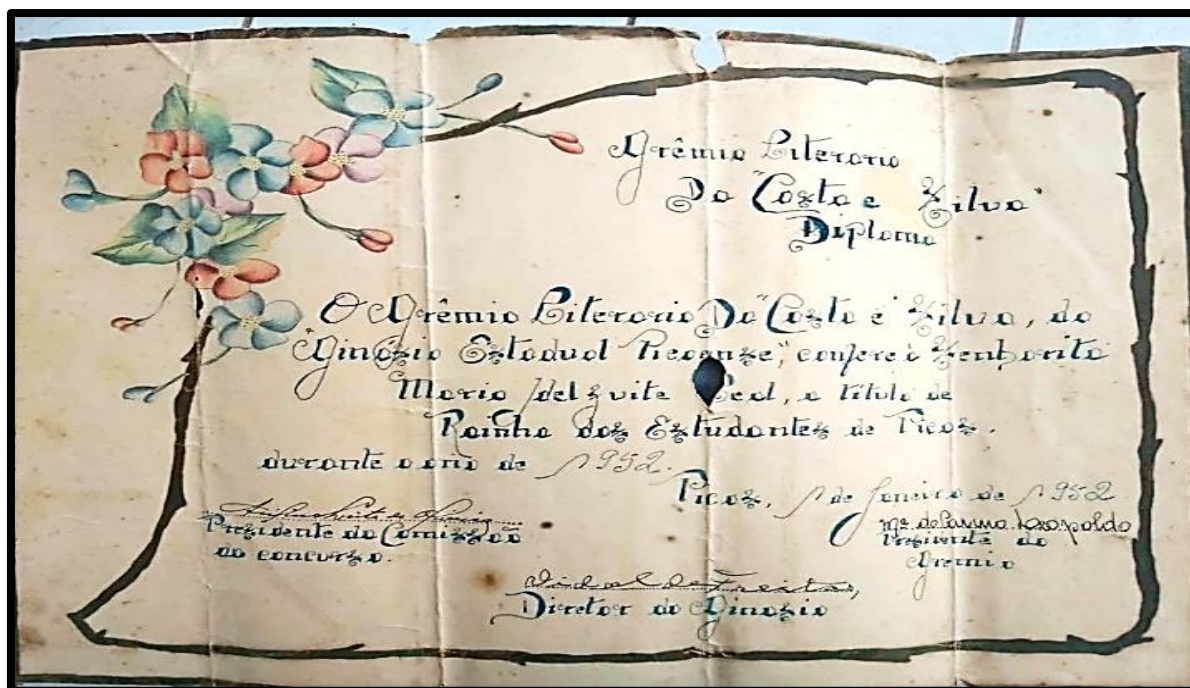
Durante dias, a candidata e os colegas, convertidos em apoiadores, viajaram pelos distritos e municípios da região para arrecadar dinheiro, quem mais conseguisse arrecadar, seria a eleita. Pinheiro (2018) relata que:

O certame para a escolha da primeira rainha dos estudantes do Ginásio Estadual Picoense foi uma novidade para a época. A verdade é que ocorreu uma mobilização tanto por parte do corpo docente quanto pelos estudantes. Na ocasião, o professor de francês, Acilino Leite, ficou responsável em presidir o concurso. Organizaram-se duas comissões compostas de estudantes do ginásio. De um lado, uma comissão encabeçada por Ozildo Albano, que ficou na incumbência de trabalhar em prol da candidata da 1ª série do ginásio, a estudante Maria do Carmo Cardoso e, por outro lado, uma outra comissão de ginásianos liderada pelo estudante José Rafael Filho e outros, para também trabalharem para a candidata da 2ª série ginásial, a estudante Maria Idelzuite Leal. (PINHEIRO, 2018, p. 230)

Como podemos ver na fala do autor, houve envolvimento institucional, pois o presidente da comissão organizadora do concurso era o professor de Francês, Acelino Leite, o que mostra que, embora tivesse sido concedida certa liberdade aos ginásianos, ainda havia interferência do corpo docente e diretivo do GEP nos assuntos do grêmio.

Borges (2019) relata que foi “Helvídio Nunes que mandou tirar uma foto dela na prefeitura, no baile que teve no dia da coroação”. Além disso, a aluna recebia uma faixa e um diploma como símbolos de sua vitória em tão disputado concurso.

Figura 175: Diploma de Rainha dos Estudantes



Fonte: Idelzuite Leal.

As ações do Grêmio Da Costa e Silva acabaram por implantar na cultura escolar do Ginásio Picoense duas práticas que se fizeram presentes durante a década de 1960, o concurso Rainha dos Estudantes e o jornal do Grêmio.

Consta que houve vários concursos de Rainha dos Estudantes, os primeiros realizados pelo Grêmio Da Costa e Silva no início dos anos de 1950 e, na década de 1960, pelo Grêmio Helvídio Nunes. No segundo semestre de 1953, foi realizado o segundo concurso para Rainha dos Estudantes do GEP.

Os estudantes do Ginásio Estadual Picoense promoverão durante o mês de setembro a campanha para a escolha da sua nova rainha. São candidatas as gentis ginásianas VANGÍ SÁ pela 3ª série e OFÉLIA EULÁLIO pelas 1ª e 2ª séries. A decisão dos ginásianos foi bem acertada, pois ambas as candidatas, são dignas de cingir a frente com a coroa real, uma vez que são possuidoras de predicados recomendáveis e necessários para tal fim. Os estudantes picoenses contam com o apoio do nobre povo desta terra, nesse certame, para que seja coberto de êxito esse empreendimento da mocidade que tem por lema elevar o nome de Picos ao nível das cidades progressistas e cultas. (RAINHA DOS ESTUDANTES, FLÂMULA)

O segundo concurso Rainha dos Estudantes foi vencido por Ofélia Neiva Eulálio, filha de Celso Eulálio, ex-prefeito de Picos.

Figura 176: Segundo concurso Rainha dos Estudantes



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Figuras 177, 178 e 179: Rainha dos Estudantes 1 - Maria Idelzuite Leal (1952), 2 - Ofélia Neiva Eulálio (1953) e 3 - Maria Ivete Portela Cardoso (1960), respectivamente

1

2

3



Fonte: Ideuzuíte Leal, Museu Ozildo Albano e Ivete Cardoso, respectivamente.

As figuras 177, 178 e 179 nos mostram três concursos Rainha dos Estudantes, ocorridos em 1952, 1953 e 1960, respectivamente. As fotografias diferem no tamanho do vestido, e na ausência da coroa na foto de 1960, contudo, um elemento é comum, a faixa com

a titulação. Segundo Burke (2004), “Os acessórios representados junto com os modelos reforçam suas auto representações. Esses acessórios podem ser considerados “propriedades, no sentido teatral do termo” (BURKE, 2004, p. 32). Dessa forma, a faixa, a coroa e cetro representam o conceito de rainha dos estudantes e a forma como essas estudantes desejavam ser imortalizadas e lembradas pelas gerações posteriores.

Além disso, Rocha (2019) relata que, no início década de 1960, “Maria Ivete Portela Cardoso foi eleita Rainha dos Estudantes, inclusive desfilou num Jeep no desfile de 7 de setembro” (ROCHA, 2019). No final dos anos 1960, “os concludentes juntamente como grêmio promoviam eleição para rainha estudantil, faziam festas com desfiles no Picoense Clube e também com bingos, no meu ano de conclusão foi eleita uma garota de nome Elza” (MOURA, 2019).

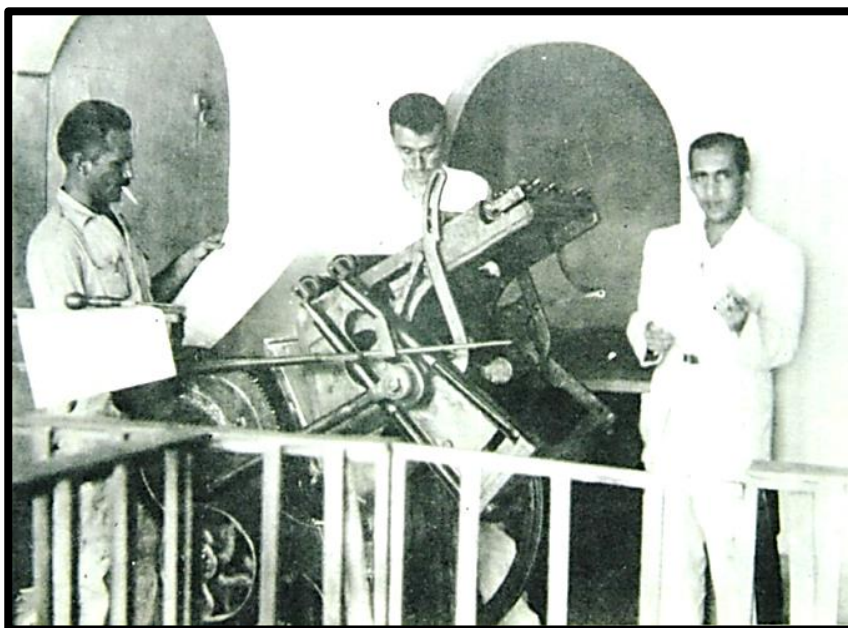
Figura 180: Rainha dos Estudantes em desfile cívico, 1960



Fonte: Ivete Cardoso.

Finalizado o concurso Rainha dos Estudantes de 1951 e conseguido o recurso necessário, o ginásiano Ozildo Albano se deslocou para Recife para poder comprar a gráfica, que foi instalada a Rua 13 de Maio, o primeiro número do Jornal *Flâmula*, “A chama que não se apaga”, saiu em 15 de março de 1952.

Figura 181: Gráfica ginásial (1950)



Fonte: Duarte (1995).

Sousa (2005) nos informa que a gráfica ginásial foi inaugurada em ritual religioso presidido pelo Padre Madeira, com a presença da Banda Municipal e tendo como oradores o professor Acelino Leite, o Dr. Antenor Neiva e José Albano de Macedo (Ozildo), este último em seu discurso afirmou que o Jornal era:

Uma falange de jovens aspirantes de grandes ideais concretiza hoje o seu sonho fagueiro de ontem. Pugnando por essa justa causa não poupamos esforços nem medimos sacrifícios. Não houve obstáculos que não fossem vencidos, nem dificuldades que nos abatessem. Hoje apresentamos o fruto dos nossos labores – “Flâmula”, o jornal que irá engrandecer e dar nova vida a Picos. Flâmula, ou pequena chama, em breve tornasse á um rútilo clarão, não como o fogo fátuo que brilha por um instante, depois se apaga, mas como uma estrela cintilante que brilhará para aqueles que tem sede de saber, do dever e do amor à Pátria. (ALBANO, p. 3, 15 mar. 1952)

Um dos pioneiros na imprensa local, o jornal *Flâmula* se autodeclarava “literário e noticioso”, fugindo do padrão de periódicos vinculados a partidos políticos, como foi retratado no primeiro capítulo deste trabalho.

Figura 182: Timbre Jornal Flâmula

Fonte: Museu Ozildo Albano.

Segundo Pinheiro (2018),

O Jornal *Flâmula* foi um destaque que marcou a História da imprensa de Picos. “Diferente em todos os sentidos, a começar pela proposta de ser um jornal literário e noticioso, e mais ainda, de ter sido levado a diante por estudantes do Grêmio Literário da Costa e Silva, do antigo Ginásio Estadual Picoense”. (PINHEIRO, 2018, p. 192)

O Jornal *Flâmula* esteve associado ao surgimento de uma imprensa estudantil, esta geralmente estava agregada a associações, como os grêmios, que se tornou uma das estratégias que a juventude utilizou para se inserir na sociedade. Segundo Amaral (2002), o período compreendido entre 1930 e 1960 foi o momento de maior profusão dos impressos estudantis que circularam em várias cidades.

Vilanova (2018) afirma que é necessário o exercício de páginas dos jornais estudantis da primeira metade do século XX para entender o lugar desses dispositivos na compreensão do passado escolar. Segundo o autor, “esses dispositivos colaboram para compreender atores e contextos por meio de pontos de vistas das relações vividas na escola” (VILANOVA, 2018, p. 201). No Piauí, percebemos que este tipo de impresso geralmente estava associado a instituições de ensino secundário, conforme quadro.

Quadro 23: Jornais estudantis em ginásios do Piauí 1940-1950

Impresso	Instituição
Zodíaco	Ginásio Demóstenes Avelino (Teresina)
A Voz do Estudante	Ginásio Leão XIII (Teresina)
Revista Argos	Ginásio São Luiz Gonzaga (Parnaíba)

Fonte: Levantamento feito pelo pesquisador.

Almeida (2013) nos mostra que a atuação do Grêmio se deu em múltiplos âmbitos “realizando diferentes atividades, como: bailes, saraus de poesias, dramatizações e concurso

de miss, os quais todos os anos elegiam misses e rainhas. Dentre as realizações feitas pelo Grêmio Estudantil, destaca-se a criação do jornal Flâmula” (ALMEIDA, 2013, p. 27).

Figura 183: primeiro número do Jornal Flâmula (1952)



Fonte: Museu Ozildo Albano.

Sobre a estrutura tipográfica e organizacional do jornal, Almeida (2013) nos mostra que:

Em sua estruturação, o jornal *Flâmula* era composto por 04 (quatro) páginas, não possuindo uma especificidade principal, pois não havia uma organização definida para cada tipo de publicação. Na primeira página era dado destaque a uma notícia, apresentando-a em uma fonte maior, que seria descrita em forma de matéria na mesma página. Normalmente, essas notícias estavam relacionadas à educação ou a algum evento promovido pelo Ginásio Estadual Picoense, como o evento da Rainha dos Estudantes. Eram publicadas quatro ou cinco matérias, com destaque sempre para o editorial, onde se apresentava a filosofia do jornal, que, em geral, ressaltava os valores e conquistas obtidos através da instrução, e, ao final da página, como uma nota de rodapé, constantemente havia um anúncio de algum comércio local, sendo esta característica comum na grande maioria das páginas. Nas páginas dois e três havia uma indefinição: ou uma página apresentava mais anúncios, alguns informes da prefeitura municipal de Picos, com uma ou duas matérias; e a outra apresentava matérias e/ou continuações de textos iniciados em outras páginas e alguns anúncios. (ALMEIDA, 2013, p. 33)

O nome *Flâmula* estava associado à chama ou clarão, uma metáfora relacionada à difusão de ideias e conhecimentos praticados pelo jornal. Além disso, o Jornal *Flâmula* não circulava somente no âmbito do GEP, mas havia uma política de assinaturas, visto que o jornal era vendido para todo o município. “Nosso jornal era vendido na cidade inteira [...] não sei se ainda está escrito no reis não. Deve tá escrito um mil reis, deve tá escrito lá no jornal, o preço do jornal. (BORGES, 2019). Os temas abordados no Jornal *Flâmula* eram variados:

A gente escrevia sobre nossos trabalhos, escrevia sobre a cidade, escrevia sobre a situação do povo, a hegemonia da nobreza picoense, os coronéis. A gente tinha uma quizira danada com os coronéis e seus apaniguados que eram os donos da cidade, onde o povo que morava nos barraquinhos da periferia, a primeira favela de Picos, chamava-se Rua do Arame, era depois da rádio de Picos, não tinha rádio, não tinha casas ali, só uma, uma carreirinha de casas de taipa, tudo imendada, uma segurando a outra pra não cair, onde moravam os trabalhadores, os que faziam de tudo, os que carregavam água do rio pra botar nas casas, os que faziam limpeza, esses que eram, que a gente lá do ginásio ia lá olhar e falava no, no jornal. As nossas reclamações eram sobre a desigualdade social naquele tempo. Nesse protesto que nós fizemos na praça, eu desconfio que ali mudou alguma coisa do medo que o povo tinha de falar, da sujeição do povo mais pobre quando viu aquilo, e olha que o coronelão mandou a polícia. (BORGES, 2019)

Pela narrativa da ex-aluna, entre os temas abordados no jornal, estavam a situação da cidade e a situação do povo. Segundo a narrativa, o jornal servia também como elemento de contestação da ordem social estabelecida.

Quadro 24: Principais temas abordados em *Flâmula*

Quantidade	Tema
26	Educação
13	Notas sociais
08	Morte
08	Prefeitura
07	Festividade

Fonte: Jornal *Flâmula* n° 1 a 14.

Neste mesmo período, em 1952, surgiu o Centro Estudantal Picoense, o qual ficava encarregado de emitir as carteirinhas dos estudantes em Picos. Segundo seu estatuto, tinha por objetivo “congregar a classe estudantil, beneficiar quando possível o estudante pobre que

recorra a seu auxílio, conseguir bolsas de estudos nos estabelecimentos de ensino [...] promover festas cujo o proveito seja para sociedade” (ESTATUTO, 1957).

Figuras 184 e 185: Carteira de estudante (1955)



Fonte: Adão Borges Leal.

Pela análise das imagens 184 e 185, podemos perceber que, ao contrário do grêmio, que não cobrava mensalidades, na carteirinha do aluno supõe-se que o verso servia para cobrança de uma taxa mensal. No período em que funcionou concomitante ao Grêmio do GEP, não era a mesma diretoria. Supomos que o Centro Estudantal possuía mais atividades relacionadas ao acesso dos estudantes a locais públicos por meio da carteirinha, como cinemas e festas. O Grêmio da Costa e Silva estava mais ligado a atividades culturais e literárias, a exemplo das já citadas peças de teatros.

Segundo Rocha (2019), que ingressou no ginásio em 1959, a experiência de participação estudantil que teve neste período foi a escolha de líderes de sala, pois houve uma escolha para líder da turma. Na ocasião, “Luiz Gonzaga Madeira Martins foi meu colega de turma e candidato [...] inclusive fizemos um abaixo assinado dando apoio a Luís, enfrentando o candidato da Diretoria fomos suspensos por três dias” (ROCHA, 2019).

A ex-aluna ainda rememora que houve algumas tentativas de reativar o grêmio, Segundo ela.

Em 1960, chegou para estudar no Ginásio uma aluna de Teresina, chamada Marlene, [...]. Marlene começou a lançar a ideia da organização dos alunos. Sugeriu que criássemos o Grêmio Estudantil. Fazíamos as reuniões no auditório. Ela tentava mostrar a importância do Grêmio. Depois o Grêmio foi criado. (ROCHA, 2019)

No período que escola esteve sem grêmio, a experiência com o jornal impresso foi restrito aos murais, cada turma publicava seus murais. Com a chegada à escola do capitão Camelo para o cargo de diretor, em 1964, foi que surgiu o segundo grêmio do GEP, o Grêmio Estudantil Helvídio Nunes, nome dado em homenagem ao deputado estadual picoense Helvídio Nunes de Barros, que, na época, dispunha de enorme prestígio político. Segundo Rêgo, a escolha do nome se deu porque,

Helvídio Nunes, na época, nós tivemos, nós começamos o grêmio em si. Dona Zizi chegou a ser diretora do colégio. Não sei se a ligação dela com o Helvídio, por ser um político daquele na região, foi governador, na época, depois senador, teve uma influência muito grande e por ser de Picos, aí a gente acabou sendo influenciado. (REGO, 2019)

Na narrativa do ex-aluno, aparece a figura de Luzia de Moura Barros, que na época era professora de Ciências do GEP e, a partir de 1967, assumiu a direção da Escola Normal Oficial de Picos, que, nos seus primeiros anos, funcionou no mesmo prédio do GEP. Segundo o ex-aluno, foi uma das figuras responsáveis na influência da escolha do nome do grêmio. Conforme o ex-diretor Raimundo Camelo,

Quando eu cheguei, o ginásio não tinha um grêmio. A ideia foi minha. Chamei alguns alunos e convidei. Autorizei a procurarem membros para diretoria. Fundei um jornalzinho também. Funcionava como o grêmio de qualquer outra escola, mesmas estrutura, mesmos fundamentos, estatuto. Às vezes eu participava das reuniões, mas muito pouco. Eu fazia de tudo para não ir. A gente fazia muita movimentação social, festinha para o grêmio. Arrecadar recursos. O objetivo era deixar que eles mesmo tocassem a coisa. Promovíamos festas, bailes as vezes no próprio colégio a noite, eu gostava muito de fazer festa dançante na escola por que entrosava e amansava o povo, os alunos e os pais dos alunos. Era um ambiente civil. Lá eu sabia que não era quartel. Nem puxei pra quartel. Nem a revolução teve que procurar isso. Por que eu também era comandante e também prendia lá na frente. Ao mesmo tempo eu era comandante de toda aquela região de Picos, sabe. Eu era comandante da 4ª Companhia de Polícia. Acabava misturando as funções de militar e diretor, não havia desdém disso não. Fazia até piquenique perto. Embora eu tivesse consciência de que a escola não era um quartel. [...] (VASCONCELOS, 2019)

José dos Santos Rêgo, que foi um dos primeiros presidentes do recém-fundado Grêmio Helvídio Nunes, narra o porquê de um grêmio no GEP, já denominado Ginásio Estadual Marcos Parente:

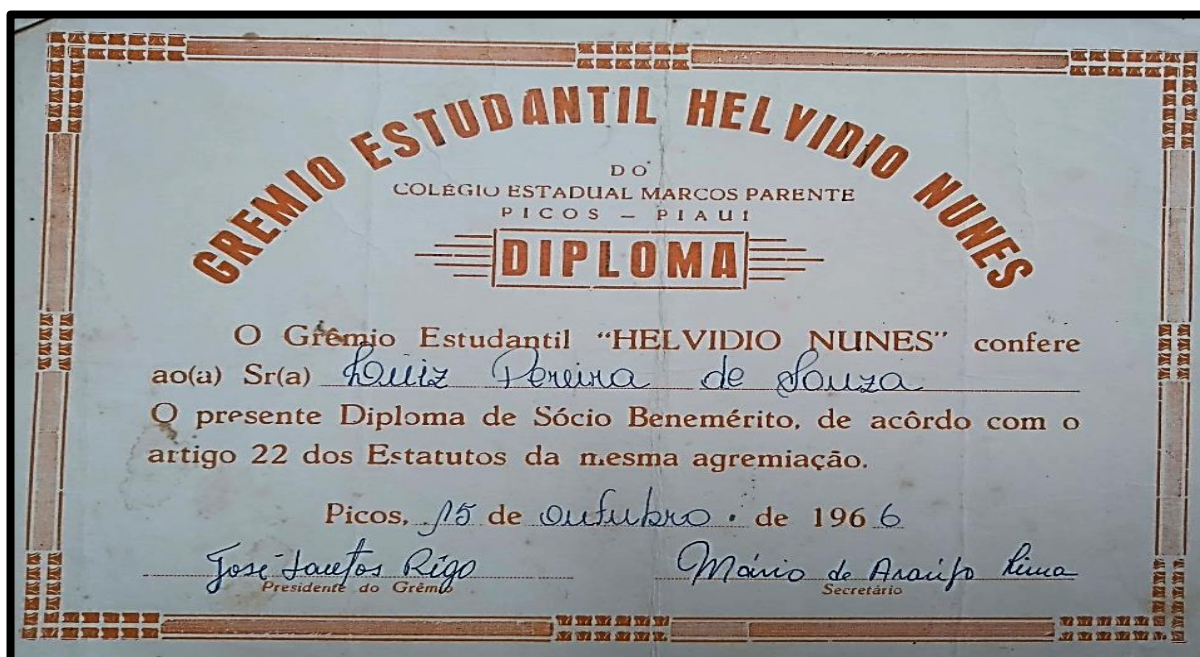
A gente sentia a necessidade de ter um organismo que pudesse ter mais uma força junto a direção pra reivindicar alguma coisa em benefício do estudante, por exemplo nós tínhamos lá um auditório não sei se ainda existe hoje que a gente terminou usando como teatro que a gente adquiriu com essa ligação que gente tinha com a direção a gente conseguiu ficar com a cantina do colégio, naquela época não tinha merenda, a gente tinha a cantina que a gente vendia alguma coisa lá na cantina, esse lucro a gente investia em função do estudante, aí que veio a questão do teatro e do esporte que a gente estudava pela manhã, a tarde a gente já estava na escola, a vida nossa era essa, aqueles líderes, pessoal que estava presente o grêmio a tarde eles estavam na escola, a gente vivia praticamente na escola, e daí surgiu a questão do teatro e daí surgiu lá dentro da escola os leões [...] (REGO, 2019)

Pela narrativa do aluno, a função do grêmio continuava semelhante à proposta da década de 1950, a associação de estudantes em torno em torno dos interesses da classe, embora ainda tutelados pela escola e a organização de atividades artístico-literárias, como peças teatrais, campeonatos desportivos e outras atividades que gerasse fonte de renda para manutenção do funcionamento do grêmio, como a responsabilidade sob a venda do lanche na cantina do ginásio. Sobre a escolha da diretoria, Rego (2019) narra que:

A diretoria do grêmio, sim, tinha a eleição. Primeiro tinha uma espécie de convenção, onde se reunias os estudantes e aí foi expedindo uma diretoria. Naquela época, a pessoa posou ser presidente aí os outros apoiavam, depois a gente fez eleições, chegou a fazer renovar membros... Eu acho que eram dois anos. Aí foi quando surgiu a questão do estatuto, contando com o apoio de umas pessoas que puderam nos ajudar. Na época, um Zé Lias, que era de Água Branca, e veio pra cá e foi muito influente também na época estudantil aqui em Picos. (REGO, 2019)

Tanto no Grêmio da Costa e Silva, na década de 1950, quanto no Grêmio Helvídio Nunes, na década de 1960, havia uma relação muito próxima entre os membros da associação estudantil e o corpo administrativo do GEP, conforme a figura 186:

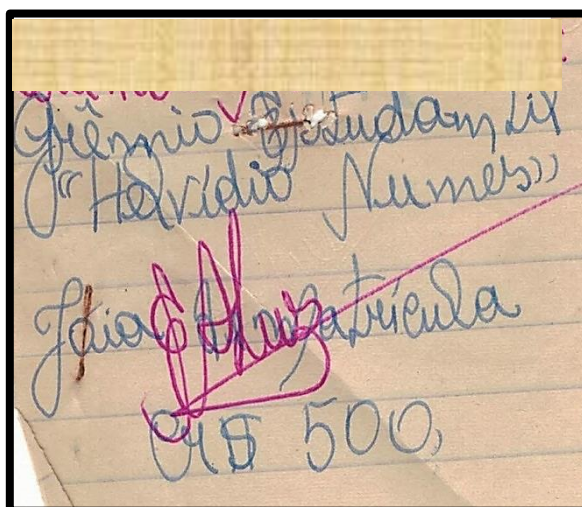
Figura 186: Diploma de honra ao mérito do Grêmio Helvídio Nunes de 1966



Fonte: Lucíola Moura.

A imagem 186 nos mostra que o diretor era também sócio benemérito do grêmio. Além disso, havia uma parceria firmada com a direção do ginásio para que o grêmio pudesse manter suas atividades, que iam da permissão para vender lanches na cantina ao pagamento de uma taxa na secretaria da escola para manutenção do mesmo. Era cobrada uma taxa no ato da matrícula, denominada de "jóia de matrícula"⁶.

Figura 187: comprovante de pagamento de matrícula



Fonte: CETI Marcos Parente.

⁶ Valor simbólico pago no ato da matrícula no GEP na década de 1960 para manutenção do Grêmio Helvídio Nunes.

[...] começamos com um jornal, aí era um jornal mural né, fazia aquele jornal, um redigia uma coisa, outro redigia outra depois colocava no mural. A pessoa lia lá mesmo porque não tinha como fazer esse jornal aqui. Já foi numa tipografia, imagine colocar letra por letra num jornal desses. Esse jornal a gente tinha conseguido no comércio, pois pedíamos aos comerciantes apoio, e em troca fazíamos propaganda também dele. Os jornais faziam propaganda do comércio e conseguimos, e com isso a gente conseguiu fazer. O mural continua. Depois surgiu a questão de umas briguinhas internas no mural, nós chegávamos a fazer um artigo, a gente tinha um grupo, que começa a se degladiar, não em brigas, mas em pensamentos, ideias e colocava no jornal (REGO, 2019).

É possível que a proposta da escola era que não houvesse cunho político, sendo a proposta do grêmio artística, desportiva e cultural. “Naquela época, a gente não pensava politicamente, não tinha esse pensamento de dali sair alguém pra ser político, alguma coisa, não tivemos essa ideia” e acrescenta:

Lembro, capitão Camelo, da atuação dele, que era muito boa. Ele tinha uma visão militar na escola, a gente tinha um respeito muito grande pela presença dele. Por outro lado, ele era um cara amigo, muito amigo, as coisas eram discutidas, avaliadas, era um cara muito evoluído para a época, porque ele fazia as coisas com seriedade e impunha as suas ordens [E nas reuniões do grêmio o diretor costumava participar]. Geralmente ele participava, geralmente, não era frequente, frequente, mas ele sempre esteve presente em tudo, sempre estava presente, ajudava, essas questões, esses murais mesmo ele ajudou muito, material, uma coisa que a escola tinha pra dispor, fazia questão que acontecesse, com uma visão que ali era uma coisa de futuro que podia ajudar. [...] (REGO, 2019)

A política que havia era a estudantil, quando as chapas se inscreviam e faziam suas campanhas para o próprio alunado. Além disso, houve momentos em que o diretor da escola também participou das reuniões do grêmio, consolidando a tutela da instituição sob a organização.

Além disso, muitos estudantes da década de 1960 participavam ativamente da política estudantil por meio da União Picoense de Estudantes Secundaristas, a UPES, filiada a União Piauiense de Estudantes Secundaristas, fundada em 1959, havendo eleições, conforme chama eleitoral, apresentada na figura 190.

Figura 190: Chapa Eleitoral da UPES – 196?

CHAPA SÉCULO XX		CHAPA LIBERDADE	
<input type="checkbox"/>	Pres. — João Leal 465	<input checked="" type="checkbox"/>	Pres. — Alfrêdo Duarte 582 - 117
<input type="checkbox"/>	Vice — Evandro Reis 397	<input checked="" type="checkbox"/>	Vice — José Areolino 607 - 210
<input checked="" type="checkbox"/>	Sec. Geral — Raimundo Rodrigues 533-80	<input type="checkbox"/>	Sec. Geral — Geny Santos 453-
<input type="checkbox"/>	1.º Sec. — Duquinha 420	<input checked="" type="checkbox"/>	1.º Sec. — Emir Batista 571 - 151
<input type="checkbox"/>	Tes. Geral — Francisco José 441	<input checked="" type="checkbox"/>	Tesoureiro Geral — Militão Rufina 517 - 76
<input type="checkbox"/>	1.º Tes. — Assis Carvalho 419	<input checked="" type="checkbox"/>	1.º Tes. — João Antonio da Luz (Voto) 562-14
<input type="checkbox"/>	Sec. de Esp. — Carlos Erasmo 379	<input checked="" type="checkbox"/>	Sec. de Esporte — José Aécio [DICO] 588 - 217
<input type="checkbox"/>	1.º Orador — Odorico Leal 487-5	<input checked="" type="checkbox"/>	1.º Orador — Hildeberte Fontes 482
<input type="checkbox"/>	2.º Orador — Manoel Néri 424	<input checked="" type="checkbox"/>	2.º Orador — Valdemar José de Sousa 552-128

Fonte: Acervo CETI Marcos Parente.

Na fala de um aluno, Carvalho (2018), a eleição da UPES “era uma eleição muito disputada, a gente entrava nas salas para apresentar nossa plataforma de campanha, nossas reivindicações”. A imagem 190 apresenta uma eleição que ocorreu em meados dos anos de 1960, envolvendo boa parte dos alunos do ginásio. A estrutura do momento estudantil na década de 1960 era União Piauiense de Estudantes Secundaristas, Uniões Municipais de Estudantes Secundaristas e Grêmios escolares afiliados. Essas instituições tinham participação ativa no cenário estadual. Em 1961, quando do processo de oficialização do GEP, a União Piauiense, por meio do seu presidente, Jesualdo Cavalcante de Barros enviou correspondência ao presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, informando que a agremiação por meio de votação feita no IV Congresso Estadual dos Estudantes Secundários, realizado entre 16 e de 17 de outubro de 1961, era a favor da incorporação do estabelecimento.

Posto isto, este capítulo, partindo de elementos que analisaram o funcionamento e a organização do GEP, apontando as aproximações com os outros estabelecimentos de ensino secundário do país, notadamente pela padronização imposta pela legislação federal. Contudo, percebemos também que cada instituição ginásial tinha uma cultura particular, seus valores e leitura própria das determinações dos órgãos dirigentes. O GEP construiu uma cultura própria e, ao longo de sua existência, se modelava conforme as mudanças sociais, sem, contudo, deixar a sua essência, a de um estabelecimento de ensino, comprometido com a educação piauiense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central dessa pesquisa foi analisar a cultura escolar do Ginásio Estadual Picoense, de modo a entender sua constituição e vivência. Levando em conta que a instituição não estava dissociada do meio social em que estava inserida, traçamos, como um dos objetivos específicos, entender como se processou a criação do ensino secundário de nível ginásial público em Picos. Diante disso, o primeiro capítulo desta dissertação buscou compreender como o ginásio foi criado, e como era Picos em relação aos outros municípios piauienses, fazendo um levantamento do quadro socioeconômico e educacional do período.

A partir de dados estatísticos, de jornais, de dados do executivo e do legislativo, bem como de fontes orais, pudemos considerar que o município de Picos cresceu significativamente a partir de 1945, com a passagem da BR 024, o que levou a um processo de urbanização e consequente crescimento econômico. Isso favoreceu a instalação de alguns órgãos públicos na sede do município, bem como o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços, o que, pela proximidade com o Ceará e Pernambuco, fez com que Picos gradativamente se tornasse um dos maiores centros econômicos da região. Dessa forma, a elite local passou a cobrar das autoridades a criação de um ginásio na região.

Além disso, concluímos que a criação de um estabelecimento de ensino secundário em Picos era uma ação que gerava grande prestígio social e político. Isso fez com que as forças políticas do município, representadas pela UDN (caretas) e pelo PSD (macacos), travassem uma disputa em torno da escola, a fim de saber qual grupo lograria êxito em levar a instituição para a “terra de Coelho Rodrigues”. Esses dois grupos políticos reconheciam a relevância de uma escola desse porte no município. Diante disso, foram travados vários debates, inicialmente na Assembleia Legislativa do Estado, visto que o projeto começou a ser discutido logo após as eleições legislativas de 1947.

Os embates entre os dois partidos puderam ser vistos principalmente nos livros de atas da Assembleia Legislativa do Piauí e nos jornais, que, em sua maioria, eram partidários e mostravam a versão do respectivo partido. O projeto de lei que criou o Ginásio Picoense foi apresentado pelo deputado udenista Hélio das Chagas Leitão em 1948, contudo, houve vários atrasos para que pudesse ser votado em plenário. Com isso, percebemos que a oposição pessedista procurava postergar a aprovação, apresentando, posteriormente, uma emenda substitutiva.

Além disso, consideramos que o caso de Picos foi singular no âmbito do Estado. A estratégia da elite local foi criar o GEP de modo estadualizado, ou seja, mantido pelo governo

estadual, desde o princípio. Contudo, isso não foi possível, por conta das dificuldades financeiras do Estado e pelas disputas políticas entre UDN e PSD, este último com maioria na Assembleia.

Por essas razões, o município se propôs a manter o estabelecimento, utilizando-se de várias articulações para que escola pudesse funcionar, como o uso do espaço do Grupo Escolar e a cobrança de anuidades. Dessa forma, o GEP, mesmo sendo estadual, foi mantido pela prefeitura de 1950, ano de sua instalação, até 1963. Nesse espaço de tempo, houve várias tentativas dos prefeitos municipais para que o governo do estado assumisse a responsabilidade sobre o estabelecimento.

Na inauguração do GEP em 1950, o governador Rocha Furtado fez, em seu discurso, um apelo à sociedade que, sem distinção política, prestigiassem “a ação do ginásio que declarou pertencer a todos os picoenses”. Isso revela que houve uma tentativa de conciliação das disputas políticas em torno da escola, pois, uma vez criado, o ginásio serviria a todos daquela municipalidade. O escriturário escolar nos mostrou que, independentemente de partido, o GEP serviu a todos aqueles que conseguiram passar no exame de admissão.

Concluimos, ainda, que o GEP esteve inserido em dois processos distintos. O primeiro compreende a década de 1950, uma vez que, durante sua criação e instalação, o GEP instaurou um processo de expansão do ensino secundário pelo interior; capitaneado pela elite local, com a ação da igreja católica e das municipalidades. Os ginásios criados neste período eram predominantemente particulares e estavam sediados, em sua grande maioria, nos municípios com maior densidade urbana do Estado. O segundo processo deu-se a partir de 1960, quando o GEP, juntamente com outros estabelecimentos, foi oficializado. Nesse contexto, o Estado mudou sua política educacional, oficializando alguns dos ginásios criados pelas elites locais na década anterior e promoveu a expansão dessas escolas, partindo de uma política de interiorização das escolas públicas de ensino médio, notadamente a secundária.

Inserido em um conjunto de fatores, o GEP contribuiu para o crescimento da malha urbana do município, haja vista que várias famílias migraram para sede do município para que seus filhos pudessem estudar. Além disso, após a criação desse estabelecimento ginásial, houve a ampliação da rede de ensino pós-primário, pois, em 1957, foi criada a Escola Técnica de Comércio de Picos, com o primeiro e segundo ciclos do curso comercial, e, em 1967, foi instalada a Escola Normal Oficial de Picos, para a formação de professoras primárias. Os dados estatísticos analisados mostram que Picos cresceu junto com o Ginásio Picoense, depois Marcos Parente.

No que diz respeito à cultura escolar do GEP, procuramos compreender a organização, o funcionamento e a cultura material da instituição, analisando seus vestígios materiais, as práticas e as vivências de seus sujeitos. Dessa forma, estudamos o edifício escolar, o uniforme, a caderneta, os livros didáticos e os artefatos materiais, que nos deram indícios da organização da escola.

Desse modo, a cultura material nos mostrou discursos pedagógicos, valores e símbolos que ajudaram a compreender a instituição. Percebemos que essa cultura material estava associada à identidade da instituição, o que se reflete, por exemplo, na forma como o GEP se apresentava à sociedade, a partir do uso do uniforme e também por meio do edifício.

Consideramos, ademais, que as quatro vezes que o GEP mudou de prédio implicaram alterações significativas na forma como a instituição se apresentava para sociedade, mudanças essas que afetaram o seu funcionamento interno e os elementos materiais, especialmente o uniforme. Além disso, concluídos que o edifício é um lugar, um espaço ocupado pela ação e apropriação dos sujeitos que nele interagem.

Foram analisados, ainda, os elementos organizacionais e funcionais da escola. Com isso, constatamos que o ingresso na instituição ocorria por meio do exame de admissão, estabelecido em legislação federal, como ocorria em todos os ginásios do país, tendo sido sempre bem concorrido. Em torno desse exame, surgiu, em Picos, um mercado voltado para a preparação dos alunos. O exame foi algo muito presente na memória dos entrevistados durante a pesquisa, que o comparam aos exames de ingresso ao ensino superior da atualidade. Em relação a isso, as narrativas giraram em torno do preparo que os ex-alunos tiveram, com materiais didáticos e cursinhos específicos.

Os livros de atas com os resultados desse exame no GEP mostram que a seleção de todas as turmas que conseguiram ingressar no Ginásio Picoense entre 1950 e 1971 foi feita por meio deste exame, alcançando mais de cinco mil inscritos, dos quais menos de três mil lograram êxito. Esse modelo de seleção foi substituído por um exame classificatório já Colégio Estadual Marcos Parente, a partir de 1972, visto que, mesmo com o fim do exame de admissão, a escola não conseguia absorver todo o alunado da região.

Mesmo o GEP sendo uma instituição de ensino pública, havia cobrança de mensalidades e, por causa dessa cobrança, foi editada uma legislação que resguardava a isenção desta cobrança para alguns alunos. Contudo, havia o poder discricionário do prefeito municipal em isentar alguns alunos que tivessem alguma ligação com ele, conforme foi visto em numerosos bilhetes de dispensa feitos por ordem do prefeito ou feitos a punho por este. Foi constatado também pelos jornais do período a luta dos alunos em abolir a cobrança de

taxas no GEP na década de 1960. Além disso, nos primeiros anos do GEP, os alunos da primeira e segunda turmas chegaram a ministrar aulas para os recém-ingressos no intuito de ficar isento da cobrança de mensalidades. Houve também a criação de uma série de mecanismos pelo poder público municipal que isentava alguns alunos do pagamento, como o critério de aprovação, ou seja, aqueles que obtivessem os primeiros e os segundos lugares no exame de admissão ou que obtivessem as melhores notas do ano letivo, além de ter de constatar, por meio de requerimento, que eram pobres.

Havia, como constatado, várias práticas de socialização que caracterizavam a cultura escolar do GEP, como as festas escolares (colação de grau e o desfile cívico de 7 de setembro). Essas duas festividades são as que mais aparecem nas memórias dos entrevistados. Movimentavam toda a cidade, de modo que as pessoas paravam para assistir o desempenho dos ginásianos vestidos de azul e branco, com a famosa boina ou a faixa amarela, as lindas balisas, a atuação e entusiasmo dos professores, como Dr. Fonseca, no desfile, além da cavalaria. No caso das colações de grau, a cidade se emocionava junto com os ginásianos, humanistas ou bacharéis em ciências e letras. Muitos eram amigos ou familiares, que assistiam, pela primeira vez, alguém da família (ou amigo) terminar o ginásio, o que era considerado um feito à época.

Na cultura escolar do GEP, houve também o desenvolvimento do associativismo estudantil, nos primeiros anos de funcionamento da instituição, com a formação do Grêmio Da Costa e Silva, que contribuiu significativamente para movimentação da vida cultural do município, promovendo concursos, como a Rainha dos Estudantes, além de apresentações de peças de Teatro pela cidade (um exemplo foi o espetáculo Molière e tantos outros clássicos da dramaturgia aos picoenses). Ademais organizou a constituição de uma imprensa periódica que circulava por toda a cidade, por meio da qual os leitores tinham acesso a notícias locais e nacionais, poesias, acontecimentos culturais e publicidade. O *Jornal Flâmula*, como era chamado, comparado aos demais que tivemos acesso, acabava sendo o jornal mais completo daquele momento e atendia todos os públicos leitores. A década de 1960 contou com o Grêmio Helvídio Nunes, que impulsionava os acontecimentos do GEP e congregava os estudantes da instituição.

Esse associativismo promoveu ainda eventos desportivos, como os famosos campeonatos de voleibol, inserindo as mulheres no esporte estudantil. Embora houvesse o protagonismo dos alunos, esses movimentos eram tutelados pela escola, pois percebemos que havia participação, nessas práticas, tanto de alunos, quanto de professores e dirigentes que acompanhavam a ação dos alunos.

Ao longo destes vinte e um anos, o Ginásio Estadual Picoense formou mais de três mil alunos dos cinco mil que se inscreveram no exame de admissão, o que nos mostra que, embora tenha atendido a um grande número de pessoas, houve uma significativa parcela que não conseguiu adentrar seus muros. Nesse sentido, percebemos também que, até meados de 1960, o GEP foi predominantemente elitista e urbano, pois a maior parte de seu alunado era proveniente das famílias tradicionais de Picos e região, bem como uma significativa parcela residia na sede do município.

O GEP trouxe a Picos práticas sociais até então desconhecidas pela maior parte da população, como o Grêmio Estudantil da Costa e Silva, além dos bailes de formatura, bem como reforçou as demais festas escolares e os desfiles cívicos de 7 de setembro, já praticados pelas escolas primárias, como o Grupo Escolar Coelho Rodrigues, colocando em destaque os uniformes e as performances dos estudantes secundaristas.

Ser ginásiano em Picos, entre as décadas de 1950 e 1970, era sinal de prestígio e inteligência, pois, para entrar neste estabelecimento, era necessário ser aprovado no concorrido exame de admissão. Dessa forma, estudar no GEP era para o picoense uma oportunidade de seguir nos estudos. Como era a única instituição de ensino secundário pública do município, por muitos anos, elite e povo se misturavam nos bancos escolares do GEP. Dos egressos dessa instituição, saíram servidores públicos, médicos, professores, políticos, militares e tantas outras ocupações e posições de destaque na sociedade piauiense. Esse dado nos mostrou que, embora houvesse aqueles que descendiam de famílias tradicionais e que desde cedo tiveram acesso à escolarização, houve também os que conseguiram ascender socialmente por terem conseguido concluir o curso ginásial.

Entre as contribuições sociais desta pesquisa, a principal foi o envolvimento da escola e da sociedade, visto que, a partir dos documentos levantados, foi possível a elaboração e execução pela escola do projeto “CETI Marcos Parente: uma História de muitas gerações”. Por meio desse projeto, a escola juntamente com o pesquisador organizaram um conjunto de atividades que envolveram toda a comunidade, quais sejam: 1) Organização do acervo documental da escola, por meio da qual foi levantada toda a documentação referente à instituição anterior a 1970, que se encontrava espalhada por vários locais de Picos e em outras cidades; 2) Confecção de uma logomarca em alusão aos 70 anos da escola, *banners*, camisetas e réplicas; 3) Sessão solene na câmara de vereadores com a participação do corpo administrativo, docente e discente da escola, bem como de autoridades, ex-alunos, ex-funcionários, ex-diretores, imprensa e grande parcela da sociedade; 4) Caminhada festiva feita por alunos e professores pelas ruas centrais de Picos; 5) Três dias de mostra cultural na sede

da escola, onde alunos e professores organizaram exposição de fotografias, artefatos materiais, projeção de documentário e apresentações culturais, entre elas uma peça de teatro que tratou do processo de fundação da instituição; 6) Produção de um documentário em parceria com a rede de televisão local.

Tudo isso possibilitou um encontro intergeracional em relação ao desejo da comunidade de conhecer a História da escola, permitindo tanto a preservação da memória, quanto do patrimônio material desta instituição, além de reforçar os vínculos com a comunidade.

Nossa pesquisa nos possibilitou o acesso a vários meios de comunicação, de modo que pudemos alertar e sensibilizar a sociedade sobre a preservação do acervo documental, como também dos prédios que abrigaram a instituição, e dos artefatos que fizeram parte dela por gerações.

Diante disso, é correto evidenciarmos a importância do Ginásio Estadual Picoense para região de Picos, uma vez que percebemos a relevância desta instituição a partir da análise dos depoimentos e dos vestígios materiais que encontramos ao longo da pesquisa. Optamos pela cultura escolar como fio condutor da pesquisa, visto que nos conduziu a entender a rotina da escola, seus ritos, sua organização e funcionamento, complementado com um capítulo político, que inseria a escola dentro do contexto dos municípios, possibilitando-nos uma análise mais profunda do que era o GEP até a reforma de 1971. Esta reforma organizou um novo sistema educacional no Piauí, criando o Complexo Escolar de Picos, a figura do superintendente e transformando todas as escolas jurisdicionadas a esse complexo, independentemente do nível de ensino que ofertava, em unidades escolares.

Tendo em vista que nenhum estudo é completo e diante das fontes utilizadas neste trabalho, percebemos que novos estudos e problemáticas podem ser pensados a partir das ideias aqui lançadas, visto que conseguimos recuperar boa parte do acervo institucional das décadas de 1950 e 1970 que estavam esquecidos em depósitos e porões, vistos como papel velho sem nenhuma serventia. A partir do trabalho de catalogação e higienização, foi possível recuperar parcela significativa da documentação da escola, referente ao recorte desta pesquisa. Esperamos que futuros pesquisadores se debrucem por este universo que nos possibilitou entender o que foi esse nível de ensino em Picos e como funcionava e se relacionava com o município. Posto isto, a presente pesquisa fica aberta para maiores aprofundamentos ou outras temáticas.

REFERÊNCIAS E FONTES

- ABREU, Jayme. **A Educação secundária no Brasil**. Rio de Janeiro: INEP, 1955.
- ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1960.
- ALMANAQUE DO CARIRI, 1952.
- ALBANO, Maria da Conceição Silva; SILVA, Albano. **Picos nas anotações de Ozildo Albano**, Picos: Edição dos autores, 2011.
- ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo Almeida. **Economia Doméstica: uma disciplina no secundário ginásial sergipano no Atheneu Sergipense (1944-1954)**. Universidade Federal de Sergipe. (Dissertação de Mestrado em Educação). 2017.
- ALMEIDA, Eduardo Henrique. **O literário e noticioso estudantil: Flâmula e as formas De representação social em Picos na década de 1950**. Universidade Federal do Piauí. (Monografia de Graduação em História). 2013.
- ALVES, Nilda. **O espaço escolar e suas marcas: o espaço como dimensão material do currículo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- AMARAL, Giana Lange do **Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais**. História da Educação /ASPHE, Pelotas, v. 11, p. 117-130, 2002.
- AMADO, Gildasio. **Artes Industriais no ginásio**. Rio de Janeiro: CADES, 1967.
- AMADO, Gildasio. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz; SANTOS, Beatriz Boclin. **Colégio Pedro II – polo cultural da cidade do Rio de Janeiro: A trajetória de seus uniformes na memória coletiva da cidade**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2016.
- ARAÚJO, José Luís Lopes. **O rastro da carnaúba no Piauí**. In: Revista Mosaico, v.1, n.2, p.198-205, jul./dez., 2008.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: BASSANEZI, Carla Pinsky (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 23-80.
- BAUER, Martim W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. ERMEL, Tatiane de Freitas. Ritos de passagem, classificação e mérito: os exames de admissão ao ginásio (1930-1961). In: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima. **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário (1931-1961)**. Uberlândia: Edufu, 2014.
- BORGES, Olivia Rufino da Silva. Educação em Picos. In: REVISTA FOCO. Edição comemorativa Picos 111 anos. **Jornal Folha de Picos**, Picos-PI, 2001. p. 40.

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 4.244 de 9 de Abril de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 1942.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 8.529 de 2 de Janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, 1946.
- BRASIL. **Portaria 501 de 19 de Maio de 1952**. Expede instruções para execução da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 1952.
- BRASIL. **Circular nº 1 de 15 de Março de 1951**. Institui instruções de serviços aos inspetores federais. Rio de Janeiro, 1951.
- BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. In: RAMA, L. M. J. S. *Legislação do Ensino: uma introdução ao seu estudo*. São Paulo: EPU, 1987.
- BRASIL. **Dados estatísticos, eleições federal, estadual e municipal a partir de 1945**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1950.
- BRASIL. **Ensino Secundário no Brasil**: organização, legislação vigente, programas. Rio de Janeiro: INEP, 1952.
- BRASIL. Lei nº 20.302 de 2 de Janeiro de 1946. Aprova o regimento da Diretoria de ensino secundário. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei Orgânica do ensino secundário e legislação complementar**. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de documentação, 1955. p. 420.
- BRASIL. **O ensino secundário no Brasil**: Relação dos estabelecimentos de ensino secundário em funcionamento no país em Maio de 1946.
- BRASIL. **O ensino superior e médio no Brasil**: Relação dos estabelecimentos de ensino no país no 2º semestre de 1948.
- BRASIL. **O ensino superior e médio no Brasil**: Relação dos estabelecimentos de ensino superior, secundário, industrial, comercial, normal, agrícola e militar, existentes ou em funcionamento no país no 2º semestre de 1947.
- BRASIL. **Ofício-circular nº 973 de 25 de maio de 1965**. Instruções sobre a aplicação da Lei de Diretrizes e Bases na educação nacional nos estabelecimentos de ensino secundário.
- BRASIL. **Organização do Ensino secundário no Brasil**. São Paulo: Editora do Brasil, 1943.
- BRASIL. **Portaria 325 de 13 de Outubro de 1959** expede instruções referentes ao exame de admissão.

BRASIL. **Portaria 375 de 16 de Agosto de 1949**. Expede instruções ao artigo 72 da lei orgânica do ensino secundário.

BRASIL. **Relação dos estabelecimentos de ensino em funcionamento no país no 2º semestre de 1949**. Rio de Janeiro: INEP, 1951.

BRASIL. **Relação dos estabelecimentos de ensino secundário em funcionamento até 1957**. Rio de Janeiro: INEP, 1957.

BRASIL. **Relação dos estabelecimentos de ensino secundário em funcionamento até 1960**. Rio de Janeiro: INEP, 1960.

BRASIL. **Relação dos estabelecimentos de ensino médio em funcionamento até 1969**. Brasília: INEP, 1970.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: a revolução francesa da história, 1929 – 1989**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

BURKE, Peter (org.): **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992,

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. Bauru: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Mara Gonçalves de. Picos: **História e desenvolvimento do centro histórico (1970)**. (Dissertação de Mestrado em História). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto s/nº do deputado José Candido Ferraz** que retifica, sem aumento de despesa a lei nº 3.327-A.

CÂNDIDO, R. M. **O que a escola festeja? Uma retomada histórica sobre os tipos e sentidos das festas escolares**. In: Denice Barbara Catani; Décio Gatti Júnior. (Org.). **O que a escola faz? Elementos para a compreensão da vida escolar**. EDUFU, Uberlândia, p. 229-250, 2015.

CASTRO. Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: Entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836-1914)**. Universidade do Estado de Santa Catarina. (Dissertação de Mestrado). 2009.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol. (1985-2007)**. (Tese de doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

CENTRO ESTUDANTAL PICOENSE. **Estatuto**. Picos, 1957.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COELHO JUNIOR, Nelson Maurílio. **Relicários de um tempo: Os quadros de formatura do Colégio Coração de Jesus 1922-1929: Contribuições para o estudo da História da Educação em Santa Catarina**. Universidade do Estado de Santa Catarina (Dissertação de Mestrado em Educação) 2013.

COSTA, Lúcio. **Considerações sobre a Arte Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1952.

COSTA, Nayane Áurea Santiago. **O moderno no urbano: reflexos de uma arquitetura escolar no patrimônio cultural de Teresina. (1970-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). 182 f. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2017.

CRIADA A COMISSÃO CENTRAL. **Jornal O Piauí**. 24 de Setembro de 1949.

DALLABRIDA, Norberto. **Ensino secundário público e de qualidade no antigo Instituto de Educação**. Florianópolis: EdUDESC, 2017.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). **Civilização Brasileira**, 5 ed. Rio de Janeiro, 2013.

DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO. **Ginásio tipo 1: Seção de prédios e aparelhamento escolar**: Rio de Janeiro, 1958.

DUARTE, Renato. **Picos: Os verdes anos cinquenta**. Ed. Nordeste, 1995.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **Patrimonio material de la escuela e Historia cultural**. In: **Revista linhas**. v. 11 n. 02. Jul./dez. 2010. p. 13-28.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A Escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE PICOS. **Livro de Matrículas (curso básico)**. Picos, 1957

FALA A O PIAUÍ O DEPUTADO HÉLIO LEITÃO. **JORNAL DO PIAUÍ**. 23 de Fevereiro de 1950, p. 1

FAVARO, Laura; GILL, Rosalind; HARVEY, Laura. **Fazendo dados da mídia – Uma introdução à pesquisa qualitativa da mídia**. In: BRAUN, Virgínia; CLARKE, Victoria; GRAY, Debra. **Coleta de dados qualitativos: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais**. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 147-175.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Materialidade da Cultura escolar**: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. In: Revista Proposições. v. 16, n. 1, jan./abr. de 2005.

FRANÇA, Maria Clara Monteiro Freire da Cruz. **Com tino e compostura**: História da disciplina escolar no Liceu Sá Bandeira (1925-1956). 2001. 500f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Lisboa. 2001.

FRANCO, J. Patrício. **Picos município agrário**. In: Revista piauiense de municípios, 2º semestre de 1955. Edição especial Centenário de Picos Teresina-PI ano 3, nº 6.

GALLEGO, Rita de Cássia. O que e como ensinar: Arquitetura de tempos, ritmos e rituais de ensinar e aprender nas escolas primárias paulistas (1846-1890). In: CATANI, Denice Bárbara. GATTI JÚNIOR, Décio. **O que a escola faz ao instituir o uso dos uniformes escolares?** Elementos da compreensão da vida escolar. Uberlândia: Edufu, 2015.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias em São Paulo**: heranças e negociações (1846-1890). 2008. 387f. (Tese de Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GAMA, Zali. Trabalhos manuais e educação. In: **Escola secundária**. n. 11 Dezembro de 1959. Rio de Janeiro, Diretoria de ensino secundário do ministério da educação. p. 112-114.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba — Cidades-Beira**. 2008. 397 f. Tese (Doutorado em Historia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História**: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: EDUSC, 2004.

GINÁSIO ESTADUAL MARCOS PARENTE. **Livro de Pontos de Setembro de 1965 a Dezembro de 1969**.

GINÁSIO ESTADUAL MARCOS PARENTE. **Relação de professores em exercício em 1968**, 1968.

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Livro de Atas nº 1 de Exames finais e de admissão 1950-1952**, 1950.

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Livro de Atas nº 2 de Exames finais e de admissão 1952-1956**, 1956.

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Livro de Atas nº 3 de Exames de admissão 1956-1971**, 1971.

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Livro de Atas nº 4 de Resultados finais 1956-1960**, 1960.

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Livro de Atas nº 5 de Resultados finais 1956 a 1967**, 1967.

GINÁSIO ESTADUAL MARCOS PARENTE. **Livro de Atas n° 6 de Resultados finais 1968 a 1971**, 1971.

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Livro de Atas n° 7 de provas parciais 1950 a 1971**, 1971.

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Livro de Atas n° 8 de provas de 2ª época e de provas especiais 1952-1956**, 1956.

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Livro de Pontos de Maio de 1954 a Setembro de 1956**, 1956

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Livro de Pontos de Setembro de 1956 a Agosto de 1965**, 1965

GINÁSIO PICOENSE. In: **Jornal O Dia**, Teresina – PI, 24 de Março de 1963. Ano XIII. n. 1.084, p. 1

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE, **Prontuário de matrícula**. Picos, 1955.

GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE. **Horário de aulas 1961**, 1961

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. **Arquitetura escolar**: a essência aparece, fábrica e escola confundem-se no desenho da polivalente. 1996, 232f. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

GONDRA, José. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro. EDUERJ, 2004.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-anjo e letreiros de neon**: Ginásianos na Aracaju dos Anos Dourados. Aracajú: EdUFES, 2002.

GRÊMIO ESTUDANTIL HELVÍNIO NUNES. Estatuto. In: **Jornal O grêmio**, Ano I, n. 2. p. 1. Picos, 8 mai. 1966.

GRISPUN, Miriam Paura Sabrosa Zippin. Velhos cadernos, novas emoções. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (Org.). **Cadernos a vista**: escola, memória cultura escrita. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 257-267.

GRUPO ESCOLAR COELHO RODRIGUES, **Livro de inspeção 1948-1954**.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1993.

HÈBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – século XIX e XX). In: **Revista de História da Educação**. Campinas-SP, n. 1, 2001. p.115-142.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Monografia Picos**, Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1940**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1950**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1960**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1970**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia Brasileira de Municípios**. v. 15. Rio de Janeiro: Sergraf: 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia Brasileira de Municípios**. v. 3. Rio de Janeiro: Sergraf: 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística do ensino médio por município**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1958

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Monografia Picos**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Picos e sua região**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1971 (datilografado).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1955**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1955

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1957**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1957

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1958**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1958

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1959**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1959

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1960**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1960

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1961**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1961

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1962**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1963-64**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1964

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1965-66**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1966

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ensino Médio por municípios 1968**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1969

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ensino Médio por municípios 1969**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1970

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1971**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1962

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O ensino no Brasil em 1942**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1950

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O ensino no Brasil em 1943**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1950

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O ensino no Brasil em 1948-1950**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1955.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O ensino no Brasil em 1951-1954**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1955

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O ensino no Brasil em 1955-1958**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1959

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1949**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1951.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1950**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1955**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1963**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1963.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Estudo sobre o Piauí, Rio de Janeiro: Sergraf, 1958. (datilografado).

JORNAL A ORDEM, 01 Jun. 1952.

JORNAL FLÂMULA 1952 a 1954.

JORNAL O GRÊMIO, Maio de 1966.

JULIA, Dominique. **A Cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, p.9-43, jan./jun. 2001.

LANNUTTI, Pamela. J. **Um chat produtivo – Entrevista por mensagens instantâneas**. In: BRAUN, Virgínia; CLARKE, Victoria; GRAY, Debra. Coleta de dados qualitativos: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais. Petrópolis: Vozes, 2019. p.275-296

LARROSA, Jorge, **Esperando não se sabe o quê, sobre o ofício de professor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento. História e Memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEAL, Pe. David Ângelo. **Alberto de Deus Nunes**. Jornal dos Bairros, Picos, PI, 1630 abr. 2002.

LIMA, Dulcinea da Silva. **Grêmios Estudantis: a importância das atividades litero-educativas entre educandos**. In: I Jornada de Diretores realizada 15 a 31 de Março. Rio de Janeiro-RJ. p. 6-12. 1958.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Relações de poder e práticas jornalísticas em o dia, a cidade e jornal do Piauí (1951 a 1954)**. 2014. 350f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo 2014.

LONZA, Furio. **História do Uniforme Escolar no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Crhodia, 2005.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **A escrita autobiográfica, os documentos pessoais e a História da Educação**. In: Alcides Nascimento; Ronaldo Vainfas. (Org.). **História e Historiografia**. Recife: Bagaço, v. 1, p. 11-30. 2006,

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Formando elites condutoras: a expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1942 -1971). In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. 2011, Vitória. Anais... Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. O ensino ginásial no Piauí. In: **IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. 2017, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. PINHEIRO; Antônio Carlos; BERGER. Miguel. Que escola primária? Um estudo comparado das marcas e lembranças de escolarização. In: Rosa Fátima de Souza, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, Antônio de Pádua Carvalho Lopes. (Org.). **História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju, SE: EDISE, 2015.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. O ensino secundário nos livros de História das cidades e nas autobiografias. In: **Ensino secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019. p.483-498.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. Fontes para a História e Memória escolar: a Escola conhecendo-se e proporcionando o diálogo intergeracional. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena de Carvalho. **Histórias de Artes, Ofícios e Escolas**. Fortaleza: Edições UFC, 2019b.

LUCHESE, Terciane Ângela. História das instituições escolares, um olhar metodológico. In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNADES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele. **Instituições, Histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul, EDUCS, 2018.

LUZ, José Alves da. **Do baixo das abóboras para o mundo: Novas História de Zé da Luz**. São Paulo: Pólem, 2012.

LUZ, José Alves da. **Zé da Luz e suas Histórias**. 2ª ed. São Paulo: Pólem, 2017.

MACEDO, José Albano de. O professor Vidal de Freitas. Picos (1987) In: Picos nas anotações de Ozildo Albano. SILVA, Albano. ALBANO, Maria da Conceição Silva. (Org.). **Picos**: Museu Ozildo Albano, 2011. p. 94-95.

MACHADO, Héverton Araújo. História e memória da aviação civil brasileira: conexão Nordeste diante dos acordos comerciais e militares nas décadas de 1920 a 1940. In: **Revista do Departamento de História e do Programa de pós-graduação em História do Brasil da UFPI**, Teresina, v. 7, n. 2, jun./dez. 2018.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino. **O livro e a cultura escolar, mediação entre currículo e docência**. In: CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. (org). História da escola. São Luís: EDUFMA, 2018. p. 301-322.

MEHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MENDES, Iweltman. **História da Educação Piauiense**. Sobral: EGUS, 2012.

MEYRER, Marlise. Revista **O Cruzeiro: um projeto civilizador através das fotorreportagens (1955-1957)**. In: História Unisinos, Vol. 14 Nº 2 - maio/agosto de 2010, p. 197-212.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Estabelecimentos de ensino secundário em funcionamento no Brasil até 1959.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Portaria 501 de 19 de Maio de 1952 e legislação complementar atualizada até outubro de 1958**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958. p. 165.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Têrmo de acordo especial entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e o Ginásio Picoense, do Estado do Piauí para concessão de auxílio**. Rio de Janeiro 11 jul. 1955.

MOURA FÉ, Manoel dos Martírios. **Colação de Grau em Picos**. JORNAL DO PIAUÍ. 29 jan. 1959, ANO VIII, n. 1.686

MOURA, Francisco Miguel de. **Minha História de Picos**. Teresina: EDUFPI, 2017.

MOREIRA, Glória Maria de Pádua. **Introdução a metodologia científica**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

MUNAKATA, Kazumi. **Livro didático como indício da cultura escolar**. Hist. Educ. [online]. 2016, vol.20, n.50, pp.119-138

NEVES, Rogério Xavier. MARTINS, Maria do Carmo. Fontes de pesquisas escolares e a formação da memória educacional. In: ZAMBONI, Ernesta et. al. **Memórias e Histórias da escola**. Porto Alegre: Mercado das Letras, 2008. p. 37-38.

NUNES, Zilda Clarice Rosa Martins. **A modernização do ginásio e a manutenção da ordem**. 1979. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

NUNES, Maria Celis Portella. ABREU, Irlane Gonçalves de. **Vilas e cidades do Piauí**. In: SANTANA, Raymundo Nonato Monteiro de. Piauí: Formação, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: Halley, 1995. p. 83-112.

NUNES, Manoel Paulo. In: QUEIROZ. Teresina de Jesus Mesquita. **Conversas com Manoel Paulo Nunes**. Teresina: APL, 2012. (Coleção Centenário)

OITENTA SALAS DE AULA PARA O ENSINO MÉDIO. JORNAL DO PIAUÍ. 11 Abr. 1970. 9. p. 1

OLIVEIRA, Carlos Edinei. Imagens de Civismo: os desfiles cívicos em região de colonização recente de Mato Grosso, em tempos de ditadura militar. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, **Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. 2016. 534f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, Rosilene Batista de. Vestígios da cultura material escolar: história e memória da Escola Pública inscrita em troféus e medalhas. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. **A educação e seus sujeitos na História**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006. p. 117-118.

OLIVEIRA, Stella Sanches. **Implantação e organização do curso ginasial no sul de Mato Grosso: expressões de um projeto de modernização (1917-1942)**. 2014. 282 f. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

PAULILO, André Luís. **A cultura material da escola: apontamentos a partir da História da Educação**. In: Revista Brasileira de História da Educação. n° 19. e65. (Edição contínua) p.1-24. 2019.

PERES, Eliane. SOUZA, Gizele de. **Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im) possibilidades de investigação**. In: CASTRO, César (org). *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*. São Luís: EDUFMA, 2011.

PIAUÍ. **Tábuas Itinerárias em 1939**. Teresina: Imprensa oficial, 1939.

PIAUÍ. **Relatório apresentado pelo invententor federal Leonidas Melo ao presidente da República Getúlio Vargas**. Teresina: Imprensa Oficial, 1942.

PIAUÍ. **Constituição do Estado do Piauí de 22 de Agosto de 1947**: Imprensa Oficial, 1947.

PIAUÍ. **Lei n° 90 de 20 de Janeiro de 1948**. Cria o Ginásio Picoense, em Picos e abre crédito especial para o fim que se destina. Teresina, 1948.

PIAUÍ. Livro 1. **Ata das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da Assembleia**: 28 abr. a 11 ago.1947b. (manuscrito).

PIAUÍ. Livro 2. **Ata das reuniões ordinárias e extraordinárias da assembleia**. 12 ago. 1947 a 26 nov. 1947c (manuscrita).

PIAUÍ. Livro 3. **Ata Das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da Assembleia**: 27 nov. 1947 a 17 fev. 1947d (manuscrito).

PIAUÍ. Livro único. **Livro de ata das reuniões a comissão constitucional**: 26 mai.a 19 ago. 1947e. (Manuscrito).

PIAUÍ. **Mensagem apresentada pelo governador José da Rocha Furtado a assembleia legislativa em 1948**. Teresina: Imprensa oficial, 1948.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada pelo governador José da Rocha Furtado a assembleia legislativa em 1950**. Teresina: Imprensa oficial, 1950.

PIAUÍ. Lei Estadual n° 2.238 de 7 de dezembro de 1961 que oficializa o Ginásio Picoense em Picos – PI.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada pelo governador Francisco das Caldas Chagas Rodrigues a assembleia legislativa em 1962**. Teresina: Imprensa oficial, 1962.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada pelo governador Petrônio Portela Nunes a assembleia legislativa 1964**. Teresina: Imprensa oficial, 1964.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada pelo governador Petrônio Portela Nunes a assembleia legislativa em 1967**. Teresina: Imprensa oficial, 1967.

PIAUI. **Posição relativa ao Estado do Piauí.** Teresina: SEED, 1956-58. (datilografado). 180p.

PIAUI. **Ofício-circular nº 28 de Novembro de 1971.** Expede instruções aos estabelecimentos oficiais de ensino médio sobre a aplicação do Exame de admissão.

PIAUI. **Resolução nº 6 do Conselho Estadual de Educação do Piauí que institui novas disciplinas nos cursos médios.** Teresina, 1965.

PIAUI. **Lei nº 2.238 de 7 de Dezembro de 1961 que oficializa o Ginásio Picoense em Picos.** Teresina, 1961.

PIAUI. **Ementário de leis estaduais 1947 a 1955.** Teresina: Imprensa oficial, 1956.

PIAUI, **Ementário de leis estaduais 1956 a 1970.** Teresina: ALEPI, 1982 (Datilografado)

PICOS. **Lei n. 485 de 6 de Abril de 1962.** Dispensa os alunos do Ginásio Picoense do pagamento de taxas de matrícula e anuidades. Picos, 1962.

PICOS. Livro 1. **Ata das sessões da Câmara municipal de Picos:** 21 Abril de 1948 a 13 Jun. 1951. 1951(Manuscrito).

PICOS. Livro 2. **Ata das sessões da Câmara municipal de Picos:** 13 Jun. 1951 a 04 Set de 1957. 1957 (Manuscrito).

PICOS. Livro 3. **Ata das sessões da Câmara municipal de Picos:** 02 Out de 1957 a 19 Out. 1965. 1965 (Manuscrito).

PICOS. Livro 4. **Ata das reuniões da comissão executiva da Câmara municipal de Picos:** 1948 a 1954. 1954 (Manuscrito).

PICOS. **Lei 235 de 19 de Agosto 1954.** Destina um terreno para construção do Ginásio Picoense. Picos, 1954.

PICOS. **Lei n. 18 de 19 de Março de 1949.** Autoriza a contratar com o governo no estado a instalação do Ginásio Picoense. Picos, 1954.

PICOS. **Lei n. 42 de 6 de Março de 1950.** Regula a concessão de matrículas gratuitas no Ginásio Estadual Picoense. Picos, 1954

PICOS. **Lei n. 45 de 3 de Abril de 1950.** Fixa taxas e remunerações relativas ao Ginásio Picoense. Picos, 1950. Picos, 1950.

PICOS. **Projeto de Lei nº 22 de 09 de Agosto de 1949.** Autoriza o executivo a contratar o Ginásio Picoense junto ao governo do estado. Picos, 1949.

PICOS. **Projeto de Lei nº 04 de 22 de Março de 1955.** Dispõe sobre abertura de crédito suplementar para pagamento do aluguel de prédio para abrigar o Ginásio. Picos, 1955.

PICOS. **Projeto de Lei n° 251 de 10 de Agosto de 1954**. Dispõe sobre a reserva de um terreno de 6.400m² para construção do Ginásio Picoense. Picos, 1954

PICOS. **Projeto n° 4 do executivo municipal de 22 de Março de 1955**. Dispõe abertura de crédito suplementar para que a prefeitura pudesse arcar com o pagamento do aluguel de algumas casas para abrigarem o ginásio. Picos, 1955

PICOS. **Folha de pagamento do Ginásio Picoense referente à Agosto de 1956**. Picos, 1956.

PICOS. **Folha de pagamento do Ginásio Picoense referente à Setembro de 1956**. Picos, 1956.

PICOS. **Folha de pagamento do Ginásio Picoense referente à Fevereiro de 1957**. Picos, 1957.

PICOS. **Folha de pagamento do Ginásio Picoense referente à Novembro de 1957**. Picos, 1957.

PICOS. **Folha de pagamento do Ginásio Picoense referente à Fevereiro de 1961**. Picos, 1961.

PICOS. **Recibo no valor de Cr\$ 1.500,00** (hum mil e quinhentos cruzeiros) correspondente ao aluguel da casa onde funciona a sede provisória do Ginásio Picoense, referente ao mês hoje findo. 31 de Janeiro de 1957. Picos, 1957.

PICOS. **Recibo no valor de Cr\$ 1.500,00** (hum mil e quinhentos cruzeiros) correspondente ao aluguel da casa onde funciona a sede provisória do Ginásio Picoense, referente ao mês hoje findo. 30 de Novembro de 1957. Picos, 1957.

PIOLA, Geslaine Cristina Tamião. **A Cultura escolar: Colégio paroquial Santo Inácio, suas festas e comemorações (1957-1965)**. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2013.

PESSANHA, Eurize Caldas. ASSIS, Wanderlice Silva; SILVA, Stella Sanches de Oliveira. **História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes**. In: Revista Roteiro, Joçaba-SC, v.42, n° 2. Mai/Ago de 2017, p. 311-330.

PESSANHA, Eurize Caldas, SILVA, Fabiany de Cássia Tavares Silva. **Cultura material na escrita curricular de uma instituição de ensino secundário do sul de Mato Grosso (1939-1970): Espaços, objetos e práticas**. In: CASTRO, César Augusto; SILVA, Vera Lúcia Gaspar. Vitória: EDUFES, 2018.

PINHEIRO, Cristiane Feitosa. **História e Memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1987)**. 2007. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2007.

PINHEIRO, Marília Alves. **Memórias do meretrício: discursos e sociabilidades da prostituição picoense nas décadas de 1950 e 1960**. (Monografia de graduação em História). Picos: Universidade Federal do Piauí, 2013.

PINHEIRO, Welbert Feitosa. **Garimpeiro de memórias: práticas educativas de Ozildo Albano - Piauí - (1952-1989)**. 2018. 492 f. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

PINTO, Diana Couto. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem-sucedida? In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (Org.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 260 p. (Coleção Inep 70 anos, v. 1)

REIS, Rosinete Maria. **Vestígios de uma cultura escolar: as provas e os exercícios escolares das escolas isoladas de Mato Grosso**. In: V congresso Brasileiro de história da Educação, 2008.

REVISTA FOCO. **Edição comemorativa Picos 111 anos**. Jornal Folha de Picos, Picos-PI, 2001.

REVISTA PIAUIENSE DE MUNICÍPIOS, 2º semestre de 1955. **Edição especial Centenário de Picos**, Teresina-PI ano 3, nº 6.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, mai. 2008. p.129-148.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos: Associativismo discente no grêmio literário Clodomir Silva (1934-1956)**. Universidade Federal do Sergipe. (Doutorado em Educação), 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 36ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ROSSO, Graziela Pavei Peruch. TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Caderneta escolar: “artes de fazer” no movimento de apropriação pelas normalistas da Escola Normal Madre Teresa Michel – Criciúma-SC (década de 1960). In: **Revista Telas**, v. 19, n. 55. Out./Dez. 2018. p. 354-375.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania**. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

SANTOS, Gervásio. KRUEL, Kenard. **História do Piauí**. 2ª ed. Teresina: Zodíaco.

SANTOS. Durvelina. **A Economia doméstica nas escolas secundárias**. In: Escola secundária. n. 1 Junho de 1957. Rio de Janeiro, Diretoria de ensino secundário do ministério da educação. p. 64-66.

SCHIMMELPFENG, Regina Maria. Retocando imagens: a Escola Alemã/Colégio Progresso (1930-1945). In: BENCOSTTA, Marcus Levy. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p.141-170.

SILVA, Cristiani Bereta da. **A editora do Brasil e o livro de Admissão ao Ginásio (décadas de 1940 e 1960)** In: IX Congresso Brasileiro de História da Educação. João Pessoa, 2017.

SILVA, Katiene Nogueira da. O que a escola faz ao instituir o uso dos uniformes escolares? In: CATANI, Denice Bárbara; GATTI JÚNIOR, Décio. **O que a escola faz?** Elementos da compreensão da vida escolar. Uberlândia: Edufu, 2015.

SILVA. Geraldo Bastos. **A educação secundária**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

SILVA. João Batista da. **A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC no Piauí**. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí/programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Picos e a consolidação de sua rede escolar: do grupo escolar ao ginásio estadual**. 2005. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPI/Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2005.

SOUSA, Marcos Vinícius Holanda. **Entre montes e estradas: expansão urbana e modernização na cidade de Picos (PI) (1960-1985)**. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

SOARES, Sidney. **Enciclopédia dos municípios piauienses**. Edição do Autor, 1973.

SOUZA, Maria Cecília Cristiano Cortez de. **Escola e Memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

SOUZA, Maria G. Sampaio. **Economia Doméstica – terceira e quarta séries**. São Paulo: Editora do Brasil, 1952.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A História do ensino secundário no Brasil investigada sob a perspectiva da cultura escolar**. In: César Augusto Castro (Org.) Leituras, impressos e cultura escolar. São Luís: EDUFMA, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima. **A investigação histórica sobre o ensino secundário no Brasil**. In: Ensino secundário no Brasil: perspectivas históricas. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 27-58.

SOUZA. Rosa Fátima. DALLABRIDA, Norberto. **O todo-poderoso império do meio: transformações no ensino secundário entre a reforma Francisco Campos e a primeira LDBEN**. In: Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961). Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 10-29.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da Cultura Material Escolar**. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNIÃO PICOENSE DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS – NOTA OFICIAL. In: **Jornal o Dia**, Teresina – PI, 21 mar. 1963, Ano XIII, n. 1.83, p. 2.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALENTE, Wagner. (Coord.) **Exames e provas como fontes para História da Educação**. In: Os exames de admissão ao ginásio 1931-1969. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo. Cd. Rom.

WERLE, Flávia Obino Correia. Colégios femininos: identidade, história institucional e gênero. In: **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas. n. 10. Jun. 2001, p. 116-125.

WERLE, Flávia Obino Correia. **Ancorando Quadros de Formatura na história institucional**. In: Reunião Anual da ANPED, Anais. Caxambu – MG: ANPED, 2005.

VILANOVA, Francisco Gomes. **Cartas escritas em jornais estudantis**. In: MIGNOT, Ana Chrystina. A ilusão do leitor (org). Curitiba: CRV, 2018.

VINÃO FRAGO, António. ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VINÃO FRAGO, António. Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Maucus Levy (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.

VINÃO FRAGO, António. La escuela y la escolaridade como objetos históricos: facetas y problemas de la Historia de la educación. In: **História da educação**. Pelotas, v. 12. n. 25, mai./ago. 2008. p. 9-54.

VINÃO FRAGO, António. Os cadernos escolares como fonte histórica. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (Org.). **Cadernos a vista: escola, memória cultura escrita**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 15-34.

VINÃO FRAGO, António. **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas**. Portugal: Edições Pedagogo, 2007.

VINÃO FRAGO, António. Tiempo, historia y educación. In: **Espacio y tempo, educación e historia**. Morelia: IMCED, 1996, p. 15-59.

XAVIER, Libânia Nacif. **História da história não ensinada na escola: história da educação**. In MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. de S. (Org.). Ensino de História – sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

Entrevistas:

ARAÚJO, Maria das Graças Muniz de Carvalho. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2019.

BORGES, Olívia Rufino. **Entrevista concedida a Jane Bezerra de Sousa em Abril de 2005.** p. 147.

BORGES, Olívia Rufino. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2019.

CARVALHO, Maria dos Remédios. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Teresina – PI, 2019a.

CARVALHO, Josué Muniz de. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Fortaleza – CE, 2019b.

CARVALHO, Odorico Leal de. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2018.

CHAGAS, José Gilson. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Brasília – DF, 2018.

EULÁLIO, Isabel Leopoldina Dantas. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Teresina – PI, 2019.

LEAL, Adelina Maria Leopoldo Lelis. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2019.

LEAL, Maria de Lourdes Leal. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2018.

LELIS, Dimas Leopoldo. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2019.

LUZ NETO, Francisco Teotônio. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Brasília – DF, 2019.

MOURA, Raimunda Fontes de. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2019.

REGO, José dos Santos. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2019.

ROCHA, Francisca Luiza de Moura Rocha. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2018.

ROCHA, Maria Oneide Fialho Rocha. **Depoimento.** Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Picos – PI, 2019.

VASCONCELOS. Raimundo Camelo. **Depoimento**. Entrevista concedida a Higo Carlos Meneses de Sousa. Fortaleza – CE, 2019.

Livros Didáticos:

COSTA, Aída. **Português – 2ª série ginásial**, São Paulo: Editora do Brasil, 1960.

COSTA, Aída. **Admissão ao ginásio**. São Paulo: Editora do Brasil, 1969.

SERRANO, Isabel de Almeida. **Noções de Economia Doméstica**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1951.

AZEVEDO, Aroldo. *Et all.* **Programa de Admissão**. 4ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958.

Acervos Fotográficos e/ou documentais

Acervo CETI Marcos Parente

Acervo Cristina Varão/Foto Varão/Memórias de Picos

Acervo Museu Ozildo Albano e Acervo do Arquivo Público do Piauí

Adão Borges Leal

Dr. Joaquim da Silva Neto

Família Eulálio

Família Leitão

Família Lelis (Adelina, Dimas e Miriam Lelis)

Família Moura Barbosa

Família Dr. José Carlos Filho

Família Prof. Antonio de Barros Araújo

Família Raimundo Camelo de Vasconcelos

Família Prof. Inácio Baodoino

Francisca Luiza de Moura Rocha

Graziany Gerbasi Fonseca

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional

José de Moura Barbosa

Luciola Moura

Maria das Graças Formiga

Maria das Graças Muniz de Araújo

Maria de Lourdes Leal

Maria Idelzuite Leal

Maria Ivete Portela Cardoso

Maria Oneide Fialho Rocha

Mury Campos

Museu Ozildo Albano

Raimunda Fontes de Moura

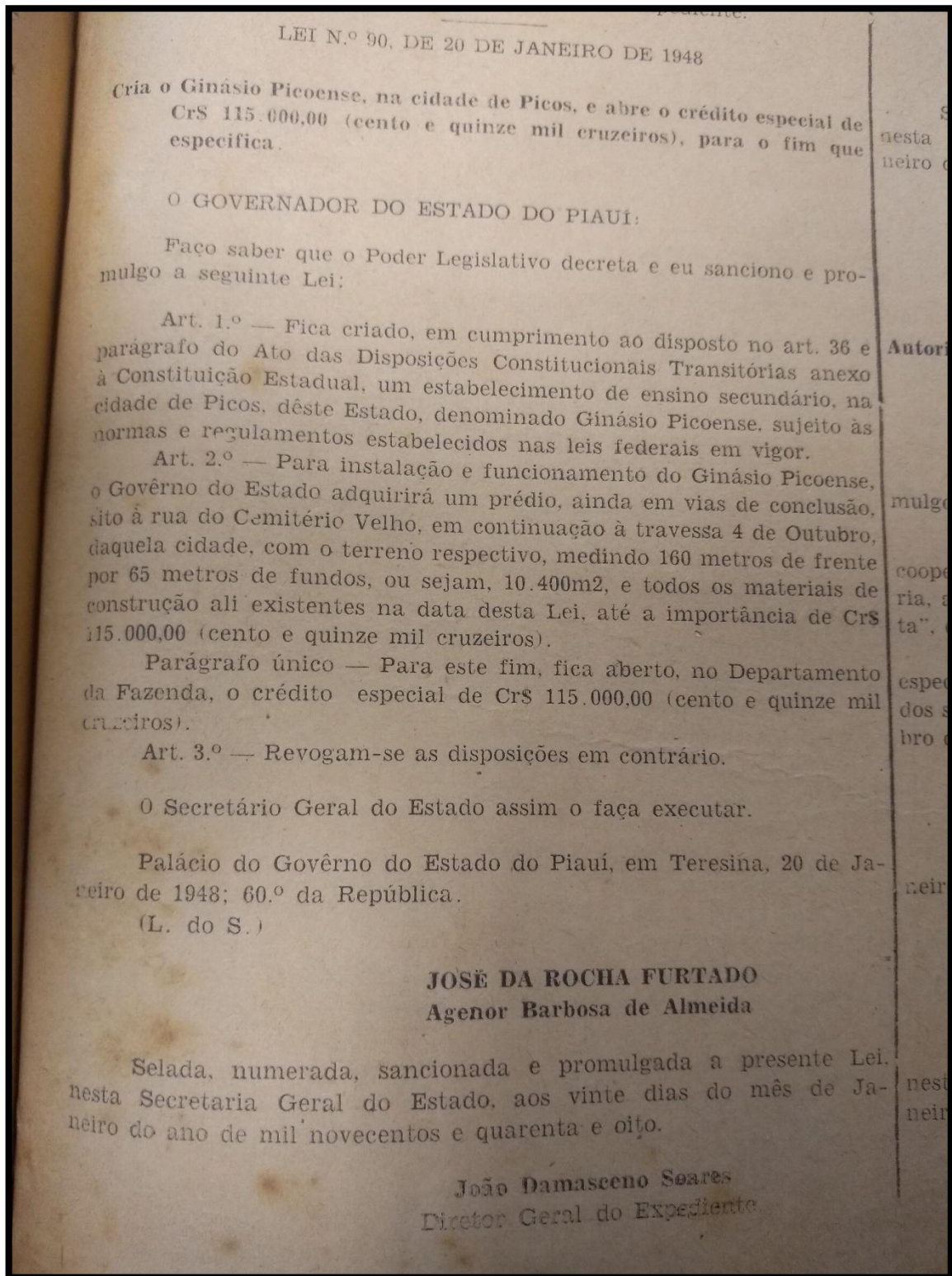
Rossini Batista dos Reis

Unidade Escolar José de Deus Barros

Wellington Araújo

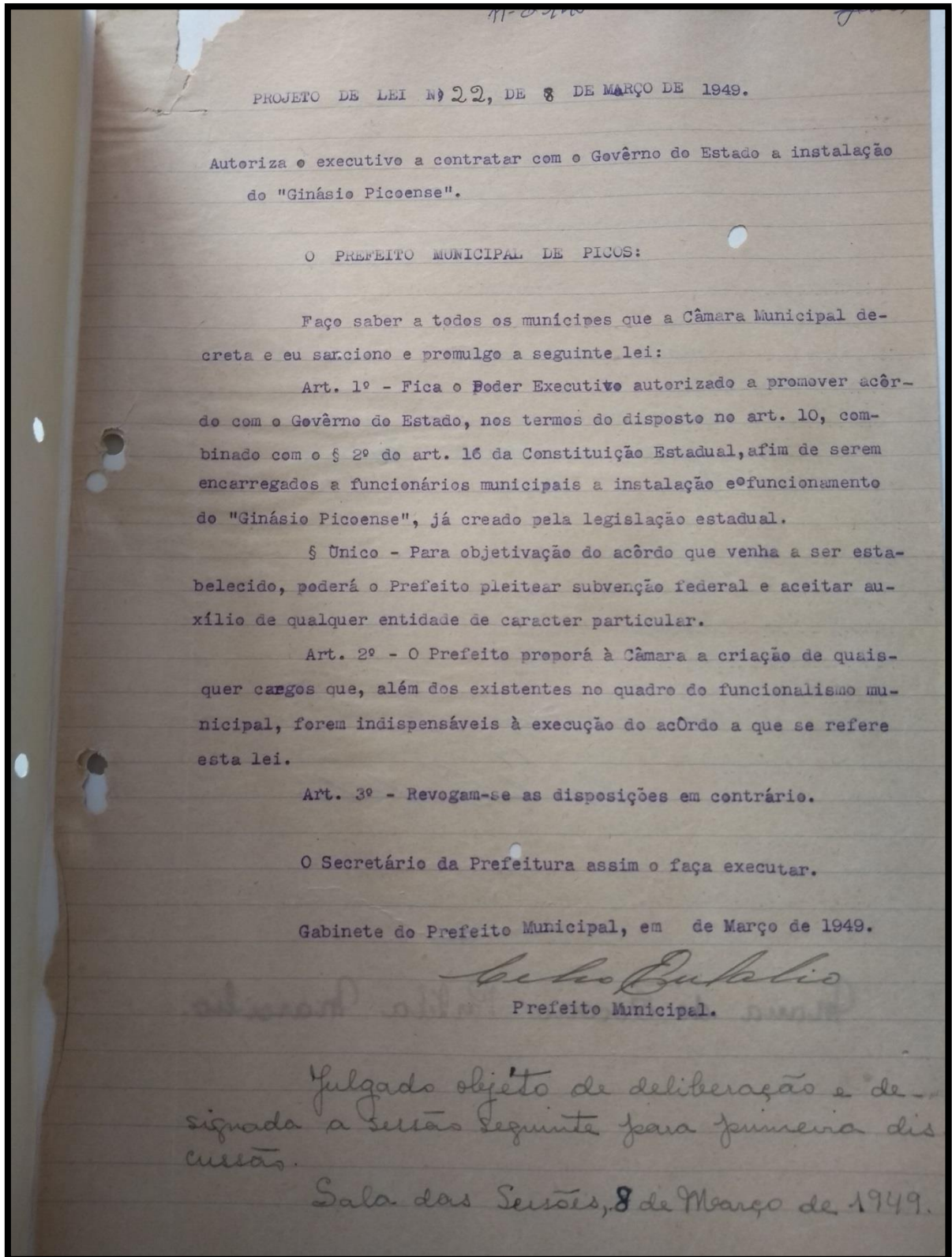
ANEXOS

ANEXO 1: LEI ESTADUAL Nº 90 DE 20/01/1948 QUE CRIOU O GINÁSIO PICOENSE



FONTE: DOCUMENTOS LEGISLATIVOS – ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ.

ANEXO 2: LEI MUNICIPAL QUE AUTORIZOU CONVÊNIO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIO



FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PICOS.

ANEXO 3: CONVENIO FIRMADO ENTRE O GINÁSIO PICOENSE E O INEP-MEC

C.E.M. 97/53

61

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS



TÉRMO DE ACÔRDO ESPECIAL CELEBRADO ENTRE
O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGI
COS, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA,
E O GINÁSIO PICOENSE, DE P I C O S

DO ESTADO DO P I A U Í
PARA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO, NA FORMA
ABAIXO:

Aos *ouze* dias do mês de *Julho*
do ano de mil novecentos e *cinquenta* e cinco, no Gabinete do Di
retor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério
da Educação e Cultura, presentes o respectivo titular - Professor
Anísio Spinola Teixeira e o DEPUTADO MARCOS SANTOS PARENTE ---
representando O GINÁSIO PICOENSE, DE P I C O S
do Estado de P I A U Í ----- foi firmado o
presente termo de Acôrdo Especial, em que foram estabelecidos os
seguintes compromissos:

Cláusula Primeira

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, tendo em
vista o disposto nas Instruções baixadas com o decreto nº 25 667,
de 15 de outubro de 1948, que regulamentou a Lei nº 59, de 11 de
agosto de 1947, concederá ao GINÁSIO PICOENSE, DE P I C O S, ESTADO DO
PIAUI -----
o auxílio de R\$60 000,00 (SESSENTA MIL CRUZEIROS) -----

cujo pagamento será realizado por intermédio de agência do Banco
do Brasil no referido Estado.

DEBITE 151.33
CREDITE 131.33

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Cláusula segunda

A despesa decorrente dêste Acôrdo será deduzida da dotação consignada na Verba 3 - Consignação 3 - Sub-consignação n. 21 - alínea 27 - item 4, do orçamento do Ministério da Educação e Cultura vigente no exercício de 1953.

Cláusula terceira

O auxílio será utilizado na execução do programa a que se refere o processo n. 3 992/53, do protocolo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Cláusula quarta

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos terá poderes para acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos concedidos, em qualquer fase da execução do programa referido na cláusula anterior.

Cláusula quinta

A entidade beneficiada com o auxílio se compromete a:

- a) - dar pleno e cabal desempenho às obrigações assumidas no presente Acôrdo;
- b) - remeter ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos circunstanciado relatório dos trabalhos executados, instruindo-o com documentação fotográfica e balancete das despesas realizadas com o auxílio federal;
- c) - dar satisfação integral aos compromissos aqui assumidos como condição para o recebimento de qualquer novo auxílio que lhe venha a ser consignado pelos poderes públicos federais.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1953

Ministério
p.p. *Luiz Antonio Paulo*

of.

ANEXO 4: COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA- 1ª LEGISLATURA 1947-1951

Deputado Estadual	Partido	Votação
Antenor Martins Neiva	UDN	3.744
Antônio Félix de Carvalho	PSD	3.545
Agenor Barbosa de Almeida	UDN	3.352
João de Moura Santos	PSD	3.118
Constantino Pereira de Sousa	PSD	2.794
Édson Dias Ferreira	PSD	2.505
Tertuliano Milton Brandão	PSD	2.270
Alcides Martins Nunes	PSD	2.208
Agenor Portela Veloso	UDN	2.208
Joaquim Lustosa Sobrinho	UDN	2.136
Hélio das Chagas Leitão	UDN	2.131
Miguel Pereira Dias de Oliveira	PSD	2.125
João Ribeiro Carvalho	UDN	2.019
Francisco Antonio Pais Landim Neto	UDN	1.977
Alberto Moura Monteiro	PSD	1.950
Otávio Miranda	PSD	1.877
Epaminondas Castelo Branco	PSD	1.850
Augusto Nogueira Paranaguá	PSD	1.848
Orlando Barbosa de Carvalho	UDN	1.823
João Mendes de Moraes	UDN	1.747
Mário Raulino	UDN	1.706
Antônio dos Santos Rocha	PSD	1.685
Antônio José de Sousa	PSD	1.657
Paulo Salgado	UDN	1.596
Wenceslau de Sampaio	UDN	1.598
Milton Costa Cardoso	UDN	1.589
Cícero Rodrigues da Luz	UDN	1.582
Humberto Reis da Silveira	PSD	1.563
Miguel de Area Leal	PSD	1.532
Valdemar Ramos Leal	PSD	1.481

José Auto de Abreu	PSD	1.368
Edgard Nogueira	PSD (Suplente convocado)	1.358
Antônio Hermenegildo de Assunção	UDN (Suplente convocado)	1.566
Gumercindo Saraiva Ribeiro	UDN (Suplente convocado)	1.354
Elias de Carvalho Magalhães	PTB	941

Fonte: Brasil (1950) e PIAUÍ (1947).

ANEXO 5: JORNAL ESTUDANTIL FLÂMULA – 1ª PUBLICAÇÃO ESTUDANTIL DO GEP

Edição de hoje
— 4 páginas —
Preço Cr\$ 1.00

FLÂMULA

ORGÃO DO GRÊMIO LITERÁRIO DA COSTA E SILVA
DO GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE

A RAIZ DA INSTRUÇÃO
É REALMENTE,
AMARGA, MAS OS
FRUTOS SÃO DOCES
SÓCRATES

ANO 1

Picuí - Picos. Sábado, 15 de Março de 1952

NUMERO 1

Inaugurada solenemente a 9 deste a Gráfica Ginásial, oficina tipografica do Grêmio Literário da Costa e Silva

O importante acontecimento se deve à generosidade do povo picoense e de verdadeiros amigos da instrução de outros municípios

Imprensa Estudantil

Aquilo dos romanos - *ARS EX EXPERIMENTO VENIT* - a nenhuma outra arte pode ter melhor aplicação do que à arte de escrever. Ninguém aprende com segurança a escrever, se não lê muito e muito não escreve.

Por outro lado, nenhuma carreira há - das que se abrem ao jovem estudante, em que não lhe seja necessária e muito capacidade para exprimir os conceitos e as conclusões de que fatalmente se terá de enriquecer sua plástica inteligência, pela aquisição dos conhecimentos científicos, patrimônio da profissão liberal em que seus pendores intelectuais e artísticos o encareiram.

Ora, nada existe que todos os estudantes leiam com maior gosto, nem em que tenham mais ansia de escrever, do que o jornal em que colaboram e que realmente fazem seus colegas, e que reflita sua vida de estudantes, seus ideais, suas esperanças, seus óbices intelectuais e - para que não dizer! - até seus amores de adolescentes.

Acresce que as atividades da imprensa dão um cunho particular e destacado a todos aqueles que plasman a mentalidade na vida do jornal, seja ele grande ou pequeno, do sertão ou das grandes metrópoles. É na influência que exerce sobre a formação do espírito democrático dos moços e na criação de acentuadas correntes de opinião, de verdadeiras ESCOLAS de pensamento, nada se lhe avanteja, a não ser talvez, a cátedra em que pantifiquem verdadeiros homens de gênio. Foi na tribuna da imprensa que Rui Barbosa formou a poderosa corrente de opinião que lhe propiciou sagrar-se o maior criador da República Brasileira e de suas primeiras instituições. Foi ela que fez de Gilberto Freyre, desde seu tempo de estudante nos Estados Unidos e como colaborador assíduo do vóvô da imprensa latino-americana - o «Diário de Pernambuco», o moldador de uma nova corrente de estudos sociológicos, em que o segue verdadeira plêiade de intelectuais em todos os ramos do pensamento brasileiro, sobretudo do norte. E se Tobias Barreto conseguiu, mais do que Rui, traçar um sulco tão profundo no pensamento e na vida dos moços de seu tempo, não foi senão graças ao que, além dos poderes do jornalismo, lhe acresceram os da cátedra eminentíssima. Sulco, aliás, não mais profundo que o que vem traçando Gilberto, justamente por exercer sua enorme influência nas duas correntes de poderes que fizeram a imortalidade do pensador sergipano.

É, pois, cheios do maior otimismo que os que têm parte na vida estudantil da mocidade de Picos vêm surgir o primeiro número do jornal a FLÂMULA, órgão literário e noticioso do «Grêmio da Costa e Silva», do «Ginásio Estadual Picoense».

É pequena chama, que se espera haverá de se tornar rutilo clarão na marcha ascensional dos que aqui aprendem bandeirala, que se espera virá a ser um penção de esperança, de civismo e de liberdade no coração da mocidade estudiosa desta terra.

O PODER DA RAÍZ DA INSTRUÇÃO

Do Estímulo dos Estudantes

ACILINO LEITE

Já houve alguém que dissesse faltar aos moços de hoje, essa inquietação de espírito, essa inquietação de espírito, os impulsos próprios da idade juvenil. De feito sob aspecto geral, a mocidade de nossos dias é fonte estagnada. O ideal, esse chama criadora que sublima e eleva a personalidade humana, já não éapanágio daqueles cujo destino está traçado no dizer de Celso Pinheiro: - «Ser moço é colaborar com Deus na obra da evolução».

Mas, indaguemos a causa de tal descabro. Seria que já não existe na alma juvenil, essa emanação perene de novos sentimentos, - a vontade construtiva e a fé renovação? Não, ao meu ver, tal como as cinzas mal apagadas que ao sópo da primeira brisa se reascendem em chamas ardentes e vivificantes, o que, realmente, falta aos nossos moços, é o estímulo de uma boa orientação capaz de despertar energias e aptidões adormecidas.

Este, seria o papel dos educadores os responsáveis pela formação moral e intelectual da mocidade. Sim, porque não basta que se imprima no espírito adolescente, os ensinamentos de natureza pura e rigidamente abrigatória. É preciso que haja um arranjo e que as idéias nascentes sejam dirigidas em todos os sentidos: Letras, Artes e tudo, enfim, capaz de desenvolver e aprimorar a mentalidade.

Que aos moços sejam apontados os ramos por onde irilharam os luminares da Sabedoria e que se lhes façam acordar na alma a sensibilidade para o Sonho e para a Grandeza. Feito isto, teremos transformado aquela fonte té que de esperanças apagadas em caudal inensa de realidades palpantes.

Vem ao encontro do que

A nossa formação intelectual

Inicialmente, apresento os meus parabéns aos componentes do Grêmio Literário «Da Costa e Silva», e em especial à sua Diretoria, pela feliz iniciativa e propositiva campanha pelos mesmos empreendida em favor da fundação do seu órgão de imprensa.

Escolhi para assunto deste simples artigo «A Nossa Formação Intelectual», visto ser ela uma das principais preocupações a que nós, estudantes, devemos nos dedicar.

Continua na 2ª página.

Declaração Inaugural

Declaramos inauguradas as oficinas da FLÂMULA, o revdm, vigário da freguesia, padre José Inácio Madeira, procedeu à cerimônia religiosa do ritual, depois do que foram as instalações abertas à vista pública, em que tomou parte grande número de ginásianos, professores, autoridades e o povo em geral.

Tecou durante a inauguração a filarmônica «Banda Municipal», cedida gentilmente pelo Sr. Prefeito Municipal, a pedido dos graficos.

Continua na 2ª página.

LUNDGREN TECIDOS S. A.

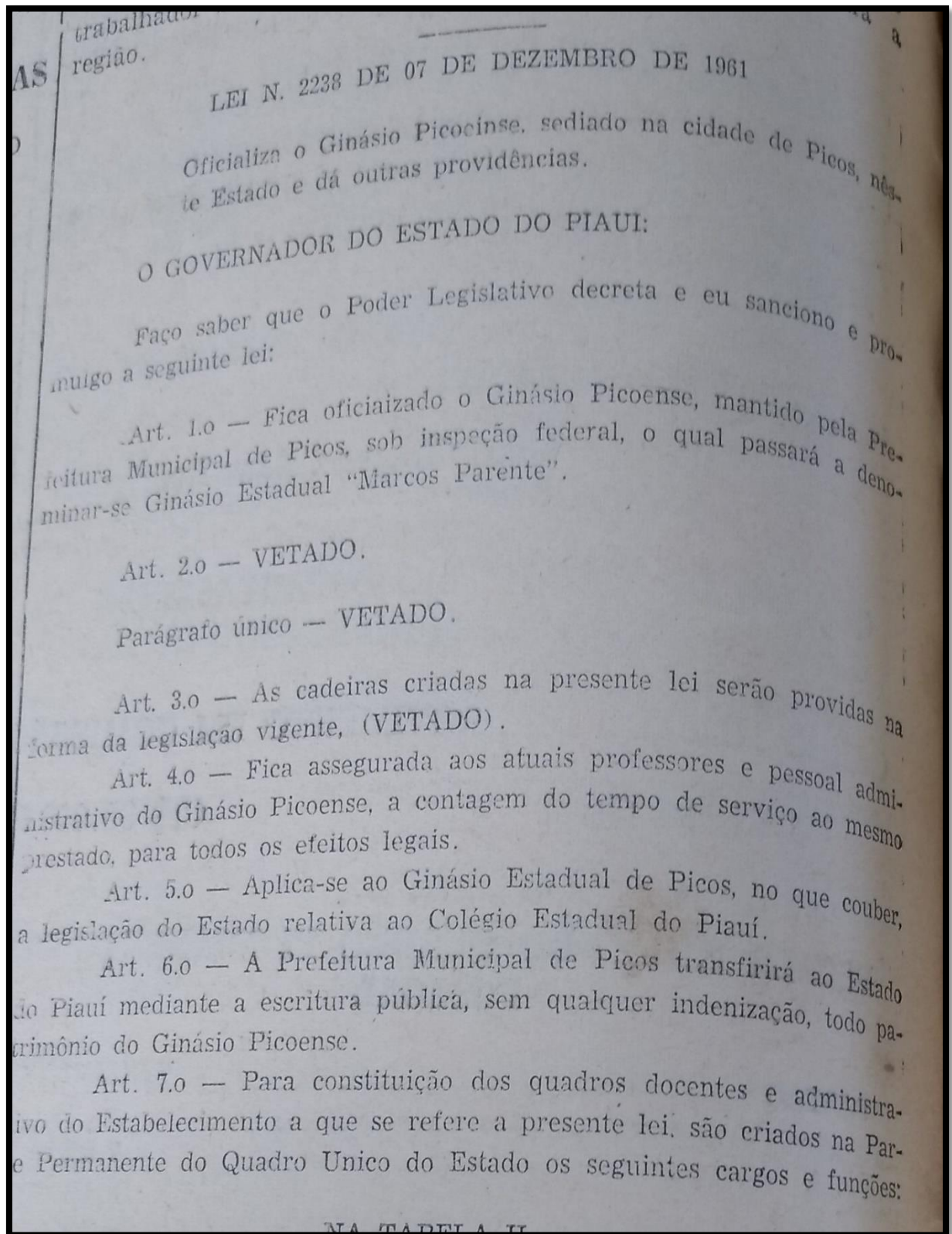
CORES FIRMES PREÇOS FIXOS

Sortimento Variado Do algodãozinho Ao linho

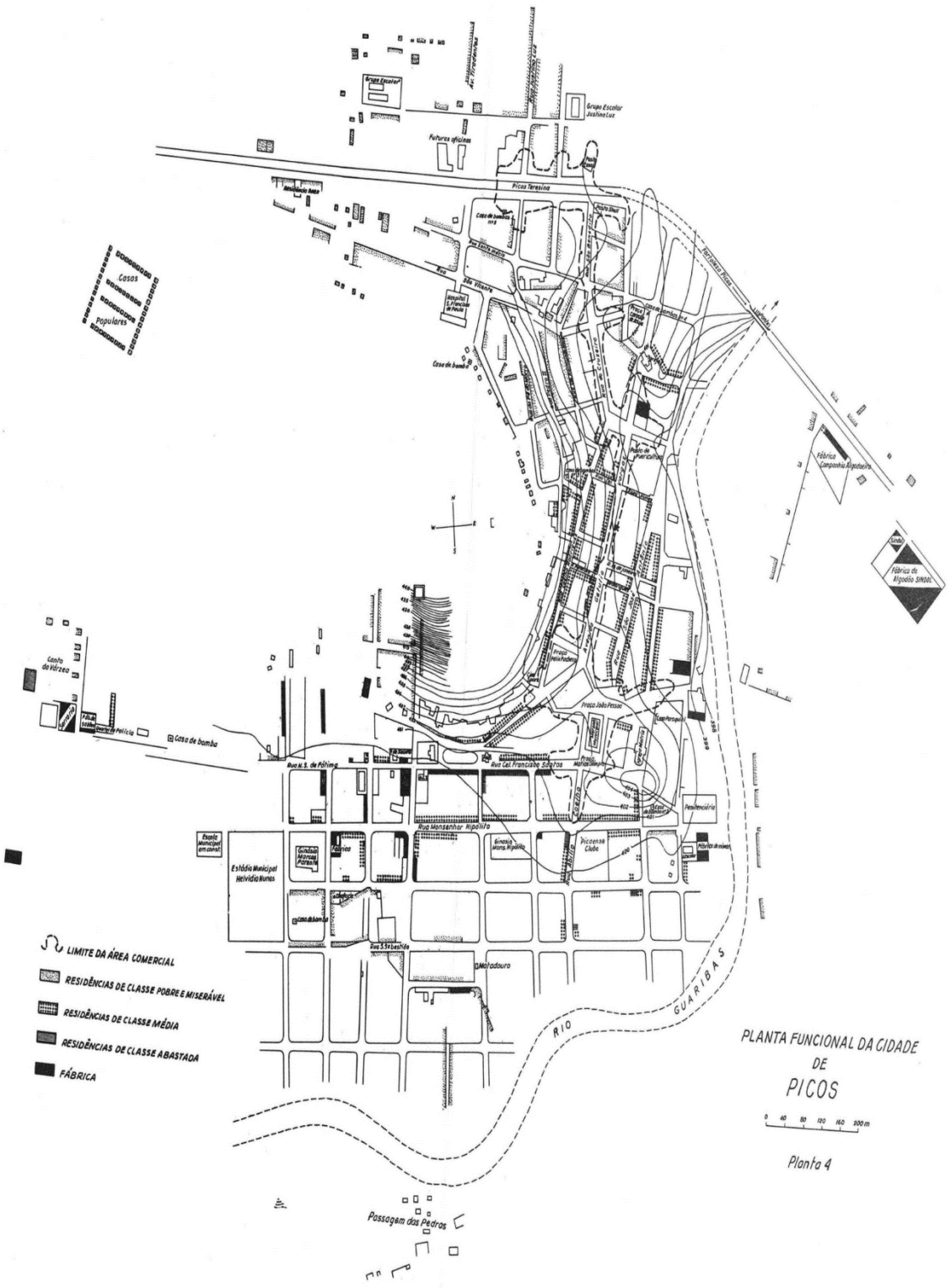
De tecidos TECIDOS EM GROSSO E A RETALHO Da chita á Melhor sêda

Em geral — PRAÇA MATIAS OLÍMPIO S/N —

ANEXO 7: LEI ESTADUAL Nº 2238 DE 1961 QUE OFICIALIZOU O GEP



ANEXO 8: MAPA FUNCIONAL DA ÁREA URBANA DE PICOS – DÉCADA DE 1960



ANEXO 9: COMPROVANTES DE PAGAMENTO DE ANUIDADE DO GEP

GINASIO ESTADUAL PICOENSE

O [redacted] N. 1517

Da 1^a Série Turma, pagou a importância de Cr\$ 90,00
(*dez entes e dez cruzeiros*)

correspondente a PRESTAÇÃO de sua anuidade referente ao
mês de _____ de 195 _____ Matrícula Cr\$ 90,00

Em 28-2-1957 Anuidade Cr\$ _____
Cláudio TOTAL Cr\$ _____

Tesoureiro

GUARDE CUIDADOSAMENTE ESTE TALAO

GINASIO MUNICIPAL PICOENSE

O [redacted] N. 1123

Da 4^a Série Turma, pagou a importância de Cr\$ 500,00
(*quinhentos cruzeiros*)

correspondente a PRESTAÇÃO de sua anuidade referente ao
mês de matrícula de 196 _____ Matrícula Cr\$ _____


Em 27-2-1963 Anuidade Cr\$ _____
Cláudio TOTAL Cr\$ 500,00

Tesoureiro

GUARDE CUIDADOSAMENTE ESTE TALAO

FONTE: CETI MARCOS PARENTE.

ANEXO 11: CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO GINASIAL – DÉCADA DE 1960


 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Ginásio Estadual "Marcos Parente"
 PICOS — PIAUÍ

N.º _____

Certificado de Aprovação em Exames de Admissão à 1.ª Série Ginasial

CERTIFICAMOS que _____

filho de _____

e de _____

natural de Canabrava-Picos-Pi nascido em 12 de maio de 1951

foi considerado aprovado, em exames de admissão à 1.ª SÉRIE GINASIAL prestado em 10 a 13 de dezembro de 1962 nos termos da LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO tendo obtido os seguintes resultados:


Português: 6,25 (6,25)	Matemática: 5,25
Geografia: 7,75	Hist. do Brasil: 8,00
Média Geral Seis oitenta um (6,81)	

Picos, 24 de dezembro de 1962

(Diretor)
 Luiz Pereira de Souza

FONTE: CETI MARCOS PARENTE.

ANEXO 12: CERTIFICADO DDE APROVAÇÃO NO EXAME DE ADMISSÃO – DÉCADA DE 1950


 ESTADO DO PIAUÍ

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
ESTADO DO PIAUÍ
 GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE
PICOS — PIAUÍ

N.º 13

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM EXAMES DE ADMISSÃO A 1ª. SÉRIE GINASIAL

Certificamos que, _____
 filho de _____
 e de _____
 natural de Picos, Piauí nascido em 9 de 6 de 1922
 foi considerado aprovado, em exame de admissão à 1.ª *Série Ginasial*,
 nos termos da LEI ORGÂNICA DE ENSINO SECUNDÁRIO (decreto-
 -lei n.º 4.244 de 9 de abril de 1942), tendo obtido os seguintes resul-
 -tados, no mês de Março de 1950

Português: pr. escr. <u>5,5</u>	pr. oral <u>8,5</u>	Média <u>4</u>
Matemática pr. escr. <u>7</u>	pr. oral <u>8</u>	Média <u>7,5</u>
Geografia <u>8</u>	Hist. do Brasil <u>7</u>	
Média geral <u>7,3</u>		()

Picos, 15 de Março de 1950

Aracis Maia (Diretor) José Anísio de Souza (Inspetor)

Modelo n. 426-1
 "Isento de selo, ex-vi do De-
 creto-lei n. 8.029, de 2-10-945"

FONTE: CETI MARCOS PARENTE.

ANEXO 13: JORNAL DO PIAUÍ 20/01/1959

JORNAL DO PIAUÍ
 Propriedade da "EDITORA PIAUIENSE LTDA."
 Responsável: José C. de Sousa Filho
 Rua Vitor a Nova Taboá, 11
 Teresina - Piauí

REDAÇÃO
 Rua 13 de Maio, 264/28
 Teresina - Piauí

De qualquer cidade, com artigos assinados sob de responsabilidade exclusiva do autor, para publicação, antes de ser enviado, deverá ser acompanhado de uma cópia em triplicado, com o original e duas cópias para a redação, com o nome do autor, endereço e cidade.

ASSINATURAS PARA O BRASIL

Um ano (12 números)	Seis meses (6 números)
Capital Cr\$ 500,00	Capital Cr\$ 100,00
Interior Cr\$ 270,00	Interior Cr\$ 130,00

OUTROS INSTADOS: Cr\$ 270,00
 Noveiro de dia Cr\$ 3,00
 a tirada \$ 4/34

Representação no Rio: CONTEMPORANÉUS
 (Serviço de Imprensa para o Interior)
 Av. Franklin Roosevelt, 194 - Cont. 7055
 RIO DE JANEIRO

Clube dos Diários
 REDE PROPRIA
 Rua Alvaro Mendes, 1272
 Teresina - Piauí

PROGRAMA PARA AS PARTIDAS CARNA-LESIAS

A Diretoria do CLUBE DOS DIÁRIOS, comete aos seus prestadores contratados, para a realização do traslado do mesmo veículo, promover enfiadas festivas e comemorativas, obedecendo ao seguinte programa:

Dias 7, 8, 9 e 10 - Dias de 10 horas.
 Dias 11 e 12 - Dias de 10 horas.
 Para as festas dos quatro dias seguintes, a partir das 8 horas do dia 12 de Fevereiro próximo vindouro, será feita uma festa sob o critério de liberdade dos seus dirigentes associados na medida de que as festas tenham alcance de massa, seja em forma de jogos, bailes, simpatias e para isso terão em vista que as crianças devem vir acompanhadas de seus pais ou responsáveis.

Na tarde da Portaria de Jaz de Alameda, encerre a boa vontade dos pais ou responsáveis, para se obterem os resultados.

Clube dos Diários
 Teresina, 20 de Janeiro de 1959
 Dr. Luiz Nidek
 Secretário
 Viato - Publicar-se
 Dr. Manoel Ayres
 Presidente

Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Segurança Pública

NOTA

Com a finalidade de evitarmos futuros constrangimentos, atendidos e Respeito a respeito a Lei, no que se refere ao pagamento à direção perseguida de veículos, chamamos a atenção do público para os seguintes artigos do Decreto-Lei Federal n. 3.051, de 25 de setembro de 1941:

Art. 101 - Ninguém poderá dirigir quaisquer veículos sem estar devidamente habilitado.

§ 1º - Para conduzir veículos automotores (automóveis, caminhões, ônibus, motocicletas ou similares) em todo o território nacional, é necessário a carteira de habilitação, que fica instituída, após autorização.

Art. 5º - É dever de todo condutor de veículos...

Ginásio "Des. Antônio Costa"
 (Reconhecido pelo governo Federal)

Felix Paschoa (antiga S. José), 1589 - P/Préprio
TERESINA - PIAUÍ

Diretores: Pof. Drs. Melo Magalhães e Domicio Magalhães - Secretário: Prof. J. R. Magalhães Filho

go os demais documentos de habilitação e de identidade, o de identificação do veículo e os que forem exigidos por lei ou regulamentos relativos à profissão do condutor.

De conformidade com os artigos 32 e 34 da Lei das Contravenções Penais, é considerado contraventor todo aquele que dirigir veículo automotor sem estar devidamente habilitado, e que (importa também em pu-

nção prevista no Código Nacional de Trânsito. Esta Diretoria torna público que tomará energias providências e diligências para verificar nos senhores pais e responsáveis que vivem maiores de 18 anos de idade dirigirem veículos automotores.

Diretoria Geral de Trânsito, em Teresina, 21/1/1959.

Dr. Mat. de Melo Filho
 Diretor Geral de Trânsito

Sociedade

ANIVERSÁRIOS

No dia 15 de mês findante completamos mais um aniversário a grata família de Eraldo Corrêa Lima Albuquerque, e hoje, também, faz anos a sua irmãzinha Vanda de Fátima Corrêa Lima Albuquerque, ambas filhas do Sr. José Edmar de G. Corrêa Lima Albuquerque, netos do nosso condeado Lino Corrêa Lima e de sua esposa D. Luíselma Sales Lima.

A data de 31 do corrente assinala a transcorrida do aniversário natalício do Dr. Lino Corrêa Lima, doutor em Medicina, Diretor do Hospital "Arlindo de Almeida", do Departamento de Saúde Pública, Prefeito Municipal de Teresina (que se encontra nesta capital e de Diretor Geral do Biliário - Tratando de assuntos de seu Instituto, Arquivo Público e Museu Teresina).

O Dr. Lindolfo, que é médico humilhado, todos os sábados à tarde, dá o conforto do seu lar para atender gratuitamente os doentes de Saúde Nova. Semelhante de loucas, no bairro Vermeiro, as crianças menos Vermeiro das da noite, não se distribuem de receitas, mas também, remédios para aliviar os sofrimentos dos pobres daquele bairro.

O visitante, que conta entre nós, com um vasto círculo de relações de amizade, do qual receberá no dia de seu aniversário, merecidas manifestações de apreço.

VIAJANTE

Regresseu no dia 24 deste a cidade de Luis Corrêa, arr. Manoel de Freitas Soares. (Dados)

Aviso ao Público

Maria José de Campello, residente na rua Arlindo Nogueira, tendo assinado uma para seu filho Pedro, em uma empreitada, com a mesma foi perdida da rodovia Teresina dia 9 (nove) do corrente, em branco, contendo o seu avulso, pelo qual este avulso ficará assinado, não assumindo responsabilidade pela perda.

Teresina, 12 de Janeiro de 1959
 Maria José de Campello

Ginásio Estadual Piauíense

Na noite de 27 do mês de dezembro do ano próximo findo, realizou-se, na Cidade de Picos, no Estado a colação de grau da sexta turma de alunos concluintes da quarta série ginásial do Ginásio Estadual Piauíense.

A retentiva honra em patrocinada e patrocinada, pelo Prof. Antônio de Barros Araújo e Dr. Helvécio Nunes de Barros, recebeu o nome de "TURMA PROF. ANTONIO DE BARRAS ARAUJO" e se compõe dos seguintes alunos:

Antônio Gonzaga Barbosa, Antônio Viana Guimarães, Cláudio Gileno de Araújo, Flávio Portela Gonçalves, Francisco de Deus Barros, Gonçalo Rodrigues Santos, João da Mata, Araújo, João Francisco de Macêdo, José do Egito Ferreira de Oliveira, José Luis de Barros, Luis Martinho de Moura, Luis Peres, de Sousa, Onildo Alves Costa Rui Barbosa Moura, Francisca Maria de Moura, Irene Santos Martins, José Dias de Alencar, Maria de Jesus Balduino de Moura, Maria de Lourdes Rodrigues, Maria do Socorro Gomes Estalido, Maria do Socorro Santos Lopes, Maria José Dantas Rocha, Maria da Conceição Morais Cortez e Teresa Leão de Jesus Lacerda.

Pelo que se verifica, a instrução ginásial naquela modesta cidade, sempre constitui uma realidade em face da grandeza presente. O qual os alunos concluintes de 1958 tiveram o modelo para a criação que os sucede e legem um exemplo de valor e empenhamento que lhes reserva o porvir.

Teresina, 2 de janeiro de 1959
 Manoel das Matilhas Moura Fé
 Rua Barroto, 893 - tel. - Ter. Pi.

Ginásio "Des. Antônio Costa"

Todos os cursos de ensino são ministrados em aulas práticas e teóricas, com a finalidade de proporcionar aos alunos uma educação integral, com o ensino de línguas, matemática, ciências, artes e esportes.

A partir de março de 1959, serão abertas as inscrições para o curso de 2ª. época, que serão realizados no primeiro trimestre de 1959.

Estão abertas as inscrições para o curso de 3ª. época, que serão realizados no primeiro trimestre de 1959.

EXAME DE APROVAÇÃO

Será realizado em março de 1959, o exame de aprovação para o curso de 2ª. época, que serão realizados no primeiro trimestre de 1959.

EXAME DE APROVAÇÃO

Será realizado em março de 1959, o exame de aprovação para o curso de 3ª. época, que serão realizados no primeiro trimestre de 1959.

Dr. Antonio Carlos Gonçalves Costa
 Ouvido - Nariz - Garganta
 CONSULTÓRIO:
 Avenida Antonino Freire, 1389
 DIARIAMENTE DAS 15 às 18 horas
 RESIDÊNCIA - Rua Elsau Martins, 1560

DR. N. MOURA FE'
 (Especialidade da Clínica Médica, Pediatra, Higiene Infantil do Hospital das Clínicas da Bahia)
 ESPECIALIDADE: ALIMENTAÇÃO E DOENÇAS DA CRIANÇA
 Consultório: - Rua Simplício Mendes, 137-N
 Residência: - Rua Arêa Leão, 281-S.
 Diariamente à tarde
 TERESINA PIAUÍ

Procurador no Rio

Oswaldo Nery de Sá, com escritório no Rio de Janeiro, à Avenida Almirante Barroso 72, encarrega-se junto às repartições federais, autárquicas, parastatais e outros órgãos oficiais, do encaminhamento de pedidos de subvenções, bem como casos de exercícios findos, etc.

Atua também junto à Câmara Federal, em casos especiais, todo sobre médica comissão.

Tratar em Teresina, com José Vieira Chaves, à rua Cel. Lisandro Nogueira n. 192.

Protetora Postal Piauíense

NOTA

De ordem do Presidente da Protetora Postal Piauíense, para conhecimento dos associados, e fica marcado o prazo de 10 de fevereiro de 1959, para a entrega dos documentos necessários para a inscrição dos associados, e para a entrega dos documentos necessários para a inscrição dos associados, e para a entrega dos documentos necessários para a inscrição dos associados.

Teresina, 23 de Janeiro de 1959.
 Joel de Sousa
 1º Secretário
 VISTO:
 Tereza Sales
 Presidente

Clínica Oseas Sampaio
 Doenças dos olhos:
 Dr. Oseas Sampaio
 Nariz, garganta e ouvidos:
 Dr. Agnelo Filho

ATENÇÃO

Vende-se, por preço de ocasião, um grupo de 7 casas, inclusive 2 terrenos, situado à Rua Benjamin Constant, equitanto com o bairro de São José, em Teresina, Piauí. Interessados procurarem o proprietário à Rua Peltz Paschoa n. 1.950, nesta cidade.

Protetora Postal Piauíense

NOTA

De ordem do Presidente da Protetora Postal Piauíense, para conhecimento dos associados, e fica marcado o prazo de 10 de fevereiro de 1959, para a entrega dos documentos necessários para a inscrição dos associados, e para a entrega dos documentos necessários para a inscrição dos associados.

Teresina, 23 de Janeiro de 1959.
 Joel de Sousa
 1º Secretário
 VISTO:
 Tereza Sales
 Presidente

Clínica Oseas Sampaio
 Doenças dos olhos:
 Dr. Oseas Sampaio
 Nariz, garganta e ouvidos:
 Dr. Agnelo Filho

ANUNCIE NO
Jornal do Piauí

DR. ARY ANDRADE
 CIRURGIÃO DENTISTA
 Diariamente das 8 às 11 e das 14 às 18 horas
 CONSULTÓRIO
 Rua Elsau Martins, 1294

DR. ARY ANDRADE
 CIRURGIÃO DENTISTA
 Diariamente das 8 às 11 e das 14 às 18 horas
 CONSULTÓRIO
 Rua Elsau Martins, 1294

Dr. Carlos S. Pedrosa
 - ADVOGADO -
 Rua Rui Barbosa, 2.049-N
 TERESINA - PIAUÍ

GUILHOTINA
 Vende-se uma guilhotina para papel
 Rua Elsau Martins, 1110, 1112

ANEXO 14: HORÁRIO DE AULAS DE 1961

Horário das Aulas pela manhã						1961.
	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	
Primeira série, Turma A						
7,45 às 8,30 hs	H. do Brasil	Francês	Matemática	Francês	-	
8,45 " 9,30 "	Latim	Desenho	Português	Geografia	Matemática	
9,45 " 10,30 "	Matemática	Geografia	Desenho	E. Manuais	Latim	
10,45 " 11,30 "	Português	Canto	E. Manuais	Religião	H. do B.	
11,45 " 12,30 "	-	-	-	-	Português	
Primeira série, Turma B						
7,45 às 8,30 hs	Latim	Canto	-	-	Matemática	
8,45 " 9,30 "	Português	Francês	E. Manuais	Francês	Português	
9,45 " 10,30 "	H. do Brasil	Desenho	Português	Religião	H. do B.	
10,45 " 11,30 "	Matemática	Geografia	Desenho	E. Manuais	Latim	
11,45 " 12,30 "	-	-	Matemática	Geografia	-	
Segunda série						
7,45 às 8,30 hs	Português	Desenho	-	Geografia	Português	
8,45 " 9,30 "	Matemática	História	Matemática	E. Manuais	Desenho	
9,45 " 10,30 "	Latim	Francês	E. Manuais	História	Matemática	
10,45 " 11,30 "	-	Religião	Latim	Canto	-	
11,45 " 12,30 "	-	Geografia	Português	Francês	-	
Terceira série						
7,45 às 8,35 hs	Matemática	E. Doméstica	C. Naturais	E. Doméstica	Desenho	
8,45 " 9,35 "	C. Naturais	Geografia	Desenho	História	C. Naturais	
9,45 " 10,35 "	Português	Religião	Matemática	Francês	Português	
10,45 " 11,35 "	Canto	História	Português	Geografia	Matemática	
11,45 " 12,35 "	Latim	Francês	Latim	-	-	
Quarta série						
7,45 às 8,35 hs	C. Naturais	Geografia	Português	H. Geral	E. Doméstica	
8,45 " 9,35 "	H. do Brasil	E. Doméstica	C. Naturais	C. Naturais	H. do B.	
9,45 " 10,35 "	Canto	H. Geral	Latim	Geografia	Desenho	
10,45 " 11,35 "	Latim	Francês	Matemática	Francês	Português	
11,45 " 12,35 "	Matemática	Religião	-	-	Matemática	

FONTE: CETI MARCOS PARENTE.

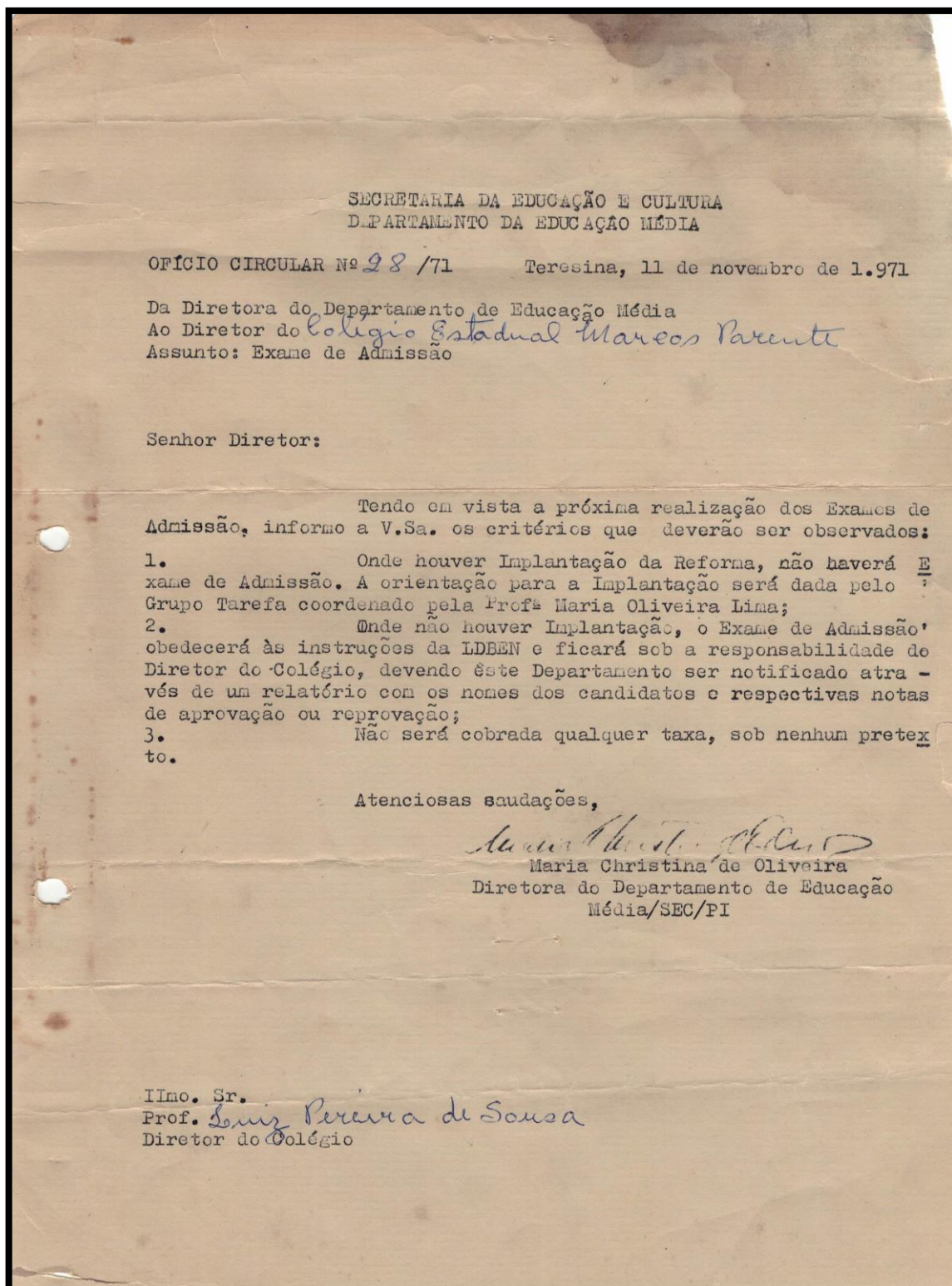
ANEXO 15: ATA DE INAUGURAÇÃO DO GEP - 1950

Vidal

Ata da reunião inaugural do "Ginásio Estadual
Pioense"

Dos nove dias do mês de Março de mil nove
e cinquenta, nesta cidade de Picos, do Estado
de Pernambuco, sob a presidência do Excmo.
governador do Estado, Dr. José da Rocha Couto
e com a presença dos Srs. Senadores, Moisés
Olimpio de Melo e Leuz Mendez Ribeiro, Governador
dos Srs. Deputados Djalma Diniz de Almeida
Aguiar, Antônio de Sá e Helio das Chagas Leite,
Diretor da "Escola Estadual", Dr. Demétrio
de Sá, do Chefe da Casa Militar do Governador,
Major Gervásio Saraiva Ribeiro, do
Presidente Municipal, Celso Cabral, do Presidente
Municipal, José de Sousa Araújo, do
Presidente Municipal de Volença, Eustáquio Torres,
do "Inspetor do Ensino", Dr. Dindis José de S.
do Ensino, juiz de Direito da Comarca, Dr. Vidal
de Freitas, de professores, servidores, várias
das autoridades, incluindo o Deputado Dr.
Raimundo Meira, diversos senhores e respectivas
famílias, numerosas pessoas convidadas, est
presentes e grande massa popular, realizou
a inauguração do "Ginásio Estadual Pioense"
no prédio destinado ao seu funcionamento
situado na "Praça da Bandeira", sendo orador oficial
da solenidade, o Excmo. Dr. Vidal de Freitas
fazendo fado de acordo com o programa,
Dr. José Gregório Ribeiro e o Excmo. Dr. Governador
do Estado, que, declarando inaugurado

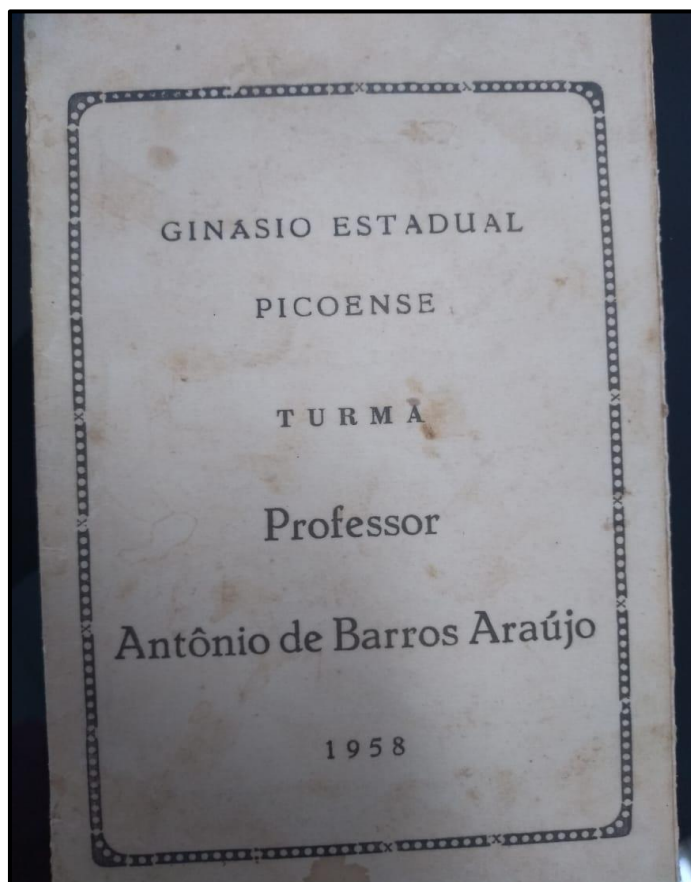
ANEXO 17: CORRESPONDÊNCIA SOBRE O EXAME DE ADMISSÃO - 1971



FONTE: CETI MARCOS PARENTE.

ANEXO 19: CONVITE CONCLUDENTES – TURMA DE 1958.

<p style="text-align: center;"><u>CONVITE</u></p> <p>Os Concludentes de 1958, do GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE, têm a subida honra de convidar V. Excia. e Exma. Família para as solenidades de sua colação de grau, a se realizarem, nesta Cidade, nos dias 26 e 27 do mês corrente.</p> <p style="text-align: center;"><u>PROGRAMA</u></p> <p>Dia 26 - às 6 horas - Missa de Ação de Graças, na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, celebrada pelo Revmo. Sr. Padre José Inácio de Jesus Madeira, DD. Pároco de Picos.</p> <p>Dia 27 - às 20 horas - Solene Colação de Grau no Cine Ideal. às 22 horas - Festival no Picoense Clube.</p> <p style="text-align: center;">Picos, Piauí, 18 de Dezembro de 1958. A Comissão Organizadora.</p>	<p style="text-align: center;"><u>CONCLUDENTES</u></p> <p>Antônio Gonzaga Barbosa Antônio Viana Guimarães Cláudio Galeão de Araújo Rui Barbosa de Moura Ovídio Alves Costa Luiz Martiros de Moura Genálio Rodrigues Santos</p> <p>José do Egito Ferreira de Oliveira João Francisco de Macêdo João da Mata Araújo Francisca Maria de Moura José Luiz de Barros Francisco de Deus Barros Teresa Leda de Jesus Luz Maria de Lourdes Rodrigues</p> <p>Filandro Portela Gonçalves Josélia Dias de Alencar Maria do Socorro Gomes Eulálio Maria do Socorro Santos Lopes Maria José Dantas Rocha Irene Santos Martins Maria de Jesus Balduino de Moura Maria da Conceição Moraes Cortez Luiz Pereira de Sousa (Orador)</p>	<p style="text-align: center;"><u>PATRONO</u></p> <p><i>Prof. Antônio de Barros Araújo</i></p> <p style="text-align: center;"><u>PARANINHO</u></p> <p><i>Dr. Helvécio Nunes de Barros</i></p> <p style="text-align: center;"><u>HOMENAGEM ESPECIAL</u></p> <p><i>Prof. Manoel dos Martírios Moura Fê</i> <i>Prof. Dr. José Ribamar dos Reis</i></p> <p style="text-align: center;"><u>DIRETOR</u></p> <p><i>Pe. David Ângelo Leal</i></p> <p style="text-align: center;"><u>HOMENAGEADOS</u></p> <p><i>Prof. Dr. José dos Santos Fossêca</i> <i>Profa. Maria Neiva Eulálio Dantas</i> <i>Profa. Lúzia de Moura Barros</i> <i>Profa. Célia de Castro Neiva</i> <i>Profa. Maria dos Remédios Carvalho</i> <i>Secr. Teresa Neuman de Jesus Luz.</i></p>
---	--	--



FONTE: LUCÍOLA MOURA.

ANEXO 20: BIBLIOTECA DO GRÊMIO HELVÍDIO NUNES – DÉCADA DE 1960.

DEPARTAMENTO Cultural do Grêmio Estudantil "Helvidio Nunes"

NOTA AOS SOCIOS

Temos a satisfação de comunicar aos Gremistas que se encontra em funcionamento, em todos os periodos vagos e regreio, a BIBLIOTECA, em uma das salas do Científico. E obedecendo o seguinte horário:

DIURNO

Segunda Feira - - - - -	2ª Série
Terça "	1ª " B
quarta "	1ª " C
quinta "	3ª e 1ª série A
sexta "	4ª serie

Noturno

Segunda Feira - - - -	1ª Série
3ª "	2ª "
4ª "	3ª "
5ª "	4ª "
6ª "	Científico

OBS: As consultas só poderão ser feitas na Biblioteca; Não podendo os socios levar os livros para casa.

Picos, 19 de setembro de 1966

visto Diretor

Grazianhy Fonseca
Grazianhy Fonseca
Diretor Dep. Cultural

José Santos Rêgo
José Santos Rêgo
Presidente Grêmio

ANEXO 21: FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO – DÉCADA DE 1960

GINÁSIO ESTADUAL "MARCOS PARENTE"

PICOS - PIAUI

FICHA INDIVIDUAL DO ANO LETIVO DE 1964

Nome do aluno _____

Curso _____ Turno _____ Série 4ª Turma _____

1.ª ÉPOCA		Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Ciências Naturais	H. do Brasil	H. Geral	Geografia	Trabalhos Manuais	Desenho	Canto
ARGUIÇÕES	Abril	3,5	X	1,5	X	50	70	X	20	X	X	90	90
	Maio	60		40		60	45		90			40	90
	Agosto	70		50		70	80		60			60	80
	Setembro	85		50		80	90		70			60	80
	Outubro	35		85		90	dez		90			60	80
	TOTAL	285		240		350	385		330			310	420
TOTAL ANUAL		57		4,8		70	7,7		6,6			62	8,4
PROVAS	1.ª Parcial	50		20		25	80		70			70	60
	2.ª Parcial	25		55		50	dez		dez			50	60
Médias Ponderadas	Nota anual exercicio X 4	228		19,2		280	308		264			248	336
	1.ª Pr. X 3	150		60		75	240		210			210	180
	2.ª Pr. X 3	115		165		150	300		300			150	180
	TOTAL	463		40,7		505	848		774			608	696
NOTA FINAL		46		4,2		51	85		7,7			61	70

TOTAL 43,2 NOTA GLOBAL 6,2 RESULTADO Aprovado

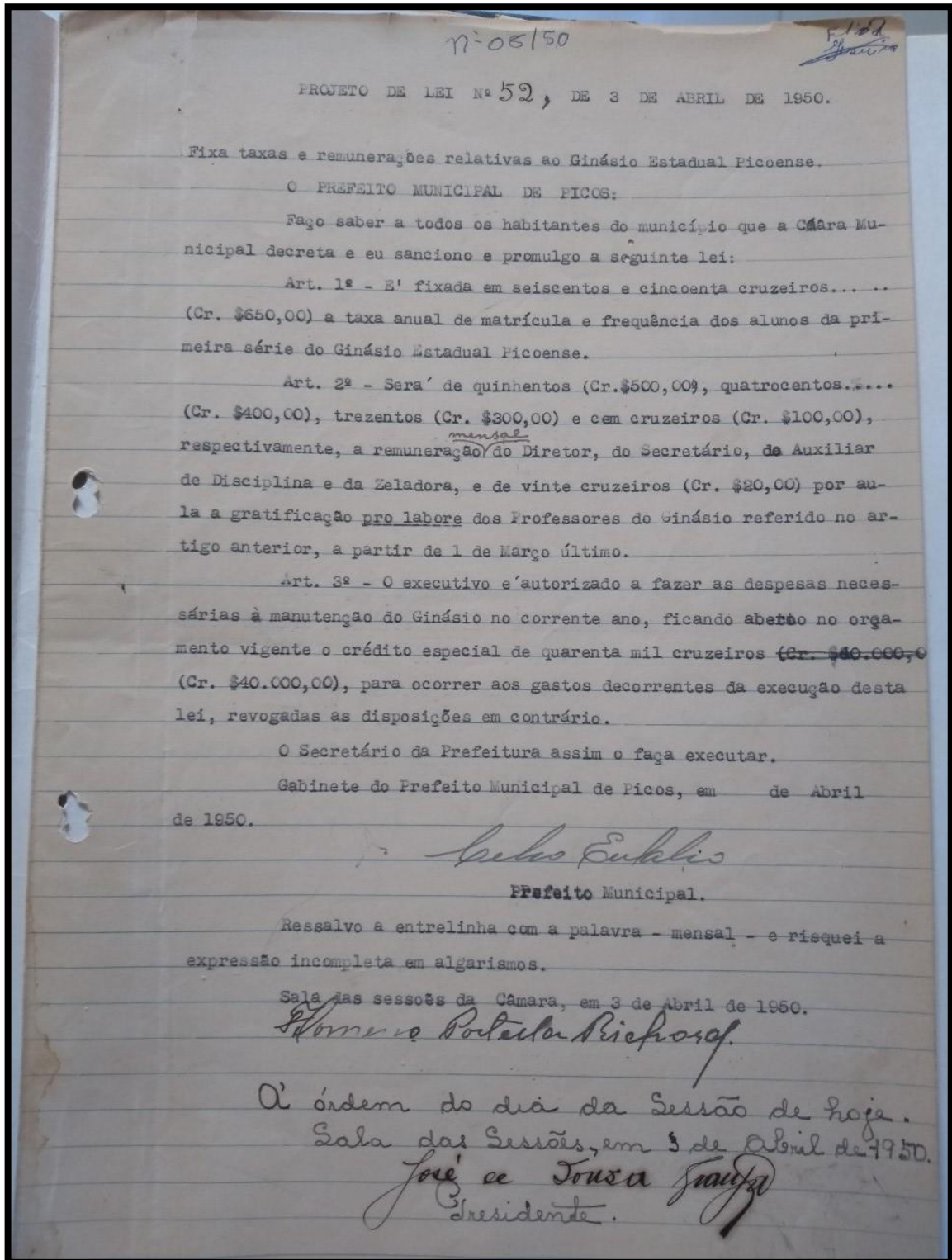
2.ª ÉPOCA

Prova Escrita													
Média 2.ª ÉPOCA X 4													
Nota anual exercicio X 4													
1.ª Pr. X 1													
2.ª Pr. X 1													
TOTAL:													
NOTA FINAL													

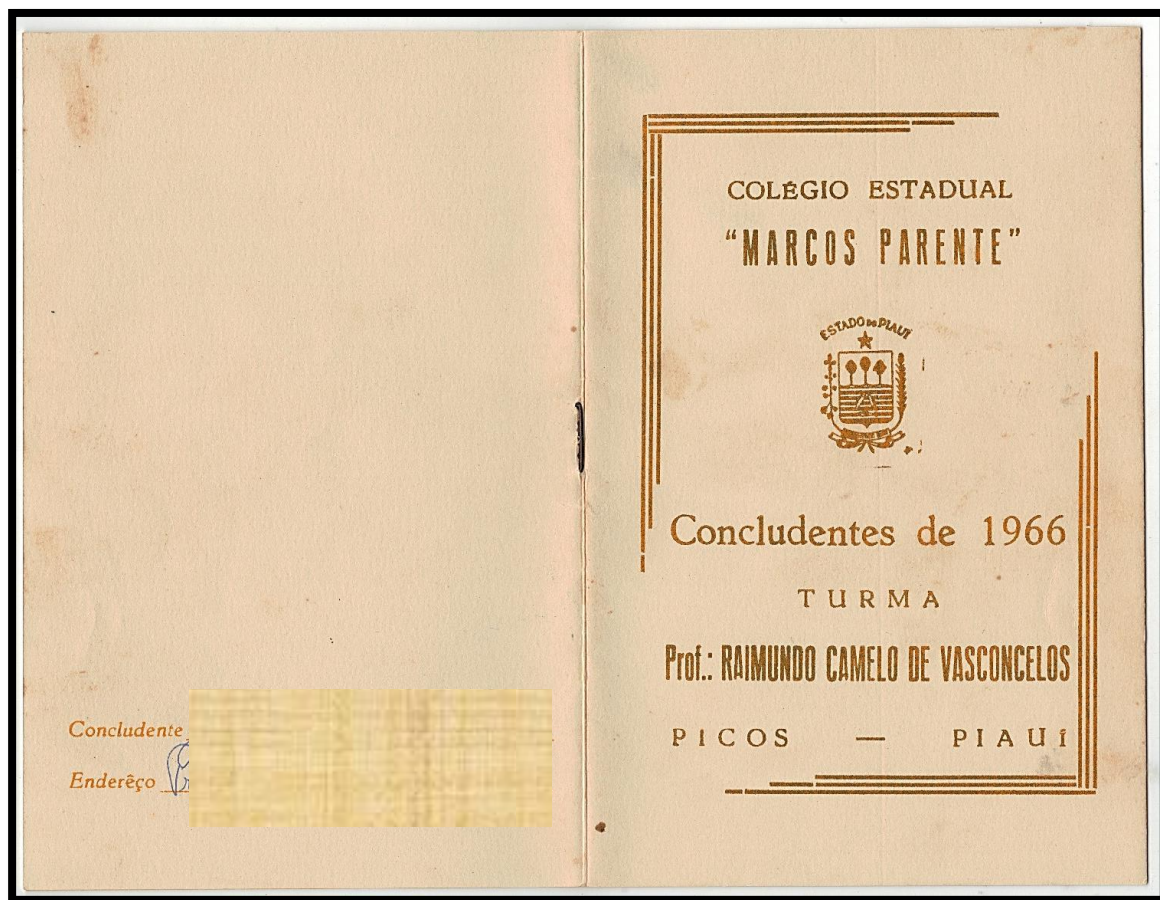
TOTAL _____ NOTA GLOBAL _____ RESULTADO _____

Visto do Inspetor _____

ANEXO 23: LEI MUNICIPAL QUE REGULAMENTA A COBRANÇA DE ANUIDADES - 1950



ANEXO 24: CONVITE DE FORMATURA – TURMA DE 1966



FONTE: ONEIDE ROCHA.

ANEXO 26: CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO – 1968 - MANHÃ

COLÉGIO ESTADUAL "MARCOS PARENTE"
 "GINÁSIO ESTADUAL PICOENSE"
 Picos Fiauí
 Turno Diurno - MANHÃ

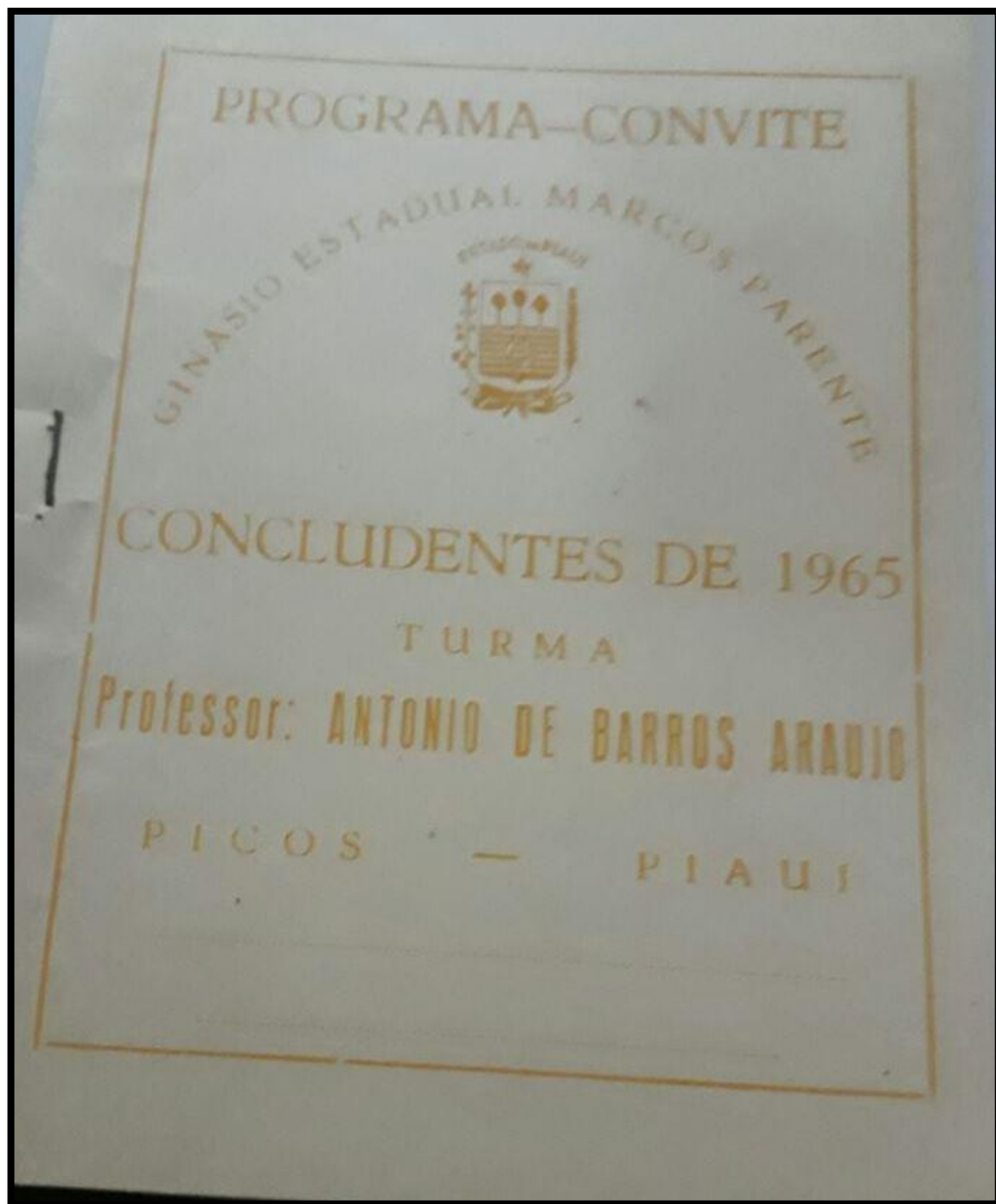
ANO LETIVO DE 1968 CURSO GINASIAL
 Corpo Docente em exercício

Série	Matérias	Nome do professor	N.º registo	Reservado para o visto da Secção de Registo
2ª B	Português	Antônio de Barros Araújo	D-30.643	
"	Frances	José de Deus Barros	9.916	
"	Matemática	Luiz Pereira de Sousa		
"	In.ª Ciências	Luizia Moura Barros		
"	H. do Brasil	Céliadde Castro Neiva	D-31.656	
"	G. do Brasil	Maria do Amparo de Araújo Barros		
"	A. Industriais	Maria do Amparo de Araújo Barros		
"	Canto	Maria dos Remédios Carvalho		
"	Religião	Pe. Geraldo Gereon		
"	Ed. Física	Maria das Dores Xavier de Oliveira XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
2ª C	Português	Moacir Macedo de Albuquerque		
"	Frances	José de Deus Barros	9.916	
"	Matemática	João de Deus Neto		
"	In.ª Ciências	Luizia Moura Barros		
"	H. do Brasil	Célia de Castro Neiva		
"	G. do Brasil	Maria do Amparo de Araújo Barros		
"	A. Industriais	Maria do Amparo de Araújo Barros		
"	Canto	Maria dos Remédios Carvalho		
"	Religião	Pe. Geraldo Gereon		
"	Ed. Física	Maria das Dores Xavier de Oliveira XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
2ª D	Português	Maria dos Remédios Araújo		
"	Frances	José de Deus Barros	9.916	
"	Matemática	Maria dos Remédios de Araújo		
"	In.ª Ciências	Luizia Moura Barros		
"	H. do Brasil	Célia de Castro Neiva	D-31.656	
"	G. do Brasil	Maria do Amparo de Araújo Barros		
"	A. Industriais	Maria do Amparo de Araújo Barros		
"	Canto	Maria dos Remédios Carvalho		
"	Religião	Irmã Maria do Sudário		
"	Ed. Física	Eloí Pereira de Sousa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
3ª A	Português	Antonio de Barros Araujo	D-30.643	
"	Ingles	Daise Meyer Cavalcante de Albuquerque		
"	Matemática	João de Deus Neto		
"	H. Geral	Célia de Castro Neiva	D-31.656	
"	G. Geral	José dos Santos Fonseca		
"	T.Comerciais	Luiz Pereira de Sousa		
"	Desenho	Maria Neiva Eulálio Dantas	D-39.040	
"	Religião	Irmã Maria do Sudário		
"	Ed. Física	Eloí Pereira de Sousa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
3ª B	Português	Antonio de Barros Araújo	D-30.643	

ANEXO 27: JUBILEU DE 25 ANOS DO GEP (1972)

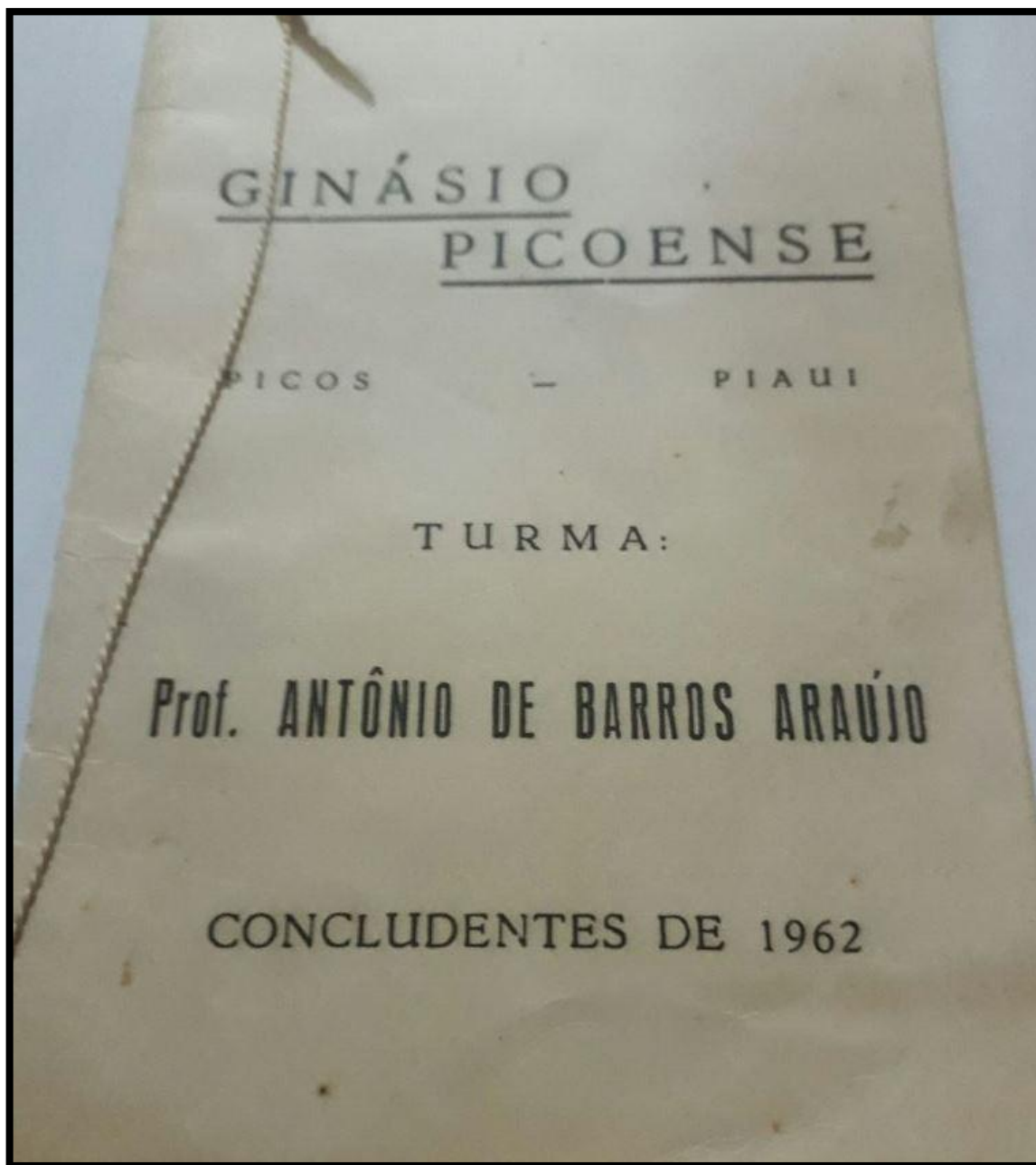
FONTE: ONEIDE ROCHA.

ANEXO 28: CONVITE FORMATURA - 1965



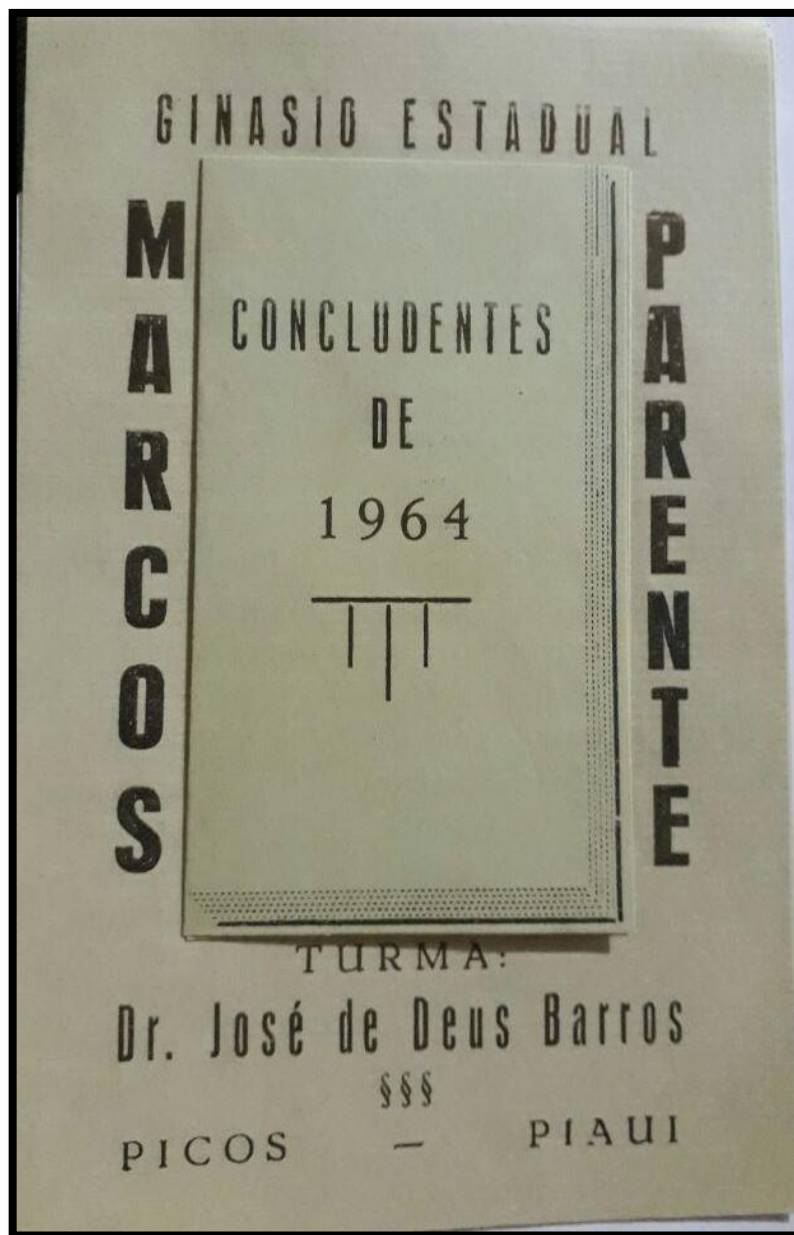
FONTE: ONEIDE ROCHA.

ANEXO 29: CONVITE FORMATURA – 1962





FONTE: ONEIDE ROCHA.

ANEXO 30: CONVITE DE FORMATURA - 1964



FONTE: ONEIDE ROCHA.

ANEXO 31: PARECER CEP/UFPI

	UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: UM GINÁSIO PARA A SOCIEDADE PICOENSE: Investigando a cultura escolar de uma Instituição de ensino secundário em Picos - PI (1950-1971)		
Pesquisador: HIGO CARLOS MENESES DE SOUSA		
Área Temática:		
Versão: 1		
CAAE: 03455418.1.0000.5214		
Instituição Proponente: Universidade Federal do Piauí - UFPI		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 3.070.213		
Apresentação do Projeto:		
As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1263640.pdf, de 26/11/2018), o Projeto Detalhado (PROJETOMESTRADO.pdf, de 23/11/2018); Termos de Consentimentos Livres e Esclarecidos (TCLEEXALUNO.pdf, TCLEXFUNCIONARIO.pdf, TCLEEXPROFESSOR.pdf de 23/11/2018).		
RESUMO		
Essa pesquisa pretende analisar a cultura escolar do Ginásio Picoense entre 1950 e 1971, partindo dessa análise poderemos entender como se processou a instalação do ensino secundário ginasial público em Picos, o modo como estava organizado o ginásio, além de compreender e interpretar as práticas e vivências de dos sujeitos do ginásio. Essa instituição escola situa-se na cidade de Picos, Estado do Piauí, atualmente com a denominação de Centro Estadual de Tempo Integral Marcos Parente, foi criada pelo Governo do Estado do Piauí que conseguiu junto a Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação autorização para seu funcionamento em 1950, porém foi mantido até 1963 com recursos dos cofres municipais, sendo a única instituição de ensino ginasial do município até 1971. Na realização da investigação serão utilizados os referenciais teóricos e metodológicos da Nova História Cultural, tomando como base as categorias		
Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa Bairro: Ininga CEP: 64.049-550 UF: PI Município: TERESINA Telefone: (86)3237-2332 Fax: (86)3237-2332 E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br		

ANEXO 32: AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

CETI MARCOS PARENTE

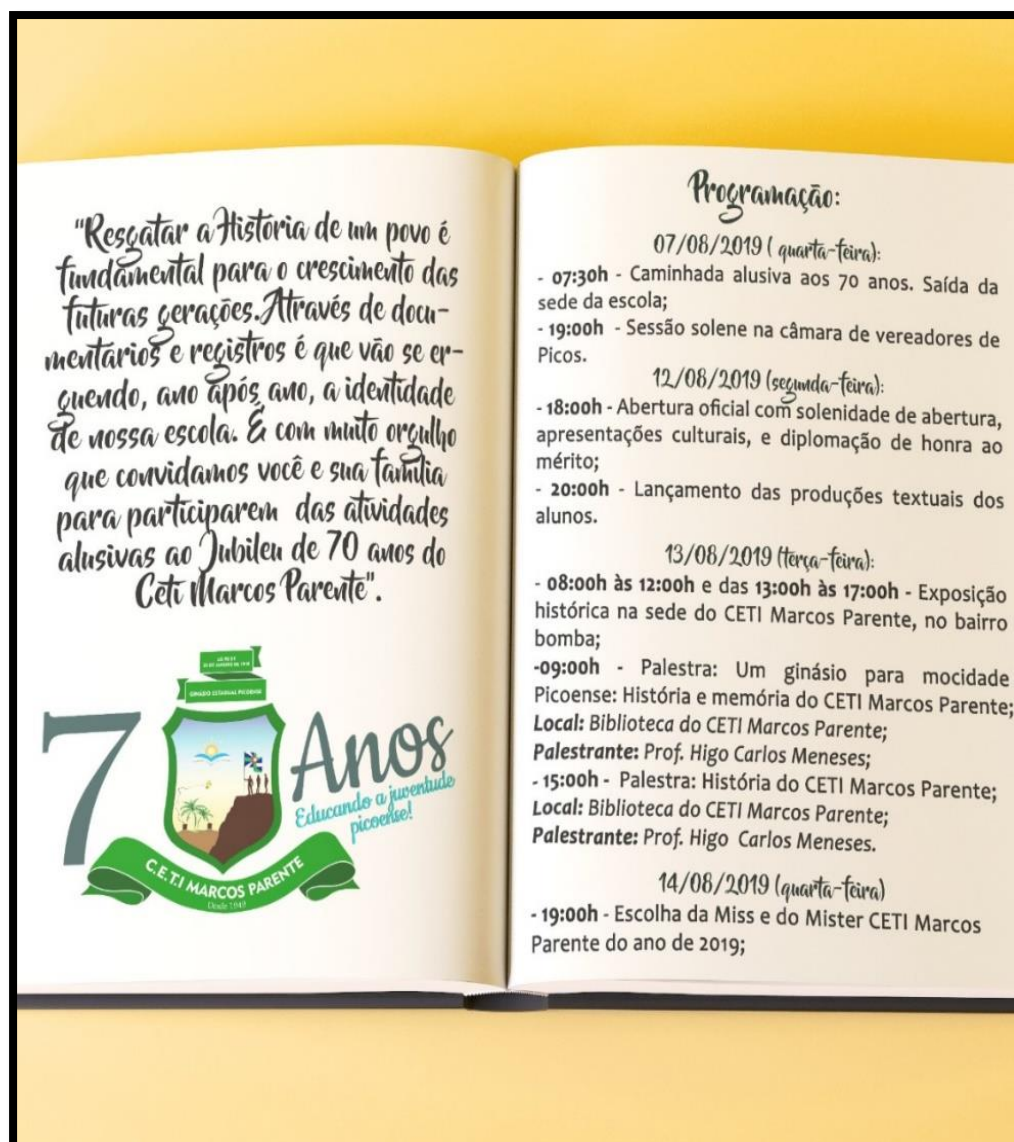
EDUCAÇÃO
Secretaria de Estado
da Educação / SEDUCAUTORIZAÇÃO DA INSTITUCIONAL

Eu, GEFERSON FRANCISCO DE SOUSA, Diretor do Centro Estadual de Educação Integral Marcos Parente, localizado na Rua Luís Nunes, 100, Bairro Bomba 64.601-237 Picos – PI, Fone: (89) 99974-5510, autorizo o pesquisador Higo Carlos Meneses de Sousa, CPF _____ e RG: _____ PI, aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal do Piauí, Teresina – PI – UFPI, com matrícula nº 20181003118, responsável pelo estudo intitulado: “Um ginásio para mocidade picoense : investigando a cultura escolar de uma instituição de ensino secundário em Picos-PI, 1950-197”, que tem como objetivos: Investigar a cultura escolar do ginásio picoense, primeira escola de ensino ginásial de Picos, atualmente com a denominação de CETI Marcos Parente; Entender como se processou a criação do ensino secundário de nível ginásial público em Picos; Compreender a organização e a cultura material do Ginásio Picoense; Analisar o funcionamento do ginásio por meio das práticas e vivências de seus sujeitos, a realizar a pesquisa no arquivo deste Centro Estadual de Educação de Tempo Integral.

Picos - PI, 21 de NOVEMBRO de 2018.


 Geferson Francisco de Sousa
 DIRETOR
Port.
CPF
 Centro Estadual de Educação Integral
 Marcos Parente
 Rua Luís Nunes, 100 - Bairro Bomba Picos-PI
Rua Cel. Luís Nunes, 100 – Bairro Bomba – Picos/PI
CEP: 64.601 - 237

ANEXO 33: ACERVO FOTOGRÁFICO – JUBILEU DE 70 ANOS DO GEP (2019)









[Email - Prof. Higo Meneses - Ou...](#) |
 [NEAD/UESPI - Educação a distâ...](#) |
 [\(168\) DOCUMENTÁRIO 70 ANOS](#) |
 [Colégio Marcos Parente comem...](#)

[gp1.com.br/noticias/colégio-marcos-parente-comemora-70-anos-de-fundacao-em-picos-458831.html](#)

Últimas notícias: Ações

Picos - PI

Colégio Marcos Parente comemora 70 anos de fundação em Picos

A programação festiva começa no próximo dia 7 de agosto e segue até 14 do mesmo mês com várias atividades.


JOSÉ MARIA BARROS
 PICOS

22/07/2019 17h27

 Apontada como uma das mais tradicionais escolas de Picos, o Colégio Estadual Marcos Parente comemora 70 anos de fundação. A programação festiva começa no próximo dia 7 de agosto e vai até 14 do mesmo mês com várias atividades.





 Atualmente denominado de Centro Estadual de Tempo Integral (CETI) Marcos Parente, o Colégio fica situado na Rua Luís Nunes, 102, e disponibiliza para os seus alunos ensino fundamental e ensino médio.

Foto: José Maria Barros/GP1

PIAUI

23/08/2019 - 15h25
 Dentista Delzuite Macêdo recorre ao TJ e pede diminuição da pena

23/08/2019 - 15h13
 Audiência na Alepi vai discutir reforma Tributária com deputado Rossi

23/08/2019 - 14h47
 DER-PI autoriza reinício das obras na PI 112 em 02 de setembro

Estabelecendo conexão segura...

PT 16:31 23/08/2019





Browser tabs: Email - Prof. Higo Meneses - O... x | NEAD/UESPI - Educação a dist... x | (168) DOCUMENTÁRIO 70 ANO... x | marcos parente 70 anos - Pesq... x | PICOS | CETI Marcos Parente co... x

Browser address bar: Não seguro | cidadesnnet.com/news/destaque-3/picos-ceti-marcos-parente-completa-70-anos-e-realiza-serie-de-eventos-em-comemoracao-a-data/

Navigation: ENTRETENIMENTO ESPORTES GERAL MUNICÍPIOS POLÍCIA POLÍTICA FOTOS BLOGS

Logo: cidadesnnet



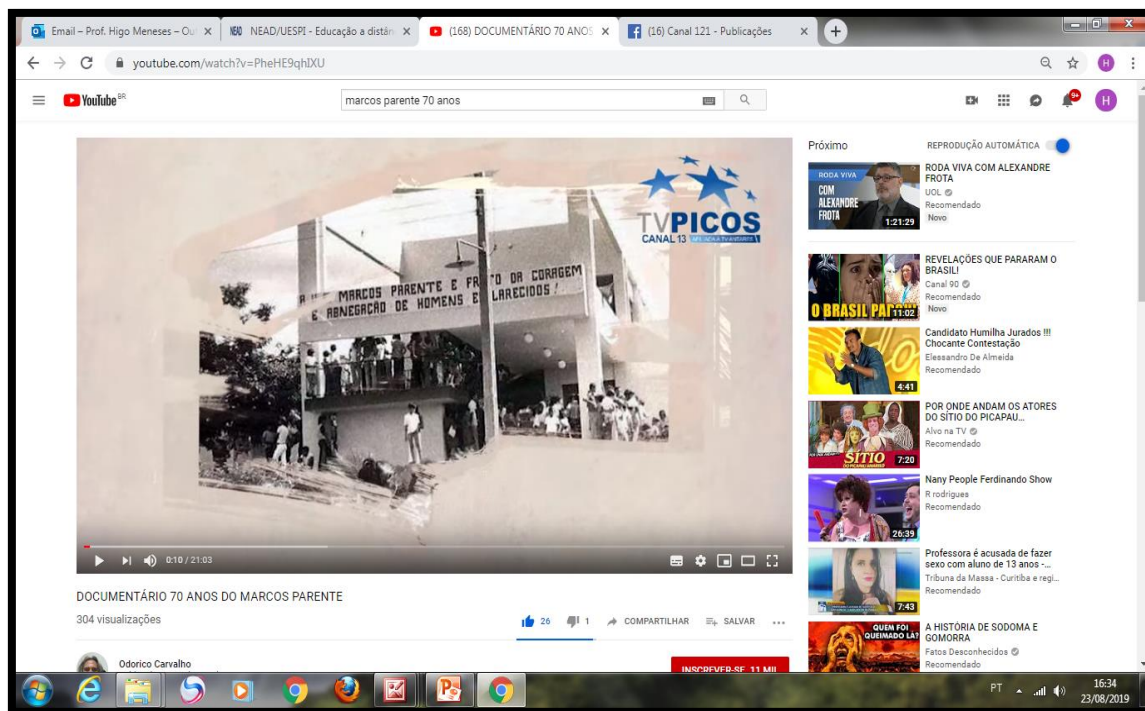
Publicado por: Jaqueline Figueredo | Data: 07/08/19
▲Jaqueline Figueredo 0

PICOS | CETI Marcos Parente completa 70 anos e realiza série de eventos em comemoração à data

O Centro Estadual de Tempo Integrado Marcos Parente realizou na manhã desta quarta-feira (07) uma caminha com os

Logos: A.C. Salão Destak (Adriana e Carla) - Trabalhamos com as marcas: Soico, Loral, Adella, Revlon e Mediterami (80) 999270850 999846283; Joelma VIAGENS & EXCURSÕES (ONDE SEU SONHO TORNA-SE REALIDADE)

Taskbar: Windows Start, Internet Explorer, Firefox, Chrome, Edge, Word, PowerPoint, File Explorer, Task View, Search, Network, Volume, 16:28 23/08/2019



Link do documentário sobre o GEP: <https://www.youtube.com/watch?v=PheHE9qhIXU&t=109s>



